

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUIZ GUILHERME SCALDAFERRI MOREIRA

**OS OFÍCIOS SUPERIORES E INFERIORES DA TROPA PAGA (OU DE 1ª
LINHA) NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO, 1640–1652: LÓGICA
SOCIAL, CIRCULAÇÃO E A *GOVERNANÇA* DA TERRA.**

**NITERÓI
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUIZ GUILHERME SCALDAFERRI MOREIRA

**OS OFÍCIOS SUPERIORES E INFERIORES DA TROPA PAGA (OU DE 1ª
LINHA) NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO, 1640–1652: LÓGICA
SOCIAL, CIRCULAÇÃO E A *GOVERNANÇA* DA TERRA.**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História, da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.
Área de concentração: História Social.**

Orientador: Prof. Dr. Ronald Raminelli.

**NITERÓI
2015**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M838 Moreira, Luiz Guilherme Scaldaferrri.

Os ofícios superiores e inferiores da tropa paga (ou de 1ª linha) na capitania do Rio de Janeiro, 1640-1652: lógica social, circulação e a *governança* da terra. / Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira. – 2015. 367 f.

Orientador: Ronald Raminelli.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 3447-367.

1. História. 2. História militar. 3. Brasil. 4. Período colonial, 1500-1822. 5. Rio de Janeiro (RJ). 6. Século XVII. I. Raminelli, Ronald.

II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.032

LUIZ GUILHERME SCALDAFERRI MOREIRA

OS OFÍCIOS SUPERIORES E INFERIORES DA TROPA PAGA (OU DE 1ª LINHA)
NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO, 1640–1652: LÓGICA SOCIAL,
CIRCULAÇÃO E A *GOVERNANÇA* DA TERRA.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: História Social.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronald Raminelli – UFF
Orientador

Prof. Dr. João Fragoso - UFRJ

Prof. Dr. Antônio Carlos Jucá de Sampaio - UFRJ

Prof. Dr. Francisco Cosentino - UFV

Prof. Dr. Maria Fernanda Bicalho - UFF

Suplentes

Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro - UFF

Prof. Dr. Luiz Geraldo da Silva – UFPR

*Aos meus pais, Antônio Espinhel Moreira e Maria
do Carmo Scaldaferrri Moreira; e
a Sabrina Martins,
a futura mãe de meu(s) filho(as)*

Agradecimentos

Entre 2010 e 2011, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgãos do Governo Federal, editaram uma portaria que passou a permitir aos alunos de pós-graduação terem acesso a bolsas de estudo e manterem vínculos empregatícios na mesma área de atuação. Para a área do magistério, em especial na Educação Básica, onde atuou majoritariamente, a decisão, ao meu ver, fora corretíssima e fundamental para incentivar os docentes a procurarem uma melhor qualificação, que com toda a certeza se reflete em suas práticas pedagógicas. Esse foi um dos motivos que me levou a ingressar no doutorado.

Hoje, refletindo a respeito do processo de elaboração desta tese, pude ver o quanto cresci, embora ainda queira e deva progredir mais. Não apenas no campo historiográfico, mas como professor daquele nível de Ensino. Mesmo o estado do Rio de Janeiro sendo o segundo mais rico da federação, a carência de professores é enorme. Essa realidade faz com que muitos docentes lecionem a disciplina história sem a devida habilitação ou com formação precária. Essa realidade é ainda mais clara para quem mora no interior do estado, mais precisamente em Cabo Frio, e por isso a decisão daquelas instituições me parece ter sido acertada. Meu estudo, embora bem pontual, como toda tese de doutorado, me permitiu uma melhor formação, como sublinhado, mas também ajudou no fomento de três pesquisas em história regional que ajudaram a popularizar a Ciência e a Tecnologia na Região dos Lagos.¹ Portanto, sou extremamente grato à CAPES que me concedeu uma bolsa de doutorado ao longo destes quatro anos. Também devo sublinhar que o Programa de Pós-graduação em História da UFF, assim como meu orientador, o professor Dr. Ronald Raminelli, acertaram em acatar a decisão daquelas instituições, ao contrário de alguns outros programas, e incentivar que professores de Ensino Básico passassem a receber aquelas bolsas.

Ainda em relação ao meu orientador, quero deixar meu imenso agradecimento por tudo. Não apenas pelo fato descrito. Mas, por ter se mostrado sempre disponível quando solicitado e dando respostas às angústias e inquietações em tempo recorde, apontando caminhos e possibilidades que foram fundamentais para a pesquisa. Embora

¹ Em 2010, publicamos em coautoria com Janderson Bax Carneiro (doutorando em Sociologia da PUC) “Os índios na História da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio – séculos XVII-XIX); em 2012, em parceria com Maria Catarina Azevedo, publicamos “Atlas Escolar Histórico e Geográfico de São Pedro da Aldeia” e; em 2014, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) produzimos, roteirizamos e editamos o documentário “A Pesca Tradicional em Armação dos Búzios”.

todas as falhas, que estão implícitas e explícitas, sejam de minha inteira responsabilidade. Outros tantos professores que passaram por minha formação também foram vitais em minha vida e não teria como agradecer a todos nominalmente. Em decorrência disso, para representar a todos, nomeio aqui os docentes que participaram de minha banca de qualificação e da defesa que se mostraram importantíssimos no redirecionamento que a pesquisa tomou após aquela oportunidade, os professores Antônio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ), Francisco Cosentino (UFV), João Fragoso (UFRJ), Luciano Raposo Figueiredo (UFF) e Maria Fernanda Bicalho (UFF).

A pesquisa não teria sido possível sem a ajuda de diversas instituições de pesquisa e aos funcionários que lá trabalham, aos quais também sou grato.

Lucimeire Oliveira e Maria Fernanda foram essenciais por me ajudarem na transcrição de algumas fontes, às quais também devo muito. Assim como, à Raquel Fonte, Robson Fonte, Nathália Godoy e Magaly Ramos que em alguns momentos fizeram revisões no texto.

Aos meus amigos que contribuíram com leituras, discussões, sugestões e pela simples amizade: Gefferson Ramos, Janderson Bax Carneiro, Livia Monteiro, Marcello Loureiro, Marcelo Sant'anna Lemos e Simone Faria.

Do outro lado do mundo, gostaria de agradecer a Kuan Yin, que atendeu algumas súplicas no final do processo, e Pantajali.

Aos meus pais, Antônio Espinhel Moreira e Maria do Carmo Scaldaferrri Moreira, com toda a certeza a *imaterialização* e a materialização do Amor Divino. Aos meus irmãos, Luiz Gustavo e Maria Fernanda pelo carinho.

À Sabrina Martins, minha esposa e futura mãe de meu(s) filho(as), que contraditoriamente acende em meu coração um calor infernal e tranquiliza minha alma como se no paraíso estivesse. TE AMO!!

Resumo:

Em 1640, D. João IV inaugurava uma nova dinastia em Portugal. Neste contexto, era necessário fazer com que as áreas do ultramar também aderissem ao movimento. Na América, o perigo eram os holandeses, que já estavam instalados em diversas capitâneas, como a de Pernambuco. Neste cenário, laços de lealdade entre a Coroa e as elites da capitania do Rio de Janeiro foram (re)tecidos, alguns dos quais passavam pela faceta marcial. Partindo do recente conceito, ainda em elaboração, de *Monarquia Pluricontinental*, a pesquisa visa entender como se deu a construção das diferentes lógicas sociais, dos distintos padrões de circulação e das diversas formas de participação na *governança* da terra entre os Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga naquela Capitania. Nosso recorte temporal se situa entre os anos da Restauração e de 1652, quando se empreendeu a reforma daquele *corpus* militar, que deixou de ter dez Companhias de Infantaria para ser formado por seis Companhias. Esse movimento foi influenciado por questões particulares da Capitania, que estava em crise econômica. Essas questões precisavam ser respeitadas pelas instituições governativas locais (Governo da capitania e Governo-Geral), mas igualmente pelos reinóis (Conselho Ultramarino e Coroa). Por isso, seguindo a proposta da Nova História Militar, inserimos esses militares naquela sociedade, procurando analisar as relações sociais nas quais se envolveram.

Palavras-chave: História, História Militar, Brasil colônia, Rio de Janeiro, século XVII.

Abstract

In 1640, D. João V established a new dynasty in Portugal. In this context, it was necessary to make the overseas areas join the movement also. In America, the danger was the Dutch, who were already installed in various captaincies, such as Pernambuco. In this scenario, loyalty bonds between the Crown and the elites of the Rio de Janeiro captaincy were strengthened, some of which were concerned to martial aspect. Based on the *Pluricontinental Monarchy* recent concept, still in progress, the research aims to understand how was the construction of different social logics, distinct patterns of movement and various forms of participation in “*governança da terra*” among Senior and Junior Payed Troop Officers in that Captaincy. Our time frame is between the years of Restoration and 1652, when it undertook the reform of that military corpus, which no longer had ten Infantry Companies to be formed by six companies. This movement was influenced by particular issues of the Captaincy, which was in economic crisis. These issues needed to be respected by local government institutions (Government of the Captaincy and the General Government), but also by *reinóis* (Overseas and Crown Council). Therefore, following the proposal of the New Military History, we insert these militaries in that society, trying to analyze social relations in which they were involved.

Keywords: History, Military History, Colonial Brazil, Rio de Janeiro, seventeenth century.

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo 1. O estado da “Arte”: uma proposta teórico-metodológica e um balanço historiográfico.....	41
1.1. A história militar e a “nova história militar”.....	42
1.1.1. A história militar.....	42
1.1.2. Uma “nova história militar”? A contribuição norte americana e o diálogo entre historiadores civis e militares.....	50
1.1.3. No Brasil: o diálogo entre historiadores civis e militares.....	56
1.1.4. A história militar e a compreensão do presente.....	65
1.1.5. a “nova história militar”.....	69
1.2. A história militar no mundo luso-brasileiro.....	78
1.3. O Império luso e os militares.....	105
Capítulo 2. O papel das instituições governativas na manutenção da Tropa Paga da capitania do Rio de Janeiro (1640 – 1652).....	123
2.1. A atuação do Governador-geral e/ou do Governador da capitania do Rio de Janeiro na manutenção da Tropa Paga e sua estrutura.....	126
2.1.1. As funções militares do Governador-geral e/ou Governadores da capitania nos seiscentos.....	126
2.1.2. A autonomia dos Governadores-gerais e/ou Governadores da capitania ...	132
2.1.3. A estrutura da Tropa Paga.....	136
2.2. O protagonismo da Câmara do Rio de Janeiro na manutenção da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro (1640-1652).....	141
2.2.1. A autonomia da Câmara do Rio de Janeiro na cobrança, administração e uso dos recursos para a manutenção da Tropa Paga na Capitania (1639/40-1644). ...	142
2.2.2. O governo de Francisco de Soutomaior (1644-1645): as negociações entre as instituições governativas (Coroa, Conselho Ultramarino, Governo-geral, Governo, Câmara do Rio de Janeiro) se ampliam e a autonomia da Câmara do Rio de Janeiro persiste.....	149
2.2.3. Apesar da crise e da ampliação do medo, a autonomia da Câmara do Rio de Janeiro aumenta (1645-1649).....	158
2.2.4. Enfim a reforma: a negociação para a implementação da Companhia de Comércio na capitania do Rio de Janeiro e a limitação da autonomia da Câmara do Rio de Janeiro (1649-1652).....	165
2.2.5. Um balanço econômico e humano: a importância do controle das contribuições extraordinárias pela Câmara do Rio de Janeiro (1640-1652).....	176

Capítulo 3. Os Oficiais Superiores da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro, 1640 – 1652: O Sargento-mor, sua lógica social, sua circulação no mundo luso e sua participação na *governança* da terra. 186

3.1. O Sargento-mor da Tropa Paga e a capitania do Rio de Janeiro.....	188
3.1.1. Ligações sociais.....	189
3.1.1.1. Ligados à Capitania do Rio de Janeiro e com suas elites.....	190
3.1.1.2. Sem ligação com a Capitania do Rio de Janeiro e com suas elites	192
3.1.2. Governança da terra.....	192
3.1.2.1. A gerência dos Sargentos-mores na política da capitania do Rio de Janeiro.	193
3.1.2.2. A gerência dos Sargentos-mores na política econômica da Capitania do Rio de Janeiro.	196
3.1.3. Quantidade de anos.....	199
3.2. O Sargento-mor da Tropa Paga e o universo luso.....	202
3.2.1. A chegada ao Ofício Superior de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro: o processo de ascensão militar e social ou da transformação de méritos em qualidade.....	205
3.2.1.1. Anos de serviços anteriores à nomeação para o Ofício Superior de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro.	205
3.2.1.2. Ofícios ocupados anteriores à nomeação para o Ofício Superior de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro.	206
3.2.1.3. Espaços onde atuaram antes da nomeação para o Ofício Superior de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro.	207
3.2.1.4. Distinções sociais que possuíam antes da nomeação para o Ofício Superior de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro.....	210
3.2.2. A permanência e a saída do Ofício de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro: a continuação do processo de ascensão social ou da contínua transformação de méritos em qualidade	215
3.2.2.1. O processo de ascensão militar	216
3.2.2.2. O processo de ascensão material	218
3.2.2.3. O processo de ascensão social.....	218
3.3. Conclusão	224

Capítulo 4. Os Oficiais Inferiores da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro, 1640– 1652: O Capitão de Infantaria, sua lógica social, sua circulação no mundo luso e sua participação na *governança* da terra. 227

4.1. O Capitão de Infantaria da Tropa Paga e a capitania do Rio de Janeiro	232
4.1.1. Ligações sociais.....	232
4.1.1.1. Ligados a Benevides	234
4.1.1.2. Ligados a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra.....	246

4.1.2. Governança da terra.....	252
4.1.2.1. Capitães de Infantaria da Tropa Paga que chegaram ao Rio de Janeiro acompanhando os novos governadores da Capitania.	253
4.1.2.2. Atuação do Governador para impedir a nomeação/tomada de posse dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga.....	254
4.1.2.3. Relação com outros ofícios ligados a “poupança social”	263
4.1.2.4. A relação dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga com o Senado da Câmara do Rio de Janeiro.....	265
4.1.3. Quantidade de anos.....	271
4.2. O Capitão de Infantaria da Tropa Paga e o universo luso.	275
4.2.1. A chegada ao Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro: o processo de ascensão militar e social ou da transformação de méritos em qualidade.	277
4.2.1.1. Anos de serviços anteriores a nomeação para o Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro.	277
4.2.1.2. Ofícios ocupados anteriores a nomeação para o Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro.	279
4.2.1.3. Espaços onde atuaram antes da nomeação para o Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro.	279
4.2.1.4. Distingões sociais que possuíam antes da nomeação para o Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro.	282
4.2.2. A permanência e saída do ofício de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro: a continuação do processo de ascensão militar e social ou da continua transformação de méritos em qualidade.	287
4.2.2.1. O processo de ascensão militar	288
4.2.2.2. O processo de ascensão social.....	291
4.3. Conclusão	300
Conclusão Geral.....	307
Anexos.....	317
Tabelas.....	317
Gráficos	344
Organograma	345
Fontes e Bibliografia.....	347

Introdução

A expansão lusa entre os séculos XV e XVI gerou desenvolvimento de diversos setores econômicos, particularmente na “construção naval, na produção industrial do biscoito e no fabrico das armas”.² No início dos *quinhetos*, a batalha contra os mouros no Índico fora vencida e se instalou naquele oceano uma “paz armada”, que de tempos em tempos era quebrada. A presença, na verdade, se dava por meio de rede de alfândegas, que ligava Lisboa ao Extremo Oriente, passando pela América do Sul e pela África. Lisboa tornou-se uma cidade cosmopolita com a presença de comerciantes de diversas nacionalidades, sobretudo italianos e alemães. O maior empresário era o próprio monarca, responsável pelos maiores investimentos e distribuição de riquezas. Todavia, o comércio “oficial” não era desenvolvido por mercadores de ofício, e sim por “funcionários” da Coroa, escolhidos de acordo com critérios de “limpeza de sangue, pelas letras canônicas e teológicas”.³ Estes serviços eram remunerados “em salários mas também em quintaladas a atribuição de capitanias e de mercês à boca das alfândegas”.⁴ Entretanto, desde meados do século XVI, a economia dependia deste comércio com o ultramar, sobretudo nas Índias e no norte da África, regiões que vinham sofrendo ataques.⁵ Para além das perdas econômicas, mas não somente, esses espaços eram fundamentais para que vassalos prestassem serviços e fossem remunerados pela Coroa, por meio do sistema de mercês.⁶ Durante a União Ibérica (1580-1640), era esperado por parte dos lusos que os Habsburgos apresentassem alguma solução satisfatória para sanar aquelas investidas, o que não ocorreu.

Com a Restauração Portuguesa (1640), a prestação de serviços à Coroa tomara outra característica, sobretudo para a nobreza titulada. O território ultramarino permanecia importante, pois a maior parte dos recursos continuava a provir deste espaço. Todavia, como Nuno Monteiro enfatizou, devido à luta no Velho Mundo contra Castela, os serviços realizados nestes embates continuaram a ser mais valorizados do

² Antônio Borges Coelho. “Os argonautas portugueses e o seu vela de ouro (séculos XV-XVI)”. In José Tengarrinha (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: Unesp, 2000, p. 68.

³ Antônio Borges Coelho. “Os argonautas portugueses”, p. 70.

⁴ Antônio Borges Coelho. “Os argonautas portugueses”, p. 70.

⁵ Vitorino Magalhães Godinho. *Ensaio II*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

⁶ Maria Fernanda Bicalho. “Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In *Almanack Braziliense*, nº 2, nov. de 2005 e Nuno Monteiro. “O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. In *Almanack Braziliense*, nº 2, nov. de 2005; António Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994 e; João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. In *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: 7 letras, Jul/Dez 2009, nº 27, pp.49-63.

que os de ultramar. Surgia um novo momento *fundacional* do Estado.⁷ Elaborava-se um pacto entre a nova dinastia e as casas aristocráticas que haviam combatido os castelhanos, gerando lealdade em ambos os lados. Eram os descendentes destas que iriam compor a principal parcela da nobreza até a derrocada do Antigo Regime luso (1832).⁸ Assim, haveria uma nobreza hereditária ou de sangue, mais ligada à visão clássica dos três estados (clero, nobreza e povo), e uma nobreza “civil ou política”, egressa do terceiro estado (povo).⁹ Como se sabe, já há algum tempo, a nobreza de sangue não passou para América lusa, ao contrário da “nobreza civil” que possuía uma natureza variável. Muitos desses homens, segundo o jurista português António de Vilas Boas e Sampaio, em seu *Tratado da Nobiliarchia Portuguesa* (1676), vieram do terceiro estado e tinham a possibilidade de ser alçados à condição de nobres, devido aos seus atos valorosos ou pelos cargos honrosos que ocupassem, sobretudo os da *Rés Publica*.¹⁰ Gerava-se, portanto, um processo de ascensão social, de enobrecimento, controlado pela Coroa que não podia romper o equilíbrio que existia na sociedade seiscentista portuguesa.¹¹

Luiz Felipe Alencastro alertou que esta reorganização após a Restauração lusa (1640) fora causada, entre outras coisas, pela “fuga para Madri de membros da nobreza e da alta administração”. Esse fato acabou por gerar novas possibilidades de ascensão social, inclusive para “novos atores oriundos da elite ultramarina”.¹² A circulação, a ascensão social e o modo de inserção destes homens no mundo alimentavam, por exemplo, a chegada à América da ideia de prestação de serviços, algo caro para as Monarquias Ibéricas.¹³

Vários caminhos foram percorridos pela historiografia para explicar a causa da Restauração. Alguns autores ficaram convencidos de sua multicausalidade, a saber: o aumento fiscal; a pressão exercida na Igreja lusa; e o descontentamento da nobreza, que estava sendo preterida nos cargos da Corte de Lisboa. Dentro de um cenário que não era

⁷ Nuno Monteiro. “O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime”.

⁸ Esta posição é seguida por outros autores portugueses e espanhóis, como: Rafael Valladares. *La Rebelión de Portugal, 1640-1668*. s/1, 1998. Fernando Dores Costa. *A Guerra da Restauração, 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004 e António Manuel Hespanha. “As faces de uma Revolução”. In *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, n°9/10, pp. 7-16.

⁹ Nuno Monteiro. “O poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”. In António Manuel Hespanha (Coord.) *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 4, p. 334.

¹⁰ Nuno Monteiro. “O poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”.

¹¹ Nuno Monteiro. “O poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”.

¹² Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 103.

¹³ Centenero de Arce. “¿Una monarquía de lazos débiles?”, p. 137.

somente de crise econômica, como apontou a historiografia, queremos sublinhar o aumento da carga fiscal.¹⁴

Para António Hespanha, uma das questões principais era a que incidia sobre o favorecimento de redes clientelares. Estas passavam pela questão “constitucionalista”, ou seja, a acusação feita ao monarca espanhol de que era um tirano e logo deveria ser deposto, já que estava sendo injusto e não respeitando o “bom governo”. Os ofícios reais deveriam ser distribuídos seguindo o “indigenato”, ou seja, a preferência aos membros da localidade em detrimento dos estrangeiros no provimento dos ofícios de determinado reino. Assim, respeitar-se-ia o “constitucionalismo” e ter-se-ia um “bom governo”.¹⁵

Fernando Bouza Alvaréz também destacou a importância das redes clientelares. Para o autor, os órgãos da *governança*, os conselhos governativos, eram permeados de relações clientelares, que eram capitais para o socorro à América lusa que sofria com as investidas batavas.¹⁶ A questão torna-se mais urgente quando os lusos, a partir de 1630,

¹⁴ Luis dos Reis Torgal. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981, Vol. 1, parte 1, pp. 55-119; Fernando Bouza Alvaréz. *Portugal no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Cosmos, 2000; António Manuel Hespanha. *As faces de uma “revolução”*; António Manuel Hespanha e Ana Nogueira da Silva. “A identidade portuguesa”. In José Mattoso. *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, pp. 18-41; Pedro Cardim. “Os rebeldes de Portugal em Münster (1644-48)”. In *Penélope*, nº 9/10, 1998, pp. 101-128; Mafalda Soares da Cunha & Leonor Freire Costa. *D. João IV*. Lisboa: Círculo de leitores, 2006; Eduardo de Oliveira França. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997 e; Ronaldo Vainfas. “Guerra declarada e paz fingida na Restauração portuguesa”. In *Revista Tempo*. Niterói, EdUff, 2010, pp. 97-115.

¹⁵ António Manuel Hespanha. *As faces de uma “revolução”*. Grifou-se.

¹⁶ Desde a virada da década de 1970 para a de 1980 a história moderna do Atlântico tem sido revista. Alguns dos autores que participam deste movimento têm se apoiado no conceito de redes governativas, mostrando a existência de uma multiplicidade de atores e um modelo de funcionamento de “colonização” que conjugava interesses da Monarquia com as diversas elites que se integravam naquele processo e naquela instituição. Bartolomé Yun Casalilla, por exemplo, defendeu que a emergência do Império permitiria as elites que a compunham crescer socialmente. Uma das possibilidades abertas para a ascensão social, dentro da Monarquia hispânica, para Domingo Centenero de Arce, era a participação nas guerras, entre as quais as empreendidas na América. Este movimento ocorria dentro de um modelo político trazido para o Novo Mundo por aquela instituição que, no entanto, se mostrava flexível, entre outras coisas, por conta da incorporação de aspectos locais. Deste modo, elementos culturais eram trocados em toda a parte e por todos os envolvidos, como já havia sublinhado Serge Gruzinski, gerando a mestiçagem. Esta, por sua vez, não teria sido possível sem a presença de mediadores culturais. Optamos nesta nota por citar apenas alguns autores de “origem” hispânica, como Michel Bertrand, Zacarias Moutoukias, Bartolomé Yun Casalilla, uma vez que os de origem luso-brasileira são mais “populares” na Academia brasileira. Em língua portuguesa, um balanço fora lançado recentemente com o objetivo de “popularizar” e introduzir esta questão. Cf. Jurandir Malerba. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 2009; Domingo Centenero de Arce. “¿Una monarquía de lazos débiles?”, p. 138; Bartolomé Yun Casalilla. *Las redes del imperio. Elites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica. 1492-1714*. Madrid, 2009 e; Bartolomé Yun Casalilla. *Marte contra Minerva. El precio del imperio español, c. 1450-1600*. Barcelona, 2004; Serge Gruzinski. “Les mondes mêlés de la Monarchie Catholique et autres connected histories”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 1 (2001), pp. 85-117. Ótima síntese fora lançada recentemente Ronald Raminelli. *A era das Conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro, 2013.

passam a ser mais solicitados na ajuda financeira para a montagem das Armadas de socorro ao Novo Mundo. Isso acabou causando fissuras na aliança existente na península Ibérica, obrigando Olivares a tentar interferir nestas redes controladas, sobretudo, pela Casa de Bragança, gerando ainda mais descontentamentos.¹⁷

A crise também afetou a cultura. No que pese a ligação de Portugal com a França, a fronteira com a Espanha fora fechada, cortando o diálogo com a cultura europeia. Um estilo próprio acabou por se impor, expresso, sobretudo, no modelo de “chão” de D. João IV. A Escolástica retornou, resgatando o naturalismo em detrimento do artificialismo presente nas relações sociais e políticas das cortes europeias, especialmente dos Habsburgos. Essa mudança contribuía para evitar gastos supérfluos que não podiam ser feitos pela corte lusa sem recursos. Embora fosse criticado e mal visto por alguns.¹⁸ Um dos juristas mais importantes da Restauração, Francisco Velasco de Gouvêa, afirmava a importância de uma monarquia pactuada, pelo princípio tomista da Escolástica. E que era este pacto feito entre homens que permitia o governo, a justiça, a defesa, a conservação e o aumento dos reinos.¹⁹

A economia também passou por uma renovação. Portugal deixava de ter acesso à prata americana e ficava dependente do açúcar brasileiro. As elites mercantis sofreram uma alteração. Estas, por sua vez, ajudaram financeiramente a Coroa, por meio de contribuições extraordinárias e mantendo representações diplomáticas no exterior. Ao mesmo tempo, foram necessárias medidas corriqueiras em relação à carga fiscal. Para isso, os impostos, tão vitais para sustentar o exército, sempre tiveram aprovação nas Cortes. Embora sua execução tenha sido questionada, tendo como referência os particularismos constitucionais de cada estamento.²⁰

Assim, Evaldo Cabral de Mello mostrou que a luta contra os batavos na América foi feita pelos luso-brasileiros que usavam seus recursos oriundos do açúcar, enquanto as embaixadas e o financiamento do próprio Estado na Europa também dependiam daquela atividade econômica, originárias de parcela do lucro dos comerciantes que a exploravam.²¹

Com o avançar do século XVII, gradativamente, a “viragem” para o Atlântico se

¹⁷ Fernando Bouza Alvaréz. *Portugal no tempo dos Filipes*.

¹⁸ Mafalda Soares da Cunha e Leonor Freire Costa. *D. João IV*. A respeito da Escolástica ver Quentin Skinner. *Fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁹ Francisco Velasco de Gouvêa. *Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal D. João IV*. Lisboa: Lourenço de Anveres, 1644, p. 30. Apud Marcello Loureiro. *Iustitiam Dare*, p. 60.

²⁰ Mafalda Soares da Cunha e Leonor Freire Costa. *D. João IV*.

²¹ Evaldo Cabral Mello. *Olinda Restaurada*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

instalou, fruto das perdas das possessões no oriente, quando os problemas financeiros e militares, na África e na Ásia, se intensificaram. Esse oceano começava a se tornar a principal área ultramarina. As rotas comerciais mais importantes que percorriam o universo português passavam a se articular cada vez mais com as diversas capitânicas da América. O tráfico de escravos tornava-se mais frequente. O número de negros africanos desembarcados nos portos do lado ocidental do Atlântico aumentava. Esses provinham de duas regiões da África: da parte ocidental, os “sudaneses”, e da central e equatorial, os “bantos”, que depois do século XVIII passaram a vir também de Moçambique, da banda oriental do continente.²²

Esse movimento chegou ao Rio de Janeiro e sua economia obteve melhoras significativas, particularmente por conta da tendência de alta do preço do açúcar no mercado europeu entre meados do século XVI até a década de 1630.²³ Em 1585, Fernão Cardim apontou a existência de três engenhos em funcionamento, com uma tímida produção, e um parado. A Capitania era muito distante da Europa e pobre, o que dificultava a construção de “fábricas” de açúcar. O quadro começou a mudar nos anos de 1590, devido ao aumento da captura de gentios, o que facilitava o acesso à mão-de-obra, diminuindo o custo da produção.²⁴ O número de unidades produtoras dobrou entre os anos de 1590 e 1613. Na década de 1610, já existiam treze engenhos, contudo, se comparado aos que existiam em Pernambuco e Bahia, eram insignificantes.²⁵

Para Joaquim Serrão, em 1610, havia quatorze engenhos.²⁶ O movimento ascendente seria ainda mais espetacular, fruto da ocupação holandesa nas capitânicas do norte, passando de sessenta fábricas de açúcar, em 1629, para cento e dez, em 1639.²⁷ Nos anos de 1630, segundo Cabral de Mello, muitos senhores de engenho deixaram aquelas capitânicas e se estabeleceram na Guanabara, entre outros lugares, já que o “Rio [de Janeiro] oferecia maiores vantagens que a Bahia, onde a terra apropriada ao cultivo

²² Frédéric Mauro. *Portugal e o Brasil: Estrutura política e econômica do Império, 1580-1750*. In Leslie Bethell (Org.) *História da América Latina. Vol 1- América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 1998, 2ª edição, p. 462.

²³ Joaquim Veríssimo Serrão. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, volume 336, 1968, p. 172-3.

²⁴ João Fragoso. “A Nobreza da República: Notas Sobre a Formação da Primeira Elite Senhorial do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII)”. In *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 52 e ss.

²⁵ Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estudo/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010, vol. 2, p. 77 e ss. Para o quadro da Bahia e Pernambuco consultar as listagens sintetizadas por Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2009.

²⁶ Joaquim Serrão. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*, p. 172-3.

²⁷ Ciro Flamarion Cardoso & Paulo Araujo. *Rio de Janeiro*. Madri: Mapfre, 1992, p. 67 e ss.

da cana era mais cara (...). Além disso, a prosperidade se dava por conta da região ter sido “relativamente poupada dos prejuízos que as guerras holandesas trouxeram ao comércio e à navegação do açúcar brasileiro”.²⁸ De maneira que, em torno de cinquenta anos, teria havido um aumento de mais de 3.000% no número de engenhos, o que fatalmente se refletia na quantidade de açúcar produzido. Aos poucos, as elites fluminenses iam se formando ligadas às atividades mercantis, embora não passassem única e exclusivamente pelo mercado.²⁹

A respeito da economia fluminense nos *seiscentos*, um dos estudos mais atuais, completos e de bastante fôlego fora recentemente publicado por Maurício de Almeida Abreu. O autor coletou números antes dispersos e apresentou uma tabela por zonas produtoras. Aqui o que nos interessa são os números referentes à Capitania como um todo, que seguem na tabela abaixo.

Número de engenhos na capitania do Rio de Janeiro³⁰

Década	1570	1580	1590	1600	1610	1620	1630	1640
Nº de engenhos	3	3	5	13	23	35	53	106

Embora haja pequenas diferenças em relação aos dados apresentados pelos autores citados acima:

O essencial a reter é que todas as estimativas apontam para um crescimento notável do número de moendas na capitania a partir da terceira década do século XVII, indicador seguro de que ela se integrara definitivamente ao sistema da grande lavoura canavieira, já em pleno funcionamento em Pernambuco e na Bahia.³¹

Com o crescimento do número de engenhos, é fundamental destacar que houve um progresso na povoação e novos espaços, mais para o interior, eram conquistados. A presença lusa se tornava mais efetiva. Regiões mais distantes da urbe do Rio de Janeiro passavam a surgir como produtoras de açúcar. Embora cada zona produtora tivesse um ritmo diferente. Os engenhos se deslocaram dos arredores da cidade para o fundo da baía de Guanabara.³² A população na Capitania também apresentava crescimento significativo, como apontado pelos dados colhidos por Abreu.

²⁸ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 389-390.

²⁹ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 45 e ss.

³⁰ Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*, vol. 2, p. 94.

³¹ Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*, vol. 2, p. 82.

³² Seria na década de 1650, que essa região começaria a declinar em número de engenho.

População na capitania do Rio de Janeiro³³

Anos	Ca. 1570	1584	1585	1587	Virada do XVI para o XVII	1609	Final dos anos de 1610	1644
Pop.	140	150	150	200	3.500	10.000	7.500	20.000
	Vizinhos				Livres			Almas

O açúcar fluminense se juntava ao produzido no restante da América lusa e era enviado para Portugal e dali reexportado para os países do norte europeu. Muitas vezes esse produto ia para o Velho Mundo quando os navios que levavam escravos da África para a América retornavam. No intervalo entre 1570/1580 e 1680, a América lusa foi a maior produtora mundial e sempre apresentou tendência de crescimento.³⁴

Outras mercadorias importantes eram o tabaco e a aguardente, que com o incremento do tráfico de escravos foram mais utilizadas para comprar homens na África. Ao mesmo tempo, importavam-se da Europa manufaturados (ferramentas, armas e têxteis ingleses e franceses). Nos portos do Atlântico sul também apareciam navios que vinham da Ásia trazendo mercadorias luxuosas, como a seda. Chegavam ainda: carne salgada, couro e prata da região platina; peixe salgado e vinho da região do Porto e da Ilha da Madeira; e cereais de Portugal.³⁵

Parte desta atividade mercantil tinha como destinatário o porto do Rio de Janeiro. De acordo com Antônio Carlos Jucá de Oliveira Sampaio, esse era o único porto do centro-sul da América lusa que contava com a presença anual da frota vinda de Lisboa e era o segundo mais importante, só perdendo para a Bahia.³⁶

A importância do porto também era sublinhada pelo monarca luso, em 1638.

(...) o estado em que se acham as praças da parte do sul como são o Rio de Janeiro, Espírito Santo e outras, e as façais prover de tudo o necessário para sua defesa e sustento, porque como não temos hoje outras naquele estado, há mister conservá-las assim em razão do comércio como pela importância de que serão estes portos para as facções e coisas que houverdes de obrar.³⁷

Para se ter uma noção de sua relevância, Sampaio afirmou que, no último quartel dos *seiscentos*, se exportava a mesma quantidade de açúcar que a capital do Estado do Brasil, que, no entanto, se destacava mais por exportar tabaco. Deste modo, por ser o

³³ Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*, vol. 1, p. 368 e ss.

³⁴ Frédéric Mauro. *Portugal e o Brasil*, p. 464-5.

³⁵ Frédéric Mauro. *Portugal e o Brasil*, p. 466.

³⁶ Antônio C. J. de Sampaio. *Na encruzilhada do Império – hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

³⁷ *CARTAS DO CONDE DA TORRE*. Lisboa: CNCDP, s/d, Volume II, pp. 16-19.

único porto da região, acabou por subordinar comercialmente as capitanias vizinhas.³⁸ Segundo João Fragoso, suas elites e a Coroa sabiam da importância estratégica do Rio de Janeiro para o comércio e para a defesa do Atlântico sul.³⁹

Na década seguinte, de 1640, o cenário naquela capitania passou a ser outro. A economia estava em crise, como ficou claro na revolta de 1640 - relacionada à proibição de escravizar os gentios - ligada a Bula papal de 1639.⁴⁰ Momento no qual “os jesuítas acusavam os capitães seculares do Rio de possuírem imensas escravarias formadas pelo gentio da terra”.⁴¹ A crise também se manifestava por conta da Restauração lusa de 1640, que acabou por interditar aos comerciantes fluminenses o porto de Buenos Aires e, conseqüentemente, o acesso à prata.⁴²

Entretanto, este conflito estava longe de ser o único na Capitania ao longo da década de 1640. Destarte, podemos, devido ao caráter introdutório do texto, mencionar a existência de agitações, revoltas e inquietações que ocorreram ao longo deste período. Assim, problemas ocorreram nos anos seguintes. Em 1641, por conta da Aclamação de D. João IV e da criação do “Subsídio Grande dos Vinhos”. Em 1642, houve protestos contra aquele “Subsídio”; nomeação de Duarte Correa Vasqueanaes para substituir Salvador Benevides no governo da Capitania; e denúncias da Câmara contra Benevides. Em 1644, as dificuldades apareceram na escolha feita pela Câmara para que Duarte Correa Vasqueanaes substituísse Luís Barbalho Bezerra no governo da Capitania; na suspensão da devassa contra Benevides; e na criação do imposto sobre a pesca da baleia. Em 1645, na partida da primeira viagem da Frota e na criação de novos impostos para financiamento e proteção desta Frota. Em 1646, na proposta de venda de terrenos da Câmara para a construção da fortaleza da Laje. Em 1647, na revolta da tropa. Em 1648, na negativa do governador D. Luís de Almeida Portugal em extinguir a cobrança da vintena, que havia sido pedida pela Câmara. Em 1649, com a criação da Companhia de Comércio e a proibição de fabricar aguardente na Capitania. Em 1650, com o tabelamento de preços dos gêneros básicos feita pela Câmara. Em 1651, quando o

³⁸ Antônio C. J. de Sampaio. *Na encruzilhada do Império*, p.140.

³⁹ João Fragoso. “Imperial (re)visions: Brazil and the portuguese seaborne empire. Conference in Memory of Charles R. Boxer. Fidalgos da terra e o Atlântico sul”. In Stuart Schwartz e Eric Myrup (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru: Edusc, 2009, p. 79.

⁴⁰ A respeito da questão em São Vicente/São Paulo ver Sheila Conceição Silva Lima. *Rebeldia no planalto: a expulsão dos padres jesuítas da Vila de São Paulo de Piratininga no contexto da Restauração (1627-1655)*. Niterói: UFF, dissertação de mestrado em história, 2006 e; Rafael Ruiz. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2004.

⁴¹ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 78.

⁴² Antônio C. J. de Sampaio. *Na encruzilhada do Império*., p.141.

Governador-geral se colocou a favor da Companhia de Comércio.⁴³

Mas, voltemos à questão econômica propriamente dita. Todas essas rotas comerciais eram fundamentais para as elites da Capitania, apesar da baixa capacidade de acumulação mercantil. Esse setor da economia não se constituía como uma esfera autônoma. A maior parte do capital acumulado nessa atividade era investida na agricultura. Nesse sentido, talvez, o caso mais exemplar seja o de Salvador Correa de Sá e Benevides, ativo participante do comércio imperial e, ao mesmo tempo, o maior senhor de engenho do Rio de Janeiro. Os mercadores buscavam se tornar membros da elite agrária. O comércio se apresentava para algumas famílias senhorias como o ponto de partida para se constituírem como tal.⁴⁴

Todavia, segundo Fragoso, a economia fluminense era de segunda classe e, após a Restauração portuguesa (1640), passou a ter uma série de problemas: a queda no comércio com o rio da Prata; o preço baixo do açúcar no mercado internacional e a falta de lucros do comércio de escravos com Angola. Ela se mostrava dependente do exclusivo colonial e, portanto, das flutuações do mercado internacional. Sua reprodução se dava pelo comércio e pela concessão de crédito. Parte da riqueza gerada ficava com os negociantes e outra parte com a *governança* da terra.⁴⁵

A economia funcionava dentro do que o autor chamou de “economia do bem comum”, na qual a reprodução e a acumulação não se davam no mercado, e sim por fatores políticos, caracterizando um “mercado imperfeito”. Desta maneira, os postos da administração periférica e do Senado da Câmara eram fundamentais. Os descendentes dos antigos conquistadores vicentinos ocupavam aqueles cargos por meio do sistema de mercês, já que expulsaram os franceses da região em 1565, fundando a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com a utilização de suas fazendas. Era a ocupação destes espaços que permitia tirar recursos da sociedade para investir na montagem de engenhos. Em resumo:

A base da economia da Guanabara era a produção de um açúcar preterido pelas frotas, mas que consistia no alicerce da sociedade de Antigo Regime da região, da mesma forma que dela se retiravam os cabedais necessários para a nobreza manter sua qualidade. Entretanto, este açúcar não bastava para sustentar o poder da nobreza, sendo completada pela apropriação, via governo, de parte da riqueza social.⁴⁶

⁴³ Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio, 1965, p. 98 e ss.

⁴⁴ Antônio C. J. de Sampaio. *Na encruzilhada do Império ...*, .75 e ss.

⁴⁵ João Fragoso. *Imperial (re)visions*, p. 76 e ss.

⁴⁶ João Fragoso. *Imperial (re)visions*, p. 105.

Estes vicentinos e seus descendentes no Rio de Janeiro, assim como seus congêneres no espaço colonial americano, eram capitais, já que participavam dos momentos ‘fundacionais’. Isso lhes dava a prerrogativa de obter uma série de privilégios, que eram passados aos seus descendentes, constituindo assim o que uma corrente historiográfica vem chamando de *nobreza da terra*.⁴⁷ Esses privilégios se originavam da conquista em diversas localidades, como, por exemplo, da expulsão dos franceses e a posterior fundação e conquista do Rio de Janeiro, em 1565; e da Conquista de Pernambuco, no século XVI, e a da Restauração Baiana e Pernambucana, no XVII, com o combate aos holandeses. Nas palavras de Maria Fernanda Bicalho:

Em cidades como Olinda, Salvador, ou Rio de Janeiro as pessoas que se arrogavam o título de *principais* ou *nobreza da terra*, justificavam-no não enquanto uma categoria natural ou jurídica, de acordo com o direito do Antigo Regime, mas por meio de um discurso – baseado numa cultura política – que valorizava sua condição de protagonistas na conquista ultramarina.

Ao defender a importância dos serviços militares para a primeira nobreza do Reino, sobretudo após a Restauração de 1640, Nuno Monteiro toca, a meu ver, num ponto essencial para se compreender não só a monarquia restaurada sob a Casa de Bragança, mas ainda o pacto que deu coesão ao Império ultramarino, pacto entre a Coroa e os conquistadores restauradores do além-mar – transformados em *nobreza da terra* pelo sistema de mercês e pelo desempenho de cargos concelhios – e sustentado pela cultura política de Antigo Regime.⁴⁸

As guerras, ainda segundo a autora, eram de grande relevância, tanto na conjuntura do reino como no Atlântico:

(...) o que falava mais fundo na perspectiva das autoridades metropolitanas era sem dúvida a defesa e a conservação dos domínios ultramarinos, quer por meio da militarização dos colonos naturais e reinóis nos momentos de perigo, quer pelo reforço da obediência e submissão dos súditos à autoridade de seus governantes, legítimos representantes do rei e da sua soberania no distante, e nem sempre pacífico, além-mar.⁴⁹

Dentro deste quadro de busca de lealdades à nova dinastia, como manter a

⁴⁷ Especialmente nos ofícios régios e nas Câmaras Municipais, ou, para utilizar um termo coevo, nos “cargos honrados da República”. Tais postos eram importantes, pois atuavam não só na administração local, mas possibilitavam intervir na economia da região e eram monopolizados por estas famílias. Cf. João Fragoso. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”. In *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: 7 Letras, V. 8, nº 15, 2003 e Evaldo Mello. *Olinda Restaurada*.

⁴⁸ Maria Fernanda Bicalho. *Conquista, mercês e poder local*, p. 30-1. Grifou-se.

⁴⁹ Maria Fernanda Bicalho. *Cidade e Império – o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 332.

capitania do Rio de Janeiro como um espaço luso? Era fundamental a “obediência e a submissão dos súditos à autoridade de seus governantes”. Por isso, era necessário à negociação, a pactuação, como vimos, uma das características da Escolástica.⁵⁰ Charles Boxer, por exemplo, mostrou a hesitação do governador da capitania do Rio de Janeiro, Salvador Benevides, em aderir a Restauração Lusa quando a notícia chegou àquela capitania, em 1641.⁵¹ Nesse sentido, havia a necessidade de “coesão” entre essa região do ultramar e o reino, o que passava pelo “pacto entre a Coroa e os conquistadores”. Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, tentando explicar essa “coesão” e este “pacto”, começaram a desenhar o conceito de *monarquia pluricontinental*. Nas palavras dos autores:

A orientação geral pode, desde já, ser enunciada: dentro de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela comunicação permanente e pela negociação com as elites da periferia imperial, a tendência foi no sentido de uma crescente diferenciação das diversas esferas institucionais (militares, judiciais, tributárias, eclesiásticas, mercantis e locais) e não na direção da sua tendencial confusão. Elas correspondiam, de resto, a diversas lógicas sociais e a distintos padrões de circulação no espaço da monarquia. A integração das periferias e o equilíbrio dos poderes no império não se faziam sobretudo através do enraizamento local de todos os agentes referidos, o qual pode ou não ocorrer, mas ao invés, pelo facto de as distintas instâncias, e as respectivas elites mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro.⁵²

Sublinhamos, portanto, que para entender esta Monarquia, ou seja, o Estado luso moderno, é necessário estudar como estas elites da periferia, entre elas a do Rio de Janeiro, se comunicavam com o centro; como negociavam; quais eram suas lógicas sociais; como circulavam no espaço luso; e como se integravam na *governança* da terra. Afinal de contas, como destacou recentemente Loureiro, a gestão desta Monarquia “sofria interferências de papéis advindos dos espaços periféricos”, já que: “Eram as

⁵⁰ Maria Fernanda Bicalho. *Cidade e Império*, p. 332. João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa destacaram que os estudos recentes mostram que a Monarquia lusa era fraca para se impor pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas. Cf. João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa. *Monarquia Pluricontinental*. Este estudo é tributário da análise de Jack Greene. Cf. Jack Greene. *Peripheries and Center – Constitutional Development in the Extended Politics of the British Empire and United States (1607-1788)*, New York/London, Norton. 1990; Jack Greene. “Negotiated Authorities”. In *Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Virginia: The University Press of Virginia, 1994 e Jack Greene. “Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna na América”. In João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa. *Na trama das redes – política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 95-114.

⁵¹ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973, p. 159-165.

⁵² Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In Nuno Monteiro; Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 194.

elites locais que escreviam ao rei, apresentavam seus arbítrios e remédios, destacavam as potencialidades locais, superestimavam as receitas, instigavam decisões, viabilizavam o governo e, ainda que minimamente, interferiam na gestão”.⁵³

A questão, embora mais pontual para o caso luso, destacadas por Monteiro e Cunha, não fica muito distante dos elementos que explicam a consolidação do Estado Moderno europeu, apontado por Charles Tilly. Para o autor, as particularidades desta organização se devem ao modo como cada um deles tratou os seguintes itens: a) Como o Estado tornou-se mais violento e conseguiu o monopólio da violência pública; b) Como as localidades se relacionaram com a macroestrutura (centro); c) Como se deu a centralidade da guerra (conflitos) interna e externa; d) Como ocorreu a criação de novas estruturas administrativas e financeiras; e) Como se deu a aliança e a negociação do Estado com as classes sociais que podiam lhe fornecer recursos para aquela empreitada, o que colocava obstáculos ao seu poder.⁵⁴

Cotejando as duas propostas, torna-se necessário entender como se construiu a relação entre o centro (reino) e a periferia (Rio de Janeiro) de forma negocial. Esse pacto passava pela resolução dos problemas oriundos das guerras (conflitos) internas e externas, entre outras coisas. Compreender também como que, para isso, era fundamental a integração das elites fluminenses nas novas estruturas administrativas e financeiras do Estado, com a finalidade de enfrentar os batavos e os índios hostis. Afinal, eram essas elites que, grosso modo, geravam riquezas, que por meio da carga fiscal, sempre negociada, eram transferidas para o Estado (nas suas diversas esferas) para serem aplicadas na resolução dos conflitos (na compra de armas, pagamento de soldados, reforma de fortalezas etc.).

Um dos canais privilegiados de comunicação e negociação entre a periferia no Rio de Janeiro e o centro no Reino era sem dúvida o Conselho Ultramarino, responsável por administrar toda a região do ultramar luso.⁵⁵ Embora haja poucos estudos acerca dessa instituição, cabe destacar aqui três trabalhos que partilham de opiniões diversas.⁵⁶

⁵³ Marcello Loureiro. *Iustitiam*, p. 60.

⁵⁴ Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus, 990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996.

⁵⁵ Marcello Caetano. *O Conselho Ultramarino – esboço da sua história*. Rio de Janeiro: Sá Cavalcante editores, 1969, p. 120 e; Edval de Souza Barros. “Negócios de tanta importância”. *O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutorado em história social, 2004, p. 104.

⁵⁶ Miguel Dantas da Cruz. *O Conselho Ultramarino e a administração militar do Brasil (da Restauração ao Pombalismo): Política, finanças e burocracia*. Lisboa: Tese de doutorado em História do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), 2013, p. 4 e 8. Marcello Loureiro também apontou a falta de estudos a respeito daquela instituição. Cf. Marcello Loureiro. *Gestão no Labirinto*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012, p. 68.

Edval de Souza Barros, tendo com um dos focos a relação entre o Conselho Ultramarino e a Coroa, nos anos de 1640-1650, defendeu que as decisões daquela instituição não eram seguidas pelo monarca, que lhe conferia um papel secundário. Para o autor, os conselheiros ultramarinos tiveram pouca influência na nomeação de governadores-gerais do Brasil e de vice-reis da Índia. Do mesmo modo, quase nada fizeram a respeito das questões castrenses que se apresentavam com a nova dinastia. Tendo apenas participação importante no controle da remuneração das mercês.⁵⁷

Seguindo Barros, recentemente Miguel Cruz destacou que embora os governadores tenham apresentado resistência aos membros do Conselho Ultramarino estes se estabeleceram como “canal de comunicação incontornável”, sendo “o ponto de partida e o ponto de chegada de toda a comunicação oficial do reino com as conquistas”. O autor ainda enfatizou que umas das funções mais importantes daquela instituição era a “*direção* política da guerra” nas conquistas. Todavia, apesar do “esforço de guerra contra os holandeses [que] depressa se mostrou impraticável”. Fazendo eco ao estudo de Barros, sublinhou que, em momentos chaves deste conflito, o papel do Conselho Ultramarino foi secundário. No que nos interessa mais de perto, isto ficou patente em três episódios. Primeiro, na discussão em torno da tentativa de retomar Angola quando aquela instituição aconselhava concentrar os esforços da Monarquia em expedições na Bahia e na Índia, o que não fora feito. Segundo, quando Salvador Benevides, ao contrário dos demais conselheiros, conseguiu se impor e ser nomeado como governador da Repartição do Sul sem dependência do governador-geral. Terceiro, na dificuldade em conciliar os interesses dos governadores, da Companhia de Comércio e das Câmaras Municipais para um planejamento conjunto no desenvolvimento da atividade mercantil com vistas a facilitar o combate aos batavos.⁵⁸

Posição contrária a Barros e Cruz é apresentada por Marcello Loureiro. Esse historiador sublinhou que o Conselho Ultramarino se mostrava central em questões importantes no século XVII, como, por exemplo, na busca por metais na América, além de “decidir se iriam privilegiar a reconquista de Angola, de Pernambuco ou promover uma invasão a Buenos Aires, ou ainda se iriam melhor guarnecer o Rio de Janeiro, sob [o] risco de invasão”. Em sua dissertação de mestrado, o autor não conseguiu chegar a uma conclusão acerca da centralidade ou não do referido Conselho, já que “as

⁵⁷ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”.

⁵⁸ Miguel Dantas da Cruz. *O Conselho Ultramarino*. Citações p. 4, 8, 26 e 27-28. Grifos do autor. As ideias também aparecem em Edval de Souza Barros. Cf. Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 214-230.

circunstâncias específicas de cada caso interferem nesse prestígio”. De maneira que chamou a atenção para o fato de que há a necessidade de estudá-lo, a partir de “uma análise relacional e de conjunto, que permita, mais exaustivamente, verificar o desenrolar das tensões entre essas instituições [as várias Assembleias Superiores da Coroa lusa] e o seu decorrente prestígio na monarquia”.⁵⁹ Isso fora feito recentemente em sua tese de doutorado. Assim, concluiu que os Tribunais Superiores, entre os quais se incluía o Conselho Ultramarino, eram fundamentais para a gestão do universo português, feita, sobretudo, por meio de consultas e não pela interferência da Coroa, uma vez que o monarca decidia a partir das Consultas provenientes daqueles Tribunais. Em especial para o Rio de Janeiro, o Conselho ratificava os acordos que haviam sido estabelecidos dentro daquela capitania e que articulavam interesses comerciais e militares que envolviam não apenas a localidade mas a própria Monarquia.⁶⁰

Infelizmente, também há poucos estudos a respeito das Tropas Pagas na América lusa.⁶¹ Todavia, a historiografia vem demonstrando o papel central das elites luso-brasileiras, particularmente no financiamento da guerra, e da relevância das Câmaras Municipais e da Companhia de Comércio como *loci* em que as mesmas negociavam, sobretudo, o sustento das Tropas Pagas com o Conselho Ultramarino, por exemplo.⁶² Gradativamente, os historiadores começam a mostrar que alguns Ofícios da Tropa Paga eram procurados e ocupados pelas elites no Novo Mundo.⁶³ Mas, pouco se

⁵⁹ Marcello Loureiro. *Gestão no Labirinto*, p. 277 e ss. Citações páginas 277 e 278.

⁶⁰ Marcello Loureiro. *Iustitiam Dare*, p. 249-250 e 441.

⁶¹ Luiz Guilherme S. Moreira & Marcello Loureiro. “Nova História Militar e a América portuguesa: balanço historiográfico” In Paulo César Possamai (Org.). *Conquistar e Defender: Portugal, Países-Baixos e Brasil (Estudos de História Militar na Idade Moderna)*, São Leopoldo, Oikos Editora, 2012. Como veremos no capítulo 1 desse trabalho, quando fizermos um balanço historiográfico do tema de nossa pesquisa.

⁶² A esse respeito alguns trabalhos são fundamentais. Charles Boxer. *O Império Colonial Português (1415–1825)*. São Paulo: Cia das Letras, 2006; Maria Fernanda Bicalho. “As câmaras e o governo do Império”. In João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho. e Maria de Fátima Gouvêa. (org.), *O Antigo Regime nos Trópicos*, Rio de Janeiro, Civilização Editora, 2001; Maria Fernanda Bicalho. *Cidade e Império*; Wolfgang Lenk. *Guerra e Pacto Colonial: Exército, Fiscalidade e Administração Colonial da Bahia (1624-1654)*, Tese de Doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2009 e; Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*. A historiografia também tem destacado a importância das Tropas de Ordenanças como canal de comunicação. Cf. Maria Fernanda Bicalho. *Cidade e Império*.

⁶³ Como iremos ver no capítulo 2 desse trabalho, em Portugal, nos *seiscentos*, havia três *corpus* militares, a Tropa Paga (1ª Linha), a Tropa de Auxiliares (2ª Linha) e as Tropas de Ordenanças (3ª Linha). Agora, basta sublinhar que a Tropa Paga era a única que poderia receber soldos e ser deslocada. Em minha dissertação de mestrado, mostramos como, no Rio de Janeiro (1640-1706), o ofício de capitão de fortaleza da Tropa Paga era procurado e ocupado por membros das elites fluminenses produtoras de açúcar. Cf. Luiz Guilherme S. Moreira. “*Navegar, lutar, pedir e... receber*” (*O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro*). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, dissertação em história social. Abordagens semelhantes, para diferentes períodos e regiões, foram feitas por Kalina Silva, José Eudes Gomes e Wolfgang Lenk. Cf. Kalina Silva. *Nas solidões vastas e assustadoras – a conquista do sertão de*

sabe a respeito dos “aspectos financeiros e logísticos da guerra no Atlântico que têm sido, sem dúvida, os parentes pobres da historiografia sobre o Brasil colonial”. E, igualmente, desconhecemos quem “administrava os fundos para a aquisição desses mesmos materiais”.⁶⁴ De modo que nosso trabalho ajudará a iluminar parte deste problema, na medida em que mostrará como essas elites no Rio de Janeiro administravam e negociavam estas questões.

Como a historiografia moderna tem salientado, o processo de ascensão social na modernidade estava longe de ser excepcional, em todos os níveis e lugares.⁶⁵ O que também pode ser notado no ultramar, no Estado do Brasil e na capitania do Rio de Janeiro. Se, por um lado, os serviços prestados eram uma “estratégia de enobrecimento” e possibilitavam a seus agentes se mostrarem leais vassalos à Coroa lusa, os legitimando a pedir e/ou serem agraciados com mercês régias;⁶⁶ por outro, aquela instituição reconhecia a importância daqueles agentes na construção de sua soberania nos espaços coloniais.⁶⁷

No entanto, a concessão de mercês variava devido às necessidades da Monarquia. Em períodos de guerra, por exemplo, havia um aumento de doações de hábitos das Ordens Militares. Contudo, o que era certo é que no período “de la unión dinástica, la valentia era más importante que la sangre”.⁶⁸

No caso específico do Rio de Janeiro, Fragoso destacou que a “nobreza da terra”, presente em sua Câmara se autodenominava “as melhores famílias da terra”, já que estavam ligadas “à antiguidade da família no exercício do poder político-administrativo da cidade e à descendência dos conquistadores”.⁶⁹ Igualmente, formavam as suas elites, uma vez que “controlavam ou pretendiam controlar as artérias do mundo colonial. Elite no plural, pois vários grupos, mesmo em graus diferentes, partilhavam

Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe Editora, 2010; Kalina Silva. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Pref. Municipal de Recife, 2001; José Eudes Gomes. *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2010 e; Wolfgang Lenk. *Guerra e Pacto Colonial*.

⁶⁴ Miguel Dantas da Cruz. *O Conselho Ultramarino*, p. 19.

⁶⁵ Domingo Centenero de Arce. “¿Una monarquía de lazos débiles?”, p. 145; Nuno Monteiro. “O poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia” e; Ronald Raminelli. “Da Controverosa nobilitação de índios e pretos, 1630-1730”. In João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa (orgs.). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2014, vol. 2, p. 503.

⁶⁶ Ronald Raminelli. “*Los límites del honor*. Nobles y jerarquías de Brasil, Nueva España y Perú, siglos XVII y XVIII”. In *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 40, 2014, p. 47. http://dx.doi.org/10.5209/rev_RCHA.2014.v40.46342. Consultado em 12/12/2014.

⁶⁷ Ronald Raminelli. “Da Controverosa nobilitação de índios e pretos”, p. 503.

⁶⁸ Ronald Raminelli. “*Los límites del honor*”, p. 56.

⁶⁹ João Fragoso. *A nobreza vive em bandos*, p. 51.

aquele papel”,⁷⁰ formando assim “linhagens”.⁷¹

Em suma, assim como no reino, o processo de ascensão, em última estância, era controlado pela Coroa, que também era responsável por passar as patentes para os ofícios da Tropa Paga da capitania do Rio de Janeiro. Portanto, uma das formas de ascender socialmente era por meio daquele *corpus* militar. A questão passava pela cooptação e pelo estabelecimento de lealdades, não só naquela localidade, mas também em todo o universo luso - no qual um dos mecanismos era a nomeação régia para o referido ofício.

O processo de nomeação não estava de forma etérea isolado de um contexto mais amplo e/ou de uma conjuntura específica daquela Capitania, que ao longo da década de 1640 fora marcada pela instabilidade em razão de uma série de fatores, que iam além de seu espaço, como por exemplo, a própria Restauração lusa (1640); o rearranjo das tropas no Rio de Janeiro (1640 - 1652); as duas tentativas de Restauração de Angola (1645 e 1648); e a Restauração Pernambucana (1654). Essa instabilidade levou a Coroa a tentar estabelecer laços e lealdades com figuras chaves, como os militares da Tropa Paga, sobretudo seus oficiais.

A nomeação desses Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga eram de competência do monarca.⁷² Esse, depois de ler o parecer do Conselho Ultramarino, tinha a prerrogativa de seguir ou não o que havia sido recomendado. Desta feita, entender como o Conselho Ultramarino atuava na composição e manutenção dos Ofícios Superiores e Inferiores das Tropas Pagas na capitania do Rio de Janeiro pode nos ajudar a colocar luzes no grau de relevância e da centralidade que esta instituição tinha na estrutura administrativa da Monarquia lusa, na *governança* da terra e na sua capacidade de interferência nas questões bélicas naquela região. Afinal de contas, as questões militares, como mostrado, tem papel ímpar na formação do Estado Moderno e na relação deste com suas áreas no ultramar, embora, mais uma vez, venha sendo negligenciada nas análises historiográficas, particularmente, quando se observa a Tropa Paga. Entretanto, há indícios recentes de que a questão tem mudado, como observou Miguel Cruz. Para o autor, “o envolvimento dos ministros do Conselho Ultramarino na

⁷⁰ João Fragoso, Carla Maria Almeida & Antonio Carlos Jucá Sampaio (Org.). “Introdução”. In João Fragoso, Carla Maria Almeida & Antonio Carlos Jucá Sampaio. *Conquistadores e Negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 19.

⁷¹ João Fragoso. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. In João Fragoso, BICALHO, Maria F. & Maria de Fátima Gouvêa (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 52.

⁷² Optamos por grafar com letras maiúsculas para destacar do texto.

administração dos recursos necessários à defesa do Brasil volta a ser priorizado”.⁷³

Como vimos, Monteiro e Cunha mostraram que é fundamental perceber que dentro da Monarquia lusa havia “diversas esferas institucionais”, entre elas a militar, e que as mesmas passam a ter “diversas lógicas sociais e distintos padrões de circulação no espaço da monarquia”. Contudo, quando nos aproximamos da América, tomamos contato com dois diferentes tipos de agentes sociais, segundo Luiz Felipe Alencastro: o “homem ultramarino” e “homem colonial”.⁷⁴ O que nos coloca algumas questões. Como esses agentes participavam das “diversas esferas institucionais”, sobretudo as militares - nosso foco de observação? Como ocorreriam as “diversas lógicas sociais e distintos padrões de circulação no espaço da monarquia”?

Lembremos que o Conselho Ultramarino era importante porque controlava a remuneração das mercês.⁷⁵ E, igualmente, recordamos que aquele momento da Restauração, tanto no Reino quanto no ultramar, cristalizaram momentos fundacionais, que recriaram ou estabeleceram lealdade com a nova dinastia, por meio das mercês.⁷⁶

De tal forma, o Conselho Ultramarino, devido ao seu caráter negocial,⁷⁷ revigorou as “redes de comunicação com as elites militares ultramarinas”, sempre lembrando ao rei que os vassalos da *conquista* eram merecedores de mercês e que deveriam ser atendidos em seus pedidos. Todavia, as mesmas não foram concedidas apenas àqueles grupos. E sim, para dois tipos de agentes sociais, como indicado por Alencastro.⁷⁸ Destarte:

[O homem ultramarino] faz sua carreira no ultramar buscando lucros, recompensas e títulos desfrutáveis na corte. O [homem colonial] (...) circula em diversas regiões do Império, mas joga todas as suas fichas na promoção social e econômica acumulada numa determinada praça, num enclave colonial que às vezes não o viu nascer mas onde possui bens, herdeiros e tumba reservada.⁷⁹

Recentemente, ao formular uma explicação sob “A formação da elite colonial”,

⁷³ Miguel Dantas da Cruz. *O Conselho Ultramarino*, p. 19.

⁷⁴ Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Viventes*, p. 103-104.

⁷⁵ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”. O fato também foi lembrado por Miguel Dantas da Cruz. Mas, de um modo geral, a questão fora sublinhada de forma pioneira por Fernanda Olival. Cf. Miguel Dantas da Cruz. *O Conselho Ultramarino*, p. 19 e; Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno – honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

⁷⁶ Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno* e; Nuno Monteiro. “O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime”.

⁷⁷ Como já havia feito em 1565, no Rio de Janeiro; na conquista de Pernambuco, no século XVI e; na Restauração baiana, nos *seiscentos*, como vimos.

⁷⁸ Luiz Felipe Alencastro. *O trato dos viventes*, p.103-104. Citação Miguel Dantas da Cruz. *O Conselho Ultramarino*, p. 10.

⁷⁹ Luiz Felipe Alencastro. *O trato dos viventes*, p.103-104.

Rodrigo Ricupero defendeu que para melhor entender a distribuição por parte da Coroa lusa destas mercês haveria a necessidade de utilizar o conceito de patrimonialismo de Max Weber.⁸⁰ Fato que tornava todos os vassallos lusos completamente dependentes do rei. Assim, a

(...) divisão dos cargos e das recompensas, e a forma de acesso a ambos, podem indicar a distinção feita por Alencastro entre o *homem ultramarino* e o *homem colonial*, e entre estes e vassallos com ambições mais limitadas que recebiam pequenas parcelas desses benefícios e atuavam numa área bem mais restrita.⁸¹

Desse modo, que seria necessário “incluir outras categorias de vassallos, com pretensões bem mais limitadas, que atuavam em geral em áreas mais restritas e que recebiam pequenas parcelas da arca das mercês”. Todavia, para os “homens coloniais” e os setores abaixo, as mercês mais importantes, materialmente falando, eram as terras e os cargos: já do ponto de vista simbólico, seriam os hábitos da Ordem de Cristo e os foros de Cavaleiro. Enquanto que os “homens ultramarinos”, por já serem nobres, procuravam não aqueles hábitos, mas sim benefícios materiais no reino, sobretudo “comendas das ordens militares inacessíveis aos primeiros”. De modo que “a remuneração era feita de acordo com a importância da tarefa e a qualidade da pessoa”.⁸²

Logo, a distribuição de cargos e recompensas também não deixava de ser um reflexo da própria sociedade estamental. Qualidade, serviços e expectativa de retribuição andavam juntos, por isso a diferença entre “homens ultramarinos” e “homens coloniais”, já que todos os grupos sociais poderiam ser contemplados.

Dito isso, a tensão se coloca. Era necessário, por parte da Coroa, lealdade no reino e no ultramar. Para isso a distribuição de mercês era fundamental. Ao mesmo tempo, em momento de crise e de guerra, era urgente arrecadar recursos financeiros para a Fazenda Real. No Rio de Janeiro, devido às dificuldades econômicas do reino, as elites foram chamadas a contribuir e, em decorrência disso, negociaram.⁸³ Mas, se até os

⁸⁰ O estudo do autor tem o objetivo de entender a formação da Elite colonial na América portuguesa no período entre c. 1530 e c. 1630. Mostrando a importância dos colonos para o processo de conquista e a relação que estes estabeleceram com a Monarquia que dependia dos serviços prestados por aqueles. Em troca destes préstimos os conquistadores acabaram por receber via sistema de mercês terra (sesmarias), trabalho (acesso a mão-de-obra indígena) e poder (ofícios na *governança* da terra). Tudo isto teria permitido a estes colonos e vassallos portugueses construir uma “acumulação primitiva colonial” que viabilizou o ingresso da América lusa no Antigo Sistema Colonial. Cf. Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*.

⁸¹ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 52. Grifos no original.

⁸² Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 42 e 83.

⁸³ Como a historiografia já demonstrou para o caso do Rio de Janeiro ver Maria Fernanda Bicalho. “Conquista, mercês e poder local.” e Maria Fernanda Bicalho. *Cidade e Império*.; para o caso de

anos de 1640 a economia fluminense havia crescido, agora o panorama era de crise.

Essa negociação passou pelo universo castrense, sem o qual é impossível compreender a formação do Estado Moderno. Sendo mais preciso, passou pela maneira como esses agentes sociais participaram ou não como Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga daquela Capitania e como as elites fluminenses a financiaram.

Questões afloram. O fato de as elites fluminenses participarem ativamente e de modo negociado do financiamento da defesa do Rio de Janeiro, via aumento da carga fiscal, possibilitaria a sua participação na *governança* da Capitania? Como se daria o processo de nomeação dos Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga no Rio de Janeiro? A construção/negociação de lealdade em relação à nova dinastia na localidade passaria pela incorporação das elites fluminenses aos Ofícios Superiores e Inferiores da Tropa Paga? A nomeação levaria em conta o princípio de “indigenato”, apresentado por Hespanha, como um dos motivadores da Restauração lusa?⁸⁴

Dentro da hierarquia da Tropa Paga, haveria diversos padrões de circulação e prestação de serviços à Coroa de acordo com o Ofício Superior e Inferior, como supõem Monteiro e Cunha? De maneira a deixar claro que os espaços sociais que os agentes ocupavam estavam ligados ao fato de serem “homens ultramarinos” ou “homens coloniais”? Assim, os Ofícios Superiores, como, por exemplo, Sargento-mor, seriam ocupados pelos primeiros; enquanto os Ofícios Inferiores, como o de Capitão de Infantaria, pelos segundos? E esta distribuição estava relacionada aos diferentes padrões de circulação destes agentes no universo luso? Mas, também respeitavam a expectativa de retribuição dos serviços prestados à Coroa?

Os soldos que os Oficiais Superiores e Inferiores recebiam, mesmo que constantemente atrasados, ajudavam na construção/negociação da lealdade? Ou os soldos só eram importantes para os “homens coloniais”, que assim podiam “aplicar” este capital na construção de uma “fábrica de açúcar”, em um período de crise como a década de 1640? Enquanto isso os “homens ultramarinos” tinham em mente os serviços em si, posto que seu foco era voltar para o reino e ascender socialmente?

Essas questões podem nos ajudar a formular nossa hipótese e o objetivo de nosso trabalho. Porém, antes é necessário definir nosso recorte temporal que, grosso modo, está localizado no reinado de D. João IV (1640-1656), mas deve ser refinado, já que é

Pernambuco, ver Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*. para o caso da Bahia, ver Wolfgang Lenk. *Guerra e Pacto Colonial*.

⁸⁴ António Manuel Hespanha. “As faces de uma Revolução”.

necessário combiná-lo com os outros dois espaços: a América lusa e o Rio de Janeiro.

Para o reino, houve a necessidade da nova dinastia “organizar as forças militares e os sistemas de defesa”⁸⁵ e também reaparelhar e reorganizar as forças e estruturaras militares quando se criou as Tropas Pagas.⁸⁶ Isso tudo ocorreu por conta da guerra movida contra Castela, onde o quadro de carência humana, material e técnica era assustador.⁸⁷

Na América portuguesa, temos o fim do período batavo, iniciado com a invasão holandesa em Salvador (1624-25) e terminado com a retomada de Pernambuco (1654).

Para a capitania do Rio de Janeiro, a década de 1640, compreendida aqui nesta pesquisa como os anos entre a Restauração lusa e a Reforma da Tropa Paga (1652), fora o momento no qual a questão militar tivera grande importância. Segundo Loureiro, que analisou a documentação relativa ao Rio de Janeiro existente no Conselho Ultramarino nos *seiscentos*, a referida década fora o período em que houve maior produção de informações a respeito daquela questão. Sobretudo a partir da criação do referido Conselho (1644). O autor dividiu a documentação em várias categorias e mostrou que o tema juntamente com o “sistema de mercês”, entre os anos de 1644 e 1647, foram os mais discutidos naquela instituição, ocupando algo em torno de 60% da documentação.⁸⁸ A concentração em assuntos militares, a partir da segunda metade da década de 1640, pode ser explicada por conta do medo que se tinha na Capitania de um ataque holandês. Permanecendo relevante até o ano de 1648, quando a cidade se mobilizou para a segunda empresa enviada para Angola, chefiada por Salvador Benevides. Este ano e o de 1644, quando se organizou a primeira empresa liderada por Francisco de Soutomaior, foram “claramente (...) os anos significativos, do ponto de vista militar”.⁸⁹ Como se sabe, a expedição liderada por Benevides conseguiu recuperar aquele espaço para os lusos. Benevides, por sua vez, retornaria da África para o Rio de Janeiro em 1652.

Este ano é emblemático para as questões militares da Capitania, em especial, no que diz respeito à ocupação dos Ofícios Superiores e Inferiores das Tropas Pagas, mais precisamente para um dos Ofícios Inferiores, o de Capitão de Infantaria. Ainda nesse

⁸⁵ Francisco Cosentino. “Governadores gerais do Estado do Brasil pós Restauração – Guerra e carreira militar”. In *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 28, jul/dez 2012, nº 48, p. 732.

⁸⁶ Rui Bebiano. “A Arte da Guerra”. In António Manuel Hespanha (Coord.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, Vol. 2, p. 129.

⁸⁷ António Manuel Hespanha. In: *Nova história militar de Portugal*. p. 9.

⁸⁸ Marcello Loureiro. *Iustitiam Dare*, p. 235 e 240. A preocupação militar também ocorrera nos anos de 1640 na Bahia. Cf. Marcello Loureiro. *Iustitiam Dare*, p. 246.

⁸⁹ Marcello Loureiro. *Iustitiam Dare*, p. 245. Citação p. 245.

contexto, na Bahia, finalmente, o Governador-geral, o Conde de Castelo Melhor, conseguia fazer a reforma das Tropas Pagas, prevista desde o ano de 1650, ou seja, reduzir o número de Companhias de Infantaria da Tropa Paga.⁹⁰

Desse modo, a conjuntura do Rio de Janeiro não pode ser dissociada do reino e do Atlântico Sul. No intervalo de 1648-1652, o perigo batavo naquela Capitania tinha sido arrefecido, não só por conta da Restauração de Angola, mas igualmente por conta das vitórias nas duas Batalhas dos Guararapes nos anos de 1648-49, em Pernambuco. Com essas guerras, começava a derrocada dos batavos no Nordeste. Embora, a paz definitiva só venha a ser alcançada em 1668, com a assinatura da paz entre Portugal e Holanda. Com a diminuição do medo holandês no Rio de Janeiro, algumas instâncias de poder (Coroa, Conselho Ultramarino, Governador-geral e Governador da capitania) passaram a se preocupar ainda mais com a chamada reforma da Tropa Paga, o que acarretaria na diminuição do número de Oficiais presentes naquele presídio.

Todavia, esta reforma será influenciada pelas tensões internas da Capitania, presentes desde 1640, e que culminará com a chamada Revolta da Cachaça, em 1660-1. Como pode se perceber, esse movimento ultrapassa nosso recorte temporal. Porém, como parte da ideia da pesquisa é perceber qual fora a lógica social e a maneira pela qual os Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro circularam pelo universo luso, temos que acompanhar nossos personagens após deixarem os referidos ofícios. Alguns dos Oficiais Inferiores tiveram ativa participação no movimento que acabou por retirar do governo da Capitania Salvador Benevides, que tinha papel central naquele espaço, não apenas pelo ofício que ocupava. Mas, igualmente, por ser o maior senhor de engenho da capitania do Rio de Janeiro;⁹¹ e, como brilhantemente resumiu Boxer, por ter desempenhado “importante papel nos dois lados do Atlântico, envolvendo-se ativamente, e não raro de modo decisivo, nos mais diversos assuntos (...)”.⁹² Não é a toa que este grande e clássico historiador inglês lhe destinou um papel importantíssimo em sua obra, com a publicação de sua biografia, “Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686”. Nesta obra, poderíamos sortear inúmeras passagens na qual o autor sublinha o poder que Benevides tinha nos *seiscentos*, não apenas no Reino, mas sobretudo no Rio de Janeiro, que aparece quase como um “feudo”

⁹⁰ José de Mirales. “História Militar do Brasil”. In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1900, Volume XXII, p. 38.

⁹¹ Antonio Carlos Sampaio. *Na encruzilhada do Império*. p. 75 e ss.

⁹² Charles Boxer. *Salvador de Sá*, p. 12.

de Benevides.⁹³

Para entender a causa da revolta, temos que ter em mente algumas questões pelas quais passava a Tropa Paga nos anos de 1640. Segundo Boxer, aquele *corpus* militar possuía uma péssima tradição de ter problemas com o pagamento de seus soldos, assim como todas as demais tropas portuguesas. Benevides, ao assumir o governo em 1642, já tinha tido dificuldades em relação a isso, quando inclusive aqueles militares se revoltaram. A questão continuara em 1660, quando novamente Benevides tomava posse do governo da Capitania e a Tropa Paga encontrava-se com nove meses de salários atrasados. Benevides, então, fez o pagamento dos soldos e aumentou o número de soldados, de trezentos e cinquenta para quinhentos, o que exigia maiores gastos, que deveriam ser cobertos pela cobrança de algum tipo de taxa.

Para isso encaminhou à Câmara uma proposta de imposto que fora rejeitada. Essa, por sua vez, apresentou uma contraproposta, uma contribuição voluntária “acrescida de uma taxa sobre a venda de aguardente”.⁹⁴ No que pese a proibição existente de fabricar e vender aguardente, a sugestão fora aceita pelo Governador. Mas, o montante arrecadado não era suficiente para pagar os soldados. Isso, então, o motivou a fazer nova proposta para a Câmara. Ativando suas relações clientelares, Benevides conseguiu aprovar um novo imposto. A arrecadação fora entregue aos seus aliados, desagradando parte das elites que já estavam descontentes com o mesmo desde os anos de 1640. Neste interim, imaginando que a questão estivesse resolvida, Benevides fora para São Paulo e Paranaguá devido às notícias que davam como certo o descobrimento das minas naquelas localidades, o que o motivou passar o governo ao seu aliado Tomé Correia de Alvarenga.

Quando a cobrança fora feita na banda d’além da Capitania do Rio de Janeiro, mais precisamente em São Gonçalo, a Revolta explodiu, sob a liderança de Jerônimo Barbalho Bezerra. Os revoltosos, entre outras coisas, deram vivas ao monarca D. Afonso VI, retiraram Tomé Correia de Alvarenga do governo da Capitania, e pediram: o fim daquela taxa; a devolução do montante arrecadado; que se examinassem as contas do Governador; que se diminuísse o número de soldados; a eleição de novos membros do Senado, para que se pudesse retirar os aliados de Benevides; a suspensão das

⁹³ A respeito da importância da obra de Charles Boxer para a historiografia ver SCHWARTZ, Stuart Schwartz e Erik Myrup (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru: Edusc, 2009. Em especial Francis Dutra. “Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola de Charles Boxer: cinquenta anos depois”, p. 13-38.

⁹⁴ Charles Boxer. *Salvador de Sá*, p. 324.

atividades da Companhia de Comercio. Igualmente, tentaram fazer com que os paulistas os apoiassem, o que não ocorreu. Muito pelo contrário. Benevides, que se encontrava naquela capitania, em 1661, contando com a ajuda dos vicentinos, sufocou a rebelião e acabou por influenciar, negativamente, o processo de ascensão social de alguns destes Oficiais Inferiores que se envolveram no movimento.

Portanto, o objetivo central do trabalho é mostrar três aspectos a respeito dos Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga da Capitania do Rio de Janeiro no período de 1640-1652: 1º) a lógica social; 2º) o padrão de circulação; 3º) a participação na *governança* da terra. Como hipótese, defendemos que os três pontos apontados apresentaram diferenças entre os Oficiais Superiores e Inferiores. Do mesmo modo, também destacamos que o modelo proposto por Alencastro e aperfeiçoado por Ricupero de “homem ultramarino” e “homem colonial” não dão conta da realidade fluminense. Sobretudo, porque, em alguns casos, não apenas a expectativa, mas a própria retribuição dos serviços, realizada pela Coroa para determinados “homens coloniais”, era maior do que a de “homens ultramarinos”. Igualmente, porque a participação dos “homens coloniais” nas guerras/batalhas estava longe de ser restrita ao espaço americano. Fato que estava ligado às redes clientelares, nas quais os personagens estavam envolvidos. E isso contraria a tese daqueles autores.

Como objetivo secundário, ao entendermos o processo de provimento dos Ofícios Superiores e Inferiores da Tropa Paga da Capitania do Rio de Janeiro entre 1640-1652, podemos ajudar na compreensão da relevância administrativa e da centralidade do Conselho Ultramarino, assim como Cruz salientou, testando “a [sua] capacidade de interferência nas opções militares da coroa”. Essa questão é fundamental, posto que na historiografia há mais “interrogações do que (...) certezas acerca do perfil de competências (...) adquirido pelo Conselho Ultramarino em questões como provimentos ou administração de fundos destinados à guerra”. Em especial, quando se aborda “o tópico dos provimentos e nomeações [,pois] permanece com grandes lacunas por preencher, sobretudo no caso luso-brasileiro”. Destarte, pode se testar a afirmativa feita recentemente por aquele autor de que “tanto os administradores coloniais (sobretudo os governadores-gerais) como o Conselho Ultramarino estiveram envolvidos no processo de nomeação de oficiais superiores destas tropas, dominando mesmo a

integralidade da tramitação processual envolvida”.⁹⁵ De maneira que a assertiva para o caso do Rio de Janeiro parece ser válida e constantemente o Governo-geral interferiu nas nomeações dos governadores do Rio de Janeiro, embora sempre de forma negocial.

Nossa pesquisa foi dividida em quatro capítulos. Os dois primeiros discutem pontos introdutórios que norteiam o trabalho. O capítulo inaugural, de cunho teórico-metodológico, se propõe a fazer um balanço historiográfico. Em especial, iremos discutir como a partir dos anos de 1970, as inovações no campo historiográfico produziram um novo campo disciplinar, a Nova História Militar. Focaremos também a discussão em torno da “Revolução Militar do Século XVII”, conceito inaugurado por Michael Roberts, nos anos 1960, que seria capital para o entendimento da formação dos Estados Modernos; e até que ponto este movimento teria atingido Portugal. A questão castrense, portanto, ganharia centralidade ainda maior na modernidade. Mas, em se tratando da Monarquia lusa, esse processo não pode ser analisado sem levar em consideração a sua relação com o ultramar. De maneira que, utilizando a historiografia que se debruçou sobre o tema na América portuguesa, buscaremos mostrar a sua importância para entender melhor a relação entre o centro e a periferia daquela Coroa.

Uma vez que a historiografia tem pouquíssimo ou nenhum conhecimento a respeito da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro nos *seiscentos*, sobretudo no que toca ao seu gerenciamento e a sua (re)montagem, o capítulo dois mostrará algumas características daquele *corpus* militar. Portanto, a ideia é entender melhor algumas questões que influenciaram a reforma da Tropa Paga (1652). Para compreender este “processo generativo”⁹⁶, temos que observar como se deu, de forma indissociável, o seu gerenciamento financeiro e humano. Assim, torna-se necessário saber quantos soldados existiam naquele *corpus* militar e como eram mantidos. No campo econômico, veremos a existência de constantes déficits por parte da Fazenda Real do Rio de Janeiro. Com a urgência de cobrir estas diferenças, mas não apenas por isso, a Coroa passou a negociar e dialogar, por meio de instituições governativas (Conselho Ultramarino, Governo-geral e Governo do Rio de Janeiro), com as elites fluminenses, via Senado da Câmara. De modo que esta instituição destinou/autorizou recursos, como por exemplo, contribuições extraordinárias e donativos, para serem utilizados particularmente no pagamento dos soldos. Isso nos permitirá ver o protagonismo desse grupo na *governança* da terra, que

⁹⁵ Miguel Dantas da Cruz. *O Conselho Ultramarino.*, Citações p. 4, 20-1 e 26.

⁹⁶ Frederik Barth. *Process and form in social life*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 176.

foi o pioneiro em pedir a reforma da Tropa Paga (1641). Fato crucial por conta da crise econômica em que vivia a Capitania nos anos 1640, uma vez que poderiam pagar menos impostos. Ao analisar o “processo generativo” no qual a reforma fora implantada será possível ajudar na compreensão acerca da centralidade do Conselho Ultramarino em relação à “direção política da guerra”.⁹⁷ Por outro lado, conseguiremos observar como o tema reforma ganhou força a partir da criação da Companhia de Comércio (1649), sobretudo nas instituições governativas externas à Capitania, quando as negociações entre Coroa e as elites fluminenses se tornaram ainda mais intensas e necessárias por conta da efetivação dos monopólios comerciais a que tinha direito aquela Companhia.

Como ferramenta metodológica para entender aquele “processo generativo” nos apoiamos nas ideias de Frederick Barth.⁹⁸ De modo que buscaremos a interação dos elementos descritos acima com a sociedade fluminense. Como Giovanni Levi brilhantemente definiu: “Cada situação individual pode ser descrita como um caso em uma série muito extensa de relações entre parâmetros, com base em um modelo processual generativo”.⁹⁹ Isso tornou possível a construção de um modelo que apresentou coerência aos fenômenos sociais, ou seja, à sociedade mais ampla.¹⁰⁰

Segundo Barth, as interações sociais intergrupais possuem normas que as regulamentam, nas quais há espaço e barreiras para trocas entre os grupos. Melhor dizendo, há lugares onde se pode interagir com atores de outros grupos e há lugares interditados. São estas regras que governariam os encontros sociais. Estas interações que servem entre outras coisas para troca de bens e serviços entre os agentes/grupos se caracterizam por serem interdependentes, pela influência de certos constrangimentos e incentivos.¹⁰¹ São essas trocas que estamos a chamar de negociação.

Desse modo, assim como Barth percebemos os indivíduos envolvidos naquele “processo generativo” como atores, capazes de realizar escolhas e tomar decisões, que dependem das ações e reações de outros atores sociais, dentro de uma “margem de manobra” definida por um universo de possibilidades, que é a própria negociação. O indivíduo fica limitado pela incerteza, já que não sabe como o outro agirá.¹⁰²

Depois de vencida estas partes introdutórias pode-se avançar na proposta central do trabalho que é mostrar que nos diferentes Ofícios da Tropa Paga do Rio de Janeiro

⁹⁷ Miguel Dantas da Cruz. *O Conselho Ultramarino*, p. 26.

⁹⁸ Frederik Barth. *Process and form in social life*, p. 176.

⁹⁹ LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno Stato Assoluto*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.

¹⁰⁰ Frederik Barth. *Process and form in social life*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 33.

¹⁰¹ Frederik Barth. *Process and form in social life*.

¹⁰² Frederik Barth. *Process and form in social life*, p. 159.

existiam “diversas lógicas sociais e (...) distintos padrões de circulação no espaço da monarquia” e que

(...) a integração das periferias e o equilíbrio dos poderes no império não se faziam sobretudo através do enraizamento local de todos os agentes referidos, o qual pode ou não ocorrer, mas ao invés, pelo facto de as distintas instâncias, e as respectivas elites mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro.¹⁰³

Os capítulos três e quatro são complementares/comparativos. Neles mostraremos como os Oficiais Superiores (terceiro capítulo) e Inferiores (quarto capítulo) da Tropa Paga da capitania do Rio de Janeiro possuíam lógicas sociais, padrões de circulação pelo universo luso e participação na governança da terra diversos. Iremos, sempre que possível, mostrar a importância da ligação que estes personagens tinham com as redes clientelares existentes na Capitania, na qual se destacava a “comandada” por Salvador Benevides. Estas relações serão entendidas a partir das interações intergrupais descritas por Barth, que nos ajudarão a compreender aquele mesmo “processo generativo” que fora responsável pela existência das diversas lógicas sociais e dos padrões de circulação existentes entre aqueles militares e a maneira pela qual participaram da *governança* da terra.

A maneira pela qual estas interações/encontros sociais/negociações ocorriam entre nossos personagens, mas igualmente entre eles e as instituições governativas (Coroa, Conselho Ultramarino, Governo-geral, Governo da capitania, Senado da Câmara, Tropa Paga) é que nos permitirão classificá-los em “homens ultramarinos” e “homens coloniais”. Em decorrência disso, não poderiam existir a não ser nelas. A partir daí as lógicas sociais, os padrões de circulação e a participação na *governança* da terra tomam corpo. Portanto, como estas interações ocorriam? Como “homens ultramarinos” interagiam com os “homens coloniais” na Tropa Paga e com a sociedade fluminense? Quais seriam as interdições para os “homens ultramarinos” e para os “homens coloniais”? Quais eram as interdições que o Conselho Ultramarino e a Coroa levavam em consideração quando indicavam e nomeavam alguém? Assim, os sujeitos sociais nunca podem ser percebidos de forma isolada, posto que representam o ponto de encontro de diversas redes sociais. Por outro lado, suas escolhas e estratégias são informadas por recursos e valores disponíveis nessas mesmas redes.¹⁰⁴

¹⁰³ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. “Governadores e capitães-mores”, p. 194.

¹⁰⁴ Frederik Barth. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

Nos processos decisórios, momento em que ocorreu a interação, ficaram claros os conflitos. Isso nos permitiu entender quais foram os valores colocados em prática na negociação, ou seja, quais foram os parâmetros usados e como os grupos aceitaram ou não os mesmos.

Para transformar isso num modelo de síntese traçamos três etapas. Primeiro, para explicar a forma do modelo é necessário descobrir como foi o processo que o gerou; segundo, ele produz um significado que permite descrever e estudar as formas de mudanças sociais e as variáveis básicas que geraram estas formas; terceiro, facilita o método de análise comparativa e a sua comprovação.¹⁰⁵

A interação com a sociedade também é algo buscado pela chamada Nova História Militar.¹⁰⁶ De tal modo que observaremos a evolução da sociedade fluminense e como suas elites locais, por vezes, acabaram por influenciar na montagem da Tropa Paga. De maneira a entender que o universo militar não está separado do “civil”.¹⁰⁷ Estas questões estarão presentes nos capítulos três e quatro.

No terceiro capítulo, sublinharemos como os Ofícios Superiores da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro eram ocupados pelos chamados “homens ultramarinos”. Não abordaremos o principal ofício, o de Capitão-mor, que era exercido juntamente com o de governador da Capitania, já que a historiografia tem se ocupado dele.¹⁰⁸ Mas, sim, o ofício abaixo deste, o de Sargento-mor, como explicitamos no primeiro capítulo deste trabalho. A análise do período em que estes militares permaneceram no ofício nos permitirá ver que não precisavam se enraizar no Rio de Janeiro e que os mesmos, embora tivessem participação ativa na *governança*, eram tutelados por instâncias governativas locais, como o Senado da Câmara. Esta instância era composta pela *nobreza da terra*, o que acabava por gerar negociações entre as esferas envolvidas. Para o nosso período, isso fica patente nos conflitos que ocorreram quando da nomeação temporária de Governadores da capitania, especialmente, em momentos que aquelas esferas de poder não chegavam a um acordo. Nesses casos, uma interferência mais “agressiva” por parte do Monarca ou do Conselho Ultramarino era incentivada. E, assim, se mostrava como um canal de comunicação entre o Rio de Janeiro e a Coroa,

¹⁰⁵ Frederik Barth. *O guru, o iniciador*.

¹⁰⁶ No primeiro capítulo deste trabalho discutiremos, como já temos feito em outras oportunidades, como o campo se constituiu e quais as suas principais preocupações. Cf. Luiz Guilherme S. Moreira & Marcello Loureiro. “Nova História Militar”.

¹⁰⁷ Como veremos em nosso primeiro capítulo a separação entre o universo militar e civil foi uma engenharia criada no século XIX, sobretudo por Clausewitz.

¹⁰⁸ A esse respeito ver os estudos de Nuno Monteiro e Maria de Fátima Gouvêa.

como foi o caso da nomeação do governador da capitania Duarte Correa Vasqueanes, em 1645.

No quarto capítulo, trataremos dos Ofícios Inferiores, em especial dos Capitães de Infantaria, o mais importante. Nele ficará claro que aqueles espaços eram ocupados, em sua grande maioria, pelos “homens coloniais” e que estes, por sua vez, possuíam lógicas sociais e padrões de circulação diferentes dos Oficiais Superiores da Tropa Paga (Sargento-mor). Os Capitães de Infantaria, assim como os Sargentos-mores, eram fundamentais para a *governança* da terra, embora atuassem de forma indireta. Além disso, devido às questões econômicas vistas acima, a Coroa negociava a participação dos membros das elites fluminenses nas Tropas Pagas. Elas procuravam o posto de oficialato não apenas por conta da distinção social, mas porque lhes conferiam uma série de vantagens, como salários, “proes, percalços e emolumentos” que ajudavam de algum modo na montagem de um engenho de açúcar. Assim, Coroa e elites (re)teciavam lealdades.

Nesse capítulo, iremos perceber ainda a negociação entre essas elites, das quais seus membros eram alçados a Capitães de Infantaria, com diversas instituições: o Governador da capitania, o Governador-geral, o Conselho Ultramarino; e o próprio Monarca. Essas negociações se tornaram intensas em dois momentos, quando da montagem das duas expedições que foram para Angola lutar contra os batavos: a primeira, em 1645, e; a segunda, em 1648.

Capítulo 1. O estado da “Arte”: uma proposta teórico-metodológica e um balanço historiográfico¹⁰⁹

Ultimamente, tem havido no Brasil um incremento considerável nas investigações atinentes à história militar.¹¹⁰ Importantes pesquisadores e centros de referência acadêmica têm elaborado trabalhos, dissertações e teses nesse campo do saber.¹¹¹ O próprio mercado editorial também tem mostrado bastante interesse na área.¹¹² De tal forma que muitos historiadores têm cunhado um novo campo de conhecimento denominado “Nova História Militar” que se opõe a “História Militar”. Destarte, a proposta desse capítulo é discutir até que ponto esta “Nova História Militar” é realmente nova, como estes dois campos se constituíram e como se apresentam hoje e como a disciplina História pode colher bons frutos ao se aproximar deles.

Complementando o título do capítulo, avançamos para a segunda parte e fazemos um balanço historiográfico acerca de alguns estudos que enfocam a história militar no período colonial. Nesse sentido, atenção especial foi dada ao período dos Seiscentos.

Por outro lado, já há alguns anos a história da América portuguesa e do próprio Império luso, vem sendo rediscutida, sobretudo com aportes oriundos da intensa renovação que ocorreu na história social. Assim, a sua dinâmica tem se mostrado muito mais rica e complexa do que a desenhada anteriormente. Acreditamos que uma maior

¹⁰⁹ Versões preliminares deste texto foram publicadas em Luiz Guilherme S. Moreira & Marcello Loureiro. “Nova História Militar e; Luiz Guilherme S. Moreira. “Os Múltiplos Olhares Sobre A História Militar”. In *História Unisinos*. São Leopoldo (RS): Ed. da Unisinos, Vol. 16, Nº 3 - setembro/dezembro de 2012, pp. 271-282. Acessado em 21/01/2013. <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/historia/article/view/htu.2012.163.01/1248>.

¹¹⁰ Cujas obras mais importantes, sem dúvida, são de Celso Castro, Celso; Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

¹¹¹ Recentemente, em vários programas de pós-graduação em história, há uma rica produção que procura tratar a história militar de modo interdisciplinar. Neste sentido, para mencionar apenas os estudos vinculados à história da época colonial, destacamos os seguintes trabalhos, ainda não publicados: Luiz Guilherme S. Moreira. *Navegar, lutar, pedir e... receber*; Bruno Miranda. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701)*. Recife: UFPE, 2006, dissertação de Mestrado e; Wolfgang Lenk. *Guerra e pacto colonial*. Trabalhos que foram publicados: Marcello Loureiro. *A Gestão no Labirinto*; José Eudes Gomes. *As milícias d'El Rey*. Dissertação defendida na UFF, ganhadora do Prêmio Pronex/UFF Culturas Políticas (2009) e; Christiane Figueiredo Paganno de Mello. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, tese de doutorado defendida na UFF. Recentemente, foi publicado um ótimo livro de divulgação de vários autores brasileiros e portugueses com temática militar. Paulo César Possamai (org.). *Conquistar e defender: estudos de história militar na idade moderna*. São Leopoldo (RS): Oikos ed., 2012. O levantamento foi realizado em dezembro de 2012.

¹¹² Como pode ser visto pelos trabalhos que foram publicados, citados na nota acima, e originalmente pensados como produção acadêmica.

atenção ao campo da “Nova História Militar”, por parte dos historiadores que tem se detido a formular explicações gerais acerca desta Monarquia Portuguesa, pode ser bastante rica. Portanto, na terceira parte deste capítulo iremos mostrar como algumas contribuições a respeito da história militar na América lusa podem nos ser bastante úteis. Antes, porém, mostremos como se deu a construção da “Nova História Militar”.

1.1. A história militar e a “nova história militar”.

1.1.1. A história militar

A história militar é um dos gêneros mais antigos da historiografia, iniciando-se com Heródoto e Tucídides e apresentava uma dupla preocupação, primeiro refletir sobre a técnica da arte militar. Segundo pelo fato glorioso e o seu significado, que a aproximava da história mais ampla. O tempo era visto como linear, contínuo, irreversível e pela sucessão dos eventos. O sujeito histórico era individual e o protagonista dos grandes acontecimentos, ou seja, o *herói*, o homem do Estado, o chefe militar.¹¹³ É certo, como aponta Antonio Espino López, que estes historiadores clássicos não eram historiadores militares, embora tratassem do tema. Entretanto, já havia uma literatura militar especializada como, por exemplo, Vegetio, autor de *Epitomae Rei Militaris* (390 d.C.) e grande teórico da tática, da estratégia, da organização romana e defensor da infantaria. Este autor teve grande influência na obra de Maquiavel e em toda Renascença, momento no qual os historiadores clássicos voltaram a ser lidos.¹¹⁴

Mas, a história militar começou a tomar forma como campo autônomo no século XIX,¹¹⁵ quando também estavam em voga os movimentos nacionalistas. De tal forma, que a disciplina era utilizada para legitimar o Estado nacional, reforçar e construir sua identidade, servindo muitas vezes como mitos fundadores da nacionalidade.¹¹⁶

A história militar foi negligenciada, sobretudo, a partir da década de 1950, não só porque não conseguiu se libertar desta função patriótica e legitimadora que possuía e

¹¹³ Nuno Severiano Teixeira. “A história militar e a historiografia contemporânea”. In *Revista A Nação e a Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1991, ano XVI, nº 59, p. 55-6.

¹¹⁴ Antonio Espino López. “La historia militar. Entre la renovación y la tradición”. In *Manuscripts*, nº 11, enero 1992, p. 215.

¹¹⁵ Contudo, Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas não partilham desta idéia. Para estes autores, a história militar no século XIX já havia sido deixada em segundo plano. A esse respeito ver Ciro Cardoso. “Introdução – História e conhecimento: uma abordagem epistemológica”. In Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2011, p. 117-8.

¹¹⁶ Nuno Severiano Teixeira. “A história militar e a historiografia contemporânea”, p. 56.

pela incapacidade de fornecer mecanismos para a compreensão da realidade;¹¹⁷ mas, também, por conta da prevalência contundente dos diversos estruturalismos, dentre eles o marxismo, na produção do conhecimento histórico.¹¹⁸ Acreditamos que este descuido provenha de preocupações tanto dos historiadores militares quanto dos civis. Porém, para entendê-la é necessário voltar ao século XIX, vejamos.

O militar prussiano Karl von Clausewitz, segundo John Keegan,¹¹⁹ escreveu, na década de 1830, o livro mais famoso sobre a guerra, intitulado *Da Guerra*, e por isso podemos considerá-lo o pai da historiografia militar. Para entender como formulou sua ideia acerca deste campo de conhecimento, é necessário resgatar algumas características que afligiam o autor e se encontravam presentes no início daquele século no exército prussiano. Clausewitz estava preocupado, na verdade, com a formação e consolidação do Estado e seus corolários: “soberania absoluta, diplomacia ordenada e tratados legais”.¹²⁰ Ao mesmo tempo, pensava na normatização da guerra, com convenções estabelecidas, numa tentativa de torná-la civilizada. Dentro desta regulamentação não era possível à guerra:

[...] sem início ou final, (...) endêmica de povos sem Estado, ou mesmo em estágio pré-estatal, nos quais não havia distinção entre portadores, legais ou ilegais de armas, uma vez que todos os homens eram guerreiros; uma forma de guerra que prevalecera durante longo período da história da humanidade e que ainda sobrevivia nas margens dos Estados civilizados e, com efeito, era posta a serviço desse Estado mediante a prática comum de recrutar seus praticantes como soldados *irregulares* de cavalaria ou infantaria.¹²¹

Clausewitz fora educado dentro dos quadros dos Regimentos da Infantaria Prussiana, que eram vistos como “escolas da nação”, que estimulavam a temperança, o preparo físico e a proficiência nos estudos básicos elementares. Eram modelos de “perfeição social”, num momento em que os soldados tornavam-se distantes dos grotescos e desordeiros aldeões. Embora, em termos de origem social, estes mesmos Regimentos estivessem repletos destas figuras. Havia um processo de diferenciação que acabava por isolar os ex-aldeões, agora soldados, da sociedade. Criando assim normas,

¹¹⁷ Embora a sociologia, a ciência política, as relações internacionais nunca tenham perdido o interesse pelo tema. Cf. Nuno Severiano Teixeira. “A história militar e a historiografia contemporânea”, p. 57, 59 e ss.

¹¹⁸ François Dosse. *História do Estruturalismo*. São Paulo: EDUSC, 2007, 2 Vols. Sobre a epistemologia do marxismo vide Ciro Cardoso. “Introdução – História e conhecimento: uma abordagem epistemológica”. In Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas. *Novos domínios da história*, p. 6-8. Gostaria de agradecer a indicação do texto feita por Fábio Frizzo (Doutorando em História pela UFF).

¹¹⁹ John Keegan. *História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 18.

¹²⁰ John Keegan. *História da Guerra*. p. 20

¹²¹ John Keegan. *História da Guerra*. p. 21.

regras, rituais e disciplinas próprias.¹²² Se, por um lado, o isolamento era bem visto pelos militares, que podiam se constituir em um grupo mais qualificado; por outro lado, o restante da sociedade, que aos poucos ia sendo definida como civil, também apoiava esta segregação. Posto que o homem, após o início da era cristã, começou a acreditar que o porte legal de armas deveria ser feito por meio de um “código rigoroso de justiça militar e dentro de um *corpus* de leis humanitárias”.¹²³

Nascia, a nosso ver, a ideia de que, assim como o isolamento dos militares da sociedade e suas qualidades positivas, a história militar deveria ser apartada da história geral. Muito embora, tanto os militares como a história militar voltassem à sociedade mais ampla, uma vez que serviam como heróis nacionais daqueles Estados que surgiam, de modo que ambos, militares/heróis e Estado, beiravam a sacralidade.

Interessante notar que, embora a historiografia militar tenha renovado e reinterpretado seus heróis, eles continuavam a existir. Foi somente quando os grandes modelos explicativos começaram a ruir e com eles a crença da possibilidade da existência de sociedades mais justas é que deixaram de ter o prestígio que até então detinham. Fato que também está relacionado à desvalorização de um nacionalismo, que se ligava ao fanatismo, e, ao mesmo tempo, a própria desmistificação que o militar tem hoje em nossas sociedades. Nesse sentido, os militares e a historiografia militar tiveram que se aproximar da sociedade civil, o que fatalmente refletiu na escrita que elaboram sobre a história militar.

Depois que vimos porque a história militar acabou se isolando, podemos voltar a observar a década de 1950 e, em especial, para a historiografia francesa o seu olhar estrutural, pensado, dentre outros, por Fernand Braudel, Pierre Chaunu e Pierre Goubert.¹²⁴ Autores que davam atenção especial a história econômica, pautada por análises de longa duração e sustentada por ampla documentação quantitativa e serial.¹²⁵

A história política também foi sobremaneira esquecida. Afinal, assim como a história militar, situava-se no nível dos eventos, da curta e não da longa duração;

¹²² John Keegan. *História da Guerra*. p. 34 e ss.

¹²³ John Keegan. *História da Guerra*. p. 20. Como veremos em nosso trabalho, o problema dos soldados “imperfeitos” vinha já desde a época moderna.

¹²⁴ Fernand Braudel. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 3 Vols.; Pierre Chaunu. *Sevilha e a América nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1980; e Pierre Goubert. *Cent Mille Provinciaux au XVII^e Siècle*. Paris: Flammarion, 1968.

¹²⁵ Sobre este ponto, consultar: Albert Soboul. “A descrição e medida em história social”. In Ernest Labrousse. (org.). *História Social – problemas, fontes e métodos*. Lisboa: Cosmos, 1967; João Fragoso. “Para que serve a história econômica?” In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: n. 29, 2002, p. 3-28; e Peter Burke. *A Escola dos Annales – 1929-1989*. São Paulo: Unesp, 1991, p. 1-22.

descrevia, ainda, grandes feitos de gabinetes e biografias de personagens considerados importantes.¹²⁶

A origem desse esquecimento da história militar (e política), em grande medida, está nos *Annales*. Sem dúvida, as contribuições e advertências daquele grupo registraram indelévels marcas nos modos de produção do conhecimento histórico.¹²⁷ Graças aos *Annales*, buscou-se uma “história total”, em detrimento de uma história anterior, sobremaneira política ou militar, pautada em grandes personagens, gabinetes e batalhas; as fontes passaram a ser examinadas sob uma nova ótica, não se reduzindo a documentos oficiais; além disso, a investigação científica deveria formular questões ao passado, precedidas por hipóteses, que inexoravelmente estavam vinculadas aos problemas contemporâneos ao historiador. A consciência acerca da possibilidade de o presente interferir na compreensão do passado fez com que muitos se dedicassem a analisar o que se chamou de “operação historiográfica”.¹²⁸

Por outro lado, a busca de uma “história total”, por parte dos *Annales*, fez com que a história militar fosse marginalizada sob a crítica de ser uma história factualista, que não relacionava a dimensão militar da sociedade com seus aspectos mais amplos. Soares e Vainfas, de forma um tanto enfática e metafórica, sublinharam que: “No caso daquela historiografia francesa, a história militar foi reduzida a pó”, num processo que começou com os fundadores da Revista dos *Annales* e terminou por se completar em sua terceira geração, nos anos 1970 e 1980, com o surgimento da “Nova História”.¹²⁹

Contudo, desde os anos 1970, em razão das aproximações que a história estabeleceu principalmente com a Teoria Social e com a Antropologia, novos objetos, métodos e abordagens temáticas têm sido aplicados à historiografia em geral. A história política, por exemplo, inventou novas maneiras de compreender a relação dos indivíduos com a sociedade, alterando as possibilidades da escrita biográfica; resignificou a narrativa e; introduziu a idéia de “cultura política”.¹³⁰

¹²⁶ Peter Burke. *A Escola dos Annales*, p. 17-22.

¹²⁷ Peter Burke. *A Escola dos Annales*. Conferir ainda: François Dosse. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

¹²⁸ A expressão, clássica, é de Michel de Certeau, em *A Escrita da História*. São Paulo: Forense Universitária, 2008. A preocupação de discutir o caráter subjetivo do conhecimento histórico também se apresenta, por exemplo, em Adam Schaff. *História e Verdade*. Lisboa: Estampa, 1994.

¹²⁹ Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas. “Nova História Militar” In Ciro Cardoso; Ronaldo Vainfas. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012, p. 119.

¹³⁰ Sobre as transformações da História Política, verificar: Rene Remond. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. No Brasil, vale destacar o Núcleo de Pesquisas em História Cultural (NUPEHC) da Universidade Federal Fluminense (UFF) que tem publicado várias coletâneas de textos que utilizam a ideia de “cultura política”. Cf. Martha Abreu e Rachel Soihet (Orgs.) *Ensino de história – conceitos*,

Entretanto, López destacou que na França, no período entre guerras, apesar deste afastamento acadêmico, houve quem produzisse história militar, tendo os *Annales* como referência. Neste sentido, André Corvisier,¹³¹ preocupado em abordar o exército francês no Seiscentos, trabalhou com fontes seriais oriundas da abertura dos arquivos militares daquele país, com um olhar orientado pelas *mentalidades*.¹³²

Pierre Chaunu, ao prefaciando um dos livros de Corvisier, que fora encomendado pelo próprio prefaciador, destacou as inovações trazidas pelo autor. Ele teria renovado profundamente a história da batalha e sua forma. Igualmente, preocupou-se em estabelecer uma ponte entre os dois mundos, dos militares e da sociedade. Sua obra é importante por trazer questões até então não pensadas, que possibilitam, inclusive, no futuro serem questionadas. O que está longe de ser uma falha de sua argumentação, mas exatamente da sua riqueza e, claro, de seu pioneirismo.¹³³

Corvisier destacou que há cerca de um século atrás o estudo da história da guerra fora relegado a segundo plano, já que não conseguia, na visão dos militares, responder as necessidades que se apresentavam. O tempo histórico se acelerava cada vez mais e novas questões se colocavam com uma rapidez assustadora. Assim, as conclusões das pesquisas, por demorarem a serem elaboradas, não conseguiam acompanhar as suas demandas e, por isso, acabavam não sendo consultadas. Destarte, que o “curso de história militar, na Escola de Guerra de Paris, quase não era levado em consideração na década de 1950”.¹³⁴

A esquizofrenia no campo acadêmico chegou a tal ponto que em 1973, na Sorbonne, foi realizado um Seminário sobre Napoleão no qual a guerra não foi abordada sob nenhum aspecto. Mesmo sendo desnecessário lembrar que

(...) na realidade, nenhuma das obras civis, econômicas, culturais, etc. de

temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2003; Rachel Soihet, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa (Orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005; Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (Orgs.). *Cultura política e leitura do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 e Rachel Soihet, Maria Regina Celestino Almeida, Cecília Azevedo e Rebeca Gontijo (Orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas – memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

¹³¹ André Corvisier. “Aspects divers de l’histoire militaire”. In *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, 1973, pp. 1-9 Apud Antonio Espino López. “La historia militar”, p. 223. Em português temos a publicação de André Corvisier. *A guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

¹³² Antonio Espino López. “La historia militar”, p. 223. A respeito da “história das mentalidades” ver Ronaldo Vainfas. “História das mentalidades e história cultural”. In Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas. *Domínios da História*.

¹³³ André Corvisier. *A guerra*, p. 14. Para além disso, Chaunu enfatizou a importância da obra de Corvisier, mormente, o “Dictionnaire d’Art Et d’Histoire Militaires”, que não teria similar no gênero.

¹³⁴ André Corvisier. *A guerra*, p. p. 20.

Napoleão foi empreendida ou levada a termo sem que a guerra estivesse sempre presente e não as tivesse marcado, fosse desviando sua realização com relação à finalidade inicial, fosse simplesmente por impedir seu desenvolvimento imediato.¹³⁵

Mas, se, por um lado, este Seminário não foi o apogeu desta esquizofrenia, apenas marcando uma necessidade de se olhar novamente para a história militar; por outro, nesta década a “ampliação das reflexões históricas a longo prazo” feita pelos *Annales*, possibilitou a historiografia olhar para outros campos, dentre os quais a historiografia militar. O que permitiu, inclusive ao principal representante da “escola”, agora na sua segunda geração, já na década seguinte, mais precisamente em 1984, desenvolver um seminário que abordava a guerra e a economia.¹³⁶ Assim, reconhecia-se a “importância do fato militar por parte de um historiador que havia denunciado a história-batalha”.¹³⁷ Dito isso, acreditamos que a afirmação de Soares e Vainfas, de que “No caso daquela historiografia francesa, a história militar foi reduzida a pó”,¹³⁸ tenha que ser melhor explicada. Ao que parece, a produção histórica pode não ter tocado a história militar, não porque essa deixasse de ser importante e, por isso, descartada, mas porque acabou sendo preterida por outros motivos, talvez fruto das críticas que foram feitas à história militar como sinônimo de uma história-batalha, oriundas, mormente, da sua primeira geração.

Contudo, é interessante notar que na França, segundo Corvisier, a volta da história militar não deve ser creditada à falência da história estruturalista, que focava sua atenção na longa duração. Talvez, por conta do próprio autor se filiar a este tipo de história. Mas, pelo fato de que devido ao processo de aceleração da história os acontecimentos passaram a ter outras cores, o que motivou o interesse pela análise das “tomadas de decisão” e para “a análise das situações” em detrimento das empreendidas pela análise estrutural.¹³⁹

Igualmente a renovação também se deu por aproximação com a sociologia. Na Inglaterra, Keegan, por exemplo, trouxe grandes contribuições ao estudo da história da guerra, em sentido estrito, construindo um modelo de uma nova história militar. Introduziu nos estudos sobre as guerras os métodos da sociologia militar analisando não só a experiência do combate, mas o comportamento psicossociológico do combatente.

¹³⁵ André Corvisier. *A guerra*, p. p. 21.

¹³⁶ A respeito das “gerações” da Escola dos *Annales* ver. Peter Burke. *A Escola dos Annales*.

¹³⁷ André Corvisier. *A guerra*, p. 20 e 24.

¹³⁸ Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas. “Nova História Militar”, p. 119.

¹³⁹ André Corvisier. *A guerra*, p. 20-1.

Nos Estados Unidos, Willian McNeill trabalhou com um “modelo braudeliano cuja infraestrutura é a guerra”, concluindo que “mais que os meios de produção ou a vida material, são aquilo que chamou de complexos políticos-militares o factor de mudança histórica”.¹⁴⁰ Na Itália, os estudos foram renovados por uma aproximação com a história política, por meio da revisão da obra de Clausewitz.¹⁴¹

Já a história econômica, principalmente após a apropriação das concepções do antropólogo Karl Polanyi, criou estreitas relações do mercado com o conjunto social, enfatizando a noção de que nem sempre um mercado obedece às leis matemáticas de uma determinada equação, mas, ao contrário, frequentemente é “imperfeito”.¹⁴² Noutros termos, quando se trata de uma economia pré-industrial, sofre influências de privilégios de grupos, refletindo, na prática, uma determinada ordem ou hierarquia social.¹⁴³

A história social também se transformou muito.¹⁴⁴ Antes disso, durante décadas, o conceito estrutural de *classe* fez com que os historiadores e sociólogos praticamente ignorassem os sujeitos sociais. Conceitos-chave como *papel social*, *status*, *mobilidade*, *dinâmica e interação social* e *estratégia* ampliaram o espectro das pesquisas, na medida em que trouxeram novas questões, novos instrumentos analíticos e novas reflexões para os historiadores a partir de outras categorias.¹⁴⁵ Desnecessário mencionar o esforço da microanálise italiana no sentido de, por meio da redução da escala, buscar compreender as relações entre os indivíduos e as estruturas.¹⁴⁶ Fruto do que Cardoso sublinhou de que

¹⁴⁰ Nuno Severiano Teixeira. “A história militar e a historiografia contemporânea”, p. 66.

¹⁴¹ Nuno Severiano Teixeira. “A história militar e a historiografia contemporânea”, p. 64 e ss.

¹⁴² Karl Polanyi. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980; e Edoardo Grendi. *Polanyi. Dall'antropologia allá micro analis istorica*. Milão: Etas Libri, 1978, pp. 97-122.

¹⁴³ Como um exemplo de trabalho, no Brasil, que observa as considerações de Polanyi para a análise econômica, consultar os trabalhos de João Fragoso: João Fragoso. “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista” in João Fragoso et alii. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem à Maria Yeda Linhares*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2001; e João Fragoso. “O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII”. In Mônica Oliveira e Carla Maria Almeida (orgs.). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, pp.157-207. Para o caso da história moderna europeia, ver Giovanni Levi. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁴⁴ Os sociólogos Georg Simmel e Norbert Elias têm papel relevante nessa transformação. No Brasil, suas principais obras traduzidas, nessa temática, são: Georg Simmel. *Questões Fundamentais da Sociologia: Indivíduo e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006; Georg Simmel. *Ensaio sobre teoria da história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011 e; Norbert Elias. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Alguns sociólogos brasileiros consideram Elias tributário de Simmel. É o caso de Leopoldo Waibortz “Elias e Simmel”. In Frederico Neiburg et alii. *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: USP, 2001, pp. 89-111.

¹⁴⁵ Peter Burke. *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp, 2002.

¹⁴⁶ Frederik Barth. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*; Carlo Ginzburg. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In Carlo Ginzburg. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991; Giovanni Levi. *A Herança Imaterial*; Henrique Espada Lima. *A Micro-História*

hoje a produção historiográfica procura “um equilíbrio, uma integração harmoniosa entre determinação social e autonomia de consciência”.¹⁴⁷ Dito de outra forma, as condições materiais influenciam a vida social, não se pode negar, mas não diretamente, incontestavelmente e impositivamente. As condições materiais e econômicas são filtradas, mediadas, analisadas, apropriadas de acordo com o aparato cultural e as experiências individuais de cada sujeito. Em suma,

(...) a realidade só pode ser apreendida mediante as tradições culturais estabelecidas, e as mudanças sociais e econômicas não agem sobre seres humanos que sejam páginas em branco; pelo contrário, atuam sobre indivíduos portadores de tradições culturais estabelecidas, de um “capital simbólico” acumulado.¹⁴⁸

Acreditamos que todos estes elementos têm contribuído de algum modo para a retomada da história militar e que igualmente estão ligados à própria dinâmica e fluidez da escrita da disciplina. Nesse sentido, algo que surge neste contexto e que foi apontado por Lawrence Stone seria a “volta da narrativa”, que para López seria a grande responsável pelos olhares se direcionarem novamente a este campo de conhecimento. Stone sublinhou que ultimamente haveria, entre outras, uma preocupação em analisar as relações de poder e com ela a própria política seria recolocada no palco.¹⁴⁹ Assim, por exemplo, torna-se vital explicar porque determinadas civilizações têm seu apogeu e queda e como isso está relacionado com a força da autoridade política e das mudanças em relação à guerra.¹⁵⁰

Nesse quadro de renovação historiográfica, percebe-se também uma discussão

Italiana: Escalas, Indícios e Singularidades. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2006; Carla Maria Almeida Oliveira. *Exercícios de Micro-história*.

¹⁴⁷ Ciro Cardoso. “Introdução – História e conhecimento: uma abordagem epistemológica”. In Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.). *Novos domínios da história*, p. 16.

¹⁴⁸ Ciro Cardoso. “Introdução – História e conhecimento: uma abordagem epistemológica”, p. 16-17.

¹⁴⁹ Antonio Espino López. “La historia militar”, p. 228. Voltaremos ao longo do texto ao tema da narrativa.

¹⁵⁰ Foi o que propôs John Keegan. Para o autor a expansão e o domínio europeu sobre o globo estão ligados ao modo como a cultura ocidental lidou com a guerra. Sendo mais específico, a total ausência de restrições a ela, ao contrário dos demais povos, que impunham limites culturais a sua prática. Nesse sentido, três elementos foram fundamentais. Primeiro, a moral foi rompida quando os gregos no século V a.C. abandonaram a guerra ritual e passaram a fazer batalhas nas quais os homens guerreavam face a face até a morte. Segundo, o intelectual, proveniente do oriente, no tempo das Cruzadas, tornou possível guerrear por uma ética de que a Guerra era Santa. O terceiro, o tecnológico, fora produzido pelos próprios europeus. Assim, no século XVIII, as mudanças ocorridas com a introdução da pólvora já haviam sido consolidadas e na sociedade ocidental não havia um controle efetivo de seu uso. Ao contrário do que ocorria na Ásia, que por limites culturais não as adotou e continuou a circunscrever o uso e porte das armas tradicionais, mesmo que obsoletas, as suas elites. Cf. John Keegan. *História da Guerra*. p. 496 e ss.

profunda nos modos de compreensão e produção da história militar.¹⁵¹ Atualmente, alguns autores chegam a falar de uma “Nova História Militar”.¹⁵² É fato que estes novos historiadores militares acabam por circunscrever a história militar tradicional, que estão a combater, aos aspectos castrenses, o que não corresponderia à verdade. De modo que temos que prestar atenção ao alerta dado por Soares e Vainfas de que “entre o novo e o velho (...) há muitas continuidades que as propostas de inovação preferem ocultar ou minorar”.¹⁵³ Mas, este não é um problema exclusivo dos historiadores militares. Peter Burke, ao comentar o “quanto é nova a nova história”, afirmou que “o que é novo não é a sua existência, mas o fato de seus profissionais serem agora extremamente numerosos e se recusarem a ser marginalizados”.¹⁵⁴

1.1.2. Uma “nova história militar”? A contribuição norte americana e o diálogo entre historiadores civis e militares

Nesse sentido, pensar como os historiadores norte-americanos estão trabalhando com o tema pode nos trazer bons frutos, posto que foram os que formularam o termo “Nova História Militar”.¹⁵⁵ Para além disso, há uma produção rica e sistemática dentro dos quadros militares daquele país.¹⁵⁶ Russel Weigley pontuou que dentro das instituições militares norte-americanas a abordagem da história militar tem mudado, embora, ainda de forma discreta e tímida, já que há uma aproximação maior entre historiadores civis e militares, conquanto em perspectivas diferentes.¹⁵⁷

¹⁵¹ López mostra diversas propostas de aproximação com a história militar, sobretudo por analistas anglo-saxões, como por exemplo, a de John Keegan, Walter Kaegi, Allan Millet e Peter Paret. Para maiores detalhes ver: Antonio Espino López. “La historia militar”, p. 226-231. Optamos por pegar as características que lhes são comuns, que remetem a crítica a uma história militar tradicional.

¹⁵² António Manuel Hespanha. *Nova História Militar de Portugal*. No Brasil, Celso Castro et alii. *Nova História Militar Brasileira*. O livro coordenado por António Manuel Hespanha faz parte de uma coleção que foi dirigida por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira.

¹⁵³ Nesse sentido, os autores mostram como no período clássico os historiadores militares produziram escritos abrangendo campos diversos, como a política e descrições etnográficas. Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas. “Nova História Militar”, p. 113-115.

¹⁵⁴ Peter Burke. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”. In Peter Burke (org.). *A escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 19.

¹⁵⁵ Cf. Celso Castro et alii. *Nova História Militar Brasileira*, p. 9. Segundo Antonio Espino López, até os anos 1970 os historiadores norte-americanos estavam atrasados em relação a produção europeia. Cf. Antonio Espino López. “La historia militar”, p. 226.

¹⁵⁶ Peter Paret. “The history of war and the new military history”. In *Understanding war: essays on Clausewitz and the history of military power*. Princeton, 1993, pp. 215-217 Apud Amanda Mancuso. “A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural”. In *Revista História em Reflexão*, vol. 2, nº 4, UFGD, Dourados, jul/dez 2008, pp. 1-5.

¹⁵⁷ Marco desta virada foi o curso *Novas dimensões da história militar* oferecido no ano letivo de 1973/74 para os militares norte-americanos em uma de suas principais escolas militares, a Escola de Guerra do Exército em Carlisle Barracks, que contou com profissionais civis e militares, que gerou o livro, Russel Weigley (org.). *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981, 2 vols.

Para civis, uma aproximação no aspecto bélico permite entender melhor a sociedade de forma mais ampla. Para militares, preocupados com o seu ofício que é se preparar para a guerra, a história e a cultura passam a ser mais um dos elementos a serem levados em consideração no planejamento das batalhas. Este olhar surgiu com o desdobramento da Guerra do Vietnã (1965-75), na qual a supremacia tecnológica e bélica norte-americana foram incapazes de vencer os vietcongues.¹⁵⁸ Na oportunidade, a ideia de Clausewitz¹⁵⁹ que afirmava que quanto maior fossem as forças militares mais perto da vitória se chegaria, passava a ser questionada.¹⁶⁰

Interessante notar que já havia tido movimentos parecidos com o que ocorrera no Sudoeste Asiático baseados na “guerra prolongada”, como na ex-Iugoslávia do Marechal Tito, em 1942-44 e; na China de Mao Tsé-Tung, em 1949, embora os norte-americanos não tenham prestado atenção a esse aspecto à época. Assim, os conflitos na ex-Iugoslávia, na China e no Vietnã mostravam ser possível vencer um exército mais forte e poderoso com o uso da paciência e de exércitos populares.¹⁶¹

Vale ressaltar que tanto os historiadores militares quanto os civis, participantes da coletânea citada, pontuam a necessidade de estudar a história militar através da interdisciplinaridade. A questão chegou ao Brasil, porém, para as nossas academias castrenses haveria, por parte dos historiadores militares, uma falta de conhecimento das fontes, tanto as diretamente ligadas às questões bélicas, como as demais, o que impossibilitava uma abordagem científica da disciplina.¹⁶²

Entretanto, Weigley chamou a atenção para outras diferenças entre os militares e civis. Para os militares a história ensinaria lições que deveriam ser levadas em consideração na hora de se delimitar as estratégias e as ações. Para os civis, não existia essa ambição. Porém, dentro das escolas militares haveria duas tradições concorrentes, uma alemã/prussiana, a mais famosa, cujo principal representante é Clausewitz e; outra francesa, com o seu autor mais importante sendo o Barão de Jomini (Antoine Henri), ambos contemporâneos e vivendo no século XIX.

A escola alemã/prussiana preocupava-se muito com a estratégia e para tal a história era fundamental, posto que servia de laboratório para futuros militares.

¹⁵⁸ Russel Weigley. *Novas dimensões da história militar*.

¹⁵⁹ Para Keegan, após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), Clausewitz tornava-se o maior estrategista militar. Cf. John Keegan. *História da Guerra*.

¹⁶⁰ Russel Weigley. *Novas dimensões da história militar*.

¹⁶¹ John Keegan. *História da Guerra*., p. 77 e ss.

¹⁶² Como defende Francisco Ruas Santos no Prefácio feito para a tradução do livro. Russel Weigley. *Novas dimensões da história militar*, p. 9.

Entretanto, não era uma experiência total, já que nem sempre as condições das batalhas se repetiam. Aliás, as lições apreendidas confundiam mais do que orientavam, mormente por conta da preocupação em buscar exemplos morais. Logo, o uso da filosofia tornou-se constante, em especial as ideias propostas por Clausewitz. Este tinha a intenção de capturar os aspectos morais e psicológicos da guerra,¹⁶³ o que acabou por produzir reflexões ambíguas e mutáveis. O que levou os militares, preocupados com a praticidade e a utilidade destas lições, a colocá-las em segundo plano ou até mesmo abandoná-las. Deste modo, voltavam-se para a obra de Jomini, que propunha regras gerais, sobre o que se devia e não se devia fazer. A obra deste militar era muito mais didática, de fácil compreensão e execução, e, mais ainda, tornava o Teatro de Guerra mais científico, posto que era aplicável. Esta tradição foi levada para o exército norte-americano.¹⁶⁴

Interessante notar como que as obras de Jomini e Clausewitz são lidas de forma completamente diferentes pelos historiadores militares e pelos historiadores civis. Weigley apresenta os dois autores em polos completamente diferentes e reduz as propostas de Jomini. Enquanto que López insere Clausewitz como seguidor de Jomini e mostra como este propôs três formas diferentes de lidar com a história militar. Para López seriam: primeiro, relatar analiticamente a batalha por meio da descrição; segundo, investigar a batalha enfatizando os aspectos particulares que formulariam regras/normas gerais que seriam aplicáveis em outras batalhas, o que ficou conhecido como a *Arte de Guerra*; terceiro, de modo mais amplo, associando os fatos militares com os políticos, econômicos e sociais. Graças a Clausewitz, a segunda proposta foi amplamente aceita, sobretudo nas escolas militares de origem alemã. Enquanto na França e na Inglaterra, num outro contexto, já com a paz após o Congresso de Viena (1815), devido ao fim das Guerras Napoleônicas, aos poucos o tema foi esquecido. Neste ínterim, a aristocracia militar perdia espaço para a burguesia comercial e industrial.¹⁶⁵

Segundo Keegan, Clausewitz não tem culpa por não considerar a cultura em suas

¹⁶³ Segundo Keegan, Clausewitz percebeu que os exércitos revolucionários franceses eram muito mais eficazes que os dos outros Estados europeus, uma vez que lutavam motivados pelos ideais revolucionários. Passou, então, a se preocupar em como motivar os soldados prussianos para a batalha. Porém, não para a expansão da Revolução, mas para a manutenção do Estado prussiano. Para isso formulou a ideia que a “guerra verdadeira” era a guerra, na qual há uma obediência total, coragem, honra e autosacrifício por parte dos soldados, mobilizados em prol do Estado. Cf. John Keegan. *História da Guerra*, p. 35 e ss.

¹⁶⁴ Russel Weigley. *Novas dimensões da história militar*.

¹⁶⁵ Antonio Espino López. “La historia militar”, p. 216 e ss.

análises. Em sua época não havia quem pudesse lhe fornecer o embasamento para tal. O que levou Keegan a confirmar os ensinamentos obtidos com Christopher Duffy de que “a guerra é uma atividade cultural”.¹⁶⁶ Desta forma, Clausewitz não conseguiu entender o comportamento dos cossacos russos, quando em 1812 o exército de Napoleão invadiu a Rússia. O prussiano lutou ao lado dos russos e esteve presente quando os próprios incendiaram os seus campos e cidades para impedir a permanência dos franceses em seus territórios. O cenário era de total desolação, não só por conta da destruição que o fogo causava, mas por conta dos atos perpetrados pelos cossacos contra os que deveriam proteger. O que levou Clausewitz a chamá-los de carniceiros, porque entre outras coisas não se enquadravam numa “guerra civilizada”, cujas premissas primavam pela disciplina, ordem e normatização. Do mesmo modo, não era capaz de se reconhecer como filho do Iluminismo, com uma formação de um “oficial profissional de um Estado [Prússia] centralizado”.¹⁶⁷

O livro de Clausewitz o tornou conhecido depois de sua morte (1831), nos anos de 1870, na Prússia (Alemanha). O contexto era de unificação daquele Estado. Naquela oportunidade, duas batalhas importantes haviam sido vencidas, uma contra o Império Austríaco e outra contra a França. O chefe do Estado-maior da Prússia, Helmuth Von Moltke, dizia ter lido Clausewitz e seguido suas recomendações. Das quais destacamos a importância de que os exércitos fossem compostos por Regimentos

(...) recrutados entre os melhores jovens do país (...) que viam nos seus dias de serviço militar o rito de passagem que os transformará em homens. Esse rito de passagem tornou-se uma importante forma cultural na vida europeia, uma experiência comum a quase todos os jovens europeus do sexo masculino e, por sua universalidade, sua pronta aceitação pelos eleitorados como uma norma social e sua inescapável militarização da sociedade, viria a se constituir em mais uma confirmação do dito de Clausewitz de que a guerra era uma continuação da atividade política. Se os povos votavam a favor da conscrição ou concordavam com leis de recrutamento militar, como se poderia negar que a guerra e a política pertenciam de fato ao mesmo *continuun*?¹⁶⁸

Mas, voltemos ao modo como os militares norte-americanos lidavam com a história militar, apresentado por Weigley. Com o crescente desenvolvimento tecnológico da indústria bélica, sobretudo, após o fim da 2ª Guerra Mundial (1945), gradativamente as escolas militares iam abandonando a história para dar mais espaço as ciências duras, por exemplo, a matemática e a física. Isto sem falar no aprimoramento

¹⁶⁶ John Keegan. *História da Guerra*, p. 28 e ss.

¹⁶⁷ John Keegan. *História da Guerra*, p. 29.

¹⁶⁸ John Keegan. *História da Guerra*, p. 42.

dos, cada vez mais potentes, computadores, com seus sistemas e jogos de guerras. Destarte, que a história foi literalmente deixada de lado e se passou a acreditar que a vitória no campo de batalha pertenceria a quem tivesse a melhor tecnologia. O que chegou a contagiar os próprios historiadores. Neste momento, vivia-se a intervenção norte-americana no Vietnã, quando se começou a repensar este modelo devido ao fracasso desta ação.

Reflexo deste novo interesse pela história foi o surgimento de um comitê de história militar, criado em 1971, pelo exército norte-americano, que acabou por recomendar a instalação de um Centro de História Militar. Esse mesmo comitê percebeu que nas universidades civis o estudo da história militar havia tido um grande destaque, o que o levou a propor um intercâmbio entre os historiadores. Apesar dessa aproximação, segundo Weigley, alguns profissionais da guerra ainda olhavam a história com certa prudência, pois ainda possuíam a ideia de que deveria ensinar lições, ser prática e aplicável, tal como uma das formas apresentadas por Jomini. Logo, acabaram frustrados porque os historiadores civis eram e são incapazes de mostrar as lições da história entendidas como modelos a serem seguidos. A história é capaz sim, segundo o autor, já que trabalha com experiências passadas, de dar algum direcionamento as atitudes e ações que podem ser concebidas no presente, embora, muitas vezes, e com certa constância, possa ser mal interpretada. Em suma, pode orientar as estratégias, mas não condicioná-las. Portanto,

(...) a História Militar continua sendo o melhor guia ao qual o estrategista pode recorrer, o único meio com que o militar conta para substituir a prática, através da qual os demais profissionais estão continuamente aprendendo, mas que, na grande maioria das vezes, lhe é tão radicalmente negada.¹⁶⁹

Contudo, esta volta à história deve ser relativizada e vista com cuidado. E a questão a ser levantada é a seguinte: que tipo de história estes militares estão resgatando? A “tradicional” ou a “nova”? Aproximam-se dos novos historiadores militares?

Na medida em que os militares utilizam a história para traçar suas estratégias, passam a se preocupar com os conflitos. O que não ocorreu com os historiadores civis que retomaram a história militar, que dizem fazer uma “Nova História Militar”, uma vez que, devido às novas abordagens, colocam em segundo plano, ou simplesmente descartam as batalhas e as campanhas, ou seja, os próprios conflitos, porque

¹⁶⁹ Russel Weigley. *Novas dimensões da história militar*, p. 25.

abominariam a “história batalha”, concentrando-se nas relações entre a instituição militar e a sociedade civil. E aqui há um grande problema.

Ao descartamos as batalhas, as campanhas, os conflitos, as organizações militares perdem sua função, sua razão de ser. Passa a ser produzida uma análise que não leva em conta a finalidade pela qual a instituição foi criada e está inserida, mesmo que os conflitos não sejam reais, mas estejam implícitos e possam, segundo os corpos militares e toda a mentalidade que os cercam, ocorrer a qualquer momento. De igual modo, as análises da “Nova História Militar” deixam de lado características fundamentais para as instituições castrenses, por exemplo, as táticas e estratégias utilizadas pelos militares, que norteiam suas ações e o modo como se situam no mundo.¹⁷⁰ Interessante notar que Weigley, apesar de mostrar que há uma aproximação dos dois tipos de historiadores aqui apresentados, não conclui se devem compartilhar da mesma visão de história militar, deixando a questão em aberto.

Não é o que faz Jay Luvaas.¹⁷¹ Até porque para esse autor, apesar da história ter começado como história militar no período clássico, aos poucos foi se especializando e se tornou uma área quase exclusiva dos profissionais da guerra. Assim, historiadores civis que se atém a este objeto não são bem vistos por seus colegas de ofício. Por outro lado, atualmente, dentro das instituições militares, há cada vez menos interesse por esse tipo de saber. Portanto, uma visão completamente diferente de Weigley.¹⁷²

O único ponto comum aos dois autores, Weigley e Luvaas, é a crença de que os militares utilizam a história para tirar lições. Sobretudo, porque partem da perspectiva de que a natureza humana é universal. Concepção inaugurada por Tucídides, que

¹⁷⁰ O abandono da tática e da estratégia pela “Nova História Militar” que analisa a contemporaneidade é ainda mais problemática, em razão do próprio desenvolvimento tecnológico da indústria bélica. A era nuclear mostrou que, devido ao seu potencial destrutivo, suas armas foram pensadas muito mais para não serem usadas. Levando os conflitos militares, que continuaram a existir, a serem empreendidos com armas mais primitivas, fazendo com que as instituições castrenses mantivessem as antigas organizações do tempo pré-nuclear. Assim, as relações entre a sociedade mais ampla e as organizações militares continuaram as mesmas. Mas, mesmo quando se utilizam estas armas mais primitivas, o poderio bélico dos Estados envolvidos tende a ser equilibrado, assim como o uso das táticas, que, no geral, são amplamente conhecidas por todos, não apresentando grandes novidades. Portanto, o uso da força militar tende muito mais para evitar prejuízos do que para grandes ganhos. Daí a importância cada vez maior das negociações diplomáticas e para tal a história militar e a história civil são fundamentais. Cf. Russel Weigley. *Novas dimensões da história militar*, p. 27-9.

¹⁷¹ Jay Luvaas. “História militar – o ponto de vista de um historiador clássico” In Russel Weigley. *Novas dimensões da história militar*, p. 37-55.

¹⁷² Particularmente, não acreditamos nesta posição. Defendemos que tanto militares quanto civis têm procurado um novo olhar sobre a história militar, embora com finalidades diversas. E, de todo modo, ambos têm trocado experiências que a nosso ver são bastante interessantes, como veremos mais adiante. Contudo, as ideias aqui apresentadas de Luvaas são importantes para mostrar como estes diferentes objetivos na escrita da história se apresentam.

“alerta[va]-nos ainda que não há nada de novo” na definição das estratégias e, que ela, a história, deveria se constituir “em uma lição objetiva em benefício das gerações futuras”.¹⁷³ E, aí residiria a questão apontada pelo autor¹⁷⁴, qual seja: a possibilidade de a história ser manipulada para um uso específico. Em outras palavras, o grande problema em se tirar lições da história é que se acaba por adotar alguma estratégia já utilizada outrora porque se acredita que as situações se repetiriam; ou se vai à história para elaborar uma comprovação de alguma teoria previamente formulada, que não teria sido construída na análise dos dados e fatos históricos. Esta questão está relacionada ao que Michel de Certeau chamou de “Operação Historiográfica”, mais precisamente no seu “Lugar Social de Fala”.¹⁷⁵

O que quer dizer que a história produzida pelos meios militares não são só histórias oficiais, em geral, distorcidas “por orgulhos nacionalistas exagerados, por um entusiasmo excessivo ou por preconceitos acentuados”; mas também desenhadas por soldados, que em algum momento pegaram em armas, receberam um treinamento específico etc., e que levam em consideração todos esses elementos para a sua escrita. Por outro lado, os historiadores civis não recebem tais ensinamentos. Igualmente, não possuem as “dimensões psicológicas da batalha”, não conhecem os dados técnicos dos armamentos.¹⁷⁶ Esta parece ser também a ideia de Keegan, já que acredita que os soldados e as guerras, embora influenciados por questões outras, como a economia e diplomacia, pertencem a um mundo à parte, com habilidades e valores próprios. Assim, há uma distância natural do mundo civil do militar.¹⁷⁷ De tal modo, que a produção histórica, havendo ou não aproximação entre os diversos historiadores, não pode ser a mesma, posto que sua natureza é diferente.

1.1.3. No Brasil: o diálogo entre historiadores civis e militares

Nesse sentido, vale à pena citar, mesmo que rapidamente, o exemplo do maior

¹⁷³ Jay Luvaas. “História militar”, p. 41 e 42.

¹⁷⁴ Antropólogos criticam os historiadores por naturalizarem determinadas facetas do comportamento humano, como se parte da motivação desse comportamento tivesse origem genética, ou pertencesse à natureza humana. Segundo o antropólogo Marshall Sahlins, a origem desse entendimento está em Tucídides. Esse entendeu que os seres humanos são auto-motivados, substituindo assim *cultura* pela noção problemática de *natureza humana*. Sua visão praticamente coloca um animal e um homem no mesmo patamar. Tucídides, de fato, ignorou a cultura; para ele os seres humanos têm motivações naturais e, portanto, idênticas, constantes e ahistóricas. Cf. Marshall Sahlins. *História e Cultura. Apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

¹⁷⁵ Michael Certeau. *A Escrita da História*. São Paulo: Forense Universitária, 2008.

¹⁷⁶ Jay Luvaas. “História militar”, p. 54.

¹⁷⁷ John Keegan. *História da Guerra*, p. 16. No caso específico brasileiro Vítor Izecksohn e Hendrik Kraay afirmaram que em alguns momentos houve uma relativa autonomia dos militares frente à sociedade. Cf. Celso Castro et alii. *Nova História Militar Brasileira*, p. 12.

conflito bélico brasileiro, a Guerra do Paraguai (1865-70). Assim, para além de que “toda história é contemporânea”, o “Lugar Social de Fala” também pode ser visto aqui. A abordagem de Gustavo Barroso, um historiador militar, e de Francisco Doratioto, historiador civil, são completamente diferentes.

Nesse contexto que analisamos, Barroso foi um dos historiadores militares mais importantes, por sua dupla atuação, tanto por sua inserção nas forças armadas - como soldado e como historiador -, quanto como intelectual em instituição civil, já que atuou como Diretor do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. O autor compunha o que poderíamos chamar de uma segunda geração que se identificava com a história militar brasileira. Segundo Vítor Izecksohn, Hendrik Kraay e Celso Castro foi a partir de 1890 que a história militar surgiu como um gênero.¹⁷⁸ Interessante perceber, ainda dentro de um quadro “tradicional” da história militar, como sua obra, produzida entre os anos de 1920 e 1950, deu ênfase ao nacionalismo, tendo como preocupação central a Guerra do Paraguai, em especial a atuação dos grandes heróis nacionais (Osório, Tamandaré e, principalmente, Caxias). Esses personagens serviam para ilustrar o entendimento que o escritor tinha da finalidade da disciplina. Barroso mostrou, de forma pedagógica, os sacrifícios que haviam sido feitos em prol da nação, assim como a bravura, a coragem e, claro, o heroísmo, que só eram possíveis na carreira militar. Destarte, as instituições militares, sobretudo, o exército, acabavam sendo conduzidos a um papel ímpar na política nacional, uma vez que estavam acima dos interesses particulares e eram os responsáveis por garantirem a soberania nacional, problemas latentes na primeira metade do século XX no Brasil.

Sobre o período colonial, quase nada foi falado, posto que para o autor a história militar no Brasil iniciaria com a constituição da nação, que só ocorreria com a chegada da família real em 1808. Assim, os anos iniciais de nossa história foram deixados em segundo plano, mas quando aparecem também foram revestidos de uma carga nacionalista forte. Há uma preocupação em mostrar aqueles atores sempre com um olhar nacionalista, ligados à expansão territorial e à manutenção das fronteiras.¹⁷⁹

Mas, para além da questão nacionalista, fica claro também a questão da manipulação da história. Como pode ser visto na explicação a respeito da Guerra do Paraguai. Para Barroso, a intervenção do Império Brasileiro naquele Estado fora

¹⁷⁸ John Keegan. *História da Guerra*, p. 14-5.

¹⁷⁹ Postura semelhante, de exaltação ao nacionalismo, ocorre com a fundação do Exército brasileiro, que teria se dado na batalha dos Guararapes, em 1649. Uma das que compuseram a Restauração pernambucana (1645-1654) que foi ganha pelos luso-brasileiros.

motivada pela tirania de seu presidente contra os seus próprios patrícios.¹⁸⁰ O que se pode concluir com o que foi exposto até aqui é que, para o autor, os militares estariam deslocados da sociedade e seriam entes quase “sobrenaturais”, oriundos do mundo dos “simples mortais” com a missão de dar a vida pelo Estado/Nação/país.¹⁸¹

Interpretações mais recentes acerca do conflito, por exemplo, a obra do civil Francisco Doratioto, defendem que a intervenção brasileira na região tinha uma postura imperialista de frear a expansão da Argentina no Prata, fato que ameaçaria a hegemonia brasileira na América do Sul.¹⁸² Imagem esta não muito agradável para o Brasil.

Barroso, como afirmamos acima, um dos maiores historiadores militares brasileiros, deixou como uma das lições a busca do diálogo entre seu grupo e seus pares civis. Mas, parece que, durante algum tempo, dentro das instituições militares ligadas ao ensino e no quadro geral de suas produções, a recomendação não ocupou lugar central.

A proposta de diálogo não aparece em Genserico Vasconcellos, que segundo o ex-professor da Escola Militar, Pedro Cordelino Azevedo, foi um dos pioneiros no ensino de história castrense entre os militares.¹⁸³ Vasconcellos escreveu a “História Militar do Brasil”, em 1921.¹⁸⁴ Assim, dentro da divisão proposta por Izecksohn, Kraay e Castro, pertenceria a segunda geração de historiadores militares, assim como Gustavo Barroso.

Azevedo e Vasconcellos foram importantíssimos na escrita da história militar brasileira. Segundo Celso Castro, suas aulas e conferências contribuíram para a escolha do patrono do Exército, Duque de Caxias, feita já na República, que havia sido recentemente proclamada (1889).¹⁸⁵ Assim, os grandes heróis tem papel ímpar na escrita destes dois autores e suas produções continuavam ligadas à Guerra do Paraguai e ao nacionalismo.¹⁸⁶

Segundo o próprio Vasconcellos, ele havia sido designado pelo chefe de Estado-

¹⁸⁰ Essa também, grosso modo, foi a opinião do general Augusto Tasso Fragoso, que escreveu a célebre História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, obra organizada em múltiplos volumes, que está sendo reeditada pela Bibliex. Tasso Fragoso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 5 Vols. Rio de Janeiro: IEAC, 1934. Tasso Fragoso seria para nós, dentro daquela observação feita por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Henrik Kraay, o principal nome da primeira geração de historiadores militares brasileiros. Cf. Celso Castro et alii. *Nova História Militar Brasileira*, p. 14.

¹⁸¹ Erika Cerqueira. *O passado que não deve passar: história e autobiografia em Gustavo Barroso*. Ouro Preto (MG): UFOP, Dissertação em história, 2011.

¹⁸² Francisco Doratioto. “A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876)”. In Celso Castro. *Nova História Militar Brasileira*, p. 209-235.

¹⁸³ Pedro Cordelino Ferreira de Azevedo. *História Militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998, p. 32.

¹⁸⁴ Genserico Vasconcellos. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1921.

¹⁸⁵ Celso Castro. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 19.

¹⁸⁶ Mais a frente, iremos analisar os escritos de Pedro Cordelino Azevedo.

Maior para o cargo de professor de estratégia e história militar.¹⁸⁷ Sua preocupação ficou explícita no subtítulo da obra, “Da influência do factor militar na organização da nacionalidade, a campanha de 1851/1852, 11 Conferências realizadas na Escola de Estado Maior de Aperfeiçoamento de Oficiais”. Em sua introdução, afirmava que a “nossa história militar não foi ainda escrita, nem estudada, a luz da filosofia da guerra”. Contudo, devido à grande quantidade de escritos, fontes e etc. só foi possível fazer um rápido esboço das campanhas, que “oferecem, ainda no momento presente, ensinamentos preciosos”.¹⁸⁸

Ao estudar a história militar brasileira ele afirmava que foi “lendo-a, meditando-a, eu adquiri um culto extremado pelos nossos antepassados; eu adquiri uma confiança, que não vacila, em nossas possibilidades e na grandeza dos nossos destinos”.¹⁸⁹ Dizia escrever uma história isenta, já que alguns escritores¹⁹⁰ haviam agido por nativismos deturpando-a. Mas, sua preocupação com o conhecimento histórico residiria “[n]as reservas de energia moral, que hão de manter a nossa fé na vitória no dia da povoação e da batalha”.¹⁹¹

Ainda no recorte proposto por Izecksohn, Kraay e Castro, outro historiador da segunda geração é o tenente-coronel Aurélio Alves de Souza Ferreira, que escreveu “História Militar do Brasil”, publicado em 1945. Este autor, professor da “Escola Militar do Realengo” entre os anos de 1934 e 1937, procurou ser útil aos seus patrícios, coligindo “notas extraídas das obras mais importantes sobre a história do Brasil”, com a finalidade de dignificar os heróis nacionais. Nas palavras do prefaciador da dita obra, Coronel Danton Teixeira, seus escritos são verdadeiras “lições hauridas”.¹⁹²

No livro não há uma discussão acerca da importância da história militar ou sobre a sua metodologia. É uma questão que não se discute. Talvez pelo fato de que o texto tenha como objetivo servir como um manual para os alunos que cursavam as aulas de História Militar do Brasil naquela instituição, que não era de nível superior. De modo que não se aborda a importância dos grandes heróis, simplesmente aparecem ao longo dos capítulos.

O que nos causa grande estranheza, visto que em 1945, data da publicação, o

¹⁸⁷ Infelizmente não cita quando e quem o nomeou.

¹⁸⁸ Genserico Vasconcellos. *História Militar do Brasil.*, p. 4.

¹⁸⁹ Genserico Vasconcellos. *História Militar do Brasil.*, p. 4.

¹⁹⁰ Não especifica se militares, civis ou ambos.

¹⁹¹ Genserico Vasconcellos. *História Militar do Brasil.*, p. 5.

¹⁹² Aurélio Alves de Souza Ferreira. *História Militar do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1945, p. I e 1.

país vivia na chamada Era Vargas (1930-54), momento no qual a construção destes vultos era trabalhada com bastante afinco, característica capital para o referido autor. Percorrendo os capítulos tem-se a ideia de como esses heróis foram fundamentais para a formação do “império territorial”, conquistado graças ao uso das “nossas armas”, como sublinhou o prefaciador, de forma a serem grandes exemplos para as futuras gerações, que eram ou seriam alunos do Tenente-coronel Sousa Ferreira.

Não há como saber precisamente a posição do escritor em relação ao diálogo entre os historiadores militares e civis. Contudo, nos arriscamos a afirmar que o autor acreditava que caberia aos militares apenas sintetizar os feitos militares, que seriam colhidos das obras dos civis, tal qual havia feito, já que, como destacamos acima, retirou “notas extraídas das obras mais importantes sobre a história do Brasil”.¹⁹³

As discussões metodológicas ou sobre a importância da história militar para a formação dos militares aparecem nas instituições de nível superior, por exemplo, na Escola Militar de Resende (hoje Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN), como sublinhou Jonas de Moraes Correia Neto, ao apresentar a obra *História Militar* de Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo, em sua segunda edição.¹⁹⁴

Azevedo, ao escrever a “advertência” no início do livro, em 1949, afirmava ter tido a honra de ter ficado durante vinte e seis anos “à frente da cadeira de História Militar” naquela instituição, embora a primeira edição tenha sido lançada em 1952.¹⁹⁵ Nesse escrito havia uma preocupação em discutir a metodologia da história militar. Além do mais, ao que parece, a lição proposta por Barroso foi perseguida. Posto que, para além de ser útil para os militares, ela também ajudaria no “relacionamento franco e produtivo, altamente desejável, por necessário e urgente, entre os militares e os civis estudiosos, cultores da história”.¹⁹⁶

O autor, como pode ser visto na “Carta dos ex-adjuntos da Cadeira de História Militar”, teve grande influência e foi o primeiro professor a introduzir o ensino de história militar no Brasil, antes restrito à Guerra do Paraguai.¹⁹⁷ Vale lembrar, por exemplo, que Vasconcellos em suas “11 Conferências” só abordou a Guerra do Paraguai.

¹⁹³ Aurélio Alves de Souza Ferreira. *História Militar do Brasil.*, p. 1.

¹⁹⁴ Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo. *História Militar.*, p. 5.

¹⁹⁵ Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo. *História Militar.*, p. 13.

¹⁹⁶ Jonas de Moraes Correia Neto. “Apresentação”. In Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo. *História Militar.*, p. 7.

¹⁹⁷ João Tavares Filho et alli. “Carta dos ex-adjuntos da Cadeira de História Militar”. In Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo. *História Militar.*, p. 10.

A concepção de história do Azevedo é pautada pelo positivismo de Comte, na qual se pode descobrir “as leis que regem a sequência dos fatos históricos”,¹⁹⁸ sendo justificada como “Mestra da Vida”.¹⁹⁹ Entretanto, para sua escrita algumas particularidades devem ser observadas.

A guerra seria o objeto mais importante da história, posto que fosse o fenômeno mais brutal de toda a humanidade, em razão disso, durante muito tempo, foi o seu principal objeto. Entretanto, atualmente também há uma preocupação com outros temas. Mas, para produzi-la deve-se buscar a imparcialidade.²⁰⁰ Algo que só será obtido com as críticas às fontes e aos casos concretos. Assim, se escreverá uma história verídica e com autoridade, no sentido de sua isenção, de detentora de crédito. Também há a necessidade de selecionar os documentos autênticos e classificá-los para que se possa construir uma síntese, que não só é útil à história como à história militar.

No Brasil, o ensino de história militar teria a função de servir como “cunho pedagógico” para facilitar o “senso prático na sua organização” para que o cadete conheça os “exércitos que se bateram, suas organizações, e seus esforços e permitindo-lhes apurar os ensinamentos resultantes das campanhas estudadas”.²⁰¹ Para o autor, o grande problema do ensino da história militar no Brasil é que ele não tem recebido a devida atenção. Assim, as obras brasileiras, no que tange ao tema, não conseguem dar ao futuro oficial “o conhecimento do assunto, sob o ponto de vista profissional”.²⁰²

A história castrense seria fundamental para os militares porque ajuda a construir a sua formação intelectual e profissional, como recomendam os grandes generais da história. O estudo deve ser feito nos períodos de paz, já que quando se está em guerra a oportunidade não se apresentaria. Seria uma fonte riquíssima de ensinamento, mas há de se ter cuidado pelo fato de os documentos poderem não apresentar crédito, devido à sua imparcialidade, ao relatar um fato, pois expressa a visão de somente um dos lados. Destarte, é necessário estudar “os documentos de um e outro contendor, para não se chegar a conclusões erradas como acontece quando são consultados os pertencentes a um deles somente, o que dá lugar a conclusões unilaterais, quase sempre falhas”. Isto ocorre porque um “acontecimento pode ser descrito de vários modos, com interpretação,

¹⁹⁸ Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo. *História Militar.*, p. 17.

¹⁹⁹ Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo. *História Militar.*, p. 35.

²⁰⁰ Genserico Vasconcellos também preconizava este valor.

²⁰¹ Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo. *História Militar.*, p. 32.

²⁰² Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo. *História Militar.*, p.32.

às vezes, completamente oposta à realidade dos fatos”.²⁰³

Mas, igualmente deve-se evitar os excessos, o que ocorre com grande frequência na história militar, que acaba por criar “lendas patrióticas nem sempre verdadeiras”. Apenas deve-se expor as campanhas militares e as compreendê-las. Nesse sentido, pode-se perceber uma aproximação com a história produzida por civis, que já havia aberto chaves explicativas que versavam sobre as “verdades” das fontes e de como, por vezes, se utilizava a história para produção de mitos.²⁰⁴

Interessante notar que Jonas de Moraes Correia Neto também escreveu, em 1998, um dos textos introdutórios de outra obra que pretende sintetizar a história militar do Brasil de João Batista Magalhães, *A Evolução Militar do Brasil*, de 1958. No caso, o prefácio a 2ª Edição. Vale lembrar que Correia Neto havia redigido também um dos escritos introdutórios de Pedro Azevedo, no mesmo ano de 1998. Embora, como de praxe, nas palavras que compõem a obra de Magalhães elogios lhes foram feitos, ao final aparece uma crítica contundente.

Nota-se, ademais, que algumas das conclusões do autor parecem não decorrer exclusivamente dos elementos exibidos, como recomenda a boa técnica, tanto a histórica (na composição de tese) quanto a militar (no estudo de situação). Todavia, mesmo naquelas exceções, percebe-se o cunho particular do autor, que se apoia em sua bagagem cultural para preencher vazios, resultando em colocações condizentes com o todo e levando a produzir remates ponderáveis, com os quais nos deparamos satisfeitos.²⁰⁵

Assim, ao membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Jonas Correia, lhe causa estranheza o fato de Magalhães não ter recorrido “a boa técnica histórica” como fez com a “militar”. Ou seja, parece que as técnicas, a metodologia histórica, teriam sido negligenciadas por conta do autor, talvez devido à ausência de um diálogo mais fecundo com historiadores civis, como propunha o professor Azevedo, na obra citada acima.

Em alguns pontos os dois autores, Azevedo e Magalhães, se tocam, no que diz respeito à pretensa busca de uma história isenta e a concepção de uma história teleológica. Fruto do Positivismo de Comte, surge a ideia de uma humanidade como fenômeno universal, cuja história se desenvolve num *continuun*, no qual as origens, no geral, se desenrolam em “sínteses ligadas e derivadas umas das outras, as quais porém,

²⁰³ Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo. *História Militar.*, p. 26 e 27.

²⁰⁴ Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo. *História Militar.*, p.31.

²⁰⁵ Jonas de Moraes Correia Neto. “Prefácio a 2ª Edição”. In João Batista Magalhães. *Evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p. 12.

jamais se repetem”. Haveria, portanto, um processo contínuo que acaba por ser sintetizado em fases. Contudo, entre uma fase e outra existiriam sempre períodos de transição, que sempre são “tumultuosos e causam inquietações”.²⁰⁶

Essa visão de história seria motivada pelo momento em que se escreve. Naquele instante o Brasil passava por uma crise monetária, que seria a expressão particular de um fenômeno geral, cujos principais problemas eram a “ignorância e a deficiência moral”, assim como a falta de “sentimento do dever cívico”. Por isso, a circunstância histórica era vital. Não se poderia correr o risco do militar entrar nos problemas enfrentados já que: “As deficiências do militar a tal respeito são muito mais graves que as do civil, visto como ele se destina a atuar essencialmente em momentos críticos, quando uma falha pode causar irremediavelmente desastre”.²⁰⁷

Destarte, em resumo, a produção histórica do autor, segundo o mesmo, deveria ser utilizada para sua neutralidade, algo que só pode ser alcançado por militares, devido à atuação destes ser sempre isenta, já que abrem mão de todos os seus anseios e vontades, tais como os grandes heróis, em prol dos interesses mais honrados, os da nação. Ficando explícito o “Lugar Social de Fala”.

Nesse sentido, os quatro últimos historiadores militares brasileiros analisados, Vasconcellos, Souza Ferreira, Azevedo e Magalhães, ambos inseridos no mesmo período de Barroso, segundo periodicidade apresentada por Izeckson, Kraay e Castro, podem ser considerados “tradicionais” e dão ênfase ao nacionalismo, sobretudo no que diz respeito à importância dos grandes heróis. Já no que diz respeito à “manipulação” da história, encontramos em Azevedo, uma preocupação em fugir dela, talvez por conta do diálogo com seus pares civis.

Ainda hoje, a questão da manipulação da história é cara para os historiadores militares, como pode ser visto no editorial da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB),²⁰⁸ instituição fundada em 1936. No texto, publicado em 2007-2008, se sublinha que o Presidente do Instituto ao tomar posse tinha a preocupação de:²⁰⁹

(...) resgatar a verdade histórica, contrapondo-se ao revisionismo, que campeia nas salas de aula, nas publicações, nos seminários e nos painéis, por esse Brasil afora. O dito revisionismo histórico, em expansão acentuada, procura enxergar os fatos sob diferente ótica e, se possível com dados novos, reformulá-los,

²⁰⁶ João Batista Magalhães. *Evolução militar do Brasil.*, p. 14 e 15.

²⁰⁷ João Batista Magalhães. *Evolução militar do Brasil.*, p. 17.

²⁰⁸ *Revista do IGHMB*, ano 66 n° 94 Especial – 2007 e 2008, p. 2-5.

²⁰⁹ Infelizmente, o editorial não cita quem era o Presidente, quando foi a sua posse e o seu discurso.

reinterpretá-los ou rerepresentá-los, enfatizando mudanças de cunho eminentemente ideológico que, por certo, vão afetar o entendimento dos acontecimentos históricos, distorcendo-os da forma que bem entendem e convém aos seus desígnios, abalando profundamente a base do saber armazenado por gerações.²¹⁰

Portanto, se os historiadores civis reclamavam que os militares manipulavam, no sentido de usá-la para um fim específico, no pior sentido da palavra, o mesmo discurso foi utilizado pelos militares para com os historiadores civis. E, para romper com esse viés ideológico, ainda defendem que a produção histórica dos militares é isenta de valores morais e éticos feitos por profissionais competentes e desapaixonados. Por isso, produzem a “verdade histórica”, que vem sendo corrompida, comprometendo a autoimagem nacional.

A adulteração da história viria por conta do uso de novas fontes,²¹¹ mas, mormente, por conta do uso da doutrina “gramsciana”, que conduziria a um projeto, assentado na radicalidade, que estaria longe de ser inocente ou patriótico. O revisionismo tem se detido em alguns pontos-chaves da história brasileira, por exemplo, a própria figura de Caxias e a Guerra do Paraguai. Embora no texto não fique claro, mas a crítica do editorial está sendo direcionada, entre outros, para Francisco Doratioto, autor já mencionado acima.

Esses autores revisionistas mostrariam o genocídio empreendido pelo exército brasileiro naquele conflito. O que seria “uma campanha grosseira, mentirosa e infame em que se podem sentir as farpas direcionadas às Forças Armadas e aos militares, com a intenção de machucar, baixar o moral, cindir a emoção solidária e desgastar o prestígio vigente junto à população nacional”.²¹² Mas, o que seria ainda mais problemático, estaria mudando os heróis nacionais. Os grandes vultos de outrora, como o próprio Caxias, estariam sendo substituídos por personagens como Zumbi, Calabar e Lampião, que são perdedores e derrotados, oriundos das camadas populares. Mas, o ponto axial reside no fato de que são homens sem referências morais e éticas. Assim, na medida em que se tornam heróis nacionais, acabam favorecendo o surgimento de uma sociedade sem moral e ética, “comprometendo-se a brasilidade e o futuro do País”.²¹³

Em consequência, a história militar ainda estaria atrelada à função pedagógica. O

²¹⁰ *Revista do IGHMB*, ano 66, nº 94 Especial – 2007 e 2008, p. 2.

²¹¹ As novas fontes também podem ser utilizadas para confirmar teses já estabelecidas.

²¹² *Revista do IGHMB*, ano 66 nº 94 Especial – 2007 e 2008, p. 4.

²¹³ É certo que nunca irá admitir que o problema é o fato destes agentes terem origem nas camadas populares, contudo, a questão fica nas entrelinhas. *Revista do IGHMB*, ano 66 nº 94 Especial – 2007 e 2008, p. 4.

diálogo entre historiadores civis e militares, neste caso, assume característica negativa, posto que um campo não complementaria o outro, como proposto por Barroso. Pelo contrário, a história militar teria a função de revelar a “verdadeira história” para a sociedade, mostrando como a história civil estaria comprometida com um viés ideológico, mantendo a “vanguarda da pesquisa histórica, em defesa da verdadeira memória de nossa Pátria”.²¹⁴

Em suma, ao que parece a atual geração de historiadores militares com origem castrense, no geral, ainda possui as mesmas preocupações que a pioneira no ensino da disciplina nos quadros das Forças Armadas Brasileiras. Embora alguns comecem a seguir a lição de Gustavo Barroso de buscar o diálogo com seus pares civis, mesmo que timidamente, já que a aproximação se dá apenas no campo do discurso, como é o caso de Calaza.

1.1.4. A história militar e a compreensão do presente

Visto como os historiadores de formação castrense lidam com a história militar, podemos retomar a Luvaas. Para o autor, a história militar deve permitir aos historiadores “uma compreensão atualizada do passado e, conseqüentemente, de um melhor entendimento do presente”.²¹⁵ Ainda mais porque no mundo em que o autor está formulando suas ideias as questões militares continuam importantes e grande parte dos seus problemas estão relacionados a elas.²¹⁶ Também deve servir para que a sociedade civil seja capaz de compreender seu passado e avaliar o que é escrito pelos órgãos oficiais, entender como são produzidas e desconstruí-las, buscando assim um diálogo mais próximo ao social.²¹⁷

Entretanto, López destacou que o uso da história militar, para a compreensão do

²¹⁴ *Revista do IGHMB*, ano 66 nº 94 Especial – 2007 e 2008, p. 4. No que pese atualmente existir um diálogo mais intenso entre historiadores militares e civis, se comparado a momentos anteriores, como os descritos acima, os historiadores das instituições castrenses no Brasil ainda permanecem atrelados as ideias citadas acima. Como pode ser visto no Encontro de Historiadores Militares promovido, em maio de 2012, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, no Estado do Rio de Janeiro. Evento patrocinado pelo Exército Brasileiro, por meio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, juntamente com o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). As comunicações, abordando diversos assuntos, foram publicadas sobre forma de anais eletrônicos. Cf. Fernando Vêlozo Gomes Pedrosa & Vanessa Ferreira de Sá Codeço (Orgs.). *Anais do Encontro de Historiadores Militares*. Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2012. Acessado em 03/01/2013, no sítio: www.dphcex.ensino.eb.br.

²¹⁵ Jay Luvaas. “História militar”, p. 43 e 55.

²¹⁶ Aqui o autor faz menção, sobretudo a sociedade norte americana, sem dúvida muito mais militarizada que a brasileira.

²¹⁷ Jay Luvaas. “História militar”, p. 55. Vale ressaltar que esta não é uma característica exclusiva deste campo da história, mas da disciplina como um todo como sublinhou Hobsbawm, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

presente, pode estar ligado às questões nacionalistas, tal como feito pelos historiadores militares tradicionais.²¹⁸ Destarte, vale citar um caso bem explícito que mostra como uma abordagem baseada na nova história militar, feita por civis, pode ter a mesma finalidade. O autor sublinhou que a historiografia catalã moderna tem produzido análises nessa perspectiva, sobretudo tendo como ponto principal os fatos ocorridos na chamada Revolta da Catalunha de 1640. Desnecessário lembrar toda a problemática existente na Espanha na luta pela autonomia política da região. Sendo esses acontecimentos centrais para a discussão. Assim, por exemplo, o referido autor²¹⁹ mostra como a historiadora Eva Serra²²⁰ fez uso da manipulação da história tal qual os historiadores tradicionais. Serra defendeu a tese de que nos séculos XVI e XVII haveria um Estado catalão autônomo responsável pela administração e pelas questões militares, o que foi criticado por outros historiadores, porque essa administração não teria o caráter moderno e sua análise careceria, segundo López, de uma maior profundidade científica.²²¹ Assim:

(...) el uso y abuso de la historia militar en beneficio de unos determinados apriorismos ideológicos lo que conduce, a nuestro juicio, a un callejón sin salida para esta disciplina a menos que se valore su importancia intrínseca.²²²

Amanda Mancuso aprofundou um pouco mais esta questão e nos permite olhar a história militar, feita pelos profissionais da guerra, com outros olhos. A autora enfatizou que os problemas apontados para esse tipo de história também são pertinentes à produção historiográfica como um todo. Some-se a isso certa prepotência por parte dos historiadores civis, como veremos adiante, que têm certo receio de que seus escritos sejam apropriados pelos militares para confirmação de alguma teoria de cunho propagandístico. Entretanto, nos diversos contextos acadêmicos nacionais os ritmos serão diversos, devido às questões ligadas às suas próprias histórias. Há países em que as guerras têm uma importância mais acentuada que em outros, como, por exemplo, nas

²¹⁸ Antonio Espino López. “La historia militar”.

²¹⁹ Vale ressaltar que não é qualquer historiador que tece a crítica, mas um professor da Universidad Autónoma de Barcelona.

²²⁰ Eva Serra *et alii*. “La revolució Catalana de 1640”. Barcelona: Ed. Crítica, 1991 Apud Antonio Espino López. “La historia militar”, p. 215-242.

²²¹ A respeito da inserção da Catalunha na Monarquia Católica ver a obra de John Elliott, em especial. John Elliott. “Una Europa de monarquías compuestas”, in John Elliott. *España, Europa y el mundo de Ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus, 2010, ou, em inglês, John Elliott. “A Europa of Composite Monarchies”. In *Past and Present*, n. 137, 1992, pp. 48-71; John Elliott. “A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII” in Leslie Bethell (org.). *História da América Latina colonial*, Vol. I. 2ª Ed. 2º Reimpressão. São Paulo: EdUSP, 2004, pp. 283-337.

²²² Antonio Espino López. “La historia militar”, p. 241.

nações européias e nos Estados Unidos. Assim, a população e a própria academia têm uma maior aproximação com as histórias militares e com suas instituições. Do mesmo modo que a produção histórica institucional, além de ser direcionada para os militares também é lida pelos civis. Embora, isto não signifique dizer que os profissionais da guerra tenham tido maior participação nos rumos políticos dos respectivos Estados nacionais.²²³

No Brasil, por exemplo, a questão se deu de forma inversa e, portanto, “a difundida percepção de ausência de ameaças externas fez com que a temática militar não ocupasse posição de destaque na academia”.²²⁴ Já a história política brasileira, por vezes, se confunde com a própria história castrense, como no recente caso da Ditadura Militar (1964-1985).²²⁵ Logo, a aproximação dos historiadores civis e da própria sociedade com a história militar é pautada pelos ressentimentos oriundo dos chamados “anos de chumbo”.²²⁶

Nesse sentido, Soares e Vainfas destacaram que, no meio acadêmico, os historiadores militares tinham que enfrentar o receio de seus colegas, posto que eram tidos como comprometidos com o regime ditatorial. Já para os militares, os historiadores castrenses eram vistos como “*amadores* ou *estranhos no ninho*”.²²⁷ Para além desses problemas, segundo Mancuso, persiste a visão na academia de que a “guerra é uma alienação no processo histórico e que, conseqüentemente, seu estudo não é nem frutífero, nem decente”.²²⁸ Já no âmbito das Forças Armadas, Soares e Vainfas defendem que já há algum tempo, cerca de meio século, existe um desenvolvimento da pesquisa e do ensino da história militar, de forma a buscar uma especialização, em analisar e interpretar os fatos, para que sejam utilizados nos mais diversos níveis hierárquicos daquelas instituições. Assim, os cadetes e aspirantes fazem uso dela nas escolas preparatórias e o alto comando militar a utiliza para planejamento estratégico.²²⁹

Todavia, voltemos ao ponto central de Mancuso. Para a autora, essa visão

²²³ Amanda Mancuso. “A história militar”.

²²⁴ Amanda Mancuso. “A história militar”, p. 7.

²²⁵ Fato que segundo a autora também ocorre em outros países latino-americanos e africanos. Cf. Amanda Mancuso. “A história militar”, p. 7.

²²⁶ Amanda Mancuso. “A história militar”.

²²⁷ Grifo dos autores. Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas. “Nova História Militar”, p. 120.

²²⁸ Amanda Mancuso. “A história militar”, p. 4. Postura influenciada pelo olhar marxista. Segundo Soares e Vainfas, o marxismo em suas diversas versões (Marx e Engels; Lênin; Gramsci; Hobsbawm e; E. P. Thompson) não deu muita atenção ao estudo da história militar. O caso mais exemplar, a que Mancuso faz referência, está ligado à visão de Lênin de que a guerra, sobretudo a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), fora motivada por questões imperialistas. Cf. Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas. “Nova História Militar”, p. 119.

²²⁹ Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas. “Nova História Militar”.

utilitarista e doutrinária da história pelos militares não lhe é exclusiva.²³⁰ E aí se dá a aproximação com a história cultural, da qual Certeau é um dos principais expoentes. Em linhas gerais, esse autor defende que todo o passado “é uma reconstituição das sociedades e dos seres humanos de outrora por homens e para homens engajados na trama das sociedades humanas de hoje”.²³¹ A produção da história oficial responderia a necessidade de construir um discurso no qual:

(...) enfatize a unidade militar a despeito dos conflitos internos, excluindo assim lutas de facções, aliados civis e abusos de força violentos, que fazem parte da história do Exército desde a sua constituição, ocultando muitas dessas experiências em favor das escolas, dos grandes oficiais, das ideologias dominantes e das missões externas.²³²

Keegan mostrou que estes conflitos internos estão presentes no seio dos militares. O que chamou de “tribalismo”, ou seja, uma identificação maior do soldado não com a instituição como um todo, mas com a divisão, com a sua “tribo”, a que está ligado. Sendo, por vezes, muito mais importante para o militar não o reconhecimento da instituição, embora é claro, esteja preocupado em progredir na hierarquia, mas ser considerado bom soldado por seus colegas mais próximos da tal “tribo”. Fato que pode inverter a própria lógica.²³³

No que pese a existência destas clivagens internas, o discurso da instituição deve inseri-la e lhe fornecer um lugar na história nacional e ao mesmo tempo não pode entrar em choque com a imagem interna da corporação que será usada para a formação de seus novos quadros. Sendo assim deve ter uma dupla preocupação, satisfazer ao público geral (externo) e ao interno (pares). Aí reside a questão apontada por Mancuso. Essa não é uma especificidade dos historiadores militares. Ou será que os historiadores civis não estão preocupados em dialogar com seus colegas?²³⁴ Esses agentes, os pares, seja de que natureza forem, não irão, mesmo que de forma indireta, dizer o que pode e o que não pode ser dito? De modo que, quem produz o discurso não tem que “satisfazer” as necessidades esperadas por seus semelhantes?

Mas, para além de serem descartados, como sugeriu Luvaas, estes estudos produzidos por uma tradicional história militar são obras historiográficas, ou melhor,

²³⁰ Assim como todo o tipo de história oficial, entendida como o discurso produzido por qualquer instituição.

²³¹ Michael Certeau. *A Escrita da História*. São Paulo: Forense Universitária, 2008, p. 22.

²³² Amanda Mancuso. “A história militar”. p. 11.

²³³ John Keegan. *História da Guerra*, p. 15-6.

²³⁴ Ai entra mais uma vez a questão levantada por Certeau do “Lugar de produção”.

fazem parte de algo mais amplo denominado de “Cultura Histórica”²³⁵, que devem ser lidas como fontes históricas para análises historiográficas futuras, levando-se em consideração o “Lugar Social”²³⁶ de produção. Esses “Lugares Sociais” também geram produtos como jornais, romances, programas de televisão, biografias, monumentos, praças, livros didáticos etc., que concorrem com os ditos “históricos científicos” (por falta de termo melhor)²³⁷ na formulação do que foi o passado e na tentativa de explicá-lo. A “história científica” não tem o monopólio do passado. Porém, a meu ver, e talvez explicitando meu “Lugar de Fala”, Luvaas estava correto: ela deve ser capaz de sinalizar ao grande público estas questões.

Contudo, em sua maioria, os historiadores que defendem a “Nova História Militar” censuram uma história militar considerada “tradicional”, cuja narrativa, sobremaneira memorialista, estava pautada exclusivamente na descrição rica em detalhes de batalhas, sem a busca de uma problematização analítica ou reflexão central. Criticam também o culto aos grandes heróis, que eram tratados como exemplos incontestes para as gerações futuras, bem como o modo como eram entendidos, agiam e movimentavam a realidade.²³⁸ Outra ponderação, é a de que a historiografia militar tradicional naturalizava o comportamento humano e as instituições militares, tornando-os, em última instância, ahistóricos.²³⁹ Isso ocorria, porque não havia interesse em se compreender o comportamento e as instituições militares em seus contextos social, político, econômico e cultural. Portanto, se acusaria este campo do conhecimento de esquecer o outro lado, o social. Todavia, como já vimos, esta acusação também pode ser feita a “Nova História Militar”, como apontou Weigley, que por vezes esquece os conflitos e as especificidades das instituições militares.²⁴⁰

1.1.5. a “nova história militar”

Nesse debate, Marcos Sanches nos chama a atenção para a necessidade de

²³⁵ A respeito deste conceito de que o historiador não é o único a produzir um conhecimento do passado, muitas vezes concorrendo com outras ciências e até produções amadoras, as obras já citadas editadas pelo NUPEHC abordam o tema, em especial ver GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In Rachel Soihet et alli (Orgs.). *Culturas Políticas*; Rachel Soihet. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In Martha Abreu; Rachel Soihet; Rebeca Gontijo, R. (Orgs.). *Cultura política e leitura do passado.*, pp. 43-63.

²³⁶ Compreendido como um conjunto de pessoas, em geral, reunidos em uma instituição, oficial ou não, que produz um discurso a respeito do passado com alguma finalidade específica e que é compartilhado por esse mesmo conjunto, buscando um diálogo intrínseco, assim como uma aceitação interno e externo.

²³⁷ Entendido como um campo científico desenvolvido na Academia.

²³⁸ Celso Castro. *Nova História Militar Brasileira*, p. 23-26.

²³⁹ O que foi criticado por Sahlins, como já vimos. Cf. Marshal Sahlins. *História e Cultura*.

²⁴⁰ Celso Castro. *Nova História Militar Brasileira*, p. 23-26.

construir um campo de investigação e, ao mesmo tempo, elaborar ferramentas teóricas e metodológicas que possam ser utilizadas nesse lugar.²⁴¹ Portanto, se a “Nova História Militar” quer se constituir enquanto um campo autônomo, algumas observações devem ser feitas, sobretudo no campo da teoria. Assim, dois argumentos contrários devem ser trazidos à baila, para defender a importância do campo em relação à disciplina. Primeiro, Keegan ao trabalhar com o objeto “guerra” afirmou que há certos limites para a História Militar, uma vez que a maior parte das terras no globo, por sua inospitalidade, não conheceu nenhuma batalha. Segundo, mesmo dentro das áreas nas quais se pode desenvolver um teatro de guerra, há uma concentração em poucas delas, posto que são nelas que há melhores condições de se movimentar e manter as forças armadas, devido a um série de características como: clima, paisagem, presença de água etc.²⁴² Assim, talvez o campo história militar pudesse perder prestígio dentro da história. No entanto, Teixeira afirmou que o conceito de “guerra total” criado após a Segunda Guerra Mundial (1939-45) introduzia a noção de que toda a sociedade estava envolvida na guerra e que essa acaba por afetar e modificar todas as suas estruturas sociais. De tal modo que passou a ser impossível ver história militar somente pelo viés das campanhas militares e biografias dos chefes. Portanto, era necessário um novo modelo historiográfico.²⁴³

Nesse sentido, algumas proposições levantadas por José D’Assunção Barros podem nos ajudar.²⁴⁴ O autor chamou a atenção para o fato de que o primeiro passo a ser dado é o de que há a necessidade de possuir um “conjunto de práticas, concepções e objetos”, que devem ser abordados de forma singular. É isso que irá definir sua existência e o justificará perante aos outros campos. Entretanto, a sua definição é histórica, ou seja, está sempre sendo reconstruída, reelaborada, inclusive com a ajuda de elementos vindos de outros campos e de outras disciplinas, por meio da interdisciplinaridade. Nesse processo de construção há uma disputa territorial. É necessário que se mostre eficaz “diante de antigos e novos problemas que as disciplinas [e campos] tradicionais também já vêm enfrentando com seus próprios métodos e aportes teóricos”.²⁴⁵ Mas, nunca esquecendo, como já sublinharam Soares e Vainfas, de

²⁴¹ Marcos Sanches. “A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira”. In *Revista Brasileira de História Militar*. Ano I, n.º 1, abril de 2010.

²⁴² John Keegan. *História da Guerra*, p. 101 e ss.

²⁴³ Nuno Severiano Teixeira. “A história militar e a historiografia contemporânea”, p. 64.

²⁴⁴ José D’Assunção Barros. *Teoria da História. Princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2011, Vol. 1.

²⁴⁵ José D’Assunção Barros. *Teoria da História*. Vol. 1., p. 23.

que “entre o novo e o velho (...) há muitas continuidades que as propostas de inovação preferem ocultar ou minorar”.²⁴⁶

Ao mesmo tempo, o novo campo pode surgir do desdobramento de outros já existentes, ou de elementos dispersos de outras disciplinas e campos. Dito de outro modo, pode ser construído por meio da interconexão de campos e disciplinas diversas. É necessário que em seu seio surja uma linguagem comum que permita o diálogo entre os seus membros. Como sublinhou Burke e Roy Porter quando cunharam o conceito de “comunidades linguísticas”. Entretanto, apesar dessa hiperespecialização, o campo não pode se isolar dos demais, sendo vital movimentos interdisciplinares, um constante repensar do campo feito pelos seus membros, e; transdisciplinar, com a introdução de questões trazidas de fora do campo, para que seja possível o estabelecimento de uma “relição dos saberes”.²⁴⁷ Essas trocas são benéficas para ambos, posto que os enriquecem mutuamente.

Outro fator importante, que já foi abordado, é a questão da constituição de zonas de interdição. Nas palavras de Barros, “aquilo que se coloca como proibido aos seus praticantes”. Estes “não ditos” acabam por condicionar os objetos e as questões que vão ser trabalhadas dentro de um determinado campo. São estabelecidos pelos próprios agentes que partilham desse campo de saber, formando uma verdadeira rede humana. Muitas das vezes confundidas com redes institucionais, como visto para o caso dos historiadores militares e civis, e dentro das quais haverá uma gama de disputa de poderes que estão ligados ao exercício do próprio campo.²⁴⁸

Nesse sentido, depois que o campo é consolidado passa a ser fundamental, já que é dele que se parte quando se criam conceitos e categorias que buscam analisar um determinado objeto. Igualmente, será vital para se pensar numa metodologia de pesquisa, na formulação de hipóteses, no uso e nas análises das fontes.²⁴⁹

No caso particular de nosso campo, a “Nova História Militar”, Marcos Sanches observou que devemos nos ater ao objeto a que se pretende analisar. O que importa para a nossa discussão aqui não são os aspectos relacionados ao universo militar (guerra, recrutamento etc.), mas sim o modo como iremos abordá-los e investigá-los. Logo é visceral perceber que este universo não é singular, apartado da totalidade social. Os raios de sol que emanam deste universo, de algum modo e em determinadas

²⁴⁶ Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas. “Nova História Militar”, p. 113-115.

²⁴⁷ José D’Assunção Barros. *Teoria da História*. Vol. 1., p. 28.

²⁴⁸ José D’Assunção Barros. *Teoria da História*. Vol. 1., p. 17-38. Citação p. 31.

²⁴⁹ José D’Assunção Barros. *Teoria da História*. Vol. 1., p. 57-67.

circunstâncias, são sentidos para além deste sistema solar e refletidos de volta, havendo assim relações que devem ser observadas.²⁵⁰ As propostas do autor foram sumarizadas por Soares e Vainfas:

(...) em primeiro lugar, na adoção de uma perspectiva interdisciplinar (...). Em segundo lugar, residem na relativização da guerra como objeto exclusivo da história militar, propondo novos objetos e abordagens. Em terceiro lugar, (...) na rejeição da subordinação (...) à história política (...).²⁵¹

Para além destes pontos, os dois autores acrescentaram um quarto: a “antropologização”, como reflexo da *nova história* originária do final dos anos 1960.²⁵² Assim a “Nova História Militar” se distancia da história militar.²⁵³

De fato, se a história é tecida por homens, não é viável excluir da análise as orientações valorativas que permeiam uma determinada sociedade. Não parece possível compreender as relações entre homens, no tempo, desvincilhando-se da dinâmica social em que estão inseridos e que atualizam a partir de suas ações.²⁵⁴ Especificamente, para a “Nova História Militar”, não é possível examinar fenômenos bélicos por eles mesmos, de forma totalmente abstrata, como se a sua natureza não estivesse pautada em sujeitos sociais.

Aprofundando ainda mais a formação do campo da “Nova História Militar”, Arno Wehling e Marcos Sanches destacaram que devemos, ao lidar com a categoria *guerra*, estar atentos ao fato de que a “história da guerra”, assim como a própria história, não é um fenômeno linear e universal. Em outras palavras, ela tem uma historicidade que varia de acordo com a temporalidade e, mais ainda, possui um

²⁵⁰ Marcos Sanches. “A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira”.

²⁵¹ Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas. “Nova História Militar”, p. 113-114.

²⁵² Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas. “Nova História Militar”, p. 114.

²⁵³ No contexto brasileiro, o estudo antropológico de Florestan Fernandes a respeito da “A função social da guerra na sociedade Tupinambá” é fundamental para se entender não só a história militar do período colonial, como questões mais amplas ligadas aquela temporalidade. Cf. Florestan Fernandes. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2006. A primeira edição é de 1952. A obra sublinha como a guerra, em especial, o aspecto da vingança, era um importante pilar na cultura daquele povo. Vale à pena notar como a intensificação do diálogo com a antropologia trouxe para os estudos indígenas um universo extremamente rico de possibilidades. Os índios do período colonial, por exemplo, passaram a ser agentes de seus destinos. O que acabou por influenciar a “Nova História Militar” do período colonial mostrando a importância destes povos para o processo de conquista, cujo um dos grandes exemplos é a Guerra dos Bárbaros (1650-1720) e a posterior conquista do sertão nordestino. A respeito do diálogo com a antropologia ver a obra de M^a Regina Celestino de Almeida, em especial. M^a Regina Celestino de Almeida. “História e antropologia” In Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas. *Novos domínios da história*, p. 151-168. Já sobre a Guerra dos Bárbaros, vide a obra de Pedro Puntoni, Kalina Silva e Cristina Pompa.

²⁵⁴ Marc Bloch. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

significado diferente nas diversas culturas produzidas pela humanidade.²⁵⁵ Não se deve, portanto, naturalizar a guerra; ela deve ser analisada em consonância com a historicidade a que pertence.²⁵⁶ Assim, torna-se inviável pensar fenômenos sociais, como a guerra, sem o estabelecimento prévio de estreitos vínculos com estruturas maiores, sujeitas a uma dinâmica específica e histórica, como a sociedade e a cultura, por exemplo.²⁵⁷

Mas, toda a discussão em torno da constituição desse campo do saber, a “Nova História Militar”, deve se dar de forma dialogal com o universo mais amplo da disciplina história e, claro, de suas atuais preocupações e direcionamentos. Destarte, embora, com pouco mais de trinta anos de sua publicação e de seu impacto na historiografia ocidental, o texto de Stone, “A volta da narrativa” ainda hoje é fundamental.²⁵⁸ Publicado em novembro de 1979, o texto foi tão impactante que em fevereiro de 1980 recebeu comentários de Eric Hobsbawm.²⁵⁹ Esse por sua vez contrapôs alguns pontos da ideia de Stone, particularmente de que haveria um desinteresse nos “grandes porquês” da história, ou seja, na elaboração de sínteses explicativas.

É certo que houve um ressurgimento de temas que antes não eram tidos como capitais por parte da historiografia, que passaram a ser de interesse de pessoas não diretamente ligadas à história. Sendo assim, algumas obras, que davam grande importância à narrativa, foram produzidas com o intuito de satisfazer esta demanda. Contudo, a narrativa utilizada não era a tradicional.

²⁵⁵ Arno Wehling. “A pesquisa da História Militar Brasileira”. In *Revista DaCultura*. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, ano I, nº1, jan/jul 2001, pp. 35-38, especialmente, p. 37.

²⁵⁶ Marcos Sanches. “A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira”.

²⁵⁷ Nuno Severiano Teixeira. “A história militar e a historiografia contemporânea”, pp. 53-71; Paulo Parente. “Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação”. In *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: IGHMB, ano 66, n.º 93, 2006, pp. 37-45; Arno Wehling. “A pesquisa da História Militar Brasileira” e; Marcos Sanches. “A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira”. Entretanto, a história militar não recebe contribuições apenas da história social e, pontualmente falando, na forma como os fenômenos sociais devem ser pensados dentro das suas relações com a sociedade mais ampla. Contudo, uma questão deve ser pontuada aqui e estaria sobremaneira ligada à história das instituições e não entraremos neste debate. Mas, queremos ressaltar que Theodore Ropp afirmou que para analisar as instituições, entre elas as militares, não se pode partir do princípio pueril e ingênuo de que seriam simples prolongamento da sociedade civil. A análise deve ser mais complexa. Para tal, o autor sugere levar em consideração alguns critérios que foram adaptados de Stanislav Andreski, como: participação militar, subordinação militar e coesão social. ROPP, T. “As forças Armadas e a Sociedade – algumas hipóteses”. In Russel Weigley. *Novas dimensões da história militar*, p. 63-95.

²⁵⁸ Lawrence Stone. “The revival of narrative: Reflections on a New Old History”, In *Past and Present*, n.º 85, Nov/1979, pp. 3-24.

²⁵⁹ Os comentários de Hobsbawm foram publicados pela primeira vez na revista *Past and Present* no número seguinte, em fevereiro de 1980, sendo publicado no Brasil em Eric Hobsbawm. “A volta da narrativa”. In Eric Hobsbawm. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 201-206.

Outra crítica apresentada por Hobsbawm é de que o universo de análise de Stone teria sido muito limitado. Na verdade, a volta da narrativa não excluiria os “grandes porquês”, porém, passariam a ter como objeto outras questões e temas. Essas mudanças dar-se-iam em função de um alargamento do campo dos historiadores, em especial, por conta da supremacia da “história social”, termo difícil de definir por sua grande elasticidade conceitual e pelo descrédito da história estruturalista, sobretudo de cunho economicista. Essa ampliação trouxe grandes problemas para a elaboração de sínteses, uma vez que, para sua formulação, aspectos dos mais diversos deveriam ser levados em consideração, multiplicando as variáveis e elementos que as construiriam. Daí a grande dificuldade na sua cristalização, até mesmo por conta da necessidade de se religar os laços entre elas.

Mais ainda, os historiadores do pós-guerra, envoltos na “longa duração”, “nunca perderam o interesse nos eventos ou na cultura, nem consideravam a *superestrutura* como sempre e inteiramente dependente da *base*”. Assim, os “novos historiadores” acabaram por se concentrar nesses elementos que eram relegados em segundo plano, mas, mais uma vez, não descartados por seus colegas. A intenção desta nova abordagem, portanto, era complementar aquele tipo de história ainda preocupada com a síntese. Contudo, no calor da discussão, Hobsbawm afirmava que estaria “ansioso para descobrir para onde estão indo os historiadores”.²⁶⁰

Proposta diferente é apresentada por Sandra Pesavento. A autora afirmou que o historiador teria uma “*nostalgia da totalidade* ou dos modelos globais, que se sintetizam em um todo harmônico e compreensível, em uma explicação acabada”.²⁶¹ Porém, dada a complexidade do mundo seria impossível a elaboração de uma história total, tal qual proposta por Braudel. Destarte, que a historiografia trabalharia com a noção de contingência e, por isso, o historiador não seria obrigado a escrever a respeito de tudo, dada a sua impossibilidade de abarcar todas as instâncias do real. O pesquisador deve ter a erudição afinada com o campo de interesse, ao qual sempre irá recorrer, mostrando

(...) que deve estar à disposição para estabelecer toda a sorte de correlações possível entre um acontecimento dado e outros, de forma a revelar os significados. (...) *O estabelecimento da grelha de relações é dado pela pergunta feita, pelo universo teórico que preside a elaboração do problema e a delimitação das fontes.*²⁶²

²⁶⁰ Eric Hobsbawm. “A volta da narrativa”, p. 204-5 e 206. Grifos do autor.

²⁶¹ Sandra Pesavento. *História & História cultural*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005, p. 117. Grifos nossos.

²⁶² Sandra Pesavento. *História & História cultural*, p. 118. Grifos nossos.

A ideia de Pesavento é tributária de uma das três epistemologias básicas presentes na escrita da história que fora apresentada por Cardoso. No caso, a *desconstrucionista*, que em linhas gerais, questiona as outras duas, *reconstrucionista* e *construcionista*. O *desconstrucionismo* centra sua análise no discurso, que contradiz o seu próprio conteúdo, e que não passaria de uma simples representação, uma interpretação do passado. Além do mais, nega a existência de uma unidade, inclusive do próprio indivíduo.²⁶³ Nesse sentido, a autora, então defende que o máximo que se possa chegar são as “versões possíveis para o acontecido, e *certamente provisórias*”.²⁶⁴

Mas, voltemos a Hobsbawm e a inquietação que lhe povoava a mente de que estaria para ver qual caminho trilhavam os historiadores. Essa expectativa nos remete a preocupação que mostramos acima. Para entender como este novo campo do saber, a “Nova História Militar”, está sendo elaborado, há de se inserir o campo nas discussões contemporâneas da disciplina história. O que poderia acalmar a aflição do autor. Logo, o recente balanço historiográfico apresentado por Vainfas, como o próprio título do texto nos faz crer, “Avanços em xeque, retornos úteis”, pode nos ser proveitoso para concluirmos essa parte do capítulo.²⁶⁵

Vainfas segue o pressuposto levantado por Cardoso na introdução da coletânea, cujo texto coube fechar. Aquele autor ratificou que hoje a história é produzida de forma híbrida, tendo “um pé em cada mundo”, ou seja, em cada um daqueles três tipos epistemológicos básicos que Cardoso apresentou em sua introdução.

Repensando a famosa crítica dos paradigmas explicativos, Vainfas mostrou como foi importante para que se pudessem refinar os seus “métodos e problemas de investigação”, de forma totalmente diferente do que era feito há cerca de trinta ou quarenta anos atrás.²⁶⁶ Para tal, a aproximação com a antropologia, em especial para o nosso campo, na leitura sociocultural e na leitura das batalhas em seus aspectos culturais, foi deveras importante.²⁶⁷ Igualmente, não houve o desaparecimento da

²⁶³ A respeito destas epistemologias ver Ciro Cardoso. “Introdução...”. In Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas. *Novos domínios da história*, p. 12-14.

²⁶⁴ Sandra Pesavento. *História & História cultural*, p. 119. Grifos nossos.

²⁶⁵ Ronaldo Vainfas. “Avanços em xeque, retornos úteis” In Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas. *Novos domínios da história*, p. 319-335.

²⁶⁶ Ronaldo Vainfas. “Avanços em xeque, retornos úteis” In Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas. *Novos domínios da história*, p. 330.

²⁶⁷ Nesta vertente, por exemplo, os estudos do antropólogo Marshal Sahlins têm sido fundamentais por mostrar um outro diálogo entre acontecimentos e estrutura, levando a cultura a um patamar mais elevado, no que diz respeito às abordagens analíticas. Cf. Ronaldo Vainfas. “Avanços em xeque, retornos úteis”, p. 331. O que já destacamos em nosso texto.

“história-problema”, assim como de algumas características do *historicismo* e até do *positivismo*, sobretudo relacionadas à questão de se produzir um discurso do passado que contemple a possibilidade de reconstruí-lo e de prová-lo, apesar das críticas oriundas da pós-modernidade, por exemplo, a de Pesavento. Tais propostas foram apresentadas da seguinte forma:

(...) a metodologia de pesquisa rigorosa e crítica das fontes em busca das idéias e fatos que *caracterizam, exprimem e revelam* as sociedades no tempo; a busca de causalidades históricas na própria história (...) a partir de evidências factuais; e a concepção do conhecimento histórico como produto do sujeito individual – o historiador – em contato com os documentos.²⁶⁸

Em suma, os acontecimentos, o uso das fontes, a reconstrução do passado, voltam a lume com grande força. Contudo, aqui, temos que fazer um breve comentário. Não somos ingênuos de pensar que uma determinada produção histórica, feita através das propostas apresentadas por Vainfas, não possa vir a ser refutada no futuro. Afinal, todos nós sabemos que: “toda história é história contemporânea”. Entretanto, os níveis de conclusão a que chegam esse tipo de história se pretendem mais sólidos do que os apresentados pelo *desconstrutivismo*, que em oposição são mais efêmeros, voláteis, porosos, plásticos e maleáveis, dada a sua natureza e sua concepção teórica.

Dito isso, hoje, vejo que a elaboração de uma “história total”, focada na História social, construída nos moldes do que foi exposto por Vainfas, não pode abrir mão da religação dos elementos militares ao quadro geral, proposto pela “Nova História Militar”. Como tantos outros campos, a “Nova História Militar” nasceu do desdobramento da história social e precisa ser religado a ela. Assim, serão fundamentais na escrita de uma história total (síntese) muito mais refinada.

Não acredito que a “Nova História Militar” deva se isolar da produção empreendida pelos historiadores e instituições militares. Penso que os historiadores civis e militares, como propôs Parente e já o fizera Barroso, devem intensificar a tímida ou inexistente troca entre ambos.²⁶⁹

O momento histórico porque passamos facilita o diálogo, contribuindo assim para acabar com preconceitos existentes nos dois lados. Os militares cada vez mais abandonam a ideia que constituem um grupo à parte da sociedade, como ocorreu no século XIX, buscando se aproximar dela. Os civis já não os veem como inimigos da democracia, tal qual ocorreu na época da Ditadura Militar. Destarte, a aproximação

²⁶⁸ Ronaldo Vainfas. “Avanços em xeque, retornos úteis”, p. 332.

²⁶⁹ Peter Parente. “Uma Nova História Militar?” e; Erika Cerqueira. *O passado que não deve passar*.

pode ser benéfica para ambos os campos.

No que pese que a delimitação do campo da “Nova História Militar” já foi apresentada por Sanches, Vainfas e Cardoso, temos que acrescentar que a história produzida pelos historiadores e instituições militares podem lhe trazer elementos importantes oriundos da especificidade castrense, como: técnicas de guerra, armamentos e a própria instituição militar. Mostrando como esses podem direcionar algumas atitudes, em especial no campo da política. Igualmente, informar os dados cronológicos, sempre tão viscerais para qualquer tipo de história, mas que, por vezes, eram colocados em segundo plano. Resgatar esses fatos, esses eventos, é fundamental para a “Nova História Militar”, já que a construção de um campo pode ser feita com a utilização de elementos de outros campos e esse parece ter sido o caso, como já vimos, em especial no que toca a Antropologia.

No que diz respeito à história produzida por historiadores e instituições militares aqui no Brasil, podemos afirmar que hoje ela gradativamente se liberta do tradicionalismo apontado ao longo do texto, embora haja um grande caminho a percorrer. A história, inclusive a “Nova História Militar”, pode enriquecer este campo por meio de contribuições à construção/reconstrução, quando se julgar necessário, do discurso empreendido por eles, a saber: a) no uso de ferramentas metodológicas que lhes ajudem a ter um melhor domínio sobre as fontes que utilizarão, tornando mais científicas suas pesquisas e; b) por meio da ligação com a sociedade mais ampla, buscando um equilíbrio entre a estrutura e o indivíduo. Este campo da história não é menor que a “Nova História Militar” e nem aos outros, apenas diferente. Insere-se em um dos campos da “cultura histórica” como outras áreas de conhecimento histórico. Por isso, algumas preocupações são quase que “exclusivas”, como afirmou Francisco Carlos Teixeira.²⁷⁰ O campo possui um olhar mais preocupado em estudar a guerra, ou ao menos, as circunstâncias que apontem para a sua preparação ou iminência. Além, é claro da própria preocupação institucional ligada à questão nacional.

De forma talvez pueril, mas, sobretudo esperançosa, acreditamos que Keegan apontou um caminho melhor para este tipo de história. Para o autor a comunidade mundial precisa dos militares para que trabalhem para ela, na garantia da paz e não como fazedores da guerra. Assim, não devem apenas observar o modelo ocidental de

²⁷⁰ Conferência intitulada “A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos”, no dia 05 de setembro de 2011, no I Ciclo de Estudos e Pesquisas em História Militar do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

fazer a guerra, mas de outras sociedades também, tanto no que diz respeito à temporalidade como a espacialidade. E, para isso, a história é fundamental, já que permitiria uma compreensão mais clara das diversidades culturais criadas pelas inúmeras sociedades humanas.²⁷¹

Mas, queremos deixar aqui um alerta ao leitor. Em hipótese nenhuma acreditamos que se deva negar a importância da cultura para as análises. O que permite fazer o que de mais belo e basilar existe em uma análise histórica que é a contextualização. É o viés cultural que irá permitir compreender porque apesar da derrota material e bélica de Saddam Hussein, frente aos ocidentais, na Guerra do Golfo (1991), o mesmo afirmava que não havia sido derrotado no espírito. Destarte, é possível entender que cada uma dessas culturas, que naquele momento entravam em conflito, a ocidental e a muçulmana²⁷², possuem um processo histórico que as fez e fazem únicas. O que tornava incompreensível para os ocidentais a afirmativa de Hussein.²⁷³

1.2. A história militar no mundo luso-brasileiro

Depois de definida a “Nova História Militar” é hora de fazer um balanço historiográfico a respeito da história castrense no mundo luso-brasileiro, em especial nos *Seiscentos*, século em que nossa pesquisa se situa. Para depois, no último tópico deste capítulo, ver como essa temática pode ser utilizada na elaboração de uma síntese mais refinada no campo da história social, no que diz respeito a pensar a relação entre a Monarquia lusa e a América.

No prefácio da obra portuguesa “*Nova História Militar de Portugal*”, um dos marcos dessas revisões, António Manuel Hespanha evidencia que se procurou uma renovação da história castrense não apenas abordando novos temas, mas também a partir do enfoque de assuntos tradicionais submetidos a novas metodologias. Por exemplo, houve a preocupação de se introduzir conceitos da época analisada, que até então haviam sido negligenciados, como o de “guerra justa” contra os infiéis; o “serviço de mercês” e a necessidade de retribuição deste serviço por parte da Coroa; a presença de clientelas e de relações pessoais e hierárquicas da sociedade de Antigo Regime;

²⁷¹ John Keegan. *História da Guerra*, p. 9, 10 e 76.

²⁷² Sobre a impossibilidade de uma homogeneização da cultura muçulmana, vista apenas pelos ocidentais, consultar Edward Said. *Orientalismo – o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁷³ Edward Said. *Orientalismo*.

dentre outros.²⁷⁴

Assim, procurou-se atribuir uma visão mais acurada e refinada dos problemas a serem enfrentados, no que diz respeito aos conceitos; além disso, é claro, buscou-se contextualizá-los nas conjunturas específicas de cada guerra. O caminho a ser seguido, portanto, era o de fugir do anacronismo, frequentemente presente em uma historiografia militar lusa anterior que inseria no passado conceitos que só surgiriam posteriormente na modernidade, como a ideia de “nação em armas”, “exército nacional” ou “patriotismo”, em síntese, termos ligados ao aparecimento do nacionalismo do século XIX.²⁷⁵ Nesse sentido, ampliou-se o olhar para além dos conflitos bélicos propriamente ditos, sem, entretanto, descartá-los.²⁷⁶

Todavia, a obra foi duramente criticada por Rafael Valladares. Segundo esse autor, Hespanha, o coordenador da referida coletânea, teria deixado de problematizar uma ideia fundamental, a violência. Seria necessário entendê-la como um conceito operativo oriundo das ciências sociais, dos quais são fundamentais os autores: Max Weber, Erich Fromm, Sigmund Freud, Norbert Elias e Michel Foucault. Em linhas gerais, estes pensadores apontam dois tipos de violência: uma destrutiva, cuja finalidade é provocar a morte; e a outra, construtiva, ligada ao campo simbólico. Do mesmo modo, afirmam que não se trata de ligá-la, de forma mecanicista, a esfera do atraso; enquanto o progresso corresponderia a sua ausência. Por outro lado, pontuam que só pode ser analisada na sua relação com a sociedade, de tal forma que passa a ser construída historicamente e socialmente. Para o que nos interessa aqui, a questão divide-se em duas chaves. Primeira, como classificá-la? Segunda, como ter certeza de quê o que classificamos como violência era visto como legítima? Na obra de Hespanha, segundo Valladares, não há uma análise a respeito de como a sociedade entendia o que era violência; como a população via o seu impacto sobre si; e o modo como à população lia a relação entre guerra e comunidade. Destarte, não é necessário apenas mostrar as guerras com um enfoque antirreducionista, mas que determinadas batalhas/fatos/acontecimentos mesmo tendo sido “apropriados(as)” por uma tradicional historiografia militar não podem ser negligenciados(as) pela história como um todo.²⁷⁷

Percepção parecida, fundamental para as inovações que começaram a surgir na

²⁷⁴ António Manuel Hespanha. *Nova História Militar de Portugal*.

²⁷⁵ Sobre a questão da formação do nacionalismo ver Eric Hobsbawm. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

²⁷⁶ António Manuel Hespanha. *Nova História Militar de Portugal*.

²⁷⁷ Rafael Valladares. *La conquista de Lisboa*, pp. 28-31.

Nova História Militar, foi feita pelo sociólogo Quincy Wright. Este autor afirmou que a guerra pode ter significado diferente para povos distintos. Assim determinadas ações, como o sentimento de violência, podem ou não ser vistas como motivadoras da guerra.²⁷⁸ Segundo Peter Burke, outro historiador a pensar a questão militar sob o enfoque da cultura foi John Keegan ao defender que toda “guerra é um fenômeno cultural”. Burke sublinhou que a violência tem atraído cada vez mais os historiadores culturais. Assim abandona-se a ligação que se fazia de que a violência estaria ligada ao caráter animalesco do homem, aquele instante fugaz no qual se vê desprovido de todos os elementos culturais. Do mesmo modo, mostrou que o uso da violência é feito a partir de um conjunto de normas, que possuem significado próprio.²⁷⁹

A questão da violência é fundamental não apenas pelo modo como os contemporâneos viam e a sentiam, mas igualmente, porque, como salientou Francis Albert Cotta, vários trabalhos historiográficos pontuam que a formação das monarquias absolutas teria ocorrido com o aumento da violência pública, dos exércitos e da destruição das guerras. Processo este ligado à Revolução Militar do Século XVII, o que teria levado o Estado a elevar os impostos para melhorar a proteção da população.²⁸⁰

Ideia tributária do conceito weberiano de Estado moderno, caracterizado, entre outras coisas, por deter o monopólio da violência legítima. Para aquele sociólogo, o poder político do Príncipe Patrimonial, ou seja, de um governo no qual a administração da comunidade tem origem na vida doméstica deste Príncipe, seria o medo da violência e da posse da tradição. Destarte, os Estados modernos teriam rompido com a tradição dos grandes nobres que até então eram os recrutadores da força militar e dos exércitos que eram privados. Portanto, pensar o Estado moderno e a autoridade real significa pensar a capacidade de impor a ordem e obter a obediência de seus súditos.²⁸¹

Partindo de Weber, mas construindo um modelo explicativo mais refinado que consiga explicar o surgimento dos Estados Nacionais europeus, “[Charles] Tilly dá grande atenção aos eventos locais e às suas relações com os fenômenos macroestruturais”.²⁸² Seus estudos têm apontado diversos caminhos percorridos para a sua formação e que esses não podem ser reduzidos a “instrumentos das classes sociais, a arenas do conflito de classe, ou a mecanismos funcionalmente necessários de orientação

²⁷⁸ Wright. *A guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

²⁷⁹ Peter Burke. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, pp. 138-140.

²⁸⁰ Francis Albert Cotta. *No rastro dos dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, tese de doutorado em história, 2004, p. 37.

²⁸¹ Francis Albert Cotta. *No rastro dos dragões*, p. 37-40.

²⁸² Karl Monsma. “Apresentação”. In Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*, p. 18.

para o capitalismo”²⁸³. Contudo, todos esses caminhos devem levar em consideração a centralidade que a preparação para a guerra e ela própria teve na construção desses Estados. Todavia, se, por um lado, os governantes deveriam dar proteção e estabelecer alianças com as classes que ajudavam “no fornecimento dos recursos necessários”²⁸⁴; por outro, essas alianças colocavam obstáculos a ação dos próprios governantes. Nesse sentido, os Estados europeus, por ele estudado, iriam depender dos capitalistas para fornecerem aqueles recursos, fato que obrigava a seus governantes a permitirem que tivessem, por meio de instituições criadas, representação dentro dos governos.

Portanto, enquanto internamente os governantes tentavam ampliar o seu domínio sobre a sua população e seu território, impondo o monopólio da violência; externamente tinham que enfrentar a ameaça de outros Estados, que também estavam em formação, o que arrastava a todos a uma guerra internacional. As guerras levavam toda a população para o conflito e passava a haver a necessidade de se extrair recursos para a sua manutenção. Logo, os governantes foram obrigados a negociarem com as classes que podiam provê-los com esses recursos. A natureza dessas classes e desta negociação acabou por gerar a diversidade dos caminhos trilhados para a formação dos Estados europeus.²⁸⁵

Segundo Tilly, o processo teria se iniciado por volta do ano 1000 e terminaria no século XVII, quando finalmente, alerta o autor, “a definição de estado dada por Max Weber, historicamente contestável, começou a fazer sentido em relação aos estados europeus (...).”²⁸⁶ Contudo, temos que destacar que sua análise é centrada nos países que notadamente naquele século já eram capitalistas, ou tinham em seu bojo uma setor burguês-capitalista bem definido e forte para se impor, por exemplo, a Inglaterra, Países Baixos/Holanda e França. Fato que acabou por deixar de fora Portugal.

De modo que, como dito acima, Portugal caminharia numa estrada própria, mas para estudar essa via, sublinhamos, há de se lançar o olhar como o

(...) exército se tornou uma organização expressiva (...) mas também porque a sua criação e manutenção induziram a instalação de organizações complementares: tesouros, serviços de abastecimento, mecanismos de recrutamento, órgãos de coleta de impostos e muitas outras [características].²⁸⁷

No que pese a ausência da discussão em torno da violência, como salientado por

²⁸³ Karl Monsma. “Apresentação”. In Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*, p. 23.

²⁸⁴ Karl Monsma. “Apresentação”. In Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*, p. 24.

²⁸⁵ Karl Monsma. “Apresentação”. In Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*, p. 25.

²⁸⁶ Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*, p. 126.

²⁸⁷ Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*, p. 127.

Valladares, na obra, *Nova História Militar de Portugal*, foi dada grande atenção à análise da relação que o Estado português estabeleceu com a chamada “Revolução Militar” do século XVII,²⁸⁸ em especial, no que se refere às inovações que introduzia nos campos de batalha:

(...) novas tecnologias da guerra – terrestre e naval –, o novo conceito de disciplina, as novas modalidades de enquadramento e direcção de grandes massas humanas, as novas exigências financeiras, os novos componentes científico-técnicos da formação militar.²⁸⁹

Logo na introdução da obra, Hespanha problematiza, primeiramente, o que teria sido a “Revolução Militar” do século XVII, conceito difundido por Michael Roberts.²⁹⁰ Este defende que naquele período (1560-1660) ocorrera uma mudança tecnológica e de infraestrutura no modo de se fazer a guerra, o que teria se iniciado na Suécia e atingido a Holanda, permitindo aos batavos vencerem os espanhóis, que se mantiveram adeptos aos modelos tradicionais. Posição que pode ser resumida em quatro tópicos: 1º) os soldados passaram a utilizar com mais intensidade as armas de fogo; 2º) aumento substancial do tamanho dos exércitos, no qual a infantaria ocupava grande destaque; 3º) novas estratégias de combate foram desenvolvidas e; 4º) as guerras passaram a repercutir em todas as esferas da sociedade (economia, social etc.) assim como no fortalecimento do Estado perante a mesma.²⁹¹

Geoffrey Parker aprofundou as ideias de Roberts, enfatizando que as alterações tecnológicas e o desenvolvimento de novas estratégias formavam as principais características desta Revolução, que, no entanto, passava a ter uma temporalidade maior, entre 1500 e 1750. Para além disso, essa Revolução teria sido fundamental para que a Europa conseguisse se impor frente aos demais espaços mundiais, o que teria possibilitado a formação dos Impérios modernos. Nesse sentido, por exemplo, Castela teria sim aderido à Revolução Militar, com a utilização intensiva da artilharia, renovação da arquitetura militar, novos modelos administrativos e financeiros

²⁸⁸ Sobre a “Revolução militar” do século XVII, em português, ver Carlo Cipolla. *Canhões e velas na primeira fase da expansão europeia (1400-1700)*. Lisboa: Gradiva, 1989.

²⁸⁹ António Manuel Hespanha. *Nova História Militar de Portugal*, p. 7.

²⁹⁰ Michael Roberts. “The military revolution, 1560-1660”. In Rogers, Clifford (Ed.) *The military revolution debate: readings on the military transformation of early modern europe*. Boulder: Westview Press, 1995.

²⁹¹ A ideia, segundo Cotta, foi a questionada por alguns autores que preferem o termo “Reforma Militar”. Cf. COTTA. *No rastro dos dragões*, p. 62. Para os autores ver a referida obra.

praticados na atividade castrense.²⁹²

Contudo, nenhum dos dois autores tocou no caso luso. Preocupação, mais uma vez da obra que estamos analisando. Segundo Hespanha, Portugal apresentava uma especificidade que era a própria guerra ultramarina, que demandava a administração e a “logística de uma guerra longínqua”.²⁹³ Com características bastante distintas, o modelo de guerra português primava por seu componente naval de traço anfíbio e pelo apoio da artilharia embarcada. Assim sendo, não teria participado plenamente das inovações militares do século XVII. Nas palavras do autor:

Como conclusão geral, poder-se-ia dizer que, ao contrário do que acontece em estados como o Piemonte, a Dinamarca ou a Suécia, a guerra e a instituição militar não se apresentam, em Portugal, como factores decisivos de estabelecimento de um novo modelo político. Embora possa ter contribuído com elementos que lhes são funcionais, como acontecerá, sobretudo, no campo financeiro.²⁹⁴

Em complemento, ratificando as posições apresentadas, Fernando Dores Costa destacou que as forças bélicas lusas eram diminutas, o que levou a uma relação sociedade-guerra diferente da que se pode verificar no resto da Europa, particularmente na França.²⁹⁵ O caráter periférico de Portugal, frente aos demais Estados europeus, acarretou uma postura mais defensiva do que ofensiva e, assim, em vez de atuar nos campos bélicos, optou-se pela via diplomática que procurava manter o Estado neutro em relação aos conflitos existentes.²⁹⁶ A própria sociedade, em todas as suas camadas,

²⁹² Geoffrey Parker. *The Military Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, 9TH ed. Em português ver, Carlo Cipolla. *Canhões e velas na primeira fase da expansão europeia*. Hoje as obras de Roberts e Parker são no mínimo os pontos pelos quais se deve começar qualquer análise a respeito da “Revolução militar do século XVII”, embora, tenham sofrido uma série de críticas, como iremos ver.

²⁹³ António Manuel Hespanha. *Nova História Militar de Portugal*, p. 9.

²⁹⁴ António Manuel Hespanha. *Nova História Militar de Portugal*, p. 366.

²⁹⁵ Fernando Dores Costa. “Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)”. Separata das Actas do VII Colóquio “O Recrutamento Militar em Portugal”. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996. Para o caso francês ver Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 84-111; e Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*.

²⁹⁶ Portugal objetivava se manter neutro durante todo o período moderno até a invasão francesa de 1808, embora, alianças tenham sido feitas com outros países. Assim, por exemplo, houve uma tentativa frustrada de aproximação com a França; casou-se a filha do monarca D. João IV, D. Catarina de Bragança, com o rei inglês restaurado Carlos II (Stuart); e até uma união com o Império Alemão, por meio do casamento de D. Pedro II, foi realizada. Já no século XVIII, embora permaneça a ideia de neutralidade, a pressão inglesa acabou levando Portugal, mesmo também se aproximando da Espanha, a se envolver na Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713) e na Guerra dos 7 Anos (1756-1753). Por outro lado, a aliança com o Império Alemão iria ser sentida no Período Pombalino (1750-1777), devido aos laços que Sebastião José de Carvalho e Melo possuía desde os tempos que esteve na corte austríaca, antes de assumir o governo. Maiores detalhes podem ser visualizados em Maria do Rosário Barata. “Portugal e a Europa na Época Moderna”. In José Tengarrinha (org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP e Edusc, 2000, pp. 105-126. A respeito da diplomacia lusa na época moderna ver Nuno Monteiro e Pedro Cardim. “La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y

buscava fugir das obrigações militares; o número de desertores foi frequentemente elevado e houve sérios problemas no recrutamento. A sociedade se mostrava conivente com tal prática e oferecia proteção a esses indivíduos, especialmente por meio de um sistema de *clientela* e de privilégios.

O que em outras palavras também igualmente foi explicado por Cotta. Embora a Coroa lusa, com a criação do Conselho de Guerra (1640), no que tange ao recrutamento e ao controle das forças militares tenha tentado se impor frente à nobreza, não tenha obtido o sucesso esperado.²⁹⁷ Já que, se apoiando em Nuno Gonçalo Monteiro, “não se pode falar até meados do século XVIII na existência de ‘governo’ no sentido moderno da expressão”,²⁹⁸ ou seja, a Coroa continuava a depender da nobreza para ter o seu “exército”. Ou como salientou Tilly, a Coroa lusa foi obrigada a negociar com a nobreza, a quem de certo modo podia prover os recursos necessários para aquela empresa.

A obra, *Nova História Militar*, é importante, porque problematiza o conceito de “Revolução Militar do Século XVII”, formulado por Roberts e aperfeiçoado por Parker, como já vimos; uma vez que defende a ideia de que tal movimento não teria chegado ao mundo luso. Para além da crítica apresentada por Valladares, há outro problema, fruto, talvez, de uma leitura rasa da bibliografia. Os autores da introdução, Hespanha, e da conclusão, Hespanha e Costa, não apresentaram as críticas feitas ao modelo proposto por Roberts e reelaborado por Parker. Algumas particularidades lusas passam a ideia de lhes serem exclusivas, quando na verdade não os são.

Nesse sentido, Michael Duffy, nos anos 1970, criticou o modelo proposto por Roberts, afirmando que pouca atenção havia sido dada a evolução naval, mostrando como a Armada britânica foi importante no processo.²⁹⁹ Assim, embora os autores lusos falem de uma especificidade portuguesa na guerra ultramarina, esta poderia ter sido apresentada de forma diferente se fosse contraposta a importância da marinha britânica. Mas, mesmo o conceitual de Parker, parece que não foi relativizado pelos autores lusos, de tal modo, que mais uma vez a especificidade dos lusos pode não ser tão singular. Parker aponta que os conflitos não eram resolvidos apenas na terra e se expandiam, no século XVI para o mar e já no século XVII para o ultramar, local no qual os europeus

trayectorias”. In *Cuadernos de História Moderna*, 2005, nº 30, pp. 7-40. Sobre a participação lusa no Congresso de Münster (1644-48), que negociou a paz na Europa no contexto da Guerra dos 30 anos (1618-1648) ver Pedro Cardim. “Os rebeldes de Portugal em Münster, pp. 101-128.

²⁹⁷ Francis Albert Cotta. *No rastro dos dragões*, p. 37-40.

²⁹⁸ Nuno Monteiro. *Elites e poder entre o Antigo Regime e o liberalismo*. Lisboa: ICS, 2003, p. 20.

²⁹⁹ Michael Duffy. *The Military Revolution and the State 1500-1800*. University of Exeter Press, 1980.

não possuíam rivais.³⁰⁰

A crítica mais importante, ao que abordamos aqui, para o modelo de “Revolução Militar do Século XVII”, surgiu nos anos de 1990, com Simon Adams. Este autor afirmou que as conclusões de Parker valem somente para as guerras nos Países Baixos, não podendo ser aplicadas à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e nem à Guerra Civil Inglesa (1642-45).³⁰¹

Outra questão importante, acima mencionada pelos autores lusos, diz respeito ao baixo número de soldados recrutados em Portugal. Para Adams, o número de combatentes apresentados por Parker não está correto. Nas vitórias os envolvidos aumentavam os números do exército perdedor para valorizar sua atuação; nas derrotas faziam o inverso, os diminuía para justificá-las.³⁰² Curioso perceber que Hespanha chegou à mesma conclusão para o caso português, afirmando que o cálculo dos efetivos reunidos nas guerras e batalhas lusas nos séculos XIV a XVII, “(...) o desejo de valorizar a vitória faz subavaliar os efectivos próprios ou o desejo de reputação os faz aumentar”.³⁰³ Porém, não conseguiu imaginar que o mesmo poderia ocorrer em outros contextos.

Há ainda outro problema em relação ao recrutamento proposto por Parker. Segundo López, o autor não só foi influenciado pelos estudos de I. A. A. Thompson, mas os aprofundou.³⁰⁴ Este, por sua vez, estava preocupado em mostrar como a Monarquia espanhola se organizou para a guerra. Assim, teria havido dois modelos de recrutamento, um empreendido pela administração direta da Monarquia e outro por poderes locais, por particulares (asentistas). A Monarquia era incapaz de fazer frente às pressões da guerra e se viu obrigada a recorrer às funções aristocráticas do governo. Havendo uma refeudalização da guerra e remilitarização dos senhorios, com isso, a nobreza manteve a sua importância.³⁰⁵ Nesse sentido, as redes clientelares não controladas pela Monarquia não eram exclusivas de Portugal. Por fim, para terminar estas críticas, me parece que a particularidade dos lusos deveria, no mínimo, ser

³⁰⁰ Antonio Espino López. “La historia militar”, p. 218-222

³⁰¹ Simon Adams. “Tactics or Politics? ‘The Military Revolution’ and the Hapsburg Hegemony, 1525-1648”. In Clifford Rogers (Ed.) *The military revolution debate: readings on the military transformation of early modern europe*. Boulder: Westview Press, 1995, pp. 253-272.

³⁰² Antonio Espino López. “La historia militar”, p. 234-235.

³⁰³ António Manuel Hespanha. *Nova História Militar de Portugal*, p. 23. Esta percepção também aparece nos relatos das batalhas da guerra da Restauração Pernambucana. Sobre isto ver. VAINFAS. Ronaldo. *Traição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

³⁰⁴ I. A. A. Thompson. “Guerra y decadencia. Gobierno y administración en la España de los Austrias, 1560-1620”, Madrid: Editorial Crítica, 1981.

³⁰⁵ Antonio Espino López. “La historia militar”, p. 234-235.

colocada em outro grau.

Mas, voltemos às conclusões apontadas por Hespanha e Costa. Essa relação frouxa, que acabou por se refletir no recrutamento, entre a sociedade e a organização militar também foi sentida no ultramar, como mostra a historiografia. Portanto, analisar este espaço é fundamental, posto que para entender a história portuguesa moderna é necessário observar a presença do “atlantismo”,³⁰⁶ e assim voltar os olhos para a América. Nestes espaços, reclamava-se que os soldados eram desertores, vagabundos, incapacitados, libertinos e desclassificados.

Como dito acima, mais precisamente, no primeiro item desse capítulo, a historiografia brasileira deu pouca atenção à história militar. Destarte, para começarmos a entender essa relação frouxa entre sociedade e organização militar temos que lançar mão de estudos mais gerais, ou seja, trabalhos que não tinham na questão castrense o seu foco principal de análise. É o que faremos a seguir. Todavia, ainda para compreender melhor a relação citada, optamos por fazer um balanço historiográfico tendo como norte um recorte temático evolutivo. Em decorrência, agrupamos os autores em dois grupos, no que diz respeito ao modo como compreendem a relação tecida entre a periferia (América) e o centro (o reino, a Coroa e suas instituições).

a) Interesses metropolitanos: imposição

Para análise desse primeiro grupo, podemos começar com os estudos de Caio Prado Júnior, um dos pioneiros a destacar a relação frouxa entre a sociedade e a organização militar. Para o autor a administração da colônia ficava a cargo do Conselho Ultramarino, exceto quando se tratavam das questões religiosas, que então estavam sob a competência da Mesa da Consciência e Ordens. Os delegados régios - Vice-reis, Governadores, Capitães Gerais ou Capitão mor, dependendo da capitania e do período em questão - eram os representantes do Conselho Ultramarino na colônia. Estes eram fundamentais, em nosso caso particular, posto que tinham a responsabilidade de defender a área que estava sob sua jurisdição. Possuíam, portanto, grande poder, não só por “representarem e encarnarem a pessoa do rei”,³⁰⁷ mas, igualmente, pela margem de autonomia que detinham em relação à aplicação das ordens que emanavam daquela

³⁰⁶ Maria Rosário Barata. “Portugal e a Europa na Época Moderna”, p. 106.

³⁰⁷ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000, p. 317.

instituição, devido à distância que se encontravam do reino e do próprio monarca.³⁰⁸

Entretanto, para além desses delegados régios, cuja função era “essencialmente militar”, também eram vitais para a administração da colônia outras instituições militares.³⁰⁹ Aqui essa relação frouxa entre sociedade e a organização castrense se expressava nos seus diversos ramos, por exemplo, na “tropa de linha das milícias e dos corpos de ordenanças”,³¹⁰ em especial na conscrição. Destarte, “não havia critério quase nenhum para o recrutamento, nem organização regular dele”,³¹¹ tudo dependia das circunstâncias e particularmente dos agentes envolvidos e das relações clientelares, assim como no Reino. Exemplo disso era a normatização de que somente fossem alistados brancos na Tropa de Linha (regular e profissional),³¹² o que não era seguida, posto que pretos e mulatos escuros acabavam sendo arrolados.³¹³ Além das deserções dos recrutados, a conscrição causava fome, já que a população que trabalhava na agricultura, ao menor sinal daquela prática, deixava a atividade de lado e se refugiava nos sertões, o que causava uma “verdadeira convulsão periódica”.³¹⁴ Assim, o recrutamento era visto como algo negativo.

Laura de Mello e Souza seguiu a linha proposta por Caio Prado Jr., ressaltando que aquele autor foi um dos pioneiros a chamar a atenção para a “*camada intermediária* na nossa história”.³¹⁵ Contudo, para a autora, esse grupo tinha papel importante na colônia devido à sua utilidade para o sistema, sobretudo, porque realizavam atividades que não poderiam ser empreendidas pelos escravos. De tal modo que, se por um lado, Caio Prado Jr. voltava-se para um cenário mais amplo, no qual tentava explicar o “Sentido da Colonização”,³¹⁶ grosso modo, como o processo de colonização permitiu a acumulação primitiva de capital na Europa, em especial nos países do norte, via transferência de excedente; por outro, Laura de Mello e Souza, procurou refinar o conceito, analisando como essa “*camada intermediária*” foi essencial para àquele

³⁰⁸ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 314 e ss. Citação p. 317. No segundo capítulo de nossa tese iremos discutir brevemente a questão da autonomia dos governadores-gerais.

³⁰⁹ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 315. Os outros setores importantes, na visão do autor, seriam o “geral” e o “fazendário”. Para maiores detalhes sobre estes setores ver p. 318 e ss.

³¹⁰ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 318.

³¹¹ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 318.

³¹² No segundo capítulo de nossa tese iremos mostrar os diferentes *corpus* militares existentes no universo luso, um dos quais a Tropa de Linha.

³¹³ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 314 e ss.

³¹⁴ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 319.

³¹⁵ Laura de Mello e Souza. *Os desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 4ª Ed., 2004, p. 27.

³¹⁶ Título do primeiro capítulo do livro que analisamos, e que, por vezes, é mais famoso que a própria obra.

processo. Sua importância no campo militar, que é nossa área de interesse, deve-se ao fato de que constituíam:

(...) corpos que se aventuravam pelo sertão em entradas; a guarda, defesa e manutenção dos presídios (...); a formação de corpos de guarda e polícia privada; a composição de corpos de milícia e de outros recrutados esporadicamente para fins diversos (...).³¹⁷

De modo que essa *camada intermediária* ajudava “[n]a sua verdadeira função [da América lusa]:[que era] propulsionar a acumulação primitiva nos centros hegemônicos europeus, ou seja, desempenhar o papel máximo das colônias na época do Antigo Sistema Colonial”.³¹⁸

Nesse sentido, para a autora, Minas teria sido o lugar privilegiado da colônia, região na qual formaram esses “desclassificados”, que embora úteis possuíam um ônus. Úteis para desenvolver funções que os escravos não podiam fazer, mas, ao mesmo tempo, esses “desclassificados” deveriam ser vigiados devido a sua periculosidade e quando possível serem enviados para lugares onde eram necessários, de preferência em áreas de fronteira. Local, em que de início eram permitidas todas as libertinagens e violências, já que ainda não haviam sido anexados as áreas coloniais, que demandavam ordem.³¹⁹ De modo que se Caio Prado Jr. via um relaxamento entre a sociedade e a organização castrense como sendo negativo para o “Sentido da Colonização”, posto que causava “verdadeira convulsão periódica”,³²⁰ a autora vai afirmar que não havia tal relaxamento, uma vez que esta camada intermediária era colocada a serviço do “Sentido da Colonização”, já que ajudavam na transferência de excedentes por meio da imposição da ordem, nos novos espaços americanos que iam aos poucos se tornando lusos.

³¹⁷ Laura de Mello e Souza. *Os desclassificados do ouro*, p. 108.

³¹⁸ Laura de Mello e Souza. *Os desclassificados do ouro*, p. 69. O conceito “Antigo Sistema Colonial” foi formulado pelo orientador de Mello e Souza, o professor Fernando Novais. Ciro Flamarion Cardoso destacou que Novais refinava as ideias de Caio Prado Jr, apresentando conceitos como “transferência de excedentes” e “relações centro/periferia”. Mas, voltando a Mello e Souza, sua preocupação era pensar a região das minas no contexto de um “capitalismo nascente”, que teria sido fundamental para a “globalização da pobreza”. E, com isso, inseriu na discussão os marginalizados, tema que estava em voga nos anos de 1960 e 1970, quando foi publicada a sua obra. Esses, no campo da sociologia, foram articulados ao “exército de reserva” e na “expropriação, na acumulação primitiva, na constituição da mão-de-obra para a indústria”. Daí entende-se, por exemplo, a excessiva preocupação na acumulação primitiva de capitais, presente em sua obra. Cf. Fernando Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1986. Ciro Cardoso. “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’; a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’”. In José R. do Amaral Lapa (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980, p. 127.

³¹⁹ Laura de Mello e Souza. *Os desclassificados do ouro*, p. 121-130.

³²⁰ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 319.

O trabalho de Mello e Souza, mesmo não sendo diretamente relacionado à questão castrense, nos é fundamental, porque a autora foi uma das pioneiras em demonstrar a importância do recrutamento e da imposição da ordem na sociedade luso-brasileira no período colonial. Assim, alguns autores, dos quais iremos citar os mais expressivos, também se apropriaram deste argumento para trabalharem com temas mais diretamente ligadas à questão militar.

Um deles é Enrique Peregalli, pioneiro em novamente chamar a atenção para a importância da história militar no Brasil, mais pontualmente falando em destacar o recrutamento militar. Seu livro, *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*, aborda a capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII e, embora não fale de uma “Nova História Militar”, posto que o termo ainda não existia em 1986, quando o livro foi publicado, elabora uma explicação na qual a questão castrense tem grande centralidade para mostrar como aquela região marginal se inseriu no Antigo Sistema Colonial. Em outras palavras, tendo como pano de fundo esse conceito, demonstrou como a riqueza (material e humana) produzida naquela Capitania era fundamental para a manutenção da extração de excedentes realizadas pela metrópole. Nesse sentido, cumpria papel importante o recrutamento militar, “fenômeno pouco estudado pela historiografia ou objeto de estudos que se limitaram ao seu aspecto trágico”. O que segundo o autor, teria comprometido o crescimento econômico de São Paulo, já que muitos homens em idade produtiva foram enviados para as fronteiras da América lusa meridional.³²¹ Em paralelo, esses soldados que compunham as “tropas pagas” deveriam ser remunerados, embora, os soldos ficassem constantemente em atraso, e armados, ocasionando um brutal déficit orçamentário naquela Capitania. As armas, na verdade, “velhas pistolas compradas a preço de novas pela burguesia mercantil”, eram fornecidas pela burguesia metropolitana. O que ajudava na extração do excedente. Outras formas de extração também existiram, como o envio de homens e gastos financeiros. Assim, a Coroa, que precisava manter as relações comerciais com a região produtora de prata, fato que lhe permitiria extrair capitais da América, garantia aquela atividade econômica com baixíssimo investimento, já que os capitais humanos e materiais utilizados na

³²¹ Desde a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, os lusos tentavam de forma mais direta ter acesso ao comércio de prata na região platina. Por conta disso se envolveram em alguns conflitos com os espanhóis. Os atritos aumentaram com a Guerra dos Sete Anos (1758-1763), o que motivou o envio de um número cada vez maior de soldados para a região, em especial para a capitania de São Pedro do Rio Grande, para que a localidade se mantivesse sob o domínio daquele Coroa.

manutenção da atividade mercantil eram originários de São Paulo.³²²

Todavia, o recrutamento não fora capital apenas pela questão econômica, mas também pela política, visto que as tropas pagas formaram uma “camada de burocratas-militares” que destruiu a autonomia municipal, contribuindo para a centralização do poder nas mãos da Coroa. Mas, por outro lado, os senhores locais apoiaram esse controle porque recebiam postos no oficialato das tropas, o que lhes permitia obter títulos de “fidalguia”.³²³

Se Peregalli mostrou a incorporação da capitania de São Paulo ao processo de colonização, Francis Albert Cotta sublinhou como as áreas recém-conquistadas pelos lusos, mediante o desenvolvimento da atividade mineradora em Minas, no século XVIII, foram incorporadas aquele processo. Preocupou-se em entender o modo como se deu a relação entre o Estado e os cidadãos, por intermédio do que o autor chamou de “Forças de Segurança”, já que, para que aquele processo ocorresse, era necessária a imposição de *políticas da ordem*.³²⁴ Em outras palavras, como as estruturas militares em Minas nos anos de 1719-1811³²⁵, em suas diversas estruturas e/ou *corpus* militares (Tropa Paga, Dragões, Ordenanças, Auxiliares, Homens-do-mato e Pedestres), foram fundamentais para a manutenção da ordem social vigente. *Corpus* esses que seriam um reflexo da sociedade estamental, na qual atuariam de forma complexa e contraditória de modo a se integrarem, mas para tal, negociações foram necessárias e resistências também existiram.³²⁶

O autor trabalhou com a chave explicativa de Antigo Sistema Colonial. Nesse sentido, o avançar do século XVIII e a ampliação territorial na América rumo ao interior, fato que levou a tão sonhada descoberta de metais preciosos, gerou uma dinâmica “econômica e geopolítica *sui generis*”, na qual era necessária a construção da ordem nesse novo cenário, posto que o objetivo principal seria a transferência do excedente de capitais (ouro) para o reino.³²⁷

Embora não afirme que se filie a Nova História Militar, talvez porque quando da escrita da tese ainda não existisse ou estivesse presente timidamente na historiografia, o estudo de Cotta pode ser visto como inovador, se comparado a tradicional historiografia

³²² Enrique Peregalli. *Recrutamento militar no Brasil Colonial*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1986. Citação página 162.

³²³ Enrique Peregalli. *Recrutamento militar no Brasil Colonial*., p. 17.

³²⁴ Francis Albert Cotta. *No rastro dos dragões*, p. 5.

³²⁵ Contexto que se inicia com o desembarque em Vila Rica dos Dragões e termina com criação das Guardas de Polícia de Vila Rica e Mariana.

³²⁶ Francis Albert Cotta. *No rastro dos dragões*, p. 20.

³²⁷ Francis Albert Cotta. *No rastro dos dragões*, p. 5.

militar, já que propõe um diálogo entre a estrutura social e os *corpus* militares lusos.³²⁸

Os dois trabalhos diretamente influenciados pela proposta de Laura de Mello e Souza enfocam o século XVIII. Momento em que se seguirmos a proposta de Nuno Gonçalo Monteiro, começava a ficar mais claro que a Coroa lusa se tornava um “‘governo’ no sentido moderno da expressão”, portanto mais autônoma em relação à defesa de seus interesses.³²⁹ De modo que este movimento poderia estar sendo sentido no ultramar. Portanto, podemos considerar essa proposta de imposição da ordem ligada a um centralismo, onde a organização militar é vista como defensora dos interesses da Coroa/metrópole sob as instituições coloniais. Dito de outra forma, a relação deixava de ser frouxa, visto ter um “sentido” bem definido que era perseguido e no qual se alcançava o sucesso.

Mais recentemente, outros trabalhos, que seguem a proposta centralista, começaram a surgir enfocando outras temporalidades e outros espaços, em especial o Nordeste no século XVII. Uma delas foi apresentada por Pedro Puntoni. Esse autor, dentro de nossa seleção, é o primeiro a se filiar a chamada “Nova História Militar”. Como vimos este conceito tem como principal preocupação estabelecer uma relação entre o universo castrense e a sociedade como um todo. Ao analisar o sistema defensivo montado por Portugal, após a Restauração Pernambucana (1654), enfatizou que teria ocorrido um enquadramento das elites locais, entre os quais, das tropas de ordenanças, em especial na chamada Guerra dos Bárbaros (1650-1720). A Coroa passaria a usar uma tropa regular que responderia melhor aos seus ensejos centralistas, leia-se defesa dos seus interesses.³³⁰ Desta feita, devido à dificuldade de mandar homens diretamente de Portugal, ter-se-ia optado pela transformação dos bandeirantes em tropas regulares, que passariam a ser recompensadas por meio do sistema de mercês, o que igualmente contribuía para desonerar os moradores de pagamento de impostos para manutenção destas tropas. Ao mesmo tempo, os paulistas eram os únicos naquela conjuntura que ainda manejavam o estilo de “guerra brasílica”, tão importante para combater os “bárbaros” do sertão.³³¹ Desse modo, os poderes intermediários, ou seja, das localidades, vilas e cidades, seriam suprimidos.³³²

³²⁸ Francis Albert Cotta. *No rastro dos dragões*.

³²⁹ Nuno Monteiro. *Elites e poder entre o Antigo Regime e o liberalismo*, p. 20.

³³⁰ Fato que segundo o autor também ocorria em Portugal.

³³¹ Sobre o conceito de “guerra brasílica” ver Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, em especial o capítulo “VII – Guerra de Flandres e guerra do Brasil”, pp. 318-380.

³³² Pedro Puntoni. “A Arte da Guerra no Brasil”. In Celso Castro. *Nova História Militar Brasileira*, p. 46. Ver também Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros (1650-1720)*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

Puntoni também sublinhou que as tropas regulares se mostraram ineficazes contra os “bárbaros”. A Coroa passou adotar uma prática, cada vez mais comum ao longo da metade do século XVII, de transformar os bandeirantes em tropas regulares e assim adotar o estilo de guerra brasílica, lhe conferindo uma legislação específica, tendo um maior controle sobre estes homens. De modo que se passava a não apenas pagar os soldos, permitir a captura de cativos e ganhos de terras para os soldados, mas, igualmente, garantir a “utilização de crueldade máxima para com os inimigos” da monarquia, leia-se do “orbe cristão”, ou seja, os infiéis bárbaros e quilombolas.³³³

Mais recentemente, outro autor a se apoiar no Antigo Sistema Colonial foi Wolfgang Lenk.³³⁴ O pesquisador que afirmou utilizar os pressupostos da Nova História Militar tentou compreender, entre outras coisas, a fiscalidade adotada pela administração colonial no período da invasão batava (1624-1654), tendo como matriz conceitual o Antigo Sistema Colonial. Por conta disso e pelo fato de sua cronologia abarcar parte da que utilizamos em nossa pesquisa, embora para um lugar diferente, sua obra merecerá uma análise mais acurada.

Cabe lembrar que Hespanha na conclusão do livro “Nova História Militar de Portugal” sublinhou que embora a instituição militar não tenha sido um fator decisivo para a emergência de um novo modelo político, no campo financeiro apresentou contribuições funcionais.³³⁵ Em outras palavras, o modo como financeiramente o Estado organizou suas receitas e despesas, no que diz respeito, à questão militar não teve uma contribuição central para a formação do Estado luso moderno.

Proposta diferente apresentou Lenk. Para este autor, a afirmação do Estado luso

³³³ Pedro Puntoni. “A Arte da Guerra no Brasil”. In Celso Castro. *Nova História Militar Brasileira*, p. 64. Neste sentido, tanto Kalina Silva como Cristina Pompa mostraram que, apesar da guerra contra os bárbaros, estes foram incorporados ao sistema colonial. A primeira destacou a importância que estes gentios tiveram na formação de aldeamentos que serviam de proteção militar e “reserva” de mão de obra para as vilas e cidades que se criavam nos sertões, ao mesmo tempo, também salientou como os terços auxiliares dos Henriques e de Camarão eram importantes *loci* de ascensão social para pretos-pardos e índios, respectivamente. Já a segunda enfatizou como ingressaram na pecuária do sertão. Como sublinharam Fátima Lopes, Regina Gonçalves e Cristina Pompa, é importante conseguir visualizar esses “bárbaros” inseridos em um processo de “mediação, de adaptação e reformulação de identidades, de construção de novas formas sociais e culturais” dos povos indígenas no processo de encontro. Cf. Fátima Lopes. “Capitães mores das ordenanças de índios: novos interlocutores nas vilas de índios da Capitania do Rio Grande”. In Carla Oliveira *et alii*. *Ensaio sobre a América Portuguesa*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2009, pp. 97-114; Regina Gonçalves. *et alii*. “Povos indígenas no período do domínio holandês: uma análise dos documentos tupis (1630-1656)”, in Carla Oliveira. *Ensaio sobre a América Portuguesa e*; Cristina Pompa. *Religião como tradução – missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial*. Bauru: Edusc, 2003. A respeito da ascensão social de pretos forros e livres ver Ronald Raminelli “Fradaria dos Henriques. Conflitos e mobilidade social de pretos no Recife c. 1654-1744”. In Rodrigo Monteiro *et alii* (org.). *Raízes do Privilégio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 387-421.

³³⁴ Wolfgang Lenk. *Guerra e pacto colonial*.

³³⁵ António Manuel Hespanha. *Nova História Militar de Portugal*, p. 366.

na América passava pela guerra e pela fiscalidade. Ambos foram elementos centrais para sua consolidação naquele espaço. Nesse sentido, se pensarmos que para entender a monarquia é vital que se observe as relações com o ultramar o estudo ganha ainda mais relevância. Até porque a crise do Antigo Sistema Colonial, apontado por Novais, perpassa pela relação da metrópole com a colônia. Destarte, a proposta de Estado de Nuno Monteiro de um “governo moderno” somente para o século XVIII estaria equivocada posto que poderia ser antecipada para os Seiscentos.

Com a necessidade de organizar a resistência lusa contra os batavos houve um crescimento demográfico urbano assustador em Salvador, acarretando alterações profundas no cotidiano da urbe, motivado, entre outras coisas, pela chegada de soldados vindos da Europa, que precisavam receber remuneração pelos seus serviços, gerando custos para a Fazenda Real. Essa é a questão central de seu trabalho. A tradicional distribuição de mercês já não podia ser feita, uma vez que faltavam cargos e ofícios para seus candidatos. O autor também estava preocupado em entender como as tropas, como era de costume na Europa, não se revoltavam em Salvador.³³⁶

Nos anos iniciais da batalha (1624-1640), os conflitos entre lusos e batavos deram-se sobretudo no mar e o nível de investimento era baixo. O que permitiu à Coroa arcar com eles. Mas, depois da Restauração lusa (1640) e, sobretudo, após a eclosão da Insurreição Pernambucana (1645), os gastos elevaram-se e, ao mesmo tempo, tornou-se necessário intensificar a chegada da tropa paga vinda da Europa. A Coroa lusa, por ter poucos navios, dependia da marinha estrangeira para fazer este transporte, que por sua vez, só participou desta empreitada na medida em que pôde atuar no comércio colonial. Portanto, esta atividade acabou financiando a chegada dessas tropas. O apogeu deste mecanismo ocorreu com a criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil (1649).³³⁷ A partir da chegada da tropa, outra questão se colocava: como pagar seus soldos?

Aqui, o autor propõe um refinamento do conceito de Antigo Sistema Colonial. Os potentados locais trabalhavam na cobrança desses impostos, tinham isenções e grande poder de sonegação. De fato, que transferiam a carga tributária para outros níveis sociais. Esse sistema se mostrou incapaz de arcar com as receitas necessárias, contudo os gastos para manutenção destes soldados tornaram-se mais elevados e foram

³³⁶ Embora, como aponta o autor, tivessem existido alguns problemas pontuais de indisciplina na urbe, em especial causados por oficiais.

³³⁷ A Companhia também acabou por interferir no mercado colonial, devido ao monopólio comercial.

deslocados para o Senado da Câmara de Salvador, que prontamente os aceitou, posto que assim teria maior controle sobre a tropa e imediatamente institucionalizou a carga fiscal para setores médios e baixos da hierarquia social.

Grande parte dos soldos era paga em mantimentos, em especial, com a farinha de guerra. Assim, uma das preocupações daquela instituição passaria a ser comprar a um preço reduzido este alimento para repassar aos soldados. Pensando nisso, a Câmara estabeleceu, por meio de arrendamentos, contratos com vilas do recôncavo para suprir esta necessidade, que eram lesivos a estas mesmas vilas. A remuneração dos soldados passava a ser feita com baixíssimo custo por parte da Câmara,³³⁸ que também aumentava a cobrança de fintas e donativos extraordinários dessas vilas.

Para a alimentação destes militares teria havido um processo que o autor denominou de “colonização do comércio intracolonial”, que servia para garantir a reprodução da sociedade e da economia açucareira. Assim sendo, “no topo da hierarquia e no controle de tais mecanismos estavam os interesses do circuito transoceânico, da economia açucareira e da Coroa metropolitana”.³³⁹ Isto significava uma série de mecanismos para baratear a alimentação desses soldados. Destarte, era proibido que a capitania da Bahia exportasse alimentos para fora de seu recôncavo. Igualmente, outras medidas foram tomadas para obrigar o envio a baixo custo de trigo, mandioca, arroz e feijão do Rio de Janeiro e de São Vicente para àquela região.³⁴⁰ Assim, há uma renovação do

(...) pacto colonial na Bahia, em favor da preservação do Império português. Não sem um preço, é verdade: para além da tutela militar da metrópole, permitiu-se a permeabilidade dos órgãos de governo por grupos de interesse da colônia, um fato já amplamente reconhecido. Mas um preço ínfimo, diante da importância da exploração do comércio do Brasil para a sobrevivência da autonomia de Portugal. Lembre-se, ademais, que os mesmos grupos de interesse que se encastelaram no governo eram agentes do processo de colonização, e sócios do capital comercial na exploração do trabalho escravo. Sua presença na administração contribuía para a reprodução do sistema.³⁴¹

O refinamento da ideia da exploração/ transferência de excedente se dá, porque o

³³⁸ Vale ressaltar que este mecanismo também introduzia no mercado de varejo da cidade alimentos a custos igualmente baixos.

³³⁹ Wolfgang Lenk. *A Idade de Ferro da Bahia - guerra, açúcar e comércio no tempo dos flamengos, 1624-1654*. Campinas: UNICAMP, 2003, dissertação de mestrado em História Econômica, especialmente p. 111 e, do mesmo autor, “Problemas do Poder Naval Português na Guerra contra os Holandeses”. In *Revista Navigator: subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, SDM, V.6, N.11, 2010, pp. 85-101.

³⁴⁰ Wolfgang Lenk. *A Idade de Ferro da Bahia*.

³⁴¹ Wolfgang Lenk. *Guerra e pacto colonial*., p. 274.

autor não entra na dicotomia simplista de reinóis versus colonos, ou comerciantes versus produtores. Mas, mostra como parte dos colonos explorados, compactuava com estes mecanismos e os impunha a outras camadas. De modo que o grupo a que o autor chamou de “açucarocracia” se aliou ao capital comercial e à Coroa e tinha participação política ativa na sociedade.

Os trabalhos de Laura de Mello e Souza, Enrique Peregalli, Francis Cotta e Wolfgang Lenk no que pesem analisarem diversas temporalidades e espaços, têm em comum alguns pontos. A ideia de que com o avançar da colonização ou com os problemas que criavam era necessária a incorporação de áreas marginais àquele processo. Essas arcavam com os gastos, posto que produziam riquezas materiais ou humanas que lhes eram expropriadas para “centros” coloniais mais importantes como Salvador e o Rio de Janeiro, para que fosse possível continuar com o comércio com o Reino, fundamental para a acumulação primitiva de capitais que ocorria. Fato que permite refinar o conceito de Antigo Sistema Colonial.

Nesse sentido, por exemplo, cabe citar recente entrevista concedida pela professora Laura de Mello e Souza à Revista de Pesquisa FAPESP, em novembro de 2012, que divulgava os resultados do projeto de pesquisa, *Dimensões do Império Português*, cujo objetivo era de “rediscutir o conceito de antigo sistema colonial e ver se ainda tinha operacionalidade ante as novidades que a pesquisa histórica tinha trazido”.³⁴² O projeto teria chegado à conclusão de que dever-se-ia eliminar a “oposição mecânica entre metrópole e colônia”.³⁴³ Abrindo espaço para a flexibilidade das relações, mas dentro de “um conjunto hierarquizado de relações políticas”. No qual “a administração só pode funcionar porque as elites locais participavam del[a]”.³⁴⁴ Foi o que também mostrou os estudos que mostramos acima. Assim, por exemplo, Peregalli sublinhou que a elite paulista aceitou a exploração, posto que recebia títulos de fidalguia; o mesmo fez Lenk afirmando que as elites baianas abriram mão do poder porque passaram a ser isentas da carga fiscal que se impunha àquela região. Portanto, as elites locais demonstravam ganhar algo com o Antigo Sistema Colonial.

b) Interesses coloniais: negociação

³⁴² Laura de Mello e Souza. “Um Imenso Portugal” In Revista Pesquisa Fapesp. São Paulo: Fapesp, ed. 201, Novembro 2012, p. 19. O projeto fora financiado pela referida instituição e havia começado em 2004 e acabara de se encerrar. <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/11/28/as-dimens%C3%B5es-do-imp%C3%A9rio/> Acessado em 26/7/2013.

³⁴³ Laura de Mello e Souza. “Um Imenso Portugal”, p. 20.

³⁴⁴ Laura de Mello e Souza “Um Imenso Portugal”, p. 21.

Depois de ter apresentado alguns estudos que têm como base o Antigo Sistema Colonial, podemos passar para o segundo grupo de autores. Um deles é Evaldo Cabral de Mello que escreveu *Olinda Restaurada*, cuja primeira edição é de 1975, quando ainda nem se discutia por aqui o termo “Nova História Militar”.³⁴⁵ Pioneiro na historiografia brasileira por destacar outra chave interpretativa deslocada do Antigo Sistema Colonial, na qual enfatiza a preponderância dos interesses da elite pernambucana na Restauração Pernambucana (1654), em detrimento ao da própria Coroa. Mas, igualmente pioneiro, para o estudo da guerra no Brasil, mormente o período colonial.

Contudo, apesar de não fazer referência ao termo “Nova História Militar”, sua análise está baseada numa nova abordagem que os tornam próximos. Procura mostrar o envolvimento da sociedade pernambucana nas diversas etapas da chamada Invasão Holandesa em Pernambuco (1630-1654). Momento marcado por três períodos distintos: Guerra de Resistência (1630-37); Período de Nassau (1637-45) e; Guerra de Restauração (1645-54). Muito embora o período de “paz real” tenha ocorrido apenas entre 1641 e 1645.³⁴⁶ Logo na introdução do livro, temos a apresentação da questão de como será abordada a guerra ou as guerras. Elas foram

(...) sustentadas pelo açúcar, ou antes, pelo sistema econômico e social que se desenvolvera no nordeste com o fim de produzi-lo e exportá-lo para o mercado europeu. As páginas que se seguem buscam precisamente explorar as relações entre guerra e açúcar que sugere esta outra acepção. Trata-se não só de descrever o processo pelo qual os custos da guerra recaíram em grande parte sobre a sociedade colonial do nordeste, como também de reconstruir a maneira pela qual esta mobilizou os recursos escassos da sua ordem monocultora, latifundiária e escravocrata na luta contra os invasores.³⁴⁷

A “guerra do açúcar” contra os batavos foi feita, em suas diversas etapas, sob a constante falta de recursos, em especial depois da Restauração lusa (1640). A partir deste momento os portugueses passaram a se preocupar com as batalhas em suas fronteiras com a Espanha. O que possibilitou chegar à ideia central do autor, de que sem os recursos e a ativa participação dos colonos pernambucanos a Restauração não teria ocorrido, já que o financiamento fora feito por meio da atividade açucareira.

A análise não pode ser dada apenas na guerra em si, mas ampliada para entender como se conseguiam os recursos para fazê-la. Seja através da imposição da fiscalidade à

³⁴⁵ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*.

³⁴⁶ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 16.

³⁴⁷ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 14.

localidade; como se desenhou o comércio ultramarino, para que a principal atividade econômica não fosse comprometida e assim a queda de receitas fosse ainda mais sentida; como, sobretudo, no período da Restauração (1645-54), se deu o recrutamento da camada marginalizada, ou seja, não ligada à produção do açúcar, visto que a mesma não podia perder “braços” para a guerra, em oposição ao período da Resistência (1630-45), quando a força militar era majoritariamente metropolitana; como se deu a organização para suprir a baixo custo as necessidades alimentares das tropas, a fim de evitar a sublevação, causada também pelo atraso do pagamento dos soldos e; como foi fundamental o modo de guerra brásílico de combater em oposição ao que os batavos estavam acostumados a fazer na Europa.

De tal modo, que entre outras coisas,³⁴⁸ o estudo de Evaldo Cabral de Mello trouxe novas preocupações até então não apresentadas pela historiografia brasileira. E não é por menos que hoje é um clássico, não só para o estudo do Pernambuco, do Nordeste, do período colonial, mas, igualmente, para a História do Brasil, como um todo.

Assim, por exemplo, cabe mostrar a diferença em relação ao estudo de Lenk. Cabral de Mello vai sublinhar que esses serviços prestados pela elite pernambucana lhes foram úteis, posto que os legitimavam, para que conseguissem impor seus interesses frente aos diversos anseios que existiam, não só da Coroa, mas de camadas ligadas ao comércio. Em suma teriam mais autonomia frente aos interesses reinóis. Enquanto para Lenk, no que pese os gastos para a manutenção das tropas na Bahia terem sido providos pela localidade não conseguiram obter o mesmo grau de autonomia de seus congêneres pernambucanos.

Evaldo Cabral de Mello, portanto, foi um dos primeiros autores a mostrar a importância dos chamados “conquistadores” e de seus descendentes e como esses se relacionavam, dentro da chamada “economia de mercês”.³⁴⁹ O que sem dúvida ajudou nos estudos de caráter militar propriamente dito. Assim, alguns destes têm enfatizado as peculiaridades da guerra na América portuguesa evidenciando que os poderes da Coroa não eram fortes suficientes para se imporem frente aos poderes privados locais.³⁵⁰ Sobre esse assunto, Maria Fernanda Bicalho explicou que devido à dificuldade da metrópole

³⁴⁸ Mormente na crítica que faz a historiografia brasileira oitocentista que vê na Restauração Pernambucana um movimento de consciência nacional que lutava contra um invasor estrangeiro. Cf. Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 14.

³⁴⁹ Vale lembrar que essa é uma das categorias que o livro coordenado por Hespanha e Costa vão incorporar nas análises da Nova História Militar lusa, como vimos acima.

³⁵⁰ Celso Castro. *Nova História Militar Brasileira*.

em financiar as despesas militares da colônia:

(...) transferiu-se não raro aos colonos os custos de sua própria defesa. Dada a falta de recursos da Fazenda Real, exausta de rendas devido ao ônus representado pelas guerras de Restauração na Europa, simultâneas aos conflitos que levariam à expulsão dos holandeses dos territórios coloniais, os habitantes das praças marítimas da América Portuguesa assumiram, por meio de tributos e trabalhos, os altos custos da manutenção do Império [como, por exemplo,] a obrigatoriedade do fardamento, sustento e pagamento dos soldos das tropas e guarnições, a construção e o reparo das fortalezas, o apresto de naus guardacostas contra piratas e corsários, a manutenção da armada em situações especiais e em momentos de ameaças concretas.³⁵¹

Também havia dificuldades na América em relação ao recrutamento tal qual em Portugal, mas sob uma ótica diferente. O que expressava igualmente a incapacidade da Coroa de se impor. Assim, por exemplo, Maria Fernanda Bicalho, em estudo que não toca diretamente a questão militar, mas que pode ser citado, afirma que dentre os homens que fugiam do recrutamento em Minas, no século XVIII, alguns poderiam ser os que já o haviam feito anteriormente no Rio de Janeiro. A autora sublinha que, no início daquele século, quando começaram a ser descobertas e exploradas as primeiras minas de ouro, muitos soldados saíam do Rio de Janeiro e da Bahia para a região aurífera, mesmo depois das duras atitudes adotadas pelos governadores. Apesar de tais medidas e da necessidade urgente de defesa da América,³⁵² por vezes, a Coroa havia de retroceder, permitindo, por exemplo, que alguns militares tivessem liberdade de ir àquela região por um período de três meses, para que pudessem obter recursos, com o compromisso de depois voltarem para servir com mais gosto.³⁵³

Para aproveitar que estamos falando do Rio de Janeiro, outros autores destacaram que a deserção também era um problema comum naquela localidade, no século XVII e XVIII, posto que o pagamento dos soldos, que por sinal eram muito baixos, não se realizava de modo regular. Outra questão urgente era a das instalações militares, mormente trincheiras e fortalezas, que precisavam de reformas e construções. Para tanto, os “homens bons” deveriam ajudar, fornecendo seus escravos para o trabalho ou utilizando suas fazendas.³⁵⁴ Estes, por sua vez, não se negavam a contribuir, como também mostra Pagano de Mello para o caso das Minas; contudo, só o fariam em caso

³⁵¹ Maria Fernanda Bicalho. “As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império”, p. 199.

³⁵² O Rio de Janeiro, por exemplo, seria invadido no Século XVIII pelos franceses por duas vezes. Já no sul, na fronteira com a região do Prata, os conflitos com a Espanha na Europa, voltavam a preocupar. Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o Império.*, pp. 317-322.

³⁵³ Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o Império.*, pp. 317-322.

³⁵⁴ Sobre o conceito de “homens bons” ver: Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o Império.*

de conflito aberto. Seus argumentos baseavam-se no fato de sempre terem se mostrado bons vassallos e que em outras ocasiões prestaram-se a tal ação. Todavia, a constância desse tipo de serviço, alegavam eles, arruinava suas economias. Além disso, muitos se apresentavam enquanto nobres e, por isso, isentos de tal prerrogativa.³⁵⁵

Se os trabalhos, em especial o de Laura de Mello e Souza, Enrique Peregalli e Francis Cotta, apoiados no Antigo Sistema Colonial, sublinham a imposição da ordem na região mineradora e em São Paulo, por parte da Coroa; a pesquisa de Christiane Pagano de Mello destacou o inverso, sublinhando a importância da negociação entre as elites mineradoras e a Coroa. A autora demonstrou como aqueles grupos, na segunda metade do século XVIII, conseguiram se estabelecer frente ao representante direto da monarquia, o Governador da capitania, quando discutiu a necessidade de recrutar homens para a defesa da região Sul, em razão do retorno da hostilidade entre os monarcas ibéricos.³⁵⁶

Para o Nordeste, por exemplo, Kalina Silva,³⁵⁷ embora não diga que seu trabalho se filie a Nova História Militar, mas de acordo com as características que apresentamos têm algumas preocupações do campo, ao contrário do que ponderou Puntoni, afirma que o uso dos bandeirantes na luta contra os gentios na Guerra dos Bárbaros não estava ligada a uma postura de maior controle por parte da Coroa, mas sim à incompetência das tropas regulares estacionadas no litoral e à impossibilidade de contar com o envio de tropas lusas para a região, devido à escassez populacional em Portugal. As tropas regulares no início destes conflitos foram as primeiras a serem mandadas aos sertões. Contudo, em virtude de seu fracasso, foram substituídas pelos bandeirantes que, no entanto, atuaram juntamente com as tropas regulares, as milícias (Terço dos Henriques e de Camarão) e as tropas particulares vindas das vilas açucareiras litorâneas. Todavia, os bandeirantes foram extremamente eficazes na “propaganda” de seus serviços, posto que enfatizavam que as tropas eram compostas somente por eles. Isso possibilitou a

³⁵⁵ Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o Império*; Luiz Guilherme S. Moreira. *Navegar, lutar, pedir e ... receber*; Luiz Guilherme S. Moreira. “Uma visão panorâmica das fortalezas do Rio de Janeiro, no século XVII”. In *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pref. Municipal do Rio de Janeiro, 2011, V. 5, pp. 49-63; Laura Blanco. *A cortina de taipa, pedra e cal: as fortalezas da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: Uni-rio, dissertação de mestrado em História, 2009 e; Christiane Mello. *Forças militares no Brasil colonial*.

³⁵⁶ Christiane Mello. *Forças militares no Brasil colonial*. Outros trabalhos também mostraram o problema do recrutamento nas Minas no mesmo período entre os quais podemos destacar: Ana Paula Pereira Costa. *Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, Dissertação de mestrado.

³⁵⁷ Kalina Silva. *Nas solidões vastas e assustadoras*. Ver também Kalina Silva. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Pref. Municipal de Recife, 2001.

transferência de camadas marginais à sociedade açucareira do litoral para o interior, bem como a formação de uma sociedade com características novas, ligadas aos interesses pernambucanos, que passou a ser controlada por uma camada de agentes “coloniais”, grandes curraleiros, a exemplo da família Garcia D’Ávila. Essa sociedade acabou por gerar um “banditismo” rural, reconhecido pela própria Coroa, devido à fixação de soldados (desertores ou não) que utilizavam com frequência a violência contra a sociedade. Portanto, longe de um controle por parte da monarquia, haveria exatamente sua ausência. Isso se tornou evidente com a tentativa de aumentar a presença do aparelho burocrático repressivo (tropas regulares) para combater esse “banditismo”, o que só não ocorreu por falta de recursos por parte da Coroa.

Recentemente, a brilhante pesquisa de José Eudes Gomes desvendou a conquista do Ceará setecentista.³⁵⁸ Trabalhando com ampla documentação e vasta bibliografia, com quem dialoga, o autor mostrou como aquela Capitania, particularmente seu sertão, foi incorporada ao universo luso nos Setecentos. Para tal, norteado pelas premissas da Nova História Militar, sublinhou que a guerra era um fenômeno fulcral para a formação dos Estados Modernos e de seus impérios.³⁵⁹

Nesse sentido, assim como em outros espaços, naquela Capitania, fora fundamental a *guerra justa* contra os gentios e a liberalidade da *economia de mercês*, expressa em sesmarias, patentes e provisões. A remuneração desses préstimos, sobretudo os militares, por se tratar de uma *conquista*, se constituía no mecanismo de ascensão social, de capital inicial para a montagem da economia da região e de formação de suas elites, que por sua vez renovavam sua vassalagem àquela Coroa. Nesse processo também era importante colocar os “desclassificados” para trabalharem nas forças militares, em especial nas tropas das ordenanças, para conquistar e povoar áreas distantes, só para citar alguns exemplos.

Durante a segunda metade daquele século houve uma nova fase da colonização onde a Coroa foi mais atuante, exercendo maior controle administrativo, na qual se fez uma reorganização militar, que não estava apenas ligada à defesa das conquistas e delimitação das fronteiras³⁶⁰, mas preocupada com o crescimento das tensões, ligadas,

³⁵⁸ José Gomes. *As milícias d'El Rey*. Interessante notar como o autor trabalhou com os novos conceitos da historiografia lusa, que aos poucos, como salientou Hespanha, vão sendo levados para a Nova História Militar lusa. Não é a toa que, como vimos, ganhou o Prêmio Pronex/UFF Culturas Políticas (2009).

³⁵⁹ José Gomes. *As milícias d'El Rey*.

³⁶⁰ Entre um dos muitos pontos positivos do trabalho está o fato de destacar que ao contrário do que a historiografia afirmava, de que o foco de preocupação da Coroa nos setecentos se concentraria apenas na

sobretudo a etnicidade, as questões fiscais e no aumento do domínio por parte da metrópole, que ocorriam com cada vez mais frequência. Portanto, por parte da Coroa, havia de se combatê-las. Assim, se iniciou um olhar mais atento para as camadas mestiças.³⁶¹ Era necessário enquadrar estes agentes na ordem classificatória do Antigo Regime, o que foi feito pela prestação de “serviço das armas”. Passavam a ingressar nas redes clientelares hierarquizadas que percorriam a sociedade. As redes percorriam todo o universo luso e uniam todos a uma única “cabeça”, o monarca. Destarte, se instalava a ordem, posto que esses “desclassificados” passavam a ser incorporados à empresa colonial.

Essa questão não era importante apenas para a Coroa que, de certo modo, impunha uma ordem, já que os tornava controláveis e desenhava a classificação social. Para esses novos súditos também lhes era benéfico, uma vez que permitia uma ascensão social que antes não lhes era possível. Mas, igualmente, era providencial para os poderosos locais. Esses tinham seu poder e prestígio aumentados por meio das conquistas que faziam, liderando as tropas compostas por esses mestiços em nome do rei. Portanto, dentro da “economia de mercês”, recebiam da Coroa distinções sociais, terras, rebanhos, ao mesmo tempo em que se tornavam intermediários entre aqueles e o monarca.

Estabelecia-se, portanto, um canal de comunicação entre a periferia e o centro, gerando obrigações recíprocas, viabilizando o governo da Capitania, de modo que os interesses dos atores envolvidos se entrelaçavam, reafirmando a centralidade régia, a quem cabia desenhar a hierarquia social.³⁶² Contudo, há de se deixar claro que não havia uma imposição direta dos interesses da Coroa sob os demais, ao contrário do que os autores ligados ao Antigo Sistema Colonial pontuam e que foram citados acima, mas a periferia negociava com o centro.

Thiago Krause, mais recentemente, embora não trate diretamente de História militar, estava preocupado em perceber a mobilidade social, dentro da sociedade lusa do Antigo Regime, nas capitanias da Bahia e Pernambuco, ao longo dos anos de 1641-1683. O autor analisou como os serviços feitos nas guerras contra os holandeses na América foram remunerados, em especial, a concessão de hábitos militares, o que

região sul, expressa nos tratados fronteiriços assinados com a Espanha, àquela instituição igualmente se detinha nos sertões nordestinos.

³⁶¹ A respeito do “perigo” da crescente massa de mulatos e pretos livres na América lusa ver Silvia Lara . *Fragmentos setecentistas – escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³⁶² José Gomes. *As milícias d'El Rey*.

ajudava no processo de hierarquização social daquelas sociedades e, conseqüentemente, na formação de suas elites. O que lhes permitia a participação na *governança* da terra.³⁶³ Muitos desses atores tinham origem em estratos não nobres da sociedade, mas alcançavam algum grau de nobreza devido ao foro de fidalgos, títulos de cavaleiros e comendas militares que recebiam. Portanto, criava-se uma mútua dependência entre essas elites e a Coroa, que levava ambos à negociação. Por parte das elites era necessária à chancela da Coroa para sua ascensão social. Essa por sua vez dependia daquelas para a administração da localidade, seja por meio da cobrança de impostos, aumento ou preservação do território e até mesmo para que suas leis fossem cumpridas.³⁶⁴

Uma vez mostrado um apanhado geral em termos espaciais e temporais acerca do período colonial da América lusa, estamos seguros para fazer a seguinte afirmativa: o estudo das questões militares não pode se encerrar nele mesmo. Arno Wehling ressaltou que trazer o conceito de “guerra total” permite uma abordagem pluridimensional e interdisciplinar imprescindível, na medida em que possibilita a visualização de novos temas e problemas, como a relação dos militares com a sociedade, as fortificações, a formação militar e a motivação para a guerra.³⁶⁵ Paulo Parente mostrou que, mesmo quando os estudos ficam mais restritos ao universo castrense, ganham outras cores. Para tanto, basta analisar as instituições militares no diálogo com outras instituições.³⁶⁶

Caio Prado Jr., Laura de Mello e Souza, Enrique Peregalli, Francis Cotta, Pedro Puntoni e Wolfgang Lenk no que pese a dificuldade de recrutamento e da manutenção financeira das tropas mostradas, pontuam que as mesmas, pelo menos nas áreas já incorporadas ao mundo luso, eram controladas e ordenadas pelas elites, sejam as locais ou as metropolitanas, que impunham seus interesses ligados às questões principais do Antigo Sistema Colonial. Entretanto, esta posição não é consenso na historiografia.

Os estudos de Evaldo Cabral de Mello, Maria Fernanda Bicalho, Luiz Guilherme Moreira, Christiane Pagano de Mello, Kalina Silva, José Eudes Gomes e Thiago Krause, entre outros, ainda que alguns não abordem diretamente a questão bélica, mostram que analisar a questão militar pode ser útil para refinar a compreensão acerca

³⁶³ Contudo, não eram apenas os feitos militares que ajudavam nesse processo. Para tal, igualmente, era necessário a acumulação de capitais oriundos da atividade açucareira.

³⁶⁴ Thiago Krause. *Em busca da honra – a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. São Paulo: Editora Annablume, 2012.

³⁶⁵ Arno Wehling. “A pesquisa da História Militar Brasileira”, p. 40-1.

³⁶⁶ Paulo Parente. “Uma Nova História Militar?”.

das relações entre o centro e as periferias da Monarquia portuguesa. Compreensão que não se viabiliza apenas no campo marcial, mas também a partir das estruturas do exercício de poder cotidiano e de seus limites, tanto para a Coroa lusa, por meio de seus representantes diretos, como para as elites locais. Dessa maneira, a lógica que privilegia uma relação autoritária da Coroa sobre seus espaços periféricos precisaria ser abandonada, sendo substituída por uma relação baseada na negociação entre aquelas partes.³⁶⁷

A ponderação de tais relações, nas duas perspectivas apresentadas, explicita determinadas características que até então permaneciam embotadas. Primeiro, anote-se que não podemos negligenciar a importância dos militares no processo de colonização da América lusa, já que se tratava, antes de tudo, de uma Conquista.³⁶⁸

Em segundo lugar, podemos ver, por exemplo, como os ofícios militares eram um importante instrumento de hierarquização, promovendo a inserção das elites locais e de outros estratos sociais em uma ordem política pautada pela lógica do Antigo Regime luso, em que as desigualdades sociais cumpriam papel estruturante.³⁶⁹ Ao mesmo tempo, permitiam a manutenção e reprodução dessas elites, reforçando seu pacto com a Coroa, a quem cabia, em última instância, controlar os mecanismos mais importantes da ascensão social. Como mostrado, por exemplo, no estudo de Gomes e Krause.

Nessa perspectiva, focar questões militares contribui para uma melhor compreensão dos nexos da monarquia com os diversos corpos sociais. Dessa maneira, Francis Cotta mostrou como os vários corpos militares constituíam um espelho da sociedade de Antigo Regime, cujas desigualdades eram inerentes e naturais. Cada agente ocupava um corpo militar que lhe era determinado por sua condição social. Estes corpos, como os Estados do Antigo Regime, eram autônomos e não homogêneos, mas, quando necessário, atuavam na guerra de forma a se entrelaçarem.³⁷⁰

³⁶⁷ Jack Greene. *Negotiated Authorities*; Jack Greene. “Tradições de governança consensual”; Maria Fernanda Bicalho. “Da Colônia ao Império: um percurso historiográfico”, in Laura de Mello e Souza, Júnia Furtado & Maria Fernanda Bicalho. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 91-105, especialmente pp. 95-100; Marcello Loureiro. *Iustitiam Dare – a gestão da Monarquia Pluricontinental, Conselhos Superiores, pactos, articulações e o governo da monarquia portuguesa (1640-1668)*. Rio de Janeiro/Paris, Tese em história social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ e a École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2014. Versão para a defesa.

³⁶⁸ Para uma visão geral do processo de *conquista* ver: Maria Fernanda Bicalho. “Conquista, mercês e poder local”. Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*.

³⁶⁹ Pedro Perez Herrero. “Sociedad y poder em las estructuras de Antigo Régimen coloniales (consideraciones teórico-metodológicas”. In *La America Colonial. Política y Sociedad*. Madri: Síntesis, 2002.

³⁷⁰ Francis Albert Cotta. “O sistema militar corporativo na América portuguesa.” In *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades* (Biblioteca Digital Camões:

Assim, se por um lado, analisando os aspectos militares, refina-se o entendimento do elo entre Portugal e sua periferia, por outro, pode-se compreender mais substancialmente a própria formação do Estado moderno luso³⁷¹. E, assim, voltamos a questão da “Revolução Militar” do século XVII. Até que ponto o Estado conseguia dominar a violência, detendo o seu monopólio; ou em outras palavras, até que ponto a relação entre a sociedade e a organização militar deixou de ser frouxa e deste modo o Estado conseguiu impor seus interesses? Para pensar essa questão não podemos esquecer que esse Estado se formou em sua relação com o ultramar, portanto, em sua faceta imperial, como nos ensinou Vitorino Magalhães Godinho,³⁷² bem como pontuou Tilly, na sua especificidade em se organizar para a guerra.³⁷³ Charles Boxer já havia destacado que o Império português era marítimo, comercial, militar e eclesiástico.³⁷⁴ Deste modo, uma análise que não leve em consideração um diálogo entre estas categorias provavelmente não produzirá bons frutos. Portanto, a afirmativa de Hespanha de que a questão militar não tem caráter central na formação do Estado moderno luso, me parece estar equivocada. Como acabamos de ver nos diversos exemplos apresentados é impossível compreender a América lusa sem tocar na questão militar, como também é impossível enxergar o Estado Moderno Português sem analisar as suas ligações com as áreas de conquista. Destarte, que a questão militar era capital. Agora, portanto, só nos resta entender como ligar esta questão pontual, particular, ao geral, para que seja possível construir uma síntese mais refinada, atendendo a uma das

Colóquios e Congressos/Espaço Atlântico de Antigo Regime). http://cvc.institutocamoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/francis_albert_cotta.pdf; Francis Albert Cotta. “Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via cargos militares em Minas Gerais no século XVIII”. In *Mneme*. Rio Grande do Norte, v. 3, n. 6, 2002, pp. 1-19 e; Francis Albert Cotta. *Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

³⁷¹ Interessante notar que algumas características apontadas para o período colonial continuaram a ser fundamentais para a constituição do Império Brasileiro (1822-1889). Foi o que apontou Fabio Mendes. Para o autor, mesmo após a independência brasileira, o Estado que se constitui foi incapaz de criar um sistema de recrutamento militar de forma direta, ou seja, feita por uma administração estatal independente. Continuando, portanto, a utilizar os poderes locais para tal, sendo necessária a manutenção das negociações com estas mesmas elites. O poder dessas era tamanho que, mesmo com as urgentes necessidades da Guerra do Paraguai (1864-1870), a tentativa de modernização e universalização do recrutamento feito por sorteios continuaram a manter o privilégio de impedir o alistamento por meio dos “rasgas-listas”, sendo o Estado obrigado a fazer “vista grossa”. Destarte, que a universalização e a instalação de um sistema de recrutamento mais claramente comandado pelo Estado só surgiu na República. Cf. Fabio Faria Mendes. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Ed. Argvmentvm, 2010.

³⁷² Embora o autor enfatize os aspectos econômicos. Cf. Vitorino Magalhães Godinho. *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa, 1962 e; Vitorino Magalhães Godinho. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Presença, 1987.

³⁷³ Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*.

³⁷⁴ Charles Boxer. *Relações raciais no Império colonial português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. Posição seguida por Nuno Monteiro em Nuno Monteiro. “O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime”.

recomendações apontadas anteriormente.

1.3. O Império luso e os militares

Como citado na introdução desse capítulo, para melhor entendimento do Império luso há a necessidade de analisar o universo militar. Mas, como vimos no item anterior a questão está atrelada à formação do próprio Estado moderno. E, no caso luso a questão não pode ser dissociada da formação/manutenção de seu Império. Por isso, torna-se necessário fazer uma breve discussão acerca desse conceito e de como, ao trabalhar com o mundo castrense, podemos entender de forma mais clara o Império luso moderno.

Um dos trabalhos pioneiros, hoje já clássico, a pensar o termo “Império” foi feito por Maurice Duverger.³⁷⁵ O texto foi fruto do fórum, *Colloque sur le Concept d’Empire*, realizado, na década de 1970, com o objetivo de “clarificar o conceito tão útil e tão pouco preciso”.³⁷⁶ Originário de uma reflexão coletiva, visava sintetizá-lo tanto no espaço como no tempo.³⁷⁷

Ao longo de nossa pesquisa, o termo “império” nunca apareceu na documentação que consultamos. Todavia, acreditamos que o conceito possa se tornar operativo, posto que Duverger afirma que pode ser tomado a partir de duas leituras. Primeiro, quando os próprios regimes políticos assim os chamavam, o que não seria o caso. Segundo, quando os historiadores lhes imputam o termo por analogia ao Império Romano.

Entretanto, antes de cristalizá-lo, o historiador destaca que algumas ressalvas devem ser feitas, posto que: “Ao tentar definir com rigor o conceito de império o tornamos inutilizável”.³⁷⁸ Ao mesmo tempo, há que se destacar que embora haja uma unidade conceitual, apesar das diferenças espaciais e temporais, há também aspectos particulares, visto que “cada civilização é única”.³⁷⁹ O mesmo ocorre com outros

³⁷⁵ Mauricie Duverger. “O conceito de Império”. In Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima e Luiz Geraldo Silva (orgs.). *Facetas do Império na história – conceitos e métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 19-38.

³⁷⁶ Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima e Luiz Geraldo Silva (orgs.). *Facetas do império na história – conceitos e métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 13.

³⁷⁷ Palavras introdutórias dos organizadores da coletânea “Facetas do Império na História”. Cf. Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima e Luiz Geraldo Silva (orgs.). *Facetas do império na história – conceitos e métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 19.

³⁷⁸ Mauricie Duverger. “O conceito de Império”, p. 20. Contudo, temos que ressaltar aqui que este não é um problema exclusivo deste conceito, mas de todos. Todo conceito para ser operativo não pode ser “engessado”, há de ter uma certa plasticidade para que se torne operável e válido.

³⁷⁹ Mauricie Duverger. “O conceito de Império”, p. 20.

regimes políticos que são igualmente utilizados nas análises sociais como, por exemplo: “cidades-Estado, (...), monarquias, feudalismos, ditaduras, democracias, etc.”.³⁸⁰ A ideia pode ser resumida da seguinte maneira:

Cada [sociedade] (...) é singular, mas nenhuma o é totalmente, e algumas apresentam semelhanças incríveis, apesar do distanciamento dos séculos, dos continentes e das culturas. A análise comparativa dos sistemas históricos pressupõe contar sempre com os dois extremos da cadeia: o da teorização, o da análise particular.³⁸¹

Para Duverger a ideia de império pode ser inicialmente abordada pela distinção construída pelo linguista francês Gabriel Gérard, feita em 1718, que afirmou que seria um “Estado vasto e composto de diversos povos”. Para a sua existência, três condições seriam basilares. Primeira, o império compõe uma monarquia, cujo poder, com características religiosas, está localizado em uma única pessoa que a transfere de forma hereditária. Para os impérios modernos, oriundos de uma tradição politeísta greco-romana, há um processo importante de integração das divindades dos “países”³⁸² conquistados. O que levaria a certo sincretismo, facilitando a extensão territorial do poder. Portanto, o espaço aparece como segundo ponto. Entretanto, a integração religiosa, deve ser vista como respeito aos costumes locais ou as crenças particulares. O terceiro ponto surge das dificuldades inerentes à vastidão destes espaços. As grandes distâncias geram uma pluralidade de povos que expressam uma imensa diversidade cultural, já que há grande dificuldade de “deslocamento de homens” e divulgação de suas ideias devido aos problemas materiais que só serão superados no século XIX. De tal forma, que este último ponto diz respeito à comunicação entre estes *loci*. A característica particular de cada império, sempre plurinacional, será dada pela forma como se “reúnem as diversas etnias, diversas comunidades, diversas culturas, antes separadas, sempre distintas”.³⁸³

Para a manutenção de sua unidade, apesar da imposição de governantes aos povos que o compõem, há que se respeitar as diversidades, assim como oferecer vantagens para que permaneçam ligados ao centro. Caso contrário, revoltas surgiriam a todo instante, acarretando o seu fim. O que mostra que o poder do império não pode ser um despotismo puro e simples. Todavia, é necessário: “Uma centralização administrativa e militar (...) para impedir as revoltas das classes dominantes e a

³⁸⁰ Mauricie Duverger. “O conceito de Império”, p. 21

³⁸¹ Mauricie Duverger. “O conceito de Império”, p. 21.

³⁸² Palavra utilizada pelo autor.

³⁸³ Mauricie Duverger. “O conceito de Império”, p. 25.

transformação dos governadores locais em feudos independentes”. Igualmente é vital que existam

(...) tropas e uma burocracia permanente, mas relativamente leves: para garantir o pagamento de taxas ou impostos, assegurar os recursos judiciais, controlar as autoridades locais e manter a ordem pública esperando pelos reforços vindos da capital, sob a égide de um representante do poder central capaz de decidir no local, mas que possa ser destituído pelo imperador.³⁸⁴

Porém, apesar deste controle deve-se garantir uma estabilidade, buscando a diminuição dos conflitos, que não seja fruto apenas da ocupação militar e um sistema burocrático não hereditário, nomeado pelo soberano que também pode atuar na sua revogação. Os embates, então, se direcionariam para a periferia, já que os impérios operam dentro da universalidade, na qual as áreas que não o compõe são reduzidas a insignificância.

Outra questão fundamental é a importância dos exércitos, responsáveis pela sua formação e manutenção. Essa, entretanto, isoladamente não é possível sem a aceitação dos povos periféricos, que também passam a compor os exércitos, sendo capitais para a proteção de invasões inimigas.

No que pese a importância do trabalho de Duverger, na década de 1970, o conceito de Império vem sendo rediscutido desde os anos de 1950 e 1960, como bem lembrou Luís Filipe Silvério Lima, em razão da chamada “crise do Estado”, e, como também já salientaram John Elliot e Antonio Manuel Hespanha. Assim, os aspectos econômicos e sociais levantados por Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein foram adaptados para estudos que enfocam o viés político e cultural. Por outro lado, devido à emergência do Império Norte-americano contemporâneo o termo “império” voltou a circular no meio historiográfico com mais frequência. Em decorrência, os conceitos clássicos, utilizados para a modernidade, de “império” e Expansão Europeia passaram a ser revistos. A historiografia atual tenta entender como as diversas partes dos impérios modernos conseguiam se conectar.³⁸⁵

Em paralelo, as revisões empreendidas nos conceitos de Estado absolutista e Estado Moderno acabaram, naturalmente, a perpassar para a relação que esses espaços europeus tinham com suas áreas periféricas, em especial, para as regiões no ultramar.

³⁸⁴ Mauricie Duverger. “O conceito de Império”, p. 26.

³⁸⁵ Luís Filipe Silvério Lima. “Os nomes do império em Portugal no século XVII: Reflexão historiográfica e aproximações para uma história do conceito”. In Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima e Luiz Geraldo Silva (orgs.). *Facetas do Império na história*, p. 244-6.

Nesse movimento, a historiografia luso-brasileira que enfoca o Império luso moderno se faz presente. Alguns de seus estudos afirmam que as

(...) relações entre metrópole e colônia não [são] (...) mais suficiente[s] para explicar a complexidade das redes e conexões que ligaram os diferentes domínios ultramarinos, entre si e com o centro da monarquia. Isso exigiu dos historiadores a inserção de seus respectivos objetos – cidades, feitorias, fortalezas, estabelecimentos, territórios, regiões, bens, pessoas e interesses administrados pela Coroa portuguesa – num contexto bem mais amplo e plural do que até então se pensara.³⁸⁶

No que pese Luís Filipe Silvério Lima ter afirmado que “para o mundo português (...) são poucos os estudos que fazem uma história da ideia ou do conceito de império”³⁸⁷, Maria Fernanda Bicalho mostrou alguns desses estudos.

Para a autora, o conceito foi incorporado pela historiografia luso-brasileira a partir da leitura realizada na literatura anglo-saxônica, em especial, nos estudos clássicos de Charles Boxer, nos anos de 1960,³⁸⁸ e de seu discípulo A. J. R. Russell-Wood, já nos anos de 1990. Atualmente a produção portuguesa atenta para as conexões estabelecidas entre Portugal e seus territórios ultramarinos. Preocupação que aparece na obra coordenada por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, na qual destacam “os complexos político-administrativos e os poderes locais, como as câmaras e as misericórdias;³⁸⁹ o *enquadramento religioso* no Oriente, na África, na América e as *práticas de identidade*”.³⁹⁰

Se, por um lado, Duverger foi basilar na tentativa de formular um conceito para o Império, Luís Filipe Thomaz, igualmente, nos anos de 1990, o foi na construção do conceito de Império luso de D. Manuel (1495-1521), ou Império Manuelino.³⁹¹

Para o autor, D. Manuel possuía, ao contrário do que grande parte da historiografia afirmava, um projeto de império. O monarca luso não se preocupava em traficar pimenta e especiarias com as Índias, somente.³⁹² Havia, sim, uma ideia de império que se manifestava em diversos contornos, por exemplo, nos títulos que outorgava a si, “Senhor da conquista, navegação e comércio”.

³⁸⁶ Maria Fernanda Bicalho. “Da colônia ao Império: um percurso historiográfico, p. 91.

³⁸⁷ Luís Filipe Silvério Lima, Luís Filipe Silvério. “Os nomes do império em Portugal no século XVII: p. 246.

³⁸⁸ Dentre os quais podemos destacar alguns: “O império marítimo português”, “Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola”, “The municipal councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda”, entre outros.

³⁸⁹ Característica que já fora apontada por Charles Boxer.

³⁹⁰ Maria Fernanda Bicalho. “Da colônia ao Império, p. 94. Grifo do autor.

³⁹¹ Luis Filipe Thomaz. “A ideia imperial Manuelina”. In Andréa Doré; Luiz Fernando Lima. e Luiz Geraldo Silva. (orgs.). *Facetas do Império na história*, p. 39-104.

³⁹² Luis Filipe Thomaz. “A ideia imperial Manuelina, p. 39-40.

O direito à conquista se expressava na ocupação do território, da expulsão do poder muçulmano e no recolhimento de tributos de regiões não conquistadas, tal como ocorreu em Marrocos. Assim, império surgia aqui como soberanos locais que apresentavam vassalagem frente ao rei de Portugal, que se apresenta como “*rei dos reis*” ou como *imperador*³⁹³ e que também reconhecia outros soberanos. Não havia um interesse premente em conquistar plenamente a região. Entretanto, se preocupava com o seu domínio eminente, que se expressava pela atenção dada ao âmbito militar, sobretudo, na construção de fortalezas na parte oriental do Império.

Outro título não menos importante, outorgado pelo próprio rei, foi o de Senhor da “navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia”. Esse era fundamental, posto que a atividade mercantil lhe conferia recursos para as expedições militares, que serviam, igualmente, para controlar a navegação naqueles mares. O caráter imperial permitia ao monarca se impor sobre os seus súditos; proibir o comércio de outros príncipes cristãos na região e; em especial, controlar a costa das Índias, tornando os reinos que lá estavam dependentes dele, já que precisavam pagar tributos para que suas embarcações pudessem navegar. Cumpria-se uma ideia presente, desde os tempos antigos, de que para se ter um império era preciso dominar o mar, que rodeava a terra firme.

Contudo, apesar desta abstração acerca do império, D. Manuel nunca se declarou imperador, embora Thomaz afirme que o monarca sonhasse com o título. A questão reside no fato de que a ideia estava ligada a teoria, de origem judaico-cristã, dos quatro impérios (assírio, persa, grego e romano). Acreditava-se que o Império Romano ainda sobrevivia com os reis francos, representados por Maximiliano I de Habsburgo (1493-1519). Segundo essa teoria surgiria um quinto império com características messiânicas e eterno. E era desse que D. Manuel pretendia ser o imperador. Desnecessário dizer que o monarca seria o messias que conduziria a aliança cristã contra o islã.

Por isso, a expansão para as Índias era fundamental. Posto que para além da questão religiosa, havia igualmente uma função econômica. Os lucros provenientes da rota mediterrânea, dominada pelos muçulmanos, seriam desviados para a nova rota lusa. Portanto, o movimento não pode ser dissociado da dupla característica, religiosa e econômica. É esse messianismo que dará ao império manuelino, na visão de Thomaz, a sua peculiaridade. Nesse projeto, o caráter militar era vital, já que em sua ausência, a

³⁹³ Luis Filipe Thomaz. “A idéia imperial Manuelina, p. 43-44. Grifos do autor.

Cruzada, empreendida no Oriente próximo e no norte da África, e a Reconquista, nas Índias, seriam impossíveis.

Aqui cabe ressaltar a diferença de projetos para as diversas regiões lusas. Contudo, ambos se ligam a proposta geral de império apresentada por Duverger, nas palavras de Thomaz, “O ideal (...) da Cruzada, era bem mais radical que o da Reconquista peninsular: tratava-se de exterminar os infiéis que se recusassem a se converter bem mais do que de integrá-los, como dependentes da sociedade cristã”.³⁹⁴ Enquanto a Reconquista visava “integrá-los à sociedade cristã mais que exterminá-los”.³⁹⁵

Em termos gerais para o império aparecem algumas características como a questão religiosa; a integração religiosa, feita no Oriente, por meio da inclusão lenta dos orientais que já havia tido contato com o cristianismo e precisavam ser reconquistados de forma gradual, para que pudessem ajudar na aliança contra os muçulmanos e; a diversidade cultural presente nesse *locus*. Mas, o particularismo se apresenta com o viés messiânico de D. Manuel.

Ao trabalhar com “A ideia imperial manuelina”, elaborada por Thomaz para a Índia no século XVI, Lima questiona se o conceito poderia ser alongado para todo o Império durante os séculos XVI e XVII. E, aí surge uma tensão proveniente do modo como Thomaz o desenhou. Segundo aquele autor, Thomaz afirma que o império manuelino teria uma característica paradoxal, fruto de um misto medieval e inovações modernas. Esse embate perpassa pela concepção de poder que é explicada sobre dois ângulos, um com tendência polissinodal (cuja origem estaria na Idade Média) e outro com tendências centralizadoras (que surgiria na Modernidade).

Para responder a questão, deve-se, entre outras coisas, analisar como era representado o poder. Nesse sentido, o título ou os títulos que os reis lusos tinham passam a ser fundamentais. Assim, é emblemático, mesmo com as modificações que ocorreram ao longo do XVII, o fato de que após a Restauração lusa (1640) a dinastia dos Bragança manteve os títulos de D. Manuel. Os monarcas, portanto, voltam a ser respeitados por serem reis “daquem e dalem mar em Africa Senhor da Guine e da conquista, navegam, Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India”.³⁹⁶ Ao contrário do

³⁹⁴ Luis Filipe Thomaz. “A ideia imperial Manuelina, p. 79.

³⁹⁵ Luis Filipe Thomaz. “A ideia imperial Manuelina, p. 80.

³⁹⁶ Luís Filipe Silvério Lima. “Os nomes do império em Portugal no século XVII: Reflexão historiográfica e aproximações para uma história do conceito”. In Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima e Luiz Geraldo Silva. (orgs.). *Facetas do Império na*, p. 251.

que ocorreu com a monarquia dos Habsburgos que modificou o seu título e que preferia ser vista como Monarquia, ao invés de Império Espanhol. Como sublinhou Thomaz e em sua esteira Lima, apesar de D. João IV não ter se intitulado imperador, por diversas vezes o termo Império foi utilizado como título ou em símbolos que lhes faziam alusão e “aparece em diversas fontes da época das monarquias ibéricas e portuguesa”.³⁹⁷ De tal modo que a estas concepções de império se deve somar ao do Sacro Império Romano Germânico. Para o referido período podemos notar algumas concepções de império diferentes. Nesse sentido, a peculiaridade do império português deve ser buscada.

Ela aparece na concepção inaugurada por Thomaz, que pode ser prolongada para todo o Império luso ao longo dos Seiscentos e Setecentos. Contudo, não se deve esquecer de levar em conta que os seus domínios ultramarinos e a conquista moldam esse império. Característica fundamental, da qual Duverger já havia ensinado, de que a peculiaridade de cada império será desenhada pela maneira com que se “reúnem as diversas etnias, diversas comunidades, diversas culturas, antes separadas, sempre distintas”.³⁹⁸ Entretanto para Lima, as características que chamaríamos de medieval, como o messianismo, não pode ser vista

(...) simplesmente como rescaldos de uma época anterior que Portugal se recusava deixar. Pelo contrário, suas formulações imperiais se davam a partir de monarquias bem definidas (e não de uma idéia geral de império), de um espaço de conquista e expansão (e não de uma noção hipotética de orbe como espaço da comunidade cristã ou de reconquista de uma Jerusalém perdida), e mais importante, se afirmavam como execução (consumação) completa da soberania, ou seja, o ideal imperial (e o “horizonte de perspectiva” que tinham a partir de suas esperanças) estava ligado ao exercício absoluto e soberano do poder.³⁹⁹

Assim, se, por um lado, Lima concorda com Thomaz, no que diz respeito à peculiaridade dos lusos ser assentada no messianismo, por outro discorda, porque esse messianismo não pode ser visto como uma herança da Idade Média. Outro ponto basilar era de que os lusos repensavam o que seria Portugal, por conta da Restauração e das perdas dos espaços no ultramar. Fato que comprometia, com toda a certeza, a sua soberania, não só nesse espaço, contra holandeses e ingleses; mas, igualmente na própria Europa, frente aos castelhanos. Momento de crise, portanto, na qual, como destaca Eduardo França, era necessário buscar uma ordem.⁴⁰⁰

³⁹⁷ Luís Filipe Silvério Lima. “Os nomes do império em Portugal no século XVII”, p. 250.

³⁹⁸ Mauricie Duverger. “O conceito de Império”, p. 25.

³⁹⁹ Luís Filipe Silvério Lima. “Os nomes do império em Portugal no século XVII”, p. 254-5.

⁴⁰⁰ Eduardo França. *Portugal na época da Restauração*.

A ordem pode ser entendida como sucesso na busca da imposição da soberania portuguesa. Contudo apesar de Lima pontuar que era “completa”, essa perspectiva não vai ser assumida por Andréa Doré.⁴⁰¹ Até porque o domínio luso, ao longo do século XVI e XVII, se deu em áreas litorâneas, com feitorias fortificadas, sem grandes penetrações no interior. Fruto de várias expansões em diversas temporalidades com objetivos e motivações igualmente diferentes. Haveria uma falta de territorialidade e o Império seria marcado por um domínio marítimo. No que pese a necessidade de integrar essas diversas áreas litorâneas, dentro do que classificou Duverger, numa única liderança política, de caráter hereditário e sagrado; que respeite os costumes locais; e com um sistema de comunicação eficiente; haveria, para o caso português, algumas especificidades que dizem respeito ao que foi apontado por Madalena da Câmara Fialho, de que o império se caracteriza pelos “motivos justificativos que criam e apresentam”. Nesse caso, mais uma vez, voltaríamos à concepção apresentada por Thomaz, da importância do messianismo e da cristianização. Assim, para Doré, no limite, há um processo de “unificação de elementos políticos, étnicos, raciais e culturais diversos”, o que poderíamos chamar de cultura política de Antigo Regime luso. Mas, ainda seria necessária uma base territorial significativa e a valorização do ideal e da estrutura militar.⁴⁰² Afinal de contas, como salienta Ronald Raminelli a atividade bélica acompanhava a conversão ao catolicismo naquelas sociedades onde os lusos estenderam seu Império.⁴⁰³

Assim Doré vai mostrar como que na região do Congo, na África, e na Costa da Pescaria, na Índia, no século XVI, grupos não lusos podiam ser integrados ao Império. O processo ocorreu porque havia algum ganho político e comercial para determinadas parcelas daquelas sociedades, uma das premissas básicas apontadas por Duverger para a existência de um império. Essa integração passava pela cristianização, que por sua vez facilitava a comunicação entre as diversas partes, além é claro de uma “unificação de elementos políticos, étnicos, raciais e culturais diversos”.⁴⁰⁴ Esses convertidos eram capitais porque conseguiam romper com a territorialidade lusa, presente no litoral, na

⁴⁰¹ Andréa Doré. “As atuações no reino do congo e na costa da pescaria: aproximações para o estudo do império português no século XVI”. In Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima e Luiz Geraldo Silva (orgs.). *Facetas do Império na história*, p. 227-243.

⁴⁰² Andréa Doré. “As atuações no reino do congo e na costa da pescaria”, p. 231.

⁴⁰³ Ronald Raminelli. “Império da fé: ensaio sobre os portugueses no Congo, Brasil e Japão. In João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa (orgs.). *Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁰⁴ Andréa Doré. “As atuações no reino do congo e na costa da pescaria: aproximações para o estudo do império português no século XVI”, p. 231.

medida em que em sua atividade comercial traziam produtos do interior, onde a presença dos portugueses não ocorria, fortalecendo as rotas comerciais lusas e com ela o próprio Império.

A mesma premissa já havia sido apontada por Ronald Raminelli ao analisar o “Império da Fé: Ensaio sobre os portugueses no Congo, Brasil e Japão”. O autor mostrou como, apesar dos portugueses na Europa, por conta da Reforma, não olharem com bons olhos a heterodoxia, no ultramar a questão era vista por outro prisma. Uma vez que a convivência com povos de diferentes credos tornava viável o comércio. Embora, num segundo momento, se partisse para a conquista bélica e uma política cultural que possibilitasse a anexação de “territórios e almas”. Desse modo a conversão era usada para criar uma homogeneidade no vasto Império luso.⁴⁰⁵

Mas, mais ainda, para os povos convertidos havia ganhos⁴⁰⁶, como sublinhou o autor. Para o manicongo – senhor do Congo

Os recursos oriundos do comércio promoveram o enriquecimento do rei do Congo. Com o aumento dos tributos, ele reuniu-se de exército e corpo administrativo que, certamente, asseguraram a lealdade de nobres e a centralização política.⁴⁰⁷

Nesse espaço havia vantagens políticas, culturais, econômicas e religiosas.

A nobreza abraçou a fé de Cristo para fortalecer-se. Como cristãos, eles acreditavam controlar a comunicação com os ancestrais, fonte de poder e sabedoria. Para além dos aspectos políticos, a catequese aí foi impulsionada pelo comércio e tráfico de escravos, negócios envolvendo diretamente as elites recém-cristianizadas.⁴⁰⁸

Para o Japão, igualmente, já que “os jesuítas só foram tolerados pelo xogum por razões claramente econômicas”, ou seja, para ter acesso à seda, ouro e armas chinesas, já que a China havia fechado o comércio com o Japão.⁴⁰⁹

O autor chamou a atenção para a possibilidade de uma perspectiva metodológica, na época ainda não seguida, de que seria necessário estudar a formação das fronteiras do Império luso, tendo como orientação o projeto missionário empreendido pela “difusão do cristianismo”. Ideia tributária da particularidade lusa apontada por Thomaz, o messianismo. Assim, o Império “não se realizava apenas por

⁴⁰⁵ Ronald Raminelli. “Império da fé”, p. 227-8.

⁴⁰⁶ Uma das características apontadas por Mauricie Duverger.

⁴⁰⁷ Ronald Raminelli. “Império da fé”, p. 231.

⁴⁰⁸ Ronald Raminelli. “Império da fé”, p. 242.

⁴⁰⁹ Ronald Raminelli. “Império da fé”, p. 242.

meio de trocas comerciais, rede administrativa e lealdade política, mas igualmente pela estrita obediência às leis religiosas”. Contudo, se, por um lado, o cristianismo unificaria a monarquia; por outro, servia para reproduzir aquela sociedade hierarquizada de Antigo Regime, já que apesar dos outros povos se converterem àquela religião, seus membros nunca entravam em pé de igualdade com os “legítimos” cristãos (os portugueses), marcando assim as diferenças e hierarquias sociais.⁴¹⁰

Mas, para além dessas alianças com grupos locais, a questão militar era vital, posto que buscava afastar a presença de outros Estados europeus, assim como de grupos locais concorrentes aos seus aliados. Do mesmo modo, também, era um dos canais pelos quais se poderia reafirmar a hierarquia, trazendo seus aliados para o mundo cultural luso, já que os gentios compunham, quando necessário, as tropas auxiliares, como salientou Luiz Geraldo Silva.⁴¹¹

Apesar das diferenças no domínio da arte militar existente no ultramar luso como no Norte da África, onde as sociedades possuíam uma organização militar mais sólida que as do Atlântico Sul, a ideia de integração se completa. Enquanto Doré mostrou esta incorporação no Norte da África e na Índia, Silva enfatizou o mesmo processo para o Atlântico Sul.

Essa integração militar também pode ser explicada, de forma complementar, pelo quadro demográfico luso. Portugal, como salientou Luiz Geraldo Silva, sempre teve carência em gente de armas e da marinha. Afinal de contas, a sua população que era estimada, em 1639, em 1.200.000 habitantes, não poderia cobrir toda a vasta extensão territorial. Por isso, a necessidade também de recorrer às populações locais para comporem as forças militares. E, aqui voltamos novamente para a questão do Império. Como explicar que uma população tão pequena tenha conseguido se impor em vários espaços e em lugares onde existiam grandes contingentes populacionais. Para que os lusos, portanto, saíssem vitoriosos e conseguissem se instalar fizeram uso das rivalidades internas, dando vantagens a grupos locais, quando estes decidiam ingressar no Império, e que também eram chamados a lutar por ele.

Essa participação militar dos grupos locais só pode ser aceita por parte dos lusos, porque, durante o Renascimento houve uma retomada da ideia do império e da

⁴¹⁰ Ronald Raminelli. “Império da fê”, p. 246-7.

⁴¹¹ Luiz Geraldo Silva. “Cooperar e dividir: mobilização de forças militares no império português (séculos XVI e XVII). In Andréa Doré; Luiz Fernando Lima e Luiz Geraldo Silva. (orgs.). *Facetas do Império na história*, p. 257-270. Como defenderam Kalina Silva, Fátima Lopes, Regina Gonçalves, Cristina Pompa entre outros autores os gentios brasílicos forma incorporados as forças militares na América lusa.

“organização das forças militares nos tempos dos exércitos da Antiguidade Clássica”.⁴¹² Assim, se durante o Império Romano, os povos que estavam dentro de suas fronteiras deveriam compor as suas forças militares, o mesmo ocorria com o Império luso. Na visão de Luiz Geraldo Silva, apesar das especificidades de cada lugar do ultramar luso, havia características que perpassavam por todo o seu Império, a saber: o emprego dos gentios nas ações militares e a circulação de seus “componentes em momentos de crise e de conflitos, (...) [que] pareciam ser a regra, e não a exceção”.⁴¹³

As pesquisas avançaram, mostrando as diferenças de conexões entre as diversas localidades do ultramar luso e o território português na Europa. O que acabou por gerar um grau de especialização nessas áreas, como é o caso de Sanjay Subrahmanyam e Luís Felipe Thomaz, para a Índia; Luiz Felipe Alencastro e Catarina Madeira Santos para Angola; entre outros. Muitos desses autores acabaram por mostrar a importância das redes – sejam políticas, econômicas ou administrativas - que percorriam todo o Império, ou parte dele, e que poderiam estar desconectadas com o centro e engendrando uma lógica própria. Ou ainda de forma mais complexa, mostrando áreas ultramarinas que se complementavam, sem passarem pelo centro. Para a estruturação dessas redes as relações clientelares e de parentesco (natural ou fictício) se mostravam basilares, posto que teciam alianças entre agentes de diversos níveis e hierarquias sociais. Em decorrência facilitavam a

(...) acumulação e circulação de informações, bem como de definição de estratégias governativas, voltadas para o acrescentamento político e material dos interesses portugueses, (...) sejam os interesses individuais e de redes clientelares, sejam os corporativos da Coroa como um todo.⁴¹⁴

Contudo, anote-se que o caráter militar apontado por Thomaz ficou esquecido, entretanto, no geral e em síntese, abriu-se um caminho teórico-metodológico, como apontou Bicalho, extremamente rico, já que se pode atribuir um novo sentido ao Império de forma a ser muito mais abrangente e complexo, no qual é possível visualizar mecanismos que freavam, de alguma forma, a soberania portuguesa.⁴¹⁵ O que Duverger já havia sinalizado para o Império. Apesar da imposição de governantes aos povos, esses deviam ter algum ganho em participar desta unidade maior, do contrário revoltas

⁴¹² Luiz Geraldo Silva. “Cooperar e dividir”, p. 264.

⁴¹³ Luiz Geraldo Silva. “Cooperar e dividir”, p. 269.

⁴¹⁴ Maria Fernanda Bicalho. “Da colônia ao Império”, p. 96 Apud João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa. “Vitorino Magalhães Godinho et les réseaux impériaux”. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 50, 2005, p. 89.

⁴¹⁵ Maria Fernanda Bicalho. “Da colônia ao Império”, p. 96.

surgiriam a todo o momento, tornando impossível a sua existência.

A premissa aparece na crítica que Jack Greene fez aos estudos que focavam a América Inglesa. O autor afirmou que não existia um modelo coercitivo e centralizado, que impunha a vontade do centro sobre a suas colônias, longe disso. Na verdade, o Estado Inglês detinha uma soberania fragmentada em relação àqueles espaços. O que o obrigava a uma constante negociação com as periferias.⁴¹⁶

Para o caso luso-brasileiro, a perspectiva de Russell-Wood apontou a mesma necessidade de negociação com as áreas do ultramar.⁴¹⁷ Mas, mesmo dentro do espaço europeu luso, alguns autores já mostravam a importância dos poderes locais como contraponto a uma efetiva centralização do Estado luso.⁴¹⁸

Em síntese, é possível desenhar uma “dinâmica da negociação, incorporação e colaboração – sem negligenciar os conflitos e a dominação – entre poder central e poderes locais (...)”.⁴¹⁹

No que diz respeito à história do Brasil, ou melhor, a história da América lusa e sua inserção no Império, trabalho inovador foi apresentado no início dos anos 2000. O “Antigo Regime nos Trópicos”, livro organizado pelos historiadores João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. Como os próprios argumentavam, visava “compreender a sociedade colonial e escravista na América enquanto uma sociedade marcada por regras econômicas, políticas e simbólicas de Antigo Regime”.⁴²⁰ Assim, propunha a utilização de “novas perspectivas teóricas” que seriam contrapostas a irredutibilidade da “dualidade econômica entre metrópole e a colônia”.⁴²¹ Para isso, buscava um diálogo maior com a historiografia lusa recente e com os clássicos como Charles Boxer e Vitorino Magalhães Godinho, além dos estudos de José R. do Amaral Lapa e Luís Filipe Thomaz, autores que trabalhavam com o conceito de Império.⁴²²

Atualmente, os autores do livro já formaram algumas gerações de historiadores através de inúmeras orientações de dissertações e teses. Igualmente originaram um

⁴¹⁶ Jack Greene. “Tradições de governança consensual”, pp. 95-114.

⁴¹⁷ RUSSELL-WOOD. “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. In *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 36, 1998, pp. 187-249.

⁴¹⁸ Nesse sentido, ver os trabalhos pioneiros de António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, e Nuno Monteiro, *Poderes municipais e elites locais (séculos XVII-XIX)*, entre outros, que mostram como nas comunidades locais a premissa do autogoverno, existentes nas municipalidades, ao longo do século XVII, era presente e se colocava como obstáculo ao absolutismo.

⁴¹⁹ Maria Fernanda Bicalho. “Da colônia ao Império”, p. 104.

⁴²⁰ João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa. “Introdução”. In João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa. *Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 21.

⁴²¹ João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. “Introdução”, p. 22.

⁴²² João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. “Introdução”, p.22.

grupo de estudos com o nome de “Antigo Regime nos Trópicos” altamente relevante para a produção historiográfica brasileira, não só para o seu recorte temporal, história do Brasil colônia, mas para toda a história do Brasil.⁴²³ Como salientou Russell-Wood no prefácio da obra, os ensaios atestavam

a importância (...) à documentação municipal e regional, aos registros eclesiásticos e, especialmente, aos manuscritos e fontes impressas nas cúrias metropolitanas e nos arquivos cartoriais. Uma nova geração tem *espremidido* a documentação primária no desenvolvimento de estudos sobre uma variedade de temas até então nunca vislumbrados por seus compiladores originais.⁴²⁴

Mas, notemos que infelizmente a questão militar não aparecia de forma explícita ou simplesmente não aparecia do jeito que ocorria com a questão religiosa, como vimos no texto de Ronald Raminelli que compõe a referida obra. Ao contrário dos autores que trabalham com o conceito de Antigo Sistema Colonial, que conforme observado no tópico anterior, refinaram aquele conceito com estudos de história castrense. O que acreditamos possa ser feito igualmente pelos autores do “Antigo Regime nos Trópicos”, e que tem sido negligenciado. De tal modo, que se a questão castrense não é abordada, por falta de estudos mais pontuais, pode-se tentar buscar estudos gerais, em especial, no que diz respeito à administração do Império luso. Nesse sentido, Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, dentro do projeto *Optima Pars* chamaram a atenção para dois problemas.⁴²⁵

Primeiro, dentro da hierarquia da nobreza lusa durante a dinastia dos Braganças houve um processo de cristalização do topo, ao mesmo tempo em que havia uma diferenciação entre a nobreza da corte e das províncias, o que afetava o recrutamento para os ofícios da monarquia. Tal característica acabava por tocar as conquistas e as suas elites, uma vez que afetava a sua ascensão social.

Segundo, como já apontado pelos historiadores do “Antigo Regime nos Trópicos”, o dualismo metrópole x colônia não consegue dar conta da dinâmica do mundo luso moderno. Destarte, os novos estudos mostram a importância das redes imperiais, com interesses diversos e sugere um “crescente protagonismo das elites locais brasileiras” que lhes permitiam ter acesso àqueles “ofícios da monarquia na

⁴²³ Grupo inscrito no CNPq com o nome de Antigo Regime nos Trópicos – Centro de estudos sobre a dinâmica do império português (séculos XVI-XVIII) – e conta com historiadores luso-brasileiros.

⁴²⁴ RUSSELL-WOOD. “Prefácio”. In João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho, M^{re}. Fernanda & Maria de Fátima Gouvêa (orgs.). *Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 11-12.

⁴²⁵ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. *Governadores e capitães-mores*.

colónia”.⁴²⁶ Características que, como visto no tópico anterior, aparecem em alguns estudos que enfocam os militares.

Com o intuito de melhor agregar os espaços locais à dinâmica imperial, alguns historiadores têm trabalhado na formulação do conceito de *Monarquia Pluricontinental*. Termo esse distinto da *Monarquia Compósita* criado por John Elliott para a Espanha dos Áustrias.⁴²⁷ Destarte, que a Monarquia lusa, como já ensinara Godinho, era totalmente dependente das suas conquistas, de onde retirava seus proventos. Em decorrência, sua administração era capital, sendo marcada por uma divisão espacial e setorial em

instâncias múltiplas, as quais mantinham todos os canais de comunicação política com Lisboa, e que, frequentemente, colidiam entre si. Tal é legítimo afirmar-se para a administração militar, mas pode igualmente aplicar-se à organização fiscal, à judicial (...), à eclesiástica, e também à estrutura administrativa local, principal instrumento de integração da colónia e das suas elites no espaço imperial.⁴²⁸

Essa característica permite visualizar a particularidade do Império Luso, ao longo do século XVII, em especial, após a Restauração Portuguesa de 1640, sendo possível começar a projetar uma “orientação geral” para a formulação do conceito de *Monarquia Pluricontinental*, no qual os militares têm papel destacado, como apresentado por Cunha e Monteiro. Assim, podemos afirmar que a *Monarquia Pluricontinental* é

caracterizada pela comunicação permanente e pela **negociação** com as elites da periferia imperial, a tendência foi no sentido de uma crescente diferenciação das diversas esferas institucionais (**militares**, judiciais, tributárias, eclesiásticas, mercantis e locais) e não na direção da sua tendencial confusão. Elas correspondiam, de resto, a diversas lógicas sociais e a distintos padrões de circulação no espaço da monarquia. A integração das periferias e o equilíbrio dos poderes no império não se faziam, sobretudo através do enraizamento local de todos os agentes referidos, (...), mas ao invés, pelo facto de as distintas instâncias, e as respectivas elites mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro.⁴²⁹

Notemos, que gradativamente o conceito vai se refinando, tendo como um dos objetivos dar conta da complexidade da distribuição do poder, da dinâmica e da

⁴²⁶ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. *Governadores e capitães-mores*, p. 193.

⁴²⁷ John Elliot. “A Europe of composite monarchies”. p. 48-71.

⁴²⁸ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. *Governadores e capitães-mores*, p. 193-194. Grifou-se.

⁴²⁹ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. *Governadores e capitães-mores*, pp. 191-252, citação na p. 194. Grifou-se.

operacionalidade da característica polissinodal presente na política portuguesa.⁴³⁰ A categoria *Monarquia Compósita*, conforme mencionado acima, trata, sobretudo da reunião de diversos reinos que conservam os seus estatutos preexistentes, havendo pois a prevalência dos foros e direitos locais de origem. Ao contrário, o conceito de *Monarquia Pluricontinental* aborda apenas um reino (Portugal), dotado de diversas conquistas ultramarinas. Essa monarquia possuía um conjunto de regras e corporações “que engendram aderência entre si e ao reino”.⁴³¹

Para se viabilizar, a *Monarquia Pluricontinental* dependia de diversos oficiais da Coroa, dispersos em intrincadas redes imperiais.⁴³² Estavam vinculados a uma cultura de serviços à Coroa, em que esperavam reconhecimento pelos serviços prestados. Era a capacidade de *brokers* como Salvador Correia de Sá e João de Lencastre de movimentar redes que trazia substância prática à política ultramarina portuguesa.⁴³³ O rei se representava graças à lealdade desses homens, que transformavam política em prática governativa. Frequentemente, adaptavam as ordens régias às realidades locais, de acordo com os seus interesses e de suas redes.

Além disso, reforçando-se a ideia de autonomia dos espaços locais no contexto de uma *Monarquia Pluricontinental*, se pensarmos em termos práticos, por questões óbvias, as reações às invasões estrangeiras tinham origem na ação de indivíduos (ou grupos) que, “à custa de seu sangue e fazendas”, defendiam as conquistas ultramarinas para utilidade do serviço real. Basta lembrar, apenas para citar alguns exemplos, das ações de Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, contra os franceses em 1565; Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura, no Maranhão, contra os franceses em 1612-1615; Diogo de Mendonça Furtado e Dom Marcos Teixeira, em Salvador, contra os holandeses, em 1624; Matias de Albuquerque, também contra os holandeses, porém em Pernambuco, em 1630; Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1648, contra os holandeses, em Angola; e Bento do Amaral Coutinho e Frei Francisco de Meneses,

⁴³⁰ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. *Governadores e capitães-mores*, pp. 191-252. O conceito, que ainda está em construção, recebeu diversas considerações em João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa. “Monarquia Pluricontinental e repúblicas”, pp. 49-63. A respeito da característica polissinodal, ver Antônio Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan*. e Francisco Cosentino. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII) – ofícios, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume, 2009.

⁴³¹ João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa. “Monarquia Pluricontinental e repúblicas”, p. 55.

⁴³² João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império” in *Penélope*, nº 23, 2000, especialmente pp. 81-83.

⁴³³ Edoardo Grendi. *Polanyi. Dall'antropologia allá microanalisi istorica*, p. 127-165; e João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa. “Monarquia Pluricontinental e repúblicas”, p. 56.

contra os franceses, no Rio de Janeiro, em 1710.⁴³⁴ Tais iniciativas, organizadas razoavelmente de modo improvisado, visavam à conservação dos domínios de Sua Majestade no ultramar.

O que se deseja com isso é apenas evidenciar como o conceito de *Monarquia Pluricontinental* visa

(...) ultrapassar a tese da sociedade da América lusa como um simples canalial escravista submetido aos humores de um *suposto capitalismo comercial* e de um *Estado Absolutista*. Ao invés, disto, *grosso modo*, compreende-se as relações periferia e centro na Monarquia lusa (“metrópole e colônia”) pautadas na concepção de mundo predominante na Europa do Sul daquela época, qual seja uma visão corporativa e polissinodal.⁴³⁵

De modo que se considera a complexidade da dinâmica imperial portuguesa, abrangendo as questões locais, que tanto matizavam o caráter dos poderes do centro, privilegia a dinâmica imperial e o autogoverno dos povos, ou seja, o aspecto corporativo dessa sociedade. Acaba assim por substituir “a ideia de um império ultramarino hierarquizado e rígido” pela noção, mais plausível, “de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela presença de um poder central fraco demais para se impor pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas”.⁴³⁶

O conceito vem sendo refinado pelo grupo de estudos “Antigo Regime nos Trópicos”, que, recentemente, lançou uma coletânea de textos, “Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar Atlântico luso”.⁴³⁷ Fragoso, ao escrever o texto introdutório da obra, apesar de ser um *work in progress*, sublinhou que o grupo tem se preocupado em construir o referido conceito para um melhor entendimento acerca do Império ultramarino luso, que ainda é pouco conhecido.⁴³⁸ Para um melhor ajuste do conceito, além das características apontadas acima, enfatizou a importância dos municípios, por meio de suas Câmaras Municipais e pelos seus oficiais, como um poder concorrente ao da monarquia. Apesar da interferência do rei e de sua

⁴³⁴ Guilherme Andrea Frota. *Quinhentos Anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000.

⁴³⁵ João Fragoso. *Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio*. In *História* (São Paulo. Online), v. 31, pp. 106-145, jul/dez de 2012.

⁴³⁶ João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa. “Monarquia Pluricontinental e repúblicas”, p. 55.

⁴³⁷ João Fragoso e Antonio Carlos Jucá de Sampaio (orgs). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. Versão um pouco maior deste texto, posto que cita alguns exemplos de forma mais longa, pode ser vista em João Fragoso. *Modelos explicativos da chamada economia colonial*.

⁴³⁸ João Fragoso. “Introdução – Monarquia pluricontinental, repúblicas e dimensões do poder no Antigo Regime nos trópicos: séculos XVI-XVIII”. In João Fragoso. e Antonio Carlos Jucá de Sampaio (orgs). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso.*, p. 7.

administração periférica (no caso do Rio de Janeiro, do Governador-geral) “na gestão da menor unidade administrativa de um município, a freguesia, através da nomeação do oficialato das ordenanças”⁴³⁹ a influência das Câmaras Municipais não era sentida apenas em suas localidades, muitas vezes chegava a interferir na própria dinâmica do Império ultramarino. Os assuntos corriqueiros do cotidiano eram de responsabilidade das Câmaras Municipais, cabendo à “Coroa defender e dirimir os conflitos da monarquia”. Pressuposto que estava presente na ideia de autogoverno da Escolástica.

Para, além disso, como também já vimos, o espaço ultramarino podia ser considerado português porque apesar das particularidades locais, existia um conjunto de normas que o perpassavam, como o catolicismo e a ideia de pertencimento ao mundo luso.⁴⁴⁰ Esse era proveniente da “economia de dom”, na qual se estabeleciam relações pessoais diretas entre o rei, cabeça da monarquia, e os seus vassalos. Essas relações acabavam por preencher os “postos da administração militar e civil da Coroa”, por meio das mercês dadas pelo monarca, que também podiam ser traduzidas em terras, privilégios, títulos, ofícios etc. Reforçava-se o laço de dependência mútuo e os vassalos passavam a se sentir “pertencendo a uma arquitetura política que ultrapassava a freguesia, o município e se confundia com a própria monarquia”.⁴⁴¹ Assim, a circulação dos agentes, para além de seu local de origem, passava a ocorrer com frequência, o que em muitos casos possibilitava a ascensão social dos indivíduos, sejam da elite ou das camadas “populares”.

Nesse sentido, ofícios militares eram perseguidos por quem pretendia mostrar a sua lealdade ao rei e por quem queria se mostrar um bom cristão. Em decorrência poderiam receber mercês em troca dos serviços prestados, já que não podemos negligenciar nunca que o Império luso era repleto de conquistas. Portanto, para entender essa *Monarquia Pluricontinental*, os ofícios militares têm importância ímpar. Ao analisar as ações dos militares e as suas relações com a Coroa, pode-se ver, de modo dinâmico, as *negociações* entre estes agentes; os *canais de comunicação* existentes que ligavam a América ao centro de decisões; o modo como participavam desse governo tão distante da Europa; a maneira como defendiam seus interesses; dentre outras coisas.

⁴³⁹ João Fragoso. “Introdução – Monarquia pluricontinental, repúblicas e dimensões do poder no Antigo Regime nos trópicos: séculos XVI-XVIII”. In João Fragoso e Antonio Carlos Jucá de Sampaio (orgs). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso.*, p. 14.

⁴⁴⁰ O catolicismo, como já vimos, propiciava ganhos de diversas naturezas as elites das diversas regiões das conquistas.

⁴⁴¹ João Fragoso. “Introdução – Monarquia pluricontinental, repúblicas e dimensões do poder no Antigo Regime nos trópicos: séculos XVI-XVIII”. In João Fragoso e Antonio Carlos Jucá de Sampaio (orgs). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso.*, p. 12.

Conclui-se que através das inovações trazidas pela “Nova História Militar”, sobretudo da premissa da aproximação das questões bélicas à sociedade mais ampla, pretendemos estudar a “Os Ofícios Superiores e Inferiores da Tropa Paga (ou de 1ª Linha) na capitania do Rio de Janeiro, 1640–1652: lógica social, circulação e a *governança* da terra”. Por meio dessa *conquista*, podemos ajudar a refinar ainda mais o conceito de *Monarquia Pluricontinental* e, por conseguinte, entender melhor o funcionamento do universo português, ou seja, a própria formação do Estado luso moderno. Por outro lado, nossa pesquisa também apontará caminhos para se discutir o grau de inserção de Portugal na chamada “Revolução Militar” do século XVII, fato que também está ligado àquele processo.

Capítulo 2. O papel das instituições governativas na manutenção da Tropa Paga da capitania do Rio de Janeiro (1640 – 1652)

Escrevendo no século XVIII, José Mirales afirmou que antes desse período é muito difícil reconstituir as forças militares que existiram na capitania do Rio de Janeiro antes dos *setecentos*. Na ocasião, o problema era a falta de dados. O autor, que escrevia de Lisboa, havia solicitado o envio de informações para lá, o que não foi feito.⁴⁴² Para nós, já no século XXI, do outro lado do *Mar Oceano*, o problema da ausência de informações se mantém por diversos motivos como, por exemplo, a não preservação documental.

O vazio permanece ainda hoje, já que desconhecemos algum trabalho historiográfico calcado na história social e na nova história militar que procure remontar aquele *corpus* militar para a referida Capitania, em especial a Tropa Paga. Assim, informações básicas são totalmente ignoradas.

Por isso, para que se possa observar qualquer aspecto ligado aos Ofícios Superiores e Inferiores da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro entre os anos de 1640 e 1652, em especial as lógicas sociais, a circulação destes agentes no universo luso e a relação destes com a *governança* da terra, objetivo principal desta pesquisa, temos que preencher parte deste vácuo.

Entretanto, não podemos esquecer que os *seiscentos* foram fundamentais para a história ocidental e especialmente para a lusa. No que diz respeito à primeira, temos a formação dos Estados Modernos e a Revolução Militar do século XVII, que contribuiu para aquele processo. Nesse ponto, portanto, o quadro desenhado por Tilly para explicar a formação e consolidação dos Estados Modernos é capital.⁴⁴³ Por outro lado, não se pode perder de vista que a Revolução Militar do século XVII trouxe uma nova maneira de guerrear ou de se preparar para a guerra, não só com avanços tecnológicos (armas e as táticas de guerra), mas também por meio de uma forma diferente de organizar e administrar o Estado Moderno; e que este fora o século das guerras, como destacou Parker, e vimos na introdução desta pesquisa.⁴⁴⁴

⁴⁴² José de Mirales. “História Militar do Brasil”.

⁴⁴³ Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*.

⁴⁴⁴ Geoffrey Parker. “O soldado”. In Rosário Villari (dir.). *O homem barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p. 37.

Para a história lusa, houve a Restauração de 1640 e a inauguração de uma nova dinastia que visava, entre outras coisas, resgatar a tradição e o *status quo* ameaçados por Castela. Ao fim e a cabo, os Braganças acabaram por controlar, por meio de monopólio, a classificação social, possibilitando ou não a ascensão social dos indivíduos. Movimento que, no topo da sociedade, ocorria com maior facilidade se os indivíduos tivessem participado nas batalhas da Restauração.

Além do mais, a Coroa tinha que se preocupar com suas áreas no ultramar, entre as quais o Rio de Janeiro. De modo que o diálogo e a negociação com as suas elites era fundamental, como observam os historiadores que defendem a ideia da chamada *Monarquia Pluricontinental*.⁴⁴⁵ Esses grupos produziam os recursos (humanos e financeiros) necessários para a montagem e manutenção da Tropa Paga na Capitania, obrigando a abertura de diálogo com as instituições governativas, nas quais se inclui a Coroa, o que impunha limites ao poder da Monarquia, os alçando à *governança* da terra. Corroborando as premissas apontadas por Tilly, já apresentadas.⁴⁴⁶

Dito isso, a manutenção da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro entre a Restauração lusa (1640) e sua reforma (1652) deve ser pensada nesses cenários. Assim, a ideia deste capítulo é entender como essa nova dinastia, inaugurada por D. João IV (1640-56), pensou, gerenciou e manteve aquele *corpus* militar, sobretudo no que toca a questão da reforma da Tropa Paga, entendida aqui como o movimento que reduziu de dez para seis o número de Companhias de Infantaria. Isso atendia uma solicitação local feita pelo Senado da Câmara para que os gastos com a manutenção fossem reduzidos e ajustados aos recursos ali arrecadados, sejam eles as contribuições extraordinárias ou as comunheiras. Mas, igualmente, como veremos, visava o seu enquadramento ao corpo legislativo que ordenava que cada companhia de infantaria não fosse formada por menos de cem soldados.

Mais pontualmente, dividimos o capítulo em dois tópicos que embora não tratem diretamente das diversas lógicas sociais, dos padrões de circulação e da participação na “governança” da terra empreendida pelos Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro são capitais para entendê-los.

No primeiro trataremos de questões jurídicas e historiográficas. Observaremos

⁴⁴⁵ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. *Governadores e capitães-mores*; João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa. “Monarquia Pluricontinental e repúblicas”, p. 49-63; João Fragoso e Antonio Carlos Jucá de Sampaio (orgs). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso*. Versão um pouco maior deste texto, posto que cita alguns exemplos de forma mais longa, pode ser vista em João Fragoso. *Modelos explicativos da chamada economia*.

⁴⁴⁶ Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*.

quais eram as funções militares dos Governadores-gerais e/ou Governadores das capitanias, que era o principal ofício castrense na América lusa. Daremos especial atenção às obrigações que o principal ofício militar na América lusa, o Governador-geral, possuía. Tais obrigações podem ser apreendidas com o estudo dos regimentos que a Coroa passava a estes agentes. De igual maneira, iremos olhar algumas normas que tocavam ao universo castrense, sobretudo o Regimento das Fronteiras (1645).

Estas questões se tornam capitais, uma vez que a historiografia tem destacado que estes Governadores-gerais serviam de canal de comunicação e de negociação do centro com a periferia. De modo que para entender como se dava a relação entre o Governador-geral/Governador da capitania com a Tropa Paga assim como a comunicação e negociação ocorriam é necessário saber em quais aspectos militares o Governador-geral podia atuar, pois seria a partir daí que negociaria ou não com as elites locais. A este canal de comunicação se juntaria outro de suma importância e que fora institucionalizado nos anos de 1640, o Conselho Ultramarino.⁴⁴⁷ Contudo, para entender como se dava este processo de comunicação e negociação é necessário ter em mente qual era o grau de autonomia que possuíam. E, por fim, finalizaremos o item mostrando muito brevemente como se estruturava a Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro.

No segundo item, nos aproximaremos, enfim, do particular: a capitania do Rio de Janeiro. Trabalharemos como se deu o diálogo entre as duas principais instituições governativas locais, o Governador e a Câmara, no que tange a manutenção da Tropa Paga da Capitania. Nele mostraremos a importância da autonomia que o primeiro tinha para negociar com a segunda. Abria-se, portanto um canal de comunicação e negociação entre ambas as instituições, no qual também participavam, embora com menos frequência, o Governo-geral, o Conselho Ultramarino e a própria Coroa. Contudo, devido à crise econômica que se abatera no universo luso ao longo da década de 1640, as instituições metropolitanas tinham remotas possibilidades de ajudar no processo. O que facilitou o protagonismo da Câmara do Rio de Janeiro. Este procedimento é vital para que possamos entender a relação dos Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga com a sociedade fluminense e com as diversas instituições governativas, reinóis ou americanas.

Dessa maneira, temos neste capítulo a hipótese de que o Governador-geral/Governador da capitania do Rio de Janeiro e o Conselho Ultramarino, após sua

⁴⁴⁷ Edval de Souza Barros. *Negócios de tanta importância*; Miguel Dantas da Cruz. *O Conselho Ultramarino* e; Marcello Loureiro. *Gestão no labirinto*.

criação no início da década de 1640, serviam de canal de comunicação entre as elites fluminenses e a Coroa. Nesse sentido, acompanharemos mais de perto o número de soldados que existiram na Tropa Paga entre a Restauração lusa (1640) e a reforma daquele *corpus* militar ocorrida em 1652. No mesmo capítulo iremos ver que aquelas instituições apenas corroboravam e faziam eco junto à Coroa a respeito das queixas que partiam da localidade por meio da Câmara. Será possível enxergar o papel central do Governador-geral nesta questão. Mas também a relevância da localidade na “gerência” das questões militares na capitania e conseqüentemente da sua participação em determinados *loci* na Tropa Paga, como veremos nos demais capítulos desse trabalho. Isso, mais uma vez, é fundamental para entender as distintas lógicas sociais e os padrões de circulação dos Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga no universo luso, assim como a participação desses agentes na *governança* da Capitania.

2.1. A atuação do Governador-geral e/ou do Governador da capitania do Rio de Janeiro na manutenção da Tropa Paga e sua estrutura.

Pedro Puntoni afirmou que pouco se sabe sobre os Governadores-gerais no Estado do Brasil.⁴⁴⁸ O tópico que começamos a desenvolver não tem a pretensão de preencher o grande vazio historiográfico a respeito desses agentes, os quais tinham funções que iam além das militares. Assim como, e em decorrência, não pretendemos apresentar e discutir de forma exaustiva a bibliografia a respeito do tema.

A ideia é apresentar de modo sucinto as funções militares dos Governadores-gerais e/ou Governadores das capitanias; fazer uma breve discussão acerca de sua autonomia e; rascunhar a estrutura da Tropa Paga no Rio de Janeiro.

2.1.1. As funções militares do Governador-geral e/ou Governadores da capitania nos seiscentos

Caio Prado Júnior apontou que a função do Governador-geral, entendido como uma instituição que perdurará durante todo o período colonial, tal como toda a estrutura administrativa da América lusa, era uma extensão do modelo metropolitano. Constituíam-se uma figura híbrida com a mesma prerrogativa do “Governador das Armas” no reino.

⁴⁴⁸ Pedro Puntoni. “Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII”. In: Maria Fernanda Bicalho, Vera Felini (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 157-178.

Muito embora suas funções, competências e jurisdições nunca tivessem sido claramente definidas. Apresentavam variações no tempo, no espaço e, igualmente, por conta do caráter pessoal de quem ocupava o ofício. Para além desse quesito, havia outra característica ímpar: que seria a falta de uma unidade administrativa para a colônia.⁴⁴⁹ Tanto suas responsabilidades como a de seus congêneres nas capitâneas, foram sumariamente apresentadas por aquele autor, da seguinte forma: “Na capitania, o chefe supremo é o governador (vice-rei, capitão general, capitão-mor governador simplesmente). A sua função, já o notei é essencialmente militar”.⁴⁵⁰ Em que pese o fato das prerrogativas do Governador-geral variar no tempo, na segunda metade do século XVII, ainda estavam atreladas ao Regimento que fora passado ao primeiro Governador-geral, Tomé de Sousa, em 1548.⁴⁵¹

Sua principal preocupação, como salientou Rodolfo Garcia, era povoar a terra e catequisar os gentios, que receberam atenção especial. Dever-se-ia buscar fazer alianças com os tupiniquins, visto que os tupinambás haviam se insurgido contra os lusos. Não seria permitido aos colonos fornecerem armas para índios, aliados ou não, “sob pena de morte, e perda de todos os bens”. Contudo, em termos de proteção, contra europeus, o assunto mais importante recaía sobre como proteger a costa.⁴⁵²

Para Puntoni, o Governador-geral no Estado do Brasil tinha grande importância na empresa colonial, posto que atuava na formulação de um consenso entre os diversos interesses existentes, fosse dos colonos, da Coroa, ou de outros atores. Todavia, ainda seria feito o estudo desta instituição, assim como os “dos ofícios, que gravitavam em torno desse sistema (...). Nesse sentido, a investigação deve se voltar para o estudo minucioso de cada um dos corpos desse sistema (...)”.⁴⁵³ Um destes corpos, acrescentaríamos, seriam os oficiais da Tropa Paga, o que estamos a estudar.

Mas, voltando à questão do Governador-geral, um dos poucos trabalhos a respeito é o de Wilmar Vianna Jr., que afirmou que esse agente era “o principal mandatário régio na América, conferindo-lhe o posto de maior autoridade militar do

⁴⁴⁹ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 309 e ss.

⁴⁵⁰ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 315.

⁴⁵¹ Segundo João Guedes o Regimento só deixaria de valer após o Regimento de 23 de Janeiro de 1677 passado ao Governador-geral Roque da Costa Barreto. Mas, que, no entanto, era bem parecido com o anterior. Cf. João Guedes. *História administrativa do Brasil – da Restauração a D. João V.* Funcep: Brasília, 1984, p. 38. Mas, a frente veremos que isso não foi bem assim.

⁴⁵² Rodolfo Garcia. *História política e administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956, p. 65.

⁴⁵³ Pedro Puntoni. “Bernardo Vieira Ravasco.”. Citação p. 163.

território americano (...)”⁴⁵⁴; ou nas palavras de Pedro Puntoni: “o governador[-geral] estaria na cabeça de um sistema jurídico-administrativo e militar, encarregado de sustentar a presença portuguesa na América”.⁴⁵⁵ Essa mesma ideia já aparecia em Caio Prado Júnior, como vimos.

Vianna Jr. destacou que o seu trabalho é um dos poucos que abordam o Governo-geral, embora seja um ofício importante, já que servia de intermediação entre os soberanos e os colonos.⁴⁵⁶ Entretanto, para entender esta mediação, é necessário compreender quais são suas competências em relação à administração do Estado do Brasil.⁴⁵⁷

Contudo, antes de observá-las, cabe salientar que os Governadores-gerais, que vieram para o Estado do Brasil no século XVII, possuíam status social inferior aos Vice-reis que se dirigiam para o Estado da Índia. Fato que se refletia também na remuneração destes ofícios, como mostrou Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro.⁴⁵⁸ Os mesmos autores destacaram também que esses agentes tinham competências militares comprovadas, em especial nas batalhas de Restauração portuguesa, mas nenhuma experiência no mundo ultramarino.⁴⁵⁹ Por sua vez, Francisco Cosentino destacou que os Governadores-gerais após a Restauração eram fidalgos hereditários, inseridos numa mentalidade política de Antigo Regime “imbuídos dos valores de seu tempo” e sabiam que a sua função na República era aconselhar e auxiliar militarmente o monarca.⁴⁶⁰

Vianna Jr., analisando o período de três Governadores-gerais (Antônio Teles da

⁴⁵⁴ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo: o governo-geral do Estado do Brasil entre a conservação da conquista e a manutenção do negócio (1642-1682)*. Rio de Janeiro: UERJ, tese de doutorado em história, 2011, p. 234.

⁴⁵⁵ Pedro Puntoni. “O governo-geral e o Estado do Brasil: poderes intermédios e administração (1549-1720)”. In Erik Myrup; Stuart Schwartz (Org.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru: Edusc, 2009, p. 41.

⁴⁵⁶ Embora o autor não mencione, havia outros canais de comunicação entre a Coroa e as localidades, como, por exemplo, o Senado da Câmara e a Tropa de Ordenanças, o que já há algum tempo é conhecido pela historiografia devido aos trabalhos de Charles Boxer. Característica essa que já vimos estava presente na “Monarquia Pluricontinental”.

⁴⁵⁷ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*.

⁴⁵⁸ Os estudos de Nuno Monteiro, Mafalda Soares da Cunha e Maria de Fátima Gouvêa procuram, no geral, perceber a origem social dos Governadores-gerais, a circulação que tiveram nos diversos espaços lusos. Mas, pouco ou quase nada falam a respeito de suas práticas cotidianas, ou seja, de sua atuação administrativa. O mesmo ocorrendo para o caso do Estado do Brasil no que diz respeito ao estudo das relações desses agentes com os capitães-mores ou governadores das capitanias.

⁴⁵⁹ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. “Governadores e capitães-mores”, p. 230, 255 e Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português. Reclutamiento y jerarquía social de los gobernantes (1580-1808)”. In Pedro Cardim y Joan-Lluís Palos (eds.). *El mundo de los Virreyes en las monarquias de España y Portugal*. Madrid: Iberoamericana, 2012, p. 255.

⁴⁶⁰ Francisco Cosentino. “Governadores gerais do Estado do Brasil pós Restauração”, p. 727.

Silva, 1642-47, Jerônimo de Ataíde, 1654-57, e Roque da Costa Barreto, 1677-82) e seus respectivos Regimentos, sublinhou que a Coroa, por meio destes instrumentos, que se tornavam capitais, tentou obter um maior controle da América.⁴⁶¹

Segundo o autor, a historiografia tem ressaltado que a autoridade do Governador-geral era restrita à capitania da Bahia devido às dimensões territoriais e o escasso meio material que dificultava a gerência desse agente sobre as demais capitanias.⁴⁶² Contudo, para se observar se as normas eram ou não cumpridas, sua análise irá se deter na interação que tinham com outros agentes sociais. O que queremos destacar é que esses documentos abordavam a defesa da América lusa, na qual todos os moradores deveriam participar independente de sua condição social. Na sua execução, por vezes, criava-se uma tensão entre o Governo-geral e outros atores, ocasionando uma brecha para a negociação ou a sua não execução.⁴⁶³

Foi possível ao autor perceber que os vassallos, por meio do Governador-geral, interagiam com o corpo administrativo da Coroa, conferindo assim legitimidade aos ocupantes.⁴⁶⁴ Até porque se, por um lado, havia uma noção de autoridade que partia do centro para o espaço ultramarino, por outro lado, resguardavam-se os privilégios típicos de uma sociedade corporativista. De tal modo que os diversos *corpus* da sociedade, e entre eles os das localidades, atuavam nessas regiões de forma a manterem seus direitos com base em leis e costumes locais, os quais a Coroa deveria respeitar. O que, por muitas vezes, acabava por gerar conflitos de jurisdição.

A criação do Governo-geral também era pedida pelos próprios donatários das capitanias que reclamavam, ainda no século XVI, a necessidade de “manter um estado de ordem e disciplina em terras americanas, (...) como também no sentido de combater as investidas de súditos de outras coroas europeias (...)”.⁴⁶⁵

O Governador-geral, portanto, tinha duas funções básicas: 1º) evitar os distúrbios internos; 2º) administrar o sistema defensivo da América lusa. O que significava defender o litoral de ataques de corsários, estabelecendo povoações e

⁴⁶¹ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*.

⁴⁶² Vera Acioli mostrou que conflitos de jurisdição entre André Vidal de Negreiros, um dos heróis da restauração pernambucana, quando governador de Pernambuco (1657-61) e Francisco Barreto de Menezes (1657-63), então Governador-geral do Estado do Brasil, quase acarretou uma guerra civil entre Pernambuco e Bahia. Segundo a autora, na segunda metade do século XVII os interesses da elite pernambucana conseguiram se sobrepor aos demais interesses. Cf. Vera Acioli. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial*. Recife: Edufpe/Edufal, 1997.

⁴⁶³ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 13-36.

⁴⁶⁴ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 48.

⁴⁶⁵ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 65.

fortalezas, que seriam fundamentais para a efetivação da presença lusa na região.⁴⁶⁶

Todavia, devemos sublinhar a afirmativa feita por Vianna Jr. de que o Governador-geral era “o detentor do principal posto militar na América”. De tal sorte, torna-se fundamental entender quais eram as funções que lhes eram delegadas pelos Regimentos que fixavam suas competências e sua práxis, o que evidenciam a atenção que a Coroa dava a estes personagens, que por sua vez não podia ser desvinculada do seu poder em relação ao ultramar.⁴⁶⁷

Entretanto, não eram simples reflexos dos desígnios da Coroa, já que “nunca ignoraram a dinâmica da realidade americana” e, portanto, refletiam também os interesses locais. Destarte, apesar de possuírem um núcleo comum eram circunstanciais já que eram atualizados de acordo com as necessidades. No caso específico dos Regimentos passados aos Governadores-gerais do Estado do Brasil havia duas características. A primeira dizia “respeito à jurisdição do cargo e aos poderes régios que eram delegados aos governadores, sendo o fundamento essencial da estrutura do Governo-geral”; a segunda abordava os assuntos que deveriam ser resolvidos naquele momento em que o Governador era nomeado. No que tange aos temas, Vianna Jr. destacou três áreas de atuação: justiça, milícia e fazenda.⁴⁶⁸ Em nosso trabalho, iremos abordar apenas a milícia, ou seja, as coisas diretamente ligadas à guerra.

De modo mais amplo, o Governador-geral era responsável pela coordenação do sistema defensivo de todo o Estado do Brasil, já que ele era também o Capitão-general. Por isso, deveria manter um canal aberto de comunicação com os demais Capitães e Governadores das capitanias e obrigá-los a terem “a mesma atenção e cuidado nas questões referentes a essa matéria”.⁴⁶⁹

Como vimos acima, os moradores participavam da defesa atuando nas Tropas das Ordenanças, que não recebiam soldo, como previa o seu Regimento (1570). Cabia ao Governador-geral controlar e vigiar essas tropas, ou seja, fiscalizar se possuíam armas e se participavam dos exercícios e das mostras, quando o mesmo também deveria estar presente.⁴⁷⁰

⁴⁶⁶ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 65.

⁴⁶⁷ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 70 e 20. Citação p. 70.

⁴⁶⁸ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 20, 75 e 76.

⁴⁶⁹ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 236 e; Francisco Cosentino. “Fidalgos portugueses no Governo Geral do Estado do Brasil, 1640-1702”. In *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa, 2011, p. 3-4.

⁴⁷⁰ “Capítulos 9 e 10 do Regimento das Ordenanças ou dos capitães-mores”. In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil.*, p. 160 e; Francisco Cosentino. *Governadores gerais do Estado do Brasil*, p. 291-292. No decorrer desse capítulo iremos mostrar como se organizavam

O pagamento da gente de guerra já era uma instrução passada desde o regimento de Gaspar de Souza (1612-17), segundo Cosentino.⁴⁷¹ Provavelmente não deveria ser respeitado. O tema voltaria de forma mais universal, porque válido para todos os espaços lusitanos com o Regimento das Fronteiras (1645). Em seu capítulo 34 e 73, o documento determinava que o pagamento da Tropa Paga se iniciasse pelos soldados, posto que se reconhecia que poderia haver falta de recursos. Nesse sentido, os Capitães de Infantaria teriam maior capacidade de não depender apenas dos soldos pagos pela Fazenda Real.⁴⁷²

Em termos econômicos ainda tinha que “averiguar se havia oficiais da Fazenda nas capitanias”. Já que este oficial era de suma importância para arrecadar o dinheiro na localidade que deveria ser usado na “administração da casa” cujo chefe era o próprio monarca. Parte destes recursos, provenientes do rendimento das dízimas, deveriam pagar os oficiais militares. Em casos em que esta arrecadação não fosse necessária o Governador-geral poderia tomar “emprestado a quem o pudesse, por meio de consignação, efetuando o pontual pagamento”.⁴⁷³

Os Regimentos dos Governadores-gerais determinavam que os mesmos deveriam passar em revista às tropas, verificando se estava tudo em ordem, se os alistados realmente existiam e se suas armas se encontravam prontas para serem utilizadas.⁴⁷⁴ Premissa que também estava presente no Regimento das Fronteiras em vários capítulos, desde o de número 29 ao 37.⁴⁷⁵

Ainda cabia ao Governador-geral fiscalizar quais eram as pessoas que estavam recebendo treinamento militar e aprendendo a manejar as armas. Deveria estar presente nos exames que escolhiam os bombardeiros. O Governador-geral possuía as famosas regalias, ou seja, a “delegação de poderes régios”, assim se constituía em um Oficial Superior, já que governava em nome do rei. Mas, entretanto, possuía uma qualidade inferior, já que ocupava o cargo temporariamente e porque seus atos precisavam de confirmação régia. Por conta disso, podia, entre outras coisas declarar guerra e fazer

os três *corpus* das forças militares no Estado do Brasil (tropa paga ou de 1ª Linha; auxiliares ou de 2ª Linha e; ordenanças ou 3ª Linha).

⁴⁷¹ Francisco Cosentino. *Governadores gerais do Estado do Brasil*, p. 291-292.

⁴⁷² “Capítulos 34 e 73 do Regimento das Fronteiras”. In: Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p. 639 e 650.

⁴⁷³ Francisco Cosentino. *Governadores gerais do Estado do Brasil*, p. 293, 293 e 296-7. Citações p. 293, 296 e 296-7.

⁴⁷⁴ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 103 e; Francisco Cosentino. *Governadores gerais do Estado do Brasil*, p. 291-292.

⁴⁷⁵ “Capítulos 29 ao 37 do Regimento das Fronteiras”. In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p. 638-40.

pazes. Igualmente poderia por meio do sistema de mercês, fazer nomeações, entretanto, seus atos, incluindo aquelas mercês, precisavam de confirmação régia.⁴⁷⁶ Cabia, portanto, ao Governador-geral as nomeações das serventias, ou seja, a escolha temporária de cargos da Justiça, Fazenda e Guerra que vagassem e que não houvessem sido nomeados pelo rei. Feita a provisão, deveria relatar ao rei “o mais brevemente possível, sobre o cargo que vagou e por qual motivo”, além de informar se o antigo proprietário deixava filhos e rendimentos.⁴⁷⁷

2.1.2. A autonomia dos Governadores-gerais e/ou Governadores da capitania

Apesar da existência dessas funções, atribuições, normas e etc., presentes nos regimentos, como destacou Prado Júnior, não estavam bem definidas e ordenadas hierarquicamente no caso da administração colonial. Ao mesmo tempo, as normas administrativas seriam marcadamente confusas, desconexas e regidas por “determinações particulares e casuísticas”, ao contrário das que existem hoje na administração moderna. De tal sorte que quando necessárias eram desobedecidas. Assim, como alertou o autor, é necessário procurar outras referências para entender o cotidiano administrativo na América.⁴⁷⁸

Por outro lado, há de se destacar que as condições particulares da colônia obrigavam a um ajuste dessa administração, que ocorreria não pelas normas legais, mas pelas circunstâncias. A administração, seguindo o modelo metropolitano, acabou por centralizar o poder nas capitais e sedes. As áreas mais afastadas ficavam desgovernadas, sem a presença de autoridades legais constituídas.⁴⁷⁹

Essa questão aponta para um segundo problema: a autonomia desses agentes frente a essas funções, atribuições, normas etc. De tal modo que agora temos que nos ater a discussão acerca de como o Governador-geral a exercia. Na verdade, estamos a falar da prática cotidiana de poder. Portanto, o que se apresenta é: por meio dos Regimentos, estava o Governador-geral completamente controlado pela Coroa ou possuía autonomia para exercer seu poder? Esta questão é fundamental para nossa pesquisa já que o Governador-geral e o próprio Governador deveriam ter papel capital

⁴⁷⁶ Francisco Cosentino. *Governadores Gerais do Estado do Brasil*, p. 69 e 78.

⁴⁷⁷ Pedro Puntoni. “O governo-geral e o Estado do Brasil”, p. 47.

⁴⁷⁸ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 309-10. Citação p. 3609.

⁴⁷⁹ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 310 e ss.

na defesa da capitania do Rio de Janeiro nos mais diversos aspectos.⁴⁸⁰

Como dito acima, poucos trabalhos existem a respeito desse agente. Logo, uma primeira aproximação se dá por meio de estudos que têm como foco principal a administração colonial como um todo. Nesse sentido, Caio Prado Júnior se mostrou ambíguo em relação ao tema. Para esse autor, os delegados régios não tinham nenhum grau de autonomia, seriam executores fiéis das normas e ordens passadas pelas instituições metropolitanas. Entretanto, no desenrolar de seu clássico texto *Formação do Brasil Contemporâneo*, igualmente afirmou que, pelo fato de os governadores serem representantes, encarnarem a figura do monarca e devido à imensa distância que estavam dos poderes centrais, sobrava “boa margem para a autonomia e mesmo o arbítrio dos governadores, se não do abuso”.⁴⁸¹

Já Raymundo Faoro mostrou um descompasso entre o que estava previsto na legislação e o cotidiano. Com a nomeação do primeiro Governo-geral, no século XVI, começava a tutela do “governo português” no processo de colonização. De modo que: “O povoamento e a colonização deveriam estar ao alcance dos instrumentos de controle e de repressão da metrópole, de seus navios e das suas forças obedientes na colônia”. Entretanto, essas “forças” não eram cegamente “obedientes”, visto que existiam grandes distâncias e precária comunicação. Uma contínua e drástica repressão era inviável e, por vezes, adotava-se a contemporização.⁴⁸² Mais recentemente, Hespanha afirmou que os atos do Governador-geral podiam não seguir as orientações régias, desde que essas fossem contrárias aos objetivos mais gerais passados pelo próprio monarca. Já para Puntoni, gozavam de autonomia devido às suas funções, em especial, as ligadas ao campo militar.⁴⁸³ Vianna Jr. também destacou a existência da autonomia. Embora houvesse as normas gerais, existia espaço para algo que não havia sido pensado. O Governador-geral tinha espaço de autonomia para adotar as políticas que achasse necessárias. No entanto, as decisões deveriam passar por um colegiado composto pelo Provedor-mor, Ouvidor-mor e pelos ministros do Tribunal da Relação.⁴⁸⁴

⁴⁸⁰ Há na historiografia um debate acerca da criação do Governo-geral, em 1549, que incide sobre a centralização política da América lusa. Para este debate ver. Pedro Puntoni. “O Governo-geral e o Estado do Brasil”, p. 39-73.

⁴⁸¹ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 315-16. Citação p. 318.

⁴⁸² Raymundo Faoro. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2010, V. 1, p. 159 e ss. Citação p. 164.

⁴⁸³ Antônio Manuel Hespanha. *Panorama da história institucional e jurídica de Macau*. Macau: [s.n.], 1995, p. 25-27. Apud Pedro Puntoni. “O Governo-geral e o Estado do Brasil”, p. 47.

⁴⁸⁴ Este último acrescentado pelo Regimento de 1677, Cf. “Regimento de Roque da Costa Barreto dos Governadores-gerais”. In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p. 735 e ss.

A questão da autonomia não apresenta consenso entre Cosentino e Vianna Jr. Para o primeiro, embora o Governador-geral pudesse tomar suas próprias decisões, após consultar aquele colegiado, isso não significa dizer que dispusesse de autonomia, já que existiria uma “corte” típica de um governo corporativista e jurisdicional, que de certa forma limitaria essas decisões unívocas. Para Vianna Jr. havia sim uma autonomia por parte do Governador-geral em casos não previstos pelos Regimentos, posto que a instituição possuía grande poder e pelo fato de que a própria Coroa reconhecia que em determinadas questões não se deveria ficar esperando uma resposta, que poderia durar meses ou até anos.⁴⁸⁵

Outra perspectiva foi apontada por Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro, que destacaram que a integração das elites coloniais com a monarquia poderia ser feita por meio dos ofícios militares, dentre os quais o Governador. Nesse sentido, mais diretamente voltando à questão que estamos a discutir, como situá-lo? “Como um instrumento de imposición central o como uno de los múltiples planos en los que se actualizaba la relación contractual entre el centro y las periferias coloniales?”. Em suas conclusões, os autores afirmaram que se pode dizer que havia um domínio do centro em relação à nomeação para os cargos políticos militares do universo luso. Houve um progressivo aumento da intervenção da Coroa e uma maior elitização dos Governadores, posto que os agentes que foram nomeados para os governos ultramarinos passaram a ter títulos cada vez mais importantes. Por outro lado, os grupos familiares tiveram cada vez menos participação sobre os territórios dos quais eram originários.⁴⁸⁶ Contudo, para o que nos interessa, devemos destacar que o estudo desses autores está preocupado com um movimento de caráter mais geral, ou melhor, com uma temporalidade (1640-1832) que ultrapassa o período no qual estudamos. Portanto, suas ações aqui devem ser relativizadas.

Em sua grande maioria, os Vice-reis, os Governadores-Gerais e os Governadores das principais capitanias, como, por exemplo, o do Rio de Janeiro, não estabeleciam vínculos regionais, posto que tinham em mente voltar para o reino. Mantinham-se acima dos interesses locais, constituindo-se como elementos imperiais. Tal fato afastou as

⁴⁸⁵ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 84-5.

⁴⁸⁶ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 249 e; 268 e ss. Citação p. 249.

elites locais dos governos de suas capitanias.⁴⁸⁷ A integração desse grupo se dava, mormente, por meio dos municípios; de outras instituições locais; na possibilidade de comunicação direta com a Coroa, via petição, muitas das vezes contra o próprio Governador. Fato que acabava motivando a Coroa a desautorizá-lo, o que mostra que não podem ser considerados como instrumento de centralização. Por outro lado, nos permite pensar que existia, portanto, um equilíbrio de poderes que se tutelavam e que só era possível devido à comunicação destas esferas de poder diretamente com o Centro (Coroa), gerando a integração dos diversos espaços lusos.⁴⁸⁸

Em suma, no que diz respeito à autonomia do Governador-geral frente a essas normas descritas acima, se descartamos a discussão acerca do motivador da colonização, ou seja, se ligada ao capitalismo comercial ou não, veremos que somente Prado Júnior e Faoro defendem a sua ausência, já que pontuam a existência de uma centralização nas mãos do Governador-geral. Assim, Prado Júnior falou em centralização do poder por meio de um modelo metropolitano imposto, onde o Governador-geral não tinha autonomia, mas devido à distância espacial acabava abusando por ser representante da Coroa. Já Faoro afirmou que havia a imposição de um regime político e administrativo metropolitano.

Por outro lado, para os outros autores apresentados haveria autonomia do Governador-geral. Todavia, seria obstaculizada por características particulares. Hespanha apontou que os limites eram os próprios interesses do rei, na medida em que as normas poderiam, em determinados contextos, feri-los. Para Vianna Jr. a autonomia aparecia em assuntos novos que ainda não haviam sido normatizados. Para Francisco Cosentino e Mafalda Soares e Nuno Monteiro outras instituições tutelavam a autonomia do Governador. Na verdade, ambos os autores estão a falar a mesma coisa. Para o primeiro, existia uma “corte” tipicamente corporativista e jurisdicional; para os outros dois, havia um canal de comunicação que passava pelas instituições locais que limitava o poder do Governador-geral. Ora, o que seriam essas instituições locais, se não fosse a expressão dessa pulverização de poderes de um estado corporativista e jurisdicional?

⁴⁸⁷ Quando olhamos o Rio de Janeiro no século XVII a questão não se apresenta, haja vista o poder dos Sás na capitania, como a historiografia tem enfatizado, sobretudo, Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*.

⁴⁸⁸ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 272-273.

2.1.3. A estrutura da Tropa Paga

Contudo, para colocar à prova a existência da autonomia, da comunicação e da negociação do Governador-geral e do Governador com as elites locais, no que diz respeito aos aspectos militares, sobretudo os ligados à Tropa Paga, é necessário, primeiramente, redesenhar sua estrutura, ou seja, conhecer quais eram os seus Ofícios Superiores e Inferiores. A partir daí será possível ver se as normas eram ou não respeitadas pelo Governador-Geral e/ou pelo Governador, especialmente as que tocavam a composição e a administração/manutenção da Tropa Paga, como vimos uma de suas principais funções.

Em decorrência, pode-se visualizar o grau de autonomia que possuíam. Desnecessário dizer que essa autonomia, ou melhor, a execução ou não das ordens reais, ou a proposição de ações pioneiras, muitas vezes passava pelos laços sociais que eram construídos entre o Governador-geral e/ou o Governador com as elites locais. Naturalmente, tais laços estavam envoltos em uma série de interesses, conflitantes ou não. Acreditamos que quanto maior o grau de autonomia do Governador-geral e/ou do Governador, mais eficaz era a negociação com as elites locais.

Para colocar em teste esta questão da autonomia, iremos trabalhar no próximo item deste capítulo com o aspecto mais importante do período, no que diz respeito à defesa da Capitania: a administração/manutenção da Tropa Paga. Assim, concentraremos nossa atenção no processo que culminaria com a reforma daquele *corpus* militar, ocorrida em 1652. O que nos permitirá compreender melhor não só a gerência do sistema militar, mas aperfeiçoar o entendimento acerca da dinâmica administrativa dessa *Monarquia Pluricontinental* - que sublinha a importância dos militares para a *governança* da terra -, e igualmente entender as distintas lógicas sociais e os diferentes padrões de circulação dos Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro, proposta central desta pesquisa.

Por outro lado, compreender o modo como foi administrada a questão militar também nos permite fornecer elementos para discutir o envolvimento dos portugueses na Revolução Militar do século XVII. Em especial, no que toca a emergência ou não de novos modelos administrativos e financeiros, os quais se encontram imbricados com a própria consolidação da nova dinastia.

Todavia, só é possível dar luz a essas questões se tivermos conhecimento de como se estruturavam as forças militares na capitania do Rio de Janeiro. Infelizmente,

faltam estudos específicos a respeito desta problemática para antes dos *Setecentos*. Para entendê-la é preciso ter em mente que era fruto da sociedade corporativa lusa,⁴⁸⁹ portanto, “distinto do sistema fundado na comunidade e no *vecindario*, herdeiro da Castilha do século XVI”.⁴⁹⁰ Foram criadas “(...) na década de 1640, com a institucionalização dos corpos auxiliares e com a formação do exército português”, com a finalidade de harmonizar os “(...) os diversos corpos militares [devido às] (...) necessidades materiais de Portugal, inicialmente na Península Ibérica e posteriormente na América Portuguesa”.⁴⁹¹ Três *corpus* militares compunham esse sistema, a saber: a) Tropa Regular (paga ou de 1ª Linha); b) Tropa de Auxiliares (milícias ou 2ª Linha); c) Tropa de Ordenanças (3ª Linha). Atuavam de forma autônoma e não homogênea, mas se entrelaçavam.⁴⁹²

Para Prado Júnior, um dos pioneiros a estabelecer uma ponte entre a sociedade e as forças militares, as “forças armadas” eram compostas pelas “tropas de linha, das milícias e dos corpos de ordenanças. A primeira representava a tropa regular e profissional, permanente sob as mesmas armas”.⁴⁹³ Seria composta por regimentos portugueses que teriam o mesmo nome de onde foram formados.⁴⁹⁴ Pessoas recrutadas na própria colônia completariam esses *corpus*. Poderiam ser arrolados apenas os brancos, mas haveria tolerância em razão da dificuldade de se levar a cabo essa determinação.⁴⁹⁵

Essa mesma estrutura, segundo Kalina Silva, apareceu em Pernambuco, nos séculos XVII-XVIII. A autora ao tratar da organização militar nas vilas do açúcar naquela capitania afirmou que a mesma era dividida em três *corpus*:

Tropa de linha, ou regular, que correspondia ao exército profissional e burocrático português; pelas milícias, as tropas auxiliares de reserva, gratuitas e de serviço voluntário; e pelas ordenanças, o agrupamento dos homens restantes em idade militar de cada freguesia.⁴⁹⁶

⁴⁸⁹ Francis Albert Cotta. *O sistema militar corporativo na América portuguesa*.

⁴⁹⁰ Carmen Bernand. “Prefácio”. In Francis Albert Cotta. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*, p.12. Grifo do autor.

⁴⁹¹ Francis Albert Cotta. *No rastro dos dragões*, p. 128-129. Grifo no original.

⁴⁹² Francis Albert Cotta. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*, p. 36 e 39. Grifos do autor.

⁴⁹³ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 318.

⁴⁹⁴ Para Graça Salgado as Tropas Regulares eram compostas por sua maioria de pessoas vindas de Portugal. Cf. Graça Salgado (coord.). *Fiscais e Meirinhos. A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 97.

⁴⁹⁵ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 318. No seu texto o autor acaba considerando a estrutura militar de meados do XVIII para todo o período colonial e para toda a América lusa.

⁴⁹⁶ Kalina Silva. *Nas solidões vastas e assustadoras*, p. 79.

As tropas de linha eram formadas por meio de conscrição de homens solteiros de baixo status social e eram repletas de indivíduos livres, especialmente jovens, ainda não casados, que não tinham nenhum laço de solidariedade forte estabelecido, assim como *vadios*.⁴⁹⁷ Ao contrário do que pontua Prado Jr. não teriam a obrigatoriedade de serem portugueses.⁴⁹⁸

Para Cotta, as tropas regulares eram compostas por reinóis. Além do soldo, que constantemente atrasava, também eram providos de “fardamento, armamento, farinha, azeite, capim, cavalos e assistência médico-hospitalar”. Não poderiam ter outro tipo de atividade além da militar, estavam sujeitos aos “regulamentos disciplinares e possuíam foro específico”.⁴⁹⁹

A nova conjuntura, inaugurada com as batalhas das Guerras de Restauração entre Portugal e Castela, colocou a necessidade premente de uma conscrição, que acabou por se mostrar violenta e que fora intensificada devido ao grande número de deserções dos soldados lusos. Grande parte destes homens fora enviada para as fronteiras, onde conviviam com atraso no pagamento e ausência de todo o tipo de equipamentos (fardas, calçados, armas e alimentos). A população, que estava acostumada a prestar serviços militares só em caso de invasão estrangeira e por períodos curtos, teve que participar de uma guerra ativa durante muitos anos, já que os conflitos iniciados em 1640 só terminaram em 1668.⁵⁰⁰ Portanto, passou a ser urgente uma reformulação na estrutura castrense de Portugal, já que a ruptura política proveniente da Restauração tornou “necessário criar estruturas permanentes capazes de gerir as situações de guerra e de a realizar”.⁵⁰¹

Pensando nisso se criou, em 1642, o corpo dos auxiliares ou milícias, mas que só foi regulamentado com o Regimento das Fronteiras (1645).⁵⁰² Embora pensado para o contexto da guerra contra Castela, o documento acabou por se tornar válido para a América lusa. Um dos seus objetivos era regulamentar as tropas e fazer com que a Coroa tivesse maior controle sobre seus gastos. Fora criado o cargo de Vedor-geral do

⁴⁹⁷ Kalina Silva. *Nas solidões vastas e assustadoras*. p. 80. Grifo no original.

⁴⁹⁸ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 318.

⁴⁹⁹ Francis Albert Cotta. *No rastro dos dragões*, p. 115 e; Francis Albert Cotta. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*, p. 41. Apesar da importância das outras duas Tropas, Auxiliares e Ordenanças, tomamos a liberdade de não abordá-las aqui, por conta do espaço, já que o nosso foco é a Tropa Paga. Para maiores detalhes consultar as obras dos autores citados.

⁵⁰⁰ José Gomes. *As milícias d'el rei*, p. 56 e ss.

⁵⁰¹ António Gouveia e Nuno Monteiro. “A Milícia”. In José Mattoso. *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, p. 199.

⁵⁰² José Gomes. *As milícias d'el rei*, p. 56 e ss.

Exército com o objetivo de inspecionar “as tropas de infantaria e montadas e fazer-lhes auditoria, assim como justificar e acompanhar os gastos e o pagamento dos soldos”.⁵⁰³ Essas normas, segundo Adler Castro, visavam dar à Coroa um maior controle sobre sua força militar.⁵⁰⁴ Em decorrência, servia para, entre outras coisas, regular “o sistema de promoções, baixas, pagamentos de soldo, suprimentos e contabilidade geral das tropas”.⁵⁰⁵

Nesse sentido, Portugal seguia a tendência europeia apontada por Tilly. Para esse autor, desde o século XVI os gastos com a guerra cresciam assustadoramente, o que levou os Estados europeus a se preocuparem cada vez mais com os seus orçamentos, normalizando-os e ampliando-os. No século seguinte, diversas instituições estatais foram criadas para que o Estado se preparasse de forma mais eficaz para a guerra, como por exemplo, “tribunais, tesouros, sistemas de tributação, administrações regionais, assembleias públicas, e muitos outros”. Portanto, houve uma expansão da estrutura de governo.⁵⁰⁶ Seria somente na segunda metade do século que as contribuições extraordinárias e voluntárias deixaram de ser a principal fonte de financiamento dos exércitos, quando as cobranças começaram a se tornar regulamentadas e normalizadas.⁵⁰⁷ Os custos da guerra para todos os Estados europeus ao longo do século XVII eram enormes. Na Inglaterra, Cromwell, na década de 1650, gastou 90% dos seus recursos em batalhas e conflitos; Luís XIV, na França, nos anos de 1690, utilizou 75%.⁵⁰⁸ De modo que não se podia fazer guerra ou se preparar para ela sem “a aquiescência da quase totalidade de seus súditos, e da ativa cooperação pelo menos de uns poucos e decisivos”.⁵⁰⁹

No caso da América lusa, o Regimento das Fronteiras (1645), segundo José Mirales, passou a vigorar no governo-geral de Castelo Melhor (1650-54), quando se iniciou a regulamentação do pagamento das Tropas Pagas. Graça Salgado foi mais precisa e apontou que o mesmo começou a valer em 1653. Naquela oportunidade, o pagamento das tropas teria sido resolvido.⁵¹⁰ O que sabemos que não ocorrerá, como

⁵⁰³ Pedro Puntoni. “A arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)”. In Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 55.

⁵⁰⁴ Adler Castro. *Guerra e sociedade no Brasil colonial: a influência da guerra na organização social, 1500-1665*. Dissertação de mestrado em História (UFF), 1995, p. 186-7.

⁵⁰⁵ Graça Salgado. *Fiscais e Meirinho*, p. 102.

⁵⁰⁶ Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*, p. 131. Citações p. 132.

⁵⁰⁷ Geoffrey Parker. “O soldado”, p. 47.

⁵⁰⁸ Geoffrey Parker. “O soldado”, p. 37-57.

⁵⁰⁹ Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*, p. 131. Citações p. 132.

⁵¹⁰ Graça Salgado. *Fiscais e Meirinhos*, p. 103.

veremos em alguns casos.⁵¹¹

Esses três *corpus* militares eram formados por terços. Para Mirales, o *terço* seria a terça parte do Regimento alemão, que era composto por três mil homens. Portanto, sendo formado por mil soldados. Os lusos teriam sido os últimos europeus a introduzirem o terço na infantaria. Mas, no geral, os terços lusos também não alcançavam esse quantitativo, como ocorria com as outras nações europeias. O problema era que Portugal estava envolvido em muitos conflitos e faltavam combatentes.⁵¹² Mas, esse também não era um problema exclusivo de Portugal, como mostrou Parker.⁵¹³

É consenso que depois da Restauração lusa (1640) e da expulsão dos batavos da América portuguesa (1654) houve uma reformulação na estrutura militar do Estado do Brasil. Segundo Adler Castro, nesse contexto, em razão da falência do modelo anterior assentado nas ordenanças, a Coroa mandou cada vez mais soldados da Tropa Paga para a América.⁵¹⁴

Para Mirales, quando Castelo Melhor, em 1650, chegou à Bahia com ordens de implementar o Regimento das Fronteiras encontrou três terços e, tentando reformá-los, determinou que houvesse apenas dois. Do mesmo modo, as Companhias de Infantaria que compunham esses terços não teriam menos de cem homens e cada Capitão não poderia ocupar outro ofício com soldo para além desse castrense. Assim, o militar deveria optar por um dos soldos, já que não poderia deixar um deles. Premissas que, igualmente, constavam no Regimento das Fronteiras.⁵¹⁵

Cada um dos dois terços passou a ter doze Companhias de Infantaria com número igual de soldados em cada uma. As Companhias de Infantaria que não tivessem cem soldados seriam extintas. Nesses dois terços, para além do Mestre-de-campo, existiam igualmente, em ordem hierárquica: o Sargento-mor, dois Ajudantes, o Capelão-mor, o Furriel e Capitães de Infantaria. A reforma de Castelo Melhor também

⁵¹¹ Ao analisar o ofício de Sargento-mor do Rio de Janeiro no final da década de 1640 já era certo que o Regimento das Fronteiras fora implementado naquela capitania, embora não consigamos estipular a data.

⁵¹² José de Mirales. “História Militar do Brasil”, p. 31.

⁵¹³ Geoffrey Parker. “O soldado”.

⁵¹⁴ Celso Castro. *Guerra e sociedade no Brasil colonial*, p. 186-7.

⁵¹⁵ Segundo o Regimento das Fronteiras a companhia poderia ter no mínimo 80 soldados. Cf. “Regimento das Fronteiras”. In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p. 636. Assim, o mestre-de-campo Teodózio Hostraten, comandante do terço de napolitanos na Bahia, foi reformado. Seus soldados, então, foram divididos entre os outros dois terços, o do mestre-de-campo João de Araújo (Terço Velho) e do mestre-de-campo Nicolau de Aranha Pacheco (Terço Novo). Mas, no que pese que a ordem tenha sido dada por Castelo Melhor em 1650 ela só foi cumprida em 1652. Cf. José de Mirales. “História Militar do Brasil”, p. 31-3.

tocou a artilharia.⁵¹⁶

Há outros modelos propostos pela historiografia para a América seiscentista.⁵¹⁷ Contudo, no geral, o modelo de organização militar era adaptado não só para cada capitania e em cada espaço da monarquia lusa, mas também de acordo com os seus usos e necessidades. Para destruir quilombos na América, por exemplo, era usual o combate ser empreendido pelos Regimentos dos “Henriques”, composto por negros e/ou mulatos, ou pelos Regimentos de índios.⁵¹⁸ Torna-se desnecessário dizer que a organização das tropas variou ao longo do século XVII, devido às diversas conjunturas que se apresentaram na capitania do Rio de Janeiro. Assim, se não é possível fazer uma generalização das estruturas militares no que diz respeito à organização das tropas, em suas estruturas internas e ao seu funcionamento,⁵¹⁹ entretanto, como ponto de partida, podemos e devemos pegar esses modelos como referência, para que se possa ver como o Governador-geral e/ou o Governador a mantiveram, o que faremos no próximo item.

2.2. O protagonismo da Câmara do Rio de Janeiro na manutenção da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro (1640-1652)

Depois de discutido brevemente quais eram as funções militares dos Governadores-gerais e/ou Governador da capitania, como a historiografia trata a questão da autonomia destes agentes e a estrutura do modelo castrense na América lusa, analisaremos mais de perto o caso do Rio de Janeiro, sobretudo a manutenção da Tropa Paga e o processo que levaria a sua reforma (1652). No que diz respeito à conservação daquele *corpus* militar, poderemos observar que aqueles dois personagens possuíam autonomia frente às instituições governativas metropolitanas (Coroa e Conselho Ultramarino). Governador-geral e Governador do Rio de Janeiro, portanto, tinham possibilidades de negociar com a Câmara do Rio de Janeiro transferindo para a mesma algumas de suas funções militares, em especial, a manutenção da Tropa Paga. Fato que conferia àquela instituição protagonismo no assunto. Porém, para que isso ocorresse era

⁵¹⁶ José de Mirales. “História Militar do Brasil”, p. 31-3.

⁵¹⁷ Vide Tabela 1.

⁵¹⁸ “Apêndice B. Uma nota acerca da organização militar portuguesa e brasileira”. In Alcir Pécora e Stuart Schwartz. *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 317-320. Em Angola, por exemplo, Cotta vai sublinhar a existência de quatro *corpus* militares, a saber: “a tropa de 1ª linha, de 2ª linha, Ordenanças e os *Empacasseiros* ou *Gente de Guerra Preta*, (...) constituída por escravos de confiança [, que] formavam os *Kilombos Jagas* (acampamentos militares ou arraiais)”. Cf. Francis Albert Cotta. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*, p. 18. Grifado no original.

⁵¹⁹ Francis Albert Cotta. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*, p. 53.

necessária a existência de um canal de comunicação e negociação entre todas as instituições governativas, sejam as reinóis ou americanas. Para melhor entender este movimento é necessário visualizar uma série de elementos que estavam intimamente ligados e que, naturalmente, influenciaram na manutenção da Tropa Paga, a saber: a) a maneira pela qual a sua estrutura foi montada; b) como os soldados chegavam à Capitania, no geral, através de “socorros” e; c) a arrecadação dos recursos financeiros necessários a sua manutenção.

2.2.1. A autonomia da Câmara do Rio de Janeiro na cobrança, administração e uso dos recursos para a manutenção da Tropa Paga na Capitania (1639/40-1644).

Como vimos na introdução do trabalho, após a Aclamação de D. João IV, a economia fluminense entrou em crise, entre outras coisas por conta da tentativa do Governador Salvador Benevides (1637-43) de colocar em prática a Bula papal de 1639. Essa tentativa gerou uma série de protestos contra aquele que para se proteger dispôs a “guarda de 500 soldados no terreiro, à porta do Colégio”.⁵²⁰

Contudo, há informações diferentes para o mesmo ano, que foram passadas pelo mesmo Governador da Capitania. Este havia sido informado, em março de 1641, que o trono luso havia sido restaurado por D. João IV. Segundo Boxer, Benevides teve uma breve indecisão a respeito de seu posicionamento em relação ao episódio. De modo que teria esperado a reação dos demais para ver como procederia. Segundo o autor, o Governador-geral “Antônio Teles da Silva tinha fundos receios a respeito da lealdade de Salvador [Benevides], desconfiando de suas ligações com a Espanha”.⁵²¹

Como afirmou Balthazar da Silva Lisboa, escrevendo no século XIX, já em 1639, Benevides não era muito bem visto pelo Governador-geral, que motivado por possíveis faltas que aquele cometera havia mandando proceder a uma série de investigações a respeito de algumas de suas ações. Lisboa destacou algumas orientações que foram passadas por Teles da Silva ao Provedor-mor que diziam respeito a estrutura da Tropa Paga e ao pagamento dos soldos dos militares que a compunham.⁵²²

Tal procedimento deve ter levado o Governador a produzir a “Informação do

⁵²⁰ Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, vol. 2, p. 182. Citação; “Carta do Padre de Moura ao P. Geral. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1640”. In Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. VI, p. 36-37.

⁵²¹ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 159-165. Citação p. 159.

⁵²² Balthazar da Silva Lisboa. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e C., Tomo 2, 1835, p. 54-57.

Governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides, relativa aos rendimentos e despesas da Praça do Rio de Janeiro”, passada ao Conselho Ultramarino, em 1641, mas que fazia referência ao ano anterior, na qual sublinhava que a Fazenda Real tem sustentado quatrocentos e sessenta e oito soldados. Esses, juntamente com outros ofícios militares, têm “gasto todos os anos nesta dita cidade com ordenados [do] presídio e fortalezas dela e ordinárias 21:328\$840 rs.”.⁵²³ Basicamente, todo o montante era destinado aos postos castrenses, o que totalizava 19:212\$200 rs., ou seja, aproximadamente 90%.⁵²⁴

Outra questão política que afligia a Capitania era o fato dos holandeses terem tomado Angola (1641), já que se acreditava que intentariam contra o Estado do Brasil, novamente. O fato motivou o governador Salvador Benevides a escrever para a Câmara no dia quinze de novembro “para se tratar da fortificação desta praça e sustento deste presídio”, uma vez que alguns moradores terem ido a Câmara para “levantar o subsídio que nos vinhos se tinha posto” e que por isso não havia como pagar a infantaria.⁵²⁵ O que o levava a pedir uma providência aos oficiais da Câmara e que continuassem acudindo para a defesa da cidade como faziam “em outros tempos”, já que se sabia da impossibilidade de “sermos socorridos de fora”.⁵²⁶ No dia seguinte, os oficiais da Câmara responderam que poucos meses atrás haviam gasto 12 mil Cruzados (4:800\$000 rs.) para erguer uma muralha no alto da cidade. Contudo, algumas outras medidas ainda eram necessárias para melhorar a defesa da Capitania, já que os moradores estavam exaustos das contribuições e não tinham como pagar aos trezentos soldados, aos oito Capitães de Infantaria com seus respectivos Alferes e Sargentos. Assim, pediam ao rei que ordenasse “**que a companhia que não tiver 100 soldados (se) reforme que se reforme (sic)** cinco dos ditos capitães seus (alferes) sargentos e mais oficiais e que fiquem os três com (os tre)zentos soldados (...)”. Igualmente, também solicitavam que

⁵²³ AHU, RJ, CA, D. 204, Rio de Janeiro, 28/3/1641. Algumas somas apresentam cálculos errados. Optamos por deixar o valor apresentado no documento.

⁵²⁴ Vide Tabela 2 e Organograma 1.

⁵²⁵ Segundo Vivaldo Coaracy. O “subsídio grande dos vinhos” fora criado para obter recursos para serem utilizados no pagamento dos soldos da infantaria e despesas com a fortificação do presídio. Era um imposto de “importação recaindo sobre os vinhos que entrassem na cidade, à razão de 5\$600 por pipa de vinho proveniente da Ilha da Madeira e 2\$800 sobre as vindas de Portugal”, Cf. Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 110 e; Ângelo Carrara. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2009, p. 69.

⁵²⁶ Prefeitura Municipal do Distrito Federal (PMDF). *O Rio de Janeiro no século XVII – acordãos e Vereanças do Senado da Camara, copiados do livro original existente no Archivo do Distrito Federal, e relativos aos annos de 1.635 até 1.650. mandados publicar pelo Sr. Presidente Dr. Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1935, p. 52 e AHU, RJ, CA, D. 6086, Rio de Janeiro, 15/11/1641.

“não pague ao capitão e mais oficiais da ilha das Cobras [forte de Santa Margarida]”.⁵²⁷

Deste documento se reconhece a impossibilidade financeira de sustentar a Tropa Paga que, diga-se de passagem, parece ter sido reduzida de quinhentos e cinquenta, ao final do período dos Habsburgo, para trezentos em 1641.⁵²⁸ Contudo, o mais importante é que a própria localidade pedia que se fizesse a reforma na Tropa Paga e mencionava à existência de uma regra que seria confirmada no Regimento das Fronteiras (1645) de que as Companhias de Infantaria deveriam ter cem soldados. Mas, igualmente, mantinha o subsídio suspenso porque os oficiais da Fazenda não eram claros a respeito dos gastos que se faziam e que o dinheiro era desencaminhado para a Bahia.⁵²⁹

Um ano depois, em novembro de 1642, ficamos sabendo por meio da carta escrita pelo provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Domingos Correa, que o número de soldados era excessivo e que a Tropa Paga continuava sem reforma, com suas sete Companhias de Infantaria, além da que Benevides havia criado sem a autorização real e que também recebia soldo. Totalizavam duzentos soldados. Em razão deste baixíssimo número era necessário que se mandasse “reformular as tais Companhias e resumi-las a quatro e cinco ou as que forem necessárias”, gerando uma economia de “seis a sete mil Cruzados [2:400\$000 a 2:800\$000 rs.]”, por ano, quantia que poderia ser utilizada para outras coisas “mui necessárias”.⁵³⁰

O documento ainda informava que além dessas Companhias também existiam Tropas Pagas em três fortalezas nas quais venciam soldos para seus Capitães: a primeira, a de Santa Cruz, que consumia 80\$000 rs.; a segunda, a de São João, que graças a Benevides pagava 40\$000 rs.; a terceira, a Santa Margarida, na Ilha das Cobras, a mais problemática, já que foi erguida sem a menor necessidade e sem a autorização da Coroa, pelo seu inimigo, cujo ordenado havia sido instituído em 200\$000 rs. para um parente de Benevides.⁵³¹

Todavia, a denúncia não era apenas de gastos desnecessários feitos pelo Governador, devido a criação de novos ofícios e salários sem autorização real. Mas que este tomava para si os recursos financeiros da Capitania. Desta feita, afirmou que Benevides sempre pegava “todo o dinheiro que via no almoxarifado”, obrigando os

⁵²⁷ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 49 e ss. Citação p. 52 e 53. Grifou-se.

⁵²⁸ *CARTAS DO CONDE DA TORRE*, Vol. II, p. 322-3 e PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 53.

⁵²⁹ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 53.

⁵³⁰ AHU, RJ, AVULSOS, D. 106, Lisboa, 29/11/1642. Voltaremos a falar do Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro Domingos Correa, em especial, do conflito que tinha com Benevides, no capítulo quatro, quando analisarmos os Ofícios Inferiores da Tropa Paga.

⁵³¹ AHU, RJ, AVULSOS, D. 106, Lisboa, 29/11/1642.

“almoxarifes a que lhe dessem, e (...) [os] dízimos que ele pagaria aos soldados e se ficou com os ditos 14 mil Cruzados [5:600\$400 rs.] sem dar aos soldados nada”.⁵³²

Não devemos pensar que o provedor, Domingos Correa, não fosse a pessoa certa para fazer estas críticas a Benevides, já que os soldos indicados por ele não estavam corretos. Mas, como Barros destacou, “a malversação dos recursos destinados à defesa interessava igualmente a membros da elite local, tornando bastante opaca a relação entre encargos militares, pressão fiscal e as queixas das câmaras”.⁵³³ Portanto, o Provedor Domingos Correa e o Governador Benevides mediam forças para ver quem se apropriava de uma parcela maior da riqueza que era redistribuída.

Como Benevides informava, em 1640, os soldos do Capitão da Fortaleza de Santa Cruz não eram mais de 80\$000 rs., como em 1625, mas sim de 144\$000 rs.; já o da fortaleza de São João desde 1625 já era de 40\$000 rs., contudo não havia sido Benevides que o tinha instituído, como o Provedor o acusava. Enquanto o de Capitão da Infantaria e o do Capitão da Ilha das Cobras (Forte Santa Margarida) não era de 200\$000 rs. e sim de 144\$000 rs.⁵³⁴

Assim, algumas questões ficam abertas. O Provedor realmente não conhecia os soldos? Estava querendo denegrir a imagem de Benevides perante a Coroa, mostrando que este teria aumentado os gastos com a manutenção da Tropa Paga, alguns, inclusive, sem autorização da Coroa? O que sabemos é que a rixa entre os dois era notória e iria se estender para outros embates, como veremos no capítulo quatro.

No dia 2 de junho de 1643, Benevides passava o governo a Luís Barbalho Bezerra.⁵³⁵ Demorou cerca de um mês para o novo Governador conhecer como estava organizada a defesa da Capitania e como queria geri-la. No dia 5 de julho, ele apresentou uma carta à Câmara do Rio de Janeiro. Nela dizia que deveriam ser mantidos os “272 soldados que assistem neste presidio” e que “há quase 9 meses lhe[s] falta o socorro ordinário”. O aumento do contingente que havia sido pedido por Benevides de seiscentos soldados “de presente não é possível”, todavia, deveria haver um esforço para efetivar aquele número, de modo a gerar um assento e garantir o pagamento de seus soldos. Como por exemplo, os soldados arregimentados entre os naturais (gentios), entre reinóis, que se encontravam no recôncavo da Guanabara e dos que viessem da

⁵³² AHU, RJ, AVULSOS, D. 106, Lisboa, 29/11/1642. O valor era imenso, como vimos a Câmara afirmara no ano anterior que havia gasto com a construção de uma muralha no alto da cidade a quantia de 12 mil Cruzados.

⁵³³ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 289. Citação p. 289.

⁵³⁴ AHU, RJ, CA, D. 204, Rio de Janeiro, 28/3/1641.

⁵³⁵ Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 117.

Europa. Novas contribuições deveriam ser evitadas, sendo as ordinárias depositadas “na caixa desta nobre Câmara com proibição que se não gaste em outra coisa alguma”.⁵³⁶

A Câmara ficaria responsável por administrar os recursos para o pagamento dos soldados e não o Provedor da Fazenda Real. O que se deve sublinhar é que o Governador não abordava o tema da reforma dos Capitães de Infantaria; ao contrário, preferia “encher” as Companhias de Infantaria com soldados. Deve-se notar, igualmente, o fato dele reconhecer que o dinheiro deveria ser gerido pela localidade, por meio de sua Câmara, que por sua vez escolheria a maneira e o modo mais suave para conseguir recursos para sustentar não apenas os duzentos e setenta soldados, mas os seiscentos - que seriam o número ideal.⁵³⁷ A instituição concordou com a proposta e “(...) que convinha ao serviço de Sua Majestade que se fortifique esta cidade e sustente o presídio de 600 soldados que Sua Majestade ordena haja nesta praça”.⁵³⁸

Não sabemos por que a Câmara também não voltou a mencionar a reforma da Tropa Paga e acabou apoiando o pedido de aumento do contingente. Neste mesmo dia, aceitou que para prover aqueles “600 soldados que Sua Majestade ordena haja nessa praça e que visto que da Fazenda Real não há efeitos bastantes que se bote o que importar que for de mais a mais pelos vinhos (...)” pelo tempo “de um ano continuou somente se tanto durar a ocasião e não por mais e acabado o dito tempo durando ainda nesta necessidade se poderá tornar a por o mesmo subsídio (...)”.⁵³⁹ Talvez, a resposta possa ser buscada no fato de que com essa contribuição a instituição se mostrava alinhada à Coroa.

Em fevereiro de 1644, o medo aumentava, posto que, em Lisboa, havia notícias no Conselho Ultramarino de que os holandeses preparavam o envio de seis mil homens para as Índias, e temia-se que, na verdade, fossem para o Estado do Brasil. Para evitar um desastre, aquela instituição recomendava que a frota de Salvador Benevides partisse

⁵³⁶ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Arquivo (Arq.) 1.2.12 – Rio de Janeiro – Carta em que o governador propôs a câmara devam continuar em concorrer para a defesa da terra e fortificações e resolução da câmara para se continuar o tributo nos vinhos, p. 32; AHU, RJ, CA, D. 6088 e 6089, Rio de Janeiro, 5/7/1643 e; Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 119.

⁵³⁷ IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Carta em que o governador propôs a câmara devam continuar em concorrer para a defesa da terra e fortificações e resolução da câmara para se continuar o tributo nos vinhos, p. 32; AHU, RJ, CA, D. 6088 e 6089, Rio de Janeiro, 5/7/1643 e; Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 119.

⁵³⁸ IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Carta em que o Governador propôs a câmara devam continuar em concorrer para a defesa da terra e fortificações e resolução da câmara para se continuar o tributo nos vinhos, p. 32; AHU, RJ, CA, D. 6088 e 6089, Rio de Janeiro, 5/7/1643 e; Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 119.

⁵³⁹ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 68 e ss. Citação p. 70.

imediatamente de Portugal para a América e de lá para Angola.⁵⁴⁰

Neste meio tempo falecera o governador Luís Barbalho Bezerra em abril. Assumindo temporariamente o Governo da Capitania Duarte Correa Vasqueanes, nomeado pela Câmara do Rio de Janeiro.⁵⁴¹ Este fora o responsável por avisar ao Rei do ocorrido e de como estava o aparato defensivo da Capitania. Nas fortalezas, tudo estava em falta: não havia armas para os soldados, nem a balas ou pólvora para os canhões. Na infantaria, havia quatrocentos soldados distribuídos nas “seis [companhias], sendo necessários ao menos dez”, embora “o Governador Geral, Antônio Telles da Silva, tenha ordenado a Luiz Barbalho que acrescentasse as ditas Companhias o maior número de gente”. O cumprimento da ordem, porém, era impossível devido à falta de recursos. A solução seria a Coroa mandar “vir desse reino (...) alguma consignação certa de que se sustente a que vier (...) porque as rendas que Vossa Majestade têm nesta praça estão tão atrasadas”, ainda mais porque também se pedia para “não continuarem o subsídio dos vinhos”, como era de conhecimento do Governador-geral. Caso a contribuição fosse extinta, já que fora acordado apenas para um ano, ficaria todo “o presídio sem nenhum sustento e não será possível conservar-se a Infantaria e continuar as Fortificações desta praça” porque os fluminenses se recusariam a pagar qualquer tributo.⁵⁴² Desta feita, uma das saídas pedidas pelo Governador era que os gastos com a defesa passassem a ser cobertos pelo envio de dinheiro de Portugal.

Contudo, o clima em Lisboa era de cautela, não apenas devido ao falecimento do Governador, mas por conta da crise que a nomeação de Francisco de Soutomaior, seu substituto, acarretara. Assim, o Conselho Ultramarino recomendava, pela primeira vez, que as Tropas Pagas naquele presídio fossem reformadas, posto que entre os trezentos soldados havia uma “quantidade de capitães e oficiais de primeiras planas desnecessários com que se faz grande despesa na Fazenda Real”. Em cada Companhia de Infantaria deveria haver “cem homens cada uma e que os capitães que ficarem com elas sejam os mais antigos deste presídio”.⁵⁴³

Mais uma vez cabe ressaltar que o primeiro pedido de reforma, feito em 1641, antes mesmo da institucionalização do Regimento das Fronteiras (1645), partiu da Câmara e solicitava que cada Companhia de Infantaria tivesse cem soldados, sendo as demais reformadas. De modo que, somente três anos depois, o Conselho Ultramarino

⁵⁴⁰ AHU, RJ, CA, D. 309-310, Lisboa, 6/2/1644 e 17/7/1644.

⁵⁴¹ Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 119.

⁵⁴² AHU, RJ, AVULSOS, D. 121, Rio de Janeiro, 20/5/1644.

⁵⁴³ AHU, RJ, AVULSOS, D. 320, Lisboa, 21/6/1644.

falou em reforma da Tropa Paga. Em um momento extremamente delicado, como veremos no capítulo quatro, que era a montagem da primeira expedição que partiu do Rio de Janeiro para a tentativa de restaurar Angola, liderada por Francisco de Soutomaior, em 1645.

Todavia, o próprio Conselho Ultramarino se mostrou relutante ao analisar aquela carta do Governador interino, Duarte Correa Vasqueanes. Aquela instituição sublinhou que, apesar da “pouca infantaria que ali há e essa mal sustentada” por não haver recursos, parecia que se deveria escrever para lhe informar que a Coroa mandaria ajuda assim que pudesse. Igualmente, deveria se escrever à Câmara para que continuasse com a cobrança da imposição de vinho e da vintena para a defesa daquele presídio, já que a Fazenda Real não tinha como ajudar.⁵⁴⁴ O Conselho Ultramarino reconhecia a interferência da Câmara em assuntos militares, em especial no financiamento da Tropa Paga e a necessidade de negociar.

Apesar do pedido do governador interino, o monarca afirmou que não tinha como enviar recursos e pediu para aquele escrever à Câmara solicitando que mantivesse a contribuição. Assim, abriria espaço para negociar, já que nas entrelinhas estava claro que sem a ajuda e participação da localidade, por meio daquela instituição, não haveria como manter aquela Capitania sob domínio luso, em caso de ataque.

Nesta fase inicial, devido ao medo dos batavos, os Governadores fizeram sucessivos pedidos para que o número de soldados aumentasse. O Conselho Ultramarino e a própria Coroa informaram que não havia como custear estes militares. No Rio de Janeiro, por meio da Câmara e do Governador interino, seus moradores expressaram a mesma opinião. A Câmara, inclusive, solicitara que as Tropas Pagas fossem reformadas. Todavia, quando o Governador acenou com a possibilidade daquela instituição cobrar e administrar os recursos do subsídio do vinho que seriam utilizados

⁵⁴⁴ AHU, RJ, CA, D. 320, Lisboa, 23/8/1644. Publicado em Gilberto Ferrez. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto, 1555-1800*. Rio de Janeiro: Serviço de documentação geral da marinha, 1972, p. 147. Carrara não aponta a existência da “imposição do vinho e da vintena” para a capitania do Rio de Janeiro. Mas, diz que, em 1643, eram remetidos para a Bahia uma série de impostos entre os quais o “imposto dos vinhos pela primeira entrada”, que deveria ser a “imposição do vinho”/ subsídio grande dos vinhos. Já a “vintena do açúcar”, segundo o autor, fora estabelecida para financiar o “exército e conservar as fortalezas após a invasão de Pernambuco”, teria tido uma existência curta e reaparecido em 1642. Embora o autor deixe claro que se tratava de um tributo administrado pela Câmara de Salvador, não deixa claro se somente na Bahia era cobrado ou se nas demais capitanias também. Evaldo Cabral de Mello afirma que: “Entre os impostos municipais, destacava-se a *imposição dos vinhos*” nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Já em “Pernambuco e na Paraíba as câmaras cobravam também tributo relativo à pesagem do açúcar”, que deveria ser a vintena. De maneira que acreditamos que as câmaras no Estado do Brasil deveriam ter estes dois impostos. Cf. Angelo Carrara. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*, p. 63-64. Citação p. 64 e; Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 178. Grifos no original.

para a manutenção daqueles soldados, mudaram de posição. Mas, o que se deve destacar, igualmente, é o fato de o próprio monarca dar autonomia ao Governador, o incentivando a negociar com a Câmara a administração/manutenção da Tropa Paga, uma de suas principais prerrogativas.

Mas, esta não era a única vantagem que a cidade, a Câmara e seus cidadãos, ou seja, “aqueles que por eleição desempenhavam ou tinham desempenhado cargos administrativos nas câmaras municipais” ganhavam. Dependendo da lealdade da localidade, a Coroa, em 1642, equiparou os cidadãos do Rio de Janeiro aos direitos que os da cidade do Porto possuíam. De maneira que ganhavam benefícios idênticos a de fidalgos do reino, como, por exemplo, “de não poderem ser presos por nenhum crime, somente como eram e deveriam ser os mesmos fidalgos, e de lhes ser permitido portar quaisquer tipos de armas” entre outros.⁵⁴⁵

2.2.2. O governo de Francisco de Soutomaior (1644-1645): as negociações entre as instituições governativas (Coroa, Conselho Ultramarino, Governo-geral, Governo, Câmara do Rio de Janeiro) se ampliam e a autonomia da Câmara do Rio de Janeiro persiste

Em maio de 1644, assumia o governo da Capitania do Rio de Janeiro Francisco de Soutomaior, que se encontrava na localidade de passagem. Este deixara a Bahia, com ordens do Governador-geral, Antônio Teles da Silva, com destino a Angola.⁵⁴⁶ Segundo Barros, Teles da Silva não era uma figura muito simpática às elites fluminenses, que se posicionaram ao lado do Ex-governador, Salvador Benevides. Sobretudo no que diz respeito ao uso dos recursos financeiros oriundos do processo de *recunhagem* de moeda, que aquele queria remeter para a Bahia, enquanto os fluminenses pretendiam aplicar na estrutura de defesa da Capitania, particularmente na construção da Fortaleza da Laje. O fato acabou levando ao assassinato do governador Luís Barbalho, a quem Soutomaior vinha substituir. Mas, a questão também envolvia o recrutamento de soldados.⁵⁴⁷

A nomeação do Governador Francisco de Soutomaior, ainda segundo aquele autor, colocava fim a tentativa do Rio de Janeiro de controlar os recursos da vintena e do cunho da moeda. A questão era delicada, porque até então aquela Capitania não havia chamado a atenção do Governador-geral que, por consequência, gozava de certa

⁵⁴⁵ Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o Império*, p. 322-323. Citações p. 323.

⁵⁴⁶ Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 120.

⁵⁴⁷ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 249 e ss.

liberdade. Essa situação também motivara Benevides a tentar garantir a autonomia da localidade frente à Bahia. Este conflito de jurisdição passava pelo que Barros chamou de “Reforma da Tropa de 1644” e pela discussão em torno da construção da Fortaleza da Laje.⁵⁴⁸

Em julho, o governador Francisco de Soutomaior apresentava uma proposta para os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro e outras autoridades, entre as quais o Provedor da Fazenda, Domingos Correa. Nela constava a necessidade de fortificar a praça, mas que por ser “matéria de tão importante” deveria se “tratar dela com vossas mercês, assim por razão da sua nobreza e lealdade”. Outro Governador reconhecia o papel que a Câmara tinha em relação aos assuntos militares, sobretudo no que tange ao pagamento da Tropa Paga, de maneira que fosse possível “resolvendo-se todos com toda a conformidade”. De igual forma Benevides havia feito em 1643, quando ocupava o mesmo ofício. Dever-se-ia começar a construção da Fortaleza da Laje, remendar as fortalezas de Santa Cruz e de São João. Esta, inclusive, era uma ordem do Governador-geral, que havia concedido “suspender (...) de se passar a Bahia o cofre do dinheiro”. Também se deveria proceder com as Tropas Pagas com a finalidade de dobrar “o número de gente com que se acha o presídio, (...) [passando] a 600”.⁵⁴⁹ Estes seriam pagos com a continuação da “imposição dos vinhos e a contribuição da vintena”. A negociação entre a Câmara e o Governador, representante do rei, ainda se mostrava importante, porque informava que a Coroa havia aberto mão de 6.600 Cruzados (2:640\$000 rs.) das ordinárias daquele ano. Este montante poderia ser usado na “conservação da capitania”. As autoridades locais que estavam reunidas na Câmara aceitaram a proposta, mas voltaram a sublinhar: “não fiquem estas contribuições mais que pelo tempo porque a necessidade as pedir em razão da fortificação desta cidade”. O Governador-geral e o Governador da Capitania tinham entendido o recado passado pela Coroa. Portanto, todos tinham que ajudar de alguma forma. Do Rio de Janeiro se dariam contribuições provisórias. A Bahia deixava de pedir o “cofre”. A Coroa abria mão dos dízimos.⁵⁵⁰ Mas, acima de tudo, o Governador-geral, usando de sua autonomia, entendia

⁵⁴⁸ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 251 ss. No capítulo quatro voltaremos a abordar com mais detalhes esta “reforma”, que não se trata da que estamos a analisar, assim como a questão da jurisdição.

⁵⁴⁹ Os seiscentos homens indicados no documento se referem não apenas aos da Tropa Paga.

⁵⁵⁰ IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Auto de ajuntamento da câmara e povo com o governador, para se continuar no imposto dos vinhos e vintena para as fortificações. Lisboa 3 de julho de 1644. Conselho Ultramarino – vários – tomo 5 p. 37v. O documento foi citada também por Baltazar Lisboa. *Annaes do Rio de Janeiro*, Vol. 2, p. 147-150; AHU, CA, RJ, D. 6091, Rio de Janeiro, 3/7/1644. Para começar a

que era preciso negociar com a Capitania e, portanto, se a ideia inicial era que do Rio de Janeiro fossem enviados recursos para a Bahia, esta teve que ser esquecida. De modo que a arrecadação proveniente da *recunhagem* das moedas deixava de ser enviada para a Bahia. Agora, a Câmara que já controlava o subsídio do vinho também passava a ter o controle sobre aquela “receita”.

Mas a negociação não parou por aí. Outros assuntos foram acertados entre a Câmara e o Governador, quando de sua posse. Por meio de um documento de setembro de 1644, ficamos sabendo de alguns itens que foram acordados quando Francisco de Soutomaior tomou posse do governo, por ordem do Governador-geral. Este, devido à oposição que tinha apresentado o sargento-mor, Simão Dias Salgado, de quem falaremos no próximo capítulo, havia permitido que Soutomaior levasse “uma das melhores companhias de seu terço, com 10 soldados”.⁵⁵¹ Também trouxe da Bahia um empréstimo que fora usado para fazer “uma paga de socorro à infantaria”. Assim que tomou posse, os ânimos se acalmaram. Isso possibilitou aos oficiais da Câmara darem a chave “do cofre do dinheiro”, pois se mostravam mais “brandos e dispostos do que até agora, a renovar a vintena e imposição dos vinhos e contribuir em parte para o mais de que necessita aquela praça sua defesa e a troco de ainda darem a conseguir estes intentos tão necessários a conservação dela”.⁵⁵² Portanto, o novo Governador poderia libertar algumas pessoas que haviam sido presas por conta do tumulto, já que mostravam arrependimento. Todavia, os problemas de infraestrutura permaneciam, sobretudo os ligados à defesa. O Governador continuava a reclamar que nas fortalezas faltavam armas e equipamentos. Já para a Infantaria da Tropa Paga, existiam seis Companhias de Infantaria com seus oficiais honrados e experientes, embora a guarnição contasse com apenas trezentos soldados.⁵⁵³

Outras notícias acerca do Rio de Janeiro chegavam ao Conselho Ultramarino quando o governador-geral Antônio Teles da Silva escrevia àquela instituição para informar que o governador do Rio de Janeiro, Luís Barbalho Bezerra, havia morrido.

pensar na construção da Fortaleza fora pedido o envio de um engenheiro para o Rio de Janeiro. Cf. AHU, RJ, CA, D. 323, Lisboa, 5/9/1644.

⁵⁵¹ No capítulo três iremos analisar mais detalhadamente a participação deste personagem neste episódio e na *governança* da terra.

⁵⁵² No documento não fica claro que “cofre” era esse, se englobava todos os recursos arrecadados pela Câmara ou apenas os que sobravam depois da Câmara ter saldado os gastos com a Tropa Paga. Acreditamos que se tratava desta segunda opção, visto que na renovação da vintena e do subsídio do vinho ficava explícito que o montante seria administrado por aquela instituição.

⁵⁵³ Na artilharia existiam treze homens, sendo “um gentil homem, três Condestáveis. Sem outro algum artilheiro nem ajudador”. AHU, RJ, CA, D. 333, Lisboa, 28/9/1644.

Ele nomeara Francisco de Soutomaior, sublinhando que a Capitania era muito importante e, portanto, “deveria ser fortificada e socorrida, já que (...) os soldados que tem são muito poucos e esses a maior parte deles doentes, por haver muitos anos que estão naquela praça padecendo grandes misérias (...)”. A praça estava mal guarnecida e seus homens estavam fugindo. O que o motivara a pedir que fossem substituídos, pois “há naquele presídio muitos de mais de 20 anos de assistência nele, e vendo-se com esperanças de os mudarem servirão com mais gosto, e sem intentos de fugirem”.⁵⁵⁴

O governador-geral Antônio Teles da Silva estava corretíssimo em relação à chegada de soldados, pois até então o último socorro de trezentos homens teria sido enviado em 1637, quando Benevides fora nomeado para governar a Capitania.⁵⁵⁵ Porém, o que devemos sublinhar aqui é: Porque somente o Governador-geral na Bahia, distante do Rio de Janeiro, tocava no assunto das nomeações e substituições de soldados naquele presídio? Ao mesmo tempo, fora o primeiro a sublinhar a incapacidade técnica dos soldados? O Conselho Ultramarino acabou por recomendar ao rei que se substituíssem os soldados e que mandassem outros até chegar ao número de quatrocentos.⁵⁵⁶

Contudo, apesar da recomendação de quatrocentos, no mês seguinte, o Conselho voltava ao número de quinhentos.⁵⁵⁷ Talvez, aquela instituição começasse a ter em mente que as Tropas Pagas no Rio de Janeiro deveriam ser aumentadas, já que grande parte dos soldados seriam enviados dali para Angola, como era o pedido do Governador Soutomaior. Em decorrência disso, em novembro de 1644, o Conselho Ultramarino escreveu ao Conselho da Fazenda para que esse pagasse ao Sargento-mor Luiz Alvares Banhes e aos seus cento e cinquenta soldados os soldos até o momento em que chegassem ao Rio de Janeiro.⁵⁵⁸ Neste mesmo mês, o Conselho Ultramarino nomeava dois Capitães para comandarem duzentos soldados que Benevides levava para o Rio de Janeiro, com finalidade de ir a Angola posteriormente.⁵⁵⁹

As críticas aos soldados feitas pelo Governador-geral ecoaram em janeiro de 1645 numa carta do Governador do Rio de Janeiro, Francisco de Soutomaior, ao Conselho Ultramarino. Para variar, relatava que as condições de defesa eram precárias. As fortalezas continuavam a carecer de material e os soldados que serviam naquele baluarte eram “velhos e inúteis”, que somados aos da artilharia perfaziam um total de

⁵⁵⁴ AHU, RJ, CA, D. 341, Lisboa, 25/10/1644. Grifou-se.

⁵⁵⁵ AHU, RJ, AVULSOS, D. 73, [Lisboa, 2/5/1637] e PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 21.

⁵⁵⁶ AHU, RJ, CA, D. 341, Lisboa, 25/10/1644.

⁵⁵⁷ AHU, RJ, AVULSOS, D. 126, Lisboa, 1/11/1644.

⁵⁵⁸ AHU, RJ, CA, D. 342, Lisboa, 22/11/1644.

⁵⁵⁹ AHU, RJ, CA, D. 346, Lisboa, 28/11/1644.

oitenta. Já a Fortaleza de São João era composta por um artilheiro e sua guarnição havia sido reduzida a “40 soldados efetivos da cidade e cinco oficiais de fogo”. Os Capitães destas fortalezas eram extremamente desleixados com seus serviços e havia meses que não iam aos seus baluartes, desconhecendo como andam as coisas por lá, posto que só queriam saber de administrar suas fazendas. Isso motivou o Governador a suspendê-los e nomear dez oficiais reformados do seu terço. Estes haviam acompanhado aquela autoridade em sua jornada da Bahia para aquele presídio, sendo pessoas de “muita confiança, experiência e valor aos quais de nenhuma maneira permito que saiam forças, e assistem nelas de noite, e de dia com toda a vigilância e prevenção que convêm”.⁵⁶⁰

Os duzentos e oitenta soldados da Tropa Paga eram disciplinados, mas não tinham armas, nem experiência e estavam distribuídos em seis Companhias de Infantaria na Tropa Paga. Somavam-se a estes, oitenta na Fortaleza de Santa Cruz, quarenta na de São João, totalizando quatrocentos. Contudo, o Governador Francisco de Soutomaior pretendia, com a ajuda de Deus, chegar “a 600, sem novo dispêndio da Fazenda de Vossa Majestade”. A respeito de seu desafeto por Benevides, Soutomaior afirmava que aquele ao assumir o governo da Capitania, em 1637, tinha encontrado três Companhias de Infantaria da Tropa Paga com trezentos soldados e ao deixá-lo, em 1644, havia apenas duzentos e trinta por ter “(...) dado licença a muitos para fora da terra e a outros para nela servirem de feitores, purgadores e carreiros, e outros ministérios da Fazenda dos moradores (...)”. Além disso, “(...) Em toda esta praça senão acha coisa que ele [Benevides] obrasse, em forte ficção e benefício dela no de seus navios e engenhos assim ao que parece repugna a lei, a fé e o cuidado com que se deve tratar do serviço de Vossa Majestade em semelhantes postos (...)”. Suas propriedades não serviam “(...) senão de curso (sic) de facinorosos, amasiados, e soldados fugidos, donde de mais da passagem para outras capitanias servem vizinhas”. Isso o motivou a mandar prender vários destes personagens. Um dos quais um “(...) índio principal que me havia desobedecido, e assim alguns soldados fugidos de que tinha notícia que estavam em sua companhia (...)”. Porém, a esposa de Benevides “mandou induzir, que senão deixassem prender e que retirando-se ao seu engenho eles e seus criados matassem todo o soldado que intentasse entrar nele (...)”, igualmente, ordenou ao dito “(...) e os mais fugitivos, e amasiados (...) que resolvam a resistir com flechas e armas de fogo (...)”. Levando “(...) os das outras aldeias [e] (...) os de São Barnabé, e seu maioral,

⁵⁶⁰ AHU, RJ, AVULSOS, D. 135, Rio de Janeiro, 18/1/1645.

que andavam na forte ficção da força de São João tomaram Armas de súbito contra os soldados dela atirando algumas flechas (...)”.⁵⁶¹

Em resumo, o governador Soutomaior acusava Benevides de dar licença para que os soldados trabalhassem em outros ofícios e lugares diferentes dos ligados à Tropa Paga; não governar para o bem de Vossa Majestade; proteger desordeiros e “marginais”, apoiar uma revolta indígena contra os soldados instalados na Fortaleza de São João. Algumas destas críticas nos são estranhas. A licença, por exemplo, era algo positivo para o exército, segundo Parker, uma maneira de evitar a deserção. Como o próprio Governador-geral já havia solicitado.⁵⁶² Também era comum o recrutamento de pessoas consideradas vagabundas e criminosas.⁵⁶³

Mas, o governador Soutomaior não se indispunha apenas com Benevides, também não fora bem recebido pela Infantaria. Talvez pelo fato de ter feito eco ao Governador-geral, sublinhando que os soldados eram inúteis, como se pode notar do mesmo relatório. Por isso tinha trazido da Bahia soldados “das melhores companhias do meu terço (...) com que se até (...) domaram os ânimos rebeldes e desobedientes com que estavam”.⁵⁶⁴

Apesar de ter trazido dinheiro para pagar os soldos atrasados, ainda estava com medo de ser assassinado, como havia ocorrido com o seu antecessor Luís Barbalho Bezerra, posto que “(...) não está seguro o que governar esta praça, porque o desejo e (...) da sucessão dela, como muitas vezes a concedeu no mundo lhe maquinara a morte, a de Luís Barbalho se suspeita teve esta origem”.⁵⁶⁵ Como iremos ver no capítulo quatro, a chegada de Soutomaior ao Rio de Janeiro foi muito problemática para a Tropa Paga.

Contraditoriamente, o governador Soutomaior falava em encher as Tropas Pagas; a Câmara, em maio de 1645, pedia ao monarca, novamente, a reforma da Tropa Paga, já que

⁵⁶¹ AHU, RJ, AVULSOS, D. 135, Rio de Janeiro, 18/1/1645.

⁵⁶² AHU, RJ, CA, D. 341, Lisboa, 25/10/1644.

⁵⁶³ A deserção e as doenças eram comuns nos exércitos europeus nos *seiscentos*, o que gerava constantes recrutamentos. Com a finalidade de evitar a fuga dos soldados passou-se a pensar na melhoria das condições de serviço, na concessão de licenças, do abastecimento das tropas, da normatização e normalização do pagamento dos soldos. Todavia, a maior parte dos soldados não desertava, embora houvesse nas frentes de batalhas europeias uma mortalidade de 20 a 25% por ano. Não temos como medir o grau de deserção na América. Contudo, ficamos entre duas posições. Se, por um lado, o menor número de combates que foram travados na América em comparação com as guerras europeias, diminuiria a fuga destes militares, uma vez que as taxas de mortalidade no *front* seriam muito menores. Por outro, a ausência de pagamento e o atrativo de uma fronteira aberta, de ligações com as elites locais e um menor controle por parte dos oficiais poderia facilitar o aumento da deserção. Cf. Geoffrey Parker. “O soldado”, p. 38 e ss.

⁵⁶⁴ AHU, RJ, AVULSOS, D. 135, Rio de Janeiro, 18/1/1645.

⁵⁶⁵ AHU, RJ, AVULSOS, D. 135, Rio de Janeiro, 18/1/1645.

(...) há queixas neste Povo de que se depende em gastos supérfluos como são em 6 capitães de Infantaria e seus Oficiais não havendo mais que **300** Infantes nesta praça, o que vem a ser de muito prejuízo para o rendimento, donativos e subsídios dela porque sendo menos os gastos, será mais o que cresça deles para as fortificações e efeitos necessários a nossa defesa e serviço de Vossa Majestade a que **pedimos seja servido de mandar declarar que cada Companhia seja de 100 Infantes, e que não haja mais Capitães e Oficiais que aqueles que se necessitem para cada 100 Infantes** e quantas vezes se multiplicar este número se eleja Capitão para ele, que desta maneira ficará mais hábil a Praça para servir a Vossa Majestade como convém e pode suceder cresça o número da Infantaria porque os Capitães que a quiserem ser a solicitaram.⁵⁶⁶

Mais uma vez o pedido era feito para que só houvesse Companhias de Infantaria com cem soldados, mesmo antes da institucionalização do Regimento das Fronteiras, que ocorreu em agosto de 1645. Mas, o que devemos ressaltar é que em nenhum momento a reforma havia sido pedida pelo fato dos soldados serem “velhos e inúteis”, como relatara o Governador, ou doentes como sublinhara o Governador-geral.⁵⁶⁷

As informações do governador Soutomaior e do governador-geral Antônio Teles da Silva não deveriam ser de todas falsas. Isso se justificaria pelo fato de, em maio de 1645, o monarca fazer mercê à Santa Casa da Misericórdia dos “dízimos de frangos e ovos que se pagam na dita capitania (...) por tempo de três anos para ajudar a curar” os “30 enfermos os mais delas forasteiros, homens do mar e soldados”.⁵⁶⁸

Como o quadro defensivo era precário, como nos mostram insistentemente os documentos, o medo só fazia aumentar, não apenas dos batavos, mas dos quilombos e índios que também traziam preocupações.⁵⁶⁹ Porém, sem dúvida, os piores inimigos eram os holandeses. Assim, quando Francisco de Soutomaior fora enviado para Angola, em 1645, o receio de uma represália ficou ainda maior. Melhorar a defesa da Capitania

⁵⁶⁶ AHU, RJ, AVULSOS, D. 141, Rio de Janeiro, 13/5/1645. Grifou-se.

⁵⁶⁷ AHU, RJ, AVULSOS, D. 135, Rio de Janeiro, 18/1/1645. e; AHU, RJ, CA, D. 341, Lisboa, 25/10/1644.

⁵⁶⁸ AN, Cód. 61, Vol. 1, p. 72 – 22/5/1645. Segundo Geoffrey Parker, no século XVII os Estados europeus começaram a se preocupar com a saúde dos soldados, devido a grande taxa de mortalidade existente nos exércitos e a imensa dificuldade de se recrutar novos militares para a tropa, fundando hospitais militares. Tendo o primeiro hospital sido criado em 1585 pelo exército espanhol em Flandres. Todavia, até a década de 1650 essas ações foram quase únicas. Cf. Geoffrey Parker. “O soldado”, p. 56. Acreditamos que esta assertiva deva ser repensada.

⁵⁶⁹ Em agosto de 1645, a Câmara elegeu o capitão do mato João Martins para combater quilombos ao redor da cidade do Rio de Janeiro, que para isso contaria com um grupo de índios que lhe acompanharia. Os mesmos seriam remunerados com a quantia que o senhor pagaria para soltar da prisão os negros capturados pelo dito João. O medo dos escravos também se manifestara em 07/01/1647. Naquela oportunidade, a Câmara proibia que “nenhum negro trouxesse nesta cidade pau nem faca (...) pelo grande dano que se segue de trazerem os negros facas e paus”. Novamente, em 15/01/1650, àquela instituição nomearia Domingos Teixeira como capitão do mato e lhe mandaria “dar índios para o acompanharem” Cf. PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 101, 134 e 188. Citações p. 134 e 188.

e com ela a manutenção da Tropa Paga eram ações cada vez mais importante.

Em setembro, mais uma vez a Câmara se reuniu com seus oficiais e renovaram o subsídio do vinho por mais um ano, intervindo, mais uma vez, no pagamento das Tropas Pagas. A situação não era tensa apenas pelo medo dos batavos, mas porque a Capitania não recebia notícias do reino havia muitos meses.⁵⁷⁰ Como aqueles homens que eram constantemente pedidos nunca chegavam, o cenário piorava.

Em novembro, o Conselho Ultramarino pediu que os soldados que partiram do Rio de Janeiro para Angola fossem substituídos e se aumentasse o número da Tropa Paga. Deveriam ser remetidos da Ilha da Madeira com militares, já da Ilha de São Miguel oitocentos. O que dava um quantitativo elevadíssimo de novecentos homens. O Conselho da Fazenda concordou com o Conselho Ultramarino, desta maneira o monarca deveria providenciar a nomeação destes militares que embarcariam com muita brevidade.⁵⁷¹

Destarte, ao contrário do que pontua Barros, o Rio de Janeiro passava a receber atenção especial do Conselho Ultramarino, em 1645.⁵⁷² Isto mostraria o porquê dos enchimentos das Tropas Pagas para restauração de Angola. O Conselho Ultramarino, em 1645, recomendava que o socorro ao Rio de Janeiro fosse uma prioridade, já que

como a experiência tem mostrado, e com esta consideração obriga a todo o desvelo e cuidado o procurar socorre-las de gente paga que é o de que mais se necessita, **principalmente a Capitania do Rio de Janeiro** que os tem tão pouca, por se haver tirado para Angola a maior parte e a melhor, que foi o cargo de Francisco de Souto Mayor, e para se ainda a causa tão importante nos tempos presentes, e seja por meios efetivos que adiantem este intento.⁵⁷³

Mas, ao que parece, havia uma conversa de surdos. Enquanto o Conselho Ultramarino havia abandonado a reforma e procurava recursos para mandar mais soldados para o Rio de Janeiro;,o Governador-geral, Antônio Teles da Silva, seguia a determinação do monarca. Este tinha consultado o Conselho de Guerra que havia lhe recomendado a reforma do presídio, o que fora acatado. Assim, as Companhias de Infantaria deveriam ser reformadas, passando de seis capitães com seiscentos homens para “três companhias de 100 homens cada uma pela despesa que a Fazenda de Vossa

⁵⁷⁰ IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Assento da Câmara para se continuar o imposto no subsidio dos vinhos para a defesa da terra. Conselho Ultramarino – vários – tomo 5 p. 41v.

⁵⁷¹ AHU, RJ, CA, D. 406, Lisboa, 5 e 8/11/1645 e AHU, RJ, AVULSOS, D. 147, Lisboa, 8/11/1645.

⁵⁷² Segundo Edval de Souza Barros a prioridade do Conselho Ultramarino era o Estado da Índia e a Bahia. Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 245.

⁵⁷³ AHU, RJ, AVULSOS, D. 150, s/l [ca.1645]. Como iremos ver no capítulo 4, uma das queixas de Francisco de Soutomaioir era que os soldados que levava para Angola não eram os melhores. Posição que não era a do Conselho Ultramarino.

Majestade recebia”.⁵⁷⁴ O governador-geral Teles da Silva tentava fazer, uma vez que ainda não havia conseguido, o que havia sido solicitado anteriormente pela Câmara do Rio de Janeiro. Notemos que a primeira ordem vinda do reino era de 1643, dois anos depois do pedido feito pela Câmara.

Da mesma maneira, não se deveriam nomear Capitães de Infantaria para as Companhias da Tropa Paga. Elas só poderiam existir na medida em que os próprios Capitães as tivessem montado e, mesmo assim, não deveriam passar de seiscentas, com seis Capitães de Infantaria. Caso faltassem soldados na Capitania, seria mandado que se fizesse um recrutamento, e que se respeitasse para a nomeação os Capitães de Infantaria mais velhos. Também deveria ser ordenado que o Provedor da Fazenda das Ilhas Terceira fizesse “alguma gente nela e a envie para o Rio de Janeiro”.⁵⁷⁵

Na verdade, nada fora feito. Homens das Ilhas só chegariam ao Rio de Janeiro por volta de 1649 com o Capitão de Infantaria d. Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?). Entre 1644 e 1649, a Tropa Paga se manteve com trezentos homens em média - mesmo tendo chegado em 1646 oitenta soldados.⁵⁷⁶ Depois de muito tempo, se pensara novamente em mandar socorro para aquela Capitania. Não para aumentar o número de soldados, mas, sim, para substituir os que serviam ali durante muito tempo.

O governo de Soutomaior e a necessidade de montar a primeira expedição para Angola (1645) fizeram com que as instituições governativas (Coroa, Conselho Ultramarino, Governo-geral, governo do Rio de Janeiro e Câmara) aumentassem as negociações e todos acabaram cedendo de um modo ou de outro. Todavia, ao contrário do que pontuou Barros, a Câmara continuou cobrando e administrando os recursos necessários para a manutenção da Tropa Paga - provenientes do subsídio do vinho e, agora, da vintena.⁵⁷⁷ Novos soldados chegaram ao Rio de Janeiro. Porém não para aumentar a Tropa Paga, como inicialmente pedira o Governador-geral e o Conselho Ultramarino, mas para substituir os que estavam servindo há muito tempo e por conta disso desertavam. A Câmara ainda era protagonista e o Governador do Rio de Janeiro mantinha a autonomia para negociar com ela.

⁵⁷⁴ AHU, RJ, AVULSOS, D. 413, Lisboa, s/d, 1645, publicado em Gilberto Ferrez. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto*, p. 141.

⁵⁷⁵ AHU, RJ, AVULSOS, D. 413, Lisboa, s/d, 1645, publicado em Gilberto Ferrez. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto*, p. 141.

⁵⁷⁶ Vide Tabelas 5 e 6.

⁵⁷⁷ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 251.

2.2.3. Apesar da crise e da ampliação do medo, a autonomia da Câmara do Rio de Janeiro aumenta (1645-1649)

A situação na capitania do Rio de Janeiro, mesmo entre os soldados que já se encontravam por lá, era muito precária. Em 2 de janeiro de 1646, os oficiais da Câmara, o Governador, o Ouvidor-geral, o Provedor da Fazenda, os Capitães de Infantaria da Tropa Paga, os Capitães das Fortalezas, os Capitães das Ordenanças, os senhores de engenho e os lavradores se reuniam na Câmara e escreviam para o Monarca. A assembleia tinha a finalidade de discutir o que se faria com a falta de mantimentos nas fortalezas, especialmente a chamada “farinha de guerra”, que era um dos motivos pelos quais os soldados fugiam “de maneira que podiam ficar as ditas fortalezas incapazes de defesa”.⁵⁷⁸

De modo que as queixas que Soutomaior fizera de que os soldados estavam desertando não eram tão falaciosas. Contudo, a Câmara, ao contrário do que fizera aquele, não culpava Benevides.

A Câmara comunicava ao Conselho Ultramarino que novamente intervinha em assuntos militares, mas desta vez na alimentação da Tropa Paga. Acabou por decidir que para, evitar a fuga de soldados, se pegaria a quantia de 500\$000 rs. ou 600\$000 rs. da vintena, que estava sob sua administração, para se comprar a farinha de guerra em Boipeva ou Camamu, localidades na Bahia. Estes mantimentos seriam dados tanto aos militares, quanto aos “índios e negros trabalhadores que servem nas fortificações da praça”.⁵⁷⁹ A resposta demorou dez meses para ser dada e o Conselho Ultramarino recomendou que o monarca atendesse ao pedido.⁵⁸⁰ O que nos mostra mais uma vez que a proposta de Loureiro de que o Conselho Ultramarino referendava os acordos feitos no ultramar se confirmava.⁵⁸¹

No mês seguinte, em fevereiro, outra carta fora encaminhada aquele conselho, desta vez do governador Duarte Correa Vasqueanes pedindo mais atenção. O mesmo dizia que havia assumido o governo com poucos infantes e que a este número acrescentou cento e oitenta, totalizando trezentos sem contar os das fortalezas, mas que

⁵⁷⁸ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 109. Grifou-se.

⁵⁷⁹ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 109.

⁵⁸⁰ AHU, RJ, CA, D. 530, Lisboa, 11/1646; AHU, RJ, CA, D. 531-4, Rio de Janeiro, 7, 8 e 10/7/1646.

⁵⁸¹ Marcello Loureiro. *Iustitiam Dare*.

a “dilatação dos postos” continuava.⁵⁸² O pedido parece que fora atendido, já que parte do socorro que ia para Bahia acabou se deslocando para o Rio de Janeiro.⁵⁸³

A situação estava tão tensa que a Câmara, assumindo uma das funções do Governador-geral, fiscalizar se os colonos possuíam armas e se estavam prontas para o uso,⁵⁸⁴ se reuniu em março e decidiu que autorizariam o mercador fluminense Claudio Antônio Besançon a trazer armas para a Capitania e que as mesmas seriam vendidas com 40% de ágio.⁵⁸⁵ Agora a intervenção se dava na compra de equipamentos.

Não bastavam armas, homens também eram vitais. Portanto, o Conselho Ultramarino recomendava que, para dar conta de encher as Tropas Pagas no Rio de Janeiro, se deveria aproveitar da “gente portuguesa desabrigada que se vê naquelas partes” do Rio de Janeiro, São Vicente, São Paulo e Repartição do Sul, para que se pudesse “formar três ou quatro companhias”. Os Capitães de Infantaria que as montassem teriam que recrutar “60 soldados para cima pagos a sua custa”; em troca, receberiam do Governador do Rio de Janeiro o “hábito de Santiago e São Bento de Avis com cem cruzados [40\$000 rs.] de pensão cada um e o foro de cavaleiro fidalgo”.⁵⁸⁶ O que se deve reparar é que o Regimento das Fronteiras já estava em vigor e o mesmo recomendava que as Companhias de Infantaria tivessem cem soldados. Deve-se destacar que o que se queria não era o abandono da reforma, ou seja, a diminuição dos gastos da Câmara, mas o aumento da Tropa Paga, desde que custeado pelos próprios Capitães de Infantaria.

Em julho, o medo de invasão se intensificou ainda mais em Lisboa. Sobretudo, no Conselho Ultramarino que se reuniu para discutir a carta que o governador Duarte Correa Vasqueanes havia escrito. Por meio dela, ficamos sabendo que o rendimento do subsídio e da vintena não tinham alcançado os valores do ano anterior, de 1645, e que, por conta disso, havia sete meses que não se pagavam os soldos da Tropa Paga. Isso se dava porque todo o dinheiro arrecadado pelos oficiais da Câmara fora gasto nas

⁵⁸² AHU, RJ, AVULSOS, D. 155, Rio de Janeiro, 11/2/1646. A mesma queixa fora apresentada em março. AHU, RJ, AVULSOS, D. 158, Rio de Janeiro 6/3/1646.

⁵⁸³ Consulta “*Sobre hua carta q escreveo do Rio de Janro Duarte Correa Vasqueanes que aly serve de Gor*”, AHU, Consultas Mistas do Conselho Ultramarino, Cód. 23 [Lisboa, 11/04/1646], fl. 328v.

⁵⁸⁴ “Capítulos 9 e 10 do Regimento das Ordenanças ou dos capitães-mores”. In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil.*, p. 160; Francisco Cosentino. *Governadores gerais do Estado do Brasil*, p. 291-292 e; Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 103.

⁵⁸⁵ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 111.

⁵⁸⁶ No capítulo 4 mostraremos com mais detalhes a criação destas companhias. AHU, RJ, CA, D. 435-7, Lisboa, 17/5, 21/6 e 23/6/1646. A mesma proposta aparece em: AHU, RJ, AVULSOS, D. 161, Lisboa, 19/4/1646.

fortificações, sem a intromissão do Governador, como havia sido negociado. Podemos perceber então que a Câmara estava a intervir na construção e financiamento de aparelhos e equipamentos militares. Assim, o Conselho recomendou que “se ajustem o que for necessário”, ou seja, que o Governador usasse de sua autonomia para junto do Provedor da Fazenda e dos oficiais da Câmara e juntos decidissem o que deveria ser feito. Portanto, foi proposta uma ação negociada e pensada juntamente com as elites fluminenses, igualmente devem logo “pagar o presídio [ou seja, a Tropa Paga] e mais ordenanças”.⁵⁸⁷

Quanto aos sobejos, ou seja, o que sobrava, o montante arrecadado, não deveriam ser enviados para “a Bahia coisa alguma” caso não houvessem: “os principais do povo” deveriam buscar “os meios mais suaves que poderá haver para se conseguir efeito desta fortificação tão necessária, e sustento do presídio”. Do subsídio do vinho, havia sido arrecadado 6:161\$000 rs.; já da vintena do açúcar havia sido recolhido 1:247\$400 rs. o que totalizavam 7:409\$242 rs.⁵⁸⁸ Contudo, havia sido gasto nas fortificações 3:525\$540 rs. Assim, sobrariam 3:883\$702 rs. para ser usado em outras coisas necessárias, mas essa quantia se mostrava insuficiente. Diminuindo o empréstimo de 4 mil Cruzados, ou 1:600\$000 rs., que fora feito para “socorrer a infantaria e fortificações”, se teria um valor de 2:283\$702 rs. Os dados ficam mais bem visualizados abaixo:⁵⁸⁹

Arrecadação do Subsídio do vinho	6:161\$000 rs.
Arrecadação da Vintena do açúcar	1:247\$400 rs.
Total da Arrecadação	7:409\$242 rs. ⁵⁹⁰
Gastos nas fortificações	3:525\$540 rs.
Empréstimo para socorrer a infantaria e fortificações	1:600\$000 rs.
Sobejos	2:283\$702 rs.

De modo que se em 1640 Benevides havia relatado que gastava 19:212\$200 rs. com a Tropa Paga, agora, em 1646, havia aproximadamente 2:283\$702 rs., ou seja, 12% do valor que seria necessário para pagar a mesma quantidade de soldados que girava em torno de trezentos.⁵⁹¹ Contudo, a situação era muito pior em razão dos gastos que se faziam na reforma e construção de fortalezas e com as tentativas de restaurar Angola.

⁵⁸⁷ AHU, RJ, CA, D. 489-91, Lisboa, 25/1 e 25/7/1646.

⁵⁸⁸ O somatório correto seria de 7:407\$242 rs. Optamos por deixar o valor indicado no documento.

⁵⁸⁹ AHU, RJ, CA, D. 489-91, Lisboa, 25/1 e 25/7/1646.

⁵⁹⁰ O somatório correto seria de 7:407\$242 rs. Optamos por deixar o valor indicado no documento.

⁵⁹¹ Vide Tabelas 2, 3, 4 e 5.

Em outubro de 1646, o Conselho Ultramarino analisou e corroborou a proposta do governador Benevides. Este, aproveitando o receio da invasão, pediu àquela instituição o aumento de sua jurisdição.⁵⁹² Em decorrência disso, se separaria a capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil, criando o governo da Repartição do Sul, que contemplaria além daquela Capitania as de São Vicente e Espírito Santo. E o envio direto, ou seja, sem passar pela Bahia, de um socorro com quinhentos soldados.⁵⁹³

O medo da invasão holandesa era tamanho que, entre os meses de julho a dezembro de 1646, várias ordens foram dadas para que as fortificações no alto da cidade fossem reformadas e que os ministros seculares e eclesiásticos passassem a viver lá novamente.⁵⁹⁴ Do mesmo modo, embora o subsídio tenha sido renovado em setembro, devido à notícia que havia chegado da Bahia de que os batavos tinham desembarcado em uma grande armada em Pernambuco, resolveram antecipar a renovação daquela contribuição em dezembro.⁵⁹⁵

Contudo, se por um lado, para o Governador e o Monarca interessavam a criação de Companhias Pagas formadas e custeadas com homens da terra; por outro, ainda se discutia a reforma das já existentes. Assim, Duarte Correa Vasqueanes informava ao Conselho Ultramarino, em julho de 1647, que havia ainda “sete capitães de infantaria” com “380 infantes, que com muito trabalho eu alistei, não me fiando quando entrei no governo mais que 250, são muitos capitães e pouca infantaria, e esta se necessita muito”. Todavia, deveriam ser reformadas, visto que a Coroa havia mandado que “as companhias sejam de cem homens cada uma, e se reformassem os capitães (...) mais modernos”. Isto era fundamental para que seus salários pudessem ser pagos.⁵⁹⁶ Assim, novamente, a reforma era pedida pelo Governador, o que Soutomaior já havia feito em 1644.⁵⁹⁷

A economia começava a ser feita e os soldos de oficiais regressavam ao patamar de 1625. Assim, o Capitão-mor voltava a receber 100\$000 rs. por ano; o Capitão da Fortaleza de São João, 40\$000 rs; enquanto o Capitão da Fortaleza de Santa Cruz tinha

⁵⁹² No capítulo 4 analisaremos melhor a questão da ampliação da jurisdição de Benevides.

⁵⁹³ AHU, RJ, AVULSOS, D. 174, Lisboa, 27/10/1646.

⁵⁹⁴ AHU, RJ, CA, D. 542, Lisboa, 15/12/1646 e; AHU, RJ, CA, D. 543, Rio de Janeiro, 8/7/1646.

⁵⁹⁵ IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Levantamento do tributo ou subsidio nos vinhos, com declaração de tornar-se a por sendo necessário. Conselho Ultramarino – vários tomo 5 p. 42v; PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 128 e IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Assento para se continuar o subsidio do vinho para a defesa da terra. p. 43v.

⁵⁹⁶ AHU, RJ, AVULSOS, D. 186, Lisboa, 5/6/1647. Grifou-se

⁵⁹⁷ Como veremos no capítulo 4, algumas destas companhias foram criadas.

seu soldo reduzido de 144\$000 rs., em 1640-1, para 80\$000 rs.⁵⁹⁸ Todavia, os salários, por ordem do Governador-Geral Antônio Teles da Silva, continuavam a ser pagos “em açúcar como valer a dinheiro (...) visto não haver dinheiro na terra”.⁵⁹⁹

Não apenas entre os Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga estacionadas no Rio de Janeiro ocorria uma economia. Mas dentre os que foram para África também. Assim, no dia 3 de abril de 1648, se trasladava um Alvará no Rio de Janeiro, com ordens reais de que os capitães que acompanhassem Benevides na jornada para Angola recebessem soldos de capitães reformados.⁶⁰⁰ A situação econômica era muito complicada, já que no dia anterior a Câmara havia também trasladado um Requerimento de Salvador Benevides que pedia 5 mil Cruzados, aproximadamente, 2:000\$000 rs., já que era necessário que pudesse “acabar de armar de todo tinha feito muito grandes despesas nas quais tinha gastado todo o dinheiro que para isso se lhe havia dado nesta cidade”. Por conta disso, tinha uma dívida de 12 mil Cruzados, algo em torno de 4:800\$000 rs., que fora fruto dos “gastos que havia feito e pagas de soldados e homens do mar” - o que os oficiais da Câmara concordaram em fazer. Mas não apenas estes, igualmente o governador Duarte Correa Vasqueanes e o Provedor da Fazenda, o Capitão das Ordenanças Pedro de Sousa Pereira.⁶⁰¹

Os gastos foram tão dilatados que naquele ano, no dia 8 de junho, quando a proposta da renovação do subsídio do vinho foi reapresentada à Câmara, seus oficiais decidiram que ela não seria renovada “nem agora nem nunca porquanto tem servida a Sua Majestade voluntariamente este ano com 70 mil Cruzados (28:000\$000 rs.) que foi para Angola e para os mantimentos que agora hão de ir para a Bahia e para as fortalezas desta cidade, e para o sustento dos soldados desta cidade”. Caso o desembargador, por ordem do Governador-geral, insistisse na proposta, o povo iria fugir e deixar de prestar serviços à Coroa. Essa decisão comprometeria a defesa da Capitania, o que não se recomendava, já que em tempos de “guerra não convinha que os moradores recebessem moléstia nem vexação alguma (...)”.⁶⁰² Talvez os oficiais da Câmara, para além do descontentamento da contribuição, estivessem insatisfeitos pelo fato da reforma ainda não ter sido feita.

⁵⁹⁸ Vide Tabela 4.

⁵⁹⁹ Vide Tabela 3.

⁶⁰⁰ AN, Cód. 61, vol. 1, p. 256. Treslado de um alvará de sua majestade para se pagar soldo aos reformados.

⁶⁰¹ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p.159 e ss. Citação p. 159.

⁶⁰² IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Termo porque se mostra se haviam continuado, digo haviam mandado continuar os impostos de que o povo se alterou, porém se conclui que tinham concorrido com muito dinheiro naquele ano, não só para a própria defesa da terra, mas para outros empregos, p. 46.

Entretanto, se, por um lado, a elite local conseguia “peitar” o Governador-geral; por outro, não tinha disposição ou força para fazer o mesmo com a Coroa. Assim, um mês depois, a Câmara acabou se reunindo para colocar, por ordem da Monarquia, “em pregão o dito subsídio, que durará enquanto durarem as guerras à Holanda (...) como declaram que tanto que se acabarem logo desde agora para então dar por levantado o dito subsídio, para que não corra mais”.⁶⁰³ Todavia, sublinhava, novamente que era uma contribuição temporária.

Ou, quem sabe, fosse apenas uma manobra da Câmara, já que no dia 18 de dezembro, quando a instituição dava posse ao novo governador, D. Luís de Almeida, novamente suspendia o subsídio do vinho. Essa decisão foi tomada visto que havia sido dado um donativo de 66 mil Cruzados (26:400\$000 rs.) para retomada de Angola, além de mantimentos enviados para a Bahia.⁶⁰⁴

No que pese a vitória na primeira guerra dos Guararapes, em abril de 1648, o medo da Coroa perder a capitania do Rio de Janeiro para os holandeses deve ter atingido o grau máximo em janeiro de 1649. Naquela oportunidade, o Conselho Ultramarino recebia a notícia, diretamente da Holanda, de que os “intentos que os holandeses tinham de ir ao Rio de Janeiro não é coisa nova” e, porquanto, a Companhia das Índias estava a providenciar “licença para piratear nestes mares”.⁶⁰⁵ Mesmo assim, a contribuição extraordinária deve ter ficado suspensa por quase um ano, já que no dia 29 de dezembro de 1649, os oficiais da Câmara se reuniram para discutir mais um dos pedidos do sucessor de D. Luís de Almeida, Salvador de Brito Pereira: a Câmara deveria dar um donativo para que “se fizessem dois socorros para a infantaria pela necessidade” - o que era urgente para evitar “a maior opressão de se continuar a exação da Vintena”. O pedido foi consentido. Assim, a Fazenda Real recebeu sete mil Cruzados, algo em torno de 2:800\$000 rs.⁶⁰⁶ A Câmara se mantinha ativa não apenas na negociação, mas no próprio financiamento dos custos da defesa da Capitania.

Apesar de ter havido uma diminuição dos gastos com a redução dos soldos de alguns oficiais, eles ainda continuaram elevados. A Câmara ordenou, em 2 de junho de 1648, por exemplo, a contratação de oficiais para “obras da fortificação do alto desta cidade”. Para tal, se deveria pagar por mês, até o final da obra, algumas pessoas: para o

⁶⁰³ IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Auto por que consta que o imposto dos vinhos foi para sustento da infantaria e assentaram arrendar-se o rendimento do dito imposto, p. 50v.

⁶⁰⁴ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 167.

⁶⁰⁵ AHU, RJ, CA, D. 672-3, Lisboa, 12/1/1649.

⁶⁰⁶ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 181.

ajudante Francisco Mateus, 20 patacas; ao sargento Matias Pinheiro, 3\$600 rs.; para cada um dois soldados, 3\$000 rs. No documento, não fica claro se esses militares, que não eram da Tropa Paga, trabalhariam na construção ou na vigília dos operários.⁶⁰⁷

O número insuficiente de soldados voltaria a ser discutido às vésperas da expedição de Benevides para Angola. Este, quando estava embarcando para África, em 1648, recomendou que o monarca socorresse a Capitania, porque estava “muito mal provida de tudo o que é necessário”, que “os moradores não [estavam] muito animados reconhecendo as ditas faltas”, por isso deveria ser remetido munições, pólvora e “500 infantes pelo menos”. Como havia a notícia de que seria possível recrutar cento e cinquenta infantes na Ilha da Madeira, se deveria proceder neste ato. Avisava, igualmente, que dos soldados que trazia consigo, muitos deles da prisão do Limoeiro, alguns haviam fugido, uma parte havia morrido na travessia e outros tantos doentes não puderam seguir para Angola, de maneira que a “esta praça [do Rio de Janeiro] lhe ficam cem infantes.”⁶⁰⁸

Em setembro de 1648, o Conselho Ultramarino consultava o monarca a respeito do socorro para o Rio de Janeiro. A Coroa acabara por mandar informar ao Conselho da Fazenda que se deviam mandar cem homens recrutados na ilha da Madeira, embora, o Conselho Ultramarino informasse que se poderiam remeter cento e cinquenta. Segundo o Conselho Ultramarino, era melhor recrutar soldados nas ilhas, já que custariam menos lá do que no reino. Além disso, os militares que poderiam ser arregimentados no reino estavam sendo direcionados para os conflitos nas fronteiras com Castela.⁶⁰⁹

Logo depois do início da Insurreição Pernambucana (1645-54), começou a ofensiva dos luso-brasileiros contra os holandeses na América lusa⁶¹⁰, no Rio de Janeiro entre 1646 a 1649. Com isso, o medo de uma represália batava aumentava e atingira o seu ápice. Com ela, a crise entre as instituições governativas (Coroa, Conselho Ultramarino, Governo-geral, Governo da Capitania e Câmara do Rio de Janeiro) paralisou as negociações e o diálogo que existia. A arrecadação dos subsídios do vinho e da vintena não estavam cobrindo a manutenção da Tropa Paga. Para piorar o quadro de caos na

⁶⁰⁷ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 163.

⁶⁰⁸ AHU, RJ, AVULSOS, D. 193, Lisboa, 19/8/1648. Para Geoffrey Parker era comum na Europa recrutar vagabundos e criminosos. Cf. Geoffrey Parker. “O soldado”, p. 38 e ss.

⁶⁰⁹ AHU, RJ, CA, D. 647-8, Lisboa, 2/9 e 8/10/1648.

⁶¹⁰ A Insurreição Pernambucana fora o último dos três períodos da ocupação holandesa na América lusa e contempla a guerra de restauração pernambucana e a capitulação dos batavos. Cf. Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 15.

gestão destes recursos, a Câmara fora forçada a intervir por três vezes na manutenção do sistema defensivo da Capitania, na qual se incluía a Tropa Paga. Duas delas em 1646, quando fora obrigada a comprar mantimentos (“farinha de guerra”) e equipamentos (armas) para serem dadas à Tropa Paga, o que era uma prerrogativa do Governador. E a terceira vez, em 1648, quando fora necessário contratar oficiais para atuar em obras de fortificação da praça. Quanto à questão econômica, o Monarca e o Conselho Ultramarino resolveram que as autoridades locais da Capitania (Governo e Câmara) deveriam decidir o que fazer, autorizando, inclusive, que os recursos arrecadados ali não fossem destinados a outras localidades. A autonomia da localidade em relação ao uso dos recursos do subsídio do vinho e da vintena e do próprio Governador, que era autorizado a negociar, não apenas era mantida, mas aumentada, tendo inclusive ampliado a jurisdição do governo da Repartição do Sul, comandada por Benevides. O Governador, corroborando o pedido da Câmara, pedia a reforma da Tropa Paga sabendo da impossibilidade de mantê-la. Mas, igualmente, tinha conhecimento que deveria aumentar o efetivo de homens e, portanto, pedia socorro ao Conselho Ultramarino e a Coroa. Estes também não podiam ajudar e a única coisa que estava aos seus alcances era autorizar e incentivar, como fizeram, a criação de Companhias de Infantaria custeadas pelos próprios Capitães, sem onerar a já exausta Capitania. A crise política e econômica prejudicara o diálogo e a negociação entre as instituições. Assim, a própria Câmara, pela primeira vez, se negara a renovar as contribuições, que chegaram mesmo com a intervenção do rei, a ficar suspensas por aproximadamente um ano. O diálogo e a negociação só seriam reatados em final de 1649 com a chegada de um novo governador.

2.2.4. Enfim a reforma: a negociação para a implementação da Companhia de Comércio na capitania do Rio de Janeiro e a limitação da autonomia da Câmara do Rio de Janeiro (1649-1652)

A contribuição extraordinária do subsídio do vinho, que tinha como destino a Infantaria e que chegara ao patamar de 16 mil Cruzados (6:400\$000 rs.), foi reestabelecida no governo de Salvador de Brito Pereira (1649-51). Além disso, Câmara e Governador acordaram que aquela arcaria com as despesas para as fortificações da Capitania. O fato fora comunicado ao monarca por meio de carta. Entretanto, Governador e Câmara solicitavam a reforma das Tropas Pagas, já que era “tão pouca a infantaria que não basta para a metade das Companhias”, e por isso, cada uma delas deveria ser reduzida para “100 soldados cada uma”. Ademais, alertava que, ao contrário

do que ocorrera na Bahia, as companhias não poderiam estar reduzidas porque não houvera guerra viva naquela capitania”.⁶¹¹ Assim pela primeira vez Governador e Câmara tinham a mesma posição em relação a reforma.

No dia 22 de agosto de 1649, finalmente, chegava o tão esperado socorro ao Rio de Janeiro, o que motivou o governador a ir à Câmara comunicar o ocorrido. Informou que haviam desembarcado “84 soldados além dos oficiais da ilha de São Miguel que Sua Majestade (...) mandou ali fazer para esta praça por dela lhe ser pedida infantaria até o número de 1.000 pelos oficiais das Câmaras passadas”. Contudo, este quantitativo poderia aumentar, posto alguns soldados ficavam por vir na Ilha da Madeira – o número poderia chegar a quatrocentos homens. Todavia, Sua Majestade não teria como sustentar toda esta Infantaria. Por sua vez, alertava que os soldados haviam sido pedidos pela própria Câmara que não estava cumprindo com suas obrigações, já que não lhes “davam quartel de alojamento, nem farinha, nem carne e não era bem que deixasse de ser socorrido a dita infantaria cada mês por se juntar também as queixas do povo com as demasias dos soldados”. Em decorrência disso, os oficiais da Câmara deveriam de algum modo solucionar a “falta da Fazenda Real”. A Câmara, por seu turno, resolveu, portanto, “fazer uma nova contribuição (...) para acudir a necessidade da infantaria”.⁶¹²

O que é necessário sublinhar aqui é que se atendia ao pedido feito por “oficiais das Câmaras passadas”. Aquela instituição reconhecia as suas responsabilidades. Logo, não é de se estranhar que não tenha havido críticas ao pequeno contingente de soldados enviados, já que, na verdade, a Câmara queria a reforma da Tropa Paga e não o seu aumento, uma vez que a preocupação era diminuir os gastos.

Ao que parece, medidas foram tomadas neste sentido. No mês seguinte, em setembro, a Câmara discutiu como obter farinha de guerra para estes militares. Decidiu-se que o comerciante João Batista, às suas custas, iria enviar um navio a Cananéia, em São Vicente, onde compraria aquele mantimento, até chegar a dez mil alqueires. Ao chegar ao Rio de Janeiro, venderia cada alqueire por meia pataca. Enquanto não fosse vendida toda a carga trazida, ficava proibida a comercialização deste produto por outro comerciante. Já as que chegassem por via marítima seriam vendidas por 1,5 patacas.⁶¹³ A Câmara decidia transferir o custo da alimentação para toda sociedade, sobretudo para quem precisava ir ao mercado comprar esse gênero de primeira necessidade, o que

⁶¹¹ AHU, RJ, AVULSOS, D. 194, Rio de Janeiro, 23/7/1649.

⁶¹² PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 177.

⁶¹³ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 178-9.

excluía os proprietários e arrendadores de terra, ou seja, a elite fluminense.

Em dezembro, os salários completavam dois meses de atraso. Esse fato motivou uma reunião na Câmara para que se discutisse os sucessivos pedidos feitos pelo governador Salvador de Brito Pereira para que desse “ordem a que este povo quisesse dar um donativo de que se fizessem dois socorros para a infantaria pela necessidade que está padecendo há tempos” e que, também, “devia fazer um igual lançamento como do que se tinha feito para a fortificação em tanta quantidade que bastasse aos ditos dois socorros”. A ideia era substituir esta doação pela continuação da vintena, o que foi aceito pelos camaristas. Para isso, seria buscado um donativo de “sete mil Cruzados [2:800\$000 rs.] que é o que parece suficiente para os ditos dois socorros”.⁶¹⁴

A questão ainda estava presente em fevereiro do ano seguinte, e isso motivara outra reunião na Câmara. Nela o Governador da Capitania juntamente com o Provedor da Fazenda Real, devido à falta de recursos, afirmaram que era necessário fazer com que a “república” organizasse alguma maneira de arrecadar dinheiro para que os soldados fossem pagos, evitando “os excessos e desmanchos, que de se virem mal pagos estão cometendo cada dia, em tanto dano e perturbação desta República”.⁶¹⁵

No que se decidiu, com aprovação de todos os que estavam presentes - vereadores, oficiais, cidadãos, Governador, Provedor -, que se lançaria “meia pataca de crescimento em cada canada de vinho, que era o meio de menos opressão e mais suave por sua igualdade para o povo, e que se continuasse com esta contribuição por este ano” e que caso necessário teria que ser renovado. O valor arrecadado ficaria, igualmente, à disposição dos vereadores e oficiais desta Câmara, e esta última decidiria a melhor forma para conseguir arrecadar o dinheiro necessário. A decisão, naturalmente, foi aceita pelo Governador e Provedor da Fazenda Real, representantes diretos da Coroa, que reconheciam a importância daquela instituição e, por conseguinte, negociavam com ela.⁶¹⁶

Contudo, o que se deve sublinhar é que se a própria localidade fazia menção a uma nova contribuição, o Governador-geral, Conde de Castelo Melhor, parecia não ser favorável e, por isso, escrevera ao Governador, em junho de 1650, afirmando que a quantia que existia na Fazenda Real era suficiente para arcar com o pagamento da Tropa

⁶¹⁴ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 181

⁶¹⁵ IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Assento para se impor tributo nos vinhos, para pagamento do presídio e defesa da terra, p. 48.

⁶¹⁶ IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Assento para se impor tributo nos vinhos, para pagamento do presídio e defesa da terra, p. 48.

Paga. Portanto, não era necessário instituir outro imposto, evitando oprimir o povo e descontentar os soldados.⁶¹⁷

A ideia do Conde de Castelo Melhor, que havia saído de Lisboa em novembro de 1649, conduzindo “a primeira frota da Companhia Geral do Comércio”,⁶¹⁸ era evitar revoltas na América lusa contra aquela companhia. Qualquer possível descontentamento, como uma nova taxaço, mesmo que extraordinária, deveria ser evitada. Segundo Barros, a partir da criação da Companhia de Comércio, a arrecadação de impostos pela Câmara ficava comprometida, já que aquela companhia não conseguia abastecer o Rio de Janeiro com os produtos dos quais possuía monopólio, em especial o vinho. Por conta disso, sempre se pedia a redução de gastos. Não se podia aumentar o imposto sobre a produção, pois tornava o açúcar menos lucrativo, o que prejudicaria ainda mais as rendas dos senhores de engenhos e lavradores.⁶¹⁹

O medo de uma revolta da população e da própria Tropa Paga pela falta de produtos de primeira necessidade não estava ausente da mente de todas as pessoas e das instituições. Um ano antes da criação da Companhia de Comércio, em 1648, o monarca contrariou a recomendação do Conselho Ultramarino e permitiu que navios ingleses trouxessem sal para Salvador, já que havia carestia do produto nas praças. A mesma autorização fora dada para um navio inglês ir ao Rio de Janeiro em 30 de maio de 1648. A questão não fora resolvida com esta única autorização. A própria Câmara do Rio de Janeiro pressionou a Coroa, que acabou por negociar e aceitar que a Capitania pudesse fornecer sal para a América lusa.⁶²⁰

O Governador-geral, do mesmo modo, elogiava a atuação do dito Governador e afirmava que seria “muito bom o número de 600 infantas, e esse com tão bons capitães como os que devem ser havendo-o Sua Majestade, Deus o guarde provido”.⁶²¹

No dia 19 de dezembro de 1650, o Conselho Ultramarino analisava duas cartas do governador do Rio de Janeiro, Salvador de Brito Pereira. A primeira, escrita no dia 10 de julho, mostrava como a dificuldade econômica da Fazenda Real se refletia na Tropa Paga.⁶²² A segunda, elaborada no dia 27 de julho, de caráter mais “técnico”,

⁶¹⁷ “Carta para o mesmo governador sobre as fortificações daquela praça, 23/6/1650”. In Biblioteca Nacional (BN). *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Augusto Porto, s/d., Vol. 5, p. 9.

⁶¹⁸ Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*. p. 138.

⁶¹⁹ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 289-90.

⁶²⁰ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 295 e ss.

⁶²¹ “Carta para o mesmo governador sobre as fortificações daquela praça 23/6/1650”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Augusto Porto, s/d., Vol. 5, p. 9.

⁶²² AHU, RJ, AVULSOS, D. 205, Lisboa, 19/12/1650. Cópia deste documento pode ser encontrada em AN, Cód. 61, Vol. 1 p. 329v.

sublinhava as obras que havia feito nas fortalezas da cidade.⁶²³

A primeira carta informava que os moradores estavam na mais completa miséria, por conta da “falta de mantimentos e provimento para suas fazendas e de navios que lhes carregassem seus açúcares fazendo os subir do preço que esperavam”. Na verdade, estava-se a criticar a atuação da Companhia de Comércio, implementada no ano anterior.⁶²⁴

Em decorrência disso, era necessária a reforma das Companhias de Infantaria da Tropa Paga, que passariam de dez Capitães para seis, diminuindo os gastos, já que os quatro que seriam reformados não receberiam nem o soldo de reformados, que era de 10\$000 por mês. O pedido era justificado porque o número de soldados era pequeno e bastariam apenas seis Capitães de Infantaria. Caso sobrassem homens, ou seja, ultrapassassem os seiscentos soldados, seriam distribuídos nas fortalezas da cidade, onde havia poucos. Não existiriam problemas com esta reforma, porque dos dez Capitães de Infantaria, três deles nunca prestaram serviços à Coroa fora daquela praça e um quarto estava quase cego. O Conselho Ultramarino, em resposta, recomendava a reforma e o não pagamento dos Capitães de Infantaria reformados, posto que são “muito ricos”. Assim, teriam a obrigação “de assistir servir e gastar do seu em sua própria defesa com fazem e hão de fazer os mais”.⁶²⁵

Na segunda carta, o Governador informava que havia persuadido os fluminenses “pelos meios mais suaves que lhe é possível, assim porque senão exasperem, com a opressão, pelas muitas e contínuas fintas com que todos esses tempos contribuiram”.⁶²⁶ Ao mesmo tempo, recomendava ao monarca que enviasse para o

(...) Rio de Janeiro, um governador de valor e experiência conhecida da guerra e que tenhas as partes necessárias para granjear por bom modo aos moradores a que contribuam com tudo o que puderem, pois tudo redundará em seu benefício e segurança e oferecendo-lhe que a *despesa e cobrança* se fará *por pessoas eleitas em Câmara* e que ele obre e faça obrar como é necessário e preciso. E que leve pessoa ou pessoas que o ajudem uma das quais poderá ser o tenente Francisco da Cruz, zeloso e inteligente (...).⁶²⁷

A questão ia ficando mais tensa por conta dos problemas gerados com a

⁶²³ AHU, RJ, CA, D. 694, Lisboa, 19/12/1650, documento Publicado em Gilberto Ferrez. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto*, p. 174 e ss. e; AHU, RJ, CA, D. 695, Lisboa, 6/12/1650.

⁶²⁴ AHU, RJ, CA, D. 694, Lisboa, 19/12/1650, documento Publicado em Gilberto Ferrez. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto*, p. 174 e ss. e; AHU, RJ, CA, D. 695, Lisboa, 6/12/1650.

⁶²⁵ AHU, RJ, AVULSOS, D. 205, Lisboa, 19/12/1650. Cópia deste documento pode ser encontrada em AN, Cód. 61, Vol. 1 p. 329v.

⁶²⁶ Gilberto Ferrez. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto*, p. 175.

⁶²⁷ Gilberto Ferrez. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto*, p. 177. Grifou-se.

Companhia de Comércio. Rastreando a documentação, percebe-se que a arrecadação, destinada ao pagamento dos soldos da Tropa Paga, deixava de ser feita pela Câmara e passava a ser de competência da Companhia de Comércio. O fato, igualmente fica claro pelas palavras do Governador que recomendava que *despesa e cobrança* ficasse à cargo da Câmara. De maneira que àquele instituição perdia espaço, mas não a prerrogativa de negociar. O que motivara o Governador, usando de sua autonomia, a pedir que a Câmara voltasse a controlar a arrecadação.

Em janeiro 1651, o monarca escrevia ao Governador-geral, Conde de Castelo Melhor, a respeito daquela primeira carta do Governador direcionada ao Conselho Ultramarino em dezembro de 1650. Nela afirmava que não havia recursos suficientes para sustentar aqueles soldados, sobretudo porque na “paga do presídio se gastar sem fruto e em soldos de pessoas que os não merecem e de outros ricos e poderosos que mais deveram contribuir para sua própria defesa”. Por isso, “esses quatro capitães reformados que ordenei houvesse ali se escusem de todos e se lhes não paguem mais soldo” e que se reduzam as companhias de dez para seis e “por elas se reparta, a infantaria enchendo as companhias da gente necessária do que as dez estão faltas e a que sobejar se reparta pelos dois fortes da Barra”.⁶²⁸ Outra carta para o Governador-geral, com igual teor, fora escrita em maio daquele ano, talvez para reforçar aquela ordem.⁶²⁹ Pela primeira vez, o monarca ordenava a reforma da Tropa Paga no Rio de Janeiro. A ideia era aliviar a tensão, provocada pela criação da Companhia de Comércio.

A queixa de falta de recursos, como já vimos, era antiga. Agora, no entanto, ela deveria ser atacada. A tensão interna na Capitania era enorme. A reforma começava realmente a ganhar corpo, porque o rei decidira executá-la. Mas também porque Governador e Câmara, desde 1649, tinha a mesma posição, ambas defendiam a reforma da Tropa Paga. Desta feita, as Companhias de Infantaria daquele corpo militar não poderiam ter “menos que 100 infantes e que a artilharia a governe um capitão que se entende é mui bastante e não hajam tantos tenentes e sargentos-maiores”. Logo, se evitariam gastos inúteis, já que era necessário ter os soldos em dia, posto que “(...) os oficiais superiores e maiores da guerra vencem e se lhes pagam soldos tão largos e avantajados”. A economia e a consequente regularização do pagamento dos soldos

⁶²⁸ “Carta de Sua Majestade sobre a reformação dos Capitães do Rio de Janeiro, 11/1/1651”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944, Vol. 65, p. 368-9.

⁶²⁹ “Carta de Sua Majestade sobre se haver de executar a reformação nos Terços desta Praça, 10/5/1651”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944, Vol. 66, p. 12-3.

seriam benéficas não apenas para a Coroa, mas para a própria população fluminense. Os Oficiais Superiores da Tropa Paga teriam dinheiro para pagar os alugueis de suas casas. Igualmente, poder-se-ia, com o dinheiro economizado, construir alojamentos para os soldados. Novas contribuições, portanto, seriam desnecessárias, o que agradaria a população local, que por sua vez deixaria de ter suas casas requisitadas para serem dadas aos soldados.⁶³⁰

Assim, se a sociedade fluminense estava descontente com a Companhia de Comércio, podia ficar um pouco menos, porque agora não seria mais obrigadas a ceder suas residências para que soldados e Capitães de Infantaria se alojassem. Outras determinações eram passadas, os Capitães de Infantaria da Tropa Paga, como ordenava o Regimento das Fronteiras, caso tivessem dois ofícios, deveriam escolher um deles para receber soldos.⁶³¹

Movimento similar ocorria na Europa, segundo Parker. Naquele continente era uma prática comum requisitar casas de particulares para alojar as tropas, o que tornava as guarnições modestas. Quando se começou a pensar na construção de alojamentos também se iniciou o pagamento de contribuições e impostos diretamente em dinheiro ou gêneros pelas comunidades. De modo que pudessem ser evitados os constantes saques que os próprios soldados aliados faziam nas cidades que tinham que defender. Destarte, o que temos que pensar é até que ponto interessavam à Câmara do Rio de Janeiro as contribuições voluntárias. Seria pelo fato de se mostrarem leais à nova dinastia? Para melhorarem a proteção contra os batavos, apenas? Para evitarem que estes soldados saqueassem a cidade e causassem distúrbios, uma vez que os soldos constantemente atrasavam?⁶³² Como veremos, as contribuições voluntárias administradas pela Câmara acabavam nas mãos dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga para que pagassem os soldos de seus soldados. Elas se constituíam em um importante meio de acesso e apropriação da riqueza produzida pela sociedade fluminense.

É nesse contexto que o Sargento-mor da Tropa Paga Francisco da Cruz (1651-54), vindo do Rio de Janeiro, se apresentou perante o Conselho Ultramarino em junho de 1651. Além de reclamar da falta de mantimentos, vinho, farinha, azeite e bacalhau, que a Companhia do Comércio, recém-criada, não levava, informava que alguns

⁶³⁰ “Cópia da Carta de Sua Majestade sobre a informação que veio com a carta acima, 10/5/1651”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944, Vol. 66, p. 13-4.

⁶³¹ Cópia da Carta de Sua Majestade sobre a informação que veio com a carta acima, 10/5/1651”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944, Vol. 66, p. 13-4.

⁶³² Geoffrey Parker. “O soldado”, p. 44 e ss.

soldados estavam se ausentando do presídio.⁶³³

Por este documento é possível ver que no alarde que fora realizado em janeiro de 1651, ainda no governo de Salvador de Brito Pereira, se acharam “850 soldados que é a notícia que tinham de com abundância ser providos, e socorridos dos dois efeitos que Vossa Majestade tem naquela praça de dízimos e imposição de vinhos com a Companhia Geral que estavam esperando”. Porém, devido ao fato de que a Companhia não trouxera produtos, ficou impossível conseguir fundos para serem usados no pagamento da Tropa Paga. Os soldados foram fugindo e alguns começaram a pedir “esmolas pelas portas dos moradores, coisa jamais sucedida”, de maneira que quando o Governador partiu havia apenas duzentos e cinquenta militares. Mas, mesmo se a Companhia conseguisse introduzir todos aqueles mantimentos, a Tropa Paga não teria como se alimentar, já que se a “praça tivesse o socorro dado com tão subido preço no sustento, senão poderiam sustentar e do que lhe dá Vossa Majestade, ocasião de deixar a minha partida, entre doentes 600 soldados”. A saída, segundo o Sargento-mor Francisco da Cruz, era que “os gêneros do estanque para que todos possam carregar comprar e negociar” seja livre, “como de antes”.⁶³⁴ Portanto, proceder na reforma e com ela o fim do subsídio era também importante para baratear o preço do vinho, que devido ao monopólio da Companhia tinha aumentado.

A partir daí, segundo Barros, o Conselho Ultramarino passou a apoiar as Câmaras do Estado do Brasil contra a Companhia do Comércio, já que esta não conseguia introduzir quantidade suficiente dos produtos dos quais tinha o monopólio, o que comprometia a arrecadação e conseqüentemente o pagamento dos soldos da Tropa Paga.⁶³⁵ De maneira que o risco de uma revolta era iminente, como já ocorrera em outros lugares e na própria Capitania. Mas, ao mesmo tempo, como demonstrou Loureiro, devido a posição unívoca entre Governador e Câmara, que pediam a reforma, o Conselho, como ratificador dos acordos, apenas confirmava o que já havia sido negociado anteriormente.⁶³⁶

A crise ganhava outras feições. Até porque depois de 1649, quando da derrota dos batavos na segunda Batalha dos Guararapes, segundo Mello, começava a derrocada destes na América Lusa.⁶³⁷ O clima de instabilidade agora era introduzido pela

⁶³³ AHU, RJ, AVULSOS, D. 207, Lisboa, 7/6/1651. No capítulo 3 observaremos melhor este evento.

⁶³⁴ AHU, RJ, AVULSOS, D. 207, Lisboa, 7/6/1651.

⁶³⁵ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 306 e ss.

⁶³⁶ Marcello Loureiro. *Iustitiam Dare*.

⁶³⁷ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*.

insatisfação dos fluminenses que podiam se revoltar contra a Companhia de Comércio.

De maneira que o novo governador, D. Luís de Almeida (1652-57), que já estivera no posto entre 1648-1649, e que vinha substituir Antônio Galvão (1651-52), escrevera, ainda em Lisboa, para o monarca, em 1651. Na carta, além de informar o que era necessário fazer para melhor governar aquela Capitania, também fazia um histórico de sua passagem naquele governo. Sublinhava que já era comum o atraso dos soldos nas Companhias de Infantaria e que o pagamento dos soldados, quando realizado, não era feito em “mão própria não havendo cadernos das companhias, nem lugar da matrícula da infantaria, ajustado com a clareza que convém”, o que o levou a criar e pagar aos próprios soldados. O problema não era a Companhia de Comércio, uma vez que a questão era anterior a esta. Sendo que era necessário 36\$500 rs. para pagar a Tropa Paga todo ano, que junto com os outros soldos chegava a 43\$500 rs. Para honrar esse valor, tinha aproximadamente 48\$000 rs. por ano. Metade deste montante era destinado à compra das fardas que eram distribuídas para os soldados e a outra metade para os oficiais. Havia uma diferença de 4\$500 rs., que poderia ser quitada pelo rendimento do sal.⁶³⁸ Os dízimos que poderiam ser usados para cobrir esta diferença deveriam deixar de ser remetidos para a Bahia. Os subsídios dos vinhos alcançavam 16\$000 rs. por ano e poderiam ser arrematado sem praça.

Em relação aos aspectos humanos, pedia que o monarca lhe desse trezentos soldados, que seriam distribuídos entre as três Companhias de Infantaria da Tropa Paga, já que a praça não podia sustentar maior número. Em decorrência disso, o monarca deveria mandar ordens para que “**reformem** aqueles [os Capitães de Infantaria e soldados] que convier, assim por sua impossibilidade como por falta de doação de suas companhias pois há alguns que as não tem como convém para levarem o soldo”.⁶³⁹

O pedido de D. Luís de Almeida, antes mesmo de assumir o governo, fora atendido em parte. Assim, em novembro de 1651, dez capitães se apresentaram para que a Coroa escolhesse três destes para serem responsáveis por conduzirem os trezentos soldados que o novo Governador pedira, além do próprio.⁶⁴⁰

Acompanharam D. Luís de Almeida na travessia apenas oitenta e quatro soldados.⁶⁴¹ Assim o que se deve imaginar é que a Coroa via que o envio de soldados

⁶³⁸ O que como vimos era um problema, posto que um dos produtos do qual a Companhia tinha o monopólio.

⁶³⁹ AHU, RJ, AVULSOS, D. 208, Lisboa, 20/6/1651. Grifou-se.

⁶⁴⁰ AHU, RJ, AVULSOS, D. 214, Lisboa, 7/11/1651.

⁶⁴¹ Vide Tabela 6.

para o Rio de Janeiro, uma força repressiva significava, talvez “facilitasse” a vida da Companhia de Comércio. Mas a imposição não podia ser muito dura. O sustento destes soldados deveria ser providenciado pela própria Companhia e não mais pela Câmara. Até mesmo porque, no ano seguinte, em 1652, a Câmara negaria o pedido feito por aquele governador de arrumar recursos para pagar os soldados.⁶⁴²

A reforma também voltou a ser pedida pela Câmara do Rio de Janeiro, em julho de 1651, uma vez que na praça eram quatrocentos infantes dos quais “muitos meninos (...) feitos de Vossos criados de Ministros, e outros que não servem as Companhias, de tal maneira, que não podem estas entrar de guarda sem se acudir as outras”. O número elevado de dez Companhias de Infantaria da Tropa Paga era para que os Governadores pudessem “ostentar autoridade com a assistência de tantos Capitães, e oficiais tão a custa dos moradores desta terra”, por isso se deveria “livrar este povo, e mandar fazer **reformações** destas companhias”.⁶⁴³

Todavia, o monarca não estava acompanhando de perto apenas a reforma da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro, e sim de toda a América lusa, como comprova a carta escrita pelo Governador-geral, Conde de Castelo Melhor, àquele. Depois de ler a relação feita em 27 de maio de 1651 pelo Governador-geral de “todas as capitanias e postos de que esse exército constava de presente, quem os ocupava e porque provimentos e os que se haviam criado de novo e por que governadores”, o rei, em setembro de 1651, determinou que “não houvessem (sic) praças fantásticas, nem terços e companhias diminutas, gastando-se e consumindo-se sem fruto a Fazenda que não há e particularmente para alívio desses vassallos” e ordenava que a “**reformação** se faça infalivelmente e sem mais réplicas”. As Tropas Pagas no Rio de Janeiro então seriam distribuídas em dois terços, com “dois capelães-mores por assim ser conveniente e na artilharia um tenente general, que servirá com dois capitães [de artilharia]”.⁶⁴⁴

Apesar de determinar que se fizesse a reforma para, em especial, diminuir os gastos, o próprio monarca reconhecia que a Tropa Paga não era suficiente. Isto fica claro na carta que escreveu no mês seguinte para o Governador. Nela avisava que, devido às notícias que chegavam de Pernambuco, a paz com os holandeses estava distante. Era necessária a prevenção, já que na praça do Rio de Janeiro se “acha com tão pouca infantaria, e munições pelas que tenho remetido à Companhia [do Comércio], que

⁶⁴² Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 144.

⁶⁴³ AHU, RJ, AVULSOS, D. 211, Rio de Janeiro, 30/7/1651. Grifou-se.

⁶⁴⁴ “Carta de Sua Majestade sobre a reformação, 21/9/1651”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944, Vol. 66, p. 37-9. Grifou-se.

me não dá lugar a socorrer a você [Governador do Rio de Janeiro] com coisa alguma e muito menos com mantimentos”. Por isso, o Governador deveria usar os meios que achasse melhor para aumentar o número de soldados na Infantaria, além de arregimentar o grande número de homens que desertava daquele presídio em direção à Bahia. Mas, mesmo se estas ações não obtivessem êxito, bastaria “a disposição, e valor de você [o Governador] para me ter descansado, e a essa capitania sem perigo.”⁶⁴⁵

No dia 27 de novembro de 1651, Castelo Melhor, Governador-geral, recebia uma carta do monarca dizendo que a reforma das Tropas Pagas na capitania do Rio de Janeiro deveria ser realmente implementada. Isso o motivou a escrever ao Governador para que o mesmo começasse a “fazer a **reformação** desse presídio: entendendo, que ficará sua disciplina reduzida a melhor forma, e com grandes alívios a Fazenda; para que você tenha mais lugar de acudir as fortificações”.⁶⁴⁶

O fato ficou mais claramente registrado no dia seguinte, em outra carta escrita por Castelo Melhor ao mesmo Governador. Nela se sublinhava que a Capitania estava completamente sem recursos, tanto os provenientes da Fazenda Real, quanto os donativos que eram pagos pela Câmara. Esses, como sabemos, eram vitais para a manutenção do pagamento e dos gastos com a Tropa Paga. A situação piorava, porque os gastos feitos “sem fruto e em soldos de pessoas que os não merecem e de outros ricos e poderosos que mais deveriam contribuir para sua própria defesa (como fazem os mais)”, não eram feitos. A reforma era importantíssima para que se pudesse “*atalhar as queixas e animar aqueles vassalos*”. A diminuição dos gastos começaria com o não pagamento dos soldos dos “quatro capitães reformados que ordenei [o monarca] [que] houvesse ali se escusassem de todas e se lhes não pague mais soldo”. Já as dez Capitânicas de Infantaria da Tropa Paga se reduziriam a somente seis - seus soldados seriam repartidos entre todas as Companhias. Os que sobrassem seriam distribuídos nos “dois fortes da barra que tem disso precisa necessidade e para mais partes que parecer”. Estas ordens foram registradas no Rio de Janeiro somente no ano seguinte, mais precisamente no dia 6 de fevereiro de 1652.⁶⁴⁷ A reforma finalmente se concretizava.

⁶⁴⁵ “Carta para o governador do Rio de Janeiro Antônio Galvão sobre a notícia do inimigo, 17/10/1651”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Augusto Porto, s/d., Vol. 5, p. 33-4. A Mesma carta aparece em “Carta para o governador do Rio de Janeiro Antônio Galvão sobre a notícia do inimigo, 17/10/1651”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Augusto Porto, s/d, vol. 33, p. 253.

⁶⁴⁶ “Carta para o governador da capitania do Rio de Janeiro Antônio Galvão, 27/11/1651”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Augusto Porto, s/d., Vol. 5, p. 39-40. Grifou-se.

⁶⁴⁷ AN, Cód. 61, Vol. 2 p. 1. Grifou-se.

Portanto, do governo de Salvador de Brito Pereira (1649) até a implementação da Companhia de Comércio na Capitania (1650-51), a Câmara continuou atuando na arrecadação e na administração desses impostos extraordinários que tinham o objetivo de sustentar a Tropa Paga. Agora conjuntamente, Governo e Câmara do Rio de Janeiro relatavam que não havia recursos suficientes para manter aquele *corpus* militar e era necessário a sua reforma. Todavia, a Câmara ainda se mostrava interessada em negociar estes impostos extraordinários desde que continuassem a administrá-los. Porém, o novo Governador-geral, que chegava à América com a primeira viagem da Companhia de Comércio, sabia que haveria problemas para sua efetivação e se mostrava receoso. Dever-se-ia diminuir ao máximo possíveis inquietações. Uma das quais poderia vir das renovações das taxas extraordinárias, dos próprios soldados e do aumento do preço do vinho. Por isso, se colocou contrário a elas. O monarca também partilhava da mesma opinião. Logo, na medida em que a capitania do Rio de Janeiro começou a reclamar que a Companhia de Comércio atrapalhava a economia dificultando a arrecadação daqueles impostos, o próprio rei aceitava que era necessária a reforma da Tropa Paga e a extinção daquelas taxas. De igual maneira seguia o que havia sido recomendado pelo Conselho Ultramarino, que na verdade só acatava a negociação, o acordo, feito entre o Governador e a Câmara. Fora o que foi feito, limitando assim a autonomia que a Câmara possuía em termos da administração dos recursos do subsídio do vinho.

A reforma, portanto, fora mais um dos elementos negociados entre aqueles diversos segmentos sociais e instituições, americanas ou reinóis, que possibilitavam manter a ordem na sociedade fluminense. Essa reforma permitia a própria reprodução social e a manutenção da soberania lusa na região.

2.2.5. Um balanço econômico e humano: a importância do controle das contribuições extraordinárias pela Câmara do Rio de Janeiro (1640-1652)

No início dos *seiscentos*, ainda sob a dinastia dos Habsburgos, houve um grande crescimento econômico na Capitania do Rio de Janeiro, o que foi acompanhado do aumento do número de militares da Tropa Paga. Assim, se, em 1616, havia vinte e oito soldados⁶⁴⁸, em 1639, passaram a quinhentos e cinquenta.⁶⁴⁹ Conseguimos, naquele período, detectar a chegada de reforços de setecentos e vinte e sete homens, a saber: em

⁶⁴⁸ “Alvará de 24 de outubro de 1616. Livro segundo do governo do Brasil”, p. 20.

⁶⁴⁹ *CARTAS DO CONDE DA TORRE*, Volume II, p. 322-323. Vide Tabela 5.

1624, oitenta⁶⁵⁰; em 1633-4, cento e trinta e cinco⁶⁵¹; em 1635, duzentos e doze⁶⁵² e; em 1637, trezentos.⁶⁵³ Após a Restauração lusa (1640) e ao longo da década seguinte, devido à crise econômica e política que se abatera no mundo luso, incluindo o Rio de Janeiro, o número de soldados naquela Capitania diminuiu, tendo como média algo em torno de trezentos soldados.⁶⁵⁴ Do mesmo modo, o número de homens enviados para lá, se comparado ao período anterior, também foi menor. Não levando em consideração os soldados que vieram para o Rio de Janeiro, mas que tinham por destino final Angola, conseguimos detectar apenas o desembarque de cento e noventa e quatro homens, sendo: oitenta, em 1646; oitenta e quatro, em 1649; trezentos, em 1651.⁶⁵⁵

Contudo, o número de soldados na praça estava longe de ser insignificante, apesar das sucessivas reclamações apresentadas. Como falamos na introdução deste trabalho, os dados populacionais para o Rio de Janeiro nos seiscentos são muito escassos e problemáticos. Todavia, nos permitem um questionamento importante. Segundo Abreu, em 1644, havia vinte mil almas naquela Capitania.⁶⁵⁶ Portanto, aproximadamente 1% da população da Capitania pertencia a Tropa Paga. Um número bastante expressivo. Estas pessoas, em sua imensa maioria, não estavam ligadas às atividades agrícolas. Mas, a questão torna-se ainda mais problemática se levarmos em consideração que na Europa muitos soldados eram acompanhados por suas mulheres, amantes, criados e lacaios, que naturalmente também precisavam ser alimentados.⁶⁵⁷ Embora pareça não ser o caso na América, uma vez que não encontramos indício disto na documentação. Contudo, é difícil imaginar que ao chegarem ao Novo Mundo, numa sociedade escravista, não quisessem também ser proprietários de cativos.

Como se pode perceber, a partir de 1640, se deu a diminuição do número de soldados na Tropa Paga, voltando a crescer a partir de 1647. Nesse intervalo, o seu quantitativo sempre fora considerado insuficiente e girava em torno de trezentos soldados. Várias instituições, reinóis e americanas, pediram à Coroa que enviasse socorro ou lhe alertavam do número de soldados que consideravam ideal para a sua

⁶⁵⁰ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 71-2.

⁶⁵¹ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 70; AHU, RJ, AVULSOS, D. 37, Rio de Janeiro, 29/7/1634 e; Gilberto Ferrez. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto*, p. 121-122.

⁶⁵² AHU, RJ, AVULSOS, D. 64, Lisboa, 22/12/1635.

⁶⁵³ AHU, RJ, AVULSOS, D. 73, [Lisboa, 2/5/1637] e PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 21. Vide Tabela 6.

⁶⁵⁴ Vide Tabela 5 e Gráfico 1.

⁶⁵⁵ Vide Tabela 6.

⁶⁵⁶ Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, vol. 1, p. 368 e ss.

⁶⁵⁷ Geoffrey Parker. “O soldado”, p. 49.

efetiva defesa.⁶⁵⁸

O descompasso entre o número considerado ideal e o número real de soldados existentes deve ser explicado pelas dificuldades econômicas e por causa da necessidade de aumentar os gastos com a proteção do Estado do Brasil. Carrara apontou que, entre 1622 e 1640, havia no Estado do Brasil um elevado crescimento das despesas militares e uma queda da receita proveniente da diminuição do comércio externo. Para dar conta desse aumento das despesas no Estado do Brasil houve um aumento da carga tributária e de “sua participação no conjunto das rendas do império português”; enquanto no reino, após a Aclamação de D. João IV, movimento inverso ocorria, ou seja, se reduziam os impostos e taxas. É provável que a capitania do Rio de Janeiro tenha seguido a tendência do Estado do Brasil.⁶⁵⁹

Posição contrária fora apresentada por Abreu, que sublinhou que a Fazenda Real no Rio de Janeiro conheceu um crescimento na arrematação dos dízimos daquela Capitania na primeira metade dos seiscentos.⁶⁶⁰ Esse fato permitiu o autor a afirmar que

A primeira queda na arrematação ocorreu logo depois da Restauração Portuguesa, quando o valor decresceu em um terço, em comparação ao anterior, consequência das incertezas do momento político, da perda de Angola para os holandeses e de uma grande epidemia de varíola, que se alastraria até 1645, causando grande mortandade na escravaria.⁶⁶¹

Os dízimos eram fundamentais, já que, segundo Luciano Figueiredo, os seus contratadores eram os responsáveis por pagar os soldos e a farinha das Tropas Pagas. As fardas ficavam sob responsabilidade da Fazenda Real, que nem sempre cumpria com sua obrigação.⁶⁶² Como vimos para o Rio de Janeiro, a Câmara teve que, em alguns momentos, comprar “farinha de guerra” e fardas para distribuir a Tropa Paga.

Para Carrara, desde o início da invasão batava na América (1624) e das necessidades de cobrir os gastos com a defesa, havia constantes déficits na Fazenda Real do Estado do Brasil, o que se agravou nos anos de 1630, quando as Câmaras municipais foram chamadas a contribuir. Sendo instituída, logo no ano de 1631, a vintena, cujo valor seria destinado ao “sustento do exército e a manutenção das

⁶⁵⁸ Vide Tabelas 5 e 8.

⁶⁵⁹ Ângelo Carrara. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*, p. 77-8.

⁶⁶⁰ Vide Tabela 9 e Gráfico 2.

⁶⁶¹ Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, Vol. 2, p. 53.

⁶⁶² Luciano Figueiredo. “Equilíbrio distante: o Leviatã dos Sete Mares e as agruras da Fazenda Real na provincial fluminense, séculos XVII e XVIII”, p. 158. Talvez, por isso, também houvesse a divisão nos soldos dos soldados, uma parte em dinheiro, paga pelos contratadores do dízimo e a outra parte paga pela Fazenda Real, em panos, como vimos acima.

fortalezas”. Todavia, apesar do crescimento na arrecadação do dízimo naquela década, ao seu final voltaria a cair, sendo necessárias outras fontes de receita. Começaram a “surgir outras rubricas, variáveis segundo as necessidades específicas de cada capitania, sob a administração das câmaras municipais”.⁶⁶³ Todavia, como Barros enfatizou, ao final do período dos Habsburgos, mais particularmente após 1630, com a criação de novos impostos e taxas, não havia recursos para pagar os soldados da Tropa Paga.⁶⁶⁴ No Rio de Janeiro, houve um “aumento considerável na variedade de tributos – mas enfatize-se: variedade, não volume”.⁶⁶⁵ A despesa, que até o ano de 1640 era de 2:500\$000 rs., passou para 21:328\$840 rs., tendo como receita 13:333\$200 rs., o que dava um déficit de 7:995\$640 rs. sendo coberto pelo envio de dinheiro da Bahia.⁶⁶⁶

Esta dificuldade econômica teria impossibilitado o aumento dos soldos da Tropa Paga. Situação que só mudaria em 1700.⁶⁶⁷ Destarte, a manutenção das forças militares na capitania do Rio de Janeiro, que se deu entre a Restauração Lusa (1640) e a reforma da Tropa Paga (1652), ocorreu neste contexto. Os poucos recursos existentes na Capitania dificultavam o pagamento dos soldos e comprometia o cotidiano da cidade em outras áreas.⁶⁶⁸

Na capitania do Rio de Janeiro, ao contrário do que recomendava o Regimento das Fronteiras (1645). O pagamento feito à Tropa Paga continuava a ser feito em produto - no caso açúcar e tecido -, pelo menos até o final da década de 1640, como pode ser visto na ordem que o Governador-geral Antônio Teles da Silva passava ao Provedor do Rio de Janeiro, para que este saldasse os soldos daquele ano de 1648 e 1649. Dizia Teles da Silva que os pagamentos deveriam ser feitos “(...) em açúcar como

⁶⁶³ Angelo Carrara. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*, p. 99-100. Citações 99 e 100.

⁶⁶⁴ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 289.

⁶⁶⁵ Angelo Carrara. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*, p. 100.

⁶⁶⁶ Angelo Carrara. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*, p. 102. A dificuldade econômica não era apenas no Rio de Janeiro, como Hespânia apontou já era sentida no reino desde o século XVI, tendo piorado com a dinastia dos Braganças. Cf. Antônio Manuel Hespânia. “As finanças da Guerra”. In Antônio Manuel Hespânia. (Coord.). *Nova História Militar*, p. 176 e ss.

⁶⁶⁷ Angelo Carrara. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*, p. 77-8 e 85.

⁶⁶⁸ Acrescente a este problema outras necessidades que também geravam gastos. Em julho de 1639, por exemplo, a Câmara do Rio de Janeiro, juntamente com uma série de pessoas ilustres, entre elas, o ouvidor-geral da Repartição Sul, se reuniram e resolveram pedir aos moradores da cidade, devido à falta de recursos, que contribuíssem na reforma da “cadeia e casa do Conselho” que estavam arruinados e, por isso, os criminosos não ficavam presos e ninguém queira servir como carcereiro. A questão não foi resolvida, porque, em 24 de abril de 1641, novamente os oficiais da Câmara se reuniram e voltaram a reclamar com o ouvidor-geral que a cadeia estava em péssimas condições. A Câmara contratou o pedreiro Francisco Monteiro, que receberia por cada braça de parede de dois palmos e meio 3\$000 rs. Sendo que no início da obra, no dia 4 de janeiro de 1640, recebeu 200\$000 rs. Para o carpinteiro, que deveria providenciar toda a madeira para àquela obra, que ocorreria entre os meses de fevereiro e março de 1640, a Câmara pagaria, ao final da construção, 96\$560 rs. Cf. PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 34, 35, 38 e 49. Citação p. 35.

valer a dinheiro decontado (sic) visto não haver dinheiro na terra e por essa causa contrataram os dízimos de açúcar e fazenda [tecido] como dito é (...).⁶⁶⁹ Isso mostra mais uma vez a autonomia que esse possuía, já que, como vimos, uma de suas funções era zelar para que o pagamento fosse feito em espécie.⁶⁷⁰

Se nos apoiarmos em Tilly, teremos a ideia de que o pagamento em pano seria uma especificidade lusa, visto que o autor sublinhou que embora houvesse várias maneiras dos Estados europeus pagarem seus recrutados, geralmente o faziam em espécie. Contudo, esse mecanismo só funcionava bem onde existia uma economia monetizada e com “pronta disponibilidade de crédito”.⁶⁷¹ Algo que Fragoso mostrou não existir na economia fluminense nesse período.⁶⁷² Esse era um grande problema, como pontuou o próprio Tilly, já que os agentes responsáveis pela cobrança dos impostos não eram capazes de mensurar os recursos de forma precisa. Isso acarretava numa tributação imposta, ineficiente e injusta, e que leva à resistência por parte de quem pagava.⁶⁷³

Se nos basearmos em estudos mais próximos a questões militares, como os de Parker, veremos que este tipo de pagamento não era uma particularidade lusa. Para este autor, os soldados depois de arrolados “recebiam uma quantia em dinheiro e por vezes roupa, comida e alojamento gratuito enquanto durava o recrutamento”. Sendo que ao receber o primeiro pagamento, que era entregue ao capitão, este descontava o que havia sido gasto com comida, dinheiro e vestuário. Assim, na década de 1640, era comum que o pagamento dos soldados na Europa fosse distribuído entre metade e um terço em gêneros. Isso era vantajoso tanto para quem recebia, que geralmente gastava imediatamente todo o seu dinheiro, quanto para o Estado.⁶⁷⁴

⁶⁶⁹ “Registro da folha geral que veio da Bahia”. In Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ) - Códice 61– Provedoria da Fazenda Real da Capitania do Rio de Janeiro (Cód. 61), Vol. 1, p. 317v. O fato não era novidade, ocorria desde pelo menos 1613. Como fica claro na informação passada pelo Provedor-mor e Contador-mor do Estado do Brasil, ao monarca em 1625, que havia pagado 2/3 em fazenda e apenas 1/3 em dinheiro. Embora no Rio de Janeiro os soldados estivessem acostumados a receber metade em espécie e metade em fazendas. Todavia, os soldados não deveriam gostar de receber em “pano”. Prática que será, em 1645, com o Regimento das Fronteiras proibido, em seu capítulo 73. O mesmo voltou a ocorrer em 1616-17, quando a Fazenda Real naquela Capitania tinha que arcar com o pagamento de 2:600\$000 rs. e o fez da seguinte forma: 1:400\$000 rs. em dinheiro e 1:200\$000 rs. em pano. Cf. “Certidão sobre pagamentos aos soldados, parte em fazendas, parte em dinheiro. *Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607- 1633)*”, p. 62-3, 67 e 357; João Salvado e Susana Miranda. (ed.). *Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*. Lisboa: CNCDP, 2001, p. 213 e; “Capítulo 73 do Regimento das Fronteiras”. In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p. 639 a 650.

⁶⁷⁰ “Capítulos 34 e 73 do Regimento das Fronteiras”. In: Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p. 639 e 650.

⁶⁷¹ Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*, p. 144.

⁶⁷² João Fragoso. “Imperial (re)visions”.

⁶⁷³ Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*, p. 144.

⁶⁷⁴ Geoffrey Parker. “O soldado”, p. 37-8 e 46.

Para o Rio de Janeiro, as duas perspectivas estavam presentes. O pagamento em tecido tornava a cobrança mais suave, uma vez que a economia daquela Capitania não era *monetizada*, o que era um grande problema. Por outro lado, os soldados no seu cotidiano, para ter acesso aos itens básicos necessários para sua sobrevivência, não precisavam ou diminuía a necessidade de ir ao mercado colonial, marcado pela carestia, em razão da baixa ou nenhuma produtividade. Mas, também era vantajoso para os Capitães, como iremos ver à frente.

Mas, voltemos à dificuldade de honrar o pagamento dos soldos. O quadro, apesar da diminuição de soldados entre os anos de 1640-47, continuou o mesmo, já que o dízimo recolhido pela Fazenda Real não cobria os gastos.⁶⁷⁵ Portanto, aqueles sucessivos pedidos de envio de socorro para completar o número que era considerado ideal de militares que deveriam guarnecer a Capitania não podiam ser atendidos pela total impossibilidade financeira da Coroa e da própria localidade. Para tentar remediar a questão, contribuições extraordinárias foram (re)criadas.

A falta de homens na Tropa Paga não era um problema exclusivo do Rio de Janeiro, também ocorria na Bahia. O que poderia mostrar “uma carga fiscal menos opressiva”, já que teriam poucos soldados a serem pagos. Contudo, o que Barros sublinhou é que os Governadores-gerais e os Governadores tinham uma dependência “frente à boa vontade das elites locais” e que a ambos interessava a reforma dos presídios, o que trazia um bom relacionamento entre as partes, já que se buscava o bem comum.⁶⁷⁶ Para o Rio de Janeiro no período estudado não fora isso o que ocorrera. O primeiro pedido de reforma fora feito pela Câmara, em 1641, que depois não se cansava de repeti-lo. O Governo-geral e o Governador demoraram alguns anos para fazerem eco à solicitação daquela instituição: o primeiro, em 1643, e; o segundo, em 1644. O bom relacionamento ocorria, não por conta da mesma posição em relação à reforma, mas sim, por conta da autonomia que o Governador possuía que lhe permitia negociar com a Câmara para que esta tivesse um protagonismo na manutenção da Tropa Paga e das sucessivas renovações dos impostos extraordinários.

Estas negociações eram fundamentais, como mostrou Loureiro. Permitiam que as elites do Rio de Janeiro participassem das decisões, “movimentando redes transoceânicas, de que dependiam os reis para viabilizar e tornar prática a política ultramarina”. Produziam dados que ajudavam a Coroa a deliberar e tomar decisões, uma vez

⁶⁷⁵ Vide Tabela 9, 10 e; Gráfico 2 e 3.

⁶⁷⁶ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 289. Citação p. 289.

que faziam as informações circularem. Mas, acima de tudo, conectavam o Rio de Janeiro a Monarquia Pluricontinental, uma vez que “aproximavam largos interesses, para além das redes ou do comércio”.⁶⁷⁷

Queremos, mais uma vez destacar, o protagonismo da Câmara do Rio de Janeiro e a sua influência nos assuntos militares, sobretudo no financiamento da Tropa Paga. Esta propunha constantemente a renovação de impostos extraordinários, como a vintena, por exemplo. Tal ato correspondia a uma estratégia importantíssima para a localidade, que assim, para além de sua capacidade, podia se mostrar, perante a Coroa, participativa no esforço da guerra. O que constrangeria o monarca a não aumentar estas mesmas contribuições, que também se via obrigado a ajudar de algum modo. De forma que a carga fiscal nas conquistas, relativa à defesa, poderia ficar menor que a do reino.⁶⁷⁸

Apesar de tudo isso, após a Restauração lusa, os salários dos Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga aumentaram.⁶⁷⁹

Acreditamos que a preocupação naquele instante era de cooptar não só os militares, mas as elites fluminenses. Desta forma, como no reino, houve a preocupação de se criar lealdades, como apontaram Mafalda Cunha e Nuno Monteiro. Esses autores afirmaram que mais títulos nobiliárquicos foram doados pela nova dinastia para a nobreza como retribuição aos serviços prestados no período entre 1610 e 1790, que se tornaram o principal caminho para alcançar “el título que les faltaba para lograr la grandeza(...)”.⁶⁸⁰

A cooptação para os quadros da Tropa Paga eram fundamentais, já que introduzia, entre os Oficiais Superiores e Inferiores, padrões de circulação diferentes e consequentemente lógicas sociais igualmente distintas entre estes agentes, o que iremos mostrar nos próximos capítulos.

Mas, o problema de como pagar estes soldos persistia. Os donativos, que poderiam ajudar, provavelmente não eram recolhidos, o que era admitido pela Câmara. E os Governadores com ligações locais pouco faziam para tal e teimavam em repetir ao Conselho Ultramarino as dificuldades econômicas pelas quais passava o Rio de

⁶⁷⁷ Marcello Loureiro. *Iustitiam Dare*, p. 62.

⁶⁷⁸ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, Estas contribuições, todavia, não devem ser vistas como “maquiavélicas”, porque segundo o princípio de autogoverno existente nos municípios portugueses, que lhe conferia o respeito as hierarquias costumeiras locais, havia algo universal que era o catolicismo e sua obediência consentida e voluntária ao monarca. Cf. António Manuel Hespanha. “Os poderes, os modelos e os instrumentos de controles”. In Nuno Monteiro. *História da vida privada*. Lisboa: Círculo de leitores, 2011, p. 12, 13 e 18.

⁶⁷⁹ Vide Tabela 4.

⁶⁸⁰ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 263 e ss. Citação p. 264.

Janeiro.⁶⁸¹

A reforma não seria fácil de realizar. Esbarrava em questões de administração dos recursos, portanto fatores econômicos, que se misturavam a questões políticas, tornando-a mais complexa. Segundo Fragoso, nas capitanias pertencentes à Coroa, como era o caso da do Rio de Janeiro, ao lado da *governança* da terra, apareciam outras instituições que ajudavam na administração periférica, como, por exemplo, os “oficiais da infantaria paga”.⁶⁸² Embora as famílias dos conquistadores tenham perdido, nas primeiras décadas do século XVII, os ofícios régios, permaneceram no governo político da república até meados do século XVIII, ou seja, se mantiveram no Senado da Câmara. Isso permitia a seus participantes os privilégios na justiça de primeira instância, por meio do juízo ordinário; o “comando das ordenanças”, através do posto de capitão-mor das freguesias; “o controle sobre o mercado de abastecimento por meio dos almotacés, o oficialato das ordenanças”; a comunicação/mediação com o centro da monarquia e; o controle de “promoção social dos moradores”.⁶⁸³ Todavia, por que também não tratar do controle da arrecadação das contribuições extraordinárias? Não só porque era a Câmara que as autorizava, mas, igualmente, porque em algum momento os recursos iam para os Capitães de Infantaria da Tropa Paga, que passavam a ser responsáveis pelo pagamento de seus subordinados.⁶⁸⁴ Esse fato nos mostra a importância da Câmara e da sua relação com a arrecadação destes impostos, que eram repassados aos Capitães de Infantaria.⁶⁸⁵ Por sua vez, a diferença destes padrões de circulação entre os Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga iria permitir, como mostraremos no capítulo quatro, a participação destas “famílias de conquistadores” naquela instituição.

Se, por um lado, este monopólio sobre os cargos conselhos legitimava a nobreza principal da terra frente à localidade, o que se refletia no controle deste grupo nas

⁶⁸¹ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 291 e ss .

⁶⁸² Completavam o quadro, “provedores da fazenda, juiz da alfândega, ouvidor régio, provedor dos defuntos, alcaide-mor, escrivães” etc. Cf. João Fragoso. “Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII”. In João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa. (orgs.). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2014, vol. 3, p. 166.

⁶⁸³ João Fragoso. “Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira”, p. 171 e 172. Citações 171 e 172.

⁶⁸⁴ Fato que gerou duas críticas, como vimos, uma feita pelo Provedor da fazenda, Domingos Correa, em 1642, e outra com o governador da Capitania, Francisco de Soutomaior. Ambos acusaram a Salvador Benevides de tomar o dinheiro no almoxarifado da capitania e não repassar aos soldados ou de não dar baixa nos soldados que, sem a autorização da Coroa, recebiam licenças, onerando a Fazenda Real.

⁶⁸⁵ João Fragoso. “Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira”, p. 176.

eleições para a Câmara;⁶⁸⁶ por outro, na medida em que autorizavam a cobrança de impostos extraordinários para a Coroa, validavam não só o seu poder perante a Coroa, mas, igualmente, passavam a ser reconhecidos por ela como legítimos.

Esses cargos conselhos eram fundamentais, porque grande parte do capital necessário para montagem da metade dos engenhos que chegariam ao final dos seiscentos fora acumulado entre 1612 e 1629 por meio de atividades exercidas “dentro dos muros da cidade”,⁶⁸⁷ via expropriação da riqueza social, por meio da existência de um “mercado imperfeito”,⁶⁸⁸ de uma “economia de mantimentos e de apresamento de índios (...) [e;] dos ganhos econômicos e políticos dos capitães conquistadores”.⁶⁸⁹

De modo que, se é certo que a Câmara tinha total interferência na vida das populações da república do Rio de Janeiro, por entre outras coisas indicar os oficiais da Tropa das Ordenanças, que seriam ratificadas pelo Governador, Governador-geral, Conselhos Centrais e, por fim, pelo Rei,⁶⁹⁰ também tinha interferência na Tropa Paga, visto que foram os pioneiros a pedir, pressionar e negociar a sua reforma. Além, é claro, de repassar recursos para o pagamento dos soldos, embora esta fosse uma prerrogativa do Governador. Não é a toa que, em momentos em que a crise se tornava mais aguda, como na nomeação de Soutomaior para o governo da Capitania, em 1644, e na criação da Companhia de Comércio, em 1649, o assunto reforma da Tropa Paga voltava à tona nas instituições metropolitanas, especialmente, no Conselho Ultramarino. Se, no caso das Ordenanças, os grupos sociais que estavam representados na Câmara tinham que negociar, acordar e disputar, para a Tropa Paga, também. E isto ocorreu sem sombra de dúvidas, como veremos mais particularmente quando analisarmos o capítulo quatro, ao trabalharmos com os Oficiais Inferiores da Tropa Paga. Estas negociações, acordos e disputas, dentro daquele cenário de crise, explicitam o constante rearranjo social, ou seja, a própria reprodução da sociedade, entendida aqui como um corpo social que não está congelado no tempo. De modo que permanecer prestando serviços na Tropa Paga era vital e visto como um capital simbólico importantíssimo, um verdadeiro patrimônio

⁶⁸⁶ João Fragoso. “Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira”, p. 177.

⁶⁸⁷ João Fragoso. “Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira”, p. 185.

⁶⁸⁸ João Fragoso. *Imperial (re)visions*, p. 105.

⁶⁸⁹ João Fragoso. “Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira”, p. 190. Ao longo do capítulo o autor mostrou vários exemplos de como os ofícios da Tropa Paga ajudavam na construção de fábricas de açúcar.

⁶⁹⁰ João Fragoso. “Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira”, p. 215.

imaterial, crucial numa sociedade estamental de Antigo Regime.⁶⁹¹

No que diz respeito aos recursos financeiros para a manutenção da Tropa Paga, o protagonismo coube à Câmara do Rio de Janeiro, via contribuição extraordinária. Esta, por sua vez, assumiu algumas funções que eram destinadas ao principal soldado da Coroa na América e na capitania do Rio de Janeiro, o Governador-geral e o Governador da capitania, respectivamente. Pode-se dizer, portanto, que a Câmara, por autorizar a cobrança de impostos extraordinários, que eram destinados à manutenção daquele *corpus* militar, interferiu na proteção à costa meridional e forneceu armas e mantimentos para a Tropa Paga da capitania do Rio de Janeiro, que eram funções do Governador. Todavia, isso só ocorreu por conta da autonomia que este tinha em negociar com ela e pela tensão que existia entre a população local e o Governador-geral. De modo que foi possível passar à Câmara funções que eram de responsabilidade do Governador. Aquela tensão acabou por levar o monarca a reformar a Tropa Paga, no contexto da criação da Companhia de Comércio.

Porém, algumas das funções dos Governadores-gerais e/ou Governadores da capitania foram feitas com maestria como, por exemplo, evitar distúrbios internos, por isso também a relevância da autonomia que aquele agente possuía em relação aos seus regimentos e responsabilidades, para que pudessem negociar e mediar os diversos interesses em jogo e assim chegar a um consenso entre todos os agentes e instituições.

Portanto, diálogo e negociação como apontaram os teóricos da *Monarquia Pluricontinental*, eram vitais. Fazendo com que surgissem “diversas lógicas sociais e distintos padrões de circulação no espaço da monarquia”. O resultado do diálogo e da negociação era que as elites (reinóis e coloniais) se tutelavam.⁶⁹² Estas estavam presentes no Rio de Janeiro e nos Ofícios Superiores e Inferiores da Tropa Paga da capitania do Rio de Janeiro. Serão estes personagens que veremos nos próximos capítulos.

⁶⁹¹ João Fragoso. “Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira”, p. 215 e ss.

⁶⁹² Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. *Governadores e capitães-mores*, citação na p. 194.

Capítulo 3. Os Oficiais Superiores da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro, 1640 – 1652: O Sargento-mor, sua lógica social, sua circulação no mundo luso e sua participação na *governança* da terra.

Nuno Monteiro tem mostrado que, após a Restauração lusa (1640,) houve um processo de alargamento da base da nobreza que se constituiu em duas categorias: a de natureza hereditária ou de sangue e a ligada ao aspecto civil ou político. Esta última seria composta por pessoas que ascenderam socialmente do terceiro estado (povo). O processo era possível por conta dos serviços que elas prestavam à Coroa, que era a instituição responsável por controlar aquele movimento de classificação social.⁶⁹³ Alguns destes personagens, segundo Alencastro, eram “oriundos da elite ultramarina”. À medida em que se mostravam leais à nova dinastia, também ajudavam a manter o ultramar como uma área portuguesa. Podemos conjecturar que parte destes préstimos, alguns deles no Rio de Janeiro, foram empreendidos pelos “homens ultramarinos”, que ao final de suas vidas retornavam para a corte.⁶⁹⁴

Dito isto, a ideia deste capítulo é partir do conceito de “homem ultramarino” de Alencastro e Ricupero, apresentado na introdução deste trabalho, e defender, como hipótese, que os Ofícios Superiores da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro, entre os anos de 1640 e 1652, participaram da *governança* da terra e eram ocupados por aquela categoria, o que lhes garantia uma lógica social e padrões de circulação específicos, se comparados aos demais membros daquele *corpus* militar, particularmente aos Ofícios Inferiores, que serão estudados no próximo capítulo.⁶⁹⁵

Como veremos, todos os Sargentos-mores da Tropa Paga eram “homens ultramarinos”, que buscavam “lucros, recompensas e títulos desfrutáveis na corte”.⁶⁹⁶ Segundo Ricupero, estas “recompensas” tinham uma expectativa determinada, pelo fato destes personagens já serem da nobreza. Portanto, não estavam preocupados em buscar hábitos das Ordens Militares, mas sim suas comendas.⁶⁹⁷

⁶⁹³ Nuno Monteiro. “O poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”, p. 334.

⁶⁹⁴ Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 103.

⁶⁹⁵ Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Viventes*, p. 103 e; Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

⁶⁹⁶ Luiz Felipe Alencastro. *O trato dos viventes*, p.103-104.

⁶⁹⁷ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

Infelizmente, não há como abordar todos os Ofícios Superiores da Tropa Paga da Capitania do Rio de Janeiro. Optamos por focar no Sargento-mor, embora este não fosse o ofício mais importante. O “comando” daquele corpo militar, como vimos, era de responsabilidade do Capitão-mor, que o exercia juntamente com a função de Governador da capitania, ofício que vem sendo observado em outros trabalhos historiográficos, em especial nos estudos de Monteiro e Cunha e de Maria de Fátima Gouvêa. De modo que, olhando aquelas estruturas hierárquicas,⁶⁹⁸ podemos notar que o ofício imediatamente abaixo do de Capitão-mor era o de Sargento-mor, que, inclusive, tinha como uma de suas funções “substituir o capitão-mor no caso do impedimento ou ausência, por um período máximo de seis meses”.⁶⁹⁹ Além disso, o próprio monarca reconhecia que era um dos “oficiais superiores e maiores da guerra”.⁷⁰⁰

Depois de ter feito um levantamento para o período de nosso estudo, foi possível detectar a nomeação, via patente real, de seis Sargentos-mores da Tropa Paga no Rio de Janeiro, a saber:

- 1) Antônio Ortiz de Mendonça, 1635-1642;⁷⁰¹
- 2) Simão Dias Salgado, c. 1641-1645;⁷⁰²
- 3) Manuel Lopes, 1645-1646;⁷⁰³
- 4) Lopo Alves da Fonseca, 1646-1649;⁷⁰⁴
- 5) Antônio Galvão, 1649-1651 e;⁷⁰⁵
- 6) Francisco da Cruz, 1651-1654.⁷⁰⁶

Não iremos analisar cada um dos Sargentos-mores em especial e separadamente. Para nos ajudar na construção de um modelo explicativo, buscaremos seguir o que Barth chamou de “processo generativo”,⁷⁰⁷ que nos permitirá ver a lógica social, o padrão de circulação e a participação direta do Sargento-mor da Tropa Paga na

⁶⁹⁸ Vide Organograma 1.

⁶⁹⁹ Graça Salgado. *Fiscais e Meirinhos*, p. 166.

⁷⁰⁰ “Cópia da Carta de Sua Majestade sobre a informação que veio com a carta acima, 10/5/1651”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944, Vol. 66, p. 13-4.

⁷⁰¹ “Registro do Traslado da provisão, que Sua Majestade passou a Antônio Ortiz de Mendonça Sargento-mor do Rio de Janeiro”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 16, s/d, p. 403.

⁷⁰² AHU, RJ, AVULSOS, D. 93. [Lisboa, 9/1/ant. 1641].

⁷⁰³ AN, Cód. 61, Vol. 1, p. 12. 28/03/1645.

⁷⁰⁴ AHU, RJ, AVULSOS, D. 169. Lisboa, 17/8/1646.

⁷⁰⁵ AN, Cód. 61, Vol. 1, p. 336. 26/1/1649.

⁷⁰⁶ IHGB, Arq. 1.2.14 – licença para o sargento mor Antônio Galvão ir ao reino dada por d. João, que por isso nomeia Francisco da Cruz, 12 de junho de 1651, p. 267v.; BN. *Documentos Históricos*, Vol. 18, p. 132; BN. *Documentos Históricos*, Vol. 32, p. 37 e; AHU, RJ, CA, D. 706. Lisboa, 31/5/1651.

⁷⁰⁷ Frederik Barth. *Process and form in social life*, p. 176.

governança da capitania do Rio de Janeiro. O conjunto destas nomeações nos permitiu reconstruir algumas questões, a saber: a) a maneira pela qual se relacionaram com a sociedade fluminense, ou seja, se a Capitania era apenas um local de passagem ou se o Rio de Janeiro era um “enclave colonial” onde acumulariam bens, gerariam herdeiros e reservariam uma tumba; b) as trajetórias destes agentes; c) o seu padrão de circulação pelo universo luso e; d) a forma como participaram ativamente da *governança* da terra. Para melhor entendê-las, dividimos o capítulo em dois tópicos.

No primeiro, de cunho mais local, analisaremos: a) as ligações sociais que estabeleceram com as elites fluminenses; b) o modo como participaram da *governança* da terra e; c) por quantos anos foram nomeados e/ou permaneceram no ofício. Isto nos ajudará a entender a lógica social destes personagens na Capitania.

No segundo, de característica mais universal, sublinhamos aspectos que nos permitirão compreender o seu padrão de circulação, tais como: a) a sua trajetória antes de chegar ao referido ofício no Rio de Janeiro e; b) a sua trajetória durante e depois de abandoná-lo.

Após o percurso deste caminho, será possível confirmar nossa hipótese de que o Ofício Superior de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro (1640–1652) fora ocupado por “homens ultramarinos”, com uma lógica social, padrão de circulação e participação na *governança* da capitania do Rio de Janeiro específicos. Como iremos mostraremos mais à frente, apenas um dos Sargentos-mores estabeleceu vínculos mais consistentes com o grupo dos Sás, de maneira que qualquer recorte analítico orientado por esta ligação ficaria sem sentido e os dados seriam deturpados. Por isso, ao contrário do que veremos no próximo capítulo, não nos preocupamos com isto.

3.1. O Sargento-mor da Tropa Paga e a capitania do Rio de Janeiro.

Para confirmar a hipótese descrita acima temos que demonstrar que estes militares imaginavam que o tempo em que permaneceriam na Capitania seria curto. Por conta disso, se comparados aos Oficiais Inferiores daquele *corpus* militar, estabeleceram laços sociais menos duradouros com as elites do Rio de Janeiro, já que não pretendiam fincar raízes naquele espaço. De modo que quase não há rastros na documentação a esse respeito. Esta preocupação acabou por se refletir na pequena quantidade de anos em que permaneceram naquele ofício. Em decorrência, a sua estadia no Rio de Janeiro era vista como transitória por parte da Coroa e pelos próprios militares e uma etapa de passagem em suas vidas que, no geral, estavam marcadas por um processo de ascensão social.

Todavia, isto não os impedia de participar ativamente da *governança* da terra.

3.1.1. Ligações sociais

No pouco tempo em que estes militares da Tropa Paga permaneceram no ofício, participaram diretamente da *governança* da terra. Não apenas em questões ligadas diretamente à defesa. Sobretudo, para que aquela instituição pudesse, assim como outras esferas de poder, tutelar as elites locais. Por conta disso, as ligações sociais que teciam com as suas elites praticamente se resumiam a relações institucionais e ao cotidiano da *governança* da terra, ou quando ocorriam eram muito superficiais. Estes militares para além de participarem constantemente daquelas assembleias realizadas na Câmara com as autoridades municipais, visando discutir questões econômicas e fiscais da Capitania, descritas no capítulo anterior, igualmente serviam para contrabalancear o poderio do grupo dos Sás, materializado na figura de seus governadores, em especial na de Salvador Benevides, uma vez que, no geral, não estavam ligados àquele grupo e controlavam uma força “militar” importante.

Para além daquelas características, descritas na introdução deste trabalho, que mostram a relevância daquele grupo, em nosso recorte temporal de aproximadamente doze anos (1640-1652), nove governadores passaram pela Capitania, além de dois interinos. Quase na maior parte do período, a localidade fora comandada por aquele grupo.⁷⁰⁸ Destarte, o ofício de Sargento-mor da Tropa Paga podia surgir como um contraponto do Governador da capitania/Capitão-mor. Assim, dos seis Sargentos-mores da Tropa Paga do Rio de Janeiro (100%) na década de 1640, em três deles (50%) conseguimos detectar ligações com a Capitania do Rio de Janeiro. Mas, em apenas um caso, o do Sargento-mor Francisco da Cruz (1651-54), podemos perceber que o Oficial Superior atuara para defender algum interesse das elites do Rio de Janeiro.⁷⁰⁹ O que corrobora a nossa ideia de contraponto, mas, igualmente, mostra que o papel do ofício na *governança* ultrapassava as questões militares propriamente ditas. Enquanto os outros três (50%) não tiveram ligações mais profundas com as elites da Capitania. Embora tenham existido ligações com a Capitania ou com suas elites, isto não quer

⁷⁰⁸ 1) Salvador Correa de Sá e Benevides (1637-43); 2) Luís Barbalho Bezerra (1643-4) - Interino, Duarte Correa Vasqueanes (1644); 3) Francisco de Soutomaior (1644-5); 4) Duarte Correia Vasqueanes (1645-8); 5) Salvador Correa de Sá e Benevides (1648) - Interino, Duarte Correa Vasqueanes (1648); 6) Duarte Correia Vasqueanes (1648); 7) D. Luis de Almeida (1648-9); 8) Salvador de Brito Pereira (1649-51) e; 9) Antônio Galvão (1651-52). Cf. Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 420. Governos interinos foram retirados de Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. xxxvi. Grifos nossos.

⁷⁰⁹ Estudaremos o caso com mais calma à frente.

dizer que estes três personagens, como os demais, não fossem todos (100%) “homens ultramarinos”.⁷¹⁰

3.1.1.1. Ligados à Capitania do Rio de Janeiro e com suas elites

a) Ligado a Benevides

Apenas o Sargento-mor Antônio Ortiz de Mendonça (1635-42) fora um daqueles seis Oficiais Superiores da Tropa Paga que tivera ligação com Benevides. Aquele militar, diga-se de passagem, era de extrema confiança deste, já que o escolhera para uma missão importantíssima: “pacificar” os paulistas no episódio da Bula Papal (1639), que proibia a escravidão indígena. Os jesuítas em São Paulo, ao tentarem pôr em prática aquela recomendação, acabaram sendo expulsos daquela cidade, em 1640. Dois anos depois buscaram, sem sucesso, se instalar em Santos, agravando ainda mais a situação. Em decorrência, o Governador do Rio de Janeiro, Benevides, antigo aliado daqueles religiosos, ordenara que o Sargento-mor da Tropa Paga daquela Capitania, Antônio Ortiz de Mendonça, fosse com a “guarnição do Rio” para São Paulo escoltando-o.⁷¹¹ Contudo, logo teve que retornar de onde havia partido, já que recebera outra missão extremamente importante. Foram-lhe confiadas, no “derradeiro de maio” de 1642, embarcações para que levassem “castelhanos como (...) condenados” para o reino, onde desembarcou no ano seguinte.⁷¹² Por lá ficou até o ano de 1644, quando reencontrou o ex-Governador e, provavelmente, conversaram a respeito da situação de Angola, que havia sido invadida em 1641 pelos batavos. No encontro, Antônio Ortiz de Mendonça deve ter parabenizado Benevides por ter sido nomeado para o Conselho Ultramarino.⁷¹³ Este, provavelmente, influenciou seus colegas naquela instituição para que o ex-Sargento-mor fosse o escolhido para conduzir ao Rio de Janeiro o socorro com “600 infantes”, que posteriormente seria enviado a Angola, embora no documento não apareça a sua assinatura.⁷¹⁴ Os episódios descritos acima nos mostram como a Tropa Paga era utilizada para tutelar as elites locais, no caso as de São Vicente, uma região subordinada ao Rio de Janeiro.

Outro fato que comprova a ligação do Sargento-mor Antônio Ortiz de Mendonça

⁷¹⁰ Vide Tabela 11.

⁷¹¹ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 142-164. Citação p. 163-4.

⁷¹² AHU, RJ, CA, D. 216. Rio de Janeiro, 30/5/1642 e; “Documento nº 12, de 2/2/1637”. In Gilberto Ferrez. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto*, p. 133.

⁷¹³ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, p. 142-164 e 168. Citação p. 166.

⁷¹⁴ AHU, RJ, CA, D. 279-281. Lisboa, 13/2/1644.

com Benevides pode ser retirado da crítica feita em novembro de 1642 pelo Provedor da Fazenda da capitania do Rio de Janeiro, Domingos Correa, desafeto de Benevides, e que apresentamos no segundo capítulo. Naquela oportunidade, enquanto a Câmara já havia solicitado ao monarca, no ano anterior, a reforma da Tropa Paga, visando à diminuição dos gastos e, conseqüentemente, a extinção dos impostos extraordinários que eram anualmente renovados por aquela instituição, o Governador da Capitania, Salvador Benevides, informava à Coroa alguns salários dos oficiais da Tropa Paga. Um deles era o do Sargento-mor que, em 1640, recebia por mês 310\$000 rs.⁷¹⁵ Ao observarmos a Tabela 4, perceberemos que o valor recebido pelo Sargento-mor da Tropa Paga sofrera um aumento considerável. Se, em 1625, no período dos Habsburgos, era 80\$000 rs., em 1640, passaria a 310\$000 rs., apresentando uma variação de 287,5%, o que gerou críticas por parte daquele Provedor da Fazenda, que acusava o governador Benevides de criar ofícios e aumentar os soldos sem a autorização régia. Embora os demais salários tenham aumentado, o do Sargento-mor apresentou o maior índice, enquanto o do próprio Capitão-mor tinha alcançado uma elevação de 100%, assim como o do Capitão da Fortaleza de São João.⁷¹⁶ De maneira que os ofícios ocupados por aliados de Benevides receberam maior aumento.

b) Não ligado a Benevides

O Sargento-mor Francisco da Cruz (1651-54) fora um daqueles seis que tivera ligação com as elites da Capitania do Rio de Janeiro e não era relacionado com Benevides. Como veremos, quando analisarmos, o item “3.1.2 - *Governança* da terra”, fora para Portugal em 1651 como porta-voz da Câmara perante o Conselho Ultramarino e o próprio rei, para expor os motivos pelos quais se deveriam suprimir os monopólios da Companhia de Comércio.

c) Sem ligações detectadas.

Em apenas um dos seis Sargentos-mores de nosso universo não conseguimos detectar, de forma mais clara, qual era a ligação deste personagem com as elites fluminenses. Fora o caso do Sargento-mor Manuel Lopes (1645-46). Embora tenha

⁷¹⁵ AHU, RJ, CA, D. 204, Rio de Janeiro, 28/3/1641.

⁷¹⁶ Naquele momento, o Capitão da fortaleza de São João era Antônio Curvelo Escudeiro, aliado de Salvador Benevides. Igualmente, como mostrei em minha dissertação, os Capitães da fortaleza de São João seriam ao longo da segunda metade do século XVII aliados do grupo dos Sás. Cf. Luiz Guilherme S. Moreira. *Navegar, lutar, pedir e... receber*, p. 14 e ss.

havido ligações importantes, já que, segundo o banco de dados montado pelo GT-CNPq – Antigo Regime nos Trópicos (ART), este personagem aparece por quatro vezes como padrinho. Acompanhamos na genealogia de Rheingantz todos os nomes arrolados nos assentos dos quatro batismos, sejam os dos pais, mães, batizados, batizadas e madrinhas.⁷¹⁷ Não conseguimos informações mais ricas e densas que nos permitissem vinculá-lo a algum grupo nas elites fluminenses.⁷¹⁸ Este caso é importante porque nos mostra que, apesar destes parentescos “fictícios”, estas relações não se tornaram muito profundas e duradouras, ao contrário das relações de apadrinhamento que existiam entre os Oficiais Inferiores da Tropa Paga e os filhos das elites fluminenses, como veremos no próximo capítulo.

3.1.1.2. Sem ligação com a Capitania do Rio de Janeiro e com suas elites

Três (50%) dos seis Sargentos-mores (100%) de nosso universo não estabeleceram ligações sociais com nenhum dos grupos das elites da capitania do Rio de Janeiro.⁷¹⁹ Em três destes casos, de Simão Dias Salgado (c.1641-45), Lopo Alves da Fonseca (1646-49) e Antônio Galvão (1649-51), estas “não ligações” ficam mais claras ao analisarmos a participação destes personagens no cotidiano da *governança* da terra, quando seus interesses ficaram mais explícitos. É o que faremos no próximo subitem.

3.1.2. Governança da terra

Cinco dos seis Sargentos-mores da Tropa Paga de nossa amostragem participaram ativamente da *governança* da Capitania, em suas diversas esferas.

⁷¹⁷ Carlos Rheingantz. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Livraria Brasiliana, 1965. Carlos Rheingantz foi um dos fundadores do Colégio Brasileiro de Genealogia e se dedicou a recolher dados genealógicos de vários lugares e temporalidades. Uma das quais as “Primeiras Famílias do Rio de Janeiro”. O primeiro volume da obra fora lançado em 1965, quando se comemorava o quarto centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Rheingantz coletou os registros paroquiais (nascimento, casamento e falecimento) do Rio de Janeiro ainda existentes naquele momento e que já se encontravam em péssimo estado de conservação na cúria metropolitana. De maneira que não lhe fora possível ter acesso a todos aqueles registros. Seu principal foco foram as famílias inauguradas no século XVI e as do século XVII, ainda consideradas as primeiras famílias da localidade. A obra é considerada pela historiografia como a principal fonte de informação desta natureza, sendo amplamente usada, como sublinhou Maurício de Abreu, para o qual a obra é “de inestimável valor”. Cf. <http://www.cbg.org.br>, consultado em 21/10/2014 e; Maurício de Almeida Abreu. “Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenheiros da capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII”. In Maurício de Almeida Abreu e FRIDMAN, Fania (org). *Cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Casa da Palavra, 2010, p. 70.

⁷¹⁸ Os registros de nº 721, 1153, 1577 e 16663, respectivamente em 26/6/1633, 13/02/1639, 17/03/1644 e 08/06/1644. Cf. Banco de Dados, “Batismos da Sé, 1616-1726”. Gostaria de agradecer a todos os membros do grupo que me permitiram ter acesso a este material, em especial o professor João Fragoso e a professora Dra. Simone Cristina de Faria.

⁷¹⁹ Vide Tabela 11.

Contudo, atuaram decisivamente em seis momentos. A exceção, talvez pelo fato de ter ficado pouquíssimo tempo naquele ofício, fora o Sargento-mor Manuel Lopes (1645-46). Um destes seis momentos envolveu um aliado de Benevides, o Sargento-mor Antônio Ortiz de Mendonça (1635-42), quando fora a São Vicente por conta da questão da escravidão dos índios, evidenciando mais uma vez que o ofício era um contraponto importante não apenas para a influência daquele personagem na capitania do Rio de Janeiro, mas também de todos os demais grupos que compunham as elites fluminenses.

O que confirma que o ofício era importante para a *governança* da terra, já que uma de suas funções era tutelar o Governo da localidade, característica que vem sendo negligenciada pela historiografia. Todavia, a sua relevância não para por aí. Como vimos na introdução deste capítulo, o ofício tinha como uma de suas funções “Substituir o capitão-mor no caso do impedimento ou ausência, por um período máximo de seis meses”.⁷²⁰ Uma vez que o posto de Capitão-mor era ocupado conjuntamente com o de Governador da capitania, o Sargento-mor, por ser o substituto imediato do Capitão-mor, em caso de vacância deste, poderia se tornar Governador da capitania. A questão torna-se ainda mais vital porque na década de 1640, na capitania do Rio de Janeiro, a crise política era constante. De modo que era mais uma das esferas de poder que atuavam na tessitura do governo polissinodal e corporativo luso. O que contribuiria para a manutenção e o equilíbrio de poder entre as elites daquele espaço, característica apontada pela *Monarquia Pluricontinental*.⁷²¹

3.1.2.1. A gerência dos Sargentos-mores na política da capitania do Rio de Janeiro.

Os casos mais importantes de atuação na *governança* da capitania do Rio de Janeiro ocorreram com os Sargentos-mores Simão Dias Salgado (c.1641-45) e Antônio Galvão (1649-51). Estes, por três daquelas seis vezes, foram chamados a atuar diretamente na *governança* da Capitania, mais precisamente na escolha de seu governo. Dois destes momentos contaram com a participação de Simão Dias Salgado, enquanto o outro ocorreu com Antônio Galvão.

Começamos pelo segundo. O Sargento-mor Antônio Galvão possuía ordens

⁷²⁰ Graça Salgado. *Fiscais e Meirinhos*, p. 166.

⁷²¹ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 191-252. O conceito, que ainda está em construção, recebeu diversas considerações em João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa. “Monarquia Pluricontinental e repúblicas”. A respeito da característica polissinodal, ver António Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan*. e Francisco Cosentino. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII)*.

secretas, dadas pelo Governador-geral, de assumir o governo em caso de sua vacância, por conta do governador Salvador de Brito Pereira, que havia sido nomeado em 1649, juntamente com aquele militar, ter assumido o ofício muito doente. Salvador de Brito Pereira faleceria em 1651, o que motivou o Sargento-mor Antônio Galvão a assumir seu lugar.⁷²²

Os dois casos mais relevantes, de fato, ocorreram com Simão Dias Salgado (c. 1641-45). O primeiro, em 1642, quando interveio diretamente na *governança* da terra. Na oportunidade, o Governador do Rio de Janeiro, Salvador Benevides, estava em São Paulo para resolver ainda questões envolvendo os jesuítas e a Bula papal de 1639. Como não podia deixar o governo da Capitania vago, escolhera para substituí-lo interinamente, seu tio, Duarte Correa Vasqueanes, o que motivou as autoridades da cidade, entre as quais “os juízes ordinários, vereadores da Câmara [,] (...) oficiais das milícias do Rio de Janeiro” e o Sargento-mor, a não aceitarem tal prerrogativa. Estes se reuniram na Câmara e resolveram não dar posse ao indicado por Benevides.⁷²³

O segundo caso foi em 1645. Naquele ano, a tensão era grande. Luís Barbalho Bezerra, Governador da capitania, havia morrido e a Câmara acabara por escolher, interinamente, para assumir aquele posto o mesmo Vasqueanes.⁷²⁴ Novamente, o Sargento-mor Simão Dias Salgado (c.1641-45) se opunha ao fato de Vasqueanes assumir aquele ofício. O militar ficaria completamente isolado e não tinha a menor condição de se manter ou ser mantido no ofício. Todavia, se na primeira intervenção que fez na *governança* da terra havia tido o apoio da Câmara, nesta não. O Oficial Superior acreditava que quem deveria assumir o governo da Capitania, mesmo que talvez de modo temporário, era o Sargento-mor, o ofício militar imediatamente abaixo do de Governador/Capitão-mor da capitania, como ficou claro no Termo de Homenagem e Juramento que foi lavrado no Senado da Câmara, quando Vasqueanes assumiu o governo. O Sargento-mor Simão Dias Salgado afirmava que o governo lhe pertencia “por ser sargento-mor deste presídio e por morte do governador que foi Luís

⁷²² IHGB, Arq. 1.2.14 – licença para o sargento mor Antônio Galvão ir ao reino dada por d. João, que por isso nomeia Francisco da Cruz, 12 de junho de 1651, p. 267v.; BN. *Documentos Históricos*, Vol. 18, p. 132; BN. *Documentos Históricos*, Vol. 32, p. 37 e; AHU, RJ, CA, D. 706. Lisboa, 31/5/1651.

⁷²³ AHU, RJ, CA, D. 235. Rio de Janeiro, 1642.

⁷²⁴ Luís Barbalho Bezerra, herói da guerra em Pernambuco e na Bahia, fora nomeado por Antônio Teles da Silva, governador-geral, para substituir Benevides no governo da capitania. Tendo sido bem acolhido pela população da cidade. Acabou por se estabelecer na urbe com sua família. Seus filhos, por exemplo, Jerônimo e Agostinho Barbosa Bezerra teriam participação na Revolta contra Salvador Benevides, em 1661. Havia gasto muito de sua fazenda na luta contra os batavos e chegava ao Rio de Janeiro bastante doente. Cf. Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, p. 326 e; Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 117 e ss.

Barbalho Bezerra sucedia ele no dito cargo”.⁷²⁵

O conflito chegou aos ouvidos do Governador-geral, Antônio Teles da Silva, que em Carta Patente nomeou o substituto de Barbalho Bezerra, Francisco de Soutomaior, que se encontrava na Capitania.

Preocupado em cumprir uma de suas tantas funções, a de evitar distúrbios internos,⁷²⁶ ordenava Teles da Silva que as autoridades daquela localidade o reconhecessem como seu Governador, entre os quais estavam os oficiais da Câmara, o Governador interino Vasqueanes, o Sargento-mor do presídio, o Ouvidor-geral, os Capitães de Infantaria, os Capitães das Fortalezas entre outros e que todos deveriam obedecer à Soutomaior “como a tal Governador e capitão-mor dela”.⁷²⁷

A querela não ficou restrita à América lusa chegou ao monarca, que confirmou a nomeação de Antônio Teles da Silva, destacando que aquele exercia o direito de prover em serventia o Governador da Capitania, enquanto ele próprio não houvesse designado uma pessoa.⁷²⁸ E que, portanto, o desejo do “sargento-mor do presídio Simão Dias Salgado, alegando pertencer-lhe conforme o Regimento da milícia” de exercer aquele posto, não era legítimo. O rei, querendo “atalhar semelhantes desordens e inquietações e evitar os danos que delas se podem seguir ao meu serviço e ao bem público, e quitação dos meus vassallos (...)”, confirmava a patente que havia sido passada por Teles da Silva.⁷²⁹ Dessa forma, que as funções do Sargento-mor não eram restritas ao âmbito militar, transbordavam para *governança* da capitania, tornando o ofício ainda mais importante, o que não foi contestado pelo monarca.

Desconhecemos o motivo pelo qual o Sargento-mor Simão Dias Salgado deixou o posto e por ordem de quem. Provavelmente, o fato deva estar relacionado à falta de apoio descrito no episódio acima.⁷³⁰

⁷²⁵ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 83.

⁷²⁶ Como vimos no capítulo anterior.

⁷²⁷ Baltazar Lisboa. *Annaes do Rio de Janeiro*. Tomo 2, p. 85-6. Grifos nossos.

⁷²⁸ Como previa o Regimento que havia sido passado ao Governador-geral, como vimos no capítulo anterior.

⁷²⁹ Baltazar Lisboa. *Annaes do Rio de Janeiro* p. 89. Grifos nossos.

⁷³⁰ A perda de prestígio deste personagem também pode ser comprovada pelo fato de ter batizado novamente uma criança em 1643, o que corroborava o seu isolamento. Simão Barriga, um alferes, segundo Rheingatz, permitiu que sua filha Mariana tivesse como padrinho Simão Dias Salgado. Seguindo os nomes citados, não conseguimos estabelecer maiores ligações da família natural e/ou fictícia de Simão Barriga com as elites fluminenses. Cf. Registro 1481 do Banco de Dados, “Batismos da Sé, 1616-1726”, Gp-CNPq – ART e; Carlos Rheingantz. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*.

3.1.2.2. A gerência dos Sargentos-mores na política econômica da Capitania do Rio de Janeiro.

Dois daqueles seis momentos de atuação na *governança* da terra estavam relacionados a questões econômicas na Capitania do Rio de Janeiro, fato que sublinha ainda mais a importância deste Ofício e daquele *corpus* militar.

Um dos casos ocorreu no ínterim entre a saída do Sargento-mor Manuel Lopes (1645-46) e a nomeação de Lopo Alves da Fonseca (1646-49). O contexto era grave. O governador Luís Barbalho Bezerra, herói da guerra contra os holandeses, havia sido enviado pelo Governador-geral, Antônio Teles da Silva, com quem Benevides estava tendo problemas, e acabara de morrer, em 1644. A Câmara nomeara temporariamente Duarte Correa Vasqueanes que logo, por ordem daquele Governador-geral, fora substituído por Francisco de Soutomaior, que estava de passagem pela Capitania, já que seu destino era Angola, onde lutaria por sua restauração. Quando este partiu, finalmente Duarte Correa Vasqueanes (1645-48) assumiria, por ordem real, o governo da Capitania. Neste contexto, o governador-geral Teles da Silva passara uma serventia, em 1645, para que João Rodrigues Pestana assumisse o ofício de Sargento-mor da Tropa Paga.⁷³¹ Este, no ano anterior, havia acompanhado Francisco de Soutomaior, também desafeto de Benevides, em sua viagem da Bahia ao Rio de Janeiro, onde permaneceu pouco tempo, visto que logo retornou a Salvador.⁷³² Ao chegar, fora informado que deveria voltar àquela Capitania. Ao desembarcar, logo se deparou com a reorganização que ocorria na Tropa Paga, fruto da montagem da expedição militar que rumaria com Francisco de Soutomaior à África. A reestruturação fora tão profunda que Barros a chamou de “Reforma da Tropa de 1644”.⁷³³

A tensão era grande. O Sargento-mor Lopo Alves da Fonseca (1646-49), que não era ligado a Benevides, e que por patente real havia sido nomeado, não havia embarcado ainda para o Rio de Janeiro. O que mostra mais uma vez que aquele grupo poderia não ter tanto poder ou prestígio assim, já que um posto chave para a *governança* ficou durante um período de tempo considerável nas mãos de seus desafetos. Assim, embora Benevides tenha se livrado de Francisco de Soutomaior, que partiu para a

⁷³¹ AN, Cód. 61. Vol. 1, p. 12. 28/03/1645 e; AN, Cód. 61. Vol. 1, p. 109. 12/6/1646. Como vimos no capítulo anterior, uma das premissas permitidas ao Governador-geral era a nomeação temporária para um determinado ofício, a chamada serventia.

⁷³² No próximo capítulo iremos abordar melhor essa rivalidade e como ela foi fundamental para a estrutura dos ofícios da Tropa Paga, em especial, para os Capitães de Infantaria.

⁷³³ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 249 e ss.

África, tinha que aturar outro desafeto, o Sargento-mor João Rodrigues Pestana, que permaneceu sendo seu adversário e fora um dos presos na revolta contra o governador Salvador Benevides em 1660-1.⁷³⁴ Mas, mesmo quando este Sargento-mor deixou à serventia por conta da chegada de Lopo Alves da Fonseca, as coisas continuaram não muito boas para Benevides.

Os problemas do grupo de Benevides com o oficial que ocupava o posto de Sargento-mor continuaram, mesmo quando João Rodrigues Pestana fora substituído por Lopo Alves da Fonseca (1646-49). Este fora o único dos Sargentos-mores da Tropa Paga do Rio de Janeiro dentro de nosso período que não possuía experiência militar comprovada, porém possuía uma influência muito grande no reino.⁷³⁵ Não é à toa que fora o primeiro Vedor-geral da Capitania. Segundo Fernando Dores Costa, a principal função do Vedor-geral era “a de garantir a *boa ordem da despesa*”, portanto deveria cuidar dos recursos da infantaria.⁷³⁶ Igualmente, supervisionava administrativamente a Tropa Paga, ou seja, conferia os soldados que estavam arrolados no Livro da Matrícula, registrava as suas licenças, distribuía as armas e equipamentos etc. Provavelmente, vinha para contrabalancear o poder do grupo dos Sá ou até mesmo vigiá-lo. É certo que acompanhou a redução dos salários que ocorreram em 1647.⁷³⁷ Assim, Boxer está corretíssimo ao sublinhar que Benevides, no encontro que teve com D. João IV, em Évora, em 1643, deve ter provado sua lealdade à nova dinastia. Mas, alguma dúvida permaneceu, sobretudo em relação às queixas que foram apresentadas pelo Governador-geral a respeito de sua atuação no episódio da implementação da Bula Papal (1639), em São Vicente. De maneira que a credibilidade de Benevides não estava de todo restaurada perante aos olhos da Monarquia. Benevides precisava ser acompanhado mais de perto.⁷³⁸ Não apenas por conta daquelas críticas que foram feitas pelo Provedor da Fazenda, Domingos Correa, de que aumentara salários e criara ofícios sem a autorização real, mas também, como vimos no capítulo anterior, porque fora feito Governador da Repartição Sul, tendo sua jurisdição aumentada.⁷³⁹ Era o que o monarca fazia ao nomear o único Sargento-mor que acumulou o ofício com o de Vedor-geral da Capitania.

⁷³⁴ Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*. Vol. 2, p. 202.

⁷³⁵ Mais a frente iremos analisar os serviços prestados por esses personagens à Coroa.

⁷³⁶ Fernando Dores Costa. *Insubmissão – aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: ICS, 2010, p. 49. Grifos no original. Como vimos, no capítulo anterior, os recursos da infantaria correspondiam a quase totalidade dos que chegavam a Fazenda Real na Capitania.

⁷³⁷ Mostrada no capítulo anterior. Cf. AN, Cód. 61, vol. 1, p. 256. Trelado de um alvará de sua majestade para se pagar soldo aos reformados.

⁷³⁸ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 168 e ss.

⁷³⁹ AHU, RJ, AVULSOS, D. 174, Lisboa, 27/10/1646.

Mas não era apenas o grupo dos Sás que precisava ser “vigiado”, mas sim todos os que compunham as elites fluminenses. Como vimos no capítulo anterior, em 1646, o medo de uma invasão batava no Rio de Janeiro aumentara e faltava “farinha de guerra” para a Tropa Paga e, em decorrência, os soldados estavam desertando. A Câmara negociava com o Governador a prerrogativa de comprar alimentos para distribuir para aqueles homens. Este fora o período em que o Sargento-mor e Vedor-geral Lopo Alves da Fonseca (1646-49) esteve no Rio de Janeiro e, coincidentemente, fora o mais tenso. Durante este tempo, as negociações entre a Câmara e o governador, que envolviam as sucessivas renovações das contribuições extraordinárias, apresentaram problemas. Aquelas taxações ficaram quase um ano suspensas, mesmo com a intervenção real.

Outro que atuara na política econômica da Capitania, embora do outro lado do Atlântico, não controlando/gerenciando a economia, mas tentando convencer o monarca de que deveria alterar alguns pontos de sua política econômica para o Rio de Janeiro, fora o Sargento-mor Francisco da Cruz (1651-54). Em 1651, seria o porta-voz da localidade perante as instituições reinóis, no momento em que a crise econômica, financeira e política da Capitania atingiram o grau máximo, por conta dos problemas oriundos da criação da Companhia de Comércio (1649). Como vimos no capítulo anterior, a situação era tão grave que não bastava escrever para aquelas instituições. Dever-se-ia ir pessoalmente lá para se discutir a situação, o que fora feito por aquele oficial, que temporariamente deixava o seu posto e atravessava o oceano com esta missão. Diante do Conselho Ultramarino sublinhou que, com a criação daquela Companhia e a instituição de determinados monopólios, o volume do comércio havia despencado, comprometendo a arrecadação da Fazenda Real. Não havia como pagar os salários dos soldados e, por consequência, a deserção aumentava. A situação não poderia ser remediada, como sempre se fizera, com a renovação de impostos extraordinários, visto que a Capitania estava exausta financeiramente.⁷⁴⁰ Neste mesmo ano, a própria Câmara requisitava novamente a reforma da Tropa Paga.⁷⁴¹ A Coroa, necessitando afirmar a participação da Companhia e temendo insubordinação não apenas dos militares mas da própria Capitania, acabou por decidir que era a hora de se fazer a reforma. Assim, o monarca escrevera ao Governador-geral determinando que a

⁷⁴⁰ AHU, RJ, AVULSOS, D. 207, Lisboa, 7/6/1651.

⁷⁴¹ AHU, RJ, AVULSOS, D. 211, Rio de Janeiro, 30/7/1651.

realizasse, o que seria feito no ano seguinte, em 1652.⁷⁴²

A atuação do Sargento-mor na *governança* da terra, sobretudo no aspecto político, mas também no econômico, nos fica clara. Evidente também que a Tropa Paga, no caso analisado, o Ofício Superior de Sargento-mor, era mais uma das esferas de poder que atuavam no governo polissinodal e corporativo luso.⁷⁴³ Assim, embora a Câmara tenha negociado com o governador da Capitania, como vimos no capítulo anterior, a participação em algumas funções que, a princípio, eram daquele agente, o que lhe conferia protagonismo na manutenção da Tropa Paga, a Coroa ainda mantinha certa gerência naquele *corpus* militar, já que seus Oficiais Superiores lhes eram muito mais próximos do que os Inferiores, como iremos ver no capítulo seguinte.

A intensidade da participação ativa na *governança* do Rio de Janeiro dos Sargentos-mores da Tropa Paga fica ainda mais clara, quando percebermos que estes Oficiais Superiores ficaram pouquíssimo tempo naquele ofício, como iremos ver no próximo subitem.

3.1.3. Quantidade de anos

Para finalizarmos a demonstração de que nossos Oficiais Superiores da Tropa Paga do Rio de Janeiro ficaram pouco tempo na Capitania, temos que analisar quantos anos aqueles personagens permaneceram no ofício. Como se pode ver na Tabela 12, há apenas um Sargento-mor ligado a Benevides, Antônio Ortiz de Mendonça. De modo que, aqui, não há como agrupar e analisar os que estavam ligados àquele personagem e os que não estavam, posto que os números ficariam distorcidos. Portanto, as análises devem ser gerais, como já sublinhado na introdução deste capítulo.

Dos seis Sargentos-mores da Tropa Paga de nossa amostragem, três deles (Antônio Ortiz de Mendonça, Francisco da Cruz e Lopo Alves da Fonseca) não tiveram as suas nomeações limitadas por um determinado período.

O Sargento-mor Antônio Ortiz de Mendonça (1635-42) possuía desde o tempo dos Habsburgos aquele ofício. Quando de sua escolha, o monarca mandava que deveria exercê-lo até que não houvesse “por bem, e não manda[sse] o contrário”. Fato que fora

⁷⁴² “Carta de Sua Majestade sobre a reformação, 21/9/1651”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944, Vol. 66, p. 37-9 e; AN, Cód. 61, Vol. 2 p. 1.

⁷⁴³ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 191-252; João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa. “Monarquia Pluricontinental e repúblicas”; António Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan* e; Francisco Cosentino. *Governadores gerais do Estado do Brasil*.

confirmado pela nova dinastia dos Braganças.⁷⁴⁴ Para Francisco da Cruz (1651-54), por exemplo, o rei fazia a redação padrão, afirmando que nomeava o militar “para que o sirva enquanto eu o houver por bem e não mandar o contrário”.⁷⁴⁵ Para Lopo Alves da Fonseca (1646-49), a Coroa acatou a recomendação do Conselho Ultramarino e simplesmente o empossou sem estipular um período.⁷⁴⁶

Já que não havia um período pré-estabelecido para que estes militares ficassem no ofício, a qualquer momento, de acordo com a vontade real, poderiam ser retirados daqueles *locus* caso se mostrassem desleais com a nova dinastia dos Braganças; ou apresentassem algum problema para a *governança* da Capitania, como parece ter acontecido com o Sargento-mor Simão Dias Salgado (c. 1641-45); ou, simplesmente, continuassem a sua trajetória de “homem ultramarino”. Só havia novas nomeações porque o ofício ficava vago. Isto ocorria não porque o período do ocupante se encerrara, mas porque o mesmo havia recebido autorização real para deixá-lo e continuar a sua vida em outro lugar.⁷⁴⁷ Fatos que demonstram a sua transitoriedade. E isto foi o que ocorreu. A média de anos em que permaneceram no ofício era muito pequena, cerca de 2,6 anos, se comparada à do Ofício Inferior da Tropa Paga. De modo que o tempo “padrão” deveria ser de três anos, realmente. Questões pontuais com os Sargentos-mores Manuel Lopes (1645-46) e Antônio Galvão (1649-51) foram responsáveis pela diminuição da média. O Sargento-mor Manuel Lopes fora o único Capitão de Infantaria da Tropa Paga que conseguira ascender ao Ofício Superior. Fora um “tampão”, uma solução emergencial. A sua escolha era extraordinária, emergencial e urgente, tinha como objetivo principal a substituição do Sargento-mor Simão Dias Salgado (c.1641-45), que havia se envolvido em um grande conflito com a Câmara do Rio de Janeiro em 1645 e tentava assumir o governo da Capitania. Fora pinçada, quase que cirurgicamente, já que não havia tempo para a chegada de um “homem ultramarino” que estivesse fora do presídio.⁷⁴⁸ Logo que possível o monarca nomeara outro militar para o ofício, por isso ficara aproximadamente um ano. Já o Sargento-mor Antônio Galvão tivera que deixar o ofício e assumir o comando da Capitania por conta do falecimento do governador.

⁷⁴⁴ “Registro do Traslado da provisão, que Sua Majestade passou a Antônio Ortiz de Mendonça Sargento-mor do Rio de Janeiro”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 16, s/d, p. 403.

⁷⁴⁵ IHGB, Arq. 1.2.14 – licença para o sargento mor Antônio Galvão ir ao reino dada por d. João, que por isso nomeia Francisco da Cruz, 12 de junho de 1651, p. 267v.; BN. *Documentos Históricos*, Vol. 18, p. 132; BN. *Documentos Históricos*, Vol. 32, p. 37 e; AHU RJ, CA, D. 706. Lisboa, 31/5/1651.

⁷⁴⁶ AHU, RJ, CA, D. 432-433. Lisboa, 9/3/1646 e; AHU, MISTOS, Cód. 13, p. 324v. 20/3/1646.

⁷⁴⁷ É o que veremos no próximo tópico deste capítulo.

⁷⁴⁸ AN, Cód. 61, Vol. 1, p. 12. 28/03/1645.

Os outros permaneceram no ofício por volta de três anos, como, por exemplo, os Sargentos-mores Antônio Ortiz de Mendonça (1635-42) - depois que fora confirmado por D. João IV (1640) - Lopo Alves da Fonseca (1646-49) e Francisco da Cruz (1651-54). Somente Simão Dias Salgado (c. 1641-1645), que coincidentemente fora o único que não temos certeza do exato momento de sua chegada, ficara no ofício por volta de quatro anos.

Apenas em um dos seis casos temos na documentação um período de tempo determinado de três anos. O que confirma a ideia de que era o tempo “padrão” e igualmente nos ajuda a corroborar a transitoriedade do ofício, que naturalmente, se refletiria nas relações sociais que estes militares teceram com a Capitania e com suas elites, que foram mostradas acima. Fora o caso do Sargento-mor Antônio Galvão (1649-51), que deveria acompanhar o triênio do governador da Capitania, Salvador de Brito Pereira. Antônio Galvão chegou ao Rio de Janeiro juntamente com Salvador de Brito Pereira, que se encontrava muito doente, e caso este conseguisse terminar seu período como Governador, deveria acompanhá-lo no regresso ao reino. Antônio Galvão tinha ordens secretas para assumir o posto caso aquele viesse a falecer, o que ocorreu em 1651. Portanto, na visão do monarca, não era alguém que ficaria durante muito tempo naquele ofício nem na Capitania, uma vez que abandonou o governo em 1652. Como todos os seus “pares”, estava apenas de passagem, como um típico “homem ultramarino” e voltaria para o reino, de onde saiu apenas para prestar serviços à Coroa.

Em suma, os militares que chegaram ao ofício superior de Sargento-mor da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro, entre os anos de 1640 e 1652, ficaram poucos anos no referido ofício. Quase todos vieram de fora da Capitania, ou seja, não ocuparam aquele espaço vindo de postos hierárquicos inferiores dentro da Tropa Paga que estava estacionada no presídio. Assim, por não terem moradias na localidade nem relações sociais consistentes com a Capitania e suas elites, juntamente com outros Oficiais Superiores, tinham que pegar seus “soldos tão largos e avantajados” para que “sejam obrigados a pagar o aluguel das casas em que viverem”.⁷⁴⁹ Contrapunham o poder e a influência do grupo dos Sás. Por fim, tiveram participação ativa na *governança* da terra, em especial quando o posto de Governador da capitania ficava vago e era necessário prover alguém interinamente.

⁷⁴⁹ “Cópia da Carta de Sua Majestade sobre a informação que veio com a carta acima, 10/5/1651”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944, Vol. 66, p. 13-4.

3.2. O Sargento-mor da Tropa Paga e o universo luso.

Depois de analisarmos os aspectos pontuais do Ofício Superior de Sargento-mor da Tropa Paga ligados à Capitania do Rio de Janeiro e suas elites, que nos permitiu reconstruir a sua lógica social, demonstrando que tanto a Coroa como aqueles militares viam o ofício como algo transitório, que seus agentes não estabeleceram ligações mais duradouras com as suas elites, em especial com o grupo dos Sás, e que os tutelavam/contrabalanceavam o seu poder e participavam ativamente do governo da Capitania, é chegada a hora de ver qual foi a sua inserção no universo luso. Portanto, neste tópico, buscaremos compreender qual foi o padrão de circulação destes personagens, tendo como recorte o momento em que ocuparam o ofício. Tal processo nos permitirá redesenhar o perfil completo do Sargento-mor da Tropa Paga e, posteriormente, compará-lo ao que montaremos no próximo capítulo para os Ofícios Inferiores da Tropa Paga. De fato, que será possível comprovar nossa hipótese central, a da existência de diversos padrões de circulação e lógicas sociais de acordo com o Ofício da Tropa Paga e que os espaços sociais que os agentes ocupavam estavam ligados ao fato de todos os Oficiais Superiores serem “homens ultramarinos”, enquanto a grande maioria (75%) dos Oficiais Inferiores era de “homens coloniais”.

Como vimos, a circulação de leais vassalos no espaço ultramarino luso era importantíssima, tanto para os personagens que analisamos como para a Coroa, uma vez que estes indivíduos, ao se movimentarem entre os diversos espaços, alimentavam o próprio funcionamento da Monarquia. Parte deste processo pode ser explicado pela ascensão social dos mesmos, que só era possível por conta da dádiva da Coroa, já que em troca dos serviços que lhes haviam sido prestados, os nomeava para ocuparem determinados ofícios. Todavia, para que isto ocorresse, estes personagens necessitavam permanecer de algum modo ao redor dos Conselhos da Monarquia, em especial, para o caso do ultramar, o Conselho Ultramarino ou ter representantes que o fizesse.

Assim, tanto a Monarquia quanto os Conselhos atuavam, sob a mediação de relações pessoais, na retribuição destes préstimos, algo típico de uma sociedade de Antigo Regime. De modo que os serviços

(...) personales tenían igual valor que las relaciones, personales o familiares, trabajadas con los oficiales de la Monarquía y en su defecto cabía la posibilidad de intervenir en el nombramiento de los mismos a través de una recomendación.⁷⁵⁰

⁷⁵⁰ Domingo Centenero de Arce. “¿Una monarquía de lazos débiles?”, p. 147.

Na Monarquia hispânica, para além das relações sociais, dos méritos, dos anos de serviço prestados à Coroa, e de sua qualidade, havia outros elementos, segundo Antonio Estrella, que ajudavam no processo de ascensão social, como a patrimonialização do ofício.⁷⁵¹ Este último ocorria, em especial, em regiões de fronteiras, como no reino de Granada, no século XVI. A patrimonialização tornava o ofício um bem que poderia ser transferido de pai para filho, como em uma linhagem.⁷⁵² Ao que parece, com os ofícios militares na capitania do Rio de Janeiro isto não ocorria.⁷⁵³

Se, por um lado, num quadro geral, após a Restauração “a valentia era mais importante do que o sangue” para o processo de ascensão social,⁷⁵⁴ já que uma promoção por linhagem comprometeria a eficiência do exército e a própria imagem do rei⁷⁵⁵ por outro, para o caso particular dos Ofícios Militares da Tropa Paga, acreditamos que as nomeações devem ser vistas na tensão, presente na passagem do Antigo Regime para a Modernidade política,⁷⁵⁶ entre mérito e sangue (status social/qualidade) dos personagens.⁷⁵⁷

Outro ponto a ser levado em consideração quando se analisa o processo de ascensão social era o local onde os serviços foram prestados. Cada espaço tinha uma importância de acordo com o contexto (econômico, militar e simbólico).⁷⁵⁸ Em primeiro lugar era no Estado da Índia, depois na presidência do Conselho e nos postos mais altos dos governos do reino e de Algarve, no Governo-geral do Estado do Brasil, no governo do norte da África, nos cargos militares do reino e por último em Madeira, Açores e de

⁷⁵¹ Antonio Jiménez Estrella. “Mérito, calidad y experiencia: Criterios Volubles en la provisión de cargos Militares bajo los Austrias”. In Juan Francisco Pardo Molero e Manuel Cortés (coords.) *Oficiales Reales – Los ministros de la Monarquía Católica (siglos XVI-XVII)*. Valência. Departament d’Història Moderna, Universitat de València, 2012, p. 246.

⁷⁵² Antonio Jiménez Estrella. “Mérito, calidad y experiencia”, p. 247.

⁷⁵³ Em minha dissertação de mestrado, onde analisei o perfil dos capitães das fortalezas da barra da capitania do Rio de Janeiro na segunda metade do XVII, embora tenha havido por parte de alguns capitães a tentativa de passar o ofício para seus filhos, isto só ocorreu uma única vez. Cf. Luiz Guilherme S. Moreira. *Navegar, lutar, pedir e... receber*

⁷⁵⁴ Ronald Raminelli. “*Los límites del honor*”, p. 56.

⁷⁵⁵ Antonio Jiménez Estrella. “Mérito, calidad y experiencia”, p. 246.

⁷⁵⁶ Fernando Dores Costa. *Insubmissão*, p 261 e ss.

⁷⁵⁷ Domingo Centenero de Arce. “¿Una monarquía de lazos débiles?”, p. 147-8. Esta tensão, por exemplo, fora notada em Castela durante os séculos XVI e XVII, quando da montagem da força militar permanente. Naquela oportunidade, se discutiu como deveria ser o recrutamento de seus membros. Se a conscrição deveria ser forçada ou voluntária. Nesse segundo caso, os indivíduos teriam uma vocação militar e seriam providos não por sua qualidade, mas por seus méritos. Cf. Augustín Jiménez Moreno. *Nobleza, guerra y servicio a la corona: los caballeros de hábito em el siglo XVII*. Tese de doutorado, Universidad Complutense de Madrid, 2011.

⁷⁵⁸ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 252.

Pernambuco. Posteriormente a 1650, se distinguia entre o reino e as *conquistas* e situava os principais cargos militares na metrópole.⁷⁵⁹

Os próprios candidatos a Governadores da capitania sentiam essa hierarquia, como, por exemplo, pode ser visto no caso do Rio de Janeiro, já que “este cargo es más reputado porque aunque gobierna subordinado a outro lo que no sucede con los otros puestos apuntados por la bondad de la tierra y por lãs ventajas que ofrece es reputando por tanto después de Angola”.⁷⁶⁰

Assim, de um modo geral, pode-se enxergar um movimento nos *Seiscentos* que marca uma virada no mundo português. As capitanias na América iam gradativamente tornando-se mais importantes, fruto das perdas das praças orientais; em paralelo, “as guerras de Pernambuco coincidiam com o reconhecimento dos serviços prestados por vassallos de sangue impuro radicados na América portuguesa”.⁷⁶¹

Como se sabe, entre o final do século XVI e o final do XVIII, os governos no ultramar luso eram militares.⁷⁶² Suas nomeações dependiam tanto dos critérios sociais como dos méritos predefinidos pela Monarquia para cada território, assim como da decisão individual do sujeito em aceitar ou não o referido governo.⁷⁶³ Contudo, em momentos de guerra aberta se reforçava uma maior capacidade do indivíduo eleito em negociar melhores condições, o que levava a Coroa a ter uma maior liberalidade e, no geral, um rebaixamento das exigências por parte dela.⁷⁶⁴

Se os governadores do Rio de Janeiro, ao longo do século XVII, precisavam ser militares, com méritos e qualidade social previamente definidos para assumir aquele ofício, o mesmo também ocorria com o ofício de Sargento-mor da Tropa Paga, como iremos demonstrar, afinal era o seu substituto imediato. Como não havia uma nobreza de sangue na América, a qualidade social provinha do fato de terem alguma ligação mais próxima com a nobreza civil ou política, que era alcançada muitas vezes por meio de acumulação de méritos que eram transformados em qualidade. Todavia, os seus méritos eram conseguidos à medida que em que circulavam pelo universo luso e por outros ofícios, tanto os militares, como os não militares. Assim, iam acumulando méritos, ou seja, anos de serviços feitos em determinados espaços mais ou menos valorizados pela

⁷⁵⁹ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 252.

⁷⁶⁰ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 252-3 – apud BNP, Coleção Pombalina, 653.

⁷⁶¹ Ronald Raminelli. “Da Controversa nobilitação de índios e pretos”, p. 505.

⁷⁶² Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 263.

⁷⁶³ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 254-5.

⁷⁶⁴ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 255.

Coroa.

3.2.1. A chegada ao Ofício Superior de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro: o processo de ascensão militar e social ou da transformação de méritos em qualidade

Como todos os Sargentos-mores da Tropa Paga da Capitania do Rio de Janeiro na década de 1640 eram “homens ultramarinos”, antes de chegarem àquele presídio haviam circulado por outros espaços lusos, onde haviam acumulado méritos/quantidade de anos de serviços. Destarte, se Ricupero estiver correto, as ambições desses “homens ultramarinos” em transformar os méritos em qualidade seriam bem maiores do que as dos “homens coloniais”. Portanto, em termos simbólicos, não se contentariam com hábitos das Ordens Militares, mas sim com suas comendas; já materialmente falando, buscariam benefícios materiais no reino.⁷⁶⁵

3.2.1.1. Anos de serviços anteriores à nomeação para o Ofício Superior de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro.

Uma das maneiras de ascender socialmente era acumulando méritos, sendo uma das vias ir somando os anos de serviços prestados à Coroa. De modo que a primeira característica que temos que analisar é esta: a quantidade de anos de serviços que os Sargentos-mores possuíam antes de chegarem ao referido ofício, que, diga-se de passagem, eram elevadíssimos. O Sargento-mor Manuel Lopes (1645-46), por exemplo, havia servido à Coroa quarenta anos antes de sua nomeação; já o Sargento-mor Antônio Galvão (1649-51) tinha trinta e um anos, enquanto o Sargento-mor Francisco da Cruz (1651-c.1654) tinha vinte e dois anos.⁷⁶⁶ Estes números nos fazem crer que o Ofício no Rio de Janeiro só era alcançado no final de uma vida inteira dedicada à Coroa, quando o militar estava próximo de retornar à Corte, já que eram “homens ultramarinos”, o que dava uma média de trinta e um anos.⁷⁶⁷

Assim, por exemplo, o Sargento-mor Manuel Lopes (1645-46), morador do Porto, depois de uma longa “carreira no ultramar buscando lucros, recompensas e títulos

⁷⁶⁵ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

⁷⁶⁶ AN, Cód. 61. Vol. 1, p. 12. 28/03/1645; AN, Cód. 61, Vol. 1, p. 336. 26/1/1649; IHGB, Arq. 1.2.14 – licença para o sargento mor Antônio Galvão ir ao reino dada por d. João, que por isso nomeia Francisco da Cruz, 12 de junho de 1651, p. 267v.; BN. *Documentos Históricos*, Vol. 18, p. 132; BN. *Documentos Históricos*, Vol. 32, p. 37 e; AHU RJ, CA, D. 706. Lisboa, 31/5/1651. Vide Tabela 13.

⁷⁶⁷ Vide Tabela 13.

desfrutáveis na corte”,⁷⁶⁸ fora enviado para Angola, a mando do Governador-geral, para conduzir quatro capuchinhos e doze degredados, ainda no período em que aquela região estava sob o domínio batavo (1641-8). Ao chegar à costa africana, fora atacado por uma triade de navios holandeses e ficou, juntamente com três daqueles religiosos, preso por um trimestre. Posteriormente, foi levado para a Holanda. Ao passar pelo canal de Flandres, a embarcação se perdeu e ele, a nado, foi parar na Normandia, em Nantes, onde conseguiu um passaporte e voltou a Lisboa, onde enfim iria desfrutar de sua carreira.⁷⁶⁹

Não sabemos se a informação do primeiro naufrágio do Sargento-mor Manuel Lopes chegou ao Rio de Janeiro, mas, de pronto, a falta de notícias deve ter levado o Governador-geral a passar a serventia para João Rodrigues Pestana, em 1646, já que considerava aquele morto, como justificou no documento.⁷⁷⁰ No ano seguinte, em 1647, Manuel Lopes, já “ressuscitado” em Portugal e, provavelmente, cansado, quis buscar os “lucros, recompensas e títulos”⁷⁷¹. Por isso, pediu ao Conselho Ultramarino não que voltasse ao Rio de Janeiro para reassumir o ofício, mas “o pagamento de uma ajuda de custo para se vestir e recolher a sua casa, pela ida da Bahia a Angola à ordem do governador-geral do Brasil”. O que fora consentido, assim recebera 50 cruzados.⁷⁷² Contudo, logo deve ter morrido, porque seu filho, que era seu homônimo, recebeu um ano e três dias depois daquele pedido uma promessa de pensão de 40\$000 rs., juntamente com o hábito da Ordem de Cristo, pelos serviços prestados por seu pai nas “guerras da província de Trás-os-Montes e em Montereí, como capitão de infantaria, desde 1643 a 1646”.⁷⁷³

3.2.1.2. Ofícios ocupados anteriores à nomeação para o Ofício Superior de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro.

Se a quantidade de anos de serviços que estes personagens tinham dedicado à Coroa era grande e assumiam o ofício de Sargento-mor quando já estavam no final de suas carreiras, uma questão torna-se capital. Em que ofícios passaram? O que lhes

⁷⁶⁸ Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Viventes*, p. 103.

⁷⁶⁹ AHU, BAHIA, COLEÇÃO LUIZA DA FONSECA, D. 1244-1245. Lisboa, 2/03/1647.

⁷⁷⁰ AN, Cód. 61. Vol. 1, p. 109. 12/6/1646.

⁷⁷¹ Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Viventes*, p. 103.

⁷⁷² AHU, BAHIA, COLEÇÃO LUIZA DA FONSECA, D. 1244-1245. Lisboa, 2/03/1647. Segundo Rodrigo Ricupero a mercê de Ajuda de Custo era comum. Cf. Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*. São Paulo: Ed. Alameda, 2009, p. 20.

⁷⁷³ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909., Vol. 1, p. 267, vol. 2, p. 1.

permitia acumular méritos. Manuel Lopes (1645-46), antes de sua nomeação para o ofício de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro havia sido “soldado, sargento, alferes e capitão”.⁷⁷⁴ Já o Sargento-mor Antônio Galvão (1649-51), desde a Aclamação de D. João IV, havia ocupado “os postos da milícia, de soldado, sargento, alferes, ajudante, capitão, sargento-mor e tenente-geral”.⁷⁷⁵ Estas duas trajetórias nos mostram claramente que a participação nas guerras, caso não morressem em suas batalhas, era uma das vias para a acumulação de méritos, o que lhes permitiria ascender socialmente. Se, a título de exercício, pegarmos como modelo o Organograma 1, veremos que desde o momento em que ingressaram na carreira militar iam acumulando méritos, o que lhes possibilitava ascender na estrutura militar, dos postos mais baixos até os mais altos, à medida que circulavam pelos diversos espaços do mundo luso e prestavam serviços à Coroa.⁷⁷⁶

3.2.1.3. Espaços onde atuaram antes da nomeação para o Ofício Superior de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro.

Depois de ter visto em que ofícios acumularam méritos, temos que analisar onde estes eram exercidos, ou seja, em que espaços. Assim, poderemos ver em quais lugares estes personagens iam acumulando os seus méritos, já que, por serem “homens ultramarinos”, tinham uma intensa circulação por todo o espaço luso.⁷⁷⁷

O Sargento-mor Antônio Ortiz de Mendonça (1635-1642), por conta ainda da União Ibérica, havia atuado na Itália e em Flandres, mas também tinha experiência nas *Guerras Brasileiras*, já que atuara em Pernambuco.⁷⁷⁸ Enquanto o Sargento-mor Manuel Lopes (1645-46), que rapidamente teve que assumir o ofício, substituindo Simão Dias Salgado, também tinha atuado nas mesmas áreas, exceto na Itália. Entretanto, como estava no Rio de Janeiro quando da Restauração lusa, não teve oportunidade de participar das batalhas que foram travadas entre portugueses e castelhanos.⁷⁷⁹ Fato que não ocorrerá com o Sargento-mor Antônio Galvão (1649-51), que participou de querelas

⁷⁷⁴ AN, Cód. 61. Vol. 1, p. 12. 28/03/1645 e “registro do nomenclamento do alferes Manuel Lopes provido em Ajudante do Morro”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 16, s/d, p. 276.

⁷⁷⁵ AHU, RJ, CA, D. 704. Lisboa, 9/3/1651.

⁷⁷⁶ Rene Quatrefages mostrou para os Terços espanhóis do século XVI um processo de ascensão social similar, quando por meio da meritocracia, os nobres ingressavam naquele corpo militar como soldados e iam gradativamente subindo até chegar ao posto de oficial. Cf. Rene Quatrefages. *Los tercios españoles (1567-1577)*. Madrid, 1983.

⁷⁷⁷ Vide Tabela 14.

⁷⁷⁸ “Registro do Traslado da provisão, que Sua Majestade passou a Antônio Ortiz de Mendonça Sargento-mor do Rio de Janeiro”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 16, s/d, p. 403.

⁷⁷⁹ AN, Cód. 61. Vol. 1, p. 12. 28/03/1645.

nas “Armadas deste Reino, como nas fronteiras”. De modo que se pode compreender que os espaços que estavam na órbita de Castela, como por exemplo, a península itálica, desapareceram da lista de serviços. Se não porque estes militares não atuaram lá, não lhes era interessante mostrar a existência de vínculos com inimigos dos Braganças.⁷⁸⁰

Em termos gerais, a experiência militar que os Sargentos-mores tinham comprova o que já fora dito. Primeiro, existia uma hierarquia no local onde os serviços foram prestados.⁷⁸¹ Aqueles militares deveriam ter passado por batalhas europeias, os lugares mais valorizados. Segundo, este modelo era flexível,⁷⁸² uma vez que as batalhas empreendidas na América lusa necessitavam de outro tipo de conhecimento, como por exemplo, a tática de guerrilha empreendida nas *Guerras Brasileiras*, em especial em seu principal palco, a Capitania de Pernambuco.⁷⁸³ Gradativamente, “as guerras de Pernambuco coincidiam com o reconhecimento dos serviços prestados por vassalos de sangue impuro radicados na América portuguesa”.⁷⁸⁴

Portanto, os serviços prestados nas *Conquistas* em termos de hierarquias iam ganhando reconhecimento cada vez maior nos *Seiscentos*, como apontou Cunha e Monteiro.⁷⁸⁵ Assim, para ocupar o ofício, eram necessárias experiências na Europa e na América.

Todavia, os serviços no Rio de Janeiro não eram tão importantes. Apenas dois militares haviam servido ali. Um fora o Sargento-mor Manuel Lopes (1645-46), que deixava o Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga para assumir aquele Ofício Superior. Mas, como vimos, era um “tampão”. Assumia não muito por seus méritos e/ou qualidades, mas para “tampar” um buraco, fruto do afastamento do Sargento-mor Simão Dias Salgado (c. 1641-45). Este tentara, sem sucesso, ocupar o Governo da Capitania. O outro fora o Sargento-mor Francisco da Cruz (1651-54), que tinha experiências em fortificação no Rio de Janeiro, como veremos abaixo.

Os casos dos Sargentos-mores Lopo Alves da Fonseca (1646-49) e Francisco da Cruz (1651-54), por suas excepcionalidades, nos ajudam a confirmar a regra de que a

⁷⁸⁰ AN, Cód. 61, Vol. 1, p. 336. 26/1/1649.

⁷⁸¹ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 252.

⁷⁸² Domingo Centenero de Arce. “¿Una monarquía de lazos débiles?”, p. 139.

⁷⁸³ A respeito da Guerra Brasileira ver Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada* e; Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros*.

⁷⁸⁴ Ronald Raminelli. “Da Controvercia nobilitação de índios e pretos”, p. 505. Este padrão também fora detectado nos Capitães de Fortaleza da barra do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVII. Cf. Luiz Guilherme S. Moreira. *Navegar, lutar, pedir e... receber*.

⁷⁸⁵ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 252.

experiência na Europa e na América era capital. O primeiro fora o único que chegara ao ofício sem experiência nenhuma. Quando de sua nomeação, a tensão entre mérito e qualidade fora exposta pelos membros do Conselho Ultramarino, que sublinharam que Lopo Alves da Fonseca não tinha “experiência bastante e ser mancebo para ocupar o cargo (...) principalmente, nestes tempos presentes que é tão necessário ter um soldado muito preciso na guerra”, e que seus anos de serviços à Coroa eram “menos de um ano pelo que consta”, porque, embora tenha sido nomeado como capitão, fora reformado.⁷⁸⁶

A conjuntura desta nomeação era complicada, como vimos acima, o principal membro do grupo dos Sás, que dominava a Capitania, estava recebendo uma série de críticas e estava sob a desconfiança da Coroa, que enviara o Sargento-mor e Vedor Geral Lopo Alves da Fonseca para vigiá-lo mais de perto. Igualmente, as negociações entre a Câmara e o Governador para a renovação das taxas extraordinárias se complicavam. Portanto, apesar da total inadequação do Sargento-mor Lopo Alves da Fonseca ao ofício, neste momento, o mais importante não era a sua experiência, a sua valentia, mas sim a sua qualidade e suas relações pessoais, por isso, repetimos, fora o único Sargento-mor do período analisado a ser nomeado também como Vedor-Geral. O ofício fora pedido para a Coroa não pelo Sargento-mor Lopo Alves da Fonseca, mas sim por seu pai, Baltazar Rodrigues de Matos, que deve ter ativado suas relações pessoais. Alguma movimentação nos “bastidores” deve ter ocorrido, provavelmente fora facilitada pela presença de ambos, pai e filho, em Lisboa. O fato nos mostra que o Sargento-mor Lopo Alves da Fonseca era de extrema confiança do Monarca. O que permitiu D. João IV passar por cima do Regimento das Fronteiras (1645), recém-instituído, que era, como vimos no capítulo anterior, um instrumento de controle por parte da Coroa das Tropas militares lusas. O Regimento não abordava diretamente o Ofício Superior de Sargento-mor, mas para o Ofício Inferior de Capitão de Infantaria exigia no mínimo seis anos de préstimos para que alguém fosse nomeado para aquele ofício, tempo que o Sargento-mor Lopo Alves da Fonseca não tinha.⁷⁸⁷ Assim, não poderia nem ter sido escolhido como Capitão, posto que não tinha mérito; todavia, a sua qualidade falava mais alto.⁷⁸⁸ Afinal de contas o período era de transição do Antigo

⁷⁸⁶ AHU, RJ, CA, D. 432-433. Lisboa, 9/3/1646 e; AHU, MISTOS, Cód. 13, p. 324v. 20/3/1646.

⁷⁸⁷ Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p. 807-8.

⁷⁸⁸ Este exemplo, também nos ajuda a comprovar como o Ofício era um dos quais as pessoas poderiam ocupar ao final da carreira, quando já estavam prontas para regressarem ao reino e desfrutar de seus méritos, como defendemos acima. Talvez, mais uma vez, pelo fato de não ser exclusivamente em ofícios militares, mas também ser vital para a governança da terra, tal qual o ofício de Governador da Capitania.

Regime para a Modernidade política.⁷⁸⁹

O segundo caso no qual a experiência europeia não era importante para prover aquele ofício ocorreu com o Sargento-mor Francisco da Cruz (1651-54). Este chegou ao ofício no bojo da crise da criação da Companhia de Comércio (1649), no momento em que o monarca resolvera atender à solicitação da Capitania e proceder à reforma da Tropa Paga, em 1651.⁷⁹⁰ Todas estas características tornam a sua circulação diferenciada da de seus pares, embora, como os outros, tenha tido experiência nas guerras de Pernambuco. Mas, a sua principal moeda era a sua experiência na “ciência” da fortificação. O que confirma mais uma vez a sua excepcionalidade. Como vimos no capítulo anterior, uma das razões da reforma da Tropa Paga era modificar o destino dos recursos gastos com a manutenção do sistema castrense da Capitania. Eles deixariam de ser usados majoritariamente no pagamento dos soldos daquele *corpus* militar para financiarem a construção e a reforma das fortalezas. O que tornava necessário alguém com função mais técnica, como o próprio Francisco da Cruz, à época Tenente General da Artilharia do Rio de Janeiro, que soube valorizá-los ao apresentar seus serviços.⁷⁹¹ Não é à toa que, quando este fora para o reino, em 1651, além de reclamar da atuação da Companhia de Comércio, também fora relatar ao monarca como se encontravam os fortes da Capitania.⁷⁹² O Governador-geral, quando naquele ano repassou a ordem real para o Governador da Capitania, fez eco à questão da administração dos recursos, afirmando que, com a reforma da Tropa Paga, aquele personagem teria “mais lugar de acudir as fortificações”.⁷⁹³

3.2.1.4. Distinções sociais que possuíam antes da nomeação para o Ofício Superior de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro.

Estes homens circulavam pelo universo luso, não apenas na América. À medida que isto ocorria, acumulavam anos de serviços à Coroa e ofícios militares cada vez mais elevados dentro da hierárquica da Tropa Paga. Mas, para entender este padrão de circulação, não basta apenas analisar os ofícios castrenses e os lugares onde passaram.

⁷⁸⁹ Fernando Dores Costa. *Insubmissão*, p 261 e ss.

⁷⁹⁰ A reforma da Tropa Paga como vimos no capítulo anterior ocorreria em 1652.

⁷⁹¹ AN, Cód. 61. Vol. 1, p. 355v. 21/01/1649; IHGB, Arq. 1.2.14 – licença para o sargento mor Antônio Galvão ir ao reino dada por d. João, que por isso nomeia Francisco da Cruz, 12 de junho de 1651, p. 267v.; BN. *Documentos Históricos*, Vol. 18, p. 132; BN. *Documentos Históricos*, Vol. 32, p. 37 e; AHU RJ, CA, D. 706. Lisboa, 31/5/1651.

⁷⁹² AHU, RJ, AVULSOS, D. 207, Lisboa, 7/6/1651.

⁷⁹³ “Carta para o governador da capitania do Rio de Janeiro Antônio Galvão, 27/11/1651”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Augusto Porto, sd, Vol. 5, p. 39-40. Grifou-se.

Torna-se necessário também focar com que qualidades/status social aqueles agentes chegaram à Capitania. Afinal de contas, se a nomeação do ofício se dava justamente na tensão entre mérito e qualidade, temos que entender como esta se apresentava. Nunca esquecendo que o processo ocorria numa época de transição para a Modernidade política,⁷⁹⁴ na qual as conjunturas específicas do Rio de Janeiro acabariam determinando se o mérito ou a qualidade era mais importante para a escolha real. As nomeações do ofício de Sargento-mor sempre ocorreram em momentos em que havia crise na *governança* da terra, não apenas em razão de características internas à Capitania, como também mais diretamente ligadas às questões maiores. Isso nos ajuda a corroborar o que dissemos acima, que a Coroa via o ofício como algo transitório. Por isso, nas nomeações não se determinava o tempo em que cada Sargento-mor permaneceria no ofício e sim aparecia a expressão “servindo no modo referido, que será pelo tempo que eu [o monarca] houver por bem, e não mandar o contrário”.⁷⁹⁵ O que deixava bem claro que, a qualquer momento, o oficial poderia ser retirado daquele lugar. Uma manobra inteligente por parte da Coroa, posto que, se houvesse um tempo estipulado, seria mais difícil e menos legítimo proceder à substituição.

Como o ofício também era importante para a *governança* da terra, além do mérito, seu ocupante deveria ter alguma qualidade, não só para ocupar aquele espaço, mas, também, pelo fato de tutelar/contrabalancear o poder de suas elites, deveria apresentar características que o tornassem menos contestáveis. Assim, ao chegar àquela Capitania, já vinha com algumas qualidades importantes. Foi o que Ricupero afirmou quando sublinhou que os “homens ultramarinos” já eram nobres.⁷⁹⁶ O Sargento-mor Antônio Ortiz de Mendonça (1634-42) já era fidalgo, por exemplo.

O mancebo e Sargento-mor Manuel Lopes (1645-46) era de família importante, já que era neto do trovador Bandarra.⁷⁹⁷ Todos os préstimos feitos por este militar e por seus antepassados ajudaram a ele próprio e seus filhos e netos a receberem outras

⁷⁹⁴ Fernando Dores Costa. *Insubmissão*, p 261 e ss.

⁷⁹⁵ “Registro do Traslado da provisão, que Sua Majestade passou a Antônio Ortiz de Mendonça Sargento-mor do Rio de Janeiro”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 16, s/d, p. 403.

⁷⁹⁶ Vide Tabela 15. Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

⁷⁹⁷ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*. Vol. 2, p. 74. Segundo Jacqueline Hermann, as famosas Trovas de Bandarra, feitas no século XVI, quando do desaparecimento de D. Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir, passaram a ter grande importância política. Estes escritos seriam reinterpretados no século XVII por alguns personagens importantes, um dos quais o Padre Antônio Vieira, que acabou por ajudar a construir a imagem que D. João IV era o rei encoberto que salvaria Portugal da dominação de Castela, sendo o responsável pela fundação do Quinto Império, quando, enfim, o cristianismo se espalharia por todo o mundo. Jacqueline Hermann. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 233 e ss.

benesses, antes de assumir o ofício. Em decorrência, tivera um “lançamento do hábito da Ordem de Cristo”, em março de 1645, quando ainda estava no Rio de Janeiro.⁷⁹⁸ Um de seus filhos, o capitão Manuel Gomes Ribeiro, em 1639, quando seu pai servia no Rio de Janeiro, recebeu uma pensão de 20\$000 rs. “em uma comenda da Ordem de Cristo, comenda pelos serviços prestados no Brasil”, durante a invasão holandesa.⁷⁹⁹

O Sargento-mor Lopo Alves da Fonseca (1646-49) chegara àquela praça, devido às relações de sua família, como Vedor-geral para fiscalizar, na época, o “imprevisível” Salvador Benevides, e era mancebo.

Já Antônio Galvão (1649-51) chegara ao Rio de Janeiro para assumir o ofício de Sargento-mor em um momento muito delicado. Desembarcara juntamente com o novo governador Salvador de Brito Pereira, que estava doente. Tinha ordens secretas para assumir o governo da Capitania caso aquele morresse, o que impossibilitaria a Câmara de utilizar a prerrogativa de nomear um governador interino,⁸⁰⁰ como havia sido feito em 1645, quando Duarte Correa Vasqueanes assumiu, mesmo contra a vontade do então Sargento-mor Simão Dias Salgado. Mas, também a crise que se repetia em relação às nomeações/desnomeações dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga do presídio, em 1648, devido à expedição de Benevides a Angola.⁸⁰¹ Destarte, a Coroa poderia imaginar que as qualidades do Sargento-mor Antônio Galvão pudessem dar estabilidade à Capitania e ao exercício de seu ofício.

O Sargento-mor Antônio Galvão (1649-51), desde o início da década de 1640, havia ganhado algumas distinções sociais importantes. Em 1641, a Comenda de São Lourenço da Ordem de Cristo.⁸⁰² No ano de 1644, receberia o hábito da mesma Ordem, juntamente com uma pensão de 50\$000 rs. em uma comenda da Ordem de Cristo, por seus serviços, dos quais muitos realizados na América Lusa.⁸⁰³ Em 1646, passaria a ter o direito de receber uma tença anual legada pelo Marquês de Cascais.⁸⁰⁴ Em fevereiro de 1647, recebera uma promessa de uma pensão de 50\$000 rs. “na comenda de Santo

⁷⁹⁸ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*. Vol. 1, p. 131.

⁷⁹⁹ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*. Vol. 1, p. 2.

⁸⁰⁰ Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 141.

⁸⁰¹ Como iremos ver mais a frente, ao abordarmos o ofício de Capitão de Infantaria da Tropa Paga, com a montagem da expedição de Salvador Benevides para Angola, em 1648, houve outra crise naquele *corpus* militar da Capitania, motivando nomeações/desnomeações, tal qual como havia ocorrido em 1644-5, com a expedição de Francisco de Soutomaior.

⁸⁰² TTONLINE. “Antônio Galvão. Carta. Comenda de S. Lourenço da Ordem de Cristo. 29/04/1641. Código de referência: PT-TT-RGM/21/352364. Cota atual: Registo Geral de Mercês, Ordens, liv.1, fl.27”. Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv.1, f. 253”.

⁸⁰³ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 99.

⁸⁰⁴ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 99.

Isidoro, da Ordem de Cristo, que vagou por D. João de Portugal, pertencente ao Conde de Odemira”.⁸⁰⁵ Todavia, o valor não chegou a tanto, sendo o montante instituído em 30\$000 rs.⁸⁰⁶ Nos preparativos que o conduziram ao Rio de Janeiro, negociava com a Coroa melhores condições para sua ida para aquele espaço. Se, por um lado, em setembro daquele ano, renunciou a uma tença de “30\$000 rs. cada ano”, talvez aquela que recebera no ano anterior, assim como o “ofício de escrivão dos contos do Reino e Casa, de um lugar no recolhimento dos órfãos de S. Jorge de Lisboa para sua irmã”;⁸⁰⁷ por outro, em novembro de 1648, receberia “80\$000 rs. de renda efetiva, e vagando comenda do mesmo lote, será provido dela, em lugar dos ditos 80\$000 rs., pelos serviços prestados no cargo de Sargento-mor, no Rio de Janeiro, durante o governo de Salvador de Brito”.⁸⁰⁸ Ao que parece o caso era parecido com o descrito por Moreno. Antes de embarcar para continuar os seus serviços, o cavaleiro da Ordem de Cristo tivera a sua renda aumentada de 30\$000 rs. para 80\$000 e passaria a ostentar também o título de comendador, que era mais relevante do que o de cavaleiro.⁸⁰⁹ A negociação também envolvia sua irmã, Anna Freire, talvez aquela que renunciara ao recolhimento dos órfãos de S. Jorge, em 1647⁸¹⁰, que em 1650, passaria a receber “20\$000 rs. mais de tença nas Obras Pias, (...) pelos serviços que” seu irmão prestava no Rio de Janeiro.⁸¹¹ A descrição dos títulos e prerrogativas sociais de Antônio Galvão novamente nos confirma a importância que a Coroa dava ao ofício de Sargento-mor para a *governança* da Capitania, assim como para a negociação.⁸¹² Do mesmo modo, o fato de não ter passado pela cabeça deste “homem ultramarino” se instalar no Rio de Janeiro, o que de fato ocorreu, já que voltara para a região do Algarve, onde deve ter falecido.

O único Sargento-mor que não tinha nenhuma qualidade social era Francisco da Cruz (1651-54). O que nos mostra mais uma vez a tensão entre méritos e qualidades. Não podemos esquecer que o mesmo fora escolhido no instante em que se institucionalizava a Reforma da Tropa Paga, fruto da discussão em torno dos recursos

⁸⁰⁵ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 99.

⁸⁰⁶ TTONLINE. “Antônio Galvão. Carta. Mais 30\$000 rs. de pensão no rendimento da Comenda de S. Isidoro da Ordem de Cristo, hoje pertencente ao Conde de Odemira. 14/09/1647. Código de referência: PT-TT-RGM/21/352365. Cota atual: Registo Geral de Mercês, Ordens, liv.2, fl.319”. O mesmo documento aparece com outro registro na TTONLINE sob a referência PT-TT-RGM/21/365030.

⁸⁰⁷ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 247.

⁸⁰⁸ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 290.

⁸⁰⁹ Ronald Raminelli. “Da Controverosa nobilitação de índios e pretos”. p. 506.

⁸¹⁰ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 247.

⁸¹¹ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 349.

⁸¹² Afinal de contas, em momentos de guerra aberta a Coroa negociava com os seus vassallos sob melhores condições para estes últimos. Cf. Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 255.

para a manutenção daquele *corpus* militar. Por isso, a escolha de um militar experiente na fortificação, que naquele momento era a saída para manter o sistema defensivo da Capitania. Vale lembrar que fora o último Sargento-mor de nosso recorte temporal, já adentrando meados do século, quando talvez o ideal do “exército” profissional ganhava mais força.

Portanto, mesmo antes de chegarem ao Rio de Janeiro, já estavam muito próximos ou inseridos no segundo Estado. Estes militares eram daqueles homens apontados por Monteiro, que ascendiam socialmente ao deixarem o terceiro estado (povo) e ingressarem na nobreza civil ou política, por meio dos préstimos à Monarquia.⁸¹³ Processo que ocorria em momento de fragilidade política no qual se reorganizava o mundo luso, por conta não apenas da Restauração de 1640, causada entre outras coisas, pela “fuga para Madri de membros da nobreza e da alta administração”, como sublinhara Alencastro.⁸¹⁴

O ofício de Sargento-mor da Tropa Paga no Rio de Janeiro, entre os anos de 1640 e 1652, era alcançado por “homens ultramarinos” que tinham méritos (uma quantidade elevadíssima de anos de préstimos, nos quais haviam passado por diversos ofícios castrenses e em diversos lugares do universo luso, inclusive na América), e também tinham qualidades. Mas, como todo bom “homem ultramarino”, preparavam-se, como iremos ver no próximo tópico, para voltar de vez para o reino, onde desfrutariam seus títulos e tentariam ganhar benefícios materiais. Estavam, portanto, em final de carreira. O casamento de méritos e qualidades se ajustava perfeitamente, uma vez que o oficial podia intervir de forma direta na *governança* da Capitania, como de fato ocorreu algumas vezes, chegando inclusive a ocupar o seu governo. No entanto, a sua principal função era militar e ligada à proteção contra os batavos. Tinha que passar a imagem de que era capaz de dar conta destes objetivos. O que só poderia ocorrer com a promoção baseada no mérito e não na qualidade, de modo que não se comprometesse também a imagem do rei perante a sociedade.⁸¹⁵ Afinal de contas, como vimos no capítulo anterior, a capitania do Rio de Janeiro pedia insistentemente a reforma da Tropa Paga por conta dos gastos elevados, que só eram cobertos parcialmente em razão de contribuições extraordinárias autorizadas pela localidade, via Senado da Câmara.

⁸¹³ Nuno Monteiro. “O poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”, p. 334.

⁸¹⁴ Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Videntes*, p. 103.

⁸¹⁵ Antonio Jiménez Estrella. “Mérito, calidad y experiencia”, p. 246.

Portanto, o monarca não poderia nomear oficiais para a sua Tropa Paga que não tivessem méritos, pois não teria como justificar os pedidos de donativos e impostos extraordinários para aquelas elites para a manutenção de um corpo militar ineficiente, comandada e gerida por pessoas “descoladas” da localidade, uma vez que eram “homens ultramarinos”.

Todavia, esses méritos eram transformados em qualidade, à medida em que estes agentes iam acumulando serviços e galgando ofícios militares cada vez mais importantes dentro da hierarquia castrense e ocupados em vários espaços do universo luso, inclusive na América. Como havia em Portugal um processo de rearranjo social, parte destes méritos eram trocados por qualidade. Assim, se estes agentes não estavam ligados à nobreza civil, passavam de algum modo a apresentar estas ligações. De maneira que mérito e qualidade acabavam por se confundir, o que ajudava o próprio Sargento-mor a cumprir uma de suas funções, a de tutelar e contrabalancear as elites da Capitania e participar de forma direta da *governança* da terra. Mas, igualmente, também iam ascendendo socialmente.

3.2.2. A permanência e a saída do Ofício de Sargento-mor da Tropa Paga do Rio de Janeiro: a continuação do processo de ascensão social ou da contínua transformação de méritos em qualidade

Depois de demonstrada a maneira pela qual estes “homens ultramarinos” acumularam méritos e qualidades que lhes possibilitaram ocupar o ofício de Sargento-mor da Tropa Paga, é necessário visualizar como permaneceram e como saíram daquela Capitania e retornaram ao reino e se continuaram seu processo de ascensão social.

Daqueles seis Sargentos-mores e/ou seus familiares (100%), apenas um (16,7%) não conseguiu ascender socialmente; fora o caso de Simão Dias Salgado (c. 1641-45), aquele que tentara assumir o governo da capitania em 1645, o que motivou, inclusive, a atuação do monarca, ordenando que o mesmo não assumisse o ofício. Fato que confirma mais uma vez que o militar, após o episódio, perdera o prestígio frente à Coroa. Sem levar em conta as promessas, que podiam ou não se concretizar, tivemos um total de vinte e quatro mercês distribuídas pela Coroa para aqueles cinco Oficiais Superiores.⁸¹⁶ Para entender melhor os processos de ascensão destes personagens, o que nos ajudará a entender a sua lógica social e o seu padrão de circulação, dividimos estas mercês, de

⁸¹⁶ Vide Tabelas 17, 18 e 19.

forma didática, em três facetas: a) militar; b) material e c) social. Como se pode perceber, a maior quantidade tocava a questão social (treze mercês ou 62%), em especial a distribuição de Comendas (seis mercês ou 28,6%).⁸¹⁷

Assim, em parte, Ricupero estava correto, de maneira que os “homens ultramarinos”, e todos os nossos Sargentos-mores o eram, procuravam “comendas das ordens militares”. Mas, correto, em parte, porque estas comendas não eram das Ordens Militares e alguns destes militares ou seus familiares receberam quase que o mesmo número de pensões e hábitos das Ordens Militares (cinco mercês ou 23,8%).⁸¹⁸

3.2.2.1. O processo de ascensão militar

Três (50%) dos seis Sargentos-mores da Tropa Paga (100%) e/ou seus familiares conseguiram ascender militarmente.⁸¹⁹ Estes receberam quatro (19%) das vinte e uma mercês (100%) passadas àqueles oficiais superiores.⁸²⁰ Deixaram seus ofícios no Rio de Janeiro e voltaram para o reino para continuar a servir à monarquia. Isto nos ajuda a corroborar que o ofício de Sargento-mor no Rio de Janeiro era ocupado por indivíduos que estavam em final de carreira.

A continuação destes préstimos ocorrera em especial, na primeira fase dos conflitos da Restauração lusa (1640-59), quando havia grande dificuldade por parte da Coroa em montar uma tropa militar permanente, já que faltavam soldados e “comandantes aptos para os dirigirem”. O que levou a monarquia a se aproveitar de “alguns militares experimentados nos teatros de guerra das colônias ou ao serviço dos Habsburgos em outras parcelas do seu império”.⁸²¹

O padrão se assemelhava ao que Cosentino mostrou para os ex-governadores do Estado do Brasil. Segundo o autor, aqueles personagens ao abandonarem os seus postos na América foram enviados para lutar em regiões estratégicas para a defesa portuguesa, como o Alentejo, Olivença, Elvas, Campo Maior, Évora etc. Uma vez que o serviço

⁸¹⁷ Vide Tabela 16.

⁸¹⁸ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

⁸¹⁹ Vide Tabela 17.

⁸²⁰ Vide Tabela 16.

⁸²¹ Nuno Monteiro. “A Guerra da Aclamação” In António Manuel Hespanha. *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2, p. 276 e ss. A ideia também aparece em Mello. Segundo o autor, a maior parte dos militares que lutaram contra os batavos em Pernambuco eram reinóis e voltaram para Portugal, por conta da necessidade de homens experientes nas guerras com Castela. Cf. Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 15. Vide Tabela 17.

praticado na América era fundamental mesmo para aqueles que já eram fidalgos e que queriam continuara a ascender socialmente.⁸²²

Assim, como poderemos ver nos casos descritos abaixo, muito provavelmente estes ex-sargentos-mores que voltaram para Portugal devem ter atuado ao lado destes ex-governadores gerais. O Sargento-mor Antônio Ortiz de Mendonça (1635-42), que já era fidalgo, por exemplo, teve a sua experiência em Flandres, na Itália, e em Pernambuco, ainda no período da União Ibérica, aproveitada naquelas batalhas quando deixou o ofício de Sargento-mor no Rio de Janeiro. Em 1643, encontrava-se em Lisboa quando Benevides entrou para o Conselho Ultramarino. Mas, ao que parece, não ficou lá por muito tempo. Logo, fora enviado como Mestre de Campo de um terço para a fronteira com Castela, onde atuaria em dois conflitos importantes no processo de Restauração portuguesa, um em Santo Aleixo e outro em Elvas, ambos em 1644.⁸²³ A Batalha em Elvas fora importantíssima para a consolidação da dinastia dos Braganças, uma vez que, apesar das tentativas de Castela de cercar aquela cidade, permaneceu sob o domínio luso, fortalecendo a presença dos portugueses na fronteira.⁸²⁴

Outro que continuou a carreira militar fora o Sargento-mor Manuel Lopes (1645-46), depois de ter “ressuscitando”, em Portugal.⁸²⁵ Assim, como o Sargento-mor Antônio Ortiz de Mendonça, também participou de batalhas na primeira fase do conflito com Castela. Entre os anos de 1646-48, esteve presente “nas guerras da província de Trás-os-montes e em Montereí, como capitão de infantaria”.⁸²⁶

E, por fim, o Sargento-mor Antônio Galvão (1649-51) que, ao chegar ao reino após ter deixado o ofício, fora nomeado como Mestre de Campo do Terço Pago do Reino de Algarves. Ali prendeu muitos traidores que foram enviados à Corte. Em 1658, participou da Batalha de Linhas de Elvas, vencida pelos lusos, rompendo “as linhas do inimigo” e avançando sobre o Forte de Nossa Senhora das Graças [Forte de Conde de Lippe]. Nesta oportunidade, fora atingido por um artefato que “lhe passou o braço direito”. Mesmo ferido prosseguiu na vitória daquele forte, colocando os inimigos em fuga. O fato fora reconhecido por Vossa Majestade, que lhe prometeu “honras e mercês, e ordenando por decreto seu ao Conselho (...) [que] desejava (...) muito de lhe fazer

⁸²² Francisco Cosentino. “Governadores gerais do Estado do Brasil pós Restauração”, p. 730-1 e ss.

⁸²³ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*. Vol. 1, p. 159.

⁸²⁴ BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 16, s/d, p. 403. Nuno Monteiro. “A Guerra da Aclamação” In Antônio Manuel Hespanha. *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2, p. 276 e ss.

⁸²⁵ Como vimos, o Sargento-mor Manuel Lopes fora enviado para Angola e acabou desaparecendo e sendo dado como morto, entre os anos de 1645-46, reapareceu em Lisboa em 1647. Cf. AHU, BAHIA, COLEÇÃO LUIZA DA FONSECA, D. 1244-1245. Lisboa, 2/03/1647.

⁸²⁶ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*. Vol. 1, p. 267.

(...)”.⁸²⁷

3.2.2.2. O processo de ascensão material

O processo de ascensão destes militares também era de natureza material. E nisto Ricupero parece estar correto, já que estes personagens buscavam ganhos materiais.⁸²⁸ Excluindo-se as pensões pagas aos detentores de hábitos e/ou comendas das Ordens Militares, que serão analisadas no próximo subitem. Três (50%) dos seis Sargentos-mores da Tropa Paga (100%) ascenderam materialmente ao serem agraciados com ajuda de custo, tenças ou administração de bens. O que correspondeu a quatro (19%) daquelas vinte e uma mercês (100%) passadas pela Coroa. Números que consideramos expressivos.⁸²⁹ Estas tenças, segundo Ricupero, eram importantíssimas em Portugal, “mas eram pouco comuns para os vassallos” estabelecidos na América “nos primeiros tempos”.⁸³⁰

3.2.2.3. O processo de ascensão social

Para além da ascensão militar e material, os Sargentos-mores da Tropa Paga da Capitania do Rio de Janeiro conseguiam ascender socialmente. Cinco (83,3%) dos seis Sargentos-mores (100%) se inseriram neste processo, ficando de fora o Sargento-mor Simão Dias Salgado (c.1641-45), aquele que quis assumir o governo da Capitania. O que por si só já mostra a importância do ofício para este processo. Em apenas um (20%) destes cinco personagens (100%) a ascensão ocorrera enquanto ainda estava no ofício, fora o caso do Sargento-mor Francisco da Cruz (1651-54).⁸³¹

O Oficial Superior Antônio Galvão (1649-51) fora o único (16,7%) daqueles seis (100%) Sargentos-mores que recebera a distinção de fidalgo da Casa Real.⁸³² Segundo Ricupero as expressões, “Fidalgo da Casa Real”, “meu moço de Câmara”, “minha Casa”, “cavaleiro fidalgo” e “escudeiro” demonstram que eram criados do rei, porém de estratos inferiores da nobreza.⁸³³ Para Raminelli, os fidalgos “eram definidos por seus feitos militares”, não apenas os seus mais os de seus antepassados também. Entre 1641

⁸²⁷ AHU, PERNAMBUCO, AVULSOS, D. 638. [Lisboa, post. 1661]; Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 2, p. 175 e 264.

⁸²⁸ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

⁸²⁹ Vide Tabela 18.

⁸³⁰ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*. São Paulo: Ed. Alameda, 2009, p. 20.

⁸³¹ Vide Tabela 19.

⁸³² Não sabemos exatamente quando, mas em 1658, apareceu pela primeira vez o termo na documentação. Cf. Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 2, p. 175.

⁸³³ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 160.

e 1681 foram dados 244 títulos ou foros de fidalgos a pessoas que prestaram serviços militares no Estado do Brasil e Maranhão. No geral, estas pessoas lutaram, não apenas na América Lusa, mas igualmente no reino contra espanhóis, turcos e holandeses. Fora o caso do Sargento-mor Antônio Galvão.⁸³⁴ Ao analisar as variantes de títulos de fidalgos, entre os quais estavam fidalgos cavaleiro, fidalgo escudeiro, moço fidalgo, cavaleiro fidalgo, escudeiro fidalgo, e moço da câmara, o autor acabou por concluir que “En el cómputo general, no era la filiación noble un determinante para alcanzar el título de fidalgo cavaleiro, sino la relevancia de los servicios comprobados a la monarquía”.⁸³⁵ Contudo, para a América lusa o mais comum eram os hábitos de cavaleiros das Ordens Militares.⁸³⁶

Este caso nos é problemático. Ricupero sublinhou que o foro de fidalguia não era buscado pelos “homens ultramarinos”, mas sim pelos “homens coloniais”,⁸³⁷ o que não ocorreu para o ofício de Sargento-mor. Se não fosse o único problema dentro da tipificação proposta pelo autor, talvez este caso pudesse ser a exceção que confirmasse a regra. Mas, infelizmente, há outros problemas!

Outras distinções sociais importantes diziam respeito a mercês de Comendas e as ligadas às Ordens Militares (pensões, hábitos e comendas). Segundo Ricupero, os “homens ultramarinos”, e todos os Sargentos-mores o eram, procuravam “comendas das ordens militares” ao invés dos seus hábitos.⁸³⁸ Todavia, não é isso que vemos. Das vinte e uma mercês (100%) distribuídas aos Sargentos-mores, seis (28,6%) foram de Comendas (28,6%), cinco (23,8%) de pensões e hábitos das Ordens Militares e uma (4,8%) de Comenda da Ordem Militar. O que não dá uma diferença marcante, não confirmando a ideia de Ricupero. De se notar também que grande parte das distinções das Ordens Militares foram dadas aos familiares dos Sargentos-mores. O que mostra que os serviços no Rio de Janeiro se somavam a outros e eram importantes no processo de ascensão social destes indivíduos e/ou seus familiares.⁸³⁹ E que três delas (75%) eram da Ordem de Cristo, enquanto uma apenas (25%) da Ordem de São Bento de Avis. De maneira que estes personagens procuravam não apenas as comendas, mas também hábitos.

⁸³⁴ Vide Tabela 14.

⁸³⁵ Ao olharmos a Tabela 15 veremos que a premissa vale para o militar.

⁸³⁶ Ronald Raminelli. “*Los límites del honor*”, p. 49 e ss. Citação p. 49.

⁸³⁷ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83. Como já sublinhado, todos os Sargentos-mores da Tropa Paga do Rio de Janeiro de nossa pesquisa eram “homens ultramarinos”.

⁸³⁸ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

⁸³⁹ Vide Tabelas 16, 17, 18 e 19.

Os processos de ascensão social descritos acima também permitem, mais uma vez, destacar que outra premissa formulada por Ricupero não pode ser aplicada ao Rio de Janeiro. Segundo aquele autor “no que poderíamos chamar de segundo escalão da administração colônia” composto por “homens ultramarinos” e “homens coloniais” “a volta ao Reino poderia significar regressão social, pois o prestígio alcançado e o patrimônio reunido na colônia dificilmente poderiam ser desfrutados na metrópole”.⁸⁴⁰ Fato que não parece ser verdade, uma vez que como vimos acima, ao retornarem para o reino continuavam a ascender socialmente.

Pela carreira destes personagens podemos fazer eco às palavras de Augustín Moreno. Este autor destacou que, na Espanha, a valorização dos veteranos era cada vez mais evidente, por conta da necessidade de se criar um exército permanente.⁸⁴¹ O monarca se viu obrigado a dialogar com outros poderes para que atingisse esse objetivo. Um dos quais era a nobreza, que não havia perdido as suas obrigações no campo de batalha.⁸⁴² Mas, para isso, deveria oferecer algum incentivo, por meio da retribuição dos serviços prestados, para que aquele estamento continuasse a servir, sobretudo para os secundogênitos da alta nobreza e para membros de Casas nobres não muito importantes. Todavia, inexistia uma norma que regulamentasse o acesso às honras, o principal motivador para aquele processo. Neste ínterim, surgiu na Espanha uma série de pensadores que ficaram conhecidos como *arbitristas*, que defendiam que Coroa e nobreza estabeleciam um “contrato” com direitos e deveres para ambas as partes. Mas, o que nos interessa aqui, é que os préstimos seriam recompensados pelos méritos destes militares e não por sua qualidade. O Conde Duque de Olivares, que atuara com o primeiro ministro de Castela entre 1621-43, por exemplo, fora um dos que estimularam a concessão de hábitos de acordo com estes “contratos”.⁸⁴³

De modo que as doações de hábitos das Ordens Militares, por parte da Coroa,

⁸⁴⁰ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*. São Paulo: Ed. Alameda, 2009, p. 182-3.

⁸⁴¹ MORENO. *Nobreza, guerra y servicio a la corona*, p. 363.

⁸⁴² Desde as primeiras décadas do Século XVII houve um debate acerca da função das Ordens Militares. Se deveria combater os inimigos de Castela ou atestar a limpeza de sangue. Para parte da historiografia teria havido um abandono das questões militares a partir do século XVI. Recentemente, já no século XX, mais precisamente em 1955, Antonio Dominguez Ortiz defendeu que os cavaleiros que tinham hábitos haviam perdido a sua vocação castrense. Mais recentemente I.A.A. Thompson e José Maravall também partilharam desta ideia. Contudo, no geral, desde meados do século XX houve um incremento de estudos que abordavam as Ordens Militares, em especial, no que diz respeito a sua dimensão castrense, todavia, ainda há muito mais dúvidas do que esclarecimentos. Moreno acredita que a ligação entre a Nobreza e sua faceta castrense ainda persistia no *Seiscentos*. Cf. Domínguez Ortiz. “La movilización de la nobleza castellana en 1640”. In *Anuario de Historia del derecho español*, nº 25 (1955); I.A.A. Thompson. *Guerra y decadência*; José Maravall. *Poder, honor y élites*. Madrid, 1979 e; Augustín Jiménez Moreno. *Nobreza, guerra y servicio a la corona*.

⁸⁴³ Augustín Jiménez Moreno. *Nobreza, guerra y servicio a la corona*, p. 866 e ss.

durante o período de Olivares, serviram para incrementar as forças armadas de Castela, tanto no que diz respeito à quantidade como à qualidade dos soldados, uma vez que o problema ali não era a falta de homens para servir, mas sim a ausência de motivação para que ingressassem voluntariamente naquele corpo militar. As concessões visavam, sobretudo, incentivar aqueles vassallos a continuarem a servir. Este padrão durou até o ano de 1642. No entanto, o seu efeito fora restrito, uma vez que a Monarquia tinha uma capacidade limitada de retribuir a confiança de todos os profissionais de armas com honras, ofícios militares, pensões, ajudas de custo ou gratificações. A maior parte daqueles hábitos em Castela, cerca de 56%, foram dados aos Capitães de Infantaria, enquanto os Sargentos-mores, de forma isolada, ficaram com apenas 3%. Assim, tal premissa possibilitou atrair o setor inferior da nobreza para a carreira militar, uma vez que quem ingressava nas fileiras castrenses ganhava um hábito antes de começar a servir por um tempo que era determinado.⁸⁴⁴

Para o caso luso parece haver algumas diferenças, embora também a concessão de hábitos tenha gerado motivação para os serviços. Ao contrário do caso da Monarquia hispânica, havia uma normatização das regras de concessão de hábitos. Ambas as monarquias, desde os quinhentos, se preocupavam em manter a ligação entre a nobreza e os serviços militares. Assim, por exemplo, em meados do século XVI, com a expansão lusa para o norte da África, tentou-se vincular a obtenção de comendas com serviços prestados naquela localidade. De modo que a Bula Papal de 1570, que regularia a concessão dos hábitos das três Ordens Militares portuguesas (Cristo, Santiago e São Bento de Avis), sublinhava que para receber um hábito de cavaleiro eram necessários três anos de serviços castrenses naquele espaço, enquanto para a comenda, sete ou nove. Dois anos depois se acrescentou que os serviços também podiam ser feitos na Índia ou em galês, na costa do Algarve. As comendas que tivessem um valor abaixo de 800\$000 rs. poderiam ser concedidas depois de cinco anos de serviços. Em 1575, novamente o tempo de serviço para o hábito fora reduzido para dois anos para o norte da África e três para a Índia; enquanto para as comendas de qualquer tipo e qualidade seriam precisos três ou quatro anos de préstimos na África. A Coroa “procurava atrair soldados de origem nobre para o Norte da África, onde as possibilidades de enriquecimento não eram grandes, quando comparadas às do Oriente”. De um modo geral, quem possuía um hábito ou comenda era considerado bom vassallo e servidor da Coroa; limpos de sangue

⁸⁴⁴ Augustín Jiménez Moreno. *Nobleza, guerra y servicio a la corona*., p. 375; 387; 866 e ss e; 872-3.

e “com patrimônio suficiente para não sujar as mãos com o trabalho. Um ideal que muitos dos homens dos séculos XVII e XVIII lutaram para alcançar”⁸⁴⁵ e que durante as batalhas de Restauração lusa alguns alcançaram, uma vez que, neste período, a Coroa fora bastante liberal em prometer hábitos. No entanto, se a promessa não significava efetivação servia para motivar lealdades, uma vez que “quando acenava com títulos, comendas, hábitos e fidalguia aos aliados coloniais, os reis tinham consciência de que essas mercês encontrariam a forte resistência dos deputados da Mesa de Consciência e Ordens”.⁸⁴⁶

Entretanto, se havia regras para a concessão de hábitos e comendas, Ronald Raminelli destacou que, para o Ultramar luso, eram mais maleáveis, particularmente em áreas ainda mais longínquas e/ou em épocas de “fragilidade política e militar”, como nas Restaurações lusa e pernambucana. Estas distinções sociais também foram buscadas por negros e índios na América lusa, como mostra o trabalho daquele autor.⁸⁴⁷ Mas, a questão que fica é quem compunha a Tropa Paga, como o próprio nome deixa claro, tinha o direito a receber um salário e isto não era diferente para o caso de seu Sargento-mor. Portanto, dentro daquele quadro financeiro caótico mostrado no capítulo anterior, de constantes atrasos nos pagamentos, por que não encontramos na documentação reclamações destes agentes por não receberem soldos? Seria porque, embora tivessem esta prerrogativa, estavam mesmo mais preocupados em buscar “lucros, recompensas e títulos desfrutáveis na corte”⁸⁴⁸, apenas? Acreditamos que sim! O que seria uma das particularidades destes Oficiais Superiores, enquanto para os Ofícios Inferiores os salários eram importantes, por isso conseguimos recuperar algumas informações de que não eram pagos.⁸⁴⁹ Fato que demonstra, mais uma vez, padrões de lógicas sociais

⁸⁴⁵ Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno*, p. 52 e ss. Citação p. 54 e 56 e; Ronald Raminelli. “Da Controversa nobilitação de índios e pretos”, p. 506.

⁸⁴⁶ Ronald Raminelli. “Da Controversa nobilitação de índios e pretos”, p. 517 e ss. Citação p. 518.

⁸⁴⁷ Ronald Raminelli. “Da Controversa nobilitação de índios e pretos”, p. 504 e ss.

⁸⁴⁸ Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Videntes*, p. 103.

⁸⁴⁹ Francisco da Cruz fora o único Sargento-mor que apresentou, de forma indireta, já que feita por seus testamenteiros, uma reclamação a respeito do não pagamento de seus soldos. Através de um processo de 1662 ficamos sabendo que Francisco da Cruz morreu entre julho de 1654 e de julho de 1655. Um dos documentos que compõe este processo e que foram apresentados ao Conselho Ultramarino é um requerimento feito pelos moradores da capitania, João Rodrigues Pestana - antigo sargento-mor da capitania - e por Antônio de Andrade, em 1662. Ambos se apresentavam como testamenteiros do falecido, em decorrência, pediam o pagamento de 330\$000 rs. de soldos atrasados. Não sabemos que tipo de relação existia entre os três. O que foi lembrado por aquele Conselho, que ressaltou que não havia o testamento no processo. Contudo, acreditamos que existia alguma ligação familiar entre eles, porque, caso contrário, como convenceriam todas aquelas autoridades civis e militares da capitania, incluindo o próprio governador, a lhes entregarem atestados com os serviços prestados por Francisco da Cruz. Assim, não nos é estranho o fato de ter sido o único Sargento-mor que se instalou na capitania, portanto um típico “homem colonial”, na concepção de Alencastro. Por isso seus “bens, herdeiros e tumba reservada”

diferenciados entre os Oficiais Superiores e Inferiores.

A divisão entre oficiais também fora apontada, por Moreno, para o exército da Monarquia hispânica. Para o autor havia naquele corpo militar dois tipos de soldados. Um “que empuña las armas buscando honores y mercedes procedente, en general, de los cuadros inferiores de la nobleza” e outro que “sirve a cambio de un sueldo, como una profesión más”.⁸⁵⁰ Esta divisão era necessária, não apenas nas tropas permanentes e remuneráveis da Península Ibérica e de suas áreas coloniais. Também ocorria em toda a Europa, como sublinhou Parker, uma vez que nem mesmo a França podia ter suas necessidades satisfeitas, no que diz respeito ao recrutamento de soldados, satisfeitas recorrendo somente a seus súditos. Portanto, era comum que se utilizassem tropas estrangeiras.⁸⁵¹ Como salientado algumas vezes, não podemos esquecer que estamos analisando uma época de transição para a modernidade política.⁸⁵² O que também fora apontado por Frank Tallet. Este autor destacou que o Estado moderno ainda tinha pilares do Antigo Regime para derrubar, um deles a vinculação da nobreza com a identidade guerreira.⁸⁵³

Os Sargentos-mores estavam mais interessados não apenas em acumular “os privilégios e honras, liberdades, preeminências, mercês, e franquezas, que lhe tocam, e de que deve, e podem usar (...)”, termos que sempre apareciam nas Cartas Patentes Reais de nomeação;⁸⁵⁴ mas, igualmente, em continuar a prestar serviços à Coroa em outros espaços e assim ascender socialmente, o que mais uma vez confirma que eram “homens ultramarinos”. De modo que, para Portugal, parece que a nobreza continuava com uma identidade guerreira. Igualmente, os Sargentos-mores não estavam apenas atrás das comendas das Ordens Militares, como pontuou Ricupero.⁸⁵⁵

Esta questão ficou explícita no voto que Salvador Benevides dera no Conselho Ultramarino, em 1646, quando se pronunciou na escolha do substituto do Sargento-mor Manuel Lopes (1645-46). Indicava como primeira opção o capitão Vasco de Araújo, justificando que este poderia atuar sem receber soldo.⁸⁵⁶ Porém, Vasco de Araújo acabou

estavam localizadas no Rio de Janeiro. Também, não é coincidência o fato de ter sido o único a se aliar aos grupo dos Sás. Cf. AHU, RJ, CA, D. 911. 1662; AHU, RJ, CA, D. 913. Lisboa, 15/7/1654; AHU, RJ, CA, D. 918-23. S.d. Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Viventes*, p. 103-104. Citação p. 104.

⁸⁵⁰ Agustín Jiménez Moreno. *Nobleza, guerra y servicio a la corona*, p. 61-2.

⁸⁵¹ Geoffrey Parker. “O soldado”, p. 56.

⁸⁵² Fernando Dores Costa. *Insubmissão*, p 261 e ss.

⁸⁵³ Frank Tallet. *War and society in early modern Europe, 1495-1715*. Londres, 1992, p. 83.

⁸⁵⁴ “Registro do Traslado da provisão, que Sua Majestade passou a Antônio Ortiz de Mendonça Sargento-mor do Rio de Janeiro”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 16, s/d, p. 403.

⁸⁵⁵ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

⁸⁵⁶ AHU, RJ, AVULSOS, D. 169. Lisboa, 17/8/1646.

sendo preterido pelo futuro Sargento-mor Lopo Alves da Fonseca (1646-49), que, por sua vez, abriu mão de ir para o norte da África e veio para uma capitania secundária na América lusa. Já que não tinha vínculos com a sociedade fluminense, o que explicaria isto senão a possibilidade de ascensão social?⁸⁵⁷ De modo que aquela afirmativa feita por Fragoso, de que a “remuneração regular dada aos ministros e oficiais da administração” era importantíssima, talvez só valessem para os que aqui se instalavam, ou para os Oficiais Inferiores da Tropa Paga.⁸⁵⁸

3.3. Conclusão

A passagem destes “homens ultramarinos” pelo Rio de Janeiro era vista como transitória e breve, tanto por eles, como pela Coroa. Naquela Capitania, tinham a noção exata de que permaneceriam pouco tempo por lá. Não procuravam se instalar ali nem estabelecer laços mais fortes e duradouros com suas elites, sobretudo com o grupo dos Sás, apesar da ativa participação na *governança* da terra e da tutela que faziam no governo, já que sabiam que rapidamente voltariam para o reino com o objetivo de desfrutar títulos e continuar seu processo de ascensão social. Além disso, não se preocupavam com o atraso ou o não pagamento dos soldos. Por sua vez, ao chegar ao reino como soldados experientes e veteranos nos campos de Marte, sabiam que a Coroa não podia se dar ao luxo de não utilizá-los nos conflitos contra Castela nas batalhas de Restauração. Desta feita, não apenas os serviços feitos no Rio de Janeiro, como os empreendidos contra Castela, deveriam ser agraciados de alguma forma. E, de fato, foram não somente para os próprios empreendedores, mas também para os seus familiares. Todos estes dados nos permitem concluir que, definitivamente, tratava-se de “homens ultramarinos”, que visavam fazer “sua carreira no ultramar buscando lucros, recompensas e títulos desfrutáveis na corte”.⁸⁵⁹

Depois de circularem por diversos espaços lusos e ascenderem na hierarquia castrense, chegavam ao Rio de Janeiro com distinções sociais importantes. Assim, parte dos seus serviços já havia sido agraciada. Os préstimos naquela Capitania, mesmo não sendo empreendidos em guerra viva, ajudavam na continuação do processo de ascensão social não apenas dos indivíduos que os realizaram, mas, especialmente, para seus filhos e familiares.

⁸⁵⁷ Vide Tabela 11.

⁸⁵⁸ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 73.

⁸⁵⁹ Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Videntes*, p. 103.

De modo que o ofício de Sargento-mor era alcançado por agentes que já tinham uma quantidade elevadíssima de anos de préstimos à Coroa, estavam em final de carreira e se preparavam para voltar de vez para o reino, onde desfrutariam de seus títulos. A escolha para aquele Ofício Superior acabava por levar em conta o mérito e a qualidade, embora houvesse uma tensão entre ambos. Afinal, o período era de transição para a Modernidade, quando ainda havia alguns sustentáculos do Antigo Regime, como a vinculação da nobreza à identidade guerreira.⁸⁶⁰ Por vezes estas duas categorias se confundiam e, em períodos em que a crise na Capitania se tornava ainda mais aguda, a qualidade se impunha sobre o mérito.

O oficial intervinha diretamente na *governança* da capitania, como de fato ocorreu algumas vezes, chegando inclusive a ocupar o seu governo. No entanto, a sua principal função era militar e ligada à proteção contra os batavos. Ele tinha que passar a imagem de que era capaz de dar conta destes objetivos. O que só poderia ocorrer com a promoção baseada no mérito e não na qualidade, de modo que não se comprometesse também a imagem do rei perante a sociedade.⁸⁶¹ Afinal de contas, como vimos no capítulo anterior, a capitania do Rio de Janeiro pedia insistentemente a reforma da Tropa Paga por conta dos gastos elevados, que só eram cobertos parcialmente em razão de contribuições extraordinárias autorizadas por sua Câmara. Portanto, a Coroa teria como escolher homens para a sua Tropa Paga que não possuíssem méritos, pois não teria respaldo para pedir taxas extraordinárias para aquelas elites visando à manutenção de uma Tropa Paga ineficiente e sem ligações concretas com a localidade.

No entanto, transmutavam-se esses méritos em qualidade, quando estes militares iam prestando serviços e alcançando ofícios militares cada vez mais relevantes na hierarquia castrense espalhados por diversas partes do mundo luso, inclusive na América. Parte destes méritos se transformava em qualidade, já que em Portugal havia um processo de rearranjo social e de ampliação da nobreza. Assim, ascendiam socialmente, não só pelos serviços praticados no ultramar no início de suas carreiras, como no final pelos feitos na Europa. Se estes agentes não estavam ligados à nobreza, passavam de algum modo a apresentar estas ligações. De modo que mérito e qualidade acabavam por se confundir.

Da mesma forma como destacou Moreno para a Espanha, para Portugal também

⁸⁶⁰ Fernando Dores Costa. *Insubmissão*, p 261 e ss e; Frank Tallet. *War and society in early modern Europe*, p. 83.

⁸⁶¹ Antonio Jiménez Estrella. “Mérito, calidad y experiência”, p. 246.

havia uma divisão entre os oficiais castrenses. Naquele instante, de fragilidade política e de busca de lealdade por parte da nova dinastia dos Braganças, um grupo de militares oriundos de parcelas da nobreza não tão destacadas, ou os que queriam ingressar naquele estamento, buscava as honras; para isso, precisava circular pelo ultramar para ascender socialmente, os chamados “homens ultramarinos”. A ligação da nobreza com o mundo militar persistia, mas para isso aqueles homens buscavam toda sorte de distinções, fossem militares, materiais ou sociais. Neste item, em especial, ao contrário do que pontua Ricupero, os “homens ultramarinos” não buscavam apenas as comendas das Ordens Militares.⁸⁶² Já os Oficiais Inferiores da Tropa Paga, que estudaremos no próximo capítulo, encaravam a carreira militar de modo diferente, devido ao seu perfil peculiar, já que em sua maioria eram “homens coloniais”, o que passaremos a analisar.

⁸⁶² Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

Capítulo 4. Os Oficiais Inferiores da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro, 1640-1652: O Capitão de Infantaria, sua lógica social, sua circulação no mundo luso e sua participação na *governança* da terra.

Como vimos na introdução deste trabalho, ao abordarmos a Monarquia Pluricontinental havia “diversas lógicas sociais e distintos padrões de circulação” no universo luso. Essas condições eram capitais para que as pessoas que viviam nos espaços periféricos se integrassem àquela Coroa e se sentissem vassalos do rei de Portugal. Todavia, isto não ocorria com o “enraizamento local de todos os agentes”, que podia “ou não ocorrer”. Sendo o mais importante o fato das “distintas instâncias [de poder, sejam as periféricas ou centrais], e as respectivas elites mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro”.⁸⁶³

A ideia central deste capítulo é mostrar a lógica social, o padrão de circulação e a participação na *governança* da terra empreendidos pelos Oficiais Inferiores da Tropa Paga da Capitania do Rio de Janeiro entre os anos de 1640 e 1652, tal qual fizemos para os Ofícios Superiores, no capítulo anterior.

Assim, como para os Ofícios Superiores, não há como analisar todos os Ofícios Inferiores. Selecionamos o mais importante e o mais numeroso, o Capitão de Infantaria da Tropa Paga. Tal ofício ficava imediatamente abaixo do Ajudante de Sargento-mor, que por sua vez se localizava abaixo do Sargento-mor.⁸⁶⁴ Segundo Salgado, os Capitães de Infantaria tinham duas atribuições: “1. Nomear os alferes e sargentos de sua companhia; 2. Estar presente na mostra de sua companhia”.⁸⁶⁵ Para Raphael Bluteau, os capitães devem “ser das pessoas principais da terra”.⁸⁶⁶ Esta definição já nos ajuda começar a evidenciar as diferenças entre os Oficiais Superiores e Inferiores daquele *corpus* militar.

De acordo com o Organograma 1, a estes Capitães de Infantaria da Tropa Paga se somavam outros do mesmo nível hierárquico, a saber: três Capitães de Fortalezas (Santa Cruz, São João e Santa Margarida), um Capitão de Cabo Frio, um Condestável-

⁸⁶³ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “Governadores e capitães-mores”, p. 194.

⁸⁶⁴ Vide Organograma 1.

⁸⁶⁵ Graça Salgado. *Fiscais e Meirinhos*, p. 309.

⁸⁶⁶ Raphael Bluteau. *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 2, p. 126, <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/terco>. Consultado em 25/03/2013.

mor, um Cirurgião-mor e um Capelão-Mor. Dentre estes Ofícios Inferiores, os mais importantes eram sem dúvida os variados tipos de Capitães. Por conta da falta de espaço e tempo, optamos por analisar apenas os Capitães de Infantaria, neste capítulo. Não apenas por serem os mais numerosos, mas porque os Capitães das Fortalezas de Santa Cruz e São João, já foram trabalhados em nossa dissertação de mestrado.⁸⁶⁷ Já o Capitão da Fortaleza de Santa Margarida, não era provido pelo rei e sim pelo Governador da capitania, por isso o deixamos de lado.

Como veremos, a maior parte dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro, dentro de nosso recorte temporal, de fato, se enquadravam na categoria de “homens coloniais” de Alencastro. De maneira que jogavam “todas as suas fichas na promoção social e econômica acumulada numa determinada praça, num enclave colonial (...) onde possui[íam] bens, herdeiros e tumba reservada”. Mas, nem todos! Alguns eram “homens ultramarinos”.⁸⁶⁸

O fato nos mostra, mais uma vez, que todos os vassalos lusos dependiam da arca das mercês. Entretanto, torna a classificação feita pelo autor problemática, visto que os dois tipos passariam a ter a mesma ambição e pretensão, neste caso, assumir o Ofício de Capitão de Infantaria da Tropa Paga daquela Capitania. A questão torna-se ainda mais problemática quando analisamos o desenvolvimento do conceito feito por Ricupero. Segundo o autor o “homem colonial” procurava ganhos matérias como terras e cargos, enquanto simbolicamente preferia os hábitos da Ordem de Cristo e o foro de Cavaleiro. O que não correspondeu ao padrão do Ofício que estamos a analisar neste capítulo.⁸⁶⁹

Para o caso do Rio de Janeiro, a questão não era tão simples e dicotômica. Ao analisarmos os “homens ultramarinos” que ingressaram nos Ofícios Superiores e Inferiores da Tropa Paga, vimos que não apenas a expectativa de recompensa, mas a também a própria retribuição dada pela Monarquia não respeitavam as ponderações feitas pelos autores citados acima. De modo que é necessário tornar mais complexa a ideia de “homem ultramarino”, assim, como na oposição com o “homem colonial”, talvez fosse o caso de dividir as categorias em “baixa hierarquia” e “alta hierarquia”.

É certo que muitos “homens ultramarinos”, que se tornaram Oficiais Superiores, assim como seus familiares alcançaram comendas, tenças e títulos de fidalguia, em

⁸⁶⁷ Luiz Guilherme S. Moreira. *Navegar, lutar, pedir e... receber*.

⁸⁶⁸ Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Videntes*, p. 103.

⁸⁶⁹ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

Portugal, após terem deixado o ofício.⁸⁷⁰ Estes seriam a “alta hierarquia dos homens ultramarinos”. Mas, comendas e tenças não foram dadas exclusivamente aos Oficiais Superiores, mas para alguns poucos Oficiais Inferiores que eram “homens coloniais”, que seriam a “alta hierarquia dos homens coloniais”, como veremos.

Poucos “homens ultramarinos” que passaram pelos Ofícios de Capitão de Infantaria receberam comendas e tenças das Ordens Militares, portanto, passavam a ter distinções sociais “menores” que aquela “alta hierarquia dos homens coloniais”, de maneira que se constituíam na “baixa hierarquia dos homens ultramarinos”. No que diz respeito à retribuição dos serviços, se equiparavam a alguns “homens coloniais” que igualmente recebiam comendas e tenças das Ordens Militares.

Como citado na introdução deste trabalho, a distribuição das mercês nos permite ver a maneira pela qual esses personagens, assim como suas “linhagens”, faziam negociações com as instituições governativas, com o Governador da Capitania, com o Governo-geral, com o Conselho Ultramarino e com o próprio Monarca. Nos momentos em que se organizaram as duas expedições que rumaram para Angola (1645 e 1648) essas negociações ficaram mais intensas.

Temos que lembrar que em termos de apresentação dos dados, estruturalmente falando, devido à importância das redes sociais para a Modernidade, para a Coroa lusa e, em especial, para a capitania do Rio de Janeiro, tivemos que, sempre que possível, agrupar nossos personagens de acordo com a sua vinculação ao grupo dos Sás.

Depois de ter feito um levantamento para o período de nosso estudo, foi possível detectar a nomeação, via Patente Real, de dezesseis Capitães de Infantaria da Tropa Paga no Rio de Janeiro, a saber:

- 1) André Dias Medonho, ?-1648;⁸⁷¹
- 2) Luís de Freitas Matoso, 1641-1646;⁸⁷²
- 3) Manuel da Costa Muniz, 1641(serventia)/1644 (Patente Real)-1652;⁸⁷³
- 4) Antônio Correa, antes de janeiro de 1644- antes de abril de 1662;⁸⁷⁴
- 5) Jorge Pereira, 1644-1652;⁸⁷⁵

⁸⁷⁰ Vide Tabela 15, 17, 18 e 19.

⁸⁷¹ AN. Cód. 61, Vol.1, p. 253v. e 288v. 01/10/1648.

⁸⁷² AHU, RJ, CA, D. 493. Lisboa, 7/08/1646 e; AHU, RJ, CA, D. 670. Lisboa, 10/10/1646.

⁸⁷³ AHU, RJ, AV, D. 95. Lisboa, 18/5/1641; AHU, RJ, CA, D. 300. Lisboa, 19/05/1644; BN. *Documentos Históricos*. Vol. 33, p. 320 e AN. Cód. 61, Vol. 2, p. 20. 28/12/1652.

⁸⁷⁴ AHU, RJ, CA, D. 276-7, Lisboa, 31/1/1644 e 6/9/1644; Cód. 61. Vol. 3, p. 579v. 22/4/1662.

- 6) Francisco Munhos Correa, 1641-1693;⁸⁷⁶
- 7) Alexandre de Castro, 1645-1693;⁸⁷⁷
- 8) Gaspar Rodrigues, 1646-1658;⁸⁷⁸
- 9) Pedro de Souza Brito, 1647-1648;⁸⁷⁹
- 10) André Cardoso Pinto, 1647-1648, companhia erguida à suas custas, nomeado pelo Governador da capitania que tinha autorização para criar;⁸⁸⁰
- 11) Ascenço Gonçalves Matoso, 1647-1652;⁸⁸¹
- 12) D. Gaspar Coutinho de Bragança, 1648-?, companhia erguida à suas custas, nomeado pelo Governador da capitania que tinha autorização para criar;⁸⁸²
- 13) Antônio Garcez e Gralha, 1648-1651,⁸⁸³
- 14) Tomas da Silva, 1649-1655/56/57;⁸⁸⁴
- 15) Agostinho de Figueiredo, 1651-1661 e;⁸⁸⁵

⁸⁷⁵ TTONLINE. “Carta Patente. Companhia de Infantaria no presídio do Rio de Janeiro. 18/8/1644. Código de referência: PT/TT/RGM/Q/0022/134. Cota atual: Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 22, f. 134-134v.” e; AN. Cód. 61, Vol. 2, p. 33. 19/2/1652.

⁸⁷⁶ AHU, RJ, CA, D. 975 e 976. Rio de Janeiro, 23/01/1664 e, AN, Cód. 77, Vol. 3. p. 202 e 325v. 12/1/1693 e 21/3/1693.

⁸⁷⁷ TTONLINE. “Alvará. Promessa de uma companhia de Infantaria, que irá vagar na cidade de Sebastião do Rio de Janeiro. Filiação: Antônio de Castro. 27/1/1644. Código de referência: PT/TT/RGM/Q/0015/374800. Cota atual: Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 15, f. 200v-201”; AHU, RJ, CA, D. 275. Lisboa, 25/1/1644; AHU, RJ, CA, D. 283-285. Lisboa, 4/3/1644; AHU, CÓDIGES MISTOS, Cód. 13, p. 46. 4/3/1644; TTONLINE. “Carta. Capitão da Companhia de Infantaria do presídio da cidade de Rio de Janeiro. 06/04/1644. Código de referência: PT/TT/RGM/Q/0006/372629. Cota atual: Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 6, f. 258v-259v”; AN, Cód. 61, Vol. 2, p. 25. 16/2/1652; BN. *Documentos Históricos*. Vol. 21, p. 27. 17/1/1653; AHU, RJ, AV, D. 232. Lisboa, 8/5/1653; AN. Cód. 77, Vol. 2, p. 199. 09/01/1693 e; AN. Cód. 61, Vol. 10, p. 322. 26/03/1693.

⁸⁷⁸ AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 119. 20/7/1646; AHU, RJ, CA, D. 768. Lisboa, 12/2/1658 e; AHU, RJ, CA, D. 845. Lisboa, 24/1/1661.

⁸⁷⁹ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 241; AHU, RJ, AV, D. 221. Lisboa, 21/01/1652; IHGB - Arq. 1.2.14 “Carta patente del rei fazendo mercê a Pedro de Souza de Brito, natural do Rio de Janeiro, filho de João de Souza Pereira, atuou com o soldo na fortaleza de São João (1/8/1624 até 8/1628) depois atuou na ordenança como alferes. 17/2/1652” e; AN. Cód. 61, vol. 3, p. 432v. 12/6/1659.

⁸⁸⁰ TTONLINE. “Carta. Capitão de uma Companhia de Infantaria do Presídio do Rio de Janeiro. Filiação: Jorge Pinto de Berredo. 07/2/1647. Código de referência: PT/TT/RGM/Q/0015/375218. Cota atual: Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 15, f. 402v-403”; TTONLINE. “Carta Patente. Uma Companhia de Infantaria, para servir com ela na Capitania do Brasil. Filiação: Jorge Pinto de Berredo. 9/10/1647. Código de referência: PT/TT/RGM/Q/0014/374477. Cota atual: Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 14, f. 105-106” e; AHU, RJ, CA, D. 845. Lisboa, 24/1/1661.

⁸⁸¹ AN. Cód. 61. Vol. 1, p. 229. 17/2/1648; AHU, RJ, AV, D. 314. [20/11/ant. 1657]; AN. Cód. 61. Vol. 1, p. 316v. 4/11/1648; AHU, RJ, CA, D. 842. Lisboa, 22/11/1660 e; BN. *Documentos históricos*. Vol. 21, p. 31. 20/1/1663.

⁸⁸² AN. Cód. 61. Vol. 1, p. 269v. 15/5/1648. Nomeado pelo Gov. Duarte Correa Vasqueanes com soldo.

⁸⁸³ AN. Cód. 61. Vol. 1, p. 400v. 1/11/1648 e; AN. Cód. 61, Vol.1, p. 432. 14/7/1651.

⁸⁸⁴ AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 344. 3/2/1649; AHU, RJ, AV, D. 276. Lisboa, 14/12/1655; AHU, RJ, AV, D. 290. Lisboa, 2/5/1656 e; AHU, RJ, AV, D. 314. [20/11/ant. 1657].

⁸⁸⁵ IHGB. Arq. 1.2.14 Conselho Ultramarino – vários – tomo 7, p. 270. – “Carta patente d’el rei fazendo mercê a Agostinho de Figueiredo, de uma das companhias de infantaria que hão de ir com o governador dom Luiz de Almeida, no presídio da capitania do Rio de Janeiro. 24 de novembro de 1651”;

16) Garcia da Gama, 1651-1673.⁸⁸⁶

Não iremos observar os dezesseis casos isoladamente. Como fizemos para o Ofício de Sargento-mor, vamos procurar analisa-los de acordo com o “processo generativo” de Barth, descrito na introdução da tese.⁸⁸⁷ De maneira que conseguiremos resgatar a sua lógica social, o seu padrão de circulação e a sua participação na *governança* da capitania do Rio de Janeiro. Como a ideia é comparar os Ofícios Superiores e Inferiores, ao remontar o conjunto destas nomeações, procuramos reconstruir as mesmas questões do terceiro capítulo: a) a maneira pela qual se relacionaram com a sociedade fluminense, ou seja, se a Capitania era apenas um local de passagem ou se o Rio de Janeiro era um “enclave colonial” onde acumulariam bens, gerariam herdeiros e reservariam uma tumba; b) as trajetórias destes agentes; c) o seu padrão de circulação pelo universo luso e; d) a forma como participaram da *governança* da terra. Para melhor entendê-las, dividimos o capítulo em dois tópicos.

No primeiro, de cunho mais local e mais extenso devido à natureza destes oficiais, analisaremos: a) as ligações sociais que estabeleceram com as elites fluminenses; b) o modo como participaram da *governança* da terra e; c) a quantidade de anos que os Capitães de Infantaria foram nomeados e/ou permaneceram no ofício. O que nos ajudará a entender a lógica social desses personagens na Capitania.

No segundo, de característica mais universal, iremos sublinhar aspectos que nos permitem compreender o seu padrão de circulação, tais como: a) a sua trajetória antes de chegar ao referido ofício no Rio de Janeiro e; b) a sua trajetória durante e depois de deixá-lo.

Depois de percorrido este caminho, será possível confirmar nossa hipótese de que o Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga fora ocupado em sua grande parte por “homens coloniais” e apresentava divergência se comparado ao Ofício Superior, no que diz respeito a sua lógica social, ao seu padrão de circulação e a sua

TTONLINE. “Carta Patente. Um das Companhias de Infantaria que virão com o Governador D. Luís de Almeida. 24/11/1651. Código de referência: PT/TT/RGM/Q/0019/375959. Cota atual: Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 19, f. 346v”; BN. *Documentos Históricos*. Vol. 32, p. 42. 28/11/1651 e; AHU, RJ, CA, D. 1009. Lisboa, 20/11/1663.

e; AN, Cód. 61, Vol. 3, p. 601. 2/5/1662.

⁸⁸⁶ IHGB. Arq. 1.2.14. Conselho Ultramarino – vários – tomo 7, p. 270v.; AHU, RJ, CA, D. 732. Lisboa, 28/11/1651; BN. *Documentos Históricos*. Vol. 32, p. 40. 28/11/1651; AHU, RJ, AV, D. 419. [ant. 1/03/1678]; AHU, RJ, CA, D. 1319. Lisboa, 12/5/1678; AHU, RJ, CA, D. 1352. Lisboa, 6/9/1678 e; AHU, CONSULTAS MISTAS, Cód. 17, p. 280-282. 06/09/1678.

⁸⁸⁷ Frederik Barth. *Process and form in social life*. p. 176.

participação na *governança* da capitania do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, mostraremos que a classificação proposta por Alencastro e posteriormente complexificada por Ricupero não pode ser aplicada aos Oficiais Inferiores da Tropa Paga daquela localidade.

4.1. O Capitão de Infantaria da Tropa Paga e a capitania do Rio de Janeiro

Como vimos no capítulo anterior, os Oficiais Superiores (Sargento-mor) da Tropa Paga, típicos “homens ultramarinos”, viam a passagem pela capitania do Rio de Janeiro como temporária e não estabeleceram laços sociais muito duradouros com suas elites, embora tenham participado diretamente da *governança* da terra. Já os Capitães de Infantaria da Tropa Paga que eram em sua maioria “homens coloniais”, buscavam exatamente o oposto, visavam se estabelecer na localidade devido ao fato de procurarem construir laços com suas elites ou serem seus membros. Podiam até ir temporariamente para o reino ou para outras partes do mundo luso, como iremos ver mais a frente, mas sempre regressavam ao Rio de Janeiro. Enquanto os poucos “homens ultramarinos” que se tornaram Capitães de Infantaria da Tropa Paga voltaram para o reino, tal quais os Sargentos-mores da Tropa Paga. De tal sorte que a circulação pelo universo português era importante para todos, sejam os Sargentos-mores ou os Capitães de Infantaria, já que possibilitava a prestação de serviços à Coroa e o recebimento de mercês o que lhes permitia ascensão social.

4.1.1. Ligações sociais

As ligações sociais que os Capitães de Infantaria da Tropa Paga tinham com a capitania do Rio de Janeiro estavam condicionadas ao fato de serem “homens ultramarinos” ou “homens coloniais”. Dentro de nosso universo de dezesseis (100%) Capitães de Infantaria, temos doze (75%) que eram “homens coloniais”, enquanto quatro (25%), eram “homens ultramarinos”.⁸⁸⁸ Aqueles militares que eram “homens coloniais”, no geral, permaneceram períodos longos no Ofício e teceram estratégias para ali se manterem. Quando por algum motivo eram forçados a sair, não o faziam com muita satisfação. O que nos mostra que as ligações sociais que estabeleceram com a sociedade fluminense eram muito mais amplas, o que nos evidencia as diferentes lógicas sociais existentes entre os Oficiais Superiores e Inferiores. Neste item, iremos

⁸⁸⁸ Vide Tabela 20.

nos preocupar em sublinhar essas relações sociais com a capitania do Rio de Janeiro, tendo como fio condutor a ligação com a “linhagem” de Benevides. Mas, para isso, como explicado na introdução, por vezes, teremos que ultrapassar o recorte cronológico de nossa pesquisa indo até Revolta de 1660-1.

Dos dezesseis (100%) Capitães de Infantaria da Tropa Paga que foram providos pelo Monarca no intervalo de 1640 a 1652, oito (50%) deles tinham ligações com Benevides; cinco (31,3%) com o grupo de Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra, líderes da Revolta de 1660-1 e; três (18,7%) não criaram vínculos mais complexos ou duradouros com a sociedade fluminense.⁸⁸⁹

Quatro (25%) dos dezesseis Capitães de Infantaria da Tropa Paga eram típicos “homens ultramarinos”, a saber: 1) Jorge Pereira (1644-52); 2) Antônio Garcez e Gralha (1648-51); 3) Tomas da Silva (1649-55?) e; 4) Gaspar Rodrigues (1646-58).

O Capitão de Infantaria Jorge Pereira quando foi reformado por conta de “ser um homem casado e pobre pedia licença para ir ao Reino”, já que estava “muito doente e não achar nesta terra cura, pretende passar a Portugal para nas Caldas tratar a sua cura e com mais possibilidade continuar o serviço de Sua Majestade”.⁸⁹⁰ Já Antônio Garcez e Gralha e Tomas da Silva desembarcaram na capitania juntamente com o novo Governador, Salvador de Brito Pereira (1649-51), que havia sido provido pelo rei em 1648. O momento, como vimos no primeiro capítulo, era conturbado por conta da criação e implementação da Companhia de Comércio (1649). O que nos mostra a importância do ofício para a *governança* da terra, como mostraremos mais a frente. Não é a toa que o Capitão de Infantaria Antônio Garcez e Gralha chegou ao Rio de Janeiro depois de ter formado uma Companhia de Infantaria que o monarca mandava para aquela Capitania, conduzindo trezentos soldados que seriam recrutados nas ilhas dos Açores.⁸⁹¹ Retornou para Portugal quando o governo da Capitania passou para o Sargento-mor Antônio Galvão (1651-52), quiçá, juntamente com seu companheiro, o Capitão de Infantaria Tomas da Silva (1649-55?). E, por fim, o Capitão de Infantaria Gaspar Rodrigues passou a Portugal, em 1658, por motivos de saúde. Na oportunidade, pediu licença para deixar o posto e continuar a servir à Coroa no reino, e que lhe pagassem os soldos que estavam vencidos, para que pudesse “embarcar e ajudar a alimentar sua mulher e filhos por estar muito impossibilitado com os gastos que fez

⁸⁸⁹ Vide Tabela 20.

⁸⁹⁰ AN. Cód. 61, Vol. 2 p. 33. 19/2/1652.

⁸⁹¹ AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 400v. 1/11/1648. Como vimos no capítulo dois, o quantitativo enviado, em 1648, e que chegaria no ano seguinte, fora mais modesto, oitenta e quatro homens.

enquanto esteve doente”. O que foi autorizado pelo Conselho Ultramarino e pelo rei.⁸⁹²

4.1.1.1. Ligados a Benevides

MILITARMENTE

Oito (50%) dos dezesseis (100%) Capitães de Infantaria da Tropa Paga estavam de algum modo ligados aos Sás. Destes oito, seis deles, em algum momento de suas trajetórias, prestaram serviços castrenses para a Coroa ao lado de um membro daquele grupo. Exceto os Capitães de Infantaria Luís de Freitas Matoso (1641-46) e Manuel da Costa Muniz (1641/44-52).⁸⁹³

O Capitão de Infantaria André Cardoso Pinto (1647-48) tinha estado juntamente com Martim de Sá, pai de Salvador Benevides, na região de Cabo Frio, quando, na oportunidade, ajudou a fundar àquela cidade (1615).⁸⁹⁴

Os demais tiveram ainda uma aproximação maior com Benevides. O Capitão de Infantaria Alexandre de Castro (1645-93) o acompanhou em sua ida a São Paulo (1643), na querela que descrevemos no capítulo anterior, para não apenas apaziguar os ânimos entre os vicentinos e os jesuítas, mas que também tinha o objetivo de descobrir minas naquela região.⁸⁹⁵ Não é a toa que, no ano seguinte, quando o Conselho Ultramarino fora consultado acerca da “pretensão do Capitão Alexandre de Castro a uma companhia de infantaria do Presídio do Rio de Janeiro”, um de seus conselheiros, Salvador Benevides, lhe deu voto favorável, sendo seguido por seus pares e posteriormente pelo monarca, que acabou o nomeando (1645).⁸⁹⁶

O Capitão de Infantaria Pedro de Sousa Brito (1647-48) ingressou na carreira militar ao lado de Benevides. Seu primeiro serviço ocorreu em agosto de 1624, quando Benevides se dirigia à Salvador para lutar contra os holandeses que haviam invadido àquela praça. Ao percorrer o litoral da capitania do Espírito Santo se deparou com a esquadra de Piet Heyn, a debelando.⁸⁹⁷

Já o Capitão de Infantaria Jorge Pereira (1644-52) atravessara o Oceano

⁸⁹² AHU, RJ, CA, D. 768. Lisboa, 12/02/1658 e; AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 119. 20/7/1646.

⁸⁹³ Vide Tabela 21.

⁸⁹⁴ AHU, RJ, AV, DOC. 175. [Rio de Janeiro, 8/11/ant.1646].

⁸⁹⁵ Como vimos no capítulo anterior, o episódio estava ligado à escravização dos gentios e contou também com a participação de um de nossos Sargento-mores, D. Antônio Ortiz de Mendonça, que também era aliado de Benevides. AHU, RJ, CA, D. 275. Lisboa, 25/1/1644.

⁸⁹⁶ AHU, RJ, CA, D. 283-285. Lisboa, 4/3/1644.

⁸⁹⁷ AHU, RJ, AV, D. 221. Lisboa, 21/01/1652 e; 17/2/1652 — IHGB - Arq. 1.2.14 “Carta patente del rei fazendo mercê a Pedro de Souza de Brito, natural do Rio de Janeiro, filho de João de Souza Pereira, atuou com o soldo na fortaleza de são João (1/8/1624 até 8/1628) depois atuou na ordenança como alferes” 17/2/1652.

Atlântico no galeão São Pantaleão. Na oportunidade, Salvador Benevides acabara de ser nomeado como General das Frotas do Brasil que deveria, entre outras coisas, trazer um socorro de Portugal para ajudar na guerra de Restauração de Pernambuco, em 1644. Jorge Pereira viera como capitão do galeão São Pantaleão juntamente com a esposa de Salvador Benevides, a quem a embarcação pertencia.⁸⁹⁸ Além disso, um dos filhos de Jorge Pereira fora com Benevides para Angola, em 1648.⁸⁹⁹

Outro que estivera servindo naquela embarcação foi o Capitão de Infantaria Garcia da Gama (1651-73), que em 1651, quando a Frota da Companhia de Comércio retornava para Lisboa, naufragou ao chegar perto da Ilha dos Açores.⁹⁰⁰

Mas, sem dúvida nenhuma o Capitão de Infantaria mais próximo a Benevides era Ascenço Gonçalves Matoso (1647-52) que juntamente com aquele fez algumas travessias do Atlântico, ora aportando na América, ora na Europa ou até mesmo na África. Portanto, deveria haver uma confiança mútua entre os dois personagens.⁹⁰¹

FAMILIARES

Seis dos dezesseis Capitães de Infantaria da Tropa Paga tinham ligações familiares com Benevides. Se recortarmos apenas os oito Capitães de Infantaria ligados àquele personagem, a relação familiar fica ainda mais importante, já que seis destes militares possuíam algum tipo de ligação familiar com aquele personagem, sendo três com ligações diretas e três indiretas.⁹⁰² Começemos pelos que conseguiram entrar na família de Benevides.

O Capitão de Infantaria Alexandre de Castro (1645-93) se casou com D. Filipa de Sá, que era filha de Artur de Sá, um mestiço, filho de Gonçalo Correa de Sá, tio de Benevides, e da índia Maria Braga. A cerimônia fora realizada na própria casa do governador Salvador Benevides (1637-43), em 1639.⁹⁰³ Outro Oficial que se unira em matrimônio com uma integrante da família Sá fora Ascenço Gonçalves Matoso (1647-

⁸⁹⁸ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 219 e ss.; AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 329v. 12/6/1645; AHU, RJ, CA, D. 304. Lisboa, 3/3/1640; TTONLINE. “Carta Patente. Companhia de Infantaria no presídio do Rio de Janeiro. 18/8/1644. Código de referência: PT/TT/RGM/Q/0022/134. Cota atual: Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 22, f. 134-134v.” e; Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*. Vol. 1, p. 379.

⁸⁹⁹ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*. Vol. 1, p. 409.

⁹⁰⁰ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*; BN. *Documentos Históricos*. Vol. 32, p. 40. 28/11/1651 e; BN. *Documentos Históricos*. Vol. 19, p. 312. 27/01/1655.

⁹⁰¹ AHU, RJ, AV, D. 314. [20/11/ant. 1657] e; AHU, ANGOLA, AV. D. 90-2. Lisboa, 15/06, 17/06 e 9/9 de 1647.

⁹⁰² Vide Tabela 22.

⁹⁰³ Carlos Rheingantz. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro* e; João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 100.

52). Este contraía núpcias com a prima de Benevides, D. Serafina Correa de Sá, filha do fidalgo Gonçalo Correa de Sá.⁹⁰⁴ De maneira que acabava por tornar seu pai, o Capitão de Infantaria Luís de Freitas Matoso (1641-46) também membro da “linhagem”. Aqui, como na ligação militar, o Capitão de Infantaria mais próximo a Benevides fora novamente Ascençõ Gonçalves Matoso, posto que fora o único que conseguiu se unir com uma genuína descendente dos Sás.

Três dos Capitães de Infantaria eram membros indiretos da família. Um dos quais, o Capitão de Infantaria Garcia da Gama (1651-73), uma vez que seu genro, Francisco da Senra, em 1692, apareceu como procurador da Viscondessa de Asseca.⁹⁰⁵ O segundo caso é o de um dos filhos do Capitão Manuel da Costa Muniz (1641/44-52), João da Costa Nunes que se casou com D. Isabel Correia da Cunha, membro da família do conquistador, vicentino e senhor de engenho Antônio Mariz. Isabel pertencia à mesma geração de seu primo Tomé Correia Alvarenga, que era primo de Benevides⁹⁰⁶ e que seria governador da Capitania (1657-59), mas, igualmente, ocupava o posto interinamente quando explodiu a Revolta de 1660-1.⁹⁰⁷ E, por fim, o último familiar indireto era o Capitão de Infantaria Pedro de Souza Brito (1647-48). Apesar de Benevides afirmar que aquele militar tinha família e era natural do Rio de Janeiro, não o encontramos na genealogia de Rheingantz. Seu avô João Pereira de Souza Botafogo fora capitão-mor de São Vicente no final do século XVI e fora fundador da família Pereira de Souza.⁹⁰⁸ Esta era aliada de outras importantes, como os Azeredo Coutinho e Mariz.⁹⁰⁹ Os Mariz estabeleceram aliança política, via casamento, com a família de Benevides.⁹¹⁰

Por esses dois últimos casos podemos perceber que as ligações desses oito Capitães de Infantaria não se davam apenas com a “linhagem” de Benevides. Mas, com outras famílias originárias dos Conquistadores vicentinos, que de certo modo ajudaram

⁹⁰⁴ Carlos Rheingantz. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*.

⁹⁰⁵ João Fragoso. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)”. In João Fragoso, Carla Maria Almeida e Antônio Carlos Jucá Sampaio (Orgs.). *Conquistadores e Negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 88. O 1º Visconde de Asseca foi Martim Correia de Sá, filho de Benevides, que segundo Alberto Lamego morreu em 1674. O título passou para o seu filho Salvador Correa de Sá, portanto neto de Benevides, que falecera em 1692. Cf. Alberto Ribeiro Lamego. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, p. 62-63.

⁹⁰⁶ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 317.

⁹⁰⁷ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 63.

⁹⁰⁸ Elysio de Oliveira Belchior. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, p. 90 e.; 17/2/1652 — IHGB - Arq. 1.2.14 “Carta patente del rei fazendo mercê a Pedro de Souza de Brito, natural do Rio de Janeiro, filho de João de Souza Pereira, atuou com o soldo na fortaleza de São João (1/8/1624 até 8/1628) depois atuou na ordenança como alferes” 17/2/1652.

⁹⁰⁹ João Fragoso. “Fidalgos e parentes de pretos”, p. 55.

⁹¹⁰ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 62-63.

a estes militares a ingressarem diretamente e indiretamente na *nobreza da terra*. Todavia, essas ligações serão mais bem analisadas no item “4.1.2. *Governança da terra*”.

PROPRIETÁRIOS DE TERRAS/ENGENHOS/PLANTADORES DE CANA-DE- AÇÚCAR/PRÉDIOS URBANOS

Dos oito Capitães de Infantaria da Tropa Paga ligados a Benevides, seis tinham ligações com proprietários de terras e/ou donos engenhos e/ou plantadores de cana-de-açúcar.⁹¹¹

O Capitão de Infantaria Manuel da Costa Muniz (1641/44-52) apareceu em 1669 como proprietário de engenho localizado as margens do rio Suruí (Magé).⁹¹²

Os Capitães de Infantaria Luís de Freitas Matoso (1641-46) e seu filho Ascenço Gonçalves Matoso (1647-52) eram parentes de Benevides e tinham a sua total confiança. O primeiro fora fundador de “Família senhorial simples” e 1º proprietário de engenho da família.⁹¹³

A filha do Capitão de Infantaria Garcia da Gama (1651-73), Catarina da Gama se casou com Francisco da Senra, que segundo Fragoso, inaugurara uma “Família extensa senhorial” e fora o primeiro senhor de engenho da família.⁹¹⁴ Seu genro fora procurador da Viscondessa de Asseca, em 1692.⁹¹⁵

Já o Capitão de Infantaria Alexandre de Castro (1645-93) possuía, em 1681, roças em Botafogo, onde passava a ser vizinho dos monges de São Bento. Mas, igualmente, era proprietário de alguns prédios urbanos, em 1662, na Rua dos Quartéis, atual Rua da Quitanda; em 1674, comprou do capitão Lopo de Meneses (Mesas) uma casa de “taipa de mão, coberta de telha, situada na Rua dos Quartéis”.⁹¹⁶

E, por fim, o Capitão de Infantaria André Cardoso Pinto (1647-48) possuía terras que foram compradas por Benevides, em 1662, e que posteriormente, foram vendidas

⁹¹¹ Vide Tabela 23.

⁹¹² www.mauricioabreu.com.br. Consultas realizadas no dia 28/08/2014.

⁹¹³ A “Família senhorial simples” seria construída com vínculos de parentesco com os conquistadores do Rio de Janeiro, assim como não originariam, por meio do casamento de seus descendentes, outras famílias senhoriais. Portanto, não seria tão importante quanto a “Família senhorial extensa”. Cf. João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 47.

⁹¹⁴ A “Família extensa senhorial” seria formada por mais de uma família senhorial. Teria origem nos conquistadores. Cf. João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 46.

⁹¹⁵ João Fragoso. “Fidalgos e parentes de pretos”, p. 88.

⁹¹⁶ www.mauricioabreu.com.br. Consultas realizadas no dia 28/08/2014.

para o licenciado Inácio Varela, filho de João Varela.⁹¹⁷ Seu neto, o Padre Francisco Pinto Berrodo, venderia casas para Antônio Ferreira Coimbra, em 1714.⁹¹⁸

Infelizmente, só temos dados mais precisos a respeito da localização do engenho do Capitão de Infantaria Manuel da Costa Muniz (1641/44-52) que possuía uma propriedade, em 1669, em Magé. Contudo, podemos nos arriscar a afirmar que a ligação destes oficiais com proprietários de terras era fundamental para a proteção de quem vivia no mundo rural. Como Abreu mostrou, na década de 1640, existiriam cento e seis engenhos em atividade na Capitania. Destes apenas sete se localizavam nos arredores da cidade. Os outros noventa e nove se distribuíam em outras regiões mais afastadas.⁹¹⁹

O perigo não eram apenas possíveis ataques indígenas de áreas ainda não controladas. Mas, como Fragoso, demonstrou em algumas ocasiões, o medo também vinha de uma possível invasão de escravos e índios flecheiros já incorporados ao mundo “ocidental” que poderiam estar aliados a um grupo que lhe era hostil. Já que haviam “relatos de senhores que iam a confrontos bélicos — contra os inimigos da Coroa, desafetos pessoais ou quilombolas — acompanhados de seus escravos africanos e flecheiros indígenas”.⁹²⁰

ATUAÇÃO DAS REDES CLIENTELARES

Como vimos na introdução desta pesquisa, o pertencimento às redes clientelares era capital. No caso específico do Ofício de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro a aliança com a “linhagem” de Benevides fora determinante. Oito dos dezesseis Capitães de Infantaria estavam de algum modo ligados àquele grupo. Seis, em algum momento, se utilizaram destas ligações, sobretudo em instantes de tensão, como na montagem da expedição de Benevides para Angola (1648), quando se tentou empreender uma reforma naquele *corpus* militar, e; no desenrolar da reforma de 1652. Todavia, é claro que aquela aliança seria determinante de acordo com conjuntura na qual era solicitada a atuar.

*** A TENTATIVA DE REFORMA DE 1648**

⁹¹⁷ AN. Cód. 61, Vol. 3, p. 505. 11/6/1660; BN. *Documentos históricos*. Vol. 21, p. 201. 3/11/1663 e; AN. Cód. 61, Vol. 4, p. 776. 12/2/1669.

⁹¹⁸ www.mauricioabreu.com.br. Consulta realizada no dia 28/08/2014.

⁹¹⁹ Na Baixada de Jacarepaguá, 8; Em Inhaúma/Ilha do Governador, 11; em Irajá/Meriti, 31; Campo Grande/Guaratiba, 7; na Banda d'Álem, 23; em Tapacura/Cacerebu, 4 e; no Fundo da Baía, 15. Cf. Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*, Vol. 2, p. 94.

⁹²⁰ João Fragoso. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002. Citação p. 48.

Para entender como se deu a tentativa fracassada de reforma de 1648, devemos voltar ao início da década de 1640. Como vimos no capítulo 2, em 1639, o então Governador do Rio de Janeiro, Salvador Benevides, havia informado que a Capitania possuía sete Companhias de Infantaria da Tropa Paga.⁹²¹ Em 1645, havia uma ordem para que houvesse apenas seis.⁹²² Já em 1646, o Governador-geral, Antônio Teles da Silva (1642-47), informava ao monarca que não havia como os moradores erguerem “as fortificações necessárias e acudir as necessidades de guerra”.⁹²³ O problema não era exclusivo da urbe fluminense, mas tocava também o Governador-geral do Estado do Brasil, como Mirales mostrou, já no século XVIII.⁹²⁴ O monarca, portanto, determinou que existissem oito capitães reformados na Praça de Salvador, enquanto no Rio de Janeiro deveriam constar apenas quatro, um dos quais seria o Capitão de Infantaria Luís de Freitas Matoso.⁹²⁵ Este contudo, já havia sido reformado em 1646. Portanto, naquele ano, deveria haver apenas dois Capitães de Infantaria. O número era bastante razoável, uma vez que existiam trezentos soldados.⁹²⁶ Como vimos no capítulo dois, este fora o momento de maior crise em relação às arrecadações provenientes das taxas extraordinárias que eram cobradas pela Câmara.

A ordem real não fora cumprida, já que em fevereiro de 1647, o governador Duarte Correa Vasqueanes voltava a informar que havia sete Capitães de Infantaria na Tropa Paga e propunha que se reformassem os Capitães mais modernos, para que se chegasse ao número de cem soldados para cada Companhia.⁹²⁷ Embora no documento não mencione quantas companhias deveriam existir, acreditamos que o governador tinha em mente o número de quatro ou talvez três, já que existiam trezentos e oitenta soldados.⁹²⁸ Destarte, os ordenados dos reformados poderiam “servir de salários para muito mais infantaria, e ficar Vossa Majestade mais bem servido (...)”. Esses Capitães de Infantaria poderiam voltar ao ofício quando “exceder o número a cem infantes” em cada companhia.⁹²⁹ A reforma não fora feita, mas como vimos no capítulo dois, alguns salários foram reduzidos.

⁹²¹ Vide anexos, Organograma 1.

⁹²² AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 32. 21/04/1645.

⁹²³ AHU, RJ, CA, D. 670. Lisboa, 10/10/1646.

⁹²⁴ José de Mirales. “História Militar do Brasil”, p. 38.

⁹²⁵ AHU, RJ, CA, D. 670. Lisboa, 10/10/1646.

⁹²⁶ Vide Tabela 5.

⁹²⁷ Francisco de Adolfo Varnhagen. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Edições melhoramentos, 1956, 5ª edição, Tomo III, p. 137-8.

⁹²⁸ Vide Tabela 5.

⁹²⁹ AHU, RJ, AV, D. 186. Lisboa, 5/6/1647.

Nesse sentido, segundo os dados apresentados pelo governador Duarte Correa Vasqueanes, havia uma média de cinquenta e quatro soldados em cada uma das sete Companhias de Infantaria da Tropa Paga. Assim, o número de oitenta infantas determinado pelo Regimento de Fronteiras ficava muito longe de ser obedecido. E, ainda, seguindo a norma, dever-se-ia reformar as Companhias de Infantaria até se alcançar aquele número. Mas, igualmente, se observava o que se deveria fazer com esses oficiais reformados, tal como previsto naquele documento. Ou seja, posteriormente seriam reaproveitados, quando houvesse oportunidade.⁹³⁰

O documento do Governador também não deixa claro se estariam contidos nestes números as Companhias de Infantaria montadas pelos moradores da América lusa. Cremos que não! Para além dessas sete companhias, havia a possibilidade da existência de mais três, desde que não fossem custeadas pela Fazenda Real, mas sim por seus próprios Capitães.⁹³¹ Ou melhor, a Fazenda Real e os impostos extraordinários arrecadados pela Câmara cobriam apenas o gasto com o soldo do Capitão de Infantaria. Dessas conseguimos descobrir duas delas, a de André Cardoso Pinto (1647-48) e a de D. Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?). Mas apesar das recomendações, muitas incertezas e conflitos persistiam. Assim, se Fragoso afirmou que “em determinados momentos, os postos de governador, da provedoria da fazenda, de juizado de órfãos, e agora os da capitania de algumas fortalezas, circulavam entre pessoas, direta ou indiretamente, aparentadas”⁹³², o que demonstramos ser verdade, podemos acrescentar que as Companhias de Infantaria, montadas pelas elites e por moradores da Capitania, nos mostram a importância dos ofícios militares para a *governança* da terra, o que veremos em breve.

Abrir mão de um ofício tão valorizado socialmente, economicamente e militarmente não passava pela cabeça dos Capitães de Infantaria, uma vez que além de conferir status a seus ocupantes, como lembrou Stuart Schwartz e Maria Beatriz Nizza da Silva, também controlava os recursos financeiros que eram destinados aos seus subordinados, incluindo o pagamento de seus soldos, por meio da presença nas mostras das Tropas Pagas.⁹³³ O que tornava o ofício igualmente importante, para além da possibilidade de acesso à mão-de-obra escrava (gentios). Portanto, a extinção destas

⁹³⁰ “Regimento das Fronteiras”. In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. p. 636-7.

⁹³¹ AHU, RJ, AV, D. 845. Lisboa, 24/01/1661.

⁹³² João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 77.

⁹³³ Stuart Schwartz. “Apêndice B”, p. 320 e Maria Beatriz Nizza da Silva. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

Companhias de Infantaria da Tropa Paga não era bem vista por seus Capitães.

Mas, efetivamente, quantos Capitães de Infantaria na Tropa Paga existiam na Capitania. De acordo com as nomeações encontradas na documentação, para o ano de 1648, conseguimos remontar a existência de dez.⁹³⁴ Qualquer reforma da Tropa Paga deveria ser acompanhada de perto pelas autoridades, já que em alguns Ofícios o reformado continuava a vencer soldos, como previa o capítulo 24 do Regimento das Fronteiras (1645), o que onerava a Fazenda Real e no caso do Rio de Janeiro os recursos extraordinários que a Câmara recolhia. O documento recomendava que se não fizesse à reforma de muitas pessoas. Igualmente, determinava que os reformados que voltassem a receber algum provimento deixassem de ser pagos como tal. Até porque não se poderia vencer dois soldos, como sublinhava o capítulo 20.⁹³⁵

A tentativa de reforma deve ter sido acompanhada pelo Sargento-mor e Vedor Geral, Lopo Alves da Fonseca, desafeto de Benevides, como vimos no capítulo anterior.⁹³⁶ Assim, quem teria saído vitorioso do embate, ou seja, quem teria sido reformado: os Capitães de Infantaria ligados aos Benevides ou os não ligados? Momento também em que, como vimos no capítulo anterior, a Câmara suspendia as taxas extraordinárias.

Sabendo ler de forma brilhante o contexto, Benevides indicou quatro destes Capitães de Infantaria para lhe acompanhar na jornada que faria à Angola, naquele ano de 1648, a saber: André Dias Medonho, Pedro de Souza Brito, André Cardoso Pinto, e Ascenço Gonçalves Matoso. Todos, coincidentemente, se recusaram a acompanhá-lo, o que motivou as suas reformas. Destes quatro Capitães de Infantaria, apenas André Dias Medonho não era ligado a Benevides, que inclusive, participaria da Revolta contra Benevides, em 1660-1, como veremos.

Portanto, Benevides tentava dar um dupla cartada. Primeiro, garantir que os Capitães que iriam lhe acompanhar fossem de sua confiança e; segundo, sabendo que a reforma seria fiscalizada pelo seu desafeto, que era Sargento-mor daquele *corpus* militar, tentava resguardar que seus aliados continuassem a prestar importantes serviços à Coroa. Mas, talvez, os Capitães de Infantaria Pedro de Souza Brito, neto do fundador

⁹³⁴ Vide Tabela 24.

⁹³⁵ “Regimento das Fronteiras”. In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. p. 636-7.

⁹³⁶ Apesar de Lopo ter sido nomeado Sargento-mor e Vedor geral da capitania do Rio de Janeiro, em 1646, não temos a certeza de que estivesse assumido o posto em 1648. Assim, talvez a reforma devesse ser acompanhada por seu substituto temporário, João Rodrigues Pestana, que havia recebido a serventia do posto passada pelo Governador-geral.

da família Pereira de Souza; André Cardoso Pinto, proprietário de terras, e; Ascenço Gonçalves Matoso, filho de Fundador de “Família senhorial simples” e “1º Proprietário de engenho da família”; tenham preferido ficar junto das propriedades de seus familiares e tenham achado a empresa arriscada demais. Estes três Capitães de Infantaria recorreram ao monarca para que voltassem a ocupar o ofício, para tal ativaram a rede clientelar a que estavam inseridos.

O resultado fora diferente para os três, embora o rei tivesse determinado que fossem restituídos ao ofício.⁹³⁷ Contudo, apenas o Capitão de Infantaria Ascenço Gonçalves Matoso, casado com a prima do governador Benevides, que coincidentemente era o único dos três que era “parente” de Benevides, conseguiu reassumir a sua Companhia de Infantaria. Ascenço chegaria a Capitão da Fortaleza de São João da Barra do Rio de Janeiro, em 1660.⁹³⁸ Enquanto André Cardoso Pinto havia participado da fundação de Cabo Frio, em 1615, juntamente com Martim de Sá, parece ter estacionado sua trajetória castrense, porque não conseguira reassumir o ofício ou outro qualquer. Já Pedro de Souza Brito, não reassumiu o ofício, mas fora deslocado alguns anos depois para outro. Em 1652, no ano da reforma da Tropa Paga, ainda pedia ao Conselho Ultramarino que lhe passasse aquela patente que havia lhe sido prometida, quando finalmente poderia voltar a ser Capitão de Infantaria.⁹³⁹ Também recebera uma ajuda de custo para embarcar para o Rio de Janeiro, uma vez que se encontrava em Lisboa, desde que fora afastado de sua Companhia de Infantaria.⁹⁴⁰ Benevides, sabendo que fora feita a reforma na Tropa Paga, acabou indicando algo que poderia ser mais plausível, vislumbrando que Pedro de Souza Brito poderia ter problemas para reassumir o ofício anterior, Capitão de Infantaria. Afirmava que seus serviços eram muitos, que era “filho de um dos mais valentes homens que houve no Brasil, é casado, com mulher e filhos sem ter com que se sustentar” e que, por conta disso, o monarca deveria lhe “mandar pagar o soldo de reformado, por ser o prêmio de semelhantes pessoas, e de quarenta cruzados de ajuda de custo para se embarcar”. Logo, ficaria esperando uma companhia vagar para que “o meta de posse e cesse o soldo de reformado”. O que fora acatado pelo rei.⁹⁴¹ Pedro de Souza Brito, no entanto, não voltaria a ser Capitão de

⁹³⁷ AN, Cód. 61, Vol. 1, p. 316v. 4/11/1648.

⁹³⁸ AHU, RJ, CA, D. 842. Lisboa, 22/11/1660.

⁹³⁹ AHU, RJ, AV, D. 221. Lisboa, 21/01/1652.

⁹⁴⁰ AHU, RJ, AV, D. 222. Lisboa, 16/05/1652.

⁹⁴¹ AHU, RJ, AV, D. 240. Lisboa, 22/09/1653.

Infantaria, todavia, em 1658, seria nomeado como Capitão de Cabo Frio.⁹⁴²

Estes exemplos nos mostram que apesar do interesse da Coroa em agradar Benevides, que se preparava para ir para Angola ou tinha partido há pouco tempo, seus aliados não retornaram ao ofício imediatamente. Com exceção de seu “primo”, o Capitão de Infantaria Ascenço Gonçalves Matoso, os demais tiveram que esperar e concorrer a outros ofícios militares, mesmo tendo em mãos ordens reais para que voltassem às suas Companhias. Assim, se por um lado, estar “colado” a Benevides, como era o caso do Capitão de Infantaria Ascenço Gonçalves Matoso, lhe ajudou, frente aos outros dois; por outro, estar “menos colado” poderia atrapalhar, como foi o caso dos Capitães de Infantaria Pedro de Souza Brito e André Cardoso Pinto. Mas, iremos analisar melhor a continuidade da ascensão social destes indivíduos mais a frente, quando abordarmos o item “4.2. O Capitão de Infantaria da Tropa Paga e o universo luso”.

Apesar do afastamento destes quatro Capitães de Infantaria, a reforma da Tropa Paga fracassou. Porque continuou a existir um número elevado de Capitães de Infantaria naquele *corpus* militar.⁹⁴³ E as respectivas companhias tinham menos de cem soldados cada. Ao mesmo tempo, a influência de Benevides ainda era sentida. Uma vez que quatro das sete Companhias de Infantaria da Tropa Paga que permaneceram na ativa eram ligadas àquele personagem. Se levarmos em consideração apenas os Capitães de Infantaria que eram “homens coloniais” teríamos um universo de três das cinco Companhias de Infantaria da Tropa Paga relacionadas a Benevides. Assim, aquela manobra de Benevides de tentar deslocar alguns dos Capitães de Infantaria para lhe acompanhar em sua travessia para África não fracassou, já que a maior parte das Companhias permaneceram com seus aliados.⁹⁴⁴

*** A REFORMA DE 1652**

Já na reforma de 1652, o panorama não fora diferente e a ligação com Benevides também pesara bastante. Segundo nosso levantamento, antes da reforma de 1652, existiam dez Capitães de Infantaria.⁹⁴⁵ Os Capitães de Infantaria ligados a Benevides compunham a metade das Companhias da Tropa Paga, portanto cinco (50%). O número

⁹⁴² Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 2, p. 198; AN. Cód. 61, Vol. 3, p. 432v. 12/6/1659 e; AHU, RJ, CA, D. 975-976. Rio de Janeiro. 23/1/1664.

⁹⁴³ Vide Tabela 25.

⁹⁴⁴ Vide Tabela 25.

⁹⁴⁵ Vide Tabela 26.

poderia ser um reflexo dos diversos grupos que pertenciam às elites fluminenses e da acomodação feita pela Coroa dos diversos tipos de interesses existentes. Afinal, naquele contexto, a situação estava demasiada tensa, por conta da imposição da Companhia de Comércio (1649), o que inclusive era apoiado por Benevides, em sua forma embrionária, como vimos no capítulo dois.⁹⁴⁶ Assim, após a Reforma de 1652, passamos a ter sete Capitães de Infantaria na Tropa Paga.⁹⁴⁷

Por ela percebe-se que os sete Capitães de Infantaria da Tropa Paga, deveriam comandar um quantitativo, que em 1651, estava na casa de seiscentos soldados.⁹⁴⁸ O que dava algo em torno de oitenta e cinco soldados por Companhia. Número que chegava próximo aos oitenta soldados projetados pelo Regimento das Fronteiras (1645).⁹⁴⁹ A quantidade de Companhias de Infantaria da Tropa Paga, portanto, não poderia ser questionada pela localidade, que deveria se organizar para prover os recursos necessários para a sua manutenção. Equilibrava-se o número de soldados com o número de Companhias de Infantaria, algo que sempre fora pedido pela capitania do Rio de Janeiro, como vimos no capítulo dois.

Por outro lado, os quatro Capitães de Infantaria que foram reformados, em 1652, Manuel da Costa Muniz (1641/44-52), Jorge Pereira (1644-52), Alexandre de Castro (1645-93) e Ascenço Gonçalves Matoso (1647-52) eram ligados a Benevides. Os mesmos não eram os Capitães de Infantaria mais recentemente providos. O Capitão de Infantaria Manuel da Costa Muniz, por exemplo, era um dos mais antigos, nomeado por serventia, em 1641, e por patente real, em 1644.⁹⁵⁰ Não se seguiu este critério. Destes reformados, o único que não continuou a prestar serviços fora Jorge Pereira, que voltava para o reino. Os outros três continuaram a engrandecer a Monarquia e acumular méritos.

Sem dúvidas nenhuma, o caso mais exemplar de ativação da rede clientelar é o do Capitão de Infantaria Alexandre de Castro (1645-93), assim que fora reformado, em fevereiro de 1652, pediu licença para se dirigir ao reino para cuidar “de seus requerimentos o que lhe era dificultoso fazer desta praça por ser um soldado pobre”. O

⁹⁴⁶ Embrionária, porque quando da criação e implementação da Companhia de Comércio, em 1649, Benevides se encontrava em Angola. Mas, desde antes de ir para lá, em 1648, era um “defensor do sistema de comboios e do monopólio do comércio marítimo com a América portuguesa, nos moldes das companhias das índias, orientais e ocidentais, existentes na Holanda e na Inglaterra”. Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 302-303.

⁹⁴⁷ Vide Tabela 27. Foram reformados quatro Capitães de Infantaria. Porém, como veremos, o Capitão de Infantaria Alexandre de Castro logo retornou ao ofício.

⁹⁴⁸ Vide Tabela 5.

⁹⁴⁹ “Regimento das Fronteiras”. In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. p. 636-7.

⁹⁵⁰ Vide Tabela 26.

que fora aceito pelo Governador da Capitania Antônio Galvão.⁹⁵¹ Ao chegar a Portugal logo deve ter encontrado Benevides, que igualmente desembarcara por lá em outubro do mesmo ano.⁹⁵² Provavelmente, conversaram e relembrou o dia em que o ex-Capitão de Infantaria contraiu matrimônio na casa de Benevides com uma de suas parentes, mas também devem ter falado de sua insatisfação por ter sido reformado. Naquele momento, Benevides contava com grande prestígio e negociava com o monarca as recompensas que receberia por conta da Restauração de Angola (1648). De modo que não parece ter sido coincidência o fato de que logo em janeiro de 1653, novamente Alexandre de Castro fosse agraciado com uma Patente Real para que passasse ao Rio de Janeiro para reassumir uma Companhia de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro.⁹⁵³ A posse seria dada pelo governador da Capitania em julho de 1654.⁹⁵⁴ O Capitão de Infantaria Alexandre de Castro só abandonaria o posto em 1693, devido a sua avançada idade.⁹⁵⁵

Os outros dois continuaram a ascender socialmente. Ascenço Gonçalves Matoso assumiu a Capitania da Fortaleza de São João, em 1660⁹⁵⁶; já Manuel da Costa Muniz tornou-se Juiz de Órfãos, em 1652, e Provedor de Defuntos e Ausentes, em 1663.⁹⁵⁷

Apenas dois (28,6%) dos sete (100%) Capitães de Infantaria que permaneceram na ativa após a Reforma de 1652 eram próximos a Benevides. Este número não pode ser visto apressadamente, uma vez que, entre estes sete militares, dois eram “homens ultramarinos”, a saber: Gaspar Rodrigues (1645-58) e Tomas da Silva (1648-55?). Portanto, se levarmos em consideração apenas os Capitães de Infantaria que eram “homens coloniais” passaríamos a ter dois (40,0%) dos cinco (100,0%) ligados a Benevides. O que continua a ser um número bastante expressivo, embora tenha apresentado uma queda se comparado ao número da tentativa de reforma em 1648, que ficava em torno de 60%. Sendo um deles, o terceiro Capitão de Infantaria mais antigo da praça, que havia reassumido o ofício, Alexandre de Castro (1645-93), e que, talvez, naquele momento, fosse o mais “forte” entre os seus pares por conta de sua ligação com lideranças indígenas locais e pelo fato de sua esposa ser aparentada de Benevides. Aqui, mais uma vez, como em 1648, ser “parente” de Benevides era fundamental. O segundo

⁹⁵¹ AN. Cód. 61, Vol. 2, p. 25. 16/2/1652.

⁹⁵² Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 302.

⁹⁵³ BN. *Documentos Históricos*. Vol. 21, p. 27. 17/1/1653.

⁹⁵⁴ AHU, RJ, AV, D. 250. Lisboa, 23/7/1654.

⁹⁵⁵ AN. Cód. 77, Vol. 2, p. 199. 09/01/1693 e; AN. Cód. 61, Vol. 10, p. 322. 26/03/1693.

⁹⁵⁶ AHU, RJ, CA, D. 842. Lisboa, 22/11/1660. Como analisamos em nossa dissertação de mestrado, também fez uso das relações com Benevides para assumir o referido ofício. Cf. Luiz Guilherme S. Moreira. *Navegar, lutar, pedir e... receber*.

⁹⁵⁷ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 81.

militar ligado a Benevides era o Capitão de Infantaria Garcia da Gama (1651-73) que acabara de chegar com o governador D. Luiz de Almeida e tampouco poderia ser reformado, porque era de total confiança daquele.

Pelos dois exemplos citados acima, a da tentativa de reforma de 1648 e a reforma de 1652, concluímos que o Conselho Ultramarino era realmente um canal de comunicação das elites fluminenses com a Coroa. Mas este canal sofria interferência de Benevides, sobretudo quando estava em Portugal. Portanto Loureiro estava correto “as circunstâncias específicas de cada caso interferem nesse prestígio”.⁹⁵⁸ Todavia, por outro lado fica difícil perceber se o rei seguia as propostas de Benevides ou do próprio Conselho na condução das nomeações dos ofícios militares, que era uma das facetas da condução da guerra. Todavia, o mais importante, talvez, não fosse analisar se o monarca seguia as recomendações do Conselho Ultramarino, mas, sim, se essas ordens ao chegar à Capitania eram seguidas.

4.1.1.2. Ligados a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra

Cinco (31,3%) dos dezesseis (100%) Capitães de Infantaria da Tropa Paga eram ligados a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra.⁹⁵⁹ Muitos inclusive participaram direta ou indiretamente da Revolta de 1660-1.

Os Capitães de Infantaria Antônio Correa (c. 1644 - c. 62) e Francisco Munhos Correa (1641-93) foram os dois Capitães de Infantaria mais perseguidos por Benevides. Pouco falaremos deles aqui, que serão analisados com mais profundidade quando abordarmos a *governança* da terra. Por ora, nos cabe apenas sinalizar que as querelas destes dois militares com o grupo de Benevides vinham desde o final dos anos de 1630. Mais precisamente em 1639, quando Domingos Correa, irmão do Capitão de Infantaria Antônio Correa, fora retirado do ofício de Provedor da Fazenda Real por Benevides, ambos eram ligados ao bando dos Manuel, adversários de Benevides.⁹⁶⁰ Os problemas continuaram na década seguinte, com a criação do Sistema de Comboio, em 1642, e; com a montagem da expedição militar de Francisco de Soutomaior (1645) à Angola, quando temporariamente foram afastados do ofício.

A esposa do Capitão de Infantaria Francisco Munhos Correa (1644-93), D.

⁹⁵⁸ Marcello Loureiro. *Gestão no Labirinto*, p. 277.

⁹⁵⁹ Vide Tabela 20.

⁹⁶⁰ Carlos Rheingantz. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*. e; João Fragoso. “Fidalgos e parentes de pretos”, p. 75.

Joana, apareceu como madrinha em um batismo realizado na Sé do Rio de Janeiro, em 1653. A mesma criança tivera como padrinho o Capitão de Infantaria André Dias Medonho (?-48).⁹⁶¹ Este, por sua vez, alguns anos depois, juntamente com Manuel Fernandes Franco e Baltazar Leitão, fora um dos “representantes do povo” a retirar Salvador Benevides do governo do Rio de Janeiro em 1660.⁹⁶² A esta altura a família Leitão já não tinha mais alianças com os Benevides. Os três seriam presos logo após a volta da normalidade.⁹⁶³ Como vimos, o Capitão de Infantaria André Dias Medonho fora reformado em 1648, quando da montagem da expedição de Benevides à Angola, e não assumiria mais nenhum outro ofício castrense.

O Capitão de Infantaria Agostinho de Figueiredo (1651-61) também participou ativamente da Revolta contra Benevides em 1660-1. Assim, quando Agostinho Barbalho Bezerra tomou posse do governo da Capitania e reestruturou a sua guarnição, se reformaram os Capitães de Infantaria da Tropa Paga Garcia da Gama e Alexandre de Castro, ambos como vimos ligados a Benevides, ficando “servindo somente o capitão Francisco Munhos Correia, Miguel de Abreu Soares, e o capitão Agostinho de Figueiredo, e o capitão Luiz Machado Homem”.⁹⁶⁴ Assim, não nos parece estranho que depois da revolta ter sido debelada, Agostinho de Figueiredo tenha sido um dos militares que fora afastado pelo grupo dos Sás, sendo substituído pelo alferes reformado Jerônimo de Araújo Azevedo.⁹⁶⁵

Já o Capitão de Infantaria D. Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?) não participou da Revolta de 1660-1. Até porque já deveria estar morto, já que segundo Rheingantz faleceu por volta do ano de 1654. Porém, tal informação não está correta, posto que em 1653, sua esposa D. Potência Fernandes apareceu como viúva passando uma procuração para Agostinho de Barbalho Bezerra, uma das principais figuras daquela revolta para que a representasse tanto no Brasil como em Portugal.⁹⁶⁶ De

⁹⁶¹ Registro 2158 do Banco de dados do Antigo Regime nos Trópicos, “Batismos da Sé, 1616-1726”.

⁹⁶² “Excerpto de uma memória manuscrita sobre a historia do Rio de Janeiro, durante o governo de Salvador Correa de Sá e Benevides, que se acha na Biblioteca publica d’esta corte”. In RIHGB. Rio de Janeiro, 1841, Vol. 3, p. 8. Segundo Antonio Caetano eram 112 assinaturas. Cf. Antonio Caetano. *Entre Drogas e Cachaça: a política colonial e as tensões na América portuguesa (1640-1710)*. Maceió: EDUFAI, 2009, p. 274.

⁹⁶³ Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, Vol. 2, p. 200.

⁹⁶⁴ Cartório do 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro – Documentos e Registros do Século XVII, 1622-1671. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Códice 42-3-57, p. 39. Apud Antonio Caetano. *Entre a sombra e o Sol*, p. 167.

⁹⁶⁵ AN. Cód. 61, Vol. 3, p. 508. 29/4/1660.

⁹⁶⁶ Cartório do 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro – Documentos e Registros do Século XVII, 1622-1671. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Códice 42-3-57, p. 39. Apud Antonio Caetano. *Entre a sombra e o Sol – a revolta da cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política*

maneira que se estivesse vivo seria mais um a se voltar contra Benevides. Seus problemas com aquele grupo começaram assim que retornou ao Rio de Janeiro, em 1648.⁹⁶⁷ Naquele momento de crise em que o Senado da Câmara do Rio de Janeiro já reclamava dos gastos com a manutenção da Tropa Paga, quando as taxas extraordinárias foram suprimidas e quando igualmente se discutia a expedição de Benevides para Angola, o monarca autorizou o governador da Capitania a criar Companhias de Infantaria, as próprias custas dos Capitães, de maneira que D. Gaspar Coutinho de Bragança não teve como ser impedido da empreitada pelo governador Duarte Correa Vasqueanes. Até porque já tinha experiência, posto que montou, em 1637, duas Companhias de Infantaria na vila de Pinhel e na cidade do Porto, que seriam comandadas por seu pai, D. Teodósio Coutinho de Bragança.⁹⁶⁸ Estas ligações foram sintetizadas na Tabela 28.

PROPRIETÁRIOS DE TERRAS/ENGENHOS/PLANTADORES DE CANA-DE-ACÚCAR/PRÉDIOS URBANOS

Apesar do perdão geral aos envolvidos na Revolta de 1660-1, exceto para seus líderes, dado logo após o restabelecimento da ordem, em 1661, o clima na capitania do Rio de Janeiro ainda era tenso e o grupo de Benevides não media esforços “em eliminar o *mal pela raiz*”, de maneira que “a retaliação fora feita de forma brutal!”.⁹⁶⁹ De tal sorte, que Alencastro, seguindo Alberto Lamago, afirmou que “Salvador [Benevides] retaliara duramente, confiscando bens dos revoltosos e mandando enforcar Jerônimo Barbalho”.⁹⁷⁰ Dois destes militares ligados à Revolta tiveram que rearranjar seus bens após a Revolta de 1660-1.⁹⁷¹

Mas, não apenas estes Capitães de Infantaria, a própria viúva de Agostinho Barbalho Bezerra, que havia assumido o governo quando da revolta em 1660-1. Esta, em 1678, vendeu para os padres carmelitas terras em “guarequesaba”, assim podia saldar a dívida que seu marido tinha com credores, um dos quais o Capitão de Infantaria

fluminense. (Rio de Janeiro, 1640-1667). Dissertação de Mestrado em Historia. UFF: Niterói, 2003, p. 192.

⁹⁶⁷ O Capitão de Infantaria D. Gaspar Coutinho Bragança havia estado naquela praça em 1641, quando trabalhou na fortificação da praça, juntamente com seus “criados e escravos estando prestes para tudo o que lhe fosse ordenado”. Cf. AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 269v. 15/5/1648.

⁹⁶⁸ AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 269v. 15/5/1648.

⁹⁶⁹ Antonio Caetano. *Entre Drogas e Cachaça*. Citação p. 287 e 300. Grifos no original.

⁹⁷⁰ Luiz Felipe Alencastro, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes*, p. 200.

⁹⁷¹ Vide Tabela 29.

Agostinho de Figueiredo (1651-61) que receberia 16\$000 rs.⁹⁷²

O envolvimento desse milar naquela Revolta também ainda seria prejudicial aos seus herdeiros. No ano de sua morte, em 1688, o partido de cana-de-açúcar que possuía no engenho de Francisco de Andrade, com doze escravos da Guiné, seria hipotecado por seus filhos.⁹⁷³ Francisco de Andrade era filho de Inácio de Andrade.⁹⁷⁴ Segundo Frago, Inácio era fundador de uma “Família simples” de senhor de engenho e teria sido o responsável por ter o primeiro engenho de sua família.⁹⁷⁵ Além disso, era de São Gonçalo, região que segundo Antônio Pereira Caetano concentrava grande parte dos revoltosos que aderiram àquele movimento.⁹⁷⁶

O mesmo ocorreu com o outro Capitão de Infantaria, André Dias Medonho (?-48), que se envolveu na Revolta de 1660-1. No que pese ter gasto bastante tempo de sua vida se dedicando ao partido de cana-de-açúcar que tinha no engenho de Manoel Fernandes Franco (genro de Baltazar Leitão), na Ilha do Governador, teve que se desfazer do mesmo. Nesse espaço, que estava longe de ser modesto, havia, em 1651, “58 tarefas de 12 carros que, naquele tempo, valia cada tarefa 8\$000 [rs.], totalizando 464\$000 [rs.]”, além de casas que lhe pertenciam.⁹⁷⁷ Também era dono de terras. As relações fundiárias que envolviam o trio (o Capitão de Infantaria André Dias Medonho, Manoel Fernandes Franco e Baltazar Leitão) perdurariam até pelo menos 1666, quando se lavrou, no 1º Ofício de Notas, uma escritura de venda de um partido entre Manoel Fernandes Franco e o Capitão de Infantaria André Dias Medonho. Na verdade, a transação era o acerto de uma dívida que existia entre ambos e dizia respeito à venda de partido de terras.⁹⁷⁸ O ato, talvez, fosse motivado pela morte daquele militar, que provavelmente ocorrera em 1665, já que em outubro daquele ano, devido ao seu testamento, ficamos sabendo que deixava para a Santa Casa de Misericórdia residências de sobrado, com 29 palmos de frente e 105 de fundos, na Rua do Gadelha [do Ouvidor].⁹⁷⁹

Diante deste quadro, em 20 de março de 1662, doou terras na Ilha do

⁹⁷² www.mauriciodeabreu.com.br. Consultado em 01/09/2014.

⁹⁷³ www.mauriciodeabreu.com.br. Consultado em 01/09/2014.

⁹⁷⁴ Carlos Rheingantz. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*.

⁹⁷⁵ João Frago. “A Nobreza da República”.

⁹⁷⁶ Antônio Caetano. *Entre a sombra e o Sol*.

⁹⁷⁷ www.mauriciodeabreu.com.br. Consultado em 28/08/2014.

⁹⁷⁸ www.mauriciodeabreu.com.br. Consultado em 28/08/2014.

⁹⁷⁹ www.mauriciodeabreu.com.br. Consultado em 28/08/2014.

Governador, reduto de Benevides, aos monges beneditinos.⁹⁸⁰ Talvez quisesse ganhar a simpatia daquela ordem religiosa. O que não parecia uma coincidência, afinal, Tomé Correia (o Governador interino deposto na Revolta), Pedro de Souza Pereira (Provedor da Fazenda e primo de Benevides),⁹⁸¹ e demais aliados dos Sás, quando estourou o movimento, se refugiaram no convento de São Bento.⁹⁸² As terras do militar estavam localizadas entre as de Manoel Fernandes Franco e Baltazar Leitão. O que motivaria Manoel Fernandes a entrar com um processo contra o Mosteiro por conta da demarcação das terras que haviam sido doadas àquela ordem religiosa.⁹⁸³

O processo de demarcação deve ter contado com a presença de várias autoridades locais, como o Ouvidor-geral, o próprio Governador (Salvador Benevides), o Sargento-mor (Martim Correa Vasqueanes) e dois Capitães de Ordenança (Baltazar Leitão e João Velho Prego), uma vez que no mesmo dia, mas em outro registro, aparecem atuando na demarcação das terras que o militar vendia ao mesmo Manoel Fernandes Franco, na Ilha do Governador, e que se localizava entre as propriedades de Manuel e de seu sogro Baltazar Leitão.⁹⁸⁴ Esta segunda transação deveria ser uma tentativa de proteger os bens do vendedor que transferia para uma família mais poderosa a propriedade. Baltazar Leitão era um membro de uma “família extensa”, as mais poderosas, fundador de uma família senhorial e dono de engenho, segundo Frago. ⁹⁸⁵ De modo que pressioná-lo para se desfazer da propriedade seria mais difícil. Afinal, as vendas de terras e engenhos eram maneiras de resolver problemas financeiros sem colocar em risco a posição social e política da família. Mas, também serviam para “*reafirmar* a paz entre famílias nobres, que no passado, haviam sido inimigas”.⁹⁸⁶

Portanto, o Capitão de Infantaria André Dias Medonho, Manuel Fernandes Franco e Baltazar Leitão deveriam ser aliados. Infelizmente, não conseguimos encontrar

⁹⁸⁰ Diário Oficial da União de 06/09/1640, p. 37. Cf. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2434511/pg-37-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-06-09-1940/pdfView>. Consultado em 29/08/2014. Como Jorge Souza definiu os beneditinos tiveram grande habilidade de, por meio de relações pessoais, aumentaram seu patrimônio. Cf. Jorge Souza. “Poder local entre ora et labora: a casa beneditina nas tramas do Rio de Janeiro seiscentista”. In *Tempo*, Vol. 16. Nº 32, 2012. <http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2012/06/v16n32a04.pdf>. Acessado em 10/09/2014.

⁹⁸¹ Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Videntes*, p. 201,

⁹⁸² Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, p. 327.

⁹⁸³ www.mauriciodeabreu.com.br. Consultado em 28/08/2014.

⁹⁸⁴ www.mauriciodeabreu.com.br. Consultado em 28/08/2014.

⁹⁸⁵ João Frago. “A Nobreza da República”

⁹⁸⁶ João Frago. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”, p. 63. Itálico no original. O engenho de Baltazar Leitão tinha grande quantidade de cativos indígenas e africanos. Escravos que eram vitais para dar segurança e poder aos bandos. Sendo que os índios flecheiros eram fundamentais, não apenas nas expedições aos sertões, mas também na defesa contra os inimigos externos e nos combates entre os grupos, “deste modo, os flecheiros consistiam no braço armado dos bandos”. Cf. João Frago. *A nobreza vive em bandos*, p. 17-18. Citação p. 17.

André Dias Medonho na genealogia de Rheingantz para ver quais eram suas relações familiares. Mas, o exemplo descrito nos mostra que os três não eram muito bem vistos pelo grupo de Benevides. Portanto, não nos parece nenhum despropósito afirmar que o militar estava sendo pressionado a se desfazer de suas propriedades, o que era uma das bases de poder daquela sociedade de Antigo Regime.

Outro a ter que se desfazer de suas propriedades fundiárias fora o Capitão de Infantaria D. Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?). Este era senhor do engenho São Lázaro, que foi montado em terras compradas de Agostinho de Barbalho Bezerra. A propriedade não era modesta, tinha 1500 braças e estava situada em Gericinó, possuía ainda casa de vivenda, casa de engenho, casa do partido, duas caldeiras, treze escravos da Guiné e quatro escravos da terra. Todo este montante fora vendido, em 1652, por 12.000 Cruzados para João Alves Pereira.⁹⁸⁷ A dívida só fora liquidada, em 1654, quando João Alves Pereira a pagou a filha de D. Gaspar, Maria Coutinha.⁹⁸⁸ Mas, nem todas as propriedades de D. Gaspar Coutinho de Bragança foram vendidas logo após a sua morte. Assim, em 1662, logo após a Revolta de 1660-1, seus herdeiros vendiam terras que lhe pertenciam para Agostinho Barbalho de Bezerra, que mais tarde seriam repassadas a Manoel Teles de Menezes, que transferiria a sua filha por dote, quando de sua união com o capitão Feliciano Coelho Cão.⁹⁸⁹ As terras por fim deixariam o bando contrário de Benevides e passariam a família inaugurada por Diogo Lobo Teles, pai de Manuel Teles de Menezes, aliados dos Benevides.⁹⁹⁰ Assim, o processo de comercialização das terras que pertenceram àquele militar era bastante similar ao empreendido pelo Capitão de Infantaria André Dias Medonho, descrito acima. Ou seja, mais uma vitória do grupo de Benevides para alijar seus desafetos de suas propriedades.

ATUAÇÃO DAS REDES CLIENTELARES

Enquanto alguns aliados de Benevides conseguiram ativar suas redes clientelares para permanecerem no ofício, como foram os casos dos Capitães de Infantaria Ascenço Gonçalves Matoso, em 1648, e; de Alexandre de Castro, em 1652. Aqueles militares, ligados ao grupo de Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra quando afastados do ofício, não tentaram reassumir os mesmos. Assim, por exemplo, quando o Capitão de Infantaria André Dias Medonho (?-48) fora reformado, juntamente com outros três

⁹⁸⁷ www.mauriciodeabreu.com.br. Consultado em 01/09/2014.

⁹⁸⁸ www.mauriciodeabreu.com.br. Consultado em 01/09/2014.

⁹⁸⁹ www.mauriciodeabreu.com.br. Consultado em 01/09/2014.

⁹⁹⁰ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 66.

Capitães de Infantaria, não lutou para retomá-lo, ao contrário do trio. Destarte, enquanto o grupo de Benevides, após a tentativa fracassada de reforma da Tropa Paga, em 1648, tinha quatro (57,1%) dos sete (100%) Capitães de Infantaria da Tropa Paga, os ligados ao grupo de Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra eram apenas dois (28,6%). Um número que correspondia à metade do outro grupo.⁹⁹¹

Já depois da Reforma de 1652, quando se discutia e negociava a implementação dos monopólios que a Companhia de Comércio tinha direito de impor à Capitania, o grupo dos Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra tinha três (42,9%) dos sete (100%) Capitães de Infantaria; enquanto os ligados a Benevides eram dois (28,6%). O que nos mostra mais uma vez que a reforma fora negociada naquela Capitania. De modo que vários interesses, dos diversos grupos das elites fluminenses, tinham que ser acomodados. Não é à toa, que se compararmos a Tabela 26 com a 27, veremos que três Capitães de Infantaria reformados eram ligados aos Sás, a saber: Manuel da Costa Muniz, Jorge Pereira e Ascenço Gonçalves Matoso. Por isso, o grupo de Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra conseguiu ampliar a sua influência naquele *corpus* militar.

Do que fora apresentado dos dezesseis (100%) Capitães de Infantaria da Tropa Paga da Capitania do Rio de Janeiro entre os anos de 1640-1652, doze (75%) deles eram “homens coloniais”.⁹⁹² Portanto, a maior parte destes Oficiais. Se, por um lado, em termos econômicos, por terem relações estáveis com as elites da Capitania, dependiam da principal fonte de renda, a plantação de cana-de-açúcar, e dos recursos arrecadados pela Câmara, via taxas extraordinárias, para o recebimento de seus soldos. Por outro, davam uma certa proteção àquelas mesmas propriedades. Em termos políticos, igualmente estavam atrelados à Câmara, uma das instituições governativas mais importantes da *governança* da terra, e por outros ofícios “administrativos” que de certa forma influenciavam na economia da Capitania. Portanto, agora nos cabe analisar como se dava a relação destes Capitães de Infantaria da Tropa Paga com ela. Tal relação nos permitirá tornar mais complexa a lógica social destes personagens. Vejamos.

4.1.2. Governança da terra

Para continuar a mostrar que a lógica social que norteava o modo de agir dos

⁹⁹¹ Vide Tabela 25.

⁹⁹² Vide Tabela 20.

Oficiais Superiores e os Oficiais Inferiores da Tropa Paga do Rio de Janeiro ao longo da década de 1640 era diferente, temos que analisar alguns pontos que tocam a *governança* da terra. Como vimos no capítulo anterior, os Sargentos-mores daquele *corpus* militar intervinham diretamente nos períodos em que a crise se tornava ainda mais intensa, já que uma das funções do ofício assim determinava. Já os Capitães de Infantaria o faziam indiretamente. Não podemos enxergar estes Capitães de Infantaria como agentes sociais isolados e sim inseri-los, como de costume no Antigo Regime, em um grupo mais amplo, como vem sendo demonstrado pelos estudos de João Fragoso que abordam a formação e reprodução das elites fluminenses nos séculos XVI e XVII, muitos dos quais já citados neste trabalho, o que também mostramos acima. Isto não significa dizer que não tomassem parte da organização e dos rumos da Capitania. Assim, não se pode estranhar, mais uma vez, que doze (75%) dos dezesseis (100%) Capitães de Infantaria da Tropa Paga recuperados neste estudo fossem “homens coloniais”, portanto ligados as elites fluminenses de alguma forma, como nos mostram várias Tabelas.⁹⁹³ Afinal, como já sublinhamos, a Tropa Paga era um dos espaços políticos existentes na *Monarquia Pluricontinental*.

4.1.2.1. Capitães de Infantaria da Tropa Paga que chegaram ao Rio de Janeiro acompanhando os novos governadores da Capitania.

Quatro dos dezesseis Capitães de Infantaria da Tropa Paga de nossa amostragem eram “homens ultramarinos”, dois deles vieram e tomaram posse do referido ofício juntamente com um novo governador do Rio de Janeiro.⁹⁹⁴ O fato nos permite perceber a participação indireta destes Capitães de Infantaria na *governança* da terra com as Companhias de Infantaria que foram criadas com o objetivo de acompanhar os Governadores, recém-nomeados, que assumiriam a capitania do Rio de Janeiro, na travessia do Oceano Atlântico.

Um destes casos aconteceu com a nomeação de Salvador de Brito Pereira (1649-51) para o comando da Capitania. Este veio acompanhado de duas Companhias de Infantaria, as dos Capitães Antônio Garcez e Gralha (1648-51) e Tomas da Silva (1649-55?). Segundo Coaracy, o governador Salvador de Brito Pereira se encontrava doente ao desembarcar no Rio de Janeiro e permaneceu nesse estado em todo o tempo em que esteve na Capitania, de modo que: “o seu precário estado de saúde não lhe permitiu

⁹⁹³ Como, por exemplo, as de números 14, 16, 17, 22 e 23.

⁹⁹⁴ Vide Tabela 20.

desenvolver grande atividade na condução dos negócios públicos”.⁹⁹⁵

Dentro de nosso recorte temporal, como visto no capítulo dois, o contexto da chegada de Salvador de Brito Pereira, no quadro das relações entre as instituições governativas, fora o momento mais tenso, devido à criação da Companhia de Comércio (1649) e da imposição de seus monopólios. De maneira que não nos parece estranho o fato de que tenha sido o primeiro Governador, durante a década de 1640, a trazer Companhias de Infantaria do reino. Do mesmo modo, não é coincidência que esses dois militares fossem “homens ultramarinos”. Assim, o que se pode imaginar é que dentro desta necessidade de impor/negociar a questão da Companhia de Comércio, todos sabiam que as Companhias de Infantaria da Tropa Paga eram importantes e por isso deveriam ser de inteira confiança do Governador/Capitão-mor da Capitania. Afinal de contas, alguns anos antes, mais precisamente em 1644, os colonos fluminenses haviam matado o governador Luís Barbalho Bezerra, por conta da cobrança de impostos.

O governador Salvador de Brito Pereira tomou posse no Senado da Câmara em 24 de janeiro de 1649, todavia, pelas atas da instituição não ficamos sabendo quem estava presente quando da solenidade, uma vez que o texto, justamente nesta parte, encontra-se em branco. Assim como as assinaturas de quem participou daquela assembleia.⁹⁹⁶

Dom Luiz de Almeida (1652-57), enviado para substituir Luís Barbalho Bezerra, fora outro Governador que viera acompanhado de duas outras Companhias de Infantaria, a de Agostinho de Figueiredo (1651-61) e a de Garcia da Gama (1651-73). Com o clima menos tenso, estes oficiais, após a reforma, puderam se integrar à sociedade fluminense, por aqui se estabeleceram e se tornaram “homens coloniais”, como já vimos acima. Os dois exemplos nos mostram a importância que as Companhias tinham para dar suporte ao governador da Capitania, assim como para seu cotidiano.

4.1.2.2. Atuação do Governador para impedir a nomeação/tomada de posse dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga

O ofício de Capitão de Infantaria da Tropa Paga era tão importante para o cotidiano da Capitania que, por vezes, os governadores tentavam de alguma forma interferir na composição das suas Companhias, como por exemplo, nos casos descritos acima da tentativa de reforma de 1648 e da própria reforma de 1652. Como nestes dois

⁹⁹⁵ Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 136.

⁹⁹⁶ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 171.

episódios, as relações clientelares nas quais àqueles militares estavam inseridos intervinham. A questão podia inclusive motivar o costumeiro embate de jurisdição entre o Governo-geral e o Governo da Capitania, como Pedro Puntoni destacou. Para o autor, no século XVII “apesar de os governadores-gerais acumularem a liderança das forças militares, (...), alguns dos capitães mores não necessariamente respondiam ao seu comando”.⁹⁹⁷

a) Ligados a Benevides

Fora o que ocorreu com o Capitão de Infantaria Jorge Pereira (1644-52), que havia chegado ao Rio de Janeiro, juntamente com o General das Frotas do Brasil, Salvador Benevides naquele ano.⁹⁹⁸ Embora tenha sido nomeado por serventia passada pelo Governador-geral Antônio Teles da Silva, em 1642, só consegui assumir o ofício quando recebera a patente real, em 1644.⁹⁹⁹ Naquele ano, governava o Rio de Janeiro, Luís Barbalho Bezerra (1646-44), adversário de Benevides. Por isso, para receber aquele patente real, Jorge Pereira se viu obrigado a recorrer ao rei que mandou que fosse conduzido ao ofício, o que o novo governador Francisco de Soutomaior (1644-1645), adversário de Benevides, não teve como se furtrar.¹⁰⁰⁰

b) Ligados a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra

O Capitão de Infantaria Jorge Pereira não fora o único Oficial Inferior que apresentou problemas com o governador da Capitania. O que mostra mais uma vez a importância do ofício para a *governança* da terra, já que tinham que ser agentes de extrema confiança dos Governadores. Já vimos que o Capitão de Infantaria D. Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?), que havia montado uma Companhia as suas custas, teve problemas com o governador da capitania Duarte Correa Vasqueanes para assumir o ofício. Entretanto, como existia o problema da falta de recursos para manter a Tropa Paga o governador não teve como impedi-lo de fazer.

Sem dúvidas nenhuma, o melhor exemplo para mostrar a interferência dos Governadores na composição dos Ofícios Inferiores da Tropa Paga, fora o caso que

⁹⁹⁷ Pedro Puntoni. “Bernardo Vieira Ravasco”, p. 47.

⁹⁹⁸ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. p. 219 e ss.; AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 329v. 12/6/1645; AHU, RJ, CA, D. 304. Lisboa, 3/3/1640; TTONLINE. “Carta Patente. Companhia de Infantaria no presídio do Rio de Janeiro. 18/8/1644. Código de referência: PT/TT/RGM/Q/0022/134. Cota atual: Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 22, f. 134-134v.”; Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*. Vol. 1, p. 379.

⁹⁹⁹ AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 329v. 12/6/1645.

¹⁰⁰⁰ AHU, RJ, CA, D. 302. Lisboa, 8/6/1644.

envolveu os Capitães de Infantaria Antônio Correa (c.1644-c.62) e Francisco Munhos Correa (1641-93). Os dois militares, em 1645, foram afastados do ofício por Benevides por se recusarem a ir para Angola acompanhando Francisco de Soutomaior.¹⁰⁰¹ A questão não era apenas essa. Na verdade, já havia rugas entre os dois militares e Benevides, que remontavam há alguns anos atrás. Mas, para entender esta querela há a necessidade de voltarmos ao início da década de 1640.

Segundo Luciano Raposo Figueiredo, naquele período, houve uma carga fiscal excessiva sobre aquela Capitania, por conta da necessidade de se organizar a defesa contra os holandeses.¹⁰⁰² Temia-se a invasão do Rio de Janeiro. Neste ínterim, em especial, no ano de 1642, o governador Salvador Benevides lançou uma finta para quitar “os soldos atrasados da guarnição [Tropa Paga] uma vez que a quantia era muito superior aos 300 homens que defendiam a cidade”. Contudo, a finta acabou não sendo paga.¹⁰⁰³

O quadro piorou quando Antônio Teles da Silva (1642-47), desafeto de Benevides, foi conduzido ao ofício de Governador-geral. Os moradores da Capitania se sentiram mais livres para apresentarem queixas contra o representante máximo do bando dos Sás. Benevides acabou seu período como governador e regressou a Lisboa, em 1643. Lá, aconselhou a Coroa que atuasse para restaurar Angola, desde 1641, nas mãos dos batavos. Na oportunidade, recebeu uma série de benefícios, entre os quais a nomeação para o Conselho Ultramarino e o ofício de *General das frotas de comércio*, em 1644. Estava colocado o problema de jurisdição com o Governador-geral, seu antigo desafeto, Antônio Teles da Silva.¹⁰⁰⁴

A rivalidade entre os dois agentes, na verdade, expressava um conflito de interesses, como fora relatado no capítulo dois. Salvador Benevides, como General da Frota, tinha ordens para impor o sistema de comboios para o comércio com a América. O que desagradava tanto a Câmara de Salvador como a do Rio de Janeiro. Segundo Boxer, “os conselheiros daquela cidade [Salvador] contavam com o apoio do governador-geral [Teles da Silva], que como sabemos, nunca foi muito amigo de

¹⁰⁰¹ AHU, RJ, CA, D. 276-7, Lisboa, 31/1/1644 e 6/9/1644.

¹⁰⁰² Luciano Figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo: USP, 1996, tese de doutorado em história. Fato inclusive mostrado na introdução deste trabalho.

¹⁰⁰³ Luciano Figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa.*, p. 19.

¹⁰⁰⁴ Arquivo Histórico Municipal de Salvador, Provisões 1626-1642 Apud Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 120-121.

Salvador”.¹⁰⁰⁵ Contudo, apesar desses conflitos, segundo Vianna Jr., Teles da Silva conseguiu “resguardar sua jurisdição frente à intenção de Salvador Correa de Sá de tomar para si o governo da porção sul do território americano”.¹⁰⁰⁶

Salvador Benevides passara o ofício de Governador para Luís Barbalho Bezerra, em 1643, quando retornou à Lisboa. Nesse clima de medo, a Coroa, nesse mesmo ano, tentando melhorar o sistema defensivo, acabou determinando que a praça do Rio de Janeiro deveria ter o seu quantitativo de homens dobrados, passando assim para seiscentos infantas. O que motivou Bezerra a ampliar a carga tributária a fim de cobrir os gastos com os novos homens e com as fortificações. Contudo, o Governador sabia que tal tarefa não seria fácil, uma vez que a Câmara Municipal reclamava, já há algum tempo, dos excessivos impostos e do envio de parte dos recursos para a proteção da Bahia. E todos sabiam que os gastos da Tropa Paga, como rezava o Regimento do Governador-geral, passado à Teles da Silva, seriam cobertos com os dízimos. Acordos foram feitos e se, por um lado, a Câmara acabou por aceitar a criação do subsídio do vinho e a da vintena que deveriam ser utilizados para a defesa da cidade; por outro, passava a administrar o uso destes recursos, como mostrado no capítulo 2.¹⁰⁰⁷ Entretanto, como a questão esbarrava na produção e na venda da cachaça, feita pela nobreza da terra, havia de se acomodar os interesses, tanto deste grupo, como da própria Coroa. Segundo Fragoso, depois das discussões e das negociações, a posição final acabou por beneficiar os senhores de engenho em detrimento ao capital mercantil, ligado às frotas de comércio. De modo que apesar das clivagens internas das elites da Capitania, houve o estabelecimento de um acordo entre esses grupos.¹⁰⁰⁸

A situação ficaria tensa novamente no ano seguinte, em 1644, logo após a morte do Governador, Luís Barbalho Bezerra, que havia sido deposto pela população, quando

¹⁰⁰⁵ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 200-3. Citação p. 203. O estudo mais denso desse conflito pode ajudar a preencher o vazio historiográfico apontado por João Fragoso da “interferência da política na economia”. Cf. João Fragoso. “introdução”. In João Fragoso & Antonio Carlos Sampaio (orgs.). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso*, p. 12, nota 18.

¹⁰⁰⁶ Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 148. Os problemas de jurisdição só seriam resolvido após o Regimento de Roque da Costa Barreto (1677), quando Pernambuco e Rio de Janeiro, nominalmente passaram a ser subordinados ao Governador-geral na Bahia. Mas, mesmo assim, a questão deve ter permanecido controversa, posto que, em 1697, os governadores do Rio de Janeiro passaram a ter o título de governador e capitão-general, o que ampliava os seus poderes militares. Destarte, “O controle militar do território se via assim fragmentado em diversas jurisdições controladas por poderes, por sua vez, diretamente nomeados por Lisboa”. Cf. Pedro Puntoni. “O governo-geral e o Estado do Brasil”, p. 71 e; Pedro Puntoni. “Bernardo Vieira Ravasco”, p. 47 (Citação).

¹⁰⁰⁷ IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – “Carta em que o governador propôs a câmara devam continuar em concorrer para a defesa da terra e fortificações e resolução da câmara para se continuar o tributo nos vinhos, p. 32”.

¹⁰⁰⁸ João Fragoso. “Imperial (re)visions”, p. 96-7.

a Tropa Paga ficou ao lado dos revoltosos, já que era composta por pouca gente “e a mais dela gente casada na mesma terra, [o que] deu animo aos do povo insistirem [na revolta]”.¹⁰⁰⁹ A Câmara acabou por escolher para substituí-lo Duarte Correa Vasqueanes.¹⁰¹⁰ Neste momento de crise, como vimos no capítulo dois, pela primeira vez um Governador pedia a reforma da Tropa Paga para o Conselho Ultramarino, algo que já fora solicitado pelo Senado da Câmara em 1641.

O clima ainda não era de paz. Antônio Teles da Silva, governador-geral, talvez confiando em dar conta de uma de suas funções básicas “evitar os distúrbios internos”,¹⁰¹¹ nomeou, em 1644, Francisco de Soutomaior para o governo do Rio de Janeiro.¹⁰¹² Este, ao tomar posse, escreveu ao reino informando que a cidade estava dominada por dois bandos, os Correias, aliados dos Sás, e os Manueis.¹⁰¹³ E que para assumir, fora necessário se valer dos “mais de cem mosqueteiros” que tinha em sua companhia.¹⁰¹⁴ Começava o conflito entre o Governador e parte da elite que se encontrava no Senado da Câmara. Tal fato, por si só, nos mostra mais uma vez a importância das Tropas Pagas para a *governança* da terra, como já mostrado acima.¹⁰¹⁵

Contudo, esses conflitos deveriam ser “abafados”, posto que algo maior e que interessava a todos era mais premente; e, por isso, o “povo” deveria se unir, já que a defesa da sua Capitania era extremamente urgente e necessária.¹⁰¹⁶ Situação que encontrava eco no Conselho Ultramarino, que recomendava, em 1645 a

Dissimulação (...), por hora atento ao melhor fim do provimento da milícia e continuação das fortificações[,] o que totalmente depende da vontade e **união do**

¹⁰⁰⁹ Luciano Figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*. Apud. AHU Códice Misto 13, fl. 131v-133.

¹⁰¹⁰ Segundo Buarque de Holanda seria apenas em 1647 que o Senado da Câmara do Rio de Janeiro passaria a ter a prerrogativa de nomear um governador quando esse cargo ficasse vago. Cf. Sérgio Buarque de Holanda. “Administração, economia, sociedade”. In *História Geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, vol. 1, p. 16.

¹⁰¹¹ Como vimos no capítulo dois uma das funções do Governador.

¹⁰¹² Wilmar da Silva Vianna Júnior. *Modos de governar, modos de governo*, p. 65.

¹⁰¹³ João Fragoso. “Imperial (re)visions”, p. 98.

¹⁰¹⁴ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 82.

¹⁰¹⁵ O melhor exemplo desse conflito foi mostrado por João Fragoso. Segundo o autor, no ano em que Soutomaior assumiu o governo da capitania acusou o bando dos Sá de sumir com o aldeamento criado, em 1610, a custa da Fazenda Real, por Martim de Sá, pai de Benevides. A base da argumentação residia na transferência dos gentios que lá deveriam estar para as fazendas e engenhos daquele bando, o que teria resultado em seu desaparecimento. Tratava-se na verdade do Aldeamento de Nossa Senhora da Guia, criado em 1620, que ficara sob a administração dos Sás, e não dos jesuítas como de costume. As informações não deveriam estar de toda errada. Maria Regina Celestino de Almeida apresentou alguns dados populacionais para os aldeamentos na capitania do Rio de Janeiro no período colonial. Para o referido aldeamento, no século XVII, apontou apenas dois números. O primeiro em uma data desconhecida, mas que deve ter sido logo após o seu estabelecimento, com 400 indivíduos ou (70 casas) e, o segundo em 1691, quando afirma estar despovoado. Cf. João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 78 e; Maria Regina Almeida. *Metamorfozes Indígenas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 94.

¹⁰¹⁶ João Fragoso. “Imperial (re)visions”, p. 98.

povo[.] por serem ali os efeitos da fazenda de Vossa Majestade com a falta de Angola e rio da Prata mui diminutos e o excessivo da despesa necessária e que é boa prova da utilidade de que lhe serviu haver ido de mão armada e usar toda de brandura.¹⁰¹⁷

Ideia também partilhada por Barros. Para este autor, a escolha do governador Francisco de Soutomaior foi bem aceita pelo monarca. Esse temia o mau uso do dinheiro arrecadado com a recunhagem da moeda feita naquela praça e que deveria ser usada para a defesa da América.¹⁰¹⁸

Como vimos no capítulo dois, à desavença que levava a deposição e a morte do antigo governador, Luís Barbalho Bezerra, fora também motivada pela manutenção do sistema defensivo da Capitania, que, naturalmente, passava pelo uso dos dotes da Coroa, arrecadados, em parte, pela recunhagem da moeda e pelas taxas extraordinárias cobradas pela Câmara. A falta de recursos era crônica, como em todo o mundo luso. Assim, o Governador-geral Antônio Teles da Silva queria enviar o dinheiro arrecadado no Rio de Janeiro para Salvador; enquanto a Câmara do Rio de Janeiro pretendia utilizá-lo na proteção da Capitania, sobretudo, na construção da fortaleza da Laje, o que foi autorizado pelo rei. Entretanto, a situação permanecia tensa, posto que a população invadira a casa do Governador, destituindo-o do cargo e matando-o. Na oportunidade, aquela instituição passou o governo para Duarte Correa Vasqueanes, em abril de 1644. O problema ainda não havia sido resolvido, porque ainda persistia a questão do recrutamento e o pagamento das Tropas Pagas.¹⁰¹⁹ Esses tumultos eram parte de uma desavença pessoal que envolvia o próprio Governador-geral, Antônio Teles da Silva, e o ex-governador Benevides, que havia sido deposto do cargo e substituído por Luís Barbalho de Bezerra, em 1643.¹⁰²⁰

¹⁰¹⁷ Luciano Figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa* Apud. AHU Códice Misto 13, fl. 122-123v. 28 de Setembro de 1644. Grifos nossos.

¹⁰¹⁸ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”.

¹⁰¹⁹ Luciano Figueiredo afirma que a questão do pagamento das tropas era tão importante e constante que foi uma das causas da chamada Revolta da Cachaça que ocorrerá no Rio de Janeiro entre os anos de 1660-1. A respeito ver, Luciano Figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*, p. 18. O novo governador informou ao rei que não era possível aquela capitania arcar com aqueles gastos. Destarte, que mesmo com a criação da vintena e do subsídio do vinho, que duraria apenas um ano, era necessário o socorro financeiro para cobrir os gastos, já que se temia que os holandeses, em represaria ao que ocorria em Pernambuco, viessem a tentar uma investida contra o Rio de Janeiro. Sobre a questão dos impostos do vinho na Bahia, assim como no Rio de Janeiro, criado para ser temporário, mas que na prática acabou sendo constantemente renovado ver Wolfgang Lenk. Tese de doutorado. Cf. Wolfgang Lenk. *Guerra e pacto colonial*. Sobre o abastecimento do vinho e de seu monopólio por parte da Companhia Geral do Comércio e seus problemas fiscais para o Rio de Janeiro ver Luciano Figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*, p. 7 e ss e; Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”.

¹⁰²⁰ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”.

Francisco de Soutomaior chegou como Governador, enviado pelo Governador-geral, neste contexto de conflito aberto entre a localidade e a “cabeça do Brasil”. Assim, novamente a questão da destinação dos recursos provenientes dos impostos e das taxas extraordinárias reaparecia. A situação era tão delicada que o governador Soutomaior informava ao rei que quando tomou posse do governo, cumprindo com sua função de evitar distúrbios internos, preferiu não castigar de forma veemente os participantes da deposição/assassinato do ex-Governador, porque para a defesa da Capitania era necessária a ajuda da população, não só porque eles entregariam o dinheiro que havia sido confiscado, mas porque poderiam dar um empréstimo “voluntário” e, igualmente, renovar os impostos temporários; ou seja, financiar a montagem/manutenção do sistema defensivo. Evitando, dessa forma, uma intervenção mais brusca do Governador-geral, o que só pioraria a situação.¹⁰²¹ Vinha disposto, devido à necessidade, a negociar com as elites fluminenses. O que de fato ocorreu, como enfatizamos no capítulo dois. As negociações entre o Senado da Câmara, o governador da Capitania, o Governador-Geral e a Coroa possibilitaram renovar temporariamente a vintena. A Coroa abriu mão dos dízimos e a Bahia aceitou que se cancelassem o envio de recursos para lá, tudo isso para que se melhorasse a defesa da localidade. O acordo também passava pelo empréstimo que Soutomaior trouxe da Bahia para o Rio de Janeiro.

A questão da obtenção de recursos via doação “voluntária” ou imposto era importantíssima, como apontou Figueiredo quando analisou este mesmo problema para o ano de 1648, mas inserido dentro do mesmo contexto. Na oportunidade, se organizava a nova expedição para Angola. Salvador Benevides, então governador e preparando a dita empresa, devido à resistência da população fluminense a carta régia que havia sido encaminhada em outubro de 1647 para a Câmara do Rio de Janeiro, recomendando a criação de um novo tributo para a Armada, precisou negociar. O montante de recursos foi providenciado, mas não da forma como imaginava, ou seja, por meio de um tributo, e sim por meio de uma contribuição “voluntária”. Embora, naquele momento, se atingisse o objetivo, a questão era delicada por conta do futuro. Se o imposto fosse criado, seria duradouro, enquanto uma contribuição “voluntária”, seria apenas pontual, não obrigando a população a pagamentos regulares, já que:

Os colonos não se recusavam a contribuir recusavam sim que isso (sic) a receita fosse obtida por tributos, seja por temerem a interferência da fazenda real na cobrança e no controle, seja porque com eles não dispunham da garantia da sua

¹⁰²¹ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”.

suspensão.¹⁰²²

Embora, logo depois, a população tenha voltado atrás e negado a contribuição “voluntária”.¹⁰²³

Mas, retornemos ao ano de 1644, quando Francisco de Soutomaior aportou à praça do Rio de Janeiro para assumir seu comando. Naquele momento, a estabilidade não havia sido alcançada. O novo governador da Capitania aliou-se aos desafetos de Salvador Benevides, entre eles o Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, Domingos Correa. Motivando ao integrante do bando dos Sás, que se encontrava em Lisboa, a tomar algumas atitudes para mostrar quem realmente mandava naquela Capitania.¹⁰²⁴ Como vimos no capítulo dois, desde 1642, Domingos Correa fazia críticas a Benevides, por ter criado ofícios militares na Tropa Paga e por ter aumentado o soldo de alguns deles sem a autorização da Coroa, além de ter se apropriado de recursos da Capitania.

Benevides nomeou aqueles dois Capitães de Infantaria da Tropa Paga que conseguimos resgatar para juntamente com governador Francisco de Soutomaior, rumarem para Angola. Os dois militares, Antônio Correa e Francisco Munhos Correa, segundo Barros, eram amigos do Governador e recusaram a nomeação. Por isso, Benevides lhes deu ordem de prisão, o que acarretou na fuga desses personagens. As Companhias ficaram, portanto, sem Capitão. O que levou o governador Duarte Correa Vasqueanes a nomear outras pessoas para ocuparem os referidos ofícios.¹⁰²⁵

Francisco de Soutomaior, por ordens do Conselho Ultramarino de 1644, deveria conduzir uma das duas expedições lusa que partiriam para África com o intuito de Restaurar Angola.¹⁰²⁶ Tal fato o desagradava e a muitos soldados da guarnição. Segundo Boxer, “Salvador [Benevides] escolheu dois capitães locais, amigos de Soutomaior, para prestar serviço na força deste último e apressar o recrutamento; mas ambos alegaram dificuldades para seguir”. Soutomaior reclamava que os soldados que haviam sido disponibilizados por Benevides eram os piores e que não havia suprimentos para a empresa.¹⁰²⁷

¹⁰²² Luciano Figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*, p. 24.

¹⁰²³ Luciano Figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*, p. 24. A ideia também aparece em: João Fragoso. “Imperial (re)visions”, p. 75-112. A discussão em torno da contribuição “voluntária” ou imposto não foi percebida por Edval de Souza Barros. Cf. Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”.

¹⁰²⁴ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”.

¹⁰²⁵ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”.

¹⁰²⁶ A outra expedição sairia da Bahia.

¹⁰²⁷ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, p. 208.

Segundo Alencastro, a expedição constava de “cinco navios cedidos por negreiros fluminenses, trezentos soldados e algumas dezenas de índios”.¹⁰²⁸ O número de soldados era muito expressivo se comparado ao da própria capitania do Rio de Janeiro, que naquele ano era composta por duzentos e cinquenta/trezentos homens.¹⁰²⁹

Os números da expedição variam um pouco. Para Boxer foram cinco navios que levaram duzentos e sessenta homens. Todavia, segundo o mesmo autor, a questão deve ser vista pelas inimizades internas existentes na Capitania. Soutomaior e seus Capitães eram aliados do grupo que era desafeto dos Sás, por isso, a empresa não poderia ter corrido de forma harmoniosa. Soutomaior acabou morrendo naquele continente, em maio de 1646. A notícia chegou a Portugal no ano seguinte. A Coroa, juntamente com o Conselho Ultramarino, decidiu mandar ajuda para Angola, escolhendo para chefia-la Salvador Benevides.¹⁰³⁰

Mas, voltando aos Capitães de Infantaria, Francisco Munhos Correa e Antônio Correa, na fuga, contaram com a ajuda do Provedor da Fazenda, Domingos Correa.¹⁰³¹ Como represaria, o sogro de Francisco Munhos Correa e irmão do provedor da fazenda, Tomé Soares Pereira; sua esposa, Joana Soares;¹⁰³² e a filha de Antônio Correa, foram presos. No entanto, os dois Capitães de Infantaria acabaram retomando aos ofícios por ordem do monarca, que, inclusive, passou um salvo conduto para que caso estivessem ido com Soutomaior para Angola, pudessem retornar sem problemas. Acreditamos que os mesmos não se encontravam lá, já que a expedição de Soutomaior acabou fracassando e este, morto, não voltou a atravessar o Atlântico.¹⁰³³

Benevides tentou se redimir da nomeação, afirmando ao Conselho Ultramarino que a escolha dos dois militares havia sido feita em um colegiado, que contara com a participação do próprio Soutomaior e que se deveria penalizar os fugitivos porque não cumpriram com suas obrigações, mesmo recebendo soldos de 200\$000 rs. por ano sem

¹⁰²⁸ Luiz Felipe Alencastro. *O trato dos viventes*, p. 228. Interessante notar que os números são bastante expressivos, mesmo levando em consideração o fato de que haviam muitos gentios na empresa. Como já tivemos oportunidade de ver Salvador Benevides, em 1642, quando esteve a frente do governo da capitania afirmou que existiam 300 homens na infantaria. Já Duarte Correa Vasqueanes, falando de 1647, também como Governador da capitania afirmava que naquela praça existiam 380. O que se pode concluir que se este número de Alencastro estiver correto o mesmo número de soldados enviados para Angola correspondia ao que guardava a praça do Rio de Janeiro.

¹⁰²⁹ AHU, RJ, AV, D. 186. Lisboa, 5/6/1647 e; Vide Tabela 5.

¹⁰³⁰ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 207-209 e 234-5.

¹⁰³¹ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 253-4.

¹⁰³² Carlos Rheingantz. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*. p. 640.

¹⁰³³ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”.

nunca terem trabalhado.¹⁰³⁴ Embora, como sublinhou Barros, na sua carta ao Conselho não tenha explicitado a posição de Soutomaior. Acusações contra ele persistiam por parte de Benevides, que afirmou que aquele havia nomeado como Capitão seus criados.¹⁰³⁵ Mas, apesar das fortes queixas, Benevides havia perdido essa batalha.¹⁰³⁶

Esse grupo no qual estes Capitães de Infantaria participavam juntamente com Domingos Correa era muito poderoso, não só por controlar parte da “poupança social”, já que naquele momento, como Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, era um dos oficiais que atuaria na devassa que seria feita no período em que Salvador Benevides estivera à frente do governo da Capitania (1637-43), quando foi substituído por Luís Barbalho Bezerra. Domingos Correa acabou, por influência de Salvador Benevides, sendo desterrado para o Espírito Santo, depois ficou um tempo ainda na prisão no Rio de Janeiro e de lá partiu para Lisboa, quando apresentou a sua defesa, em 1648.¹⁰³⁷

De modo que os Capitães de Infantaria da Tropa Paga eram importantes para a *governança* da terra, mesmo que indiretamente. Por isso, os governadores procuravam ter um controle a respeito de suas nomeações, não apenas por meio das serventias, mas também pelas patentes reais ou até mesmo tentando impedir que estas fossem efetivadas. Além disso, também eram fundamentais porque estes oficiais pertenciam a grupos importantes que tinham influência na administração da “poupança social”.

4.1.2.3. Relação com outros ofícios ligados a “poupança social”

Como vimos no caso acima, a ligação destes Oficiais Inferiores da Tropa Paga com outros ofícios era fundamental na capitania do Rio de Janeiro. Mas, os Capitães de Infantaria Antônio Correa (c.1644-c.62) e Francisco Munhos Correa (1641-93) não

¹⁰³⁴ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 252. A quantia era altíssima se comparada ao soldo do capitão de infantaria de 40 cruzados, ou seja, 16\$000 rs. De modo que 200\$000 rs. correspondiam a 500 cruzados, mais de 10 vezes o soldo mensal.

¹⁰³⁵ O que nos parece não ser verdade, pelo menos para o caso de Antônio Correa, que como vimos chegou ao Rio de Janeiro, antes de Soutomaior, no período em que a capitania era governada por Luís Barbalho Bezerra. De modo que Antônio Correa deveria conhecer Soutomaior da Bahia e se reencontraram no Rio de Janeiro. Embora, a prática de nomear criados devesse ser rotineira, afinal o Regimento das Fronteiras criado em 1645, um ano depois da montagem da expedição em tela, destacava que nenhum oficial poderia nomear seus criados como soldado. Assim, a ação ainda não era ilegal, mas não era bem vista, pelo menos aos olhos da Coroa. Por outro lado, a prática de nomear membros de suas redes clientelares ocorria com bastante frequência, e, se não era incentivada pela Coroa era tolerada devido a grande dificuldade em nomear homens para as tropas. Cf. Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p. 628 e 643. A ideia também aparece em Fernando Doris Costa. “Milícia e sociedade” In Antônio Manuel Hespanha (Coord.). *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 2, p. 68 e ss.

¹⁰³⁶ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”.

¹⁰³⁷ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 253-4.

foram os únicos a ter relações próximas com pessoas que tinham ofícios relacionados à “poupança social”. Dois Capitães de Infantaria ligados a Benevides tiveram. Um dos quais era Manuel da Costa Muniz (1641/44-52), que, em 1663, tornou-se Provedor dos Defuntos e Ausentes da capitania do Rio de Janeiro.¹⁰³⁸

O segundo, o que nos interessa mais de perto agora, fora o Capitão de Infantaria Pedro de Sousa Brito (1647-48). Este, como vimos, juntamente com outros dois Capitães de Infantaria, fora afastado do ofício por ter se recusado a ir com Benevides para Angola, em 1648. Ativou sua rede clientelar e o monarca ordenou que fosse restituído àquela Companhia, o que não ocorreu. O mesmo só voltaria a ocupar outro ofício militar em 1658, quando assumiria a Capitania de Cabo Frio.¹⁰³⁹ Mas, o que devemos destacar aqui é que apesar de Benevides afirmar que Pedro de Souza Brito tinha família e de ser natural do Rio de Janeiro, não o encontramos na genealogia de Rheingantz.¹⁰⁴⁰ Entretanto, sabemos que seu avô João Pereira de Souza Botafogo fora capitão-mor de São Vicente no final do século XVI e fora fundador da família Pereira de Souza. Este participou da fundação do Rio de Janeiro, e também fora enviado para Cabo Frio como capitão de canoas de guerra para combater os franceses aliados dos tamoios, quando da invasão francesa em meados do século XVI.¹⁰⁴¹

O genro de João Pereira de Souza Botafogo, Baltazar da Costa, fora um dos primeiros escrivães da fazenda, segundo Frago. O ofício, que teria se transformado em propriedade de família, junto com outros, era fundamental já que ajudava a gerir o que o autor chamou de “poupança social”. O que ajudou aos Pereira de Souza formarem mais três famílias senhoriais.¹⁰⁴² A família Pereira de Souza era aliada de outras famílias importantes, como os Azeredo Coutinho e Mariz.¹⁰⁴³ Esta última, por sua vez também participava da “administração” da “poupança social” por meio do ofício de Provedor da Fazenda Real que, entre outras coisas, supervisionava a arrecadação dos dízimos reais e da alfândega. Antônio de Mariz, o patriarca da família, se casaria com Isabel e fora Provedor da Fazenda Real da capitania do Rio de Janeiro. De seus filhos(as) e de seus

¹⁰³⁸ “Provedor dos defuntos e ausentes”. In Graça Salgado. *Fiscais e Meirinhos*, p. 196-199. João Frago. “A Nobreza da República”, p. 81.

¹⁰³⁹ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 2, p. 198; AN. Cód. 61, Vol. 3, p. 432v. 12/6/1659 e; AHU, RJ, CA, D. 975-976. Rio de Janeiro. 23/1/1664.

¹⁰⁴⁰ Carlos Rheingantz. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*.

¹⁰⁴¹ Elysio Belchior. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*, p. 90 e.; 17/2/1652 — IHGB - Arq. 1.2.14 “Carta patente del rei fazendo mercê a Pedro de Souza de Brito, natural do Rio de Janeiro, filho de João de Souza Pereira, atuou com o soldo na fortaleza de São João (1/8/1624 até 8/1628) depois atuou na ordenança como alferes” 17/2/1652.

¹⁰⁴² João Frago. “A Nobreza da República”, p. 61.

¹⁰⁴³ João Frago. “Fidalgos e parentes de pretos”, p. 55.

genros/noras, sairiam dez famílias senhoriais e dezoito senhores de engenho até o final do século XVII.¹⁰⁴⁴ O que nos mostra a importância da família para a sociedade fluminense.

O posto de Provedor da Fazenda era importantíssimo não apenas pelo salário, que chegava a 80\$000 rs. por ano. Com as propinas e os emolumentos que tinha direito alcançavam cifras que giravam em torno de 800\$000 rs. por ano.¹⁰⁴⁵ Se lembrarmos de que a década de 1640 fora de crise econômica na Capitania, o ofício torna-se ainda mais relevante. Os ofícios de Provedor da Fazenda e de Capitão de Infantaria da Tropa Paga estavam intimamente ligados, posto que o primeiro assegurava o comércio e o segundo a defesa militar, sem o qual aquela atividade não poderia ser feita.¹⁰⁴⁶ Mas os próprios militares também exerciam a atividade mercantil.¹⁰⁴⁷

A família Mariz também controlaria, até 1644, outro espaço importante para gerir a “poupança social”, o Juizado de Órfãos. Tal ofício depois passaria a família Telles de Menezes. Os Mariz estabeleceram aliança política, via casamento, com a família de Benevides.¹⁰⁴⁸ Já no século XVII, a família Mariz ampliou suas alianças com a família de outro conquistador Homem da Costa. Entre 1601 e 1650, 31% dos camaristas que tinham origem nos conquistadores eram daquelas duas famílias.¹⁰⁴⁹

4.1.2.4. A relação dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga com o Senado da Câmara do Rio de Janeiro

Mas, sem dúvida, o principal espaço da *governança* da terra era o Senado da Câmara. Além de seus oficiais e dos vereadores era comum outras autoridades municipais participarem de algumas assembleias que ocorriam ali e que tinham por finalidade abordar assuntos ligados ao cotidiano da Capitania, entre os quais a arrecadação de recursos para a manutenção de sua defesa. Nelas os Capitães de Infantaria da Tropa Paga tinham participação indireta, como, por exemplo, em 1642, quando da nomeação de Salvador Benevides para governador da Repartição Sul. Na documentação que relata a cerimônia de posse são citadas algumas autoridades, a saber: “o Ouvidor-geral, Provedor da Fazenda de Sua Majestade, Sargento-mor, Capitães de

¹⁰⁴⁴ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 61.

¹⁰⁴⁵ João Fragoso. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial”, p. 45.

¹⁰⁴⁶ João Fragoso. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial”, p. 47-48.

¹⁰⁴⁷ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 55.

¹⁰⁴⁸ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 61 e 62-63.

¹⁰⁴⁹ João Fragoso. “Fidalgos e parentes de pretos”, p. 55.

milícias [Ordenanças] e de Infantaria [Tropa Paga] desta dita cidade”.¹⁰⁵⁰ Contudo, não aparecem as assinaturas dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga, com exceção de André Dias Medonho (16?-48), que talvez representasse os seus colegas, já que era o mais antigo da praça.¹⁰⁵¹

Ao contrário do que ocorria com os Capitães de Infantaria das Ordenanças, cuja participação na *governança* era direta, como ocorreu, por exemplo, em 10 de janeiro de 1645, quando se discutiu se a eleição do Ouvidor-geral seria anulada ou não, os Capitães de Infantaria da Tropa Paga participavam indiretamente da *governança* da terra. Naquele instante, além dos vereadores, estavam presentes alguns oficiais das Ordenanças como o “capitão João Gomes Sardinha, o capitão Frutuoso Pinheiro de Lemos e o capitão Aleixo Manuel e o capitão Sebastião Correa de Faria e o capitão Jorge Ferreira de Bulhão (...)”.¹⁰⁵²

Mas, mesmo quando o assunto tocava mais diretamente as questões castrenses, os Capitães de Infantaria da Tropa Paga não tinham participação direta, ao contrário de seus pares das Ordenanças. De modo que, em janeiro de 1644, devido ao falecimento do governador Luís Barbalho Bezerra, tornou-se necessário nomear, de forma emergencial, um novo Capitão-mor para a Capitania, Duarte Correa Vasqueanes. Nessa ocasião, também não foram chamados ao debate, enquanto os Capitães de Infantaria da Tropa das Ordenanças sim. Como vimos no capítulo anterior, o Sargento-mor da Tropa Paga Simão Dias Salgado (c.1641-45) se opôs ao fato, uma vez que almejava o ofício de Governador/Capitão-mor. Assim, no que pese ter ficado a capitania “sem cabeça que a governasse assim no político como na **guerra**”, os Capitães de Infantaria da Tropa Paga não participaram da assembleia, ou ao menos, não como oficiais militares. A reunião contou com uma “quantidade de cidadãos e foi a maior parte dos que ao presente se acharam nesta cidade”, portanto quase todos os senhores de engenho ou plantadores de cana-de-açúcar devem ter estado presentes e naturalmente defenderam seus interesses.¹⁰⁵³ De modo que, se aqueles oficiais castrenses não participaram diretamente, devido ao fato de serem em sua maioria “homens coloniais” ligados àqueles “cidadãos”, o fizeram indiretamente, por pertencerem às famílias das elites da Capitania, como já sublinhamos.

¹⁰⁵⁰ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 57-58.

¹⁰⁵¹ AN. Cód. 61, Vol.1, p. 253v e 288v. 01/10/1648.

¹⁰⁵² PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 87.

¹⁰⁵³ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 82. Grifos nossos.

* MANUTENÇÃO DAS TROPAS PAGAS (ALIMENTOS E ARMAS)

Os Capitães de Infantaria da Tropa Paga não eram chamados a participar diretamente nem quando o assunto tocava as suas Companhias e o seu uso na defesa da Capitania. Fora o que ocorreu, em 1646, quando a notícia de que havia desembarcado reforços holandeses em Pernambuco chegava a Câmara do Rio de Janeiro.¹⁰⁵⁴ O mesmo aconteceu, naquele mesmo ano, quando se debateu a falta de armas.¹⁰⁵⁵

Mas, o melhor exemplo, é sem dúvida, a falta de alimentos para a Tropa Paga, naquele ano de 1646, o governador Duarte Correa Vasqueanes reuniu no Convento do Carmo uma junta composta por várias autoridades da *República*, dentre as quais destacamos o Ouvidor-geral, oficiais da Câmara (juízes e vereadores), Provedor da Fazenda Real, Capitães de Infantaria da Tropa Paga, Capitães das Fortalezas, Capitães de Infantaria das Ordenanças, senhores de engenho e lavradores para discutir a falta de mantimentos nas fortalezas, em especial, a farinha de guerra, o que acarretava a fuga de seus soldados. Na oportunidade, se elegeu uma comissão composta somente de Capitães de Infantaria das Ordenanças, que juntamente com o Ouvidor-geral e os oficiais da Câmara foram a esta instituição pedindo que se autorizasse o envio de parte do que havia sido arrecadado com a vintena para a compra de farinha de guerra no recôncavo baiano. O alimento seria distribuído tanto aos soldados das ditas fortalezas quanto para os “índios e negros e trabalhadores que servem nas fortificações desta praça”.¹⁰⁵⁶ Para que no futuro não fosse necessário novamente comprar tal produto, também se decidiu que se obrigassem a

(...) todas as pessoas que tivessem plantas de cana e não tivessem seis peças [escravos] para cima não lavrassem cana e plantassem mandioca e os senhores de engenho também plantassem mandioca para o sustento do seu engenho e gente dele. E os lavradores de cana de seis peças para cima que também plantassem mandioca para seu sustento.¹⁰⁵⁷

Embora o debate tenha sido iniciado numa consulta mais ampla a todas as autoridades da Capitania, acabou sendo acordada e fechada na Câmara sem a presença direta dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga. Até ai tudo bem, afinal a responsabilidade da manutenção do aparato defensivo havia sido passada a Câmara, como vimos no capítulo dois.¹⁰⁵⁸ Mas algumas coisas nos parecem estranhas!

¹⁰⁵⁴ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 124.

¹⁰⁵⁵ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 111.

¹⁰⁵⁶ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 109.

¹⁰⁵⁷ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 109.

¹⁰⁵⁸ O que também mostra Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 289.

A falta de mantimentos fora relatada apenas para as Tropas Pagas estacionadas nas fortalezas e para os seus trabalhadores (“índios, negros e trabalhadores”), não para as Tropas Pagas das demais Companhias de Infantaria. Será que neste corpo militar os soldados recebiam sua ração sem maiores problemas? Se sim, quem fornecia? E como?

Como vimos no capítulo 2, o panorama pintado pelo governador Francisco de Soutomaior (1644-45) ao Conselho Ultramarino, em 1645, não era o que fora relatado pela Câmara. Nele dizia que as condições de defesa eram precárias e os soldados eram velhos e inúteis. Não cita diretamente a ausência de farinha de guerra para os duzentos e oitenta soldados da Tropa Paga que, segundo o mesmo, estavam distribuídos pelas seis Companhias de Infantaria, mas havia ainda oitenta na fortaleza de Santa Cruz e quarenta na de São João.¹⁰⁵⁹ Portanto, as Companhias de Infantaria da Tropa Paga necessitavam de um quantitativo muito maior de farinha de guerra do que as Tropas Pagas daquelas duas fortalezas.

Como se sabe o Regimento das Fronteiras (1645) determinava que nas mostras o Capitão registraria os soldados que estavam em sua Companhia, pagaria seus soldos, lhe daria a quantidade de ração entre outras coisas.¹⁰⁶⁰ Portanto, o Capitão de Infantaria gerenciava uma parte importante de recursos. O fato fora notado, por exemplo, em 1651, pelo então recém-nomeado governador, D. Luís de Almeida (1652-57), ainda em Portugal, ao escrever uma carta para o monarca. Nela destacava que quando ocupara aquele governo (1648-49) não havia cadernos onde se anotasse tais informações.¹⁰⁶¹ O que motivou Barros a afirmar que no Rio de Janeiro “a malversação dos recursos destinados à defesa interessava igualmente a membros da elite local, tornando bastante opaca a relação entre encargos militares, pressão fiscal e as queixas das câmaras”.¹⁰⁶² O que se pode conjecturar aqui é: de quem estes Capitães de Infantaria compravam a farinha de guerra? Acreditamos que de seus parentes/aliados, afinal, como Fragozo mostrou a produção de alimentos fora fundamental para “o acúmulo de riquezas para a constituição da economia de *plantation*”.¹⁰⁶³ Portanto, ser Capitão de Infantaria da Tropa

¹⁰⁵⁹ AHU, RJ, AV, D. 135, Rio de Janeiro, 18/1/1645.

¹⁰⁶⁰ “Capítulos 29 a 38 e 64 a 66 do Regimento das Fronteiras”. In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil.*, p. 638-40 e 648-49.

¹⁰⁶¹ AHU, RJ, AVULSOS, D. 208, Lisboa, 20/6/1651.

¹⁰⁶² Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 289. Citação p. 289. Ao que parece o problema não era exclusivo da Capitania do Rio de Janeiro, mas também da “cabeça” do Estado do Brasil, a Capitania da Bahia, como mostrou Puntoni. Para o autor, naquela localidade havia falta de alimentos (farinha de guerra) para a Tropa Paga estacionada naquela praça e o pagamento dos soldados nas mostras também era fraudado. Todavia, acreditamos que as demais capitânicas também passavam por problemas similares. Cf. Pedro Puntoni. *O Estado do Brasil*. São Paulo: Ed. Alameda, 2013, p. 157 e ss.

¹⁰⁶³ João Fragozo. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro”, p. 41. Grifos no original.

Paga também permitiria a acumulação de capitais. Afinal de contas, como aquele autor afirmou, em 1664, a maioria da Câmara era formada por famílias que tinham passado pelos “postos de ministros e de capitães da infantaria paga, desde os primeiros tempos coloniais”.¹⁰⁶⁴

De maneira que se pode entender as diferentes posições entre o Senado da Câmara (elites fluminenses) e o governador Francisco de Soutomaior. Não era interessante, por parte destes Capitães de Infantaria da Tropa Paga, a quem cabia gerenciar e manter os seus soldados, mostrar a sua “incompetência” para a Coroa neste aspecto, por isso não tocavam no assunto de falta de farinha em suas Companhias.

É certo que existia a ideia de que os oficiais da Tropa Paga deveriam ter sua atenção voltada somente para a sua função castrense, ao contrário de seus pares das Ordenanças.¹⁰⁶⁵ Portanto, lhe seria vedado à participação direta na *governança* da terra. É o que fica claro na justificativa dada por Clemente Nogueira, capitão da fortaleza de Santa Cruz, um dos ofícios da Tropa Paga. Este fora eleito vereador, em 1646. Todavia, pedia para deixar o posto por que

(...) estava para acudir a muitas obras de que necessitava a dita fortaleza a que era forçoso assistir pessoalmente e demais de que estando o inimigo tão vizinho e com a guerra viva em Pernambuco se pode presumir intente vir a esta praça, pelo que convinha a prevenção da dita fortaleza por cujo respeito **ficava impossibilitado para acudir e servir o cargo de vereador no qual seria forçoso que fara muitas faltas** e vinham a ser em grande prejuízo do serviço de Vossa Majestade.¹⁰⁶⁶

Como destacado no capítulo 2, o mesmo já havia sido notado um ano antes, em 1645, pelo governador Francisco de Soutomaior, que ao escrever para o Conselho Ultramarino afirmou que os Capitães de Fortalezas eram “desleixados” já que abandonavam seus ofícios para cuidarem de suas fazendas.¹⁰⁶⁷ Com toda a certeza preocupação semelhante também deveria ocorrer com os Capitães de Infantaria.

No que pese que os Capitães de Infantaria da Tropa Paga deveriam se dedicar a atividade castrense, muitos também tinham outras atividades, ligadas à agricultura. Se olharmos com atenção a Tabela 20, perceberemos que doze (75%) dos dezesseis (100%) Capitães de Infantaria da Tropa Paga eram “homens coloniais”. De modo que nada mais natural que tivessem algum tipo de relacionamento com as elites da capitania que

¹⁰⁶⁴ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 92.

¹⁰⁶⁵ Isto não quer dizer que fossem militares profissionais na concepção que damos hoje em dia, com atuação restrita àquele mundo. Sobre o tema ver Geoffrey Parker. *O soldado*.

¹⁰⁶⁶ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p.. 105 e 106. Grifou-se.

¹⁰⁶⁷ AHU, RJ, AVULSOS, D. 135, Rio de Janeiro, 18/1/1645.

praticavam aquela atividade. Destes doze, sete eram aliados de Benevides enquanto cinco eram do grupo de Jerônimo/Agostinho Bezerra.

Ao cruzar as Tabelas 23 e a 29 para montarmos a Tabela 30, podemos perceber que dez daqueles doze Capitães de Infantaria que eram “homens coloniais”, que a princípio deveriam se concentrar na sua faceta militar, em algum momento de suas vidas, possuíam ligações concretas com a atividade agrícola. De modo que, mais uma vez, por via indireta, já que os produtores agrícolas participavam da *governança* da terra, estes militares participavam daquele processo. Seis (50%) dos Capitães de Infantaria que eram “homens coloniais” estavam ligados à produção de açúcar, em algum instante de suas trajetórias, na qual se incluíam fundadores de “família senhorial simples” ou “extensa senhorial”; 1º proprietário de engenho da família; ou filho/sogro de senhor de engenho e; dono de partido de cana-de-açúcar; sendo três ligados a Benevides e os outros três à Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra. O grupo de Benevides, igualmente contava com mais dois Capitães de Infantaria que tinham ligações familiares indiretas com a produção de açúcar, totalizando cinco militares. Restavam ainda, neste grupo, mais dois proprietários de roças e terras. Portanto, todos os sete Capitães de Infantaria deste grupo tinham alguma relação com a propriedade fundiária/produção agrícola. Já o grupo de Jerônimo/Agostinho Bezerra apresentava apenas aqueles três Capitães de Infantaria ligados a mesma atividade. O que nos permite afirmar que os Capitães de Infantaria da Tropa Paga ligados a Benevides eram mais bem inseridos na economia da Capitania.

A ligação destes Capitães de Infantaria, responsáveis por comprar farinha de guerra para seus soldados, lhes era fundamental. Apesar da proibição do Regimento das Fronteiras de que pagamento dos soldados fosse feito em produtos,¹⁰⁶⁸ ao que parece o pagamento era assim realizado, como o próprio Governador-geral reconhecia em 1647, ao escrever para o Governador. Dizia aquele que o pagamento continuava a ser feito “em açúcar como valer a dinheiro (...) visto não haver dinheiro na terra”.¹⁰⁶⁹ O fato era importantíssimo, posto que garantia para o açúcar produzido por estes personagens e seus aliados um mercado para seu produto, o que permitia, por outro lado, ficar menos dependente da venda para o mercado externo, em especial para as frotas do açúcar e/ou outras esferas monopolistas. De maneira que deve-se “ultrapassar a tese da sociedade da

¹⁰⁶⁸ “Capítulo 73 do Regimento das Fronteiras”. In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p. 639 a 650.

¹⁰⁶⁹ “Registro da folha geral que veio da Bahia”. In Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ) - Códice 61– Provedoria da Fazenda Real da Capitania do Rio de Janeiro (Cód. 61), Vol. 1, p. 317v.

América lusa como um simples canal escravista submetido aos humores de um *suposto capitalismo comercial* e de um *Estado Absolutista*” e passar a compreender a relação entre periferia e centro dentro de uma ótica corporativista e polisínodal, na qual o papel da república é fulcral.¹⁰⁷⁰

Tal característica nos aponta para a necessidade de estudar os ramos secundários destas famílias senhoriais e o grau de especialização de cada um deles. O que torna cada vez mais complexa as estruturas que essas famílias montaram para se perpetuar no tempo e, acima de tudo, no topo da sociedade fluminense nos *seiscentos*.

Visto a maneira como os Capitães de Infantaria da Tropa Paga no Rio de Janeiro se relacionavam indiretamente com a *governança* da terra, nos resta analisar o último tópico, para que possamos conseguir desenhar a sua lógica social, a quantidade de anos em que permaneceram exercendo o ofício. Vejamos.

4.1.3. Quantidade de anos

Para mostrarmos que um dos objetivos dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro era estabelecer ligações mais duradouras e consistentes com aquela Capitania, temos que observar o período em que permaneceram no referido ofício. Embora, isto não signifique dizer que alguém que tenha permanecido pouco tempo não tenha se estabelecido na localidade. A “Quantidade de anos” deve ser analisada conjuntamente com outros ofícios que por ventura o personagem tenha obtido. Assim, por exemplo, embora o Capitão de Infantaria Ascenço Gonçalves Matoso (1647-52) tenha ficado por volta de cinco anos no ofício, isto não significa dizer que não tivesse interesse em se instalar no Rio de Janeiro. Se continuarmos analisando a sua trajetória, como faremos mais a frente, veremos que aproximadamente oito anos depois de ter abandonado o ofício ele seria nomeado para a Capitania da Fortaleza de São João (1660-69).¹⁰⁷¹ Nesse interim deve ter se dedicado a alguma atividade ligada ao engenho de seu pai, Luís de Freitas Matoso, que também fora Capitão de Infantaria da Tropa Paga no Rio de Janeiro.

Em nenhuma das Patentes Reais passadas aos Capitães de Infantaria da Tropa Paga recuperadas constam o tempo em que o agente deveria permanecer no ofício. Quando o monarca, por exemplo, nomeou o Capitão de Infantaria Jorge Pereira (1644-

¹⁰⁷⁰ João Fragoso. *Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio*. In *História* (São Paulo. Online), v. 31, p. 110, jul/dez de 2012. Grifos no original.

¹⁰⁷¹ Luiz Guilherme S. Moreira *Navegar, lutar, pedir e... receber*, p. 52.

52), se repetiu o padrão que fora utilizado para o ofício de Sargento-mor. De modo que àquele militar deveria servir “enquanto eu [monarca] o houver por bem e não mandar o contrário”.¹⁰⁷² Igualmente, a mesma redação apareceu na escolha do Capitão de Infantaria Gaspar Rodrigues (1646-58), “onde se lhe ordenar enquanto eu o houver por bem e não mandar o contrário”.¹⁰⁷³

Como não havia um período pré-estipulado, assim como ocorria com o Sargento-mor, a qualquer momento o monarca tinha a prerrogativa de retirar o oficial. Se, para o caso de Sargento-mor encontramos duas nomeações que estipulavam o tempo, para Capitão de Infantaria nenhuma nomeação fora achada. Fato que nos mostra que a Coroa, assim como para o ofício de Sargento-mor, usava a permanência no ofício como moeda de troca para cristalizar a lealdade à nova dinastia, já que era um *locus* fundamental para a *governança* da terra, mesmo que indiretamente, como enfatizamos. Todavia, também entendia que o agente permaneceria durante muito tempo naquele local. O que fica patente com a quantidade de anos em que aqueles militares exerceram o ofício.

Na década de 1640, existiram dezesseis (100%) Capitães de Infantaria. Todavia, em apenas quatorze (75%) conseguimos, com certa precisão, recuperar o tempo em que exerceram o ofício que, em média, chegou há quatorze anos. Destes quatorze, oito estavam ligados ao grupo de Benevides; três ligados a seus adversários; e outros três não conseguimos ligá-los a nenhum grupo. Portanto, não há como analisar separadamente, os militares ligados a Benevides e aos seus adversários, por conta do elevado número de personagens ligados àquele personagem, o que distorceria os percentuais. De maneira que optamos por juntar estes militares em dois grupos, os aliados dos Sás e os demais.¹⁰⁷⁴

Doze desses quatorze Capitães de Infantaria permaneceram por três ou mais anos ocupando aquele *locus*. Mas, o número encontra-se distorcido, por conta das duas tentativas de restaurar Angola (1645 e 1648).¹⁰⁷⁵ Como vimos, a montagem das duas expedições provocou um rearranjo nas Companhias de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro, que tocaram os dois casos que não ultrapassaram mais de três anos no ofício, a saber: o Capitão de Infantaria André Cardoso Pinto (1647-48), que havia às suas custas acabado de montar uma Companhia de Infantaria, e o Capitão de Infantaria Pedro

¹⁰⁷² AN. Cód. 61. Vol. 1, p. 329v. 12/6/1645.

¹⁰⁷³ AN. Cód. 61. Vol. 1, p. 119. 20/7/1646.

¹⁰⁷⁴ Vide Tabela 31.

¹⁰⁷⁵ Vide Tabela 31.

de Souza Brito (1647-48). Ambos, por terem se recusado a ir para Angola (1648), foram afastados arbitrariamente, por Salvador Benevides, de seus postos. Tentaram reavê-los, pelos meandros da burocracia. O Capitão de Infantaria Pedro de Souza Brito imediatamente se deslocou para o reino e o monarca mandou que fosse reempossado, o que ocorreu em 1653, ano não contemplado pelo recorte de nossa pesquisa.¹⁰⁷⁶ Já o Capitão de Infantaria André Cardoso Pinto também teve parecer similar, mas nunca conseguiu reaver a sua Companhia.¹⁰⁷⁷ Com toda a certeza, ficariam períodos maiores de tempo no ofício. Assim, podemos afirmar que a quantidade de anos em que os Capitães de Infantaria da Tropa Paga permaneceram no ofício era muito elevada, se comparada aos seus colegas que eram Sargento-mor. Os números são ainda mais impressionantes quando percebemos que sete deles ficaram mais de dez anos no ofício.¹⁰⁷⁸

Mesmo quando levamos em consideração o alinhamento que estes tiveram com a família Sá, os anos ainda são bastante significativos, existindo pouquíssima diferença entre os que se relacionaram com aquela família e os que não se relacionaram e; entre os que se relacionaram e todos os Capitães de Infantaria. Oito dos quatorze Capitães de Infantaria, dos quais conseguimos recuperar o tempo que permaneceram no ofício, foram aliados a Benevides, o que deu uma média de permanência de doze anos.¹⁰⁷⁹ Portanto, dois anos a menos que todos os demais Capitães de Infantaria, que girava em torno de quatorze. Mas, cabe lembrar que o número está distorcido por conta dos dois casos descritos acima, dos Capitães de infantaria André Cardoso Pinto (1647-48) e Pedro de Souza Brito (1647-48), que permaneceram apenas um ano naquele *locus*, e que eram ligados àquela família. Não os computando, teríamos uma média de dezesseis anos para os Capitães de Infantaria aliados aos Sás, que também é o quantitativo para o grupo que não se alinhara aos Sás.¹⁰⁸⁰

Quando os Capitães de Infantaria que eram “homens coloniais” conseguiam vencer os momentos ainda mais críticos como em 1648 e 1652, quando era necessária a reorganização das Tropas Pagas, a “deixação” do ofício só ocorria quando não tinham mais condições de servirem, quando faleciam ou ficavam com idade avançada. No primeiro caso se enquadraram os Capitães de Infantaria Antônio Correa (c. 1644- c. 62),

¹⁰⁷⁶ BN. *Documentos Históricos*. Vol. 32, p. 79. 1653.

¹⁰⁷⁷ AN. Cód. 61. Vol. 1, p. 316v. 4/11/1648 e; AHU, RJ, CA, D. 845. Lisboa, 24/1/1661.

¹⁰⁷⁸ Vide Tabela 31.

¹⁰⁷⁹ Vide Tabela 32.

¹⁰⁸⁰ Vide Tabela 33.

aliado de Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra,¹⁰⁸¹ e Garcia da Gama (1651-73), aliado de Benevides.¹⁰⁸² A questão física, portanto, tocava a todos os grupos das elites fluminenses.

O envelhecimento destes Capitães de Infantaria também era um problema, já que poderiam comprometer a sua saúde e conseqüentemente a sua atuação. Justificando, independente da rede clientelar a qual estavam inseridos, a sua reforma. Fora o que ocorreu com os Capitães de Infantaria Francisco Munhos Correa (1641-93), aliado de Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra, e Alexandre de Castro (1645-93), ligado a Benevides. Ambos foram acusados pelo governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, em 1693, de não poderem “fazer a obrigação, que lhes toca por seus postos pela sua muita idade, que os têm em estado que nem a assistência das guardas podem fazer, e menos acudir ao que se oferecer” e que, portanto, o Monarca deveria “mandar reformar estes capitães (...), porque não seria justo enquanto vivessem, se lhes faltasse com elas, e prover estas companhias em sujeitos capazes de fazerem o serviço de Vossa Alteza”. O que fora aceito pelo Conselho Ultramarino e pelo próprio Monarca.¹⁰⁸³ A acusação não era de toda infundada. Afinal de contas, só como Capitães de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro tinham aproximadamente cinquenta anos de serviços. Realmente estavam em idade avançada. Segundo Rheingantz, o Capitão de Infantaria Francisco Munhos Correa havia nascido por volta de 1608, enquanto o Capitão de Infantaria Alexandre de Castro por volta de 1609. De maneira que em 1693, quando do pedido de suas reformas, beiravam os seus oitenta e cinco anos. O Capitão de Infantaria Alexandre de Castro falecera em 1700.¹⁰⁸⁴ De modo que quando se conseguia romper os momentos mais críticos, como em 1648 e 1652, a questão da saúde para exercer o ofício tocava a todos, independente de suas redes clientelares.

Já para os Capitães de Infantaria que eram “homens ultramarinos” a “deixação” do ofício ocorria por pedido dos próprios militares, seja para continuar a circular pelo universo luso prestando serviços à Coroa, como foi o caso de Gaspar Rodrigues (1646-58) e de Antônio Garcez e Gralha (1648-51), para o qual receberam autorização

¹⁰⁸¹ AHU, RJ, CA, D. 276-7, Lisboa, 31/1/1644 e 6/9/1644; Cód. 61. Vol. 3, p. 579v. 22/4/1662.

¹⁰⁸² AHU, RJ, AV, D. 419. [ant. 1/03/1678]; AHU, RJ, CA, D. 1319. Lisboa, 12/5/1678 e; AHU, RJ, CA, D. 1352. Lisboa, 6/9/1678. AHU, CONSULTAS MISTAS, Cód. 17, p. 280-282. 06/09/1678.

¹⁰⁸³ IHGB. Arq. 1.1.22 – Rio de Janeiro – “Sobre o que escreve o governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves acerca da incapacidade de com que se acham os três capitães de infantaria, pelos muitos achaques que padecem. 5 de fevereiro de 1693”. Conselho Ultramarino, Vol. 22 pg. 107v; AHU, RJ, CA, D. 1793-1795. Lisboa, 5/02/1692.

¹⁰⁸⁴ Carlos Rheingantz. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*.

régia;¹⁰⁸⁵ ou para mudar radicalmente de vida, como Tomas da Silva (1649-55?), que abraçou a vida religiosa e tornou-se um jesuíta em Portugal.¹⁰⁸⁶ Destes personagens não encontramos mais notícias de nenhuma sorte.

Dentre os Capitães de Infantaria que eram “homens ultramarinos”¹⁰⁸⁷ a média de anos de permanência no ofício também era expressiva, algo em torno de sete anos.¹⁰⁸⁸ Sobretudo, se lembrarmos de que os Sargentos-mores, analisados no capítulo anterior, ocuparam o ofício por um período de três/quatro anos.

Portanto, ao contrário dos Sargentos-mores, os Capitães de Infantaria permaneceram durante muito tempo no ofício, mesmo os que eram “homens ultramarinos”, e não estavam de passagem, em média o ocuparam por aproximadamente quatorze anos.¹⁰⁸⁹ Queriam construir, se é que já não tinham, relações mais duradouras com a sociedade fluminense, já que em sua maioria (75%) eram típicos “homens coloniais”. De modo que durante essa longa permanência no ofício, as relações estabelecidas entre eles e a capitania eram muito mais profundas, densas e consistentes. Ligações sociais completamente diferentes das do Sargento-mor.

Mostrada a sua lógica social e a maneira pela qual se relacionaram com a Capitania do Rio de Janeiro e suas elites, nos resta agora, para completar o quadro que nos propomos a realizar, analisar o padrão de circulação destes agentes no universo luso, o que faremos no próximo item.

4.2. O Capitão de Infantaria da Tropa Paga e o universo luso.

Ao reconstruirmos a lógica social e a participação na *governança* da terra para o Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro, se comparado ao ofício de Sargento-mor daquele *corpus*, se evidenciou a sua peculiaridade, sobretudo a sua ligação com aquela Capitania, entre outras coisas, em razão dos Capitães de Infantaria terem permanecido muitos anos no referido ofício. Em decorrência, os laços sociais ali tecidos entre os Capitães de Infantaria da Tropa Paga e as elites fluminenses foram mais intensos e duradouros. Todavia, ainda precisamos definir melhor o perfil destes Capitães de Infantaria. Por isso, temos que perceber como esses militares se inseriram no mundo luso e não apenas naquela Capitania. Logo, torna-se vital entender

¹⁰⁸⁵ AN. Cód. 61, Vol.1, p. 432. 14/7/1651 e; AHU, RJ, AV, D. 231. Lisboa, 8/5/1653.

¹⁰⁸⁶ AHU, RJ, AV, D. 276. Lisboa, 14/12/1655; AHU, RJ, AV, D. 290. Lisboa, 2/5/1656 e; AHU, RJ, AV, D. 314. [20/11/ant. 1657].

¹⁰⁸⁷ Além destes três teríamos ainda o Capitão Jorge Pereira (1644-52).

¹⁰⁸⁸ Vide Tabela 34.

¹⁰⁸⁹ Vide Tabela 20.

como circularam de modo diferente dos Sargentos-mores da Tropa Paga descritos no capítulo anterior, tendo como recorte o momento em que ocuparam aquele ofício, fato que estava ligado a sua grande maioria (75%) ser de “homens coloniais”. Feito isso ficará claro que tanto entre os Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga existiam uma lógica social, uma participação na *governança* da terra e um padrão de circulação no universo luso diferentes, já que os primeiros eram típicos “homens ultramarinos”, enquanto os segundos em sua grande maioria eram “homens coloniais”.

A circulação destes agentes, como já sublinhado, por diversas vezes, lhes conferia a imagem de leais vassallos à Coroa lusa, o que alimentava as engrenagens daquela Monarquia. A prestação de serviços àquela instituição, portanto, tornava possível a ascensão social daqueles indivíduos, via sistema de mercês.

Todavia, como chamamos a atenção no capítulo anterior, a ascensão destes militares na hierarquia castrense não poderia comprometer a eficiência da Tropa Paga que era vista como um reflexo do monarca. Por outro lado, a escolha dos oficiais daquele *corpus* militar era feita dentro da lógica de Antigo Regime, onde as relações pessoais eram capitais. Esta tensão entre méritos e sangue (status social/qualidade) era típica da Modernidade Política.¹⁰⁹⁰

Como sublinhamos acima, em momentos em que a situação ficava ainda mais tensa (1648 e 1652) as relações com o grupo dos Sás conferiam vantagens para esses Capitães de Infantaria. No entanto, o que devemos ponderar é: elas bastavam por si só? Para o ofício de Sargento-mor da Tropa Paga, vimos que não, uma vez que aqueles militares tinham que ter méritos e capacidade para exercer o ofício.

Os méritos eram acumulados na medida em que os personagens circulavam pelo universo luso e prestavam serviços à Coroa. Quando o Monarca, a quem cabia à decisão final, por ser a cabeça da *república*, passava a patente real nomeando um Capitão de Infantaria para a Tropa Paga do Rio de Janeiro levava em consideração as relações pessoais e os méritos. Estes, por sua vez, eram acumulados de maneira diferente? Dependiam de onde os serviços foram realizados, ou seja, em que local? Do mesmo modo, se observava onde o futuro Capitão de Infantaria da Tropa Paga serviria, no caso a capitania do Rio de Janeiro?¹⁰⁹¹ Dito isto, a ideia deste tópico é entender como os

¹⁰⁹⁰ Fernando Dores Costa. *Insubmissão*, p 261 e ss; Domingo Centenero de Arce. ¿Una monarquía de lazos débiles?, p. 147-8 e Augustín Jiménez Moreno. *Nobleza, guerra y servicio a la corona*.

¹⁰⁹¹ Em nossa dissertação de mestrado, mostramos que ao ser nomeado para o ofício de Capitão das fortalezas da Barra da cidade do Rio de Janeiro era capital que aqueles pretendentes tivessem circulado por vários espaços do universo luso que se encontravam em guerra viva, como Recife, a Europa, mas

Capitães de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro circularam pelo universo luso e como este movimento lhes permitiu ascender socialmente. Igualmente nos permite analisar até que ponto os serviços prestados no Rio de Janeiro como Capitães de Infantaria foram importantes para tal. Por isso, o tópico fora dividido tendo como marco a passagem daqueles personagens pelo referido ofício.

4.2.1. A chegada ao Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro: o processo de ascensão militar e social ou da transformação de méritos em qualidade.

Para entender como esses personagens chegaram ao ofício de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro na década de 1640, temos que perceber que mesmo, por vezes, tendo ligações com as elites fluminenses e, portanto, em vias de se estabelecerem ou já estabelecidos na Capitania, era comum que circulassem por outros espaços e fossem acumulando méritos/quantidade de anos de serviços. Então, assim, como fizemos para o ofício de Sargento-mor da Tropa Paga, o primeiro item a ser analisado será este, a quantidade de anos de serviços prestados à Coroa antes de assumirem o referido ofício que, diga-se de passagem, eram bastante expressivos, mas nada comparado aos de Sargento-mor. Também observaremos as clivagens entre estes militares tendo em vista a ligação social que estabeleceram com os grupos de Benevides e de Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra.

4.2.1.1. Anos de serviços anteriores a nomeação para o Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro.

Do nosso universo de dezesseis (100%) Capitães de Infantaria da Tropa Paga conseguimos recuperar doze (75%) casos em que é possível ver a quantidade de anos de serviços prestados à Monarquia lusa antes de assumirem o referido ofício.¹⁰⁹² Nossos personagens em média tinham 15,3 anos de serviços prestados. Portanto, quantitativamente, tinham bastante méritos e os mesmos ultrapassavam o que era recomendado pelo Regimento das Fronteiras (1645), que determinava que:

Não se elegerá Capitão de Infantaria pessoa em que não concorra haver **seis anos efetivos de Soldado debaixo de Bandeira, e três de Alferes, ou dez anos efetivos de Soldado**, ainda que com licença se hajam interrompido;

também tinham que ter experiência comprovada no Rio de Janeiro. Cf. Luiz Guilherme S. Moreira. *Navegar, lutar, pedir e... receber.*

¹⁰⁹² Vide Tabela 35.

contanto que o tempo de licença, e ausência não se inclua neles; e se **houver alguma pessoa de muita qualidade, em que concorra virtude, ânimo e prudência, se poderá admitir à eleição de Capitão, contanto que haja servido na guerra seis anos efetivos, ou pelo menos cinco**, sem que em maneira alguma se possa dispensar em menos tempo de serviço; porque desde logo é minha vontade excluí-lo em uns e outros todo o gênero de suplemento, e maior moderação, e a que se faz com as tais pessoas se funda, em que com razão se **deve pressupor neles maior capacidade**, mais antecipadas notícias, e indubitável valor, e por este respeito é bem não dilatar neles tanto como nos mais.¹⁰⁹³

Todavia, o quantitativo de anos ficava aquém daqueles “homens ultramarinos” que eram Sargentos-mores da Tropa Paga do Rio de Janeiro, que antes de assumirem o ofício tinham em média 31 anos de préstimos à Coroa.¹⁰⁹⁴ Mas, mesmo se pegarmos os dois únicos casos de “homens ultramarinos” que passaram pela Capitania de Infantaria daquele *corpus* militar, a diferença permanece, uma vez que estes serviram em média por 15 anos.¹⁰⁹⁵

Destes doze militares, oito eram ligados ao grupo de Benevides, tendo em média 17,5 anos, enquanto três eram ligados a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra e haviam servido em média 11 anos. Para chegar ao ofício havia a necessidade de todos possuírem méritos, não bastava apenas as relações pessoais ou de sangue (status social/qualidade). Embora, os ligados ao primeiro grupo tivessem realmente mais mérito, o que dava uma diferença de 37,1% a seu favor, um número bastante expressivo. Para este fato teriam contribuído cinco personagens que já tinham mais de quinze anos de realizações para o engrandecimento da Coroa lusa: 1) Luís de Freitas Matoso (1641-46), 2) Jorge Pereira (1644-52), 3) Pedro de Souza Brito (1647-48), 4) André Cardoso Pinto (1647-48) e 5) Ascençõ Gonçalves Matoso (1647-52).¹⁰⁹⁶ André Cardoso Pinto um “homem colonial”, por exemplo, temos que destacar, tinha quarenta anos de préstimos. Quantidade nada desprezível, maior que a média dos Sargentos-mores da Tropa Paga, todos “homens ultramarinos”.¹⁰⁹⁷ De maneira que, talvez, as expectativas de retribuição desses serviços pudessem ser bem próximas e independentes do fato de serem “homens coloniais” ou “homens ultramarinos”, ao contrário do que pontuou Ricupero.¹⁰⁹⁸ E estivessem ligados a quantidade de anos de serviços prestados.

¹⁰⁹³ “Capítulo 14. Regimento das Fronteiras”. In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p. 634. Grifou-se.

¹⁰⁹⁴ Vide Tabela 11.

¹⁰⁹⁵ Vide Tabela 36.

¹⁰⁹⁶ Vide Tabela 35.

¹⁰⁹⁷ Vide Tabela 11.

¹⁰⁹⁸ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

Mais ainda, enquanto os Sargentos-mores da Tropa Paga estavam em final de carreira, os Capitães de Infantaria não, posto, que como vimos, ficariam no ofício durante muito tempo. É certo, que se levarmos em conta a hierarquia militar foi o posto mais alto no qual ingressaram. Todavia, ao deixá-lo, ai sim, quase no final de suas vidas, estes Capitães de Infantaria que em sua maior parte eram “homens coloniais”, dificilmente assumiam outro ofício (seja castrense ou não), mas quando o faziam era na própria Capitania ou em áreas que lhes eram subordinadas, como iremos ver no próximo subitem. Continuavam, portanto, a acumular méritos, o que fatalmente se refletiria na expectativa de retribuição por parte da Coroa. O que torna a argumentação de Ricupero ainda mais problemática e não apenas para um único caso, sendo portanto, a regra.

4.2.1.2. Ofícios ocupados anteriores a nomeação para o Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro.

Muitos destes serviços foram realizados em diferentes ofícios. Se levarmos em consideração a estrutura hierárquica militar do Organograma 1, em relação aos ofícios castrenses, tais quais os Sargentos-mores, os Capitães de Infantaria também progrediam em suas carreiras dos postos mais baixos até os mais elevados. No geral, não havia saltos em suas carreiras, independentemente de serem ligados a Benevides ou não.¹⁰⁹⁹

Dos dezesseis (100%) Capitães de Infantaria da Tropa Paga, conseguimos reconstituir a carreira de onze (68,8%).¹¹⁰⁰ Destes onze, oito eram do grupo de Benevides, enquanto três ligados a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra. Daqueles oito, sete começaram suas trajetórias como soldados. Já para aqueles três, apenas um fora soldado. Entretanto, no geral, apesar das relações pessoais, havia uma normalidade na progressão das carreiras militares, ascendendo dos ofícios mais baixos até os mais altos na hierarquia, já que dos onze (100%) militares, oito (72,7%) ingressaram na carreira castrense como soldado. Incluindo-se ai o único destes onze que era “homem ultramarino”, o Capitão de Infantaria Jorge Pereira (1644-52).

4.2.1.3. Espaços onde atuaram antes da nomeação para o Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro.

Para ascender na hierarquia castrense esses personagens percorriam diversos

¹⁰⁹⁹ Vide Tabela 37.

¹¹⁰⁰ Vide Tabela 37.

espaços lusos. Para melhor entender este movimento é necessário analisá-lo por meio de uma divisão da participação em três espaços/guerras: 1º) No reino e nas batalhas contra Castela; 2º) No Estado do Brasil, em especial nas guerras contra os batavos em Salvador ou em Pernambuco e; 3º) Na capitania do Rio de Janeiro e nas áreas que lhes eram subordinadas. Como, no geral, esses militares eram em sua grande maioria “homens coloniais”, é de se esperar que tivessem atuado mais na América lusa. Até mesmo porque segundo Ricupero os “homens coloniais” teriam participação restrita a sua capitania.¹¹⁰¹ Observemos.

Conseguimos recuperar a trajetória anterior de treze (81,3%) dos dezesseis (100%) Capitães de Infantaria.¹¹⁰² Desses oito deles eram ligados a Benevides, três à Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra e dois sem ligação com a Capitania.

Quatro (50%) dos oito (100%) Capitães de Infantaria ligados a Benevides atuaram no reino e nas batalhas contra Castela; enquanto dois (66,7%) dos três (100%) do grupo ligado à Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra participaram daquele tipo de combate. Portanto, a participação em batalhas no reino não era exclusiva de “homens ultramarinos”. E ao contrário do que pontuou Ricupero não era restrita a sua capitania.¹¹⁰³ Mas, também não estava ligada apenas aos Capitães de Infantaria que acompanharam os novos Governadores da capitania. Muitos membros das elites fluminenses atravessaram o Atlântico para lutar como reais vassalos lusos por seu amado monarca. O que os motivaria a fazer isso? Os préstimos no Velho Mundo receberiam mercês melhores? De modo que haveria uma hierarquização do espaço?.¹¹⁰⁴

Ao confrontarmos as Tabelas 35 e 38 vemos que a premissa não ocorria, pelo menos não naquele nível hierárquico. Senão, como explicar que Alexandre de Castro (1645-93) que não tinha servido no reino e com apenas cinco anos de préstimos fora feito Capitão de Infantaria da Tropa Paga, entre os anos de 1645-93.¹¹⁰⁵ Enquanto

¹¹⁰¹ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 52. Grifos no original.

¹¹⁰² Vide Tabela 38.

¹¹⁰³ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 52. Grifos no original.

¹¹⁰⁴ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 252.

¹¹⁰⁵ TTONLINE. “Alvará. Promessa de uma companhia de Infantaria, que irá vagar na cidade de Sebastião do Rio de Janeiro. Filiação: Antônio de Castro. 27/1/1644. Código de referência: PT/TT/RGM/Q/0015/374800. Cota atual: Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 15, f. 200v-201”; AHU, RJ, CA, D. 275. Lisboa, 25/1/1644; AHU, RJ, CA, D. 283-285. Lisboa, 4/3/1644; AHU, CÓDIGOS MISTOS, Cód. 13, p. 46. 4/3/1644; TTONLINE. “Carta. Capitão da Companhia de Infantaria do presídio da cidade de Rio de Janeiro. 06/04/1644. Código de referência: PT/TT/RGM/Q/0006/372629. Cota atual: Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 6, f. 258v-259v”; AN, Cód. 61, Vol. 2, p. 25. 16/2/1652; BN. *Documentos Históricos*. Vol. 21, p. 27. 17/1/1653; AHU, RJ, AV, D. 232. Lisboa, 8/5/1653; AN. Cód. 77, Vol. 2, p. 199. 09/01/1693 e; AN. Cód. 61, Vol. 10, p. 322. 26/03/1693.

Ascenço Gonçalves Matoso que havia servido no Velho Mundo também chegara ao mesmo patamar hierárquico com vinte anos de préstimos. Assim a ideia que apresentamos em nossa dissertação, quando defendemos que para assumir o ofício de Capitão das fortalezas de São João e Santa Cruz, ambas localizadas na barra da cidade do Rio de Janeiro, entre 1640 e 1703, somente a experiência em guerras europeias não era suficiente, parece poder ser aplicada para os Capitães de Infantaria.

De modo que os conhecimentos na *guerra brasílica* também eram fundamentais, em especial, nas guerras vivas de Salvador e de Pernambuco contra os batavos.¹¹⁰⁶ O que nos mostra mais uma vez que gradativamente, “as guerras de Pernambuco coincidiam com o reconhecimento dos serviços prestados por vassalos de sangue impuro radicados na América portuguesa”.¹¹⁰⁷ Não é a toa que aquele Capitão de Infantaria Alexandre de Castro era aparentado com indígenas, como vimos.

A experiência na América que esses militares tinham era muito maior do que a que possuíam no Velho Mundo, o que seria de se esperar, afinal eram “homens coloniais”. Mas, aquele conhecimento, também, era importante para os “homens ultramarinos” que se tornariam Capitães de Infantaria. Dos três militares que compunham este grupo dois deles haviam atuado na América lusa. O número não era muito diferente do quadro geral. Dos treze, oito daqueles personagens tinham atuado no Novo Mundo. O que consolida nossa ideia da relevância deste espaço.

Mas, os serviços realizados no Rio de Janeiro também eram importantes. Sete dos treze militares que se tornariam Capitães da Tropa Paga já haviam atuado naquele presidio. Cinco deles eram ligados a Benevides; enquanto dois deles eram ligados a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra.

Os serviços realizados em terras fluminenses ainda se tornariam mais relevantes se excluirmos os três Capitães de Infantaria que vieram acompanhando os novos Governadores da Capitania.¹¹⁰⁸ Assim, ao invés daqueles treze passaríamos a dez Capitães de Infantaria com as trajetórias descritas e recuperadas. Destes dez (100%), sete (70%) passaram pelo Rio de Janeiro ou regiões que lhes eram subordinadas, como por exemplo, São Vicente-São Paulo e Cabo Frio, sendo a maioria deles (60%) “homens coloniais”. Dentre os quais queremos destacar três casos, a saber: 1º) Alexandre de

¹¹⁰⁶ Luiz Guilherme S. Moreira. *Navegar, lutar, pedir e... receber*.

¹¹⁰⁷ Ronald Raminelli. “Da controversa nobilitação de índios e pretos, 1630-1730”, p. 505. Este padrão também fora detectado nos Capitães de Fortaleza da barra do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVII. Cf. Luiz Guilherme S. Moreira. *Navegar, lutar, pedir e... receber*.

¹¹⁰⁸ Tomas da Silva (1649-55?), Agostinho de Figueiredo (1651-61) e Garcia da Gama (1651-73).

Castro (1645-93), com atuação no Rio de Janeiro e em São Vicente;¹¹⁰⁹ 2º) Pedro de Souza Brito (1647-48) com atuação no Rio de Janeiro, em especial, em Armadas de Canoas de Guerra e;¹¹¹⁰ 3º) André Cardoso Pinto (1647-48) que havia montado uma Companhia a suas custas e participado de seis Armadas de Canoas de Guerras.¹¹¹¹ Estes exemplos nos mostram que a aliança entre lideranças portuguesas e indígenas eram vitais para a *conquista*, como já sublinhado, uma vez que estas Canoas de Guerras estavam repletas de gentios. De se notar também que a diferença de quantidade de anos de serviços à Coroa destes Capitães de Infantaria, Alexandre de Castro tinha apenas cinco, enquanto Pedro de Souza Brito, vinte e três e; André Cardoso Pinto, quarenta, não tinha tanta relevância.¹¹¹²

4.2.1.4. Distinções sociais que possuíam antes da nomeação para o Ofício Inferior de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro.

Depois de analisado os méritos pelos quais os militares tornavam-se Capitães de Infantaria da Tropa Paga e devido ao fato de que as nomeações dos ofícios se davam na tensão, típica da Modernidade, entre mérito e sangue (status social/qualidade),¹¹¹³ nos resta analisar este último item.

Em nossa amostra encontramos quatro (25%) Capitães de Infantaria que eram “homens ultramarinos”.¹¹¹⁴ Ao contrário dos Sargentos-mores, que igualmente eram “homens ultramarinos”, nenhum deles era possuidor de alguma distinção social antes de assumir o ofício de Capitão de Infantaria.

O único dos Capitães de Infantaria que era um “homem ultramarino” e tinha uma “promessa” era Jorge Pereira (1644-52).¹¹¹⁵ Este, juntamente com os outros três Capitães de Infantaria que eram “homens ultramarinos”¹¹¹⁶ não tinham e/ou não receberam distinções sociais efetivas para embarcarem para o Rio de Janeiro. Mesmo

¹¹⁰⁹ AHU, RJ, CA, D. 275. Lisboa, 25/1/1644.

¹¹¹⁰ AHU, RJ, AV, D. 221. Lisboa, 21/01/1652; IHGB - Arq. 1.2.14 “Carta patente del rei fazendo mercê a Pedro de Souza de Brito, natural do Rio de Janeiro, filho de João de Souza Pereira, atuou com o soldo na fortaleza de São João (1/8/1624 até 8/1628) depois atuou na ordenança como alferes” 17/2/1652 e; AN. Cód. 61, vol. 3, p. 432v. 12/6/1659.

¹¹¹¹ AHU, RJ, AV, DOC. 175. [Rio de Janeiro, 8/11/ant.1646] e; AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 237v. 25/2/1648.

¹¹¹² Vide Tabelas 25, 35 e 37.

¹¹¹³ Fernando Dores Costa. *Insubmissão*, p 261 e ss.

¹¹¹⁴ Vide Tabela 20.

¹¹¹⁵ Vide Tabela 39.

¹¹¹⁶ Gaspar Rodrigues (1646-58), Antônio Garcez e Gralha (1648-51) e Tomas da Silva (1649-55?). Vide Tabela 14.

três deles, Jorge Pereira, Gaspar Rodrigues e Tomas da Silva, tendo atuado em guerras/conflitos contra os castelhanos na Europa.¹¹¹⁷ Esse fato confirma o que destacamos acima a respeito da hierarquização do espaço, nos evidenciando que para este nível hierárquico servir no Velho Mundo não era tão vantajoso, embora importante.

Todavia, mesmo os quatro Capitães de Infantaria que acompanharam os novos governadores da Capitania na travessia também não obtiveram ganho social para rumarem à América. Ao contrário do que ocorria com os Sargentos-mores. O exemplo que melhor ilustra o ocorrido fora a chegada do novo governador Salvador de Brito Pereira (1649). Com ele vieram três “homens ultramarinos”: o Sargento-mor Antônio Galvão e dois Capitães de Infantaria, Antônio Garcez e Gralha e Tomas da Silva. O Sargento-mor Antônio Galvão, como sublinhado no capítulo anterior, tinha distinções importantes, algumas recebidas às vésperas de seu embarque; enquanto os demais não haviam recebido nem uma promessa.¹¹¹⁸ O que nos permite afirmar que a Coroa via estes Oficiais Superiores e Inferiores de modo diferente e que suas lógicas sociais também o eram.

Destarte, aquela expectativa de retribuição dos serviços prestados não dependia do fato de serem “homens coloniais” ou “homens ultramarinos”, como defende Ricupero.¹¹¹⁹ Se não como explicar o exemplo acima? Mas também, como entender que o único caso de um “homem ultramarino”/Capitão de Infantaria Jorge Pereira (1644-52), que já possuía oito anos de préstimos a Coroa,¹¹²⁰ e tinha desde 1640 uma promessa de pensão em uma comenda de um hábito de S. Tiago, ou Avis de 12\$000 rs.,¹¹²¹ tivesse uma expectativa menor do que o “homem colonial”/Capitão de Infantaria Garcia da Gama (1651-73) que quando de sua nomeação tinha vinte e dois anos de préstimos¹¹²² e possuía desde 1647 a promessa de 60\$000 rs. de pensão em uma das comendas da ordem de Cristo, para tê-los com o hábito da mesma ordem?¹¹²³

De nosso universo de dezesseis (100%) Capitães de Infantaria apenas cinco (31,3%), todos ligados ao grupo de Benevides, tinham alguma “vantagem” social antes de assumirem o referido ofício.¹¹²⁴ Um número baixo se comparado aos Sargentos-mores. Embora três destes tivessem apenas “promessas”, a saber: 1) Jorge Pereira

¹¹¹⁷ Vide Tabela 38.

¹¹¹⁸ Vide Tabela 13.

¹¹¹⁹ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

¹¹²⁰ Vide Tabela 31.

¹¹²¹ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 13.

¹¹²² Vide Tabela 31.

¹¹²³ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 250.

¹¹²⁴ Vide Tabela 39.

(1644-52), que se concretizaria em seu filho, em 1651; 2) Pedro de Souza Brito (1647-1648), que não se realizaria, e Garcia da Gama (1651-73), que se efetivaria enquanto ocupou o referido ofício.¹¹²⁵

Em apenas dois casos, diga-se de passagem, de “homens coloniais”, os Capitães de Infantaria tinham alguma distinção social antes de assumir o referido ofício, que recaíram nos Capitães de Infantaria André Cardoso Pinto (1647-48), que havia recebido um hábito de São Bento de Avis com 20\$000 rs. de pensão, numa comenda da mesma ordem, passado no ano de 1647 antes de assumir o ofício,¹¹²⁶ e; de Ascenço Gonçalves Matoso (1647-52), que fora habilitado na Ordem de São Bento de Avis, em 1646, embora tivesse pedido o hábito de Cristo e o foro de fidalgo.¹¹²⁷

A explicação para esses dois acontecimentos deve ser buscada não apenas nas folhas de serviços destes militares, na qual constavam serviços realizados no Rio de Janeiro¹¹²⁸, mas também na conjuntura de suas nomeações, marcada pela urgente necessidade de reorganização das Tropas Pagas em virtude das duas expedições que partiram para Angola (1645 e 1648). Tendo o primeiro montado uma Companhia à suas custas. Já o segundo era de extrema confiança de Benevides, e junto com este se encontrava em Lisboa, quando de sua nomeação e da articulação da nova empresa que seria enviada para Angola. Portanto, aqui aparece mais uma vez o caráter negocial entre as elites fluminenses, particularmente o grupo de Benevides, e a Coroa. Vejamos com maior detalhe o primeiro exemplo.

O Capitão de Infantaria André Cardoso Pinto (1647-48) atendia ao pedido feito pela Coroa e montara uma Companhia às suas custas, o que o levou a pedir o hábito de Cristo; outro hábito para dote e casamento de uma de suas filhas, ambos com pensões pagas no Almojarifado do Rio de Janeiro; ofício de Sargento-mor do Rio de Janeiro, na vaga dos providos, por seis anos e; uma Companhia de Infantaria do Rio de Janeiro para um de seus filhos. Tudo o que solicitara lhe fora prometido. Porém, a única efetivação ocorrera, em parte, em 1647, quando recebeu a mercê do hábito de S. Bento de Avis com 20\$000 rs. de pensão, numa comenda da mesma ordem e não o de Cristo

¹¹²⁵ Estes processos serão analisados no próximo item.

¹¹²⁶ AHU, RJ, AV, DOC. 175. [Rio de Janeiro, 8/11/ant.1646] e; Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 250.

¹¹²⁷ AN. Cód. 61. Vol. 1, p. 229. 17/2/1648; AHU, RJ, AV, D. 314. [20/11/ant. 1657]; AN. Cód. 61. Vol. 1, p. 316v. 4/11/1648; AHU, RJ, CA, D. 842. Lisboa, 22/11/1660; BN. *Documentos históricos*. Vol. 21, p. 31. 20/1/1663 e; Ricardo Teles Araújo. *Habilitandos Brasileiros às ordens militares, ao Santo Ofício e à Leitura de Bacharéis*. In Revista do IHGB, Rio de Janeiro: IHGB, nº 394, ano 158, jan/mar 1997, p. 287.

¹¹²⁸ Vide Tabela 38.

que havia sido solicitado inicialmente.¹¹²⁹

A Companhia de André Cardoso Pinto havia sido montada no contexto da reorganização da estrutura militar do Rio de Janeiro após o envio do governador Francisco de Soutomaior para Angola (1645). Naquela oportunidade, como vimos no capítulo 2, a crise financeira da Capitania era intensa e se discutia se os impostos da vintena e do subsídio do vinho, criados para financiarem a defesa do Rio de Janeiro, poderiam também ser utilizados naquela empresa; assim como os recursos provenientes da operação de recunhagem das moedas de prata na Capitania, que minimizavam as perdas da nobreza da terra.¹¹³⁰ Para além do problema naquele presídio, também era muito difícil o envio de socorro para a América, já que “não se achava em Lisboa gente disposta a servir nas Conquistas (...) e nas ilhas muito menos”.¹¹³¹ Por isso, o monarca acabou por optar, em março de 1646, para o caso do Rio de Janeiro, na possibilidade de se utilizar os paulistas, “oferecendo-se aos que se dispusessem a apresentar no Rio de Janeiro 4 companhias de 70 soldados para cima os hábitos de Santiago ou de Avis, com 100 cruzados de pensão e o foro de cavaleiro fidalgo”.¹¹³²

Aproximadamente um mês depois, em abril, a Coroa, sabendo da dificuldade em formar estas Companhias, determinava que ao invés dos setenta soldados, poderia haver sessenta em cada uma das quatro que seria permitido levantar. Já que em São Paulo e São Vicente havia muitos desocupados que poderiam “formar três ou quatro companhias com que socorrer o Rio de Janeiro”, custeados pelo próprio Capitão de Infantaria.¹¹³³ Contudo, a recompensa permanecia a mesma. A iniciativa não deu certo. O que motivou o governador da Capitania, a reafirmar o pedido, em abril de 1647, afirmando que nas capitanias do Sul era necessário “(...) pessoas que quisessem levantar a sua custa e sem dispêndio da Fazenda Real, até 4 Companhias de 80 homens cada uma para se lhe dar o hábito de Santiago, ou de Avis, com 20\$000 rs. de pensão”.¹¹³⁴ Contudo, retirava o foro de cavaleiro fidalgo. Neste interim, fora criada a Companhia do Capitão de Infantaria André Cardoso Pinto, que recebia o que a Coroa havia prometido,

¹¹²⁹ AHU, RJ, AV, DOC. 175. [Rio de Janeiro, 8/11/ant.1646] e; Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 250.

¹¹³⁰ João Fragoso. “Imperial (re)visions”, p. 101.

¹¹³¹ Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 264.

¹¹³² Edval de Souza Barros. “*Negócios de tanta importância*”, p. 264. Interessante notar que o monarca, que havia no ano anterior criado o Regimento das Fronteiras, no qual estipulava o número de soldados para cada companhia na casa de 80, não obedecia o seu próprio projeto. Cf. “Regimento das Fronteiras” In Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p. 636.

¹¹³³ AHU, RJ, AV, D. 161. Lisboa, 19/4/1646.

¹¹³⁴ AN. Cód. 61, Vol. 01, p. 269v. 15/5/1648.

ou seja, a mercê do hábito de São Bento de Avis com uma pensão de 20\$000 rs.; embora tenha pedido algumas coisas a mais, que lhe foram passadas como promessa.

Este exemplo também nos é importante, porque mostra que mesmo em se tratando de promessas, quem estava mais próximo de Benevides possuía alguma vantagem. Não obstante, o fato da Tabela 39 mostrar que somente os personagens ligados àquele grupo possuíam distinções sociais, não podemos esquecer que em nossa pesquisa encontramos outra Companhia de Infantaria montada a própria custa de seu Capitão, Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?). Este militar que era ligado à Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra,¹¹³⁵ montara a sua Companhia em contexto similar ao de André Cardoso Pinto, mas este não recebera nenhuma promessa. Mesmo, como vimos, tendo já experiência em ter organizado outras Companhias no próprio reino, em 1637, uma na vila de Pinhel e outra na cidade do Porto.¹¹³⁶

De maneira que o Ofício de Capitão de Infantaria da Tropa Paga no Rio de Janeiro entre os anos de 1640-1652 era composto em grande parte por “homens coloniais” que possuíam méritos além dos que eram necessários, segundo a norma do Regimento das Fronteiras. O padrão dos militares ligados a Benevides e a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra eram semelhantes. Tinham mais méritos do que qualidade, já que não precisavam participar ativamente da *governança* da terra, mas sim proteger a capitania de um possível ataque dos batavos. Ao ingressarem no ofício, não estavam em final de carreira, mas, era o ofício mais importante que assumiam na hierarquia castrense. Ao abandonarem o mesmo, como veremos, encontravam-se em final de carreira, devido a quantidade elevada de anos que o ocuparam. Antes de suas nomeações passaram por ofícios mais baixos até chegar ao de Capitão de Infantaria da Tropa Paga, portanto iam progredindo na carreira. Todos prestaram serviços à Coroa em guerra viva e nos conflitos com os batavos seja na Bahia ou em Pernambuco. Mas, grande parte deles também tinha grande experiência no Rio de Janeiro e nas áreas que lhes eram tributárias. Antes e durante o período em que serviram naquele ofício seus méritos não eram transformados em qualidade, ao contrário dos Sargentos-mores. De maneira que, no geral, não conseguiam sair do terceiro estado (povo) e ingressar na nobreza civil ou política.

Depois desse panorama, só nos resta analisar o que fizeram durante a ocupação

¹¹³⁵ Vide Tabela 20.

¹¹³⁶ AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 269v. 15/5/1648.

do ofício e após o abandonarem, vejamos.

4.2.2. A permanência e saída do ofício de Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro: a continuação do processo de ascensão militar e social ou da continua transformação de méritos em qualidade.

Ao contrário dos Sargentos-mores da Tropa Paga da Capitania do Rio de Janeiro na década de 1640, os Capitães de Infantaria daquele *corpus* militar em sua grande maioria (75%) eram “homens coloniais”, de modo que possuíam naquele “enclave colonial (...) bens, herdeiros e tumba[s] reservada[s]”.¹¹³⁷ Era comum, como vimos, passarem grande quantidade de anos no referido ofício. Só o abandonavam quando não havia mais condições físicas para continuarem exercendo, independentemente das ligações sociais que possuíam. Estes foram os casos dos Capitães de Infantaria Francisco Munhos Correa (1641-93) e de Alexandre de Castro (1645-93). Mas, mesmo no momento mais tenso, no sentido de exclusão de Capitães de Infantaria, quando da reforma de 1652, foram escolhidos os menos aptos fisicamente como, por exemplo, o Capitão de Infantaria Jorge Pereira (1644-52) que era acusado de ser cego. De maneira que o ofício de Capitão de Infantaria, para a grande maioria daqueles, era a etapa final de suas carreiras militares. Todavia, não de sua ascensão social. Portanto, depois de circularem por vários espaços do universo luso,¹¹³⁸ agora estes personagens, se preparavam para deixar seus bens para os herdeiros e usar suas tumbas. Alguns desses bens eram os préstimos feitos à Coroa durante o tempo em que permaneceram naquele ofício. A ideia deste subitem, portanto, é ver se os méritos acumulados enquanto exerciam aquele ofício foram transformados em qualidade. E se as ligações sociais que possuíam com as elites fluminenses facilitavam o processo de ascensão destes personagens e de seus familiares, tanto no aspecto militar como no social. De modo que assim como fizemos para o capítulo anterior, didaticamente, iremos separar este processo em duas facetas, a militar e as demais.

Daqueles dezesseis (100%) Capitães de Infantaria de nossa amostragem inicial e/ou seus familiares, nove (56,3%) deles receberam durante a permanência no ofício ou após o terem deixado alguma mercê, o que lhes permitia algum tipo de ascensão, seja militar e/ou social. Destes nove, seis eram ligados a Benevides; um tinha vínculos com Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra e; dois não possuíam ligações sociais com as

¹¹³⁷ Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Videntes*, p. 103.

¹¹³⁸ Vide Tabela 38.

elites fluminenses. O que nos evidencia a importância da aproximação com Benevides.¹¹³⁹

Alguns destes, assim, como seus familiares, receberam mais de uma mercê. Sem levar em conta as promessas, conseguimos detectar vinte mercês que foram distribuídas pela Coroa para os nove Capitães de Infantaria ou seus familiares. Destas vinte, quatorze (70%) foram passadas para aliados de Benevides; apenas duas (10%) para o militar ligado à Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra e; quatro (20%) para os que não possuíam nenhum vínculo com as elites fluminenses. O que torna ainda mais relevante à influência dos que estavam ligados ao grupo dos Sás. Ainda se pode reparar da mesma tabela, a maior parte das vinte benesses eram referentes às Ordens Militares, que correspondiam a um total de onze (55%).¹¹⁴⁰ De se reparar que nenhuma mercê, ao contrário do que ocorrera com os Sargentos-mores, fora de caráter material.

4.2.2.1. O processo de ascensão militar

Daqueles nove (100%) Capitães de Infantaria da Tropa Paga ou seus familiares que conseguiram alguma ascensão social, tivemos apenas quatro (44,4%) que progrediram em suas trajetórias castrenses, que receberam cinco daquelas vinte mercês concedidas.¹¹⁴¹

a) Ligados a Benevides

Destes quatro, três eram ligados a Benevides e receberam quatro das cinco mercês castrenses passadas pela Coroa.¹¹⁴² Um deles era o Capitão de Infantaria Luís de Freitas Matoso (1641-46). Este, logo após sua reforma em 1646, solicitou ao Conselho Ultramarino que recebesse o soldo de reformado, que girava em torno de 25\$000 rs. O que não fora aceito, mas conseguiu a promessa de que assumiria, assim que o mesmo ficasse vago.¹¹⁴³ Mas, logo depois, naquele mesmo ano, seu filho Ascenço Gonçalves Matoso (1647-52) seria agraciado com o ofício deixado por seu pai, embora em outra Companhia de Infantaria.¹¹⁴⁴ Aos serviços do pai se somaram os que o Capitão de

¹¹³⁹ Vide Tabelas 40, 41 e 42.

¹¹⁴⁰ Vide Tabela 40.

¹¹⁴¹ Vide Tabelas 40 e 41.

¹¹⁴² Vide Tabelas 40 e 41.

¹¹⁴³ AHU, RJ, CA, D. 493. Lisboa, 07/08/1646.

¹¹⁴⁴ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 180. “mercê do comando de uma das companhias de infantaria, que vagarem no presidio da cidade do rio de janeiro, a Ascenço Gonçalvez Matoso, filho de Luís de Freitas Matoso, pelos seus serviços no Brasil e no Alentejo. – De 18 de agosto de 1646”.

Infantaria Ascenço Gonçalves Matoso realizou e este recebera uma Provisão Real, em 1660, do ofício de Capitão da Fortaleza da Barra de São João, continuando a sua trajetória castrense.¹¹⁴⁵

Outro que conseguiu converter seus serviços em qualidade fora o Capitão de Infantaria Pedro de Souza Brito (1647-48). Como já destacado, fora um dos três Capitães de Infantaria da Tropa Paga que se recusara a ir para Angola acompanhando Salvador Benevides (1648), em decorrência, acabou afastado daquele *corpus* militar por aproximadamente dez anos, já que só voltaria a prestar serviços na Tropa Paga em 1658, quando fora nomeado Capitão de Cabo Frio.¹¹⁴⁶ O seu retorno, como já destacado, com toda a certeza, estava ligado a sua relação com os Sás, mas também por sua experiência em “canoas de guerra” no Rio de Janeiro, fundamentais para a consolidação da conquista da América, inclusive para a região de Cabo Frio. Mas, igualmente aos serviços que seu pai prestara.¹¹⁴⁷ Embora tenha sido nomeado como Capitão de Cabo Frio por um período de três anos, permaneceu no ofício até o ano de 1664.¹¹⁴⁸ Continuará sua trajetória na Nova Colônia de Sacramento, quando assumiu por lá o ofício de Capitão de Infantaria da Tropa Paga, em 1695.¹¹⁴⁹

Por esses três personagens pode-se perceber que era plausível aos filhos receberem benesses pelos serviços praticados por seus progenitores. Se os Capitães de Infantaria eram, em algum momento da vida, taxados como filhos, em outros apareciam como pais, ou seja, com descendentes. Por outro lado, os serviços praticados por estes ou por seus parentes lhes permitiram permanecer no mesmo nível hierárquico de Capitão.

Todos os três eram “homens coloniais” e, portanto, talvez tivessem a consciência que este posto, e suas variações, fosse o auge de suas carreiras militares naquela localidade. Não devemos esquecer-nos das dificuldades econômicas em manter a Tropa Paga na Capitania. Na Bahia, “cabeça” do Estado do Brasil, existiam, acima do ofício

¹¹⁴⁵ Como vimos em nossa dissertação de mestrado esta fortaleza era controlada, desde sua fundação, por militares ligados aos Sás. Cf. Luiz Guilherme S. Moreira. *Navegar, lutar, pedir e... receber*.

¹¹⁴⁶ AHU, RJ, AV, D. 221. Lisboa, 21/01/1652 e; 17/2/1652 — IHGB - Arq. 1.2.14 “Carta patente del rei fazendo mercê a Pedro de Souza de Brito, natural do Rio de Janeiro, filho de João de Souza Pereira, atuou com o soldo na fortaleza de São João (1/8/1624 até 8/1628) depois atuou na ordenança como alferes” 17/2/1652.

¹¹⁴⁷ AHU, RJ, AV, D. 221. Lisboa, 21/01/1652 e; 17/2/1652 — IHGB - Arq. 1.2.14 “Carta patente del rei fazendo mercê a Pedro de Souza de Brito, natural do Rio de Janeiro, filho de João de Souza Pereira, atuou com o soldo na fortaleza de São João (1/8/1624 até 8/1628) depois atuou na ordenança como alferes” 17/2/1652.

¹¹⁴⁸ AHU, RJ, CA, D. 975-976. Rio de Janeiro. 23/1/1664.

¹¹⁴⁹ AHU, MISTAS, Cód. 18, p. 436-438. 26/11/1695.

de Capitão de Infantaria, quatro ajudantes.¹¹⁵⁰ De modo que no presídio do Rio de Janeiro a progressão na carreira castrense seria mais difícil, por conta do pequeno contingente da Tropa Paga. Assim, por exemplo, o Capitão de Infantaria Ascenço Gonçalves Matoso, que como vimos tinha profundas ligações com a economia do açúcar, e que fora reformado em 1652, demorou cerca de oito anos para voltar a prestar serviços na Tropa Paga. Provavelmente, estava muito mais interessado em dar atenção ao engenho que seu pai, que também fora Capitão de Infantaria, Luís de Freitas Matoso (1641-46) possuía.¹¹⁵¹ Portanto, só lhe seria vantajoso voltar a servir na Tropa Paga no mínimo no mesmo patamar hierárquico. Agora não mais na Capitania de Infantaria, mas sim na da fortaleza de São João. Um dos pontos estratégicos para a sua defesa, visto que controlava o acesso dos navios a baía de Guanabara, tendo com isso certa gerência na própria economia de exportação do açúcar produzido na Capitania.¹¹⁵² Este exemplo, mais uma vez, nos faz crer que não se pode deixar de analisar a relação que os militares da Tropa Paga tinham com as elites e com a própria economia fluminense.

b) Ligado a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra

Apenas um Capitão de Infantaria daqueles quatro que haviam recebido alguma concessão castrense era ligado à Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra, que por sua vez, recebeu uma das cinco benesses castrenses passadas pela Coroa.¹¹⁵³ Este fora o caso do Capitão de Infantaria Agostinho de Figueiredo (1651-61). Igualmente, como já sublinhado, fora afastado do ofício por ter participado daquela revolta. Fato que durante algum tempo o levou a estagnação social. Tendo que ir ao Reino para se defender, em março de 1663, para tentar continuar o seu processo de ascensão.¹¹⁵⁴ O que foi feito, em dezembro daquele ano quando fora enviado novamente para a América lusa, desta vez para São Vicente e São Paulo, onde atuaria como Capitão da Capitania.¹¹⁵⁵ Lá permaneceu até 1676, quando foi preso exercendo o ofício de administrador-geral das minas.¹¹⁵⁶

No geral, devemos enfatizar que os Capitães de Infantaria ligados a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra após deixarem o ofício, ao invés de ascenderem

¹¹⁵⁰ Vide Tabela 1.

¹¹⁵¹ Vide Tabela 23.

¹¹⁵² Cf. Luiz Guilherme S. Moreira. *Navegar, lutar, pedir e... receber.*

¹¹⁵³ Vide Tabelas 40 e 41.

¹¹⁵⁴ AHU, RJ, CA, D. 932. Lisboa, 13/03/1663.

¹¹⁵⁵ AHU, RJ, CA, D. 1009. Lisboa, 20/11/1663.

¹¹⁵⁶ AHU, RJ, AV, D. 411. Rio de Janeiro, 8/07/1676.

socialmente, tiveram suas qualidades/bens rebaixados, tendo suas trajetórias, assim, como a de seus descendentes interrompidas. Fora o que ocorreu com o Capitão de Infantaria André Dias Medonho (?-1648), reformado em 1648.¹¹⁵⁷ Ele era um dos representantes do povo que assinou a documentação que retirou Benevides do governo em 1660-1.¹¹⁵⁸ De modo que seu processo de ascensão social fora barrado por conta dessa inimizade, tendo que se desfazer, em vida, de algumas de suas propriedades fundiárias, como já mostrado. O mesmo ocorrera com o Capitão de Infantaria D. Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?), embora não tenha participado daquele movimento, também tinha ligações com um dos líderes da Revolta, Agostinho Barbalho Bezerra, por isso não só não progrediu naquele *corpus* militar, como foi obrigado a se desfazer de suas propriedades fundiárias, algo que já salientamos.¹¹⁵⁹

4.2.2.2. O processo de ascensão social

Buscando ascender socialmente, aqueles Capitães de Infantaria da Tropa Paga igualmente procuravam usar seus serviços em busca de distinções sociais das mais diversas, além daquelas descritas acima. E isto, é claro, tinha ligações com as lógicas sociais que permeavam as suas vidas/trajetórias e aos seus padrões de circulação no universo luso. No entanto, como temos procurado mostrar, a classificação proposta por Alencastro e complexificada por Ricupero de “homem ultramarino” e “homem colonial”, na qual a expectativa de retribuição daqueles serviços é central, não pode ser aplicada ao Rio de Janeiro. Com o objetivo de construir uma argumentação mais clara a respeito da crítica que iremos fazer a respeito da ideia de Ricupero temos a necessidade de dividir as distinções sociais recebidas pelos próprios Capitães de Infantaria e/ou por seus familiares em dois subgrupos. O primeiro, de cunho mais social, excluindo-se as distinções da Tropa Paga, contempla os diversos ofícios que foram recebidos em retribuição daqueles serviços prestados. O segundo engloba as distinções sociais oriundas das três Ordens Militares (Cristo, Santiago e São Bento de Avis) que existiam em Portugal e as vantagens/distinções religiosas.

¹¹⁵⁷ AN. Cód. 61 Vol. 1, p. 253v. 01/10/1648.

¹¹⁵⁸ “Excerpto de uma memória manuscrita sobre a historia do Rio de Janeiro, durante o governo de Salvador Correa de Sá e Benevides, que se acha na Biblioteca publica d’esta corte”. In RIHGB. Rio de Janeiro, 1841, Vol. 3, p. 8.

¹¹⁵⁹ Vide Tabela 29.

* **Ofícios diversos**

Daqueles nove Capitães de Infantaria da Tropa Paga ou seus familiares que conseguiram alguma ascensão social, tivemos apenas três que progrediram em suas trajetórias, que receberam quatro daquelas vinte mercês concedidas que diziam respeito aos ofícios diversos.¹¹⁶⁰

a) Ligados a Benevides

O Capitão de Infantaria Manuel da Costa Muniz (1641/44-52) fora um deles. O mesmo, que era aparentado de Benevides, recebeu duas daquelas quatro mercês de ofícios diversos.¹¹⁶¹ O militar assim que fora reformado abandonou a carreira castrense. Em 1652, segundo informações do banco de dados do professor Maurício de Abreu, o personagem apareceu como Juiz de Órfãos, ofício que ajudava no controle da “poupança social”. Em algum momento antes de 1663 tornou-se Provedor dos Defuntos e Ausentes da capitania do Rio de Janeiro. Ofício fundamental por controlar os recursos dos que haviam falecido sem deixar herdeiros. De maneira que o oficial participava, mesmo que temporariamente, da administração dos bens deixados por aquelas pessoas que eram destinados ao crédito, ajudando igualmente no controle daquela “poupança”.¹¹⁶² O mesmo, como já dito, tinha ligações com a família inaugurada por Antônio de Mariz, que controlou por bastante tempo o ofício de Provedor da Fazenda da capitania do Rio de Janeiro, também um dos responsáveis pelo controle do crédito.¹¹⁶³ Todas estas atividades, sem dúvida nenhuma, lhe ajudaram a se tornar senhor de um engenho localizado perto do rio Suruí.¹¹⁶⁴ Por estas ligações, podemos comprovar que era um “homem colonial” e ao mesmo tempo nos faz lembrar, de forma recorrente, que não se pode descartar a relação desses militares com a economia de plantation da Capitania.

b) Ligados a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra

O único ligado a este grupo fora o Capitão de Infantaria Agostinho de Figueiredo (1651-61) que recebeu uma daquelas quatro mercês de ofícios diversos.¹¹⁶⁵

¹¹⁶⁰ Vide Tabela 40 e Tabela 42.

¹¹⁶¹ Vide Tabelas 22 e 42.

¹¹⁶² “Provedor dos defuntos e ausentes”. In Graça Salgado. *Fiscais e Meirinhos*, p. 196-199. João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 81.

¹¹⁶³ João Fragoso. *Conquistadores e Negociantes*. Vide Tabela 22.

¹¹⁶⁴ www.mauricioabreu.com.br. Consulta realizada no dia 28/08/2014.

¹¹⁶⁵ Vide Tabela 40.

Também fora o único do grupo que recebera uma mercê militar, como acabamos de sublinhar.¹¹⁶⁶ Não podemos esquecer que fora um dos afastados após a Revolta de 1660-1. Após o movimento abandonou a capitania do Rio de Janeiro e fora para São Vicente e São Paulo, onde se tornou Capitão da Capitania, em 1663. Naquela localidade, alguns anos depois fora preso, em 1676, exercendo o ofício de administrador-geral das minas.¹¹⁶⁷

c) Sem ligação

O filho do Capitão de Infantaria Gaspar Rodrigues (1646-58), Manuel Rodrigues Salgueiro, receberia a outra daquelas quatro mercês de ofícios diversos.¹¹⁶⁸ Assim fora lhe passado, pelo monarca, um “alvará de moço da câmara com a moradia e cevada ordinária e condição do número e da Índia”, em 1660, por entre outras coisas, pelos serviços de seu pai, um dos poucos “homens ultramarinos” a ocupar o ofício de Capitão de Infantaria sem ligação com as elites fluminenses.¹¹⁶⁹

*** Comendas, hábitos e pensões das Ordens Militares e; vantagens/distinções religiosas.**

Daqueles nove Capitães de Infantaria da Tropa Paga ou seus familiares que conseguiram alguma ascensão social, tivemos apenas cinco que progrediram em suas “qualidades”.¹¹⁷⁰

Ao voltarmos na Tabela 40 perceberemos que onze (55%) daquelas vinte (100%) mercês concedidas diziam respeito à comendas, hábitos e/ou pensão das Ordens Militares. Portanto, sendo a maior parte, não apenas em número de pessoas, mas também em número de mercês distribuídas. Seis destas onze foram dadas para os próprios militares. Sendo que cinco delas foram dadas durante o período em que estavam exercendo o ofício. O que nos mostra a importância que a Coroa dava ao mesmo.¹¹⁷¹

É importante sublinhar que os “homens coloniais” e/ou seus familiares

¹¹⁶⁶ Vide Tabela 41.

¹¹⁶⁷ AHU, RJ, AV, D. 411. Rio de Janeiro, 8/07/1676.

¹¹⁶⁸ Vide Tabelas 40 e 42.

¹¹⁶⁹ “Alvará de moço da câmara com a moradia e cevada ordinária e condição do número e da Índia, a Manuel Rodrigues Salgueiro, natural de Lisboa, filho de Gaspar Rodrigues. De 3 de abril de 1660”. Torre do Tombo. *Inventário dos Livros de Matrícula dos moradores da Casa Real*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, Vol. 1, p. 66.

¹¹⁷⁰ Vide Tabelas 40 e 43.

¹¹⁷¹ Vide Tabela 43.

receberam três comendas, uma de cada Ordem Militar; enquanto os “homens ultramarinos” e/ou seus familiares apenas duas, sendo uma da Ordem de Cristo e a outro da Ordem de São Bento de Avis.¹¹⁷² Portanto, as pretensões dos “homens coloniais”, ao contrário do que pontua Ricupero, não eram “bem mais limitadas”. Segundo o autor, como enfatizado na introdução deste trabalho, estes receberiam “os hábitos da Ordem de Cristo e os foros de Cavaleiro”; enquanto os “homens ultramarinos”, já possuidores de hábitos, seriam agraciados com “comendas das ordens militares inacessíveis aos primeiros”.¹¹⁷³ O que não se mostrou verdadeiro.

Por outro lado, se compararmos as distinções que estes Capitães de Infantaria, que eram “homens ultramarinos”, possuíam com os Sargentos-mores daquele *corpus* militar, igualmente os “homens ultramarinos”, tinham ou receberam durante ou depois de deixarem o ofício, perceberemos uma imensa diferença, reflexo de suas lógicas sociais. Para os Oficiais Superiores, como mostrado no capítulo anterior, as distinções das três Ordens religiosas que receberam eram muito mais elevadas, do que as dos Oficiais Inferiores.¹¹⁷⁴ De modo que a historiografia poderia tornar o conceito de “homem ultramarino” mais complexo, dividindo a categoria em “baixa hierarquia” e “alta hierarquia”.

Para os hábitos recebidos pelos Capitães de Infantaria os números também não ajudam a ideia proposta pelo autor. Tanto os “homens ultramarinos” como os “homens coloniais” receberam a mesma quantidade de hábitos, três para cada um deles. Assim, o equívoco não ocorre apenas pela igualdade de distribuição daquelas distinções. Mas, pelo fato de termos computado a transformação realizada em 1661 do hábito de Avis, que havia sido recebido em 1654, pelo “homem ultramarino” e Capitão de Infantaria Tomas da Silva (1649-55?), em um hábito de Cristo. De modo que, ao invés dos “homens ultramarinos” terem recebido três passariam a dois, uma quantidade menor que a dos “homens coloniais”.¹¹⁷⁵

Além disso, para os “homens coloniais” e Capitães de Infantaria Ascenço Gonçalves Matoso (1647-52) e Garcia da Gama (1651-73), enquanto exerciam aquele ofício, lhes foram dadas distinções: para o primeiro, a comenda e o hábito de Avis, em

¹¹⁷² Vide Tabela 44.

¹¹⁷³ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

¹¹⁷⁴ Vide Tabela 13.

¹¹⁷⁵ Vide Tabela 43.

1647, e; para o segundo, a comenda e o hábito de Cristo.¹¹⁷⁶ Enquanto para os dois “homens ultramarinos” e Capitães de Infantaria de nossa amostra, Jorge Pereira (1644-52) e Tomas da Silva (1649-55?), somente após terem deixado o ofício receberam as distinções ligadas as Ordens Militares. O primeiro, na verdade, conseguiu para o seu filho, a comenda e o hábito de Cristo; enquanto o segundo, a comenda e o hábito de Avis.¹¹⁷⁷ Portanto, os “homens coloniais” receberam as benesses antes do que seus pares, que eram “homens ultramarinos”. De maneira que os serviços praticados no Rio de Janeiro acumulavam méritos, como já mostrado.

Outra questão importante é perceber qual a importância dessas distinções oriundas das Ordens Militares para fortalecer o papel destes personagens perante ou no próprio seio das elites fluminenses. Neste sentido, Krause, seguindo Olival, sublinhou que nem todos que entravam para as Ordens Militares ingressaram na elite dos vassallos da Coroa. Mas, não se podia estar na elite se não pertencesse a uma de suas Ordens Militares.¹¹⁷⁸ No ultramar, os hábitos eram primordiais, posto que ajudavam na distinção social.¹¹⁷⁹ Segundo Olival, uma forma de ter acesso aos hábitos da Ordem de Cristo seria a concretização da promessa feita pela Coroa de que os soldados e os oficiais que lutassem contra os batavos na Bahia receberiam tal distinção.¹¹⁸⁰ Mas, para além disso, como bem lembrou a autora, desde a Bula Papal de 1570, seriam necessários serviços na

¹¹⁷⁶ Para Ascenção Gonçalves Matoso: AN. Cód. 61. Vol. 1, p. 229. 17/2/1648; AHU, RJ, AV, D. 314. [20/11/ant. 1657]; AN. Cód. 61. Vol. 1, p. 316v. 4/11/1648; AHU, RJ, CA, D. 842. Lisboa, 22/11/1660; BN. *Documentos históricos*. Vol. 21, p. 31. 20/1/1663; AHU, RJ, AV, D. 170. [Lisboa, 21/08/ant. 1646]; Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 180 e 233 e; ARAÚJO, Ricardo Teles. *Habilitando Brasileiros às ordens militares, ao Santo Ofício e à Leitura de Bacharéis*. In Revista do IHGB, Rio de Janeiro: IHGB, nº 394, ano 158, jan/mar 1997, p. 287. Para Garcia da Gama: BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira. *Habilitações nas ordens militares – séculos XVII a XIX. Ordem de Cristo*. Lisboa: Guarda-mor, Vol. 2, 2008, p. 34; Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 250; AHU, RJ, CA, D. 976. Rio de Janeiro, 23/01/1664 e; IHGB. Arq. 1.2.14. Conselho Ultramarino – vários – tomo 7, p. 270v.; AHU, RJ, CA, D. 732. Lisboa, 28/11/1651; BN. *Documentos Históricos*. Vol. 32, p. 40. 28/11/1651; AHU, RJ, AV, D. 419. [ant. 1/03/1678]; AHU, RJ, CA, D. 1319. Lisboa, 12/5/1678; AHU, RJ, CA, D. 1352. Lisboa, 6/9/1678; AHU, CONSULTAS MISTAS, Cód. 17, p. 280-282. 06/09/1678.

¹¹⁷⁷ Para Jorge Pereira: AHU, RJ, CA, D. 304. Lisboa, 3/3/1640 e; Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 13, 125 e 379. Para Tomas da Silva AHU, RJ, AV, D. 276. Lisboa, 14/12/1655; AHU, RJ, AV, D. 290. Lisboa, 2/5/1656; AHU, RJ, AV, D. 314. [20/11/ant. 1657] e; Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 2, p. 14, 93 e 311.

¹¹⁷⁸ Fernanda Olival. “An Elite? The meaning of knighthood in the Portuguese Military Orders of the seventeenth and eighteenth centuries”. *Mediterranean Studies*, vol. 15, 2006, p. 126.

¹¹⁷⁹ Ronald Raminelli. “Índios cavaleiros das Ordens Militares, 1571-1721” *Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, vol. 2, 2012, p. 664.

¹¹⁸⁰ Fernanda Olival. “Mercês, serviços e circuitos documentais no Império Português” In Maria Emília Madeira Santos; Manuel Lobato (coords.). *O Domínio da Distância: comunicação e cartografia*. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 2006, p. 64.

África, como inclusive vimos no capítulo anterior.¹¹⁸¹

Para a Bahia, Krause afirmou ainda que os oficiais da Tropa Paga daquela Capitania eram da elite lusa, posto que monopolizavam os hábitos das Ordens Militares, proposta que havia aparecido em Lenk.¹¹⁸² No geral, os serviços que possibilitaram a estes homens comporem a elite teriam sido os castrenses, já que fora de Portugal haveria “menor possibilidade de realizar serviços relevantes”. Sendo a busca por títulos das Ordens Militares um dos objetivos a serem alcançados. Não porque as tenças e/ou pensões dos hábitos lhes dessem direito à uma renda, já que era difícil recebê-las na América, visto que dificilmente a Coroa tinha recursos para pagá-las. Portanto, eram mais honoríficas. Assim como no reino, na Bahia e em Pernambuco não bastava ser membro de uma Ordem Militar para entrar para sua elite. Era, igualmente, importante possuir riqueza e títulos.¹¹⁸³ Padrão semelhante teria existido no Rio de Janeiro?

a) Ligados a Benevides

Tivemos onze distinções sociais das Ordens Militares concedidas aos nossos personagens ou a seus descendentes. Oito delas foram passadas ao grupo de Benevides.¹¹⁸⁴ Quatro delas, para a família dos Capitães de Infantaria Luís de Freitas Matoso (1641-46) e Ascenço Gonçalves Matoso (1647-52), respectivamente pai e filho, e que eram aparentados de Benevides.¹¹⁸⁵

O Capitão de Infantaria Luís de Freitas Matoso conseguiu fazer com que um futuro genro fosse agraciado com a mercê de 20\$000 rs. de pensão em uma comenda e um hábito da Ordem de Santiago. Além de um lugar de freira para sua filha, em 1646.¹¹⁸⁶

Já o Capitão de Infantaria Ascenço Gonçalves Matoso (1647-52) recebera, quando fora nomeado para o referido ofício, “20\$000 rs. de pensão em uma comenda da ordem de Avis, para os ter com o hábito da mesma Ordem”, por seus serviços e o de seu

¹¹⁸¹ Fernanda Olival. “Mercês, serviços e circuitos documentais no Império Português”, p. 60-61 e; Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno*. p. 52 e ss.

¹¹⁸² Wolfgang Lenk. *Guerra e pacto colonial*, p. 100; e Thiago Krause. *Em busca da honra*, p. 239.

¹¹⁸³ Thiago Krause. *Em busca da honra*, p. 162-3, 194, 249 e 252. Citação p. 249.

¹¹⁸⁴ Vide Tabela 40.

¹¹⁸⁵ Vide Tabela 43.

¹¹⁸⁶ “Mercê de 20\$000 rs. de pensão com em uma das comendas da ordem de Santiago para os ter com o habito da mesma ordem, e de um lugar de freira para sua filha a Luís de Freitas matoso, pelos seus serviços na capitania de S. Vicente, no Rio de Janeiro e nas armadas – de 3 de julho de 1646”. Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 180 e; TTONLINE. “Alvará. Promessa de um lugar de Freira para sua filha. 17/07/1646. Código de referência: PT/TT/RGM/Q/0013/347125. Cota atua: Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 13, f. 412-412v.

primo André Ferreira, feitos em Pernambuco. Neste mesmo ano, fora habilitado naquela Ordem.¹¹⁸⁷

O Capitão de Infantaria Garcia da Gama (1651-73) teria suas provanças realizadas em 1653, talvez como um incentivo pelo fato de ter ido para o Rio de Janeiro.¹¹⁸⁸ Não sabemos quando o resultado desta saiu, mas é certo que fora positivo, já que, em 1664, aparece citado em documentação como possuidor do hábito de Cristo, com uma pensão de 60\$000 rs.¹¹⁸⁹ Garcia da Gama precisava chegar ao Rio de Janeiro com alguma distinção importante para que pudesse se impor de forma mais efetiva, uma vez que naquela Capitania se negociava a reforma da Tropa por conta da imposição da Companhia de Comércio e de seus monopólios.¹¹⁹⁰

O filho do Capitão de Infantaria e “homem ultramarino”, Jorge Pereira (1644-52), pedia, em 1652, que os serviços feitos por seu pai, Jorge Pereira, em Angola, ajudassem a Maria Freire a receber uma tença anual de 40\$000 rs. nas obras pias.¹¹⁹¹ Mas o próprio militar pediria, em 1645, já exercendo o ofício de Capitão de Infantaria, a “Mercê da dispensa do lapso do tempo para a mercê do hábito de S.Tiago, ou Avis, e pensão de 12\$000 rs.”¹¹⁹² Provavelmente, não recebera a resposta ou ela teria sido negativa. Seria somente em 1651, após morrer “queimado pelejando com os holandeses na costa do Brasil”, que seu filho receberia a “comenda efetiva de 200\$000 rs. de lote, pertencente [à] ordem de Cristo, com o hábito da mesma ordem [,] e 50\$000 rs. de renda em bens de ausentes”.¹¹⁹³ Este exemplo nos mostra, mais uma vez, que era comum

¹¹⁸⁷ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 233 e; Ricardo Teles Araújo. *Habilitando Brasileiros às ordens militares, ao Santo Ofício e à Leitura de Bacharéis*, p. 287.

¹¹⁸⁸ Nuno Borrego. *Habilitações nas ordens militares*, Vol. 2, p. 34.

¹¹⁸⁹ AHU, RJ, CA, D. 976. Rio de Janeiro, 23/01/1664.

¹¹⁹⁰ IHGB. Arq. 1.2.14. Conselho Ultramarino – vários – tomo 7, p. 270v.; AHU, RJ, CA, D. 732. Lisboa, 28/11/1651; BN. *Documentos Históricos*. Vol. 32, p. 40. 28/11/1651; AHU, RJ, AV, D. 419. [ant. 1/03/1678]; AHU, RJ, CA, D. 1319. Lisboa, 12/5/1678; AHU, RJ, CA, D. 1352. Lisboa, 6/9/1678 e; AHU, CONSULTAS MISTAS, Cód. 17, p. 280-282. 06/09/1678.

¹¹⁹¹ Infelizmente, desconhecemos qual seria a relação de Lopo Soares com Maria Freire. Cf. “Mercê a Maria Freire, irmã de Baltasar Rodrigues Freire, moço da câmara, de 40\$000 reis de tença cada ano, nas obras pias, para repartir por todas as suas três filhas, por seu irmão ter padecido por justiça no tempo do Cardeal Alberto, dizendo-se que favorecia o prior do Crato, pelos serviço de Lopo Soares, filho de Jorge Pereira em Angola, e pelos de frei Antônio Freire que favoreceu em Madri os portugueses que lá andavam ao tempo da aclamação. – de 14 de setembro de 1652”. Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 409.

¹¹⁹² “Mercê da dispensa do lapso do tempo para a mercê do hábito de S.Tiago, ou Avis, e pensão de 12\$000 rs., que foi feita a Jorge Pereira – de 30 de janeiro de 1645”. Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 13 e 125.

¹¹⁹³ “Mercê a Rui Pinheiro de Lacerda, fidalgo, capitão-mor de Barcelos, filho de Álvaro Pinheiro de Lacerda, neto por via materna de Rui Pereira, capitão da nau anunciada, e por via paterna de Antônio Pinheiro, e irmão de Henrique Pereira, que fez a jornada a Bahia e ajudou a recuperar o Salvador, de Miguel Pinheiro Pacerda, que serviu como capitão em Guimarães, e no galeão s. Pantaleão, e de Jorge Pereira, que morreu queimado pelejando com os holandeses na costa do Brasil, a bordo da nau de Pedro

os filhos/genros e parentes diretos se apropriarem dos serviços feitos pelos pais, inclusive no Rio de Janeiro, para pedirem benesses ligadas às Ordens Militares.

b) Sem Ligação Social

Tivemos onze distinções sociais das Ordens Militares concedidas aos nossos personagens ou a seus descendentes.¹¹⁹⁴ Duas delas foram dadas ao Capitão de Infantaria Tomas da Silva (1649-55?) que não tinha ligações mais profundas com as elites fluminenses e era um “homem ultramarino”.¹¹⁹⁵ Assim que chegou ao reino deixando o referido ofício, apresentou os papéis de seus serviços. Em decorrência, em 1654, recebera a “promessa de 60\$000 rs. de pensão em uma das comendas, da ordem de Avis”. De pronto, ganhara “efetivos 30\$000 rs.”¹¹⁹⁶ Para completar aquele montante lhe fora passada uma mercê “de consignação dos 30\$000 rs. de renda cada anno, nos bens que foram do dr. Francisco Leitão”.¹¹⁹⁷ Não deve ter recebido esta renda, já que, em 1656, um ano depois de se tornar membro da Companhia de Jesus,¹¹⁹⁸ lhe fora dada uma “promessa, nos bens de d. Félix Neto da Silva, ausente de Castela, por não os poder cobrar nos bens do dr. Francisco Leitão por serem de morgado e passarem a outrem”.¹¹⁹⁹ Sua ascensão social continuaria, já que, em 1661, o seu hábito de São Bento de Avis seria substituído pelo de Cristo e sua pensão seria aumentada em 20\$000 rs.¹²⁰⁰

Segundo Krause, entre os anos de 1644-58, período em que se situa nossa pesquisa, a Coroa evitou conceder hábitos de Cristo, por conta dos privilégios em relação aos dízimos, o principal tributo da América.¹²⁰¹ Embora o autor relativize a questão, mostrando que a concessão de hábitos não tornava a isenção automática, mas dependia da teia das relações sociais em que o personagem estava situado.¹²⁰² A

Carneiro, de uma comenda efetiva de 200\$000 rs. de lote, pertencente a ordem de Cristo, com o hábito da mesma ordem e 50\$000 rs. de renda em bens de ausentes, enquanto não for provido na comenda de sua promessa e da capitania da fortaleza de Damão por 3 anos; por lhe pertencerem as ações dos serviços de seu pai, feitos em Ponte de Lima, de seus avos e irmãos”. De 17 de agosto de 1651”. Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 1, p. 379.

¹¹⁹⁴ Vide Tabela 40.

¹¹⁹⁵ Vide Tabela 43.

¹¹⁹⁶ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 2, p. 14.

¹¹⁹⁷ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 2, p. 14.

¹¹⁹⁸ AHU, RJ, AV, D. 276. Lisboa, 14/12/1655; AHU, RJ, AV, D. 290. Lisboa, 2/5/1656 e; AHU, RJ, AV, D. 314. [20/11/ant. 1657].

¹¹⁹⁹ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 2, p. 93.

¹²⁰⁰ Torre do Tombo. *Inventários dos livros das portarias do Reino*, Vol. 2, p. 311.

¹²⁰¹ Thiago Krause. *Em busca da honra*, p. 250-1.

¹²⁰² A respeito deste caso consultar Thiago Krause. *Em busca da honra*, p. 134-139.

discussão chegou ao Rio de Janeiro, só sendo resolvida no final da década de 1650,¹²⁰³ momento em que os recursos da Fazenda Real da Capitania do Rio de Janeiro não conseguiam cobrir os custos com os gastos militares, como mostrado.

A maior parte das distinções militares passadas aos Capitães de Infantaria da Tropa Paga fora da Ordem de Cristo, cinco (45,5%) em onze (100%). Um número bastante expressivo.¹²⁰⁴ Destas cinco (100%), quatro (80%) foram passadas a aliados de Benevides, mais precisamente ao Capitão de Infantaria Garcia da Gama (1651-73) e ao filho do Capitão de Infantaria Jorge Pereira (1644-52).¹²⁰⁵ Jorge Pereira havia lutado no Reino, na Bahia e no Rio de Janeiro; já Garcia da Gama tinha participado de querelas em Barcelona, Fronteiras do Alentejo, em *guerras* no Brasil e no Rio de Janeiro.¹²⁰⁶ Nenhum deles havia estado na África, o que corrobora mais uma vez a importância dos serviços feitos na América. Igualmente, os dois militares não eram proprietários de engenhos ou plantadores de cana-de-açúcar.¹²⁰⁷ Portanto, não tinham relação direta com a economia de plantation de açúcar e, em decorrência, um baixo poder de gerar rendas, via dízimo, para a Coroa. Na realidade, aquela instituição estava preocupada em ser mais liberal na concessão de mercês para aqueles militares que reafirmariam, portanto, suas lealdades.¹²⁰⁸

Assim, novamente voltamos à questão da lealdade e como era fundamental para a nova dinastia que estava tentando se firmar. Algo que a historiografia já há algum tempo tem demonstrado. Olival, por exemplo, sublinhou que o hábito das Ordens Militares “era, sem dúvida, um poderoso fator de coesão do Império e do seu Reino (...). O hábito permitia captar lealdades e serviços nos mais diversos estratos sociais, nas mais variadas regiões da metrópole, ilhas e ultramar”.¹²⁰⁹ O fato também fora notado por Krause, para a Bahia e Pernambuco.¹²¹⁰ Contudo, a lealdade abarcava diversos estratos da sociedade americana, como índios, negros e mulatos. Algo que vários autores, entre os quais Raminelli, vêm mostrando como eram vitais para a Conquista e a sua manutenção, portanto, também deveriam entrar na cadeia de alianças e da liberalidade

¹²⁰³ AHU, RJ, CA, D; 938. Lisboa, 12/10/1656.

¹²⁰⁴ Vide Tabela 44.

¹²⁰⁵ Vide Tabela 43.

¹²⁰⁶ Vide Tabela 38.

¹²⁰⁷ Vide Tabela 23.

¹²⁰⁸ Thiago Krause. *Em busca da honra*, p. 256 e Ronald Raminelli. “Da Controverosa nobilitação de índios e pretos”, p. 517 e ss.

¹²⁰⁹ Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno*, p. 525.

¹²¹⁰ Thiago Krause. *Em busca da honra*, p. 125.

régia.¹²¹¹ Mas, voltando o olhar para a questão pontual dos postos militares, Laura Mendes sublinhou como a Coroa fez uso desta prerrogativa para captar a lealdade de militares, que eram extremamente necessários para combater na chamada Guerra dos Palmares.¹²¹² Destarte, se transformava lealdade em prática política, como apontado pela *Monarquia Pluricontinental*.

Todavia, temos que destacar aqui que, para fazer parte das elites no Rio de Janeiro, acreditamos não fosse necessário ser membro de uma Ordem Militar. Talvez, por ser uma capitania menos importante que a da Bahia e a de Pernambuco.¹²¹³ Isto não quer dizer que os Capitães de Infantaria da Tropa Paga, em especial, os que eram “homens coloniais”, não pleiteassem estas mercês, afinal de contas eram títulos que tinham validade incontestável para todo o universo luso, uma das características da *Monarquia Pluricontinental*.¹²¹⁴ No entanto, diferentemente da Bahia e de Pernambuco, no Rio de Janeiro não houve guerra viva em seu território. O que talvez tenha sido mais um motivador para que suas elites participassem de conflitos em outros espaços, como na Restauração de Salvador, em 1625; na Reconquista de Angola, em 1648; e nas batalhas na Europa contra Castela etc.

4.3. Conclusão

Os Capitães de Infantaria da Tropa Paga da Capitania do Rio de Janeiro, na década de 1640, em sua grande maioria (75%), eram “homens coloniais”, enquanto a minoria (25%) era “homens ultramarinos”. Possuíam uma lógica social distinta da Sargentos-mores da Tropa Paga, que se refletia nas relações sociais, muito mais densas, profundas, consistentes e duradoras que tiveram com a Capitania e com suas elites, de modo que tinham família, bens e tumbas reservadas naquele enclave colonial. Então, por conta disso, apesar de na primeira fase dos conflitos da Restauração lusa (1640-59), quando existia a urgência em aproveitar os soldados experientes para a montagem de uma tropa militar permanente, devido à falta de soldados e comandantes, estes preferiram ficar na América.

A metade destes militares tinha alianças das mais diversas com o grupo de

¹²¹¹ Ronald Raminelli. “*Los límites del honor*”.

¹²¹² Laura Peraza Mendes. *O serviço de armas nas guerras contra Palmares: expedições, soldados e mercês (Pernambuco, segunda metade do século XVII)*. Dissertação de Mestrado, programa de pós-graduação em História da UNICAMP, 2013, p. 143 e 148.

¹²¹³ Não há ainda na historiografia algum trabalho específico que aborde o seiscentos fluminense e as Ordens Militares lusas.

¹²¹⁴ Como vimos no primeiro capítulo de nosso trabalho.

Benevides, enquanto 31,5% eram aliados de Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra; já para o restante (18,5%), não foi possível visualizar relações com algum grupo social na Capitania. Dos Capitães de Infantaria ligados a Benevides, 75% deles aturaram militarmente ao lado de um dos representantes daquela família. O mesmo percentual pode ser visto nas relações familiares, sejam diretas ou indiretas, e na ligação que possuíam com proprietários de terras/engenhos/plantadores de cana-de-açúcar etc.

O processo de ascensão destes Capitães de Infantaria se dava na medida em que permaneciam próximos ao círculo de poder na Capitania, ou seja, ao grupo dos Sás. Em que pese as nomeações serem feitas pelo monarca, estes militares, tinham que estar perto de um colegiado típico de um governo corporativista, ou seja, de uma “corte”.¹²¹⁵ Isto ficou patente quando analisamos as mudanças ocorridas na Tropa Paga com a montagem das duas expedições para Angola (1645 e 1648) e com a Reforma de 1652. De modo que os que eram, de algum modo, ligados aos revoltosos de 1660-1 perderam prestígio social, sendo obrigados a vender suas propriedades fundiárias.

Por outro lado, os militares ligados a Benevides também tinham relações com outras famílias com origem nos *conquistadores* vicentinos. Algumas delas eram mais importantes por conta do controle que possuíam sobre a “poupança colonial”, o que igualmente lhes ajudava a ascender socialmente. Mas, outras relações sociais eram vitais, como por exemplo as tecidas com os gentios. Como Elisa Garcia mostrou, os casamentos entre lideranças indígenas e portuguesas foram importantíssimos para o processo de *Conquista*.¹²¹⁶ Um deles, por exemplo, ocorreu entre o Capitão de Infantaria da Tropa Paga no Rio de Janeiro André Cardoso Pinto (1647-48) e Luciana Barreto, tataraneta de Tibiriçá, grande guerreiro tupiniquim, fundamental para o avanço da colonização no Brasil, em especial, nas capitanias de São Vicente e do Rio de Janeiro.¹²¹⁷ Este, igualmente, fora o caso do Capitão de Infantaria Alexandre de Castro (1645-93), que como vimos se casou com uma descendente de liderança indígena.¹²¹⁸ De

¹²¹⁵ Francisco Cosentino. *Governadores Gerais do Estado do Brasil*, p. 78.

¹²¹⁶ Elisa Frühauf Garcia. “Troca, Guerras e alianças na formação da sociedade Colonial. In João Fragoso. & Maria de Fátima Gouvêa (orgs.). *O Brasil Colonial*, Vol. 1, p. 317-355.

¹²¹⁷ Tibiriçá era chefe da aldeia Piratininga, local onde João Ramalho, depois de um naufrágio passou mais de 20 anos, quando adotou os costumes daquele povo e se casou com a filha de Tibiriçá, Bartyra. Ramalho intermediou a aliança entre o povo de Tibiriçá e os portugueses, o que possibilitou a fundação da cidade de São Vicente. “Tibiriçá tornou-se, com efeito, o principal aliado dos portugueses (...) recebendo em troca armas, pólvora e outros bens europeus”. Cf. Ronaldo Vainfas, Ronaldo. *Tibiriçá*. In Ronaldo Vainfas (dir.). “Dicionário do Brasil Colonial”, p. 547-549 e; Carlos Rheingantz. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*.

¹²¹⁸ Carlos Rheingantz. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro* e; João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 100.

modo que, se Benevides servia como um personagem que conectava interesses do centro a periferia, podemos dizer que estes militares ligados aos gentios aliados também ligavam interesses da Coroa com aquela população nativa, servindo igualmente como elos.¹²¹⁹

Nem todos os que compunham a Tropa Paga eram “inúteis” à sociedade fluminense, em especial para o caso dos Oficiais, Superiores ou Inferiores, ao contrário do que defendeu Kalina Silva para Pernambuco.¹²²⁰ Afinal de contas, como Fragoso sublinhou, os ofícios militares, na capitania do Rio de Janeiro, foram fundamentais para a montagem e o comando daquela sociedade. Não apenas pela sua faceta estritamente militar, mas por conta dos benefícios que eram possíveis alcançar por meio da prestação de serviços à Coroa, como por exemplo, a doação de sesmarias e do acesso à “poupança colonial”. Estes dois fatores eram capitais para a montagem da principal atividade econômica na capitania, a *plantation*. Assim, conseguia-se ter acesso ao crédito e à terra, ficando apenas faltando à mão de obra.¹²²¹ De igual maneira, o ofício era importante não apenas para a produção, mas para a venda desta, já que garantia a venda de seus açúcares que seriam comprados para saldar os salários dos soldados da Tropa Paga.

Em relação à *governança* da terra, tinham participação indireta, uma vez que constituíam ramos secundários das famílias das elites fluminenses, ligadas à *plantation*, cujos representantes participavam mais ativamente daquele processo. De modo que os governadores da Capitania tentavam ter uma gerência nas nomeações destes ofícios, seja vindo com estes militares, quando eram nomeados, ou tentando impedir que as patentes reais fossem concretizadas. Como estes ofícios militares eram fundamentais para a condução da guerra e a nomeação passava pela indicação feita pelo Conselho Ultramarino, o que temos que destacar aqui, em relação à centralidade desta instituição, é que não basta saber se o monarca seguia as suas recomendações, mas, se efetivamente, na Capitania, a ordem real era colocada em prática. Fato que por vezes não ocorria, como na tentativa frustrada de reforma de 1648, o que obrigava sempre as instituições governativas, sejam as reinóis ou as americanas, a negociar com as elites fluminenses, localizadas em especial no Senado da Câmara.

¹²¹⁹ Edoardo Grendi. *Polanyi. Dall'antropologia allá microanalisi istorica*, p. 127-165; e João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa. “Monarquia Pluricontinental e repúblicas”, p. 56.

¹²²⁰ Kalina Silva. *Nas solidões vastas e assustadora*, p. 80 e; Kalina Silva. *O Miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial*, p. 65-67.

¹²²¹ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 73-75.

Ainda por fazerem parte da elite fluminense, permaneceram muito tempo exercendo o ofício, algo em torno de quatorze anos. Mas mesmo os Capitães de Infantaria, que eram “homens ultramarinos”, ficaram longos períodos no ofício, se comparados aos dos Sargentos-mores, também “homens ultramarinos”, algo em torno de sete anos. O que nos mostra mais uma vez a existência de diferentes “homens ultramarinos”, com expectativa de retribuição dos serviços naturalmente divergentes. Aqui, novamente, temos que sublinhar a enorme quantidade de tempo em que os produtores de açúcar, aliados a esses militares, tinham garantida a venda de seus açúcares para o pagamento dos salários dos soldados da Tropa Paga.

Para melhor entendimento a respeito desta sociedade, de sua lógica social e do funcionamento de sua economia, não devemos apenas estudar, de forma isolada, os senhores de engenho ou plantadores de cana, mas sim, como já pontuaram os estudos de Fragoso, analisar as famílias e seus diversos ramos. Em decorrência, deve-se salientar que, talvez, seus membros, até então negligenciados pela historiografia, por não ocuparem ofícios como a provedoria da fazenda e o juizado de órfãos, fossem extremamente relevantes.¹²²² Como vimos, o pagamento dos salários aos soldados e a compra de mantimentos e armas passavam pela gerência dos Capitães de Infantaria. O que nos permite indagar: até que ponto estes recursos não ajudavam na montagem desta economia açucareira?

Mais ainda, é necessário que a historiografia analise: qual era a motivação destes Capitães de Infantaria ligados às famílias senhoriais (simples ou extensas) ao ingressarem na Tropa Paga? Isto fazia parte da estratégia familiar como um todo? Ou apenas de algumas delas? Ou dentro dos *Seiscentos*, por conta da urgência em restaurar Angola, fora uma saída pontual para tentar melhorar o acesso às presas de guerras? Como estes personagens se integravam nestas famílias senhoriais? Havia uma especialização nos ramos familiares? Portanto, assim como pontuou Moreno para a Espanha, onde teria havido uma especialização, naquele espaço para os secundogênitos da alta nobreza e casas nobres não muito importantes; teria ocorrido o mesmo no mundo

¹²²² Os estudos de João Fragoso chamam a atenção para a importância dos conquistadores do Rio de Janeiro no século XVI e como a partir daí puderam ter acesso a mão-de-obra indígena. Contudo, quando avança no tempo, adentrando ao século XVII, esta característica vai desaparecendo. Por outro lado, estudos como o de Maria Regina Celestino de Almeida e Maurício de Abreu têm demonstrado a importância do trabalho indígena nas plantations de açúcar no século XVII. Já Stuart Schwartz mostrou que a escravidão dos indígenas no Recôncavo Baiano, também nas plantations, ocorreu juntamente com a escravidão negra. Cf. Maria Regina Almeida. *Metamorfoses Indígenas*; Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica e*; Stuart Schwartz. *Segredos Internos*.

do ultramar luso?¹²²³ De modo que a faceta castrense torna-se vital para entender o funcionamento não só daquela sociedade, mas também de sua economia. Afinal, estar ligado a algum ministro do reino era fundamental, já que tudo isto possibilitava ter maior capacidade de se reproduzir ou ao seu grupo como dono de uma moenda de cana-de-açúcar, o que lhe conferia maior estabilidade ao longo dos *Seiscentos*.¹²²⁴ Em decorrência, a historiografia tem que desenvolver estudos mais amplos a respeito da especialização dos nichos familiares a que estes militares pertenciam, para que possamos entender melhor esta lógica social.

Estes personagens, antes de se tornarem Capitães de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro, tinham acumulado méritos elevados, que podiam ser medidos pela quantidade de anos que já haviam servido à Coroa, independentemente de sua ligação social com os Sás, com Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra, ou de não terem vínculos com a Capitania. Méritos que muito ultrapassavam o que o Regimento da Fronteira determinava. Do mesmo modo, progrediram em suas carreiras militares, sem dar grandes saltos em termos hierárquicos, até chegarem a comandar uma Capitania de Infantaria. Começando a servir como soldado e, na medida em que iam acumulando méritos, ascendiam na estrutura hierárquica. Neste ínterim, circulavam para além do Rio de Janeiro, embora fossem em sua grande maioria “homens coloniais”. De modo que, ao contrário do que pontua Ricupero, não estavam restritos a sua capitania.¹²²⁵ Não era comum a estes militares, antes de assumirem o ofício, possuírem distinções sociais, nem mesmo para os que eram “homens ultramarinos”.

Depois que tomavam posse do ofício, só o deixavam devido à elevada idade e aos problemas físicos decorrentes desta. Pouquíssimos Capitães de Infantaria conseguiram outros ofícios militares.¹²²⁶ Os que conseguiram ainda eram jovens e ligados aos Sás de algum modo. Estes não necessariamente tinham servido no Reino, de modo, que aquela hierarquização do espaço para este personagem não era levada em consideração. Mas, mesmo estes ofícios, sejam os militares ou não, eram restritos ao universo fluminense ou a áreas que lhes eram tributárias. Os militares ligados a Benevides também receberam mais mercês de todas as naturezas, sejam as militares ou não.

Como vimos no capítulo dois, quando da criação da Companhia de Comércio

¹²²³ Augustín Jiménez Moreno. *Nobleza, guerra y servicio a la corona*, p. 363.

¹²²⁴ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 56-57.

¹²²⁵ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 52. Grifos no original.

¹²²⁶ Apenas três.

(1649), as relações entre a Câmara, leia-se “nobreza da terra”, e o capital mercantil ultramarino ficaram tensas.¹²²⁷ Alguns episódios ocorreram nos anos seguintes e serviram para medir a força dos dois grupos perante o rei, que acabou por abolir o monopólio da companhia em 1658.¹²²⁸ O que levou Fragoso a afirmar que “por estes acontecimentos, percebe-se a capacidade de enfrentamento da elite senhorial diante das pretensões metropolitanas de imporem certos traços do pacto colonial.”¹²²⁹ Aqui também pode estar a chave do entendimento do porquê alguns Capitães de Infantaria que eram “homens coloniais” receberem mercês honoríficas mais qualificadas do que alguns Capitães de Infantaria que eram “homens ultramarinos”. Ao contrário do que pontua Ricupero. Assim, acreditamos que a Tropa Paga era mais um dos espaços políticos no qual a Coroa, como cabeça do corpo social, procurava equilibrar o poder entre as elites do centro e da periferia desta Monarquia Pluricontinental, mas também entre as elites da Capitania, o que era fundamental para a *governança* da terra, já que se tratava de um governo polissinodal e corporativo.¹²³⁰

No que diz respeito às distinções das Ordens Militares lusas, segundo Olival, a Coroa fez uso da distribuição de hábitos para atrair soldados para a periferia do universo luso.¹²³¹ Todavia, o caso aqui parece não ser esse, já que, dos quatro Capitães de Infantaria que eram “homens ultramarinos”,¹²³² apenas o Capitão de Infantaria Jorge Pereira (1644-52) tinha uma promessa de pensão em uma comenda de um hábito de S. Tiago, ou Avis de 12\$000 rs. Esta só se efetivaria em 1651, para o seu filho, que receberia, no entanto, algo bem melhor, uma comenda efetiva de 200\$000 rs. de lote, pertencente à ordem de Cristo, com o hábito da mesma ordem e 50\$000 rs. de renda em bens de ausentes. Igualmente, não precisava, neste estrato hierárquico, atrair homens para o mundo colonial fluminense, posto que já eram da localidade e lhes interessava continuar servindo.

Embora todos os nossos Capitães de Infantaria tenham lutado contra os holandeses na Bahia e em Pernambuco, a Coroa fora bastante econômica na distribuição

¹²²⁷ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 84.

¹²²⁸ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 85-86.

¹²²⁹ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 86.

¹²³⁰ Mafalda Soares da Cunha & Nuno Monteiro. “El Gobierno del império português”, p. 191-252. O conceito, que ainda está em construção, recebeu diversas considerações em João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa. “Monarquia Pluricontinental e repúblicas”. A respeito da característica polissinodal, ver António Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan*. e Francisco Cosentino. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII)*.

¹²³¹ Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno*, p. 118-119, 175, 215 e 265.

¹²³² Jorge Pereira, Gaspar Rodrigues, António Garcez e Gralha e Tomas da Silva.

destas condecorações e, ao contrário do que mostrou Krause, para os que permaneceram na elites baianas e pernambucanas.¹²³³ O que pode nos evidenciar a diferença como a Coroa tratava estas elites. Talvez não por conta da discussão que existia no Rio de Janeiro a respeito da isenção de impostos de quem possuía o hábito de Cristo, como aquele autor sublinhou.¹²³⁴ Até mesmo porque, para aquela Capitania, talvez fossem poucos os indivíduos que tivessem aquela distinção, o que precisa ser investigado pela historiografia.

Por fim, em relação a estas mercês das Ordens militares, a retribuição dos “homens ultramarinos” não era melhor do que a dos “homens coloniais”, sobretudo os ligados a Benevides, ao contrário do que defende Ricupero.¹²³⁵

¹²³³ Thiago Krause. *Em busca da honra*, p. 176.

¹²³⁴ Thiago Krause. *Em busca da honra*, p. 134-139.

¹²³⁵ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*, p. 83.

Conclusão Geral

Weber apontou que durante a modernidade, na qual se inclui os *seiscentos*, se formaram os Estados Modernos, quando também se buscou tornar legítimo o monopólio da violência por parte daqueles.¹²³⁶ Para isso, igualmente, teria contribuído a chamada Revolução Militar do século XVII. O período fora marcado por guerras entre aqueles Estados, que acabaram arrastando toda a população, de um modo ou de outro, uma vez que se vivia em “guerra total”. Para a manutenção do status de beligerância, os Estados acabaram extraindo recursos de suas próprias sociedades, o que ocorrera de forma negociada. Grosso modo, portanto, a cada Estado Moderno existente ter-se-ia trilhado um caminho, uma vez que as negociações empreendidas entre o centro destes Estados e as suas periferias foram particulares. Quase todo o montante arrecadado visava estruturar as forças militares envolvidas naqueles conflitos. Em decorrência disso, a questão marcial torna-se vital, uma vez que promove a inserção e reprodução dessas elites no processo de formação do Estado Moderno, reforçando o pacto que unia o centro as suas periferias. A guerra na modernidade, portanto, teria criado oportunidades de ascensão social.¹²³⁷

Se, por um lado, os historiadores como, por exemplo, Perry Anderson, admitem a existência de vários processos na formação dos Estados Modernos;¹²³⁸ por outro, os que trabalham com o conceito de Revolução Militar do século XVII o fazem de forma unívoca. Esse posicionamento nos é estranho, uma vez que a Revolução Militar do século XVII está no bojo da formação dos Estados Modernos. Não apenas por isso, mas porque a historiografia já incorporou novos elementos ao conceito de Revolução Militar do século XVII inaugurado por Roberts,¹²³⁹ não o limitando às técnicas e ao uso intensivo de armas e homens, admitindo, inclusive, algumas particularidades.¹²⁴⁰ Acima de tudo, já demonstrou que os Estados Modernos passaram a se preocupar com estruturas de poder que no cotidiano garantiam a existência das tão necessárias forças militares – uma das quais, a maneira pela qual fora feita a arrecadação dos impostos. O conceito tornou-se mais complexo, mais elástico, mais maleável e, portanto, menos rígido. Em decorrência disso, se deveria pensar também na possibilidade de diversos caminhos

¹²³⁶ Max Weber. *Economia y sociedad. Esbozo de una sociología comprensiva*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1974.

¹²³⁷ André Corvisier. *A guerra*.

¹²³⁸ Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹²³⁹ Michael Roberts. “The military revolution, 1560-1660”.

¹²⁴⁰ Como, por exemplo, Michael Duffy, Simon Adams e, I. A. A. THOMPSON

terem sido trilhados para a Revolução Militar do século XVII. Ainda que esta não seja a questão central proposta nesta tese, presta-se para contextualizá-la.

A chave para entender este duplo processo, a formação dos Estados Modernos e a Revolução Militar do século XVII, passa pelas inúmeras maneiras como estas sociedades se organizaram para manter seus corpos militares. Acreditamos que para a Monarquia portuguesa – dependente economicamente do ultramar¹²⁴¹ e das forças militares coloniais ali existentes, muitas das quais repletas de populações gentílicas –,¹²⁴² não se pode observar a sua construção sem levar em consideração os nexos que uniam o reino às suas conquistas, tecendo redes de interesses dos mais diferentes e conectando às diversas elites presentes no vasto universo português, gerando integração.

Esta integração, aliada ao compartilhamento de algumas ideias e valores, tornava todos vassallos da nova dinastia inaugurada, em 1640, com a Restauração. Apesar desta união, o mundo luso era muito heterogêneo e comportava inúmeros interesses que precisavam ser amarrados, muitos direcionados para a “cabeça” do reino, o monarca. Isso ocorria por conta da negociação entre as áreas periféricas e a central. Assim, era possível surgir lógicas sociais e padrões de circulação múltiplos, de acordo com os interesses envolvidos.

Pois bem, a proposta de nosso trabalho partia exatamente dessas duas questões. Procurando mostrar e entender, à luz da proposta da Nova História Militar, três aspectos centrais que tocavam a um dos *corpus* militares que compunham o sistema castrense na capitania do Rio de Janeiro, mais particularmente, os Ofícios Superiores e Inferiores da Tropa Paga, entre os anos de 1640-1652. Seriam: 1º) a lógica social, 2º) o padrão de circulação e 3º) a participação na *governança* da terra.

Partimos da hipótese de que estes três pontos apresentaram diferenças entre aqueles Oficiais Superiores e Inferiores da Tropa Paga. E, isso, conseguimos demonstrar ser verdadeiro. Para apreender essa questão, era necessário, como uma das premissas da Nova História Militar, inserir esses Oficiais na sociedade fluminense e no próprio universo luso, compreendendo como construíram suas relações para além do corpo militar que integravam. Destarte, alguns pontos contextuais devem ser lembrados.

A Restauração trouxera novas oportunidades de ascensão social para muitos dos personagens que se mostravam leais a D. João IV (1640-1656). Para tal, entre outras

¹²⁴¹ Vitorino Magalhães Godinho. *Ensaio II*.

¹²⁴² SILVA. “Cooperar e dividir”, p. 257-270.

coisas, era necessário se inserir em redes clientelares que se encontravam presentes em vários pontos do universo luso e que de certo modo uniam as periferias ao centro.

Em paralelo, no Rio de Janeiro, nos anos de 1640-1652, as elites e a economia açucareira começavam a ter problemas para se reproduzir por conta da crise que se instalara. Todavia, a localidade continuava a ser a segunda praça mercantil mais importante da América. Dessa forma, era vital a sua proteção, especialmente contra os batavos. Para entender este processo de reprodução social e econômica é fundamental observar como essas elites se integravam, negociavam, construíam lógicas sociais e circulavam pela chamada *Monarquia Pluricontinental*.

Uma das possibilidades de conservação de status ou de ascensão social era ingressar na Tropa Paga da capitania do Rio de Janeiro. Esse fato, em parte, só era possível se aqueles personagens tivessem prestado serviços à Coroa, via sistema de mercês. Assim, algumas das dádivas passadas pelo rei lhes permitiam ingressar nos Ofícios Superiores e Inferiores daquele *corpus* militar, que era composto por duas categorias sociais presentes nas áreas do ultramar, segundo Alencastro: os “homens ultramarinos” e os “homens coloniais”.¹²⁴³

Mas, para a manutenção daquele *corpus* militar, eram necessários recursos financeiros e humanos que não podiam ser fornecidos na íntegra pela *Monarquia Pluricontinental*. Esta era incapaz de prover por conta própria o recrutamento, dependendo da participação de particulares. Essa *Monarquia*, de acordo com um dos princípios do autogoverno, presente na Segunda Escolástica, negociou a ampliação da participação da localidade naquele processo, via renovação sistemática de impostos extraordinários criados pelo Senado da Câmara, e também incentivou a criação de Companhias de Infantaria montadas às custas dos próprios Capitães. De modo que acabou por assumir algumas funções militares que eram de responsabilidade do Governador.

Esse agente era a principal figura militar da Capitania e possuía autonomia frente aos regimentos para negociar com as elites locais presentes na Câmara. Estas negociações acabavam por respeitar as dinâmicas e interesses locais, muitos dos quais também eram da Coroa, como, por exemplo, a necessidade de restaurar Angola, nas mãos dos holandeses desde 1641. As negociações permitiam a participação das elites do Rio de Janeiro na gestão dessa Monarquia.

¹²⁴³ Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Viventes*, p. 103-4.

No caso específico desta pesquisa, fora notado que por meio da negociação, a Câmara – e as elites nela presentes – acabou por ficar responsável por algumas daquelas funções que cabiam ao Governador, em especial, o pagamento dos soldados da Tropa Paga. Assim, passou a controlar não apenas a arrecadação de impostos extraordinários, como o “subsídio do vinho” e a “vintena”, mas também, o seu uso. Taxas estas que só eram (re)criadas porque (re)aprovadas pela Câmara. As elites presentes naquela instituição, portanto, tinham gerência em uma forma de extração de riqueza da sociedade, o que fatalmente lhes conferia ganhos, já que se tratava de uma “economia do bem comum”.¹²⁴⁴

A Câmara, por sua vez, participava da gestão desta *Monarquia Pluricontinental* e servia de canal de negociação com esta, tal qual o governo da Capitania e o Governo-geral. De maneira que, quando ambos passaram a ter o mesmo posicionamento a respeito da reforma da Tropa Paga, a partir de 1649, só restava ao Conselho Ultramarino propor ao monarca que atendesse ao pedido. Logo, o Conselho, neste caso e em alguns outros mostrados no trabalho, serviu para corroborar o que já havia sido negociado na própria Capitania, referendando acordos locais. Nesse sentido, funcionava como um tribunal, encarregado de discutir, eleger ou avalizar pactos que privilegiassem o “bem comum”. Em última instância, atuava, portanto, como um *locus* de respaldo ou segurança jurídica para que os acordos das elites fluminenses tivessem melhor garantia de continuidade ou mais “firmeza”.¹²⁴⁵

O pensamento unívoco em relação à reforma estava ligado à Companhia de Comércio (1649) e aos seus monopólios, o que desagradava as elites da Capitania. Um dos quais, o do vinho. Produto sobre o qual já incidia o imposto extraordinário do “subsídio do vinho”, destinado ao pagamento dos soldados da Tropa Paga. Neste contexto, o Governador-geral, querendo efetivar os monopólios, ao contrário do que até então se vira, afirmava que não eram mais necessárias aquelas taxas, uma vez que a Fazenda Real tinha como cobrir aqueles gastos. Mas, igualmente, pedia que os mesmos diminuíssem, por isso, começou a fazer eco às solicitações anteriores da Câmara e do Governador para que a Tropa Paga fosse reformada. O “subsídio do vinho” deixou de ser renovado pela Câmara e, com isso, a Companhia de Comércio passou a ser a única responsável por pagar os soldos daquele corpo militar, o que era uma de suas funções. A Companhia, pelo menos naquele instante, se firmou e a reforma fora efetivamente

¹²⁴⁴ João Fragoso. *Imperial (re)visions*, p. 105.

¹²⁴⁵ Marcello Loureiro. *Iustitiam Dare*.

concretizada em 1652, logo após o monarca acatar a recomendação do Conselho Ultramarino.

No entanto, não bastava apenas se preparar ou lutar contra os batavos. Dentro da incerteza da Restauração era necessário que o Rio de Janeiro apoiasse a nova dinastia. Em decorrência disso, era vital (re)criar laços de lealdade que unissem a localidade ao novo/velho centro de poder. Inúmeros nexos foram (re)construídos, um deles contava com a atuação dos luso-brasileiros daquela Capitania na Tropa Paga. Estes laços foram facilitados, pois, em parte, existia uma mútua dependência e interesses comuns entre estas elites e a Coroa. Mas, é claro, porque também estas elites se sentiam vassalos do novo rei de Portugal. O fato nos ajuda a explicar a existência de diferentes categorias de personagens que ajudavam a movimentar as redes. Estas, por sua vez, percorriam diversas áreas do universo luso, conectando os interesses locais aos universais.

Um dos quais, o mais importante, sem dúvida, era Salvador Benevides. Alguns daqueles “homens ultramarinos”, que ocuparam o Ofício Superior da Tropa Paga, também atuavam na movimentação destas redes ao prestarem serviços no ultramar, neste caso no Rio de Janeiro. Já que voltavam para o reino, continuavam a servir a Coroa, que por sua vez, por meio do sistema de mercês, lhes permitia ascender socialmente.

Havia também alguns “homens coloniais” que ocuparam o Ofício Inferior da Tropa Paga. Estes participavam de batalhas na Europa contra Castela, assim como aqueles Oficiais Superiores. Religavam espaços perdidos, como Angola. Igualmente, acabavam conectando aquela Coroa aos locais ainda não conquistados, como por exemplo, o norte da Capitania (Cabo Frio e Campos).¹²⁴⁶ Isto era fundamental, porque, assim como Benevides, atavam interesses da Coroa a algumas populações gentílicas aliadas aos luso-brasileiros. Não é a toa que os Capitães de Infantaria ligados aos índios também o eram a Benevides. Foi isso que permitiu muitos flecheiros saírem do Rio de Janeiro e rumarem para Angola (1648) para enfrentar os holandeses. Assim, essas populações, já devidamente participando do mundo *ocidental* e “convencidas” a “descerem” para os aldeamentos coloniais do Rio de Janeiro, eram integradas àquele

¹²⁴⁶ Apesar de Cabo Frio ter sido fundada, em 1615, e logo ter sido “loteada” por meio da distribuição de sesmarias, seria na década de 1640, que passaria a ter uma importância maior. Sobretudo, porque a localidade serviria de “cabeça de ponte” para a conquista do sertão dos goitacazes. De modo que somente, em 1652, fora erguido o primeiro engenho em Campos e, em 1677, se deu a fundação da vila de São Salvador dos Campos. Cf. Alberto Lamego. *O Homem e o Brejo*.

mundo e apresentavam *ganhos*.¹²⁴⁷ Tal fato acabou por gerar um deslocamento populacional impressionante, não só de parcelas europeias e africanas para a América, mas de algumas etnias indígenas e de “afro-luso-brasileiros” que iam para a África lutar por um monarca europeu. O fato é importantíssimo, porque a modernidade marcaria, entre tantas outras coisas, a “vitória” do mundo ocidental perante as outras culturas.¹²⁴⁸

As elites da Capitania, além dos ganhos descritos acima, também somavam pontos com a Monarquia, pois passavam a ser vistas como leais vassallos que ajudavam na proteção daquele espaço. Essa lealdade justificou o recebimento, em 1642, do privilégio dos cidadãos do Rio de Janeiro de serem equiparados aos dos cidadãos do Porto.¹²⁴⁹ Tinham possibilidades de participarem da *governança* da terra, estabelecendo acordos e firmando decisões no plano local, de modo que as elites tivessem mais importância na gestão de sua própria república. Em paralelo, criava-se uma situação em que a Coroa é que dependia da Câmara, o que poderia trazer distinções e privilégios para a cidade, para os camarários e para quem costurava os acordos, como Benevides.¹²⁵⁰ Este era fundamental, posto que capitaneava a principal rede clientelar da Capitania, aproximando os vassallos fluminenses do rei. Os poderes das elites presentes na Câmara eram legitimados pela Coroa. Participavam de uma instituição importante que ajudava a impor a ordem na Capitania. E, por fim, gostaríamos de sublinhar, que tinham maior capacidade de enfrentar as pretensões metropolitanas em alguns pontos ligados ao pacto colonial.¹²⁵¹

Se, por um lado, os Oficiais Superiores (Sargentos-mores) e os Oficiais Inferiores (Capitães de Infantaria) da Tropa Paga possuíam um conjunto de valores compartilhados, afinal eram vassallos do mesmo rei; por outro, embora compusessem o mesmo corpo militar, a Tropa Paga, tinham lógicas sociais, padrões de circulação e participação na *governança* da terra totalmente divergentes. Estas questões podem ser visualizadas de forma esquemática e didática na tabela abaixo.

¹²⁴⁷ Maria Regina de Almeida. *Metamorfozes Indígenas*.

¹²⁴⁸ John Keegan. *História da Guerra*.

¹²⁴⁹ Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o Império*, p. 322-323. Citações p. 323.

¹²⁵⁰ Estas duas premissas também foram mostradas recentemente por Marcello Loureiro. Cf. Marcello Loureiro. *Iustitiam Dare*.

¹²⁵¹ João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 86.

		Sargento-mor	Capitão de Infantaria		
			Homens Ultramarinos	Homens Coloniais	
Antes de Assumir		Homens Ultramarinos	25%	75%	
	Anos de Serviços prestados	31 anos	15,3 anos		
			c. 15 anos	13,9 anos	
	Ofícios militares ocupados	Dos postos mais baixos aos mais elevados			
	Espaços onde atuaram	Europa, BA e PE	Europa, BA, PE e RJ		
	Distinções Sociais	Fidalgo, Administração de Capela, Mancebo, Comendador	-	Cavaleiros com hábitos, pensões e comendas das Ordens militares	
	Qualidade/mérito	Qualidade e mérito	Mais méritos do que qualidade		
Durante	Ligações com a Capitania do RJ	Sem ligação com Benevides e; De passagem pelo RJ	50 % ligados a Benevides; 31,3% ligados a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra e; 18,7% sem vínculos com a sociedade fluminense		
	Governança da terra	Direta	Indireta		
	Quantidade de anos no ofício	2,6 anos	14,2 anos		
Após	Ascensão social	83,3%	56,3% Ligação com Benevides ajudava		
	Mercês concedidas				
	a) Militar	19%	29,4%		
	b) Material	19%	-		
	c) Social	62% (28,6% Comenda; 23,8% Pensões e hábitos de Ordens Militares e; 4,8% Comendas de Ordens Militares)	70,6% (30% Pensões e hábitos de Ordens Militares e; 2,5% Comendas de Ordens Militares)		
	Ascensão do indivíduo	Buscavam comendas, hábitos e pensões das Ordens Militares; Após deixar o ofício. Receberam em maior número do que os Capitães de Infantaria	2 Comendas e 3 hábitos e pensões das Ordem militares	3 Comendas e 3 hábitos e pensões das Ordem militares	
	a) Militar	50%	44,4%		
	b) Material	50%	-		
	c) Social	83,3%	50%		

Como se pode reparar, os Sargentos-mores começaram suas carreiras como soldados e foram galgando ofícios militares mais elevados, sem pular etapas. Já haviam atuado em “guerras vivas” contra os castelhanos na Europa e contra os batavos na Bahia e em Pernambuco. Fato que lhes possibilitava ter algumas distinções sociais importantes, como título de fidalgo, administração de capelas etc. Assim, ao mesmo

tempo em que tinham méritos, também possuíam qualidades, entendida aqui como algum tipo de status social que permitia ocupar aquele espaço. Antes de chegarem ao Rio de Janeiro, prestaram 31 anos de serviços à Coroa, portanto estavam mais próximos do final de suas vidas e carreiras. Encontravam-se de passagem pela Capitania, onde participavam ativamente da *governança* da terra. Como “homens ultramarinos” queriam regressar ao reino e não tinham interesse em ficar por muito tempo, por isso, em média, ocuparam o ofício por 2,6 anos apenas. A ligação com as elites da Capitania foi quase nula, inclusive com Benevides. Assim, o ofício era fundamental para tutelar aqueles Governadores que passaram pela Capitania, que na maioria das vezes eram aliados de Benevides. Após retornarem para o Velho Mundo, continuaram ascendendo, não apenas materialmente e militarmente, mas, sobretudo, socialmente, uma vez que conseguiram receber categoriais sociais cada vez mais importantes.

Já os Capitães de Infantaria também iniciaram suas carreiras como soldados e foram subindo na hierarquia castrense degrau a degrau. Igualmente, tinham guerreado em batalhas na Europa, mas de forma mais modesta. O principal espaço de atuação era a América, onde enfrentaram os holandeses na Bahia e em Pernambuco, mas conheciam o teatro de guerra fluminense, ao contrário dos Sargentos-mores. Alguns, em números percentuais menores do que os Sargentos-mores, já não estavam mais no terceiro estado (povo), já que haviam ingressado na nobreza. Porém, não nos mesmos níveis hierárquicos do que aqueles mesmos Sargentos-mores. Haviam dedicado 15,3 anos de trabalhos para o engrandecimento da Coroa e queriam persistir nesta missão, já que não pretendiam sair da Capitania. Não estavam de passagem pelo Rio de Janeiro, embora participassem de forma indireta da *governança* da terra, já que muitos eram membros de suas elites. As ligações sociais que construíram eram fundamentais, pois os inseriam em redes clientelares que os ajudavam no processo de ascensão social. Neste sentido, o elo com Benevides se mostrou fulcral. Mas, não apenas; muitos eram ligados às famílias que detinham ofícios importantes para o controle da “poupança colonial”.¹²⁵² Por isso, ficaram aproximadamente 14 anos no ofício. Como em sua maioria eram “homens coloniais”, ao deixarem o ofício, continuavam ascendendo militarmente em áreas subordinadas ao Rio de Janeiro; enquanto em termos sociais, ganhavam algumas distinções sociais, como pensões, hábitos e comendas das Ordens Militares – sendo que

¹²⁵² João Fragoso. “A Nobreza da República”, p. 73-75.

algumas delas, é verdade que poucas, eram melhores do que as concedidas aos Sargentos-mores.

Nesse sentido, cabe sublinhar um aspecto importante no que diz respeito à aplicabilidade dos conceitos de categoria social de “homem ultramarino” e de “homem colonial” que foram colocados a prova na tese. Os termos criados por Alencastro e complexificados por Ricupero se mostraram inviáveis para o nosso objeto. Embora nossa pesquisa tenha se prestado a pensar um espaço e uma temporalidade menos alargados do que os que foram por Alencastro, seguimos a proposta de Bicalho. Esta autora sublinhou que apesar da grande importância daquela obra, que havia introduzido questões ainda não pensadas pela historiografia, existia um grave problema. Aquelas categoriais sociais nos remetem “à visão dicotômica metrópole *versus* colônia”, o que faria a obra perder a “perspectiva mais geral e inovadora”.¹²⁵³ Por isso, aquelas categorias deveriam ser descartadas.

Para Alencastro, temos que lembrar que “homens coloniais” podiam sair de suas áreas periféricas na América e atravessar o oceano em direção ao Velho Mundo para lutar pela nova dinastia. Já para Ricupero, devemos sublinhar que a valorização dos serviços prestados por aqueles agentes que atravessam o mar não estava ligada ao fato de serem “homens ultramarinos” ou “homens coloniais”. De modo que os serviços de alguns “homens coloniais” foram melhores retribuídos do que de determinados “homens ultramarinos”. O fato não pode ser explicado pelo viés econômico. Mas sim, como destacado nesta pesquisa, por Bicalho na resenha citada acima e por muitos historiadores, porque existia em Portugal a ideia de que os serviços prestados pelos vassallos à Monarquia deveriam ser recompensados de alguma forma. Isso permitia reafirmar “o pacto político que unia súditos – reinóis e coloniais – (...)” à Coroa, o que fazia com que se tecesse “as malhas da soberania portuguesa sobre o Império ultramarino”.¹²⁵⁴

Por fim, gostaria de salientar que nossa pesquisa confirma algumas propostas da *Monarquia Pluricontinental*, conceito que vem sendo construído coletivamente. Nela, a Tropa Paga e os temas marciais geraram questões que demandaram a discussão negociada entre as elites locais e o centro da monarquia. Para além, tais questões permitiram que a integração das elites da capitania do Rio de Janeiro pudesse ser melhor

¹²⁵³ Maria Fernanda Bicalho. *Monumenta Brasiliae: O Império Português no Atlântico-sul*. Resenhado livro: O Trato dos viventes. A Formação do Brasil no Atlântico sul. In *Revista Tempo*. Vol. 6, nº 11, 2001, p. 267-273. Citações p. 273. Gostaria de agradecer a Marcello Loureiro pela indicação da resenha.

¹²⁵⁴ Maria Fernanda Bicalho. *Monumenta Brasiliae*, p. 272.

acomodada ao centro, que delas dependia.¹²⁵⁵ Sublinhou, igualmente, que os diferentes níveis hierárquicos dos Oficiais da Tropa Paga possuíam “diversas lógicas sociais e distintos padrões de circulação no espaço da monarquia”.¹²⁵⁶ Portanto, para compreender melhor esta *Monarquia Pluricontinental*, deve-se observar também as questões militares e sua relação com a sociedade, o que até agora não vinha sendo feito pela historiografia.

¹²⁵⁵ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. *Governadores e capitães-mores*, p. 193-194.

¹²⁵⁶ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. *Governadores e capitães-mores*, p. 194.

Anexos

Tabelas

Tabela 1: Estrutura hierárquica das tropas pagas no século XVII.

José Mirales¹²⁵⁷	Stuart Schwartz¹²⁵⁸	Pedro Puntoni (Teoria)¹²⁵⁹	Pedro Puntoni (Prática)¹²⁶⁰	Kalina da Silva¹²⁶¹	Francis Cotta¹²⁶²
Mestre-de-campo	Mestre-de-campo	Mestre-de-campo (capitão-mor)	Mestre-de-campo (oficial)	Mestre-de-campo	Mestre-de-campo
			Alferes (oficial)	Alferes	
Sargento-mor	Sargento-mor	Sargento-mor	Sargento (oficial)	Sargento	Sargento-mor
2 Ajudantes		4 Ajudantes			
Capelão Mor					
Furriel					
Capitães de infantaria	Capitão	Capitão		Capitão	Capitão
		Alferes			Alferes (bandeira)
		Sargento			Sargento
		Meirinho			
		Escrivão			
	Cabos (praça)	Cabo de esquadra	Cabos (praça)	Cabos (praça)	Cabo de esquadra
		Tambor			
	Soldados (praça)	Soldados	Soldados (praça)	Soldados (praça)	Soldados

¹²⁵⁷ José de Mirales. “História Militar do Brasil”, p. 31-3.

¹²⁵⁸ Stuart Schwartz. “Apêndice B. Uma nota acerca da organização militar portuguesa e brasileira”, p. 317-320.

¹²⁵⁹ Pedro Puntoni. “A arte da Guerra no Brasil”.

¹²⁶⁰ Pedro Puntoni. “A arte da Guerra no Brasil”.

¹²⁶¹ Kalina Silva. *Nas solidões vastas e assustadoras*.

¹²⁶² Francis Albert Cotta. *No rastro dos dragões e*; Francis Albert Cotta. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*.

Tabela 2: Informação do Governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides, relativa às despesas militares da Praça do Rio de Janeiro, em 1640, feitos pela Fazenda Real.¹²⁶³

Capitão-mor e governador	200\$000 rs.
Sargento-mor	310\$000 rs.
7 Capitães de infantaria	1:008\$000 rs. (144\$000 rs. cada um)
7 Pajens de gineta dos ditos capitães	112\$000 rs. (16\$000 rs. cada um)
7 Alferes	504\$000 rs. (72\$000 rs. cada um)
7 Embaideirados	84\$000 rs. (12\$000 rs. cada um)
14 Tambores	401\$800 rs. (28\$800 rs. cada um) ¹²⁶⁴
7 Sargentos	268\$800 rs. (38\$400 rs. cada um)
7 Pifanos	201\$600 rs. (28\$800 rs. cada um)
32 Cabos de esquadra assim do presídio como das fortalezas de Santa Cruz e São João	1:075\$200 rs. (36\$600 rs. cada um) ¹²⁶⁵
no ordenado de capitão da fortaleza de Santa Cruz que Sua Majestade foi servido mandar acrescentar a razão dos mais capitãcias de infantaria	144\$000 rs.
Alferes da dita fortaleza	80\$000 rs.
Sargento	38\$400 rs.
Capelão	28\$800 rs.
3 Condestáveis	120\$000 rs. (40\$000 rs. cada um)
Artilheiro	28\$800 rs.
Tambor	28\$800 rs.
Capitão da fortaleza de S. João	40\$000 rs.
Capelão da dita fortaleza	28\$800 rs.
Alferes	28\$800 rs.
Sargento	38\$400 rs.
Condestável	40\$000 rs.
3 artilheiros	86\$400 rs.
Capitão da fortaleza Santa Margarida	144\$000 rs.
Alferes	32\$000 rs.
Sargento	38\$400 rs.
2 cabos de esquadra da dita fortaleza	72\$000 rs.
458 soldados, assim do presídio como das fortalezas	13:190\$400 rs. (28\$800 rs. cada um)
Tenente da fortaleza de S. João	28\$800 rs.
10 soldados que assistem em Cabo Frio em que entra	345\$600 rs.

¹²⁶³ AHU, RJ, CA, D. 204, Rio de Janeiro, 28/3/1641.

¹²⁶⁴ A soma correta seria 403\$200 rs.

¹²⁶⁵ A soma correta seria 1:171\$200 rs.

o Capitão	
Capelão-mor	28\$800 rs.
2 ajudantes que vencem praça de alferes reformados	144\$000 rs.
Cirurgião mor e barbeiro	57\$600 rs.
Condestável mor	50\$000 rs.
5 artilheiros	144\$000 rs.
Condestável	40\$000 rs.
Total	19:212\$200 rs.

Tabela 3: Registro da Folha Geral que veio da Bahia, em 1647¹²⁶⁶

Duarte Correa Vasqueanes (Capitão-mor)	100\$000 rs., por ano.
D. Luís de Almeida (Mestre de campo)	O que mandava a provisão de Antônio Teles da Silva.
Capitão da Fortaleza de Santa Cruz	80\$000 rs., por ano.
Capitão da Fortaleza de São João	40\$000 rs., por ano; mais 40\$000 rs., do ano de 1646.
Martim Afonso de Souza (Cavaleiro do hábito de Cristo e Capitão mor dos índios da terra)	40\$000 rs., por ano; mais 40\$000 rs. do ano de 1646; mais 20\$000 rs. por ano pelo hábito de Cristo e; mais 20\$000 rs., pelo hábito de Cristo do ano de 1646.
Manuel de Sousa, (filho de Martim, Sargento-mor)	20\$000 rs., por ano e; mais 20\$000 rs., do ano de 1646.

Tabela 4: Soldo, por ano, dos militares da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro.

	1625¹²⁶⁷	1640¹²⁶⁸	Varição	1647¹²⁶⁹
Capitão-mor	100\$000 rs.	200\$000 rs.	100,0 %	100\$000 rs.
Sargento-mor	80\$000 rs.	310\$000 rs.	287,5 %	-
Capitão da fortaleza de Santa Cruz	80\$000 rs.	144\$000 rs.	80,0 %	80\$000 rs.
Capitão da fortaleza de São João	40\$000 rs.	80\$000 rs.	100,0 %	40\$000 rs.
Soldado	2\$400 rs.	28\$800 rs.	1.100,0 %	-

¹²⁶⁶ AN, Cód. 61, vol. 1, p. 317v. Registro da Folha geral que veio da Bahia.

¹²⁶⁷ “Ordenados e emolumentos dos officios e cargos do Estado do Brasil (posterior a 1625). *Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607- 1633)*”, p. 62-3.

¹²⁶⁸ AHU, RJ, CA, D. 204, Rio de Janeiro, 28/3/1641.

¹²⁶⁹ AN, Cód. 61, vol. 1, p. 317v. Registro da Folha geral que veio da Bahia.

Tabela 5: Número de soldados na Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro, 1640–1652.

1616 1270	Post. 1625 1271	1633 1272	1634 1273	1637 1274	1637 1275	1639 1276	1640 1277	1640 1278	1640 1279
28	100	150	150	250	300	550	280	468	500

1641 1280	1642 1281	1642 1282	1643 1283	1644 1284	1644 1285	1645 1286	1645 1287	1645 1288	1646 1289	1647 1290	1647 1291	1651 1292
300	200	300	272	300	400	250	300	400	300 1293	380	500 a 600	600

Tabela 6: Número de soldados desembarcados no Rio de Janeiro para servir na Tropa Paga, 1ª metade do XVII.

Dinastia dos Habsburgos					Dinastia dos Braganças				
1624	1633-4	1635	1637	Total (A)	1646	1649	1651	Total (B)	Total Geral (A)+ (B)
80	135	212	300	727	80	84	300	494	1191

¹²⁷⁰ “Alvará de 24 de outubro de 1616. Livro segundo do governo do Brasil”, p. 20.

¹²⁷¹ “Gasto que faz Sua Majestade com uma companhia de 100 soldados, capitão, alferes, sargento e tambor (posterior a 1625). *Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607- 1633)*”, p. 67.

¹²⁷² AHU, RJ, CA, D. 40-1, Lisboa, 3/9/1624.

¹²⁷³ “Documento nº 5, de 29/7/1634” In Gilberto Ferrez. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto, 1555-1800*, p. 121-3.

¹²⁷⁴ AHU, RJ, AVULSOS, D. 69, Rio de Janeiro, 6/1/1637.

¹²⁷⁵ AHU, RJ, AVULSOS, D. 135, Rio de Janeiro, 18/1/1645.

¹²⁷⁶ *CARTAS DO CONDE DA TORRE*, Volume II, p. 322-323.

¹²⁷⁷ Francisco de Adolfo Varnhagem. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Edições melhoramentos, 1956, 5ª edição, Tomo III, p. 137-8. AHU, RJ, CA, D. 204, Rio de Janeiro, 28/3/1641.

¹²⁷⁸ AHU, RJ, CA, D. 204, Rio de Janeiro, 28/3/1641.

¹²⁷⁹ Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, Vol. 2, p. 182.

¹²⁸⁰ PMDF. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 53.

¹²⁸¹ AHU, RJ, AVULSOS, D. 106, Lisboa, 29/11/1642.

¹²⁸² Luciano Raposo Figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa (Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761)*. São Paulo: Tese de doutorado em História, USP, 1996, p. 19;

¹²⁸³ IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Carta em que o governador propôs a câmara devam continuar em concorrer para a defesa da terra e fortificações e resolução da câmara para se continuar o tributo nos vinhos, p. 32.

¹²⁸⁴ AHU, RJ, CA, D. 316, Lisboa, 21/7/1644 e AHU, RJ, AVULSOS, D. 155, Rio de Janeiro, 11/2/1646.

¹²⁸⁵ AHU, RJ, AVULSOS, D. 121, Rio de Janeiro, 20/5/1644.

¹²⁸⁶ AHU, RJ, AVULSOS, D. 186, Lisboa, 5/7/1647.

¹²⁸⁷ AHU, RJ, AVULSOS, D. 141, Rio de Janeiro, 16/5/1645.

¹²⁸⁸ AHU, RJ, AVULSOS, D. 135, Rio de Janeiro, 18/1/1645.

¹²⁸⁹ AHU, RJ, AVULSOS, D. 155, Rio de Janeiro, 11/2/1645.

¹²⁹⁰ AHU, RJ, AVULSOS, D. 186, Lisboa, 5/6/1647.

¹²⁹¹ Pe. Antônio Vieira. “Pernambuco no Domínio holandez: 1648”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 56, 1893, p. 41.

¹²⁹² AHU, RJ, AVULSOS, D. 207, Lisboa, 7/6/1651.

¹²⁹³ Sem contar os soldados da fortaleza.

Tabela 7: N° de soldados pedidos para serem enviados à Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro e as respectivas instituições que fizeram os pedidos.

1634¹²⁹⁴ Cons. da Faz.	1637¹²⁹⁵ Gov. do RJ	1643¹²⁹⁶ Gov. do RJ	1645¹²⁹⁷ Cons. Ultr. e Cons. da Faz.	1648¹²⁹⁸ Salvador Benevides
100	250	600	900	500

Tabela 8: N° de soldados considerados ideais por instituição para Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro

1635¹²⁹⁹ Conselho de Estado	1635¹³⁰⁰ Rei	1637¹³⁰¹ Gov. RJ	1643¹³⁰² Gov. RJ	1644¹³⁰³ Conselho Ultrama rino	1644¹³⁰⁴ Conselho Ultrama rino	1645¹³⁰⁵ Gov. RJ	1650¹³⁰⁶ Governador- geral
300	500	500	600	400	500	600	600

Tabela 9: Arrecadação dos Dízimos na capitania do Rio de Janeiro, 1ª metade do XVII.¹³⁰⁷

Triênio	Total	Anual	Total	Anual
	Cruzados		Réis ¹³⁰⁸	
1608-1609		3.000		1:200\$000
1614-1617	18.750	6.250	7:500\$000	2:500\$000
1620-1623	30.000	10.000	12:000\$000	4:000\$000
1636-1639	84.000	28.000	33:600\$000	11:200\$000
1639-1642	100.000	33.333	40:000\$000	13:333\$200
1642-1645	77.000	25.666	30:800\$000	10:266\$400
1648-1651	144.000	48.000	57:600\$000	19:200\$000

¹²⁹⁴ AHU, RJ, CA, D. 41, Lisboa, 3/9/1624.

¹²⁹⁵ AHU, RJ, AVULSOS, D. 69, Rio de Janeiro, 6/1/1637.

¹²⁹⁶ IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Carta em que o governador propôs a câmara devam continuar em concorrer para a defesa da terra e fortificações e resolução da câmara para se continuar o tributo nos vinhos, p. 32.

¹²⁹⁷ AHU, RJ, CA, D. 406, Lisboa, 5 e 8/11/1645 e AHU, RJ, AVULSOS, D. 147, Lisboa, 8/11/1645.

¹²⁹⁸ AHU, RJ, AVULSOS, D. 193, Lisboa, 19/8/1648.

¹²⁹⁹ AHU, RJ, CA, D. 73, Lisboa, 29/3/1635.

¹³⁰⁰ AHU, RJ, CA, D. 66, Lisboa, 28/5/1635.

¹³⁰¹ AHU, RJ, AVULSOS, D. 69, Rio de Janeiro, 6/1/1637.

¹³⁰² IHGB, Arq. 1.2.12 – Rio de Janeiro – Carta em que o governador propôs a câmara devam continuar em concorrer para a defesa da terra e fortificações e resolução da câmara para se continuar o tributo nos vinhos, p. 32.

¹³⁰³ AHU, RJ, CA, D. 341, Lisboa, 25/10/1644.

¹³⁰⁴ AHU, RJ, AVULSOS, D. 126, Lisboa, 1/11/1644.

¹³⁰⁵ AHU, RJ, AVULSOS, D. 132, Rio de Janeiro, 9/1/1645.

¹³⁰⁶ DH vol. 5, p. 9

¹³⁰⁷ Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, Vol. 2, p. 52.

¹³⁰⁸ Angelo Carrara. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*, p. 125-6.

Tabela 10: Gastos Anuais da Fazenda Real com a manutenção da Tropa Paga em Réis, 1ª Metade do século XVII.

1607 ¹³⁰⁹	1616-1617 ¹³¹⁰	1625 ¹³¹¹	1639 (Gastos somente com soldados) ¹³¹²	1640 ¹³¹³	1648 ¹³¹⁴
1:600\$000	1:407\$000	2:600\$000	8:448\$000	19:212\$200	5:144\$000

Tabela 11: Ligações sociais dos Sargentos-mores da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro na década de 1640.

	Sargento-mor	Período	Homem Ultramarino	Sá	Ligações sociais com as elites do RJ	Ligações sociais com os moradores não pertencentes às elites do RJ	Sem ligação com o RJ
01	Antônio Ortiz de Mendonça	1635-1642	HU	X			
02	Simão Dias Salgado	c. 1641-1645	HU				X
03	Manuel Lopes	1645-1646	HU			X	
04	Lopo Alves da Fonseca	1646-1649	HU				X
05	Antônio Galvão	1649-1651	HU				X
06	Francisco da Cruz	1651-1654	HU		X		

¹³⁰⁹ Angelo Carrara. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*, p. 147.

¹³¹⁰ “Alvará de 24 de outubro de 1616. Livro segundo do governo do Brasil”, p. 20.

¹³¹¹ “Ordenados e emolumentos dos ofícios e cargos do Estado do Brasil (posterior a 1625). *Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607- 1633)*”, p. 62-3.

¹³¹² Gastos somente com os soldados. *CARTAS DO CONDE DA TORRE*, V. 2, p. 322-3.

¹³¹³ AHU, RJ, CA, D. 204, Rio de Janeiro, 28/3/1641.

¹³¹⁴ AN, Cód. 61, Vol. 1, p. 317v.

Tabela 12: Quantidade de anos em que os Sargentos-mores da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro permaneceram no ofício.

	Capitão de Infantaria da Tropa Paga	Período	Anos	Sá	Ligações sociais com as elites do RJ	Ligações sociais com os moradores não pertencentes às elites do RJ	Sem ligação com o RJ
01	Antônio Ortiz de Mendonça	1635-1642 Confirmação da nova dinastia 1640-42	7 3	X			
02	Simão Dias Salgado	c. 1641-1645	4				X
03	Manuel Lopes	1645-1646	1			X	
04	Lopo Alves da Fonseca	1646-1649	3				X
05	Antônio Galvão	1649-1651	2				X
06	Francisco da Cruz	1651-1654	3		X		
	Média		2,6*	3	3	1	3

* Optamos em calcular a média levando em consideração a confirmação da patente de Antônio Ortiz de Mendonça dada pela nova dinastia dos Braganças em 1640.

Tabela 13: Quantidade de anos de serviços prestados à Coroa antes da nomeação para Sargento-mor da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro.

Sargento-Mor	Anos de Serviços
Manuel Lopes (1645-1646)	40
Antônio Galvão (1649-1651)	31
Francisco da Cruz (1651-1654)	22
Média	31

Tabela 14: Lugares onde os Sargentos-mores da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro serviram antes de assumirem o ofício, 1640-1652.

Sargento-mor	Reino/Europa	Pernambuco	Lugares
Antônio Ortiz de Mendonça (1635-1642) ¹³¹⁵	X	X	Itália, Flandres e Pernambuco.
Manuel Lopes (1645-1646) ¹³¹⁶	X	X	Flandres e Pernambuco.
Antônio Galvão (1649-1651) ¹³¹⁷	X	X	anos 1630 , fora ferido em PE.; 1640 , participou das rondas em Lisboa, no dia da Aclamação; 1641 , combateu um navio de Castela na ilha da Madeira e batalhou na fronteira do Alentejo.

Tabela 15: Distinções Sociais dos Sargentos-mores da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro antes de assumirem o ofício, 1640-1652.

Sargento-mor	Distinções sociais recebidas
Antônio Ortiz de Mendonça (1635-1642)	Fidalgo
Manuel Lopes (1645-1646)	Neto de Bandarra 1643 , da administração “da capela da Ramalha, sita em Guimarães”. 1645 , renovação daquela administração e hábito da Ordem de Cristo. <i>Cap. Manuel Gomes Ribeiro (filho e “homem ultramarino”)</i> 1639 , quando seu pai servia no RJ, pensão de 20\$000 rs. em uma comenda da Ordem de Cristo;
Lopo Alves da Fonseca (1646-1649)	Mancebo, sem experiência.
Antônio Galvão (1649-1651)	1641 , a Comenda de São Lourenço da Ordem de Cristo; 1644 , pensão de 50\$000 rs. e uma comenda da Ordem de Cristo; 1646 , tença anual legada pelo Marquês de Cascais.

¹³¹⁵ “Registro do Traslado da provisão, que Sua Majestade passou a Antônio Ortiz de Mendonça Sargento-mor do Rio de Janeiro”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 16, s/d, p. 403.

¹³¹⁶ Cód. 61. Vol. 1, p. 12 – Patente do Sargento-mor Manuel Lopes – 28/03/1645.

¹³¹⁷ Cód. 61, Vol. 1, p. 336 – Registro da patente do tenente general Antônio Galvão porque vem servir o cargo de sargento-mor desta praça. 26/1/1649. Na verdade, fora nomeado para servir durante o triênio do governador Salvador de Brito Pereira.

	<p>1647, promessa de uma pensão de 50\$000 rs. na comenda da Ordem de Cristo. Tinha ordens para assumir o gov. da capitania</p> <p><i>Quando de sua nomeação negociou as condições para servir.</i></p> <p>1648, Renunciou a tença de “30\$000 rs (1647) e; o ofício de escrivão dos contos do Reino e Casa, de um lugar no recolhimento dos órfãos de S. Jorge de Lisboa para sua irmã.</p> <p>Recebeu Um aumento da tença que havia renunciado, passando de 30\$000 rs. para 80\$000 rs.</p> <p><i>Anna Freira (irmã)</i></p> <p>1650, depois da renúncia de 1648 ganhava agora 20\$000 rs. de pensão pelos serviços de seu irmão</p>
Francisco da Cruz (1651-1654)	<p>1646, havia pedido o hábito de Cristo e posto de Sarg.-mor, juntamente com pensão de 60\$000 rs;</p> <p>1647, promessa de pensão de 40\$000 rs. e o hábito de São Bento de Avis</p>

Tabela 16: Quantidade de Mercês concedidas aos Sargentos-mores da Tropa Paga (1640-1652) e/ou seus familiares durante ou após deixarem o ofício.

Tipo	Militar	Material	Social				TOTAL
			Comenda	Religiosa			
				Ordens Militares			
				Pensão e Hábito	Comenda		
TOTAL	4 (19%)	4 (19%)	1 (4,8%)	6 (28,6%)	5 (23,8%)	1 (4,8%)	21 (100%)

Tabela 17: Ofícios Militares concedidos aos Sargentos-mores da Tropa Paga (1640-1652) após deixarem o ofício.

Nº	Sargento-mor	Depois de deixar o RJ
01	Antônio Ortiz de Mendonça (1635-1642) ¹³¹⁸	1) 1644 , Mestre de campo nas batalhas de Santo Aleixo e Elvas.
02	Manuel Lopes (1645-1646) ¹³¹⁹	1) 1646-48 , Cap. de inf. na prov. de Trás-os-montes e em Montereí.
03	Antônio Galvão (1649-1651) ¹³²⁰	1) ? , Mestre de campo do terço pago do reino de Algarves; 2) 1658 , participou da Batalha de Linha de Elvas.

Tabela 18: Mercês materiais concedidos aos Sargentos-mores da Tropa Paga (1640-1652) e/ou seus familiares após deixarem o ofício.

Nº	Sargento-mor	Mercês recebidas após de deixar o ofício	
		Próprio	Familiar
01	Manuel Lopes (1645-1646)	1) 1647 , ajuda de custo de 50 Cruzados.	
02	Antônio Galvão (1649-1651)	1) 1664 , recebeu pelos serviços de seu filho, que acabara de morrer, a adm. dos bens do Casal de Caparide (Cascais), e de 40\$000 rs. de tença; 2) 1660 , Comenda de 400 Cruzados no rendimento dos bens do Marques de Castelo Rodrigo e; acrescentado “30\$000 rs. aos 30\$000 rs., que havia recebido em 1658 pelos serviços de seu pai.	
03	Lopo Alves da Fonseca (1646-1649)		<i>d. Helena de S. José (filha), -</i> 1) 1685 , recebeu uma tença de 40\$000 rs., por ser filha de Lopo Alves da Fonseca.

¹³¹⁸ “Registro do Traslado da provisão, que Sua Majestade passou a Antônio Ortiz de Mendonça Sargento-mor do Rio de Janeiro”. In BN. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 16, s/d, p. 403.

¹³¹⁹ Cód. 61. Vol. 1, p. 12 – Patente do Sargento-mor Manuel Lopes – 28/03/1645.

¹³²⁰ Cód. 61, Vol. 1, p. 336 – Registro da patente do tenente general Antônio Galvão porque vem servir o cargo de sargento-mor desta praça. 26/1/1649. Na verdade, fora nomeado para servir durante o triênio do governador Salvador de Brito Pereira.

Tabela 19: Distinções Sociais concedidas aos Sargentos-mores da Tropa Paga (1640-1652) e/ou seus familiares durante ou após deixarem o ofício.

Sargento-mor	Durante a permanência no ofício	Após deixar o ofício	
	Próprio	Próprio	Familiar
Antônio Ortiz de Mendonça (1635-1642)		<p>1) 1644, Adm. da comenda de Sta. M^a de Aires e o hábito da Ordem de Avis;</p> <p>2) 1645, Adm. Da comenda de S. Miguel da Foz da Rocha.</p>	<p><i>Sebastião Dinis (filho)</i></p> <p>1) 1645, adm. da comenda da ponte de Sor;</p> <p>2) 1645, adm. da comenda da Ponte de Lina;</p> <p>3) 1647, adm. da comenda da Ponte de Douro.</p> <p><i>Antônio de Melo (filho)</i></p> <p>4) 1656, 40\$000 rs. de pensão e o hábito da Ordem de Cristo.</p>
Manuel Lopes (1645-1646)			<p><i>Cap. Manuel Lopes (filho) –</i></p> <p>1) 1648, 40\$000 rs. de pensão e o hábito da Ordem de Cristo, pelos serviços prestados por seu pai;</p> <p>2) 1656, comenda de Leomil; promessa de 40\$000 rs. de pensão e; efetivação de 24\$000 rs. daqueles 40\$000 rs. prometido.</p>
Lopo Alves da Fonseca (1646-1649)		1) 1657, 40\$000 rs. de pensão em uma comenda de Cristo com o respectivo hábito da Ordem	
Antônio Galvão (1649-1651)		1) 1658, aparece pela primeira vez como fidalgo da Casa Real.	
Francisco da Cruz (1651-1654)	1) 1653, recebeu a pensão de 20\$000 rs. e o hábito de São Bento de Avis		

Tabela 20: Ligações sociais dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro na década de 1640.

	Capitães de Infantaria	HC*	HU*	Sá	Bezerra	Sem ligação
01	André Dias Medonho (?-1648)	HC			X	
02	Luís de Freitas Matoso (1641-1646)	HC		X		
03	Manuel da Costa Muniz (1641/1644-1652)	HC		X		
04	Antônio Correa (c. 1644- c. 1662)	HC			X	
05	Jorge Pereira (1644-1652)		HU	X		
06	Francisco Munhos Correa (1641-1693)	HC			X	
07	Alexandre de Castro (1645-1693)	HC		X		
08	Gaspar Rodrigues (1646-1658)		HU			X
09	Pedro de Souza Brito (1647-1648)	HC		X		
10	André Cardoso Pinto (1647-1648)	HC		X		
11	Ascenço Gonçalves Matoso (1647-1652)	HC		X		
12	D. Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?)	HC			X	
13	Antônio Garcez e Gralha (1648-1651)		HU			X
14	Tomás da Silva (1649-1655/56/57)		HU			X
15	Agostinho de Figueiredo (1651-1661)	HC			X	
16	Garcia da Gama (1651-1673)	HC		X		
	TOTAL	12	4	8	5	3

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 21: Serviços militares dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro na década de 1640 ligados a família Sá.

	Capitães de Infantaria	HC/ HU*	Serviços Militares
01	Jorge Pereira (1644-1652)	HU	Veio com Benevides (General da Frota do Brasil, 1645) para o Brasil
02	Alexandre de Castro (1645-1693)	HC	Acompanhou Benevides na visita em SP (1643)
03	Pedro de Souza Brito (1647-1648)	HC	Foi com Benevides no Socorro à Salvador (1624)
04	André Cardoso Pinto (1647-1648)	HC	Atuou em Cabo Frio (1615) com Martim de Sá
05	Ascenço Gonçalves Matoso (1647-1652)	HC	Atravessou o Atlântico algumas vezes ao lado de Benevides
06	Garcia da Gama (1651-1673)	HC	Serviu na embarcação que pertencia a Benevides (São Panteleão) em 1651

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 22: Ligações Familiares dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro na década de 1640 ligados a família Sá.

	Capitães de Infantaria	HC/ HU*	Direta/ Indireta	Ligação Familiar
01	Luís de Freitas Matoso (1641-1646)	HC	Direta	Sogro do tio de Benevides (Gonçalo Correia de Sá)
02	Manuel da Costa Muniz (1641/1644-1652)	HC	Indireta	Seu filho se casou com membro da família Mariz que era prima de Tomé Correa Alveranga, primo de Benevides.
03	Alexandre de Castro (1645-1693)	HC	Direta	Casamento na casa de Benevides com sua prima “natural” (1639)
04	Pedro de Souza Brito (1647-1648)	HC	Indireta	Neto do fundador da família Pereira de Souza, que era aliada dos Sás
05	Ascenço Gonçalves Matoso (1647-1652)	HC	Direta	Casou-se com a prima de Benevides
06	Garcia da Gama (1651-1673)	HC	Indireta	Seu genro era procurador da Viscondessa de Asseca (1692)

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 23: Capitães de Infantaria da Tropa Paga da Capitania do Rio de Janeiro ligados à família Sá, a proprietários de terras, a donos de engenhos, a plantadores de cana-de-açúcar e prédios urbanos, década de 1640.

	Capitães de Infantaria	HC/HU*	Ligação com proprietários de terras, donos de engenhos, plantadores de cana-de-açúcar e prédios urbanos
01	Luís de Freitas Matoso (1641-1646)	HC	Fundador de “Família senhorial simples” e 1º Proprietário de engenho da família.
02	Manuel da Costa Muniz (1641/44-52)	HC	Aparece em 1669 tendo engenho em Suruí (Magé)
03	Alexandre de Castro (1645-1693)	HC	Tinha roças, em Botafogo (1681) e; prédios urbanos
04	André Cardoso Pinto (1647-1648)	HC	Possuía terras que foram compradas por Benevides (1662) e prédios urbanos
05	Ascenço Gonçalves Matoso (1647-1652)	HC	Filho de Fundador de “Família senhorial simples” e 1º Proprietário de engenho da família.
06	Garcia da Gama (1651-1673)	HC	Sua filha se casou com Francisco da Senra, fundador de “Família extensa senhorial” e 1º senhor de engenho da família

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 24: Companhias de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro em 1648 (Antes da Tentativa de Reforma)

Nº	Capitão de Infantaria	Período	Ligação Social	HU/ HC*
1	André Dias Medonho	?-1648	Bezerra	HC
2	Manuel da Costa Muniz	1641(serventia)/1644 (Patente Real)-1652	Sá	HC
3	Antônio Correa	c. 1644 – c. 1662	Bezerra	HC
4	<i>Jorge Pereira</i>	1644-1652	Sá	HU
5	Francisco Munhos Correa	1641-1693	Bezerra	HC
6	Alexandre de Castro	1645-1693	Sá	HC
7	<i>Gaspar Rodrigues</i>	1646-1658		HU
8	Pedro de Souza Brito	1647-1648	Sá	HC
9	André Cardoso Pinto	1647-1648	Sá	HC
10	Ascenço Gonçalves Matoso	1647-1652	Sá	HC

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 25: Companhias de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro em 1648 (depois da tentativa da Reforma)

Nº	Capitão de Infantaria	Período	Ligação Social	HU/HC*
1	Manuel da Costa Muniz	1641(serventia)/1644 (Patente Real)-1652	Sá	HC
2	Antônio Correa	c. 1644- c. 1662	Bezerra	HC
3	<i>Jorge Pereira</i>	1644-1652	Sá	HU
4	Francisco Munhos Correa	1641-1693	Bezerra	HC
5	Alexandre de Castro	1645-1693	Sá	HC
6	<i>Gaspar Rodrigues</i>	1646-1658		HU
7	Ascenço Gonçalves Matoso	1647-1652	Sá	HC

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 26: Companhias de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro em 1652 (Antes da Reforma)

Nº	Capitão de Infantaria	Período	Ligação Social	HU/HC*
1	Manuel da Costa Muniz	1641(serventia)/1644 (Patente Real)-1652	Sá	HC
2	Antônio Correa	c. 1644- c. 1662	Bezerra	HC
3	<i>Jorge Pereira</i>	1644-1652	Sá	HU
4	Francisco Munhos Correa	1641-1693	Bezerra	HC
5	Alexandre de Castro	1645-1693	Sá	HC
6	<i>Gaspar Rodrigues</i>	1646-1658		HU
7	Ascenço Gonçalves Matoso	1647-1652	Sá	HC
8	<i>Tomas da Silva</i>	1649-1655/56/57		HU
9	Agostinho de Figueiredo	1651-1661	Bezerra	HC
10	Garcia da Gama	1651-1673	Sá	HC

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 27: Companhias de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro em 1652 (Depois da Reforma)

Nº	Capitão de Infantaria	Período	Ligação com Sá	HU/HC*
1	Antônio Correa	c. 1644- c. 1662	Bezerra	HC
2	Francisco Munhos Correa	1641-1693	Bezerra	HC
3	Alexandre de Castro	1645-1693	Sá	HC
4	<i>Gaspar Rodrigues</i>	1646-1658		HU
5	<i>Tomas da Silva</i>	1649-1655/56/57		HU
6	Agostinho de Figueiredo	1651-1661	Bezerra	HC
7	Garcia da Gama	1651-1673	Sá	HC

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 28: Capitães de Infantaria da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro na década de 1640 ligados a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra.

	Capitães de Infantaria	HC/HU*	Ligação
01	André Dias Medonho (?-1648)	HC	Um dos que participaram da Revolta de 1660-1. Sendo preso posteriormente
02	Antônio Correa (c. 1644- c. 1662)	HC	Afastado por Benevides por se recusar a ir para Angola com Francisco de Soutomaior (1645)
03	Francisco Munhos Correa (1641-1693)	HC	Afastado por Benevides por se recusar a ir para Angola com Francisco de Soutomaior (1645). Sua esposa fora madrinha juntamente com o Cap. de Inf. André Dias Medonho
04	D. Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?)	HC	Após a sua morte (c.1653-4), sua esposa passou uma procuração para Agostinho Barbalho Bezerra lhe representar no Brasil e em Portugal
05	Agostinho de Figueiredo (1651-1661)	HC	Um dos que participaram da Revolta de 1660-1. Sendo reformado após o fim da Revolta. Com a venda de terras feita pela viúva de Agostinho Barbalho Bezerra foi saldada a dívida que este tinha com o militar (1678)

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 29: Bens dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro na década de 1640 ligados a Jerônimo/Agostinho Barbalho Bezerra.

	Capitães de Infantaria	HC/HU*	Bens
01	André Dias Medonho (?-1648)	HC	Se desfez do partido de cana-de-açúcar (1651). Após sua morte (c.1665) seus familiares venderam outro partido de cana-de-açúcar. Em 1662, doou terras na Ilha do Governador para os beneditinos. No mesmo ano vendeu terras para a família Leitão, numa tentativa de proteger de Benevides
02	D. Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?)	HC	Comprou terras de Agostinho de Barbalho Bezerra onde montou um engenho de açúcar. O engenho foi vendido em 1652. Após a Revolta, numa tentativa de proteger as terras de Benevides, seus herdeiros venderam as terras para Agostinho Barbalho Bezerra, que mais tarde foram passadas para aliados do Benevides
03	Agostinho de Figueiredo (1651-1661)	HC	Com sua morte seu partido de cana-de-açúcar foi hipotecado por seus filhos(1688)

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 30: Relação dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga com a propriedade fundiária (1640–1652).

Propriedade Fundiária	Sá	Bezerra	Total
Fundador de “Família senhorial simples” e 1º Proprietário de engenho da família.	1		1
Filho de Fundador de “Família senhorial simples” e 1º Proprietário de engenho da família.	1		1
Sogro de fundador de “Família extensa senhorial” e 1º senhor de engenho da família	1		1
Proprietário de engenho		1	1
Partido de cana-de-açúcar		2	2
Ligados à produção de açúcar (a)	3	3	6
Ligações familiares indiretas com a produção de açúcar (b)	2		2
Proprietários de roças e terras (c)	2		2
Total (a) + (b) + (c)	7	3	10
Sem ligação com a produção de açúcar (d)	1		

Tabela 31: Quantidade de anos em que os Capitães de Infantaria da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro permaneceram no ofício.

	Capitão de Infantaria da Tropa Paga	Período	Anos	HC/ HU*	Sá	Bezerra
01	Luís de Freitas Matoso	1641-1646	5	HC	X	
02	Manuel da Costa Muniz	1641/1644-1652	3 (Serventia) 8 (Patente Real) 11 **	HC	X	
03	Antônio Correa	c. 1644- c. 1662)	18	HC		X
04	Jorge Pereira	1644-1652	8	HU	X	
05	Francisco Munhos Correa	1641-1693	52	HC		X
06	Alexandre de Castro	1645-1693	48	HC	X	
07	Gaspar Rodrigues	1646-1658	12	HU		
08	Pedro de Souza Brito	1647-1648	1	HC	X	
09	André Cardoso Pinto, companhia erguida a suas custas, nomeado pelo Governador da capitania que tinha autorização para criar	1647-1648	1	HC	X	
10	Ascenço Gonçalves Matoso	1647-1652	5	HC	X	
11	Antônio Garcez e Gralha	1648-1651	3	HU		
12	Tomas da Silva	1649-1655/56/57	6	HU		
13	Agostinho de Figueiredo	1651-1661	10	HC		X
14	Garcia da Gama	1651-1673	22	HC	X	
	Média de Anos		14,2			

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

** para o cálculo da média usamos o ano da Patente Real

Tabela 32: Quantidade de anos em que os Capitães de Infantaria da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro ligados a Benevides permaneceram no ofício.

	Capitão de Infantaria da Tropa Paga	Período	Anos	HC/ HU*
01	Luís de Freitas Matoso	1641-1646	5	HC
02	Manuel da Costa Muniz	1641/1644- 1652	3 (Serventia) 8 (Patente Real) 11 **	HC
03	Jorge Pereira	1644-1652	8	HU
04	Alexandre de Castro	1645-1693	48	HC
05	Pedro de Souza Brito	1647-1648	1	HC
06	André Cardoso Pinto, companhia erguida a suas custas, nomeado pelo Governador da capitania que tinha autorização para criar	1647-1648	1	HC
07	Ascenço Gonçalves Matoso	1647-1652	5	HC
08	Garcia da Gama	1651-1673	22	HC
Média de Anos			12,3	

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

** para o cálculo da média usamos o ano da Patente Real

Tabela 33: Quantidade de anos em que os Capitães de Infantaria da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro não ligados a Benevides permaneceram no ofício.

	Capitão de Infantaria da Tropa Paga	Período	Anos	HC/ HU*	Sem ligação	Bezerra
01	Antônio Correa	c. 1644- c. 1662)	18	HC		X
02	Francisco Munhos Correa	1641-1693	52	HC		X
03	Gaspar Rodrigues	1646-1658	12	HU	X	
04	Antônio Garcez e Gralha	1648-1651	3	HU	X	
05	Tomas da Silva	1649- 1655/56/57	6	HU	X	
06	Agostinho de Figueiredo	1651-1661	10	HC		X
Média de Anos			16,8			

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 34: Quantidade de anos em que os Capitães de Infantaria da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro que eram “Homens Ultramarinos” permaneceram no ofício.

	Capitão de Infantaria da Tropa Paga	Período	Anos
01	Jorge Pereira	1644-1652	8
02	Gaspar Rodrigues	1646-1658	12
03	Antônio Garcez e Gralha	1648-1651	3
04	Tomas da Silva	1649-1655/56/57	6
	Média de Anos		7,2

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

** para o cálculo da média usamos o ano da Patente Real

Tabela 35: Quantidade de anos de serviços prestados à Coroa antes da nomeação para Capitão de Infantaria da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro.

Ligação Social	Capitão de infantaria	HU/ HC*	Anos de Serviços
SÁ	Luís de Freitas Matoso (1641-1646)	HC	c. 17
	Manuel da Costa Muniz (1641, Serventia) (1644, Patente Real, -1652)	HC	Serventia, c. 3; Patente Real, c. 6
	Jorge Pereira (1644-1652)	HU	c. 20
	Alexandre de Castro (1645-1693)	HC	5
	Pedro de Souza Brito (1647-1648)	HC	23
	André Cardoso Pinto (1647-1648)	HC	40
	<i>Companhia erguida a suas custas, nomeado pelo Governador da capitania que tinha autorização para criar</i>		
	Ascenço Gonçalves Matoso (1647-1652)	HC	20
	Garcia da Gama (1651-1673)	HC	9
Média de anos de serviços prestados a Coroa pelos Capitães de Infantaria ligados aos SÁS			17,5
BEZERRA	Francisco Munhos Correa (1641-1693)	HC	Militares, 4 anos; Outros, c. 13 anos.
	D. Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?)	HC	c. 10
	<i>Companhia erguida a suas custas, nomeado pelo Governador da capitania que tinha autorização para criar</i>		
	Agostinho de Figueiredo (1651-1661)	HC	10
Média de anos de serviços prestados a Coroa pelos Capitães de Infantaria ligados a JERÔNIMO/AGOSTIHO			11

BARBALHO BEZERRA			
SEM LIGAÇÃO	Tomas da Silva (1649-1655/56/57)	HU	c. 10
Média de anos de serviços prestados a Coroa por todos os Capitães de Infantaria			15,6

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 36: Quantidade de anos de serviços prestados à Coroa antes da nomeação para Capitão de Infantaria da Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro dos Homens Ultramarinos

	Capitão de infantaria	HU/ HC*	Anos de Serviços
01	Jorge Pereira (1644-1652)	HU	c. 20
02	Tomas da Silva (1649-1655/56/57)	HU	c. 10
Média de anos de serviços prestados a Coroa			c. 15

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 37: Ofícios ocupados anteriores a nomeação para Capitão de Infantaria da Tropa Paga do Rio de Janeiro, 1640-1652.

Ligação Social	Capitão de Infantaria	HU/ HC*	Ofícios
SÁ	Luís de Freitas Matoso (1641-1646)	HC	Capitão e; Sargento-mor
	Manuel da Costa Muniz (1641/1644-1652)	HC	Soldado e Alferes vivo e reformado
	Jorge Pereira (1644-1652)	HU	Soldado, Alferes e Tenente de fortaleza.
	Alexandre de Castro (1645-1693)	HC	Soldado, Sargento, Alferes e Capitão de Infantaria.
	Pedro de Souza Brito (1647-1648)	HC	Soldado da fortaleza de São João, Alferes de uma Cia. de Ordenança, Capitão da fortaleza de São João e

			Capitão de canoas de guerra
	André Cardoso Pinto (1647-1648, companhia erguida a suas custas, nomeado pelo Governador da capitania que tinha autorização para criar)	HC	Soldado, Cabo de canoas de guerra; Alferes e Capitão
	Ascenço Gonçalves Matoso (1647-1652)	HC	Soldado pago, Soldado de uma Cia. de Cavalos, Cabo de Esquadra, Sargento, Alferes e Capitão da fortaleza de São João.
	Garcia da Gama (1651-1673).	HC	Soldado, Ajudante e Capitão de Infantaria.
BEZERRA	Francisco Munhos Correa (1641-1693)	HC	Alferes e Capitão de Infantaria.
	D. Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?, companhia erguida a suas custas, nomeado pelo Governador da capitania que tinha autorização para criar)	HC	Cabo e Alferes
	Agostinho de Figueiredo (1651-1661)	HC	Soldado, Sargento, Alferes e Ajudante.

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 38: Lugares onde os Capitães de Infantaria da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro serviram antes de assumirem o ofício, 1640-1652.

Ligação Social	Capitão de Infantaria	HU/ HC*	Reino	América	RJ	Lugares
SÁ	Luís de Freitas Matoso (1641-1646)	HC	X			Armadas.
	Manuel da Costa Muniz (1641/1644-1652)	HC		X		Brasil (Armada de Conde da Torre, 1638)
	Jorge Pereira (1644-1652)	HU	X	X	X	Armada da Costa e recuperação da BA (1624-33),

						RJ (1633-36), Reino (1636-38) e BA (Armada do Marquês de Montalvão, 1640-44).
	Alexandre de Castro (1645-1693)	HC			X	RJ e SV (com Benevides).
	Pedro de Souza Brito (1647-1648)	HC		X	X	RJ (1624-47), Armadas que saíram do RJ para a defesa de Salvador e do ES (1638).
	André Cardoso Pinto (1647-1648)	HC		X	X	19 Armadas no RJ (sendo 6 as suas custas, algumas armadas de canoas, para combater o tráfico de pau-brasil; outra de socorro a BA (1624-25)
Companhia erguida a suas custas, nomeado pelo Governador da capitania que tinha autorização para criar						
	Ascenção Gonçalves Matoso (1647-1652)	HC	X		X	RJ e Reino.
	Garcia da Gama (1651-1673).	HC	X	X		Guerras do Brasil, Barcelona, Fronteira do Alentejo e Armada do Conde de Vila Pouca (1647)
Total (a)				4 50%	5 62,5%	5 62,5%
BEZERRA	Francisco Munhos Correa (1641-1693)	HC		X	X	Armadas do Norte e Armadas no RJ
	D. Gaspar Coutinho de Bragança (1648-?)	HC	X	X	X	Levantou uma Cia. na vila de Pinhel e outra na cidade do Porto (1637), PE, Armada do Conde da Torre (1638),

						BA e RJ (1641). Companhia erguida a suas custas, nomeado pelo Governador da capitania que tinha autorização para criar
	Agostinho de Figueiredo (1651-1661)	HC	X	X		3 Armadas no Reino, Fronteira do Alentejo e Armada do Conde de Vilapouca (1647), em PE.
Total (b)			2 66,7%	3 100%	2 66,7%	
SEM LIGAÇÃO	Gaspar Rodrigues (1646-1658)	HU	X	X		Guerras do Brasil e Guerras da Catalunha.
	Tomas da Silva (1649-1655?)	HU	X			Fronteiras do Reino
Total (c)			2 100%	1 50%	0 0%	
Total (a+b+c)			8 61,4%	9 69,2%	7 53,8%	

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 39: Distinções Sociais dos Capitães de Infantaria da Tropa Paga na Capitania do Rio de Janeiro antes de assumirem o ofício, 1640-1652.

Ligação Social	Capitão de Infantaria	HU/ HC*	Distinções sociais recebidas
SÁ	Jorge Pereira (1644-1652)	HU	1640, promessa de pensão em uma comenda de um hábito de S. Tiago, ou Avis de 12\$000 rs.
	Pedro de Souza Brito (1647-1648)	HC	1647, alvará de promessa de ofício da justiça e fazenda para dote de uma sua filha.
	André Cardoso Pinto (1647-1648)	HC	<p>1646, pede:</p> <p>a) o hábito de Cristo;</p> <p>b) outro hábito para dote e casamento de uma de suas filhas, ambos com pensão paga no Almojarifado do Rio de Janeiro;</p> <p>c) ofício de Sargento-mor do RJ, na vagante dos providos, por 6 anos e;</p> <p>d) Cia. de Inf. do RJ para um de seus filhos</p> <p><i>Recebe:</i></p> <p>a) Promessa do hábito de Cristo com 40\$000 rs. no almojarifado do RJ;</p>

			<p>b) futuro genro outro hábito com 20\$000 rs. de pensão, pagos almoxarifado do RJ;</p> <p>c) a promessa do ofício de Sargento-mor no RJ, por 6 anos e;</p> <p>d) promessa da Cia de Inf do RJ para um de seus filhos.</p> <p>1647, hábito de S. Bento de Avis com 20\$000 rs. de pensão, numa comenda da mesma ordem.</p>
	Ascenço Gonçalves Matoso (1647-1652)	HC	<p>1646, pedia o hábito de Cristo com pensão nos dízimos ou quintos de SP, o foro de fidalgo, uma Cia. de Inf. Concedida anteriormente por alvará. Fora habilitado na Ordem de S. Bento de Avis.</p>
	Garcia da Gama (1651-1673)	HC	<p>1647, promessa de 60\$000 rs. de pensão em uma das comendas da ordem de Cristo, para os ter com o hábito da mesma ordem.</p>

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 40: Quantidade de Mercês concedidas aos Capitães de Infantaria da Tropa Paga (1640-1652) e/ou seus familiares durante ou após deixarem o ofício.

Relações Sociais	Militar	Social			TOTAL
		Ordens Militares			
		Pensão e Hábito	Comenda		
Sá	4 (20,0%)	2 (10,0%)	4 (20,0%)	4 (20,0%)	14 (70,0%)
Bezerra	1 (5,0%)	1 (5,0%)	-	-	2 (10,0%)
Sem Ligação	-	1 (5,0%)	2 (10,0%)	1 (5,0%)	4 (20,0%)
TOTAL	5 (25,0%)	4 (20,0%)	6 (30,0%)	5 (25,0%)	20 (100 %)

Tabela 41: Ofícios Militares concedidos aos Capitães de Infantaria da Tropa Paga (1640-1652) e/ou seus familiares após deixarem o ofício.

Ligação Social	Capitão de Infantaria	HU/HC*	Após deixar o ofício	
			Próprio	Familiar
Sá	Luís de Freitas Matoso (1641-1646)	HC		<i>Filho</i> 1) 1646 , (Ascenço Gonçalves Matoso, CAP. INF. RJ)
	Pedro de Souza Brito (1647-1648)	HC	1) 1658 , CAP DE CF 2) 1664 , CAP INF DE SACRAMENTO	
	Ascenço Gonçalves Matoso (1647-1652)	HC	1) 1660 , CAP. FORT. S. JOÃO	
Bezerra	Agostinho de Figueiredo (1651-1661)	HC	1) 1663 , CAP SV e SP	

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 42: Ofícios diversos concedidos aos Capitães de Infantaria da Tropa Paga (1640-1652) e/ou seus familiares durante ou após deixarem o ofício.

Ligação Social	Capitão de Infantaria	HU/ HC*	Próprio	Familiar
Sá	Manuel da Costa Muniz (1641/44-1652)	HC	1) c. 1652, JUÍZ DE ÓRFÃOS RJ 2) C. 1663, PROV. DE DEF E AUSENTES RJ	
Bezerra	Agostinho de Figueiredo (1651-1661)	HC	1) c. 1676, ADM-GERAL DAS MINAS	
Sem Ligação	Gaspar Rodrigues (1646-1658)	HU		Filho 1) 1660, alvará de moço da câmara com a moradia e cevada ordinária e condição do número e da Índia

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 43: Distinções Sociais das Ordens Militares e vantagens/distinções religiosas concedidas aos Capitães de Infantaria da Tropa Paga (1640-1652) e/ou seus familiares durante ou após deixarem o ofício.

Ligação Social	Capitão de Infantaria	HU/HC*	Durante a permanência no ofício	Após deixar o ofício	
			Próprio	Próprio	Familiar
Sá	Luís de Freitas Matoso (1641-1646)	HC			1) 1646 , (filha, lugar de freira) 2) 1646 (genro, 20\$000 rs. de pensão em uma comenda e um hábito da Ordem de Santiago)
	Ascenço Gonçalves Matoso (1647-1652)	HC	1) 1647 , 20\$000 rs. de pensão em uma comenda e o hábito de Avis		
	Jorge Pereira (1644-52)	HU			1) 1651 (filho recebeu comenda efetiva de 200\$000 rs. de lote, pertencente a ordem de Cristo, com o hábito da mesma ordem e 50\$000 rs. de renda em bens de ausentes) 2) 1652 (filho, pede para Maria Freire receber uma tença anual de 40\$000 rs nas obras pias).
	Garcia da Gama (1651-73)	HC	1) c. 1664 , 60\$000 rs. de pensão em uma das comendas da ordem de Cristo e do hábito da mesma ordem		
Sem Ligação	Tomas da Silva (1649-55?)	HU		1) 1654 , 30\$000 rs. de pensão em uma das comendas, da ordem de Avis 2) 1661 , seu hábito Avis seria substituído pelo de Cristo e sua pensão seria aumentada em 20\$000 rs	

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Tabela 44: Número e tipos de Comendas e hábitos das Ordens Militares (Cristo, Santiago, Avis) concedidas aos Capitães de Infantaria da Tropa Paga (1640-1652) e/ou seus familiares durante ou após deixarem o ofício.

HU/HC*	Ordem de Cristo			Ordem de Santiago			Ordem de São Bento de Avis			TOTAL		TOTAL (a+b+c)
	Comenda	Hábito	Total (a)	Comenda	Hábito	Total (b)	Comenda	Hábito	Total (c)	Comenda	Hábito	
HU	1 (9,1%)	2 (18,2%)	3 (27,3%)	-	-	-	1 (9,1%)	1 (9,1%)	2 (18,2%)	2 (18,2%)	3 (27,3%)	5 (45,5%)
HC	1 (9,1%)	1 (9,1%)	2 (18,2%)	1 (9,1%)	1 (9,1%)	2 (18,2%)	1 (9,1%)	1 (9,1%)	2 (18,2%)	3 (27,3%)	3 (27,3%)	6 (54,5%)
TOTAL	2 (18,2%)	3 (27,3%)	5 (45,5%)	1 (9,1%)	1 (9,1%)	2 (18,2%)	2 (18,2%)	2 (18,2%)	4 (36,4%)	5 (45,5%)	6 (54,5%)	11 (100%)

* HC – Homem Colonial e HU – Homem Ultramarino

Gráficos

Gráfico 1: Número de soldados na Tropa Paga na capitania do Rio de Janeiro, na 1ª metade dos seiscentos.¹³²¹

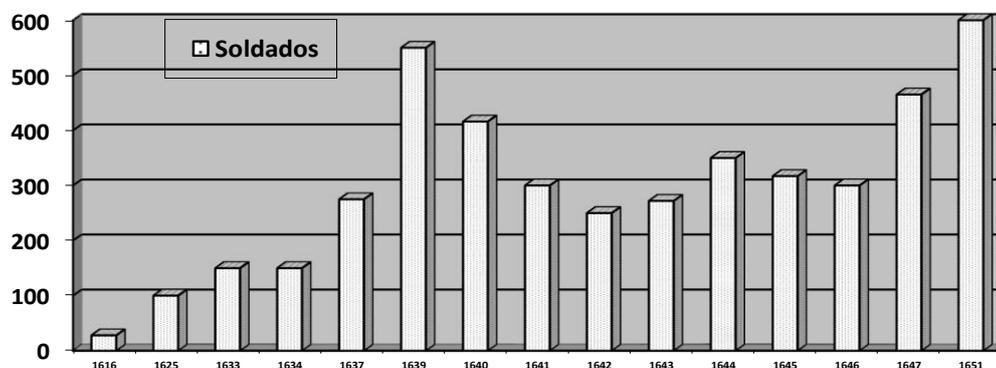


Gráfico 2: Arrecadação dos Dízimos, em réis, na capitania do Rio de Janeiro, 1ª metade do XVII.¹³²²

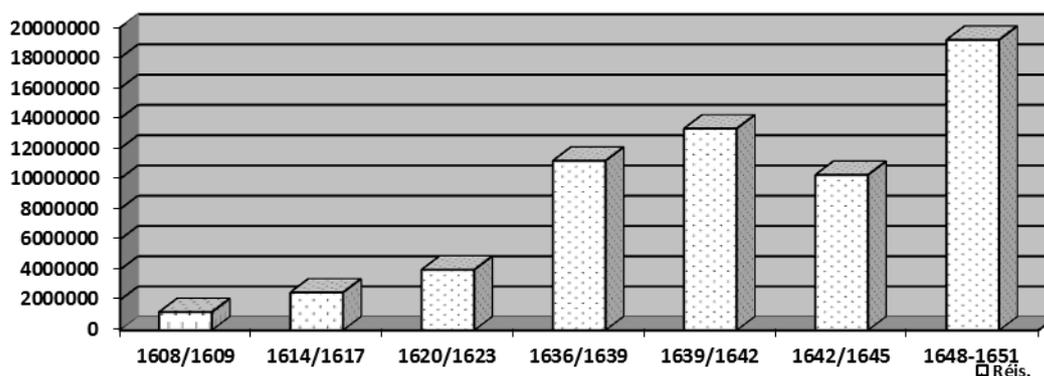
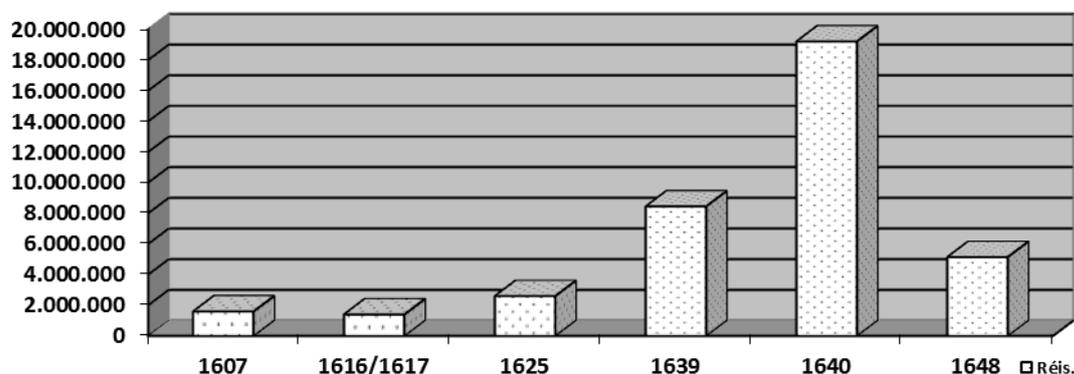


Gráfico 3: Gastos Anuais da Fazenda Real com a manutenção da Tropa Paga em Réis, 1ª Metade do século XVII.¹³²³

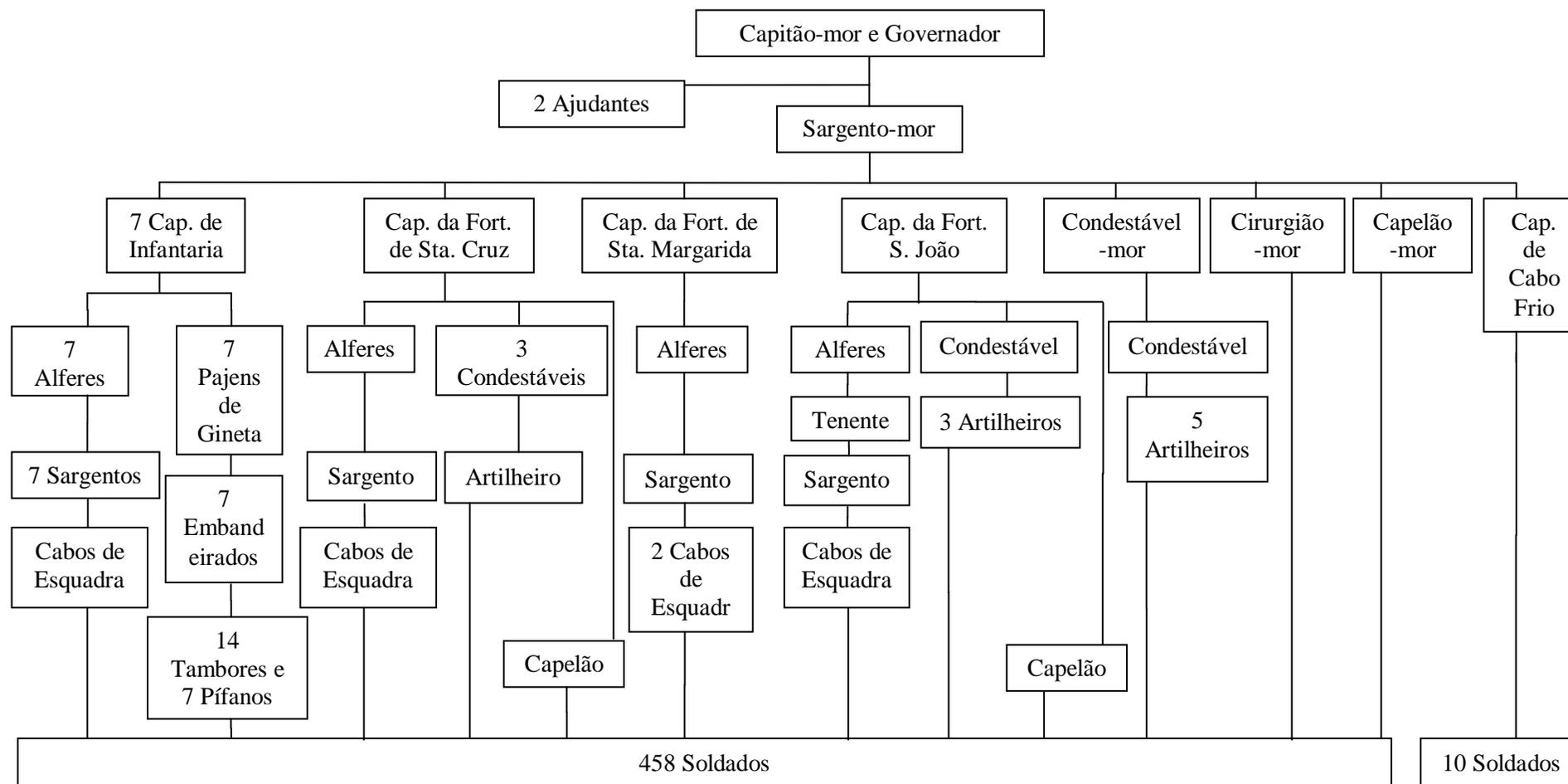


¹³²¹ Para a elaboração deste gráfico utilizamos os dados da tabela acima, contudo para os anos que tínhamos dados repetidos fizemos uma média aritmética simples.

¹³²² Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, Vol. 2, p. 52.

¹³²³ AHU, RJ, CA, D. 204, Rio de Janeiro, 28/3/1641.e; AN, Cód. 61, Vol. 1, p. 317v.

Organograma - 1: Estrutura hierárquica das Tropas Pagas na Capitania do Rio de Janeiro, em 1640-1.¹³²⁴



¹³²⁴ Havia 32 Cabos de esquadra divididos entre as Companhias de infantaria, e a das fortalezas de Santa Cruz e São João. Cf. AHU, RJ, CA, D. 204, Rio de Janeiro, 28/3/1641.

Fontes e Bibliografia

- “Carta de Sua Majestade sobre a reformação dos Capitães do Rio de Janeiro, 11/1/1651”. In BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944, Vol. 65.
- “Carta de Sua Majestade sobre a reformação, 21/9/1651”. In BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944, Vol. 66, p. 37-9 e; AN, Cód. 61, Vol. 2 p. 1.
- “Carta para o governador da capitania do Rio de Janeiro Antônio Galvão, 27/11/1651”. In BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Augusto Porto, s/d, Vol. 5, p. 39-40.
- “Carta para o mesmo governador sobre as fortificações daquela praça 23/6/1650”. In BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Augusto Porto, s/d., Vol. 5, p. 9.
- “Cópia da Carta de Sua Majestade sobre a informação que veio com a carta acima, 10/5/1651”. In BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944, Vol. 66, p. 13-4.
- “Gasto que faz Sua Majestade com uma companhia de 100 soldados, capitão, alferes, sargento e tambor (posterior a 1625)”. *Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607-1633)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, s/d. p. 67. Grifos nossos.
- “Livro segundo do governo do Brasil”. In *Annaes do museu paulista*. 3º Tomo, 1927.
- “Ordenados do capitão-mor e mais officiaes da milícia”. In Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 15, 1928, p. 40-41.
- “Registro da Folha Geral deste Estado do Brasil”. In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. 27, 1905, p. 361.
- “Registro do Traslado da provisão, que Sua Majestade passou a Antônio Ortiz de Mendonça Sargento-mor do Rio de Janeiro”. In Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 16, s/d, p. 403.
- ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história – conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2003.
- ABREU, Martha, SOIHET, R. e GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leitura do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- ABREU, Maurício de Almeida. “Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII”. In --- e FRIDMAN, Fania (org). *Cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Casa da Palavra, 2010.
- . *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estudo/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010.
- ACIOLI, Vera. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial*. Recife: Edufpe/edufal, 1997.
- ADAMS, Simon. “Tatics or Politcs? ‘The Military Revolution’ and the Hapsburg Hegemony, 1525-1648”. In Rogers, Clifford (Ed.) *The military revolution debate: readings on the military transformation of early modern europe*. Boulder: Westview Press, 1995, p. 253-272.
- ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A Remuneração de serviços da guerra holandesa*. Recife: Imprensa Universitária/ UFPE, 1968.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- ALVAREZ, José Maurício. *Muita Gente na praça: traçado urbano e arquitetura no Rio de Janeiro Colonial (1565-1713)*. Tese de doutorado em história (UFF), 2000.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARAÚJO, Ricardo Teles. *Habilitandos Brasileiros às ordens militares, ao Santo Ofício e à Leitura de Bacharéis*. In Revista do IHGB, Rio de Janeiro: IHGB, nº 394, ano 158, jan/mar 1997.
- AZEVEDO, Pedro Cordolino Ferreira de. *História Militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- BARATA, M^a do Rosário. “Portugal e a Europa na Época Moderna”. In TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP e Edusc, 2000, p. 105-126.
- BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História. Princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2011, Vol. 1.
- BARROS. Edval de Souza. “Negócios de tanta importância”. *O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de doutorado em história social, 2004.

- BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 176.
- . *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.
- BERNARD, Carmen. “Prefácio”. In COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010, p.12. grifo do autor.
- BICALHO, M^a Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BICALHO, M^a Fernanda. “Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, in *Almanack Braziliense*, nº 2, novembro de 2005.
- . “Da Colônia ao Império: um percurso historiográfico”. In MELLO E SOUZA, L; FURTADO, Júnia & BICALHO, M^a Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 91-105, especialmente p. 95-100.
- . *Cidade e o Império – o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- . “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In FRAGOSO, João, BICALHO, M. F. e GOUVÊA M^a de Fátima. (org.), *O Antigo Regime nos Trópicos*, Rio de Janeiro, Civilização Editora, 2001
- BLANCO, Laura. *A cortina de taipa, pedra e cal: as fortalezas da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: Uni-rio, dissertação de mestrado em História, 2009.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. <http://www.brasiliana.usp.br> .
- BOGACIOVAS, Marcelo. *Tribulações do povo de Israel na São Paulo Colonial*. São Paulo, Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da USP, 2006.
- BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira. *Habilitações nas ordens militares – séculos XVII a XIX. Ordem de Cristo*. Lisboa: Guarda-mor, vol. 1 e Vol. 2, 2008.

- BOUZA ALVARÉZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Cosmos, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 3 Vols.
- BOXER, Charles. *Relações raciais no Império colonial português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- . *O Império Colonial Português (1415–1825)*. São Paulo: Cia das Letras, 2006
- . *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973.
- BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”. In --- (org.). *A escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- . *A Escola dos Annales – 1929-1989*. São Paulo: Unesp, 1991.
- . *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp, 2002.
- . *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CAETANO, Antônio Filipe Pereira. *Entre a sombra e o Sol – a revolta da cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense. (Rio de Janeiro, 1640-1667)*. Dissertação de Mestrado em Historia. UFF: Niterói, 2003.
- . *Entre Drogas e Cachaça: a política colonial e as tensões na América portuguesa (1640-1710)*. Maceio: EDUFAL, 2009.
- CAETANO, Marcello. *O Conselho Ultramarino – esboço da sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.
- CARDIM, Pedro. “Os rebeldes de Portugal em Münster (1644-48)”. In *Penélope*, nº 9/10, 1998, p. 101-128.
- . “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos”. In: *Tempo*. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002, p.13-57.
- CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2011.
- CARDOSO, Ciro & ARAUJO, Paulo H. *Rio de Janeiro*. Madri: Mapfre, 1992.
- CARDOSO, Ciro. “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’; a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’”. In LAPA, José R. do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

- CARRARA, Ângelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2009.
- CARTAS DO CONDE DA TORRE. Lisboa: CNCDP, s/d.
- CASALILLA, Bartolomé Yun. *Las redes del imperio. Elites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica. 1492-1714*. Madrid, 2009
- . *Marte contra Minerva. El precio del imperio español, c. 1450-1600*. Barcelona, 2004.
- CASTRO, Adler H. *Guerra e sociedade no Brasil colonial: a influência da guerra na organização social, 1500-1665*. Dissertação de mestrado em História (UFF), 1995.
- CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CENTENERO DE ARCE, Domingo. “¿Una monarquía de lazos débiles? Circulación Y experiencia como formas de construcción de la monarquía católica”. In MOLERO, Juan Francisco Pardo e CORTÉS, Manuel (coords.) *Oficiales Reales – Los ministros de la Monarquía Católica (siglos XVI-XVII)*. Valência. Departament d’Història Moderna, Universitat de València, 2012, p. 138.
- CERQUEIRA, Erika. *O passado que não deve passar: história e autobiografia em Gustavo Barroso*. Ouro Preto (MG): UFOP, Dissertação em história, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. São Paulo: Forense Universitária, 2008.
- CHARTRAND, René. *O Brasil colonial – tropas e uniformes (1500-1822)*. S/l: Fronteira do Caos editores, 2011.
- CHAUNU, Pierre. *Sevilha e a América nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1980.
- CIPOLLA, Carlo. *Canhões e velas na primeira fase da expansão européia (1400-1700)*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio, 1965.
- COELHO, Antônio Borges. “Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (séculos XV-XVI)”. In TENGARRINHA (ORG.). *História de Portugal*. São Paulo: Unesp, 2000.
- CORVISIER, A. *A guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
- COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII) – ofícios, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume, 2009.

- . “Fidalgos portugueses no Governo geral do Estado do Brasil, 1640-1702”. In *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa, 2011.
- . “Governadores gerais do Estado do Brasil pós Restauração – Guerra e carreira militar”. In *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 28, jul/dez 2012, nº 48.
- COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, Dissertação de mestrado.
- COSTA, Fernando Dores. “Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)”. Separata das Actas do *VII Colóquio “O Recrutamento Militar em Portugal”*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996.
- . *A Guerra da Restauração, 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- . *Insubmissão – aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: ICS, 2010.
- COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010, p. 39. Grifos do autor.
- . *No rastro dos dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, tese de doutorado em história, 2004, p. 128-129. Grifo no original.
- . *O sistema militar corporativo na América portuguesa*. In Biblioteca Digital camões. http://cvc.instituto-camoes.pt/component/docman/doc_details.html?aut=290. Acessado no dia 8/11/2012.
- . Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via cargos militares em Minas Gerais no século XVIII”. In *Mneme*. Rio Grande do Norte, v. 3, n. 6, 2002, p. 1-19.
- CRUZ, Miguel Dantas da. *O Conselho Ultramarino e a administração militar do Brasil (da Restauração ao Pombalismo): Política, finanças e burocracia*. Lisboa: Tese de doutorado em História do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), 2013.
- CUNHA, Mafalda Soares e COSTA, Leonor F. *D. João IV*. Lisboa: Círculo de leitores, 2006.
- CUNHA, Mafalda Soares e MONTEIRO, Nuno. “El Gobierno del império português. Reclutamiento y jerarquía social de los gobernantes (1580-1808)”. In CARDIM,

- Pedro y PALOS, Joan-Lluís (eds.). *El mundo de los Virreyes en las monarquias de España y Portugal*. Madrid: Iberoamericana, 2012.
- CUNHA, Mafalda Soares da e NUNO, Monteiro. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.
- DOMÍNGUEZ ORTIZ, A. “La movilización de la nobleza castellana en 1640”. In *Anuario de Historia del derecho español*, nº 25 (1955).
- DORÉ, Andrea; LIMA, Luís Filipe Silvério e SILVA, Luiz Geraldo. (orgs.). *Facetas do império na história – conceitos e métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.
- . *História do Estruturalismo*. São Paulo: EDUSC, 2007, 2 Vols.
- DUFFY, Michael. *The Military Revolution and the State 1500-1800*. University of Exeter Press, 1980.
- DUVERGER, Mauricie. “O conceito de Império”. In DORÉ, A; LIMA, L. F. e SILVA, L. G. (orgs.). *Facetas do Império na história – conceitos e métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 19-38.
- ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELLIOTT, John H. “A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII”. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Vol 1, 2ª Ed. São Paulo: EdUSP, 2004, p. 283-337.
- . “A Europe of Composite Monarchies”. In *Past and Present*, n. 137, 1992, p. 48-71.
- . “Una Europa de monarquías compuestas”. In ---. *España, Europa y el mundo de Ultramar (1500-1800)*. Madri: Taurus, 2010.
- ESTRELLA, Antonio Jiménez. “Mérito, calidad y experiencia: Criterios Volubles en la provisión de cargos Militares bajo los Austrias”. In MOLERO, Juan Francisco Pardo e CORTÉS, Manuel (coords.) *Oficiales Reales – Los ministros de la Monarquía Católica (siglos XVI-XVII)*. Valência. Departament d’Història Moderna, Universitat de Valência, 2012.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2010.
- FAPESP. “Um Imenso Portugal” In *Revista Pesquisa Fapesp*. São Paulo: Fapesp, ed. 201, Novembro 2012. <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/11/28/as-dimens%C3%B5es-do-imp%C3%A9rio/> Acessado em 26/7/2013.

- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2006.
- FERREIRA, Aurélio Alves de Souza. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1945.
- FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto, 1555-1800*. Rio de Janeiro: Serviço de documentação geral da marinha, 1972.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “Equilíbrio distante: o Leviatã dos Sete Mares e as agruras da Fazenda Real na provincial fluminense, séculos XVII e XVIII”.
- . “Narrativas das rebeliões – Linguagem política e ideias radicais na América Portuguesa moderna”. In Revista USP, nº 57, p. 23, março/maio 2003.
- . *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo: USP, 1996, tese de doutorado em história.
- FRAGOSO, João & GOUVÊA, Fátima. “Monarquia Pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”, in *Revista Tempo*, Vol.14, nº 27, dez de 2009, pp. 49-63.
- FRAGOSO, João, ALMEIDA, Carla Maria & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (Org.). “Introdução”. In ---. *Conquistadores e Negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FRAGOSO, João e SAMPAIO, Antônio Jucá de (Orgs.). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (Orgs.). *Conquistadores e Negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FRAGOSO, João e KRAUSE, Thiago. “Sistemas atlânticos e monarquias na época moderna: anotações preliminares”. In FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M^a de F. (orgs.). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2014, vol. 2, p. 7-47.
- FRAGOSO, João; BICALHO, M^a. Fernanda e GOUVÊA, M^a. Fátima (Orgs.). “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império”. In *Penélope*, nº 23, 2000.
- . *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)”. In FRAGOSO, J, ALMEIDA, Carla Maria e

- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (Orgs.). *Conquistadores e Negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- . “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. In ---, BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria de F. (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- . “A Nobreza da República: Notas Sobre a Formação da Primeira Elite Senhorial do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII)”. In *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- . “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- . “Imperial (re)visions: Brazil and the portuguese seaborne empire. Conference in Memory of Charles R. Boxer. Fidalgos da terra e o Atlântico sul”. In SCHWARTZ e MYRUP (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru: Edusc, 2009.
- . “Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVII e XIX)”. In *História: Questões & Debates*, Curitiba, nº 36, 2002, Editora da UFPR.
- . “Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio”. In *História* (São Paulo. Online), v. 31, p. 106-145, jul/dez de 2012.
- . “O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII”. In OLIVEIRA, Mônica e ALMEIDA, Carla (orgs.). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.157-207.
- . “Para que serve a história econômica?” In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: n. 29, 2002.
- . “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista” in FRAGOSO, J. et alii. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem à Maria Yeda Linhares*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2001.
- . *A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa*. Disponível em: http://www.ppphis.ifcs.ufrj.br/media/joao_nobreza_bandos.pdf.

- . “Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII”. In --
- & GOUVÊA, M^a de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014, vol. 3.
- FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 5 Vols. Rio de Janeiro: IEAC, 1934.
- FRANÇA, Eduardo. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 49^a ed, 2004.
- FROTA, Guilherme Andrea. *Quinhentos Anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000.
- GARCIA, Elisa Frühauf. “Troca, Guerras e alianças na formação da sociedade Colonial. In FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M^a de F. (orgs.). *O Brasil Colonial*, Vol. 1, p. 317-355.
- GARCIA, Rodolfo. *História política e administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.
- GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In --
-. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa, 1962.
- . *Ensaio II*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- . *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Presença, 1987.
- GODOY, José P. de. *Naus no Brasil colonial*. Brasília: Senado Federal, 2007.
- GOMES, José Eudes. *As milícias d’el rei – tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação de mestrado em história (UFF), 2009.
- . *As milícias d’El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- GONÇALVES, R. *et alii*. “Povos indígenas no período do domínio holandês: uma análise dos documentos tupis (1630-1656)”, in OLIVEIRA, C. *Op. Cit*
- GOUBERT, Pierre. *Cent Mille Provinciaux au XVII^e Siècle*. Paris: Flammarion, 1968.
- GOUVEIA, António Camões e MONTEIRO, Nuno G. “A Milícia”. In MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4.
- GREENE, Jack. Negotiated Authorities. In: *Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Virginia: The University Press of Virginia, 1994.

- . *Peripheries and Center – Constitutional Development in the Extended Politics of the British Empire and United States (1607-1788)*, New York/London, Norton. 1990.
- . “Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna na América”. In FRAGOSO, J. e GOUVÊA, M. F. *Na trama das redes – política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 95-114.
- GRENDI, Edoardo. *Polanyi. Dall'antropologia alla microanalisi storica*. Milão: Etas Libri, 1978, p. 97-122.
- GRUZINSKI, Serge. “Les mondes mêlés de la Monarchie Catholique et autres connected histories”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 1 (2001), pp. 85-117.
- GUEDES, João. *História administrativa do Brasil – da Restauração a D. João V*. Funcep: Brasília, 1984.
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HESPANHA, António e NOGUEIRA DA SILVA, Ana C. “A identidade portuguesa”. In MATTOSO, José. *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, p. 18-41.
- HESPANHA, António. (Coord.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. 2, 2004.
- . “As faces de uma Revolução”. In *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, nº9/10, p. 7-16
- . “Os poderes, os modelos e os instrumentos de controles”. In MONTEIRO, Nuno. *História da vida privada*. Lisboa: Círculo de leitores, 2011.
- HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994.
- . “As faces de uma revolução”. In *Penélope*, nº 9/10, 1993, p. 7-16.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- . *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Administração, economia, sociedade”. In *História Geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, vol. 1.
- HOUAISS. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora, Objetiva, 2001.
- KEEGAN, John. *História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra – a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. São Paulo: Editora Annablume, 2012.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LARA, Silvia H. *Fragments setecentistas – escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. VI.
- LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)*. Campinas, 2009, tese de doutorado em Economia aplicada.
- . *A Idade de Ferro da Bahia - guerra, açúcar e comércio no tempo dos flamengos, 1624-1654*. Campinas: UNICAMP, 2003, dissertação de mestrado em História Econômica.
- . “Problemas do Poder Naval Português na Guerra contra os Holandeses”. In *Revista Navigator: subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, SDM, V.6, N.11, 2010, p. 85-101.
- LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno Stato Assoluto*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.
- . *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História Italiana: Escalas, Índícios e Singularidades*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2006.
- LIMA, Luís Filipe Silvério. “Os nomes do império em Portugal no século XVII: Reflexão historiográfica e aproximações para uma história do conceito”. In DORÉ, A; LIMA, L. F. e SILVA, L. G. (orgs.). *Facetas do Império na história – conceitos e métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 244-6.
- LIMA, Sheila Conceição Silva. *Rebeldia no planalto: a expulsão dos padres jesuítas da Vila de São Paulo de Piratininga no contexto da Restauração (1627-1655)*. Niterói: UFF, dissertação de mestrado em história, 2006.
- LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Imp e Const. de Seignot-Plancher e C., 1834.
- Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607- 1633)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, s/d.

- LOPES, Fátima M. “Capitães mores das ordenanças de índios: novos interlocutores nas vilas de índios da Capitania do Rio Grande”. In OLIVEIRA, Carla *et alii*. *Ensaaios sobre a América Portuguesa*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2009, p. 97-114.
- LÓPEZ, Antonio Espino. “La historia militar. Entre la renovación y la tradición”. In *Manuscrits*, nº 11, enero 1992, p. 215.
- LOUREIRO, Marcello. *Iustitiam Dare – a gestão da Monarquia Pluricontinental, Conselhos Superiores, pactos, articulações e o governo da monarquia portuguesa (1640-1668)*. Rio de Janeiro/Paris, Tese em história social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ e a École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2014.
- . *A Gestão no Labirinto. Circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2012.
- MAGALHÃES, João Batista. *Evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.). “No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)”. In MATOSO, José. *História de Portugal*. Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 2009.
- MANCUSO, Amanda Pinheiro. “A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural”. In *Revista História em Reflexão*, vol. 2, nº 4, UFGD, Dourados, jul/dez 2008.
- MARAVALL, J.A.: *Poder, honor y élites*. Madrid, 1979 e; MORENO, Augustín Jiménez. *Nobleza, guerra y servicio a la corona: los caballeros de hábito em el siglo XVII*. Tese de doutorado, Universidad Complutense de Madrid, 2011.
- MAURO, Frédéric. *Portugal e o Brasil: Estrutura política e econômica do Império, 1580-1750*. In BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina. Vol 1- América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 1998, 2ª edição.
- MELLO E SOUZA, Laura. *Os desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 4ª Ed., 2004.
- MELLO, Christiane Figueiredo Paganno de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, tese de doutorado defendida na UFF.
- MELLO. Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

- MENDES, Fabio Faria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Ed. Argvmentvm, 2010.
- MENDES, Laura Peraza. *O serviço de armas nas guerras contra Palmares: expedições, soldados e mercês (Pernambuco, segunda metade do século XVII)*. Dissertação de Mestrado, programa de pós-graduação em História da UNICAMP, 2013.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1972, 3 volumes.
- MIRALES, José de. “História Militar do Brazil”. In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1900, Volume XXII.
- MIRANDA, Bruno. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701)*. Recife: UFPE, 2006, dissertação de Mestrado.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo e CARDIM, Pedro. “La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias”. In *Cuadernos de História Moderna*, 2005, nº 30, p. 7-40.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”, in *Almanack Braziliense*, nº 2, Nov. de 2005.
- . “O poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.) *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 4.
- . “Poderes municipais e elites locais (séculos XVII-XIX): estado de uma questão”. In VIEIRA, Alberto. *O município no mundo português*. Funchal: Ceha; Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998.
- . *Elites e poder entre o Antigo Regime e o liberalismo*. Lisboa: ICS, 2003.
- . *O crepúsculo dos Grandes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.
- . “A Guerra da Aclamação” In HESPANHA. *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2.
- MOREIRA, Luiz Guilherme S. & LOUREIRO, Marcello. “Nova História Militar e a América portuguesa: balanço historiográfico” In POSSAMAI, Paulo César (org.). *Conquistar e Defender: Portugal, Países-Baixos e Brasil (Estudos de História Militar na Idade Moderna)*, São Leopoldo, Oikos Editora, 2012
- MOREIRA, Luiz Guilherme S. “Os Múltiplos Olhares Sobre A História Militar”. In *História Unisinos*. São Leopoldo (RS): Ed. da Unisinos, Vol. 16, Nº 3 -

setembro/dezembro de 2012, p. 271-282. Acessado em 21/01/2013.
<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/historia/article/view/htu.2012.163.01/1248>

MOREIRA, Luiz Guilherme S. “Uma visão panorâmica das fortalezas do Rio de Janeiro, no século XVII”. In *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pref. Municipal do Rio de Janeiro, 2011, V. 5, p. 49-63

---. *Navegar, lutar, pedir e... receber (O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, dissertação de mestrado em História.

MORENO, Augustín Jiménez. *Nobleza, guerra y servicio a la corona: los caballeros de hábito em el siglo XVII*. Tese de doutorado, Universidad Complutense de Madrid, 2011.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1986.

OLIVAL, Fernanda. “An Elite? The meaning of knighthood in the Portuguese Military Orders of the seventeenth and eighteenth centuries”. *Mediterranean Studies*, vol. 15, 2006.

---. “Mercado de hábitos e serviços em Portugal (séculos XVII-XVIII)” *Análise Social*, vol. XXXVIII, n. 168, 2003, p. 743-769.

---. “Mercês, serviços e circuitos documentais no Império Português” In SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel (coords.). *O Domínio da Distância: comunicação e cartografia*. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 2006.

---. *As ordens militares e o Estado Moderno – honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

PARENTE, Paulo. “Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação”. In *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: IGHMB, ano 66, n.º 93, 2006, p. 37-45.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. “A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural”. In *Revista História em Reflexão*, vol. 2, n.º 4, UFGD, Dourados, jul/dez 2008.

PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, 9TH ed.

- . “O soldado”. In VILLARI, Rosário (dir.). *O homem barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- PÉCORA, Alcir e SCHWARTZ, S. *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- PEDROSA, Fernando Vêlozo Gomes & CODEÇO, Vanessa Ferreira de Sá (Orgs.). *Anais do Encontro de Historiadores Militares*. Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2012. Acessado em 03/01/2013, no sítio: www.dphcex.ensino.eb.br.
- PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil Colonial*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1986.
- PEREZ HERRERO, Pedro. “Sociedad y poder en las estructuras de Antiguo Régimen coloniales (consideraciones teórico-metodológicas)”. In *La America Colonial. Política y Sociedad*. Madri: Síntesis, 2002.
- PESAVENTO, Sandra J. *História & História cultural*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução – missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial*. Bauru: Edusc, 2003.
- POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: estudos de história militar na idade moderna*. São Leopoldo (RS): Oikos ed., 2012.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO DISTRICTO FEDERAL. *O Rio de Janeiro no século XVII – accordãos e Vereanças do Senado da Camara, copiados do livro original existente no Archivo do Distrito Federal, e relativos aos annos de 1.635 até 1.650. mandados publicar pelo Sr. Presidente Dr. Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1935.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal – Atas da Câmara, 1625-1641*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, s/d, 1º Volume.
- PUNTONI, Pedro. “A arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)”. In CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

- . “Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. 157-178.
- . “O governo-geral e o Estado do Brasil: poderes intermédios e administração (1549-1720)”. In: MYRUP, Erik; SCHWARTZ, Stuart (Org.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru: Edusc, 2009, p. 39-73.
- . *A Guerra dos Bárbaros (1650-1720)*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- . *O Estado do Brasil*. São Paulo: Ed. Alameda, 2013.
- QUATREFAGES, Rene. *Los tercios españoles (1567-1577)*. Madrid, 1983.
- RAMINELLI, Ronald. “Da Controversa nobilitação de índios e pretos, 1630-1730”. In FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M^a de F. (orgs.). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2014, vol. 2.
- . “Fradaria dos Henriques. Conflitos e mobilidade social de pretos no Recife c. 1654-1744”. In MONTEIRO, Rodrigo *et alii* (orgs.). *Raízes do Privilégio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 387-421.
- . “Império da fé: ensaio sobre os portugueses no Congo, Brasil e Japão. In FRAGOSO, J., BICALHO, M. F., & GOUVÊA, M. F. (orgs.). *Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- . “Honras e malogros: trajetória da família Camarão 1630-1730”. In VAINFAS, Ronaldo & MONTEIRO, Rodrigo B. *Império de várias faces*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 175-192.
- . “Índios cavaleiros das Ordens Militares, 1571-1721” *Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, vol. 2, 2012.
- . “*Los límites del honor*. Nobles y jerarquías de Brasil, Nueva España y Perú, siglos XVII y XVIII”. In *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 40, 2014, p. 45-68. http://dx.doi.org/10.5209/rev_RCHA.2014.v40.46342
- . *A era das Conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro, 2013.
- REMOND, Rene. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Livraria Brasileira, 1965.
- RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2009.

- ROBERTS, Michael. “The military revolution, 1560-1660”. In Rogers, Clifford (Ed.) *The military revolution debate: readings on the military transformation of early modern europe*. Boulder: Westview Press, 1995.
- RUIZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2004.
- RUSSELL-WOOD. “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. In *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 36, 1998, p. 187-249.
- SAHLINS, Marshall. *História e Cultura. Apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SAID, Edward W. *Orientalismo – o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos. A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SALVADO, João Paulo e MIRANDA, Susana. (ed.). *Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- SAMPAIO, Antônio C. J. de. *Na encruzilhada do Império – hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- SANCHES, Marcos. “A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira”. In *Revista Brasileira de História Militar*. Ano I, nº 1, abril de 2010.
- SANTOS, Arlindyane dos Anjos. “*Gente nobre da governança*”: (re)invenção da nobreza no Maranhão Seiscentista (1675-1695). São Luís, 2009. Monografia de licenciatura plena em História na UEMA.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Lisboa: Estampa, 1994.
- SCHWARTZ, Stuart e MYRUP, Erik Lars (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru: Edusc, 2009.
- SCHWARTZ, Stuart B. “The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations, and Merchant Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624-1640”. In *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 3 (Jun., 1991), p. 735-762.
- . *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. (trad.) São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- . “Apêndice B. Uma nota acerca da organização militar portuguesa e brasileira”. In PÉCORRA, Alcir e SCHWARTZ, Stuart. *As excelências do governador: o panegírico*

- fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 317-320.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, volume 336, 1968.
- SILVA, Kalina. *Nas solidões vastas e assustadoras – a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII.* Recife: Cepe Editora, 2010.
- . *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial.* Recife: Pref. Municipal de Recife, 2001.
- SILVA, Luiz Geraldo e SILVEIRA, Marco Antônio. “Dinâmica institucional nas Américas: questões historiográficas (1640-1840)”. In *Revista de História.* São Paulo, nº 169, julho/dezembro de 2013.
- SILVA, Luiz Geraldo. “Cooperar e dividir: mobilização de forças militares no império português (séculos XVI e XVII)”. In DORÉ, Andréa, LIMA, Luís Filipe Silvério e SILVA, Luiz Geraldo. *Facetas do Império na História – conceitos e métodos.* São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia.* São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- SIMMEL, Georg. *Ensaio sobre teoria da história.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- . *Questões Fundamentais da Sociologia: Indivíduo e Sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SKINNER, Quentin. *Fundações do pensamento político moderno.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOARES, Luiz Carlos e VAINFAS, Ronaldo. “Nova História Militar” In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História.* Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012.
- SOBOUL, Albert. “A descrição e medida em história social”. In LABROUSSE, Ernest. (org.). *História Social – problemas, fontes e métodos.* Lisboa: Cosmos, 1967.
- SOIHET, Rachel, ALMEIDA, Maria Regina Celestino, AZEVEDO, Cecília e GONTIJO, R. (Orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas – memória e historiografia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SOIHET, Rachel, BICALHO, M^a Fernanda & GOUVÊA, M^a de Fátima (Orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

- SOUSA, António Caetano de. *Provas da história genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, 1946-1954.
- SOUZA, Jorge Victor. “Poder local entre ora et labora: a casa beneditina nas tramas do Rio de Janeiro seiscentista”. In *Tempo*, Vol. 16. n° 32, 2012.
- STONE, Lawrence. “The revival of narrative: Reflections on a New Old History”, In *Past and Present*, n.º 85, Nov/1979, p. 3-24.
- TALLET, Frank. *War and society in early modern Europe, 1495-1715*. Londres, 1992.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. “A história militar e a historiografia contemporânea”. In *Revista A Nação e a Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1991, ano XVI, n° 59, p. 55-6.
- THOMPSON, I. A. A. “Guerra y decadência. Gobierno y administración en la España de los Austrias, 1560-1620”, Madrid: Editorial Crítica, 1981.
- TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus, 990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996.
- TORGAL, Luis dos Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981, Vol. 1, parte 1, p. 55-119.
- TORRE DO TOMBO. *Inventários dos livros das portarias do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, Vol. 1 e 2, 1909.
- . *Inventário dos Livros de Matrícula dos moradores da Casa Real*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, Vol. 1.
- TREVOR-ROPER. Hugh. *A Crise geral do século XVII*. In ---. *A crise do século XVII*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2007.
- VAINFAS, Ronaldo (dir). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.
- . “Guerra declarada e paz fingida na Restauração portuguesa”. In *Revista Tempo*. Niterói, EdUff, 2010, p. 97-115.
- . *Traição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- VALLADARES, R. *La conquista de Lisboa: violencia militar y comunidad política em Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008.
- VARNHAGEN, Francisco de Adolfo. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Edições melhoramentos, 1956, 5ª edição, Tomo III.
- VASCONCELLOS, Genserico. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1921.

- VIANNA JR., Wilmar da Silva. *Modos de governar, modos de governo: o governo-geral do Estado do Brasil entre a conservação da conquista e a manutenção do negócio (1642-1682)*. Rio de Janeiro: UERJ, tese de doutorado em história, 2011.
- VIEIRA FAZENDA, José. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IHGB/Documenta Histórica, 2011.
- VIEIRA, Antônio Pe. “Pernambuco no Domínio holandez: 1648”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 56, 1893.
- WAIZBORT, Leopoldo. “Elias e Simmel”. In NEIBURG, Frederico *et alii*. *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: USP, 2001, p. 89-111.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad. Esbozo de una sociologia comprensiva*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- WEHLING, Arno. “A pesquisa da História Militar Brasileira”. In *Revista DaCultura*. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, ano I, nº1, jan/jul 2001, p. 35-38.
- WEIGLEY, Russel F. (org.). *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981, 2 vols.
- WRIGHT, Q. *A guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.
- XAVIER, Ângela B e & HESPANHA. Antônio. “As redes Clientelares”. In MATTOSO, J. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, p. 381-394.